

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Wilson Santana Silva

O Pensamento Social, o Brasil e a Religião.

DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

São Paulo

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Wilson Santana Silva

O Pensamento Social, o Brasil e a Religião.

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do Título de DOUTOR EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Torres Londoño.

São Paulo

2009

Ficha catalográfica.

SILVA, Wilson Santana

O Pensamento Social, o Brasil e a Religião/Wilson Santana Silva. – São Paulo: PUC, 2009.

Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Torres Londoño

1. Cultura Brasileira – História – Sociologia – Intelectuais 2. Gilberto Freyre – Sérgio Buarque de Holanda – Caio Prado Júnior 3. Religião.

CDD:

Exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, autorizo a reprodução total ou parcial desta tese por processo fotocopiadores ou eletrônicos.

Wilson Santana Silva _____

São Paulo, 27 de agosto de 2009.

Comissão Examinadora:

Agradecimentos.

Ao prof. Dr. Fernando Torres Londoño, sempre austero, encarou as orientações com muita competência e profissionalismo.

Ao prof. Dr. Ênio José da Costa Brito pelas excelentes aulas com temas da cultura brasileira e por demonstrar interesse por esta pesquisa.

Ao prof. Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa mestre por excelência, pastor e grande amigo.

Ao prof. Dr. José Normando Gonçalves Meira, que como eu, também sentiu o peso da PUC-SP.

Ao prof. Dr. Edin Sued Abumanssur pela grande gentileza de receber meu convite para fazer parte desta banca.

Ao prof. Dr. Frank Usarski pelas inovações de suas aulas e fundamentalmente pela iniciação em Rodney Stark.

Aos amigos: Christian Brially, Ricardo Bitun, Gerson Moraes e Daniel Piva, pelo incentivo e ajuda.

À Igreja Presbiteriana do Brasil, a ela, devo tudo.

Ao Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição, onde me sinto em casa.

Aos meus alunos do Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição.

À Universidade Presbiteriana Mackenzie, escola antiga e moderna, confessional que me acolheu e tem me proporcionado os recursos financeiros, pelos meus serviços a ela prestado, sem os quais não conseguiria terminar este curso.

À Igreja Presbiteriana do Jardim Marilene, igreja local, parte de um todo sem fronteiras que tem me sustentado espiritualmente desde minha infância.

À Valquíria, Pâmela, Giselle e ao Guilherme, uma criança ainda na inocência, frágil, porém transbordante de amor e interesse pelo pai.

Ao “único que possui imortalidade, que habita em luz inacessível, a quem homem algum jamais viu, nem é capaz de ver. A Ele honra e poder eterno.”
I Timóteo 6: 16.

RESUMO.

O Poder Civil que se valia do Padroado, exerceu, no Brasil, um poder ilimitado sobre os assuntos eclesiásticos, transformando, desta forma, a Igreja Católica Brasileira em simples departamento do Estado, em um braço do poder secular.

Esta relação causou tensões entre as duas esferas, poder secular e poder religioso, nas principais etapas de desenvolvimento do país. Circunscrita a estas fronteiras, nem sempre perceptíveis, moldou-se a cultura brasileira.

Objetivando uma compreensão crítica deste desenvolvimento cultural, analisou-se a figura do intelectual nesse processo. Além do intelectual, a tese se preocupou em descrever as novas idéias que estavam sendo consumidas no Brasil, principalmente nas academias. Comte, Marx e Weber, exerceram significativamente, através de suas obras, poderosa influência sobre o pensamento brasileiro.

A fundação da Universidade de São Paulo em 1934, serviu para demonstrar a força das novas idéias e sua recepção pelos nossos intelectuais. Esta tese se preocupou em analisar como a Religião tem sido vista nas academias e principalmente por pensadores capazes de produzir literaturas clássicas nos domínios das Ciências Humanas e Sociais. As obras: *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo* e seus autores Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, respectivamente, foram discutidos com a finalidade de identificar neles e em suas obras, o papel da Religião e sua importância, para a construção de visões sólidas, claras e científicas do Brasil.

A tese procurou analisar o desenvolvimento do pensamento social a partir da matriz portuguesa e seu desdobramento no Brasil. A questão religiosa no Brasil é bastante complexa e variada. A forte influência da religião no cenário brasileiro oferece um campo dos mais férteis para a averiguação do quanto ela foi importante, ou não, como componente desta construção social.

Palavras Chaves: Poder, Sociedade, Religião, Ciências, Catolicismo, Intelectuais, Ensaio Histórico, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Domínio de saber.

ABSTRACT.

The Civil Government with the use of “Padroado”, exerted unlimited power over ecclesiastic affairs, changing the Brazilian Catholic Church into an ordinary State department, or a branch of the secular government.

That relationship had caused tension between those two spheres, “secular government” and “ecclesiastical government” in the main stages of development of the country. Within these parameters, not always in a visible way, brazilian culture has been shaped.

Aiming at a critic comprehension of these cultural developments, the figure of the intellectual has been analysed in that process. Besides the study of intellectuals, in that process our goal was to describe the new ideas being established in Brazil, specially in the academy. Comte, Marx and Weber, through their works, had a powerfull influence on brazilian thought.

The founding of the University of São Paulo (USP) is representative of the power of these new ideas and their reception by our intellectuals in 1934. This thesis analysed how religion was seen in the academies and specially by some thinkers who wrote classics on the field both of Human and Social Sciences. The works *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo* and their authors Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, respectively, were discussed in order to identify the role of religion and its value to create a solid and clear scientific vision of Brazil.

The Thesis analyses the development of a social thinking of Portuguese matrix, and its growth in Brazil. The question of religion in Brazil is complex and varied. The strong influence of religion in Brazilian society opens a vast field of research into the social construction of Brazilian identity.

Keyword: Padroado, Power, Society, Religion, Science, Catholicism, Intellectuals, Historical Essays, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, knowledgement field.

SUMÁRIO

Introdução	.11
Capítulo 1 - Tensões entre Poder Religioso e Poder Civil.	.23
1.1. - Correntes ideológicas do século XIX e a religião.	.23
1.1.1. - Matriz Remota - O Padroado	.26
1.1.2. - Matrizes Modernas: Jansenismo; Galicanismo; Regalismo e Ultramontanismo.	.41
1.1.3. - Oratorianos.	.43
1.1.4. - Marquês de Pombal.	.45
1.1.5. - Expulsão dos Jesuítas de Portugal.	.49
1.1.6. - Penetração das Idéias Jansenistas no Brasil.	.52
1) Teologia de Lião..	.52
2) Catecismo de Montpelier.	.53
1.1.7. - Padres do Patrocínio.	.54
1.1.8. - Diogo Antonio Feijó: o Regente.	.55
1.1.9. - Catolicismo Eclético.	.59
1.2. - Afirmações liberais versus condenações papais.	.63
1.2.1. - Autoridade do Sumo Pontífice Contestada.	.63
1.2.2. - O atraso brasileiro justificado como fruto da polarização entre Estado e Igreja.	.66
1.2.3. - Resposta da Igreja ao secularismo.	.73
1.2.3.1.- Condenações papais.	.73
1.2.3.2. - Encíclica “Quanta Cura”.	.74
1.2.3.3. - Silabo de Pio IX.	.75
Capitulo 2 - Conceitos que Influenciaram as Academias e os Produtores de Conhecimento.	.84
2.1. - O Intelectual.	.84
2.2. - Intelectual Brasileiro e o Período Império/República – J. Nabuco.	.98
2.3. - Intelectual Brasileiro e a Compreensão de Nação e Povo – Rui Barbosa:	.109
2.4. - Intelectual Brasileiro e os Poderes - Patriarcal, Elite, Oligarquias.	.112
2.5. - As Matrizes Acadêmica	.118
2.5.1. – As Matrizes do Pensamento Brasileiro: Comte, Marx e Weber	.122
2.5.2. – Matriz Positivista no Brasil – A. Comte.	.122
2.5.3. – Matriz Marxista no Brasil.	.130
2.5.4. – Matriz Weberiana no Brasil.	.150
2.6. - A Compreensão de Ciências e a Produção de Conhecimento.	.156
2.7. - As Ciências Humanas e seu Papel na Produção do Conhecimento	.180
2.8. - Organização da Universidade de São Paulo.	.188
2.8.1. – USP como Modelo.	.188

2.9. - A Reação dos Intelectuais Católicos.206
2.9.1. - Faculdade de Filosofia de São Bento - uma tradição.	.206
Capítulo 3 - Três Ensaios e a Compreensão Histórica do Brasil.	.227
3.1. - <i>Casa Grande & Senzala</i>227
3.2. - <i>As Raízes do Brasil</i>251
3.3. - <i>A Formação do Brasil Contemporâneo</i>271
Capítulo 4 – O Autor, A História do Brasil e A Religião nos Três Ensaios.309
4.1. – G. Freyre. - <i>Casa Grande & Senzala</i> e a Igreja ao Serviço do Senhor.309
4.2. – S. Buarque. - <i>Raízes do Brasil</i> e a Religiosidade como componente do Brasil.323
4.3. – C. Prado Júnior. - <i>A Formação do Brasil Contemporâneo</i> e a Igreja ao Serviço do Colonialismo.336
Considerações Finais.353
5 - A Religião Como Tema Subalterno na Análise Social da História do Brasil.355
5.1. - As Ciências Sociais e Sua auto-suficiência para dar Conta da Compreensão Histórica do Brasil.353
5.2. - A Religião como Componente do Real e Não Como Domínio do Saber.365
5.3. - A Religião como Tema Relegado ao Privado, aos Valores e aos Ritos.368
5.4. - A Religião como Domínio do Saber.377
Referências Bibliográficas.387

Introdução.

O objeto desta tese, “*O Pensamento Social, o Brasil e a Religião*”, insere-se no campo social e político, com penetração significativa no campo religioso¹ brasileiro. Objetivando analisar as relações internas de poder do Estado, bem como as atitudes deste em relação à religião, encontrado fartamente no complexo contexto religioso brasileiro.²

Existe uma obrigatoriedade de definição e separação de esferas que compõe a sociedade brasileira, uma vez que, com a República destacou-se o caráter laico do Estado. Este mesmo Estado evidente que com diálogos ou não, estabeleceria a permanência, fixação e atuação das esferas de poderes: esfera de educação, esfera política, esfera social, esfera econômica, esfera científica e a esfera religiosa. Essa nova fisionomia assumida pelo novo modelo de Estado sugere procedimentos com relação à esfera religiosa, no sentido de ordenar e colocar limite e abrangência desse poder na nova configuração política do Brasil. Ficava claro, que por um lado, políticas equivocadas do Estado tencionaram com muita rigidez as redes de relacionamentos com esta esfera, ao ponto de provocar reações ásperas, por uma questão de sobrevivência, nem sempre a contento do Estado.

A pergunta que a tese faz consiste basicamente em saber “como os intelectuais brasileiros, nas suas produções acadêmicas, trabalharam com a esfera religiosa e que valor atribuíram a ela?” A linha que os capítulos deste texto sugere, procura demonstrar, que na construção das concepções chaves que procuraram explicar a formação da sociedade e cultura brasileira, o componente religioso, indissociável desta cultura, se analisado, com o rigor

¹Ver as considerações de Pierre Bourdieu, *Coisas Ditas*, São Paulo: Brasiliense, 2004; BOURDIEU, Pierre, *Os Usos Sociais da Ciência – Por Uma Sociologia do Campo Científico*, São Paulo: UNESP, 2004.

²*Quanto às Perspectivas do Campo Religioso Brasileiro*, ver parte VI, Item 3, RATTNER, Henrique, Org., *Brasil no Limiar do Século XXI*, São Paulo: Edusp, 2000.

científico, poderia oferecer uma compreensão mais ampla e profunda da sociedade brasileira.

O componente religioso da sociedade brasileira tem suas origens em Portugal, e aqui se estabeleceu desde o momento do descobrimento. O religioso para Portugal era tão importante, que superava inclusive outras esferas. Daí a percepção, que fica evidente, que a religião é recheada de muitos significados na cultura portuguesa. O catolicismo português pode ser considerado como o elemento que dava sustentação não só a sociedade como a todos os grandes projetos desta nação. A religião era o cimento daquela sociedade.

Ao receber como herança o patrimônio cultural dos Ibéricos, o Brasil, formado por portugueses, índios e africanos, foi absorvendo com naturalidade todos os elementos destes povos, prevalecendo significativamente os aspectos religiosos dos portugueses. E muito mais que isso, passou a ser considerada a nação mais católica, entre as modernas, nos últimos séculos. Qualquer observador notará que nos primeiros anos do século XX, que corresponde no caso brasileiro à Primeira República, atitudes irreconhecíveis foram manifestadas publicamente contra a religião.

A liderança da sociedade brasileira envolvida com os ideais de desenvolvimento e progresso passou a atribuir um valor à religião que até então jamais se tinha observado. A religião nacional passou a sofrer duras críticas³ e foi acusada de anti-modernista e elemento impeditivo para se alcançar definitivamente um nível de desenvolvimento já alcançado pelas nações européias e principalmente pelos Estados Unidos da América.

Neste particular o objetivo maior do primeiro capítulo do trabalho, é mostrar, dentro das possibilidades, algumas raízes desta compreensão e reação que insiste em afirmar que a esfera religiosa é insignificante e portadora de germes

³Ver Rui Barbosa, *Discursos Parlamentares – obras completas*, volume 7, tomo I, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. Principalmente no Capítulo sobre “*Secularização dos Cemitérios*”, discurso proferido na Sessão de 27 de julho de 1880, o parlamentar fez diversas críticas ao modelo de comportamento assumido pela Religião do Estado. A partir da página 163 deste volume é possível observar a seriedade do assunto.

que provocaram o atraso. Esta maneira de se vê a religião insistentemente reproduzida ao longo das gerações, tem possibilitado um grande mal estar no mundo acadêmico ao ponto de se criarem uma espécie de blindagem a fim de não correrem o risco de eventualmente sofrerem algum tipo de contato, influência ou interferência desta esfera. Estes elementos somados contribuem significativamente para uma falsa visão que a sociedade brasileira tem e teve a respeito da religião. Os *Manuais de História do Brasil* comprovam essas hipóteses à medida que quase nenhum espaço é dedicado a historiar a importância do componente religioso na formação da cultura brasileira. Religiões como: protestantismo,⁴ candomblé⁵ e espiritismo simplesmente não fizeram por longos anos parte da história nacional.

A estrutura do primeiro capítulo procura esclarecer ao leitor que esta atitude contrária à religião que os círculos acadêmicos detêm, aqui no Brasil, não foi uma atitude assumida do dia para a noite, quase que como uma ação irresponsável. Pelo contrário, um processo se estabeleceu e aos poucos foi retirando a sustentação que a religião possuía no Brasil. Constatado este comportamento, o passo seguinte foi demonstrar que ele é o resultado de uma longa história, permeada, de contínuas relações, polarizações, tensões e atritos. Estas tensões de forma acentuada tem sido uma marca da complexa cultura brasileira.⁶

Procura-se resgatar no primeiro tópico “*correntes ideológicas do século XIX e a religião*” tensões e atritos ocorridos no interior do catolicismo europeu, especificamente no catolicismo de Portugal. Considera-se necessário apontar dentro do próprio catolicismo polarizações que marcaram a sociedade portuguesa. Estas polarizações ao contrario de representar um movimento engessado e inflexível, apontam para uma relação dialética possibilitadora de

⁴MENDONÇA, Antônio Gouvêa, FILHOA, Prócoro Velasques, *Introdução ao Protestantismo no Brasil*, São Paulo: Loyola, 2002.

⁵Ver BASTIDE, Roger, *O Candomblé da Bahia*, São Paulo: Cia. das Letras, 2001; Ver também PRANDI, Reginaldo, *Segredos Guardados – orixás na alma brasileira*, São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

⁶Ver MOTA, Carlos Guilherme, *Ideologia da Cultura Brasileira*, São Paulo: Editora 34, 2008; MOTA, Carlos Guilherme, *Brasil em Perspectiva*, São Paulo: Difel, 1974.

importantes reformas e renovações necessárias. Evidente que no primeiro momento o leitor desatento, poderá concluir que a religião é o espaço e lugar muito apropriado para as desavenças. Para o mais cuidadoso e perscrutador será sempre o campo das muitas possibilidades, até mesmo dos desencontros.

As polarizações apontadas ocorreram em países como a França, Itália e também em Portugal. Algumas correntes contribuíram para estas polarizações, outras as responsáveis diretas. Foram destacadas: o padroado, jansenismo, galicanismo, oratorianos, regalismo e jesuitismo. Estas correntes aqui são apontadas basicamente porque produziram tensões e estas foram geradoras de um rico e significativo acervo de conhecimentos que tem enriquecido de forma muito direta a pluralidade de saberes nos países Ibéricos e nos que foram influenciados por estes. Um curto espaço foi destinado ao Marques de Pombal principalmente por sua influência na expulsão dos Jesuítas do solo português e brasileiro. O regalismo dos reis portugueses possibilitou por vias indiretas até certo ponto a divulgação de princípios ligados às idéias jansenistas como: a *Teologia de Lião* e o *Catecismo de Montpellier*. Os padres de Patrocínio, bem como o Regente Feijó receberam destaque, apenas, porque eram portadores das idéias jansenistas aqui no Brasil. Finalmente o tópico se encerra considerando que algumas matrizes do catolicismo apresentadas desde o descobrimento gerou praticas e comportamentos nesta religião nem sempre padronizados.

No tópico e subtópicos classificados como: Afirmações liberais versus condenações papal enfatiza-se que no processo civilizatório pelo qual passam as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, encontram-se princípios que tendem a romper com o que era considerado como conservador e tradicional. De passagem a Reforma Protestante⁷ é mencionada uma vez que agrega em si elementos e idéias contestadoras e que provocaram rupturas no *status quo*. Conseqüentemente uma grande crise de autoridade se verificou naquele momento. A autoridade da Igreja hegemônica recebeu severas críticas que culminam no estabelecimento das denominações cristãs classificadas como

⁷Ver obra de COSTA, Hermisten Maia Pereira da, *Raízes da Teologia Contemporânea*, São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

protestantes.⁸ Isto custou muito caro ao catolicismo, pois rapidamente no século XVI,⁹ ele deixou de ser a religião predominante em nações como Alemanha, Suíça, Escócia, Holanda e Inglaterra.

Os prejuízos para os católicos foram incalculáveis. Esta fragmentação abalou consideravelmente a autoridade do Papa. Este tópico propõe estabelecer uma visão mais crítica, pois, apresenta algumas variantes de polarização, e esta não mais ou somente tencionando internamente o catolicismo. Católicos e Protestante se colocaram em posições opostas,¹⁰ pegaram em armas e promoveram guerras sangrentas.¹¹ O principal objetivo era defender suas posições. Esta foi uma polarização que insiste em se manter até os dias atuais. Evidente que isto se constitui em elemento dos mais visíveis, do qual se favorece àqueles que têm na religião uma adversária.

As influências destas disputas transcenderam o território Europeu e através de estudiosos, padres e políticos que buscaram uma formação acadêmica diferenciada nos Estados Unidos e em vários países europeus chegaram ao Brasil. Em muito se diferenciavam uns dos outros, isto devido as Universidades escolhidas para a formação. No entanto, o número de políticos, acadêmicos e liberais que se colocavam frontalmente em disputas com o catolicismo aumentavam significativamente no período que vai da Independência (1822) até o início da República (1889).

⁸Ver CALVINO, João, *Instituição da Religião Cristã*, tomo I, São Paulo: Editora UNESP, 2008. Principalmente a introdução da obra em que o reformador dedica seu trabalho ao Ilustríssimo Monarca Francisco, Rei da França.

⁹Ver excelente trabalho de Lucien Febvre, *O Problema da Incredulidade no Século XVI – A Religião de Rabelais*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009; Pierre Chaunu, *O Tempo das Reformas (1250 – 1550), II. A Reforma Protestante*, Lisboa: Edições 70, 2002; CHAUNU, Pierre, *A História como Ciência Social*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976; DAVIS, Natalie Zemon, *História de Perdão – e seus narradores na França do século XVI*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2001; PAIVA, Eduardo França Orgs., et. Al, *O Trabalho Mestiço – Maneiras de Pensar e Formas de Viver Séculos XVI a XIX*, São Paulo: Annablume: PPGH/ UFNG, 2002; DEL PRIORE, *Esquecidos por Deus – Monstros no Mundo Europeu e Ibero-Americano (Séculos XVI – XVIII)*, São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

¹⁰Ver ELLIOTT, J. H., *A Europa Dividida – 1559 -1598*, Lisboa: Editorial Presença, 1985. Principalmente a Parte II desta obra.

¹¹A histórica Noite de São Bartolomeu, 24 de agosto de 1572 é um bom exemplo destes combates.

Tornou-se muito comum culpar a religião predominante (catolicismo) pelo atraso e estagnações de todos os setores da sociedade brasileira. Muitos acreditavam que as disputas entre o trono, poder secular, e a igreja, poder espiritual, contribuíram significativamente para aquele estado de profundo subdesenvolvimento brasileiro. A única alternativa, caminho para o desenvolvimento e modernidade, era o rompimento imediato com a Igreja e o estabelecimento urgentíssimo de um estado moderno, democrático e laico.

Neste contexto, e respirando os bons ares da Europa moderna, um significativo número de brasileiros se pôs a defender, com afinco, os ideais de uma sociedade laica e liberta dos efeitos dos movimentos religiosos sejam eles quais fossem. Conseqüentemente, estabeleciam uma zona de muitos conflitos não no campo das posições, mas principalmente no campo das idéias e ideologia. As sociedades consideradas livres, democráticas e modernas logo assumiriam posições e absorveriam determinadas práticas e comportamentos frente a religião,¹² que seriam dos mais graves.

Ser religioso no Brasil¹³ tornava-se muito arriscado e por conta disso não foram poucas as disputas. As macros estruturas do catolicismo, atentos, observavam e reagiam a toda esta movimentação das sociedades modernas. Ao se posicionar contra tudo que na opinião da Igreja, não correspondia com a verdade, esta mesma Igreja teve a oportunidade de manifestar-se contra a maioria das idéias e princípios tidos por “o que havia de melhor” para um país moderno. As condenações papais tiveram a preocupação de levantar, na opinião do pensamento católico daqueles dias, “os males do século” e ofereceram, corajosamente uma resposta, principalmente com dois documentos: **a)** Encíclica “*Quanta Cura*” e o **b)** Silabo de Pio IX.

¹²Ver Robert M. Levine, *O Sertão Prometido – O Massacre de Canudos*, São Paulo: Edusp, 1995.

¹³Ver *A Igreja na Primeira República*, Capítulo IX, Livro III, *Cultura, Igreja, Ideologia e Diplomacia*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 3/Vol. 9, II – *Sociedade e Instituições (1889 – 1930)* Direção Geral FAUSTO, Boris, São Paulo: Difel, 1990, p. 321.

Em seguida destaca-se personagens¹⁴ ilustres e com consciência política que procuraram, entre a população, restabelecer a confiança no catolicismo especificamente e na religião de forma geral. Grande foi o envolvimento destes indivíduos principalmente porque restabelecia o diálogo com determinados setores da sociedade que a muito os ignoravam. A Faculdade de Filosofia de São Bento, tornou-se para muito, o ambiente acadêmico propício a se estudar as humanidades com competência, e ao mesmo tempo sem criar a dicotomia que separava o saber religioso dos demais saberes. Religião e filosofia, como história, direito e tantas outras ciências¹⁵ puderam ser aprendidas sem que uma eliminasse a outra.

O segundo capítulo: Conceitos que Influenciaram as Academias e os Produtores de Conhecimentos, ficou estruturado com os seguintes tópicos:

- 2.1. – O Intelectual.
- 2.2. – Intelectual Brasileiro e o Período Império/República – Joaquim Nabuco.
- 2.3. – Intelectual Brasileiro e a Compreensão de Nação e Povo – Rui Barbosa: libertos, educação, trabalho, isonomia, sociedade e voto.
- 2.4. – Intelectual Brasileiro e os Poderes - Patriarcal, Elite, Oligarquias.
- 2.5. - As Matrizes de Pensamento: Comte, Marx e Weber.
- 2.6. – A Compreensão de Ciências e a Produção de Conhecimento.
- 2.7. - As Ciências Humanas e seu Papel na Produção do Conhecimento.
- 2.8. – Organização da Universidade de São Paulo.
- 2.9. - A Reação dos Intelectuais Católicos.
- 2.9.1. - Faculdade de Filosofia de São Bento - uma tradição.

Para a proposta da pesquisa é um capítulo importante, pelo fato de oferecer as provisões teóricas para a compreensão do conceito “intelectual”. A busca pelas definições e idéias para a classificação dos intelectuais, oferecem inúmeras

¹⁴Ver principalmente capítulo terceiro de MACEDO, Ubiratan Borges de, *A Liberdade no Império – O Pensamento sobre a Liberdade no Império Brasileiro*, São Paulo: Editora Convívio, 1977.

¹⁵Ver J. Bronowski, *Ciências e Valores Humanos*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

possibilidades de conhecimento de quadros teóricos dos mais significativos para o estudo de sociedades complexas e, também, o papel destes produtores de conhecimento como agentes de transmissão de saberes.

Modelos de intelectuais serão discutidos, porém, o mais importante nesta pesquisa, especificamente neste tópico, será a aplicação desses paradigmas ao estudioso brasileiro, que cumpre conscientemente ou não o papel de intelectual. Após definir e aplicar o conceito, o capítulo procura resgatar pensadores brasileiros que pensaram e interpretaram o Brasil, desde a Colônia até início da República. Historiadores e políticos como Joaquim Nabuco¹⁶ e Rui Barbosa¹⁷ trabalharam com aspectos culturais da sociedade brasileira. Como a religião foi vista? Existem descrições da importância da religião na formação da cultura do país?

Outro aspecto deste capítulo apresentado nos tópicos 2.3 e 2.4 analisarão a construção das relações de poderes, tanto o privado como o público. Ao mesmo tempo o capítulo prossegue descrevendo a situação sócio-político-educacional da população brasileira.

A maior preocupação desta tese nos tópicos seguinte foi apresentar os grandes Conceitos/Idéias que exerceram influências nas Academias e nos centros de produção do conhecimento aqui no Brasil. É a parte do trabalho em que através das pesquisas, se identificou o quanto o pensamento de Comte/Marx/Weber contribuiu para a formação dos intelectuais brasileiros e o quanto estes intelectuais se utilizaram desses referenciais teóricos nas Academias, portanto na formação de novos mestres, bem como nos tratados de história e sociologia que visaram interpretar o Brasil.

¹⁶Ver SILVA, Leonardo Dantas, *Nabuco e a República*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990; GOUVÊA, Fernando da Cruz, *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1989; MARTINS, Luís, *O Patriarca e o Bacharel*, São Paulo: Alameda, 2008, p.139.

¹⁷MARTINS, Luís, *O Patriarca e o Bacharel*, São Paulo: Alameda, 2008, p. 129.

Esta tese confirma que de forma substancial, estes pensadores exerceram muita influência sobre as Academias e conseqüentemente nos que produzem conhecimento no Brasil.

Estes elementos considerados, estabelecerá a possibilidade de compreensão de Ciências, bem como a produção de conhecimentos. A tese procura discutir de que maneira a “*Ciência*” foi tratada entre os pesquisadores brasileiros e se no seu início foi colocada como contra ponto à religião. Nos primórdios do desenvolvimento da ciência na academia brasileira, como estes pesquisadores olhavam a esfera religiosa. O subdesenvolvimento brasileiro se justifica por ser o Brasil um país religioso e que oferece liberdade religiosa? Estas respostas são dadas e analisadas, pois, existem muitos documentos que discutem esses temas.

Nesta mesma linha, a pesquisa procurou compreender as causas e os principais motivos que levaram acadêmicos, empresários e políticos a formarem a Universidade de São Paulo (1934).¹⁸ Esse tema constitui-se aqui dos mais relevantes, pois empiricamente analisou um Centro Produtor de Conhecimentos dos mais importantes, não só para o Brasil, como para toda a América do Sul.

A tese caminhou defendendo a hipótese que a Universidade de São Paulo é a principal responsável pela formação de intelectuais nas diversas áreas do conhecimento humano e na profícua produção científica/acadêmica. Isto dito de forma direta significa que a USP é responsável pela produção em larga escala dos principais produtores de conhecimento no Brasil. Ao caminhar para o fim deste capítulo foi discutido o papel das Ciências Humanas e sua relevância na produção científica. Justifica-se o assunto, pelo grande crescimento e a valorização que as academias dão atualmente as Ciências Humanas. Uma vez que se constata esse desenvolvimento das Ciências

¹⁸Ver artigo *As Três Fundações da USP: 1934, 1969, 1994* de Maria Cecília Winter e Gabriel Passetti, In *Notícias de uma Universidade: a greve estudantil da FFLCH/USP – 2002*, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

Humanas nas Academias brasileiras, a pergunta que se faz é: até que ponto a esfera religiosa tem sido considerada no meio acadêmico?

O terceiro capítulo: Três Ensaio e a Compreensão Histórica do Brasil, que basicamente foi composto pela análise e síntese de *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, representou para esta pesquisa o elemento aferidor. Houve uma pesquisa aprofundada uma vez que seria, como foi, estrutura para a tese o elemento religioso e o uso deste pelos três intelectuais em destaque. O capítulo apresenta três sub-tópicos: 3.1. – *Casa Grande & Senzala* – A Família; 3.2 – *As Raízes do Brasil* – O Homem. 3.3. – *A Formação do Brasil Contemporâneo* – Estruturas;

A principal característica do quarto capítulo, é a demonstração de que no Brasil grandes intelectuais pensaram e interpretaram a sociedade e cultura do país. Por trás destas obras encontram-se três dos mais importantes historiadores e sociólogos que o Brasil pode produzir. As obras aqui citadas são apenas amostragem da grande capacidade interpretativa e produção acadêmica de seus autores. Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior representam o que temos de melhor quanto ao assunto e formação cultural do Brasil.

A partir das leituras das obras e análises de comentaristas foi produzido sínteses do pensamento destes autores. A principal motivação para estas pesquisas nas obras citadas se deu pela necessidade que a tese teve de observar o quanto a religião, como esfera de conhecimento ou não, foi utilizada para abordagens significativa e interpretativa sobre as origens da cultura brasileira. O capítulo chega ao final demonstrando que nas três obras analisadas, existe de certa forma uma descrição da religião, no entanto, esta descrição evidencia que os autores não tiveram outra saída uma vez que o Brasil se constituía na sua cotidianidade de profundos elementos religiosos indissociáveis da sociedade nacional. As narrativas descrevem a religião como componente da realidade.

A proposta do quarto capítulo caminhou na direção do capítulo anterior, porém, outros elementos foram estudados. A estrutura deste capítulo ficou da seguinte forma: 4 – O Autor, a História do Brasil e a Religião nos Três Ensaios, e como sub-tópicos – 4.1. – *Casa Grande & Senzala* e a Igreja ao Serviço do Senhor; 4.2. – *Raízes do Brasil* e a religiosidade como componente do Brasil; 4.3 - *A Formação do Brasil Contemporâneo* e a Igreja ao Serviço do Colonialismo.

Neste capítulo procurou apontar para a biobibliografia dos autores das obras citadas. Com isto a pesquisa pode se aproximar mais da intimidade destes interpretes. Os resultados, na opinião do pesquisador, foram dos melhores. Aspectos da formação familiar, da formação acadêmica, envolvimento na política brasileira e principalmente a produção intelectual e acadêmica. São personagens que se estudados individualmente os pesquisadores levarão a vida toda. Não são simples brasileiros, pelo contrário, eles ganharam notoriedade internacional. Isto fez com que a pesquisa se limitasse apenas a alguns aspectos de suas vidas.

Porém, suficiente para se perceber a importância que cada um deles, em sua geografia, seu tempo, sua academia e principalmente pela importância para a descrição da cultura e sociedade brasileira. A medida que as lentes de análise foram aproximadas ainda mais dos objetos, responsabilmente, a Tese precisou recuar, pois conscientemente compreendeu que não havia tempo e que era simplesmente impossível esgotar os assuntos: Freyre, Holanda e Prado Júnior. À medida que a pesquisa avançou para o campo da formação intelectual foi surpreendente a percepção, pois o religioso no seu todo não se constituía em temas relevantes para eles. Freyre ficou bastante decepcionado com o protestantismo Batista nos Estados Unidos o que fez com que recuasse para o catolicismo. Sérgio Buarque de Holanda não demonstrou qualquer tipo de afinidade com o religioso e Caio Prado Júnior declarava-se um comunista distanciado da religião.

A tese considera que as opções religiosas desses autores, evidentemente, não modificariam, nem influiria na análise criteriosa que cada um fez do Brasil. Se o caminho tomado por eles fosse de análise da religião, certamente teríamos

uma riqueza de elementos desenvolvidos como fruto das pesquisas. O que a Tese percebeu e descreveu foi que estes autores fizeram considerações sobre a religião tímidas e sem grandes preocupações. Na opinião do autor da pesquisa uma análise mais aguda traria muitos benefícios ao entendimento da cultura Brasileira.

Finalmente, as Considerações Finais: A Religião como Tema Subalterno na Análise Social da História do Brasil. Dando encerramento ao trabalho, ficou com a seguinte estrutura: 5.1. - As ciências sociais e sua auto-suficiência para dar conta da compreensão Histórica do Brasil; 5.2. – A religião como componente do real e não como domínio do saber; 5.3. – A religião como tema relegado ao privado, aos valores e aos ritos; 5.4 – A religião como Domínio de Saber.

Nas Considerações Finais conforme estruturado aqui, se propôs, uma análise mais detalhada. Apesar de muito agradável, este tópico se constituiu em pesquisas das mais desafiadoras. Pois aqui a religião abrirá linhas de discussões com outros saberes, e neste rico exercício de trocas de experiências, pode-se observar os limites que a própria religião impõe a si mesma e os limites que foram impostos pelos outros domínios de saberes.

É possível que para uma grande parcela de pensadores, o tema religião, não seja importante ou significativo para a análise e entendimento do país. Como, porém, a religião tem sido discutida atualmente em diversos níveis, tem sido assunto em centros acadêmicos, objeto de análises em grupos de estudos e uma literatura em profusão tem aparecido sobre o tema, acredita-se que seu conteúdo atrairá cada vez mais pesquisadores de áreas diferentes. Isto pode ser confirmado a partir de cientistas da USP que no início da década de sessenta já mostravam grande interesse pelo assunto.

CAPÍTULO 1

Tensões entre Poder Religioso e Poder Civil.

1.1 – Correntes ideológicas do século XIX e a religião.

Muito mais que um tema recorrente, as ideologias do século XIX, se constituiu e se firmou após infindáveis debates no interior dos estatutos civis e do religioso entre outros. Não foram poucas às vezes em que estes temas avançaram para além do simples debate teórico. O assunto envolve, em certo grau, níveis de dificuldades já bem testadas por inúmeros pesquisadores. Estas dificuldades ocorrem uma vez que cada domínio, tanto o civil como o religioso,¹⁹ são constituídos por leis próprias que são complexas e por elementos, frutos da indução e das deduções, que poderiam e podem ser falseadas. Estes elementos próprios de seus domínios foram, ao longo dos anos, se sedimentando em camadas uma sobre as outras, ou então substituindo, somando, anulando, muitas colocadas ao lado de outras mais antigas, enfim, existem e sobrevivem dentro de dinâmicas e lógicas, que lhes são próprias e nem sempre são visíveis ao observador comum. Estes elementos para terem sentido real, são duramente testados nos laboratórios e salas de debates dos teóricos e das sociedades. Após, passarem por duros testes, e apresentando algum valor, dando significado a determinadas compreensões da realidade, serão disponibilizados para o uso comum.

Existindo grande complexidade dentro de cada domínio, essa dificuldade é expandida quando o pesquisador resolve analisar os entrecosques de uma com a outra. O que tem se repetido ao longo da existência dos Estados e da Igreja. Para que exista uma compreensão dos temas discutidos nesta tese, deve-se obrigatoriamente passar pela tensão entre poder civil e poder religioso.

¹⁹Ver ESTRADA, Juan Antonio, *Deus Nas Tradições Filosóficas – Aporia e problemas da Teologia Natural*, São Paulo: Paulus, 2003; ESTRADA, Juan Antonio, *Deus nas Tradições Filosóficas – Da morte de Deus à Crise do Sujeito*, São Paulo: Paulus, 2003.

A medida que o trabalho avançar, os elementos decorrentes deste embate vão se tornando mais claro. Em muitas situações observou-se a predominância de um sobre o outro e em outras situações o caso invertia.

Portugal foi fortemente marcado, culturalmente, pela filosofia helênica pelo sistema organizacional jurídico romano e a forte religiosidade judaico-cristã. Estes elementos, sustentáculos da cultura ocidental, contribuíram para que em Portugal se estabelecesse um sistema político-religioso nem sempre harmônico como era de se esperar. A luta pelo poder em Portugal, como em qualquer outra nação ocidental, passava quase que obrigatoriamente pelos estatutos civis e pelo religioso.

O trabalho neste capítulo procurou de forma sucinta resgatar as origens do Padroado, por entender que, apesar de se tratar de uma matriz remota para a o entendimento da cultura portuguesa, ao mesmo tempo foi vital para o estabelecimento dos impérios representados tanto por portugueses como por espanhóis. Foi principalmente dentro destas nações que o princípio do padroado se mostrou como elemento fundamental para o estabelecimento da supremacia do Estado sobre a Igreja. O século XVI revelou, grandes embates com relação ao poder. O Estado e a Igreja, em vários momentos históricos promoveram, lutas encarniçadas em torno do desejo de supremacia de um sobre o outro.

O problema colocado desta forma, parece até muito simples, o que não é verdade. O trabalho gastara algumas páginas para a fixação destes elementos a fim de oferecer aos leitores melhores condições de entendimento das correntes apontadas.

Ficou muito evidente, dentro do território português, a reação romana que visava, em princípio, um real e inquestionável equilíbrio, constituído principalmente pela liberdade de atuação e certa autonomia para que suas ações fossem respeitadas.

O Brasil como receptáculo da cultura portuguesa seria o espaço/tempo para que os mais diferentes atores portugueses, tanto políticos como religiosos, pudessem testar suas teorias políticas e teológicas.

Neste ponto, entende-se, que forças antagônicas e invariavelmente dinâmicas agiram e reagiram em movimentos contínuos capazes de evidenciar aspectos da cultura portuguesa, que uma vez, transferida para o Brasil e aqui aprofundada, funcionaria como reflexo do modelo português. Sem esse prévio conhecimento e apresentação desses aspectos dificilmente se construirá um conhecimento seguro da cultura brasileira no século em questão. Por um lado, matrizes consideradas modernas também serão trabalhadas uma vez que oferecem inúmeras possibilidades de entendimento da hipótese da tese. Essas matrizes modernas são formadas pelo regalismo, jansenismo, galicismo e ultramontanismo. A tese propõe para melhor fluidez dos assuntos duas possibilidades de análises: uma será a discussão do campo religioso e político, e a outra o campo teológico com as disputas entre o Jansenismo e o Ultramontanismo.

Todos estes elementos encontrar-se-ão ao longo dos anos com outros movimentos que empurravam os homens, as sociedades e as nações ao novíssimo processo de desenvolvimento. No século XIX e início do XX as nações se encontravam em rota de colisão direta com a modernidade. As nações européias já praticamente organizadas faziam com que outras nações mais pobres e distanciadas, como era o caso do Brasil, começassem a desenvolver mecanismos possibilitadores desta modernização. Aqui se chega a um dos pontos fundamentais da pesquisa. Dentro desse árduo processo de civilização e modernização o Brasil quer se fazer presente. No final do século XIX claramente, apesar de suas raízes ainda muito arcaicas e um conservadorismo predominante que lutava para a manutenção das velhas políticas, o Brasil declarava-se partidário da evolução social, política e

econômica que era o comum naqueles dias nas nações mais desenvolvidas. Outra questão que a tese levanta é o que significa querer se modernizar?²⁰

Julgando ser de certo valor, estas correntes, aqui analisadas, visivelmente disputando o poder, ora sustentadas pela esfera secular, ora pela esfera religiosa, colaboraram para a construção da identidade brasileira. Ao longo dos séculos, a religião católica e o estado colocaram-se ora nas mesmas trincheiras, ora em trincheiras diferentes.

Uma das hipóteses seguida nesta tese é que todas estas disputas no seio da sociedade brasileira e muitas delas envolvendo a Igreja contribuíram para que na atualidade a sociedade brasileira enxergasse o religioso como uma das principais causas do subdesenvolvimento das instituições nacionais. E que a evolução sócio-política do Brasil só será possível com o abandono do religioso, uma vez que nele está o germe do atraso.

1.1.1. Matriz Remota: Padroado.

Esta tese, dentro do que é possível, não pode ignorar, como não ignora, a riqueza cultural e ao mesmo tempo a complexidade que envolve o Brasil. Não bastasse sua cultura com matizes diversificados, por suas origens em povos diametralmente diferentes e contrários, do ponto de vista geográfico, étnico e religioso, é necessário, também, certo entendimento de Portugal.²¹ Dentro deste universo que é a cultura brasileira, ignorar a história de Portugal, significa que não se compreenderá o suficiente, a cultura brasileira. Certos aspectos apontam para uma semelhança entre brasileiros e portugueses e por outro lado, são muitos os elementos que os diferenciam.

²⁰Ver Vera Teresa Valdemarin, *O Liberalismo Demiurgo – estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa*, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000; SAVIANI, Dermeval, *O Legado Educacional do Século XIX*, Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

²¹Ver SANTO, Moisés Espírito, *Origens do Cristianismo Português*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e também SANTO, Moisés Espírito, *A Religião Popular Portuguesa*, Lisboa: Cooperativa Editora e Livreiro, CRI, 1990.

Fica uma quase obrigatoriedade, dentro desta proposta, discorrer, nos limites do trabalho sobre a tensão entre poderes: secular e o religioso. A sociedade brasileira constituída a partir do momento em que portugueses deliberadamente ou por obrigação resolveu fixar permanência no solo recém descoberto,²² foi marcada por diversas polarizações. Uma delas, a tensão entre o Estado e Igreja,²³ marcará este trabalho.

A dominação portuguesa sobre o Brasil foi indiscutível. Apesar de a metrópole encontrar-se a milhares de quilômetros, os soberanos de Portugal nunca abriram mãos da imensa e rica colônia. Este estado português leal ao pontífice romano transportou toda riqueza de gestos, liturgias e doutrinas do catolicismo para o Brasil. Ao mesmo tempo em que a colônia se desenvolvia do ponto de vista econômico e social, também desenvolvia a sua religiosidade. Este crescimento concomitante foi solo dos mais férteis para que ocorressem fricções entre estas importantes áreas. E muito cedo já era possível perceber que uma unanimidade entre poder secular e o religioso era utopia.

O Estado soberano se declarava católico. Não restam dúvidas que os soberanos portugueses defendiam as cores de Roma. Isto até as últimas conseqüências. Não se questiona que a colônia brasileira que tinha reis portugueses que eram católicos, declarava-se e se auto preservava como nação católica.

A Igreja a tudo presente, desde os primeiros missionários que aqui se estabeleceram, procurava encurtar a cada instante suas diferenças como o Estado português. A relação visceral entre Estado e Igreja²⁴ foi por muitos séculos uma das mais significativas marcas do Brasil.

²²Ver ORLANDI, Eni Puccinelli, *Terra à Vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*, Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

²³Ver AZEVEDO, Thales de, *Igreja e Estado em Tensão e Crise*, São Paulo: Ática, 1978; MONTENEGRO, João Alfredo, *Evolução do Catolicismo no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1972; ROMANO, Roberto, *Brasil: Igreja Contra Estado*, São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

²⁴Ver MAINWRING, Scott, *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916 – 1985*, São Paulo: Brasiliense, 2004.

Por outro lado, deixando o Estado português momentaneamente à parte, e concentrando-se na Igreja, há de se observar que esta Instituição estava longe de ser uma unidade. Ressalta-se esta fragmentação principalmente no fim do século XVIII, passando por todo século XIX.

O clero²⁵ que era a base desta Igreja, por sinal ignorado por grande parte dos estudiosos, constitui-se no caso brasileiro quase que uma instituição isolada, com divisões e subdivisões, das mais importantes para o entendimento da composição e desenvolvimento da sociedade brasileira. É possível sem correr riscos, pensar em clero no plural. Isto se justifica, pois um era o comportamento do clero composto por portugueses, e outro comportamento muito diferente o do clero composto por nacionais. Apesar da grande influência dos jesuítas sobre os nacionais, estes, a partir do século XVIII, “tornaram-se uma força política quase maciçamente insurreta”.²⁶

A Igreja que aprofundava cada vez mais raízes no solo da colônia brasileira primava pela unidade das suas múltiplas sociedades, congregações, ordens e paróquias. Deveria se necessário, pagarem um alto preço, desde que rupturas não ocorressem. Mas como conseguir esta unidade diante de tantos e diferentes interesses: da Igreja, ora do Estado, ora de Roma e que às vezes eram individuais e em outros momentos coletivos?

O clero composto de nacionais chegou se opor contra o Estado que se revertia também contra a Igreja, diante da defesa dos interesses de populações a beira da miséria e da injustiça. Em determinadas situações este clero foi diretamente influenciado por idéias e princípios externos. As idéias francesas sempre tiveram um lugar especial no imaginário popular e da elite brasileira. Porém outras influências, como o dos maçons levou dezenas de padres e freis a assumirem posições que lhes custaram, em alguns casos, a própria vida. Algumas atitudes eram necessárias, pois existia um sentimento muito forte de nacionalismo. A

²⁵Ver importante obra de Dom Duarte Leopoldo e Silva, *O Clero e a Independência*, São Paulo: Edições Paulinas, 1972.

²⁶ROMERO, Abelardo, *Heróis de Batina - Pequena História do Clero Católico no Brasil*, Benfca, RJ: Conquista, 1972, p. 15.

ruptura com Portugal era o anseio de muitos. Os laços da colônia com a metrópole deveriam ser desfeitos. Um regime republicano, federativo e liberal eram agendas debatidas no privado e no público. O que envolve este clero²⁷ combativo é uma verdadeira saga de coragem e profundos desafios. Na história brasileira com muita timidez os feitos destes homens são contados. Detecta-se de imediato que apesar dos esforços, em geral, o que prevaleceu foi o autoritarismo católico-português.

No seu famoso discurso “*A decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*,”²⁸ Antero de Quental ressalta mais de uma vez a grandeza de Portugal nos primórdios do seu estabelecimento na península. Povo consciente, participativo, aventureiro, guerreiro e que sabia suportar as muitas intempéries.²⁹ Portugal se sobressaía como nação modelo, próspera e sensível. Quando do seu estabelecimento por volta de 1143, época em que Afonso Henrique era investido para dar melhores rumos àquele povo. Eles próprios faziam suas leis, regras e costumes. Politicamente Portugal se adiantava às nações mais fortes daquele século.

Os portugueses que no momento da investidura de Afonso Henrique solicitou que aquelas leis deveriam ser cumpridas a qualquer custo, “teve esse seu desejo satisfeito durante 352 anos, de 25 de julho de 1143 até 1495, quando Dom Manuel I sucedeu a Dom João II.”³⁰

Essa eficácia portuguesa se verificava em momento decisivo daquele povo, quando monarcas, nesse período, até para declarar guerras a outros povos, não o fazia, sem antes, consultar a opinião de seus súditos.

²⁷MORAIS, J. F. Regis de, *Os Bispos e a Política no Brasil*, São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

²⁸QUENTAL, Antero de, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Último Três Séculos*, Lisboa: Guimarães Editores, 2001; Ver SILVA, Ana Rosa Claclet da, *Inventando a Nação – Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750 – 1822)*, São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

²⁹Ver também comentários valiosos das origens de Portugal em Tito Livio Ferreira, *A Lusitânia Província de Roma In Curso de História de São Paulo*, São Paulo: Arquivo Histórico, 1969.

³⁰ROMERO, 1972, p. 16.

O mesmo Antero de Quental na fluidez de suas palavras aponta que estes dias gloriosos³¹ do povo português em breve se tornariam em pesadelos. Como foi possível, questiona Quental, uma nação descer tão rapidamente às mais profundas ruínas? Portugal, nação, que dominou os mares, povo que agregou continentes inteiros ao pequeno espaço ibérico, agora padece. Este discurso de Quental ocorreu no ano de 1871. Isto significa que Portugal vinha de um declínio desde o século XVI. Portanto este espírito decadente da nação portuguesa seria transmitido, “com os mesmos sintomas à recente colônia descoberta”.³²

O processo de transição do medievo para o período moderno foi extremamente dolorido para Portugal. E isto já com Dom Manuel I.

A despeito das inúmeras riquezas que Portugal e Espanha passaram a possuir com as descobertas marítimas e com suas fortes empresas coloniais, a compreensão de que o mundo estava mudando drasticamente foi extremamente lenta e deficitária para as duas nações. Eram riquezas sem precedente capaz de cegá-las para a realidade. Uma base sólida para o desenvolvimento dos dois povos. Grandes financiamentos, muitos incentivos à navegação, excelentes escolas³³ enfim, tinham o que era necessário para o crescimento. A despeito de todos estes bens, só contribuiu para a estagnação e pobreza das duas nações, pois em momento algum foram pró-ativas. Quiseram sobreviver, avançando os séculos, apenas pela rapinagem.

Caminho inverso tomou outros povos, seus líderes e seus pensadores. Na Holanda, com território acanhado e muito limitado, surgiram os grandes

³¹“Deste mundo brilhante, criado pelo gênio peninsular na sua livre expansão, passamos quase sem transição para um mundo escuro, inerte, pobre, ininteligente e meio desconhecido. Dir-se-á que entre um e outro se meteram dez séculos de decadência: pois bastaram para essa total transformação 50 ou 60 anos! Em tão curto período era impossível caminhar mais rapidamente no caminho da perdição”. QUENTAL, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*, 2001, p. 25.

³²ROMERO, 1972, p. 16.

³³Ver sobre a *Escola Naval de Sagres*, em *Curso da História de São Paulo*, São Paulo: Arquivo Histórico, 1969, p. 18.

rumores a respeito da liberdade oferecida pelos oceanos. O geocentrismo era derrubado para o escândalo do papa por Copérnico. Gutemberg e Lutero sacudiam a Alemanha.³⁴ Um com seus tipos móveis o outro com idéias evangélicas não consideradas por Roma. Na Itália Savonarola tornava-se mártir, sendo torturado pelo Santo Ofício. O pintor Boticelli representava a renascença como nenhum outro e Michelangelo transformava mármore em carne.

A mudança do medievo para o moderno inspirava mestres da literatura como foi o caso de Miguel de Cervantes que escrevia e descrevia a decadência e o desaparecimento de um período que já estava saturado e esgotado. A cavalaria e seu charme, nada mais eram do que lembranças de um período que outrora romântico e heróico agora morto.

Em Portugal, constata-se que naqueles dias, em termos religiosos era possível detectar um clero inoperante que tranquilamente saboreava os prazeres da vida como se a vida fosse apenas o aqui e o agora. Este clero não representava mais a Igreja que em tempos anteriores se mostrava evangélica e participativa. Como sanduíche, este clero vivia entre uma casta de gente fidalga, cercada pela abastança e desperdício e outra de pessoas miseráveis que sobreviviam esmolando e sempre necessitados.

O que se tem no Brasil como resultado desta experiência portuguesa foi uma colônia de exploração e uma igreja oprimida pelo padroado e ameaçada pelo Santo Ofício.

Com a finalidade de melhor compreensão, a tese se propõe oferecer ao leitor uma rápida descrição do que foi o Padroado e o Santo Ofício no Brasil. Porém, faz-se necessário dizer que as pretensões, quanto ao tema, são acanhadas, pois os objetos de análises do trabalho são outros. Daí a descrição quase que sumária do significado do padroado.

³⁴Ver a reação de Lutero frente as atitudes de Leão X em TUCHMAN, Bárbara W., *A Marcha da Insensatez: de Tróia ao Vietnã*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, pp. 108-120.

Autor como Romero responsabiliza principalmente a Carlos Magno,³⁵ que por um de seus atos, se coroando em Roma como chefe do Sacro Império Romano Germânico, tornou-se, em 800, o padroeiro da Santa Igreja.

Foi notório o ato de Carlos Magno. Celebrou-se ali pacto entre os poderes temporal e intemporal. Houve mútuo comprometimento, destacando o Imperador como o maior defensor dos interesses da Igreja. Deveria ele combater todo tipo de inimigos da religião cristã.

Serão famosas as muitas batalhas entre cristãos católicos contra mouros, africanos e bárbaros. A dinastia carolíngia prodigiosamente contribuiu para que a passagem pelos Ibéricos fosse protegida contra as invasões árabes. Neste aspecto os Ibéricos, Portugal e Espanha, foram do ponto de vista estratégico geográfico fundamental para o impedimento de acesso pelos exércitos inimigos que desejava a qualquer custo marchar sobre Roma. A Concessão do padroado fundamentalmente estabelecia a união de poderes entre os Reinos Germânicos Católicos e os Estados Romanos. Na medida em que o tempo passou, em muitas ocasiões os Estados Católicos Germânicos buscaram o auxílio dos Estados Pontificais para soluções de problemas internos e externos.

Em outras situações, não possuindo recursos e qualificações para lidar com inimigos infiéis e hereges o poder religioso buscou ajuda nos poderes seculares. Estas trocas de favores, para uma explicação simples, são a causa de profundos e duradouros conflitos e tensões entre o temporal e o espiritual. Foram muitos os casos em que os papas se submeteram aos imperadores e muitos os imperadores que se submeteram aos papas.³⁶

Um dos maiores dilemas enfrentado por Portugal no século XVI foi a necessidade de expansão. Geograficamente, Portugal se sentia incomodado e sufocado e expandir era uma necessidade prioritária, quase a última saída.

³⁵Ver importante livro de FAVIER, Jean, *Carlos Magno*, São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

³⁶Ver principalmente o 5º capítulo de KANTOROWICZ, Ernst H., *Os Dois Corpos do Rei – Um estudo sobre Teologia Política Medieval*, São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

Além desse dilema, outro que assombrava Portugal, era seu endividamento e pobreza. Onde conseguir dinheiro para investimentos marítimos que poderiam dar a solução para o atraso.

Apertado pela Espanha que sonhava com o momento de tornar as terras de Portugal sua propriedade, e com lutas internas, o único caminho possível era pelo mar. A expansão marítima para Portugal se constituiu na melhor saída para sua fragilidade e angustiada situação. Caso não oferecesse uma rápida solução para aquele dilema, ninguém o salvaria de se tornar um apêndice espanhol. Foi dentro deste contexto que Dom Dinis, apossou-se dos tesouros dos Templários. Tendo nesses tesouros financiamento suficiente para suas empreitadas no mar. Evidente que estas fortunas eram deslocadas de entidade que possuiu caráter internacional e reconhecimento universal. Haveria um preço para tudo aquilo e Portugal não o recusou.

João XXII confirmou a Ordem de Cristo em Portugal por solicitação de Dom Dinis. Esta sociedade possui muitos bens materiais, dinheiro e ouro suficiente para financiar grandes viagens. Uma das solicitações dessa Ordem diz respeito ao empréstimo mediante a concessão do senhorio e padroado das terras descobertas, pois pretendiam evangelizar e expandir o cristianismo nas novas terras. Esta situação caracteriza bem Portugal, uma vez que desde sua organização como reino se tornara um feudo da Igreja. De 1143 até 1383 Portugal esteve sob domínio quase completo de Roma. Tal o poder de Roma que o Papa Inocêncio IV destronou o imperador Sancho II, segundo relatos, só porque deixara de atender a algumas exigências do clero.

Talvez aqui esteja o momento em que se esclarece a subsistência do padroado em Portugal. Quando em 1481, Dom João I obtinha do papa Bonifácio IX o privilégio de exercer e transmitir o padroado, o que sua santidade lhe concedia por meio de uma bula que perpetuava a união do grão-mestrado com a Coroa. Tal concessão importava no reconhecimento do poder absoluto dos reis

lusitanos e, conseqüentemente, na origem dos conflitos entre os poderes temporal e intemporal.³⁷

Tanto o Estado como a Igreja viam muitos benefícios decorrentes do padroado. Sempre que ocorresse uma necessidade ambos os lados imediatamente buscavam socorro no seu concorrente. Consta que em Portugal, no ano de 1498, D. Manoel I³⁸ isentava o clero de determinados impostos.

Em 1514, Leão X conferia a D. Manoel I³⁹ e seus sucessores benefícios nas igrejas e nos domínios de ultramar, tornando-se eles ainda mais amplos nas mãos de Dom João III.

³⁷ROMERO, 1972, p. 21.

³⁸“A Província de Santa Cruz, foi incorporada por D. Manoel I ao patrimônio da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, ou, simplesmente, Ordem de Cristo, sucessora da Ordem dos Templários”. *Curso da História de São Paulo*, São Paulo: Arquivo Histórico, 1969, p. 22.

³⁹No ano de 1514 o rei de Portugal D. Manuel I conseguiu reconfirmar alguns privilégios que iria caracterizar de forma marcante o Padroado no Brasil. Tais como: o direito de provisão dos bispados, paróquias, cargos eclesiásticos em geral, em troca do financiamento das atividades eclesiásticas. Como conseqüência, nenhum clérigo podia partir de Portugal sem autorização e audiência particular com o rei, ao qual jurava fidelidade. Qualquer correspondência entre a Igreja no Brasil e Roma passava necessariamente pelo controle da coroa portuguesa. Além disso, cabia ao rei novas fundações eclesiásticas, escolher candidatos ao episcopado e a outras dignidades eclesiásticas. Através do padroado, a Coroa teve o controle absoluto da Igreja Católica no Brasil. Impedindo a sua atuação independente na colônia. Quase todas as despesas que a igreja tinha eram custeadas pela coroa (os missionários eram pagos pela fazenda real). Isso incluía até missionários protestantes conforme descreveu J.J. Tschudi em seu livro *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo* :“O Imperador Dom Pedro I enviou, no ano de 1823, o brasileiro naturalizado major Georg Anton de Schaeffer, a Francfort-sobre-o-Meno, como plenipotenciário, levando a missão de promover a vinda de imigrantes para o Brasil. (...) Como o pastor Sauerbronn declarou que o contrato era legítimo e original (...) Em seu contrato havia uma cláusula em que lhe eram assegurados os vencimentos anuais de 2.000 florins romanos.” A Igreja na colônia, por conseguinte, não estava diretamente submissa ao papa e sim ao rei português. Boa parte do clero e da sociedade civil brasileira encontravam-se feridos pelo regalismo do poder civil e pelo galicanismo do governo, herança esta das regras portuguesa, e transplantadas para o Brasil. Os atritos entre o poder imperial e a Igreja datavam período anterior à Reforma. Tal era a influência dos monarcas em atos referentes a negócios eclesiásticos, que usualmente se considerava como verdadeira colaboração, tolerada, embora irregular. Na França, a Universidade e o Parlamento, isto é as Cortes de Justiça, valiam por conselheiros teológicos dos Soberanos, e incessantemente invadiam a esfera de competência do governo da Igreja. Na Espanha Filipe II discutia com o Papa dogmas e disciplina, como se ele próprio fora o administrador da vida espiritual. Em Portugal, acontecia o mesmo, e a ascensão ao trono de D. José I, com seu ministro Pombal, marcou o nível máximo dessa política dominadora do estado sobre a igreja. Um conflito potencial, pois estava sempre pendente entre essas duas fontes de autoridade tão diversas, a revelação e a força material. Como tendência geral, regalismo e galicanismo procuravam dilatar-se, e dominar na contenda. A Igreja mantinha sua posição, mas lutava pela sua autonomia frente o poder civil, que para ela era invasor. Fora o Brasil organizado segundo as mesmas normas de Portugal. Embora a Constituição de 1824, liberalíssima para a época,

No Brasil, a situação seria ainda mais diferenciada, pois Roma tinha convicção que a nova colônia portuguesa, não passava de um presente que ela, Roma, tinha oferecido aos Lusos.

Muito provavelmente Dom João III, católico convicto, tenha sido o rei que, sem perceber, trouxe um mal estar a Portugal e ao Brasil. Isto se deu, pois, foi ele quem permitiu a entrada do Santo Ofício nos territórios lusos. Devoto a papas, não refletia como se deveria, no futuro e no bem estar do seu povo. Contribuiu, ele próprio, com a acusação e assassinatos de inúmeros de seus súditos pela inquisição.⁴⁰

Esta trajetória de Portugal o levaria como o levou para uma verdadeira situação de crise. A medida que a nação tornava-se pobre, a igreja católica tornava-se muito rica. No Brasil, cujas terras pertenciam à Ordem de Cristo, enriqueceria ainda mais. Graças ao padroado,⁴¹ exerceria jurisdição absoluta sobre a colônia americana, podendo até cobrar dízimos, sob a condição de aplicá-los no sustento do clero, o que nunca fez, aliás, de modo satisfatório.⁴²

A partir do ano de 1578, a Coroa portuguesa, isentava o clero de muitos impostos. Os bispados possuíam suas constituições gozando e vivendo como se fossem nações independentes. Os padres seculares exerciam autoridade

admitisse e tolerasse outros credos, o catolicismo no entanto, era a religião oficial. O ponto de partida desse regalismo era a placitação das bulas ou breves, oriundos da Sé Apostólica. Nenhum ato praticado pelo pontífice ou pela cúria, ou por ordem dele, era exequível no Brasil, sem que tivesse sido confirmado pelo **placet** do Governo Imperial. O mal-estar, surgido de tais fatos, crescia de dia para dia, e tendia a por a Igreja na subordinação do governo. Era uma igreja em camisa de força.

⁴⁰Ver SARAIVA, António José, *Inquisição e Cristãos – Novos*, Portugal: Editorial Estampa, 1994; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, *Ensaio sobre a Intolerância: Inquisição, Marranismo e Anti-Semitismo*, São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. VIEIRA, Pe. Antonio, *Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*, Tomos I e II, Salvador: Livraria progresso Editora, 1957

⁴¹“Quando o Brasil estava na infância o clero não podia ser mantido com esses dízimos e os padres propuseram ao Governo de Portugal pagar-lhes um determinado salário, ficando com os dízimos. O governo aceitou e atualmente os dízimos têm vinte vezes mais valor mais a cônica para aos padres; a mesma. O clero se queixa amargamente do acordo feito.” Ver. KOSTER, Henry, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942, p. 73.

⁴²ROMERO, 1972, p. 22.

como e em alguns casos superior a magistratura civil. Censuravam publicamente os sediciosos, o que participasse das missas e aqueles cuja situação conjugal não correspondesse com os da Igreja. Verdadeiramente tratava-se de um Estado Espiritual vivendo dentro de um Estado Secular⁴³ com os mesmos direitos.

Esta ambivalência, tensão e polarização se constataram dentro do período de colonização aqui no Brasil. Foram dois poderes que acima de qualquer coisa apresentavam discordâncias e conflitos jurisdicionais eram sempre travados, por outro lado estes poderes fundiam-se quando o assunto era o desenvolvimento, entre os brasileiros, das idéias liberais. Neste campo os poderes eram mais que unidos.

Não demorou muito para que Dom Pedro I, mesmo após a Independência, percebesse que deveria obter apoio da Igreja. Isto não significou que teria apoio do clero. Sabia que no clero brasileiro não poderia contar muito, pois este clero que na sua grande maioria era formado por liberais, não se conformavam com o comportamento da Igreja diante da sociedade brasileira. Constata-se aqui dois organismos que em princípios são da mesma origem, mas que após observação mais profunda, percebem-se diferenças das mais gritantes. Uma coisa é a Igreja outra muito diferente é o clero desta Igreja, principalmente os nacionais.

Dom Pedro I se apoiava na Igreja e não no clero liberal. Ele era maçom, como maçom eram os liberais. Este monarca tomou uma decisão das mais contraditórias a sua própria filosofia. Apagou “os propósitos autonomistas dos primeiros constituintes, impôs ao país a carta de 25 de março de 1824, instituindo o *catolicismo como religião oficial*, bem como o *padroado* e o *placet*.”⁴⁴

⁴³Torna-se uma leitura proveitosa sobre a União Ibérica no livro de Ana Paula Torres Megiani, *O Rei Ausente*, São Paulo: Alameda, 2004, uma vez que a autora trabalha com as festas e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619).

⁴⁴ROMERO, 1972, p. 23.

Seu ato de tornar o Brasil uma nação independente de Portugal, como de fato ocorreu, criou uma grande disputa com o Vaticano. Imediatamente procurou Dom Pedro I meios para estabelecer uma situação de paz com a Igreja. Após a Independência, Leão XII, não acreditando, talvez, no grito do Ipiranga, procurou ganhar tempo, esperando que se consolidasse a soberania dos brasileiros.

O ano de 1827 serve para marcar o momento em que o papa concedeu à coroa bragantina da América direitos iguais aos da Metrópole em Portugal, isso no tocante ao padroado secular e ao grão-mestrado da Ordem de Cristo.⁴⁵

A aparente tranqüilidade desfrutada por Dom Pedro I, uma vez investido do direito de exercer o padroado, com responsabilidade para com o clero, não percebia que no interior desta Igreja, conforme aponto Abelardo Romero, estava o vírus que haveria de miná-lo e afastá-lo do poder. Tratava-se dos princípios liberais. Numa das incompreensões da história, na maior e melhor parte deste clero, estavam aquelas idéias que colocariam fim e profundas dificuldades ao domínio de Dom Pedro I. O período de 1826 a 1829 marcaram, aqui no Brasil, a permanência de muitos padres regalistas e entre os legisladores eleitos um grande número de liberais. Muitas autoridades eclesiásticas se declaravam galicanas, foi o caso do monsenhor Vidigal e o padre Antônio Vieira⁴⁶ da Soledade. O próprio padre Diogo Antonio Feijó, grande autoridade católica, o cônego Januário da Cunha Barbosa, monsenhor Pizarro e Araújo, eram todos maçons.

A grande maioria destas autoridades católicas não se acanhou de defender publicamente os interesses do Estado contra os objetivos do vaticano.

⁴⁵ROMERO, 1972, p. 23.

⁴⁶Ver *Antônio Vieira – o Imperador do Púlpito*, Org. Joaci Pereira Furtado, São Paulo: Edusp/Instituto de Estudos Brasileiros, 1999.

Houve entre as muitas intromissões do Imperador a tentativa, pelas suas próprias mãos, reformar algumas Ordens Religiosas.⁴⁷ Não fosse a disposição e coragem de enfrentar o Imperador os beneditinos seriam os primeiros a sofrerem com as novas exigências da coroa.

Difícilmente se sabe dos reais motivos que levavam o Imperador a tomar estas medidas. Claramente se observava que o governo fazia tudo para agradar a Igreja. Em 1830, decretara que, uma vez eleitos deputados ou senadores, os eclesiásticos eram dispensados dos cargos que vinham exercendo nas paróquias. Um ano depois, bispos e párocos tornavam-se, por lei, servidores públicos. Tudo isso, porém, era pouco. Apoiada em privilégios que tinham sua origem no padroado, sentia-se a Igreja suficientemente forte para vetar decisões do poder civil.⁴⁸

Ocorreram momentos de tensão muito séria envolvendo o Estado e a Igreja e mais ainda, envolvendo o clero brasileiro. Não resta dúvida que o padre Diogo Feijó, homem de grande moral tinha poder para propor e defender medidas anticlericais. Como foi o caso do celibato entre os padres. Para Feijó, o celibato deveria ser abolido, favorecendo assim, a massa esmagadora do clero. Para ele, com a queda do celibato iria moralizar a conduta entre os padres através do casamento. Resolveu, então, expedir um aviso, datado de 12 de março de 1832, em que retratava a situação, dizendo que o clero não cumpria a principal de suas obrigações, que era a de “plantar a semente dos bons costumes.”⁴⁹ A conclusão de tudo isto, que envolveu o padre Feijó, mostrou que nunca o catolicismo apesar de avisos, sugestões, protestos e muitas outras reivindicações justas, nunca esteve disposta a alterar o status quo. Estas reivindicações nunca foram atendidas, por outro lado, ao contrário, quando a Igreja não era atendida, valia-se dos elementos do poder civil para alcançar seus objetivos.

⁴⁷Ver sobre *Ordens Religiosas no Período Colonial*, Capítulo I, Livro II, *A Igreja no Brasil Colonial*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, vol. I, *A Época Colonial – II Administração, Economia e Sociedade*, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1973, p. 51.

⁴⁸ROMEIRO, 1972, p. 24.

⁴⁹ROMERO, 1972, p. 25.

Questão que aparentemente não traria maiores preocupações foi o estabelecimento do Registro Civil. Muito pelo contrário, quando o governo regulamentava o registro civil, o clero observou nisso mais uma restrição aos seus privilégios. E como a maçonaria se empenhasse na adoção do registro, caía, conseqüentemente, na antipatia da Cúria, dos bispos inconformados com o progresso social e dos jesuítas em geral. Temos aqui um momento especial que se pode observar o rompimento da Igreja com a maçonaria⁵⁰ aqui no Brasil.

A questão religiosa⁵¹ poderá ser observada por diversos ângulos. Porém não se pode ignorar a intransigência por parte da Igreja no sentido de impedir que maçons expusessem suas opiniões pela imprensa. Maçonaria e imprensa formariam dupla histórica no Brasil. Uma é como parte da outra. Exatamente neste ponto quis, parte do clero, desautorizar comentários e opiniões maçônicas. E a mais séria delas foi executada por frei Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, frade capuchinho que o imperador nomeara, em maio de 1871, para o bispado de Olinda. No ano seguinte, tendo “*A Família Universal*”, logo depois acompanhada de “*A Verdade*”, órgão da maçonaria, publicado artigos doutrinários, entendeu Dom Vital⁵² de atacá-los. Travou-se então viva polêmica no auge da qual a autoridade diocesana chegou a ponto de ameaçar com pena de interdição as irmandades que não expulsassem de seu seio aqueles que pertenciam a maçonaria. ⁵³

⁵⁰Ver excelente obra de VIEIRA, David Gueiros, *O Protestantismo, A Maçonaria e as Questões Religiosas no Brasil*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

⁵¹Ver sobre *Vida Religiosa*, Capítulo I, Livro IV, *Vida Espiritual*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 4/Vol. 6, II – *O Brasil Monárquico – IV Declínio e Queda do Império*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo: Difel, 1985, p. 317.

⁵²“Como Dom Vital houvesse colocado as leis da Santa Sé acima das de sua pátria, recebia mais tarde do papa dois ricos presentes, um deles um cochim de seda bordada a ouro. Era merecedor de tais mimos pela defesa dos interesses de Roma. Esse servo fiel da Igreja, que nascera a 27 de novembro de 1844, filho do capitão Antônio Gonçalves de Oliveira e de sua mulher, dona Antônia Albina de Albuquerque, tinha origem fidalga. Sua mãe descendia em linha reta de Duarte Coelho de Albuquerque.” Cf. ROMERO, Abelardo, *Heróis de Batina - Pequena História do Clero Católico no Brasil*, Benfica, RJ: Conquista, 1972, p. 27; ROMERO, Abelardo, *Origem da Imoralidade no Brasil*, Benfica, Rio: Conquista, 1972.

⁵³ROMEIRO, 1972, p. 26.

A irmandade de Santo Antônio, discordando da ação, porém não conseguindo obter do bispo a revogação de seu interdito, interpôs recurso para o Conselho de Estado, obtendo provimento. O contra ataque de Dom Vital⁵⁴ foi fulminante, não só desacatando a decisão judiciária, como fundamentou sua opinião no opúsculo com o título de “*O bispo de Olinda e os seus acusadores no tribunal do bom senso*”.

Apesar de tolerante, Dom Pedro II não poderia deixar de prestigiar o Conselho de Estado, sob pena de ver o poder civil, de que era chefe, completamente desmoralizado. O bispo de Olinda foi, assim, preso, processado. Ao chegar ao Rio de Janeiro, foi recolhido ao Arsenal da Marinha, a 21 de janeiro de 1874, e dali removido para a fortaleza de São João, onde passou apenas um ano e meio, saindo a 17 de setembro de 1875.⁵⁵

A trajetória de Dom Vital foi surpreendente. Sua vocação sempre foi muito clara e inquestionável. Já aos dezesseis anos foi tonsurado, aos dezoito seminarista, aos dezenove quase foi frade, aos vinte e quatro, professor de teologia, em São Paulo, e aos vinte e sete, por fim, bispo de Olinda.

Embora fosse oficialmente católico, não poderia Dom Pedro II tolerar a intromissão do papa nos negócios do Estado. Daí o conflito com a Igreja, conflito esse eufemisticamente chamado “*a questão religiosa*”, e que teve seu desfecho em 1890, pelo decreto 119-A, de sete de janeiro do mesmo ano. Tal decreto declarava extinto o padroado com os seus institutos e prerrogativas, o que a Constituição de 1891 consagraria em definitivo, estabelecendo, todavia, condições para um entendimento entre os dois poderes.⁵⁶

Mas a Igreja jamais se conformaria com a perda do padroado, de que a separação dos poderes era a consequência. Não poderia deixar de imiscuir-se

⁵⁴Ver *A Questão Religiosa*, Capítulo II, Livro IV, Vida Espiritual, In *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 4/Vol. 6, II – *O Brasil Monárquico – IV Declínio e Queda do Império*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo: Difel, 1985, p.338.

⁵⁵ROMEIRO, 1972, p. 27.

⁵⁶ROMEIRO, 1972, p. 28.

nos negócios públicos, sob a alegação de defender a civilização cristã. Quarenta e três anos após a extinção do padroado voltavam a lutar pela reconquista, parcial embora, de seus privilégios.

Assim foi que, exercendo pressão sobre os constituintes de 1934, os quais devem tê-la sofrido, por sua vez, no recesso do lar, conseguiu a Igreja que introduzisse na carta constitucional daquele ano dispositivo sobre o ensino religioso, diga-se católico, contra o laicismo didático consagrado na Carta de 1891.

Durou pouco, entretanto, a concessão do poder legislativo. Três anos mais tarde, a carta outorgada de 1937 restabelecia, parcialmente embora, o ensino leigo no país.⁵⁷

1.1.2. – Matrizes Modernas: Galicanismo, Jansenismo; Regalismo e Ultramontanismo.

A supremacia de Roma, enquanto centro da religião cristã, há muito tinha sido questionada. Com a invasão das tribos do norte foram muitas as tentativas e tratativas que visavam uma descentralização do poder religioso. Neste sentido, historicamente, a França, sempre se antecipou às demais nações, reivindicando um catolicismo⁵⁸ cuja autoridade estivesse no seu território. Estas posturas da França, rapidamente ganharam o nome de galicanismo. Estas disputas claramente apontam para grandes interesses. Estes interesses diziam respeito a um poder religioso subordinado ao poder secular estabelecido. O que estava envolvido nestas questões, eram assuntos dos mais sérios, com a participação de reis e papas. Aquela estrutura francesa não se convenceu do monopólio romano dentro de seu território. O catolicismo com suas raízes sob toda a Europa causava certo desconforto a determinados reis e imperadores. Tratava-se da expressão de interesses nacionais, e não só monárquicos da

⁵⁷ROMEIRO, 1972, p. 28.

⁵⁸“Em 1788, na Bahia, pediram a formação de uma igreja nacional separada de Roma.” Cf. Roger Bastide, *Religião e Igreja no Brasil*, texto digitalizado, p.6.

França, no seio da igreja universal, com a qual pretendia um rompimento nacionalista.⁵⁹

O movimento que recebeu o nome de jansenismo⁶⁰ dentro da sociedade portuguesa e posteriormente na brasileira, influenciando o catolicismo, foi contestador e reivindicava uma reforma urgentíssima nas estruturas da Igreja.

Precisar os reais interesses do jansenismo sempre será uma tarefa das mais difíceis, porém, aproveitando determinadas particularidades do movimento católico europeu, salientava uma ruptura, pois diziam partidários de uma ética cristã mais próxima da igreja primitiva. Uma das intenções dos jansenistas era criar condições no catolicismo europeu para os favorecimentos dos postulados agostinianos. Tal reforma vislumbrava mudança na prática cristã, e também, novas interpretações doutrinárias.

Alguns estudiosos⁶¹ traçam linhas de semelhança entre jansenismo e calvinismo.⁶² O catolicismo tradicional se mostrava dentro de um grande dilema e por isso rapidamente se armou contra a influência jansenica/galicana junto ao seu clero. Questões relacionadas às ordens monásticas agravavam a cada dia a teia de relações entre católicos.

⁵⁹CHACON, Vamireh, *Jansenismo e Galicanismo no Brasil* In *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 23, n. 91, julho/setembro, 1973, p. 268

⁶⁰Cornélio Otto Jansen, conhecido pelo nome latino Jansenius (1585-1638), era holandês e foi bispo de Yprés de 1636 a 1638. Escreveu uma obra sobre a doutrina de Santo Agostinho, intitulada *Augustinus*, publicada depois de sua morte. Nela expõe a doutrina conhecida por jansenista. Os jansenistas são rigoristas em doutrina e em moral. Segundo eles, o pecado original perverteu o homem tão radicalmente que ele fica sem liberdade, e só a graça, que é irresistível, pode salvá-lo. Cristo não morreu por todos, mas sim pelos que se salvam, sua doutrina sobre a predestinação aproxima-se da de Calvino. Tiveram seu centro no mosteiro de Port-Royal, Animador espiritual do movimento, foi Antônio Arnauld (+ 1694). Foram jansenistas decididos notáveis pensadores e literatos, como Pascal e Racine. Como Igreja separada, o jansenismo só tem subsistido até hoje numa pequena comunidade de alguns milhares na Holanda, com bispos e sacerdotes validamente consagrados. Mas o jansenismo continuou influenciando no interior da vida da Igreja contaminando a piedade e a perspectiva da ascética praticamente até começo do século XX. Cf. PEDRO, Aquilino de, *Dicionário de termos religiosos e afins*: Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993, p. 153-154.

⁶¹CHACON, 1973, p. 268.

⁶²Sistema ético e religioso criado por João Calvino, teólogo franco-suíço.

Mas como estas novas idéias surgiram no Brasil? Em meio a uma polarização cada vez maior entre os poderes seculares e os religiosos, tanto no Brasil como na Europa, a reação da sociedade esclarecida brasileira, inclui se aqui parte do clero, passaram a ler e manter contato com os proponentes das novas correntes. Nas contradições da realidade brasileira esta tensão entre as esferas de poder, a secular e a religiosa, descobriu, aqui, solo dos mais frutíferos e fecundos para as disputas.

1.1.3. - Oratorianos.⁶³

Em terreno bastante perigoso travaram-se grandes debates e diferenças foram resolvidas nem sempre em paz sobre o futuro de ordens como a dos Jesuítas⁶⁴ e dos Oratorianos, especificamente em Portugal. Mais influente e com total apoio do Vaticano, os jesuítas⁶⁵ não conseguiram interromper o percurso de alguns opositores por estarem ligados a modelos de governantes que com um regalismo acentuado protegiam e asseguravam determinados indivíduos e certas práticas mesmo quando estas se negavam uma submissão a Roma. Com esta proteção, foi garantido a permanência dos oratorianos que exerceram uma curta, porém, forte influência sobre as organizações e instituições que deram base e sustentação ao catolicismo luso-brasileiro.

São Felipe de Nery fundou, em Roma, em 1564, um grupo, congregando sacerdotes seculares, elevado em 1575 a congregação sem votos. Sem rigidez estrutural, o modelo pareceu conveniente ao Cardeal francês Pierre de Bérulle, rival dos também Cardeais Richelieu e Mazarino, para reunir o disperso e

⁶³Ver sobre *Padres do Oratório*, Capítulo II, Livro II, *A Educação e seus Métodos*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, vol. I, *A Época Colonial – II Administração, Economia e Sociedade*, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1973, p. 76.

⁶⁵Ordem fundada por Inácio de Loyola, que em 1534 emite os votos com seus primeiros companheiros. Foi aprovada por Paulo III em 1540. Suprimida em 1773, pelo Papa Clemente XIV (exceto na Rússia, onde não foi autorizada a bula de supressão), foi restaurada em 1814. Os jesuítas se dedicam aos variados serviços: pregação, exercícios espirituais, ensino, publicações... Ao longo da história, muitos de seus membros se destacaram como figuras de primeira ordem na Igreja nos mais variados campos. Seu quarto voto, de especial obediência ao papa os constitui um decisivo apoio nas grandes tensões e dificuldades no interior da Igreja como também frente ao exterior. Cf. PEDRO, 1993, p.158.

polarizado clero do seu país, fortemente influenciado pelo jansenismo e galicanismo.

Aqui está mais uma das grandes contradições da história. O movimento de Felipe de Nery fundado em Roma visava principalmente organizar o clero que se dispersava pela influência jansenista. Porém, o que ocorreu surtiu efeito contrário.

Posteriormente lançaram, então, as bases do Oratório francês (1611–1613), inspirado formalmente pelo italiano, porém, dele independente, pela própria estrutura concebida por Felipe de Nery. Ocorreu que o segundo superior geral do próprio Oratório italiano, o francês Charles de Coudren, já adotava posições teológicas muito do agrado de Bérulle, muito parecidas ao jansenismo, atraente pelo menos do ponto de vista moralizante, aos olhos de Roma, preocupada com a frouxidão⁶⁶ do clero secular, enquadrado por Felipe de Nery.

Coudren e Bérulle baseavam seu rigorismo ético numa mesma espiritualidade, que culminava a submissão total do homem à infinita majestade de Deus.⁶⁷

O jansenismo sofreu violentos golpes nesse período. Aparentemente derrotado Port-Royal⁶⁸ mudava de roupagens, reentrando em cena Saint Cyran, um dos principais líderes jansenistas, que ficou ao lado de Bérulle na luta contra Richelieu. Os oratorianos absorveram o espírito belicoso dos jansenistas e com estes passaram a confundir-se.

⁶⁶Entre 1865 e 1866, Luiz Agassiz descreve sua impressão quanto ao clero brasileiro: “Ao lado desse mal, assinalarei, entre as influências fatais ao progresso, o caráter do clero.” AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elizabeth Cary, *Viagem ao Brasil 1865-1866*: Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Univ. de São Paulo, p. 289.

⁶⁷CHACON, Vamireh, *Jansenismo e Galicanismo no Brasil* In *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 23, n. 91, julho/setembro, 1973, p. 271.

⁶⁸Abadia de religiosas cistercienses, nos arredores de Paris, famosa por ter sido desde meados do século XVII o principal centro e foco de irradiação do jansenismo. O mosteiro foi destruído em 1710 por ordem do governo. Cf. PEDRO, Aquilino de, *Dicionário de termos religiosos e afins*: Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993, p. 247.

Em fins do século XVII, Bartolomeu de Quental, antepassado de Antero de Quental, poeta português, introduziu o Oratório em Portugal. O que, coincidiu com as pretensões do marquês de Pombal, interessado na expulsão dos jesuítas.⁶⁹ Pombal viu nos oratorianos o competidor à altura dos inacianos.⁷⁰

1.1.4. Marquês de Pombal.⁷¹

A introdução dos oratorianos em Portugal e sua influência em todas as ordens continua sendo uma página obscura da história brasileira. Frise-se de passagem que os oratorianos, em Portugal, não costumavam importar padres da França ou Itália; eram sacerdotes locais que adotavam a inspiração e os estatutos de um país e de outro, respectivamente.

Pombal⁷² logo observou que a índole e origem dos oratorianos prestavam-se, por excelência, ao seu programa de modernização de Portugal.⁷³ O iluminismo⁷⁴ português surgiu um pouco atrasado, acanhado, porém disposto a permanecer. O seu espírito era não revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o iluminismo italiano: um iluminismo essencialmente cristão e católico. Mas ambos, os oratorianos portugueses,

⁶⁹O erudito historiador Oliveira Martins nos ofereceu em sua obra uma excelente demonstração da conduta jesuítica em Portugal. “Destacando o homem do mundo real e moral, e arrancando o português às suas ainda recentes e mal seguras tradições nacionais, a Companhia em parte alguma conseguia realizar tão cabalmente o seu programa como em Portugal (...) Desnaturados e desnacionalizados, os portugueses eram, nas mãos da Companhia, uma excelente matéria-prima, um barro de qualidade rara, para se moldar a todas as formas que aos oleiros do Senhor aprouvesse dar-lhes.” Cf. MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa: Guimarães Editores, 1987, p. 299.

⁷⁰CHACON, Vamireh, *Jansenismo e Galicanismo no Brasil* In *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 23, n. 91, julho/setembro, 1973, p. 271.

⁷¹Ver excelente obra sobre Pombal: MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

⁷²Quanto à influência do Marquês de Pombal no Brasil, ver *O Marquês de Pombal e o Brasil*, São Paulo, Col. Brasileira vol. 299, Companhia Editora Nacional, 1960; MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

⁷³CHACON, 1973 p. 271.

⁷⁴Esse iluminismo foi essencialmente reformismo e pedagogismo.

tanto quanto os jansenistas franceses, viam nos jesuítas⁷⁵ um inimigo comum.⁷⁶

Ramalho Ortigão percebera muito antes:

“Com a influência intelectual dos oratorianos, introdutores do espírito crítico de Port-Royal na renovação da mentalidade portugueses, condisse realmente o advento de um dos mais brilhantes períodos da nossa erudição.”⁷⁷

Começavam a dar frutos os apelos de Luís Antônio Verney⁷⁸ e Francisco Ribeiro Sanches, em prol de um iluminismo também lusitano, em choque com a resistência jesuítica, ligada, naquele tempo, aos valores de Trento.⁷⁹ O marquês de Pombal, prossegue Ramalho, “teve a previsão desta crise quando por ocasião da expulsão dos jesuítas ele procurou explicar que o aniquilamento da Companhia de Jesus⁸⁰ não destruiria a educação nacional, porque os

⁷⁵Cf. MARTINS, Oliveira: “Tal era a situação de Portugal, perdido em 1580, escarnecido, miserável, pedinte, e agora mugido, até dar sangue, pelos Filipes; tais éramos com a nossa fraqueza sebastianista e o vício ingênito da nossa bazófia fidalga.” p. 300.

⁷⁶CHACON, 1973, p. 272.

⁷⁷CHACON, 1973, p. 272.

⁷⁸Verney escreveu uma grande obra. Vivia na Itália; a sua obra é a mais importante do século XVIII português, ao qual domina de grande altura. Dela, a bem dizer, saiu a reforma dos estudos; dela, em grande parte, saiu a legislação do marquês de Pombal. “ culturalmente, Portugal achava-se na Idade Média, depois de haver proclamado, no Renascimento, o princípio do experimentalismo. Seu trabalho recebeu o título o “Verdadeiro Método de Estudar” (1747). Ao lado de Verney (1713-1792) está Ribeiro Sanches (1699-1783), o grande médico, autor das Cartas sobre a Educação da Mocidade, e D. Luiz da Cunha, o diplomata (1662-1749), autor de um notável Testemunho Político, em que indicava ao príncipe herdeiro quais as reformas necessárias, apontando para o executante Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal. *Breve Interpretação da História de Portugal*, p. 122, Antônio Sérgio, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1972. Ver sobre Verney, Capítulo II, Livro II, *A Educação e seus Métodos*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, vol. I, *A Época Colonial – II Administração, Economia e Sociedade*, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1973, p. 76.

⁷⁹Concílio de Trento (1545-1563) Em Trento, cidade do norte da Itália, foi celebrado o XIX Concílio Ecumênico em três períodos: 1545-1547, sendo papa Paulo III; 1551-1552, com Júlio III, e 1562-1563, no pontificado de Pio IV. Ocupou-se de assuntos doutrinários, sobretudo em relação com os erros dos protestantes, diante de cuja doutrina em mudança deu segurança; e da reforma dos costumes da Igreja. Cf. PEDRO, 1993, p. 318.

⁸⁰VIOTTI, Hélio Abranches, *O Anel e a Pedra*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1993.

eruditos padres da Congregação do Oratório vantajosamente substituiriam como educadores os jesuítas expulsos.”⁸¹

Para olhos de pesquisadores mais argutos, “há na cultura lusíada duas tendências que de certa forma se contrabalançam ou se completam: uma ligada à Metafísica do ser, à tradição aristotélico-tomista, e que encontra nos conimbricenses a sua mais alta expressão; a outra, de caráter empírico-positivo, preocupada com os problemas do método e da ação prática. À primeira corrente pertence os grandes comentários de Pedro da Fonseca, In *libros metaphysicorum Aristotelis*, publicado em 1578; a segunda corresponde o admirável *Quod nihil scitur* de Francisco Sanches, de 1581.”⁸²

Com o advento de Pombal,⁸³ o Oratório ganhou ainda maior impulso: “D. João V prestou a esta congregação extrema proteção”. Sem a ajuda dessa congregação, o triunfo das novas idéias teria sido senão impossível, muito demorado no século dezenove e sem o alcance que teve. E graça a ele conseguiram reformar até os Estudos da Universidade de Coimbra,⁸⁴ em 1772, quando triunfou o sistema jansenico-galicano. Os livros de formação da juventude, eclesiástica ou laica, passaram a ser anti-romanos: “Eram jansenistas e protestantes na grande maioria os autores prediletos.”⁸⁵

⁸¹CHACON, 1973, p. 272.

⁸²Cf. REALE, Miguel, *A Filosofia em São Paulo*, São Paulo: Grijalbo/Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p.13.

⁸³Para entender melhor Pombal e suas reforma consultar SOARES, Teixeira, *O Marquês de Pombal*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

⁸⁴“Assim, a Reforma universitária pombalina empreende em larga escala a missão de recuperação e de prolongamento da tradição científica lusa, com o embasamento do empirismo. Eis um empirismo, que não é levado às últimas conseqüências, tal como em Hume, Locke mesmo é recebido nas entrelinhas. É um empirismo que tem o seu eixo na Física, e com Newton exaltado ao máximo. E nem se separa Física de Filosofia, como se registrou na constituição do currículo da Faculdade de Filosofia nascida da Reforma dos estudos universitários.” Cf. MONTENEGRO, João Alfredo de S., *O Contexto da Reforma Pombalina da Universidade Portuguesa In Revista Brasileira de Filosofia*, v. 26, n. 103, julho/setembro de 1976, p. 336.

⁸⁵CHACON, 1973, p. 273.

“Erasmus, Malebranche, Lutero, Montaigne com o seu ceticismo devastador, toda uma coorte de humanistas da Reforma, estão na raiz de um questionamento das tradicionais estruturas religiosas e teológicas. Era o livre-exame em vigência. E, por seu intermédio, se desenvolveria todo o espírito liberal. É copiosa a literatura de filosofia política realçando os pressupostos protestantes, puritanos, de extração reformista, do Estado liberal. O jansenismo tem raízes na Reforma, na concepção do homem, do mundo, que dela deriva.”⁸⁶

Mais tarde, no final do século dezanove, o filósofo português Antero de Quental analisou o “catolicismo do concílio de Trento”⁸⁷ como uma das principais causas da decadência dos povos peninsulares numa conferência que teve profunda repercussão e ainda não perdeu totalmente a sua atualidade nos dias de hoje.⁸⁸

Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (1699-1782), aspirava um Portugal moderno que primasse pelas letras e ciências. Ele aprendeu a conhecer e a avaliar Portugal de seus dias, e a medir os efeitos de uma política de isolacionismo. Por outro lado, nas suas missões diplomáticas Pombal apreciava a Europa⁸⁹ culta e moderna.

A polarização dos poderes seculares e religiosos em Portugal no século XVIII tinha suas raízes impregnadas em tronos regalistas e ao mesmo tempo em poderes religiosos centralizados em Roma. O regalismo das autoridades seculares portuguesas foi às últimas conseqüências ao expulsarem os jesuítas de território português. As relações estavam tão afetadas por inúmeros interesses, de ambas as partes, que provocou o rompimento do elo mais fraco daquela corrente. Neste caso caiu o sistema construído pelos jesuítas.

Comenta João Alfredo de S. Montenegro:

⁸⁶MONTENEGRO, João Alfredo de S., *O Contexto da Reforma Pombalina da Universidade Portuguesa In Revista Brasileira de Filosofia*, v. 26, n. 103, julho/setembro de 1976, p.333.

⁸⁷Ver DAVIDSON, N. S., *A Contra – Reforma*, São Paulo: Martins Fontes, 1991.

⁸⁸HOORNAERT, Eduardo, *Formação do Catolicismo Brasileiro: 1550-1800*, Petrópolis, Vozes, 1991, p. 21. Ver Também, Conferências Democráticas - *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*. Discurso pronunciado na noite de 27 de maio, na sala do Casino Lisbonense por Antero de Quental. Porto, na Typ. Commercial, 1871.

⁸⁹Ver PAIM, Antônio, *História do Liberalismo Brasileiro*, São Paulo: Mandarim, 1998, p. 15.

“No começo da segunda metade do século XVIII via Pombal, o ministro todo poderoso de D. José, refletindo a opinião dos espíritos lúcidos de Portugal, a necessidade inadiável de uma mudança radical da mentalidade dominante no país, calcada na dogmática aristotélico-escolástica, com vistas à uma tarefa de modernização, de aperfeiçoamento institucional, de progresso econômico.”⁹⁰

1.1.5. - Expulsão dos Jesuítas de Portugal.

Em 1.º de novembro de 1755⁹¹ Lisboa conheceu o famoso terremoto,⁹² que a liquidou. Esse evento sublinhou o início da ascensão de Pombal. A cidade ficou arrasada; e, no meio da ruína geral, deu o marquês a fórmula do procedimento: “enterrar os mortos, cuidar dos vivos, e fechar os portos.”⁹³

A paixão maior de Pombal foi se colocar contra os jesuítas, e procurava um meio para torná-los inoperantes. Na opinião de Pombal, o jesuitismo era o principal responsável pelo grande atraso de Portugal em relação às demais nações européias.⁹⁴

A congregação dos oratorianos serviu às necessidades de Pombal e exerceram a função de reerguer Portugal do seu estado de pobreza científica, atraso intelectual e divergências religiosas. Um dos resultados das novas medidas incluía a expulsão dos jesuítas do solo português.

“Como fazê-lo? A intuição (...) de Pombal reside num ponto-chave. Aquele segundo o qual toda a recuperação do prestígio completo do poder secular somente se daria a partir de um combate cerrado e radical ao poder eclesiástico. De tal modo que fossem minadas as suas bases político-ideológicas, acabando por desmoronar-se o

⁹⁰MONTENEGRO, 1976, p. 327.

⁹¹PAIM, Antonio, *História do Liberalismo Brasileiro*, São Paulo: Mandarim, 1998, p. 15.

⁹²Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis – Do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

⁹³PAIM, *História do Liberalismo Brasileiro*, São Paulo: Mandarim, 1998, p. 15.

⁹⁴Ver comentários sobre divergências entre Pombal e Jesuitismo em QUENTAL, Antero de, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Lisboa: Guimarães Editores, 2001.

chamado espírito da contra-reforma, produto do consórcio híbrido entre o elemento religioso e o elemento político.”⁹⁵

Na segunda metade do século XVIII o marquês de Pombal toma atitudes drásticas e rompe completamente com os jesuítas.

Em 21 setembro de 1757 desferiu o Ministro o primeiro golpe, quando foi demitido os confessores do rei,⁹⁶ que eram jesuítas, e depois proibiu-os de entrar na corte. O historiador Oliveira Martins aponta a seriedade de tal atitude:

“Este primeiro ato indica bem o resultado da luta, e o futuro vencedor. Perder o confessionário, que tinham tornado a mola real e absoluta do poder, era para os jesuítas começar por perder tudo.”⁹⁷

Depois, denunciou a Ordem perante o papa (Benedito XIV). Martins continua:

“Em fevereiro de 1758, o ministro abre a campanha em Roma, pedindo o castigo daqueles a quem já chamava réu. Excitavam o povo à revolta contra as paternas leis do soberano, atemorizavam a plebe com vaticínios pavorosos, usurpavam as colônias, eram rebeldes, e a paz do reino exigia uma emenda.”⁹⁸

Em abril, o Papa nomeou o cardeal Saldanha, amigo de Pombal, visitador e reformador da Companhia de Jesus; em maio, o reformador proíbe-lhes o exercício do comércio; em junho, o patriarca de Lisboa os expulsa do confessionário e do púlpito, na sua diocese.⁹⁹ Em 19 de janeiro de 1759,¹⁰⁰ eram seqüestrados os bens pertencentes à Companhia e proibidos os povos de comunicarem com os padres. Em 20 eram expedidas as cartas para Roma, pedindo licença para que a Mesa da Consciência julgasse os réus de tão

⁹⁵MONTENEGRO, 1976, p.328.

⁹⁶MARTINS, Oliveira, registra: “ três confessores do rei”, *História de Portugal*, p. 356.

⁹⁷MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, 1987, p. 356.

⁹⁸MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, 1987, p. 356.

⁹⁹MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, 1987, p.356.

¹⁰⁰Ver sobre A Reforma de 1759, Capítulo II, Livro II, *A Educação e seus Métodos*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, vol. I, *A Época Colonial – II Administração, Economia e Sociedade*, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1973, p. 76.

horríveis crimes, agora coroados pelo sacrilégio de atentarem contra a vida do rei. O papa tergiversa: quer que o tribunal seja presidido por um bispo, à sua escolha. Pombal recusa, e as negociações interrompem-se. Por fim em 3 de setembro os jesuítas são expulsos violenta e arbitrariamente, e confirmado o seqüestro dos seus bens. Roma protestou, e em junho de 1760 foi expulso o núncio; em agosto intimada a saída de Portugal a todos os súbditos dos Estados pontifícios.¹⁰¹

“Eis que, no momento em que Pombal assume praticamente as rédeas do poder em Portugal, este se encontra isolado de uma Europa culta e progressista, mergulhado no obscurantismo, na mediocridade, na decadência. Contudo naquele momento do Renascimento, o país desempenhava um papel grandioso na epopéia dos descobrimentos e na construção de um Império imenso a lhe garantir riquezas incalculáveis.”¹⁰²

Quando o iluminismo português se esgotou, coube aos oratorianos seguir também o caminho do exílio, em 1834, expulso pelos liberais que, por sua vez, seriam sucedidos pelos socialistas, nas dialéticas contraposições da história.¹⁰³

E, por grandes que fossem os seus equívocos, os lusitanos animados pela Ilustração – com Verney, Sanches e os oratorianos à frente – muito contribuíram no esforço de inserir seu país na modernidade.

Os oratorianos chegaram a produzir grandes vultos da cultura lusitana, desde o orador Padre Manuel Bernardes – ainda e sempre o maior rival de Vieira, o jesuíta – até Alexandre Herculano, que aos seus mestres nunca deixou de reservar uma palavra de gratidão e admiração. Sobre oratorianos escreveram os irmãos Castilho (Antonio Felicitando e José):

“Desde os rudimentos das Humanidades até os cumes da Eloquência, da História, da Teologia, da Física e da matemática, não há ramo que se lá não cultivasse memoravelmente e de que não ficassem padrões indelévels e numerosos nas escolas, nas bibliotecas, nas academias!”¹⁰⁴

¹⁰¹MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, 1987, p.358.

¹⁰²MONTENEGRO, 1976, p. 329.

¹⁰³CHACON, 1973, p. 273.

¹⁰⁴CHACON, 1973, p. 274.

Daí Hernani Cidade poder concluir: “Foi a pedagogia oratoriana que entre nós introduziu o estudo das ciências experimentais e da filosofia moderna, que as fecundava e estimulava”. Levando-se em conta a breve existência do Oratório em Portugal (de 1671 a 1834), temos de reconhecer a enorme fecundidade do seu esforço, paradoxal ao propiciar, simultaneamente, ousadia da inteligência e temores nos sentimentos.¹⁰⁵

As idéias oratorianas chegaram ao Brasil, em Pernambuco, na pessoa do oratoriano Padre João Duarte Sacramento, logo Bispo de Olinda em 1685, as sementes do Iluminismo não tardaram a florescer na mesma diocese, fortalecidas pelo apoio dado por outro Bispo de Olinda, Azeredo Coutinho, típico ilustrado luso-brasileiro, fundador do Seminário¹⁰⁶ de onde saíram os revolucionários liberais¹⁰⁷ de 1817 e 1824 e, no fim da vida, um dos liquidadores da Inquisição em Portugal, a cuja frente esteve.¹⁰⁸

1.1.6. - Penetração das Idéias Jansenistas no Brasil.

1). Teologia de Lião.

Um grande instrumento para a fixação do jansenismo no Brasil foi a chamada “Teologia de Lião”, oficializada no ensino dos seminários portugueses e brasileiros, para escândalo dos núncios¹⁰⁹ apostólicos. Tratava-se do livro

¹⁰⁵CHACON, 1973, p. 274.

¹⁰⁶Ver sobre *A agitação republicana no Nordeste*, Capítulo VI, Livro II, *O Movimento da Independência*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, I – O Processo de Emancipação*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 207.

¹⁰⁷“É sabido que a revolução de 1817, em Pernambuco, era uma revolução de padres, na qual 60 tomaram parte. Sob o império, penetraram na Câmara de Deputados e eram ministros ou membros da oposição”, Cf. Roger Bastide, *Religião e Igreja no Brasil*, p.5; Ver também ALVES, Gilberto Luiz, *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800 - 1836*, Campo Grande, MS: Editora Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

¹⁰⁸CHACON, 1973, p.274.

¹⁰⁹“Núncio Apostólico, é o representante do papa num país. Como diplomata, cumpre as funções correspondentes diante do governo da nação, desempenhando ao mesmo tempo função pastoral em especial relação com o episcopado nacional. Nos países onde o Vaticano

assinado por Mons. Antoine Malvin de Montazet, Arcebispo de Lyon e Primaz das Gálias, intitulado *Institutiones Theologicae ad usum scholarum accomodatae quae vulgarter circumferuntur sub nomine Theologiae Lugdunensis* (1780), na realidade escrito pelo oratoriano Joseph Valla, “um dos lugares-tenentes do Arcebispo na controvérsia jansenista,” pois “tornara a sua sede uma praça forte do jansenismo francês”. Assim sobrevivendo à sombra da hierarquia galicana, em conúbio com os oratorianos.”¹¹⁰

“Monsignore Lorenzo Caleppi, primeiro Núncio no Brasil, informou, logo em 1803, que a obra estava no *Índex Librorum prohibitorum et expurgatorum* desde 17 de dezembro de 1792. Daí dirigir-se ao primeiro bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, advertindo-o contra seu uso, recebendo surpreendente resposta, na qual D. Coutinho ousava colocar em dúvida a autoridade da Congregação do Santo Ofício em condenar, ou proibir livros, pois ela não se encontrava acima dos bispos. E ele, D. Coutinho, nada achava demais no referido manual, cujas doutrinas eram as mesmas das “mais famosas universidades católicas.”¹¹¹

A “Teologia de Lião” parecia-lhe um livro ótimo e sapientíssimo, na opinião de muita gente, muito estimado e lido por muitos teólogos da Itália, Roma, e de todo mundo. Concluía desafiando o Núncio a apontar-lhe suas implicações heréticas.¹¹²

2). Catecismo de Montpellier.

Outra obra, fortemente jansenista e de uso corrente nos seminários brasileiros, foi o referido “*Catecismo de Montpellier*”, intitulado *Instruction générales en forme de Catechisme*, de autoria do também oratoriano François-Aimé Ponget,

não tem relações com os governos, às vezes o papa nomeia um representante, que recebe o título de pró-núncio.” Cf. PEDRO, *Dicionário de termos Religiosos e afins*, p. 218; Ver ACCIOLY, Hildebrando, *Os Primeiros Núncios no Brasil*, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

¹¹⁰CHACON, 1973, p. 275.

¹¹¹CHACON, 1973, p. 275.

¹¹²CHACON, 1973, p. 275.

diretor do Seminário daquela cidade, e impresso por autorização do Bispo da Diocese, Charles-Joachim Colbert, de notórias simpatias jansenistas. Esta obra foi condenada desde 1771 por Roma.”¹¹³

Neste contexto o avanço das idéias liberais são inevitáveis com um eixo marcadamente antropocêntrico, nacionalista e contestador do “*status quo*”. Somente aí que Portugal se percebeu atrasado em relação às demais nações européias como a Inglaterra, a França e a Alemanha.

Por sufocantes que fossem as resistências do Beneditino Mateus da Encarnação Pina, o jansenismo penetrara fundo na cultura brasileira. Muito mais que os próprios missionários protestantes, dinamizadores da propagação da sua fé no século XIX.

Tais livros causavam tanto sucesso em meio aos brasileiros que até mesmo o missionário protestante Daniel P. Kidder, pensava em utilizar o “Catecismo de Montpellier”¹¹⁴ para ajudar sua infiltração, pois o jansenismo fomentava “uma piedade austera, apreciação pelas Sagradas Escrituras e independência com relação a Roma.”¹¹⁵

1.1.7. - Padres do Patrocínio.

Seria possível existir no Brasil um centro de irradiação do jansenismo nos moldes de Port-Royal? A discussão se amplia à medida que se observa a existência na cidade de Itu, de um grupo de sacerdotes que se reuniam em torno do Padre Jesuíno do Monte Carmelo.¹¹⁶

¹¹³CHACON, 1973, p. 275.

¹¹⁴“A distribuição de umas duas dúzias de Testamentos pelas diversas escolas da cidade, sugeriu-nos a idéia de sua introdução como livro de leitura nas escolas de toda província. O plano parecia ainda mais interessante devido ao fato, geralmente constatado, de haver grande falta de livros escolares. O Catecismo de Montpellier seria mais apropriado para esse fim que qualquer outro livro” Cf. KIDDER, Daniel P., *Permanências nas províncias do Sul do Brasil*, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 285.

¹¹⁵CHACON, 1973, p. 276.

¹¹⁶CHACON, 1973, p. 277.

Francisco de Paula Gusmão, nasceu na então vila de Santos a 25 de março de 1764,¹¹⁷ pardo, veio para Itu, a fim de pintar a igreja de Nossa Senhora do Carmo, em fins do século XVIII ou princípios do XIX. Impossibilitado de entrar na Ordem, por motivo da sua cor, ao enviuar tornou-se padre e eremita. Dois dos seus filhos tornaram-se também sacerdotes e uma filha chegou a reitoria do recolhimento de Nossa Senhora das Mercês.

Alguns autores entendem que o movimento oratoriano encontrou guarida junto aos eremitas de Itu, principalmente pela influência da “*Teologia de Lião*”. E por que esta influência não atingiria paroxismos, na reação moralista típica de Port-Royal, contra a insolvência de um clero com um futuro indefinido? A ponto do Núncio Ostini, e não um anticlerical, escrever a Roma:

“Aqui toda religião consiste em aparatos, músicas, repicar de sinos e fogo de artifício: o concurso se realiza em tais ocasiões, até nas igrejas, oferece o espetáculo da maior licenciosidade.”¹¹⁸

Os Padres do Patrocínio faziam jansenismo provavelmente sem o saber. Empolgados pelo ascetismo, reagindo contra a lassidão do clero em geral, decepcionados com tarefas não lucrativas e recompensas materiais recebidas, mesmo assim, por este clero, os cenobitas em torno de Jesuíno do Monte Carmelo procuravam expiar suas leves culpas e as dos outros. A “*Teologia de Lião*” propiciava o holocausto; impotente embora generoso, tanto no Port-Royal francês quanto no tropical.

1.1.8. - Diogo Antônio Feijó: O Regente.¹¹⁹

¹¹⁷MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo: Seguidos da Cronologia dos Acontecimentos mais Notáveis desde a Fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*: Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 15.

¹¹⁸CHACON, 1973, p. 280.

¹¹⁹Ver RICCI, Magda, *Assombrações de Um Padre Regente – Diogo Antonio Feijó (1784 - 1843)*, Campinas, SP: Editora Unicamp 2001.

Natural de São Paulo,¹²⁰ onde nasceu no mês de agosto de 1784,¹²¹ filho de pais incógnitos,¹²² ordenado em 1809. Dedicou-se logo à educação da mocidade nas vilas de Parnaíba, Itu¹²³ e Campinas, lecionando latim, retórica e filosofia racional e moral. Caráter austero e desinteressado, soube conciliar com a estima o respeito de seus contemporâneos.

Nenhum fato de sua vida, até 1821, demonstrava que ele seria um personagem dos mais importantes no cenário nacional e que representaria um dos mais importantes papéis na história política do Brasil. A sua carreira pública começou naquele ano com os votos que obteve para eleitor na paróquia de Itu, na eleição dos deputados às Cortes Constituintes de Lisboa. Já então os princípios liberais, que havia manifestado, e a instrução que possuía, deram-lhe um lugar na mesma Assembléia, onde tomou assento em fevereiro de 1822, e na sessão de 24 de abril desse ano proferiu um desses discursos enérgicos repassados de patriotismo que fariam por si só a reputação de um homem político naquela época. Porém a atitude e intolerância dos deputados portugueses convenceram desde logo Feijó e a outros deputados brasileiros que nada poderiam fazer em prol de sua pátria; a irritação dos ânimos crescia de dia em dia, e o despotismo colonizador chegou a ameaçar os representantes do Brasil.

Foi eleito deputado à Assembléia Constituinte e ainda para as 1.^a e 2.^a legislaturas da Assembléia Geral. Na sessão de 1827 apresentou o projeto abolindo o celibato clerical e nesse mesmo ano publicou um folheto sobre o

¹²⁰Ver Miriam Dolhnikoff, *Diogo Antônio Feijó – Padre Regente*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Secretaria do Estado da Educação, 2006.

¹²¹“Roger Bastide afirma: “Padre Feijó, sem dúvida filho ilegítimo de um padre.” *Religião e Igreja no Brasil*, p.7.

¹²²SOUSA, Octávio Tarquínio de, *Diogo Antônio Feijó*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1988, p.23.

¹²³“Depois de peregrinar por Parnaíba, Guaratinguetá e Campinas, deixando atrás de si a saudade dos que com ele haviam convivido, Feijó fixou a sua residência em Itu. Ai, é que toda a beleza do seu caráter, a simplicidade dos seus costumes, a modéstia de sua vida, o vigor de sua energia, a austeridade da sua conduta moral e o vibrante e ardente ideal da independência da sua terra puderam tornar-se conhecidos, mais bem apreciados e compreendidos.” *O Monumento de Diogo Antônio Feijó – Sua História, Sua Execução e Festas Inaugurais*, São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1913, p. 22.

assunto, lhe provindo daí, segundo consta, o desagrado da cúria romana. Nomeado ministro da Justiça em 1831; Eleito pela província do Rio de Janeiro¹²⁴ para seu representante no senado, Ocupou o importante cargo de regente,¹²⁵ durante a menoridade do Imperador D. Pedro II,¹²⁶ de cujo cargo tomou posse a 12 de outubro de 1835.

Ninguém melhor que Diogo Antônio Feijó se situou na encruzilhada jansênico-galicana em nosso país.

Ninguém mais que o Padre Jesuíno do Monte Carmelo, de quem se tornou confessor, concorreu para a eclosão dessa crise. Sentindo-se o “não sei quê que atraía, cativava e docemente arrebatava,” Feijó, que “não se fartava de vê-lo, de ouvi-lo, de estar em sua companhia”, numa resolução que bem se ajustava ao próprio temperamento, veio ao seu encontro, para ficar ao seu lado, admirando-o e amando-o na sua “inocência e virtude.”¹²⁷

Para viver com os padres do Patrocínio, arrebatado pelo exemplo que davam, veio Feijó para Itu, indo morar com o Padre Jesuino até a morte deste.

Esses padres, que externavam certo misticismo, nem sempre foram vistos com simpatia por seus pares. Um pouco, provavelmente, a reação do senso comum; uma reação do que há de mais imediato na vida contra os que dão a impressão de que estão a mutilá-la; e ainda a reação dos que zelam pela ortodoxia da doutrina ou repelem a aventura das novidades.

¹²⁴Sobre o Rio de Janeiro ver KOSERITZ, Carl von, *Imagens do Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972; DEBRET, Jean Baptiste, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, Vol. I e II, São Paulo: Martins, Brasília: INL, 1975; RIBEYROLLES, Charles, *Brasil Pitoresco*, Vol. I e II, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980; RAEDERS, Georges, *O Conde de Gobineau no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; RAEDERS, Georges, *O Inimigo Cordial do Brasil – O Conde de Gobineau no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹²⁵RIBEIRO, João, *História do Brasil*, São Paulo Livraria Francisco Alves, 1920, p.428.

¹²⁶Ver excelente estudo de SCHWARCZ, Lilia Moritz, *As Barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos Trópicos*, São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

¹²⁷SOUSA, Octávio Tarquínio de, *Diogo Antônio Feijó*, p.45.

O pastor metodista Daniel P. Kidder¹²⁸ registrou sua impressão quanto ao Regente em uma entrevista:

“Não trazia vestes eclesiásticas. Feijó era baixo e corpulento, apresentando sessenta anos de idades, mas, de compleição robusta e feições saudáveis. (...) Sua conversa era fluente e muito interessante. Nosso companheiro disse-lhe que lhe havíamos proposto diversas questões relativas aos costumes do clero e ao nível cultural e religioso do país (...) demonstrando não pequeno aborrecimento com o atual estado das coisas, especialmente em relação ao clero. Afirmou que “difícilmente se encontrava em toda a província um padre que cumprisse os seus deveres como manda a igreja, especialmente, com relação à instrução religiosa das crianças, no dia do Senhor.”¹²⁹

Octávio Tarquínico de Souza, biógrafo de Feijó, descobre em suas pesquisas, atitudes “quase de revolta ou heresia”, no seu biografado, ao repelir “ultramontanos e papistas, que obedecem ao Bispo de Roma como a um Senhor...” Ao que conclui Octávio: “Não falaria assim um luterano, um reformado, um protestante?”¹³⁰ E apesar do seu testamento, com declarações finais de obediência ao Papa, isto não lhe impedira, antes, propor a importação dos missionários Hussitas, Irmãos Morávios,¹³¹ para escândalo e repulsa do

¹²⁸“Motivos religiosos também serviam de justificativa para a aventura da viagem. É o caso de Daniel P. Kidder, um reverendo norte-americano que permaneceu no país de 1836 até 1842 e, na qualidade de missionário metodista, foi considerado o pioneiro do protestantismo no Brasil. Sua estadia corresponde, portanto, ao conturbado período das Regências, que termina um ano antes da partida de Kidder, quando ocorre o golpe da Maioridade. Assim como acontecia com a maioria dos viajantes, o que mais constrangia o reverendo Kidder era a escravidão e a falta de decoro nas cerimônias religiosas.” Cf. SCHWARTS, Lilia Moritz, *As Barbas do Imperador*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 251.

¹²⁹KIDDER, Daniel P., *Reminiscências de Viagens e Permanências nas províncias do Sul do Brasil*, p. 265.

¹³⁰CHACON, 1973, p. 283.

¹³¹Conforme Antonio G. Mendonça em *Notas sobre Religião e Sociologia do Conhecimento*, UESP – Ciência da Religião, texto impresso em forma de apostila, p. 7: “Minha compreensão não chegara a esse ponto naquela época, mas foi suficiente saber que as idéias, e entre elas as religiosas, passam pelo social. Meu primeiro trabalho é um esforço para demonstrar que as idéias religiosas são aceitas ou recusadas na medida que respondem ou não às condições de existência. Recusa, aceitação em parte ou transformação são questões que têm de ser levadas em conta quando se estuda a emigração de uma religião de uma cultura para outra. No caso do protestantismo no Brasil, as classes dirigentes aceitaram sua ideologia, mas não sua religião, porque em questão de religião elas já estavam acomodadas. As classes subordinadas, dito melhor, fora do sistema, aceitaram a religião porque a que tinham não lhe trazia nenhuma utopia e era disto que elas necessitavam. Mas, o paradoxo foi que a própria ética racional dessa religião permitiu que essas classes se aburguesassem, ao menos na sua mentalidade, e transformassem a utopia em ideologia. Sem que se compreenda esse paradoxo fica difícil entender as metamorfoses do protestantismo em geral e, especificamente, no Brasil”.

Primaz do Brasil e Arcebispo da Bahia, Dom Romualdo Antônio de Seixas. Seu adversário em várias questões, principalmente quanto ao “celibato clerical.”¹³² Tal preocupação para reformar o estado do clero evidencia seu jansenismo e galicanismo.

Feijó entusiasmou o missionário metodista Kidder. A ponto de Kidder exclamar: “Feijó é um homem notável”¹³³

Alguns dos seus contemporâneos conseguiram detectar nele, Feijó, o seu jansenismo-galicano comprovado, que o elevava a uma grandeza de alma que o enobreceu. De onde, os Padres do Patrocínio em geral, e não cada um deles, receberam, por algum tempo influência heterodoxas do seu chefe, Diogo Antônio Feijó.¹³⁴

Como se vê, Itu era a cidadela de Feijó e ele com muita astúcia e nobreza de caráter influenciou os padres do Patrocínio.¹³⁵

Estes movimentos fizeram girar a sociedade brasileira com impulsos, ora violentos ora calmos. No Brasil Imperial existia um governo constantemente em choque com o clero. Quanto ao catolicismo não poderemos tratá-lo no singular, uma vez que são vários modelos de catolicismo que estão inseridos na sociedade brasileira.

1.1.9. - Catolicismo Eclético.

¹³²CHACON, 1973, p. 284.

¹³³KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil*, Ed. Itatiaia/Ed. Univ. São Paulo, p. 266. Ver também KIDDER, D. P. FLETCHER, J. C., *O Brasil e os Brasileiros*, 2.º Vol. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941, p. 88.

¹³⁴MARQUES, M.E. de Azevedo, *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*.(Vol. 1), p. 219-220.

¹³⁵Roger Bastide registra: “(...) pertencia a um pequeno grupo de padres de tendências jansenistas que não viam outra solução do que o casamento para a imoralidade do clero.” *Religião e Igreja no Brasil*, p.7.

No Brasil Imperial quase todos se declaravam católicos. Mas essa unanimidade de aparência não impedia que houvesse as mais variadas interpretações sobre em que realmente consistia esse catolicismo, na doutrina e na vivência. No interior da elite intelectual,¹³⁶ por exemplo, encontra-se sem muito esforço três “linhas católicas” diferentes: uma, mais antiga, que costuma ser chamada de “catolicismo tradicional,”¹³⁷ e duas outras, resultantes de diferentes tentativas de reformar a primeira, que se convencionou chamar de “catolicismo iluminista”¹³⁸ e “catolicismo ultramontano.”¹³⁹ Paralelamente a essas manifestações intelectuais, é possível encontrar também o “catolicismo popular,”¹⁴⁰ que não se confunde inteiramente com nenhuma delas.

Os padres brasileiros dominavam, com habilidades, campos como: político, econômico e intelectual. Eles liam os livros dos filósofos franceses: de Montesquieu e Voltaire. Era liberal ou revolucionário e trabalhava para a independência política e econômica dos pais. Alguns deles entraram em conspirações e sociedades secretas. Tornavam-se maçons ou republicanos.¹⁴¹

Roger Bastide, com uma visão penetrante, porém mais genérica descreve os modelos católicos encontrados no Brasil Colônia.¹⁴²

¹³⁶GONZALEZ, Horácio, *O que São Intelectuais*, São Paulo: Brasiliense, 1981; BOMENY, Helena, *Os Intelectuais na Educação*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

¹³⁷“O catolicismo tradicional foi aquele que primeiro se implantou no Brasil, trazido juntamente com a colonização portuguesa.” Cf. FAUSTINO, Evandro, *O Catolicismo em S. Paulo no Segundo Império e o Dilema da Modernidade* – Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 17, 1981.

¹³⁸“O chamado “catolicismo “iluminista” foi a forma de entender e viver a religião que predominou entre o clero e a elite letrada de Portugal e do Brasil desde o final do século XVIII até meados do século XIX.” Cf. FAUSTINO, *O Catolicismo em S. Paulo*, 1981, p. 25.

¹³⁹“O termo ultramontano foi cunhado na França, e significava aquele católico que, em oposição ao “iluminismo”, era fiel à autoridade do Papa, que estava “além dos montes” (os Alpes)”. Cf. FAUSTINO, 1981, p. 33.

¹⁴⁰“Forma de viver a religião da imensa maioria do povo que se afirmava católico. Essa forma peculiar de prática religiosa não se confundiu com o catolicismo tradicional, “iluminista” ou ultramontano, embora tenha convivido com todos eles. Cf. FAUSTINO, 1981, pp. 42-52.

¹⁴¹“Em resumo, o catolicismo, de qualquer lado que fosse visto, apareceu mais social de que religioso mais dirigido para as coisas da terra do que para o sobrenatural.” Cf. BASTIDE, Roger, *Religião e Igreja no Brasil*, p. 5, Apostila datilografada.

¹⁴²BASTIDE, Roger, *Religião e Igreja no Brasil*, p. 2.

“Nós assim nos encontramos desde o começo do período colonial em presença de dois catolicismos que eram diferentes e freqüentemente em oposição: o catolicismo familiar dos colonizadores e do patriarca e o catolicismo mais romano e universalista das ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas.”

Com a vinda da família Real ao Brasil em 1808,¹⁴³ ocorreria uma série de benefícios para a sociedade que não conseguia enxergar melhores condições político-sociais a curto prazo. O Brasil não passava de uma colônia aos olhos dos portugueses e muito rendosa por sinal. Com a família real também chegava à possibilidade de desenvolvimento.

Em 1810, Portugal e Inglaterra¹⁴⁴ inauguravam tratados de *aliança e amizades, comercio e navegação*. Inserido no tratado de comercio e navegação, existe uma clausula quanto a liberdade religiosa dos ingleses em relação a Portugal e de portugueses em relação a Inglaterra muito liberal. Tal dispositivo mostrava o quanto de tolerância, Portugal teria em relação aos cultos e práticas não católicas. Observe o que nos diz o Artigo XII do “*Tratado de Comércio e Navegação de 19 de fevereiro de 1810*”:

“Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal declara e se obriga no seu próprio nome, no de Seus Herdeiros e sucessores, a que os Vassallos de Sua Majestade Britânica residentes nos Seus Territórios e Domínios não serão perturbados, inquietados, perseguidos ou molestados por causa da Sua Religião, mas antes terão perfeita liberdade de Consciência, e licença para assistirem e celebrarem o serviço Divino em honra do Todo-Poderoso Deus, quer seja dentro de suas Casas Particulares, quer nas suas particulares Igrejas e Capelas, que Sua Alteza Real agora, e para sempre, graciosamente lhes concede a permissão de edificarem e manterem dentro dos seus Domínios. Contando porém que as sobreditas Igrejas e Capelas serão construídas de tal modo que externamente se assemelhem a Casas de habitação; e também que o som dos

¹⁴³GOMES, Laurentino, *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil*, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

¹⁴⁴Ver sobre *A Presença Inglesa*, Capítulo III, Livro I, *O Novo Descobrimento do Brasil*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, I – O Processo de Emancipação*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 64.

Sinos lhe não seja permitido para o fim de anunciarem publicamente as horas do Serviço Divino(...).”¹⁴⁵

Após a independência em relação à Portugal, convocou-se a famosa constituinte de 1823. Essa constituinte teria a memorável tarefa de transformar aquele que foi colônia de Portugal em reino soberano. A monarquia não era um sonho. Com a constituinte a realidade de uma monarquia constitucional estava bem próxima.

Foram dias de discussões memoráveis da história brasileira. Entre os assuntos de grande importância discutidos estava a questão religiosa. O reino brasileiro ofereceria a tão necessária tolerância religiosa em relação a outros credos não católicos? Finalmente com a constituição de 1824¹⁴⁶ o sonho materializou-se. Assim foi legislado o que artigo 5.º dizia:

“Art. 5. A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo.”¹⁴⁷

Apesar da Independência em 1822 e a constatação de atitudes liberais em relação aos outros credos acatólicos, a igreja católica¹⁴⁸ se mantinha ainda muito forte. Com o padroado os reis de Portugal eram os protetores¹⁴⁹ da igreja de seu país, da mesma forma, os imperadores brasileiros eram também os protetores da Igreja. O catolicismo continuava sendo a única religião oficial. Outras formas de culto, como vêm, eram meramente toleradas e, no início, somente podiam ser celebradas em casa particulares. O governo nomeava candidatos para os primeiros postos eclesiásticos e o clero recebia uma verba

¹⁴⁵MACEDO, Roberto, *Brasil sede da Monarquia. Brasil Reino* (1ª parte): Brasília, Editora Universidade de Brasília/Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1983, p.199.

¹⁴⁶Constituição Imperial de 25 de março de 1824, GARCEZ, Benedicto Novaes, *O Mackenzie*, São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1969, p. 10.

¹⁴⁷CAMPANHOLE, Adriano, CAMPANHOLE, Hilton Lobo, In, *Constituições do Brasil*, São Paulo: Atlas, p. 632-633, 1985.

¹⁴⁸SERBIN, kenneth P., *Padres, Celibato e Conflito Social – Uma História da Igreja Católica na Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras, 2008; SERBIN, Kenneth P., *Diálogos na Sombra – Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

¹⁴⁹BASTIDE, Religião e Igreja no Brasil, Apostila datilografada, s/d, p. 5-6.

do Estado. Assim a ligação entre a religião católica e a sociedade nacional estava oficialmente sancionada.

1.2. – Afirmações Liberais versus condenações papais.

1.2.1. - Autoridade do Sumo Pontífice contestada.

A Teologia na Idade Média foi considerada a rainha das ciências. Viveu intensamente esta condição uma vez que seus proponentes sempre foram vistos como homens de saber notório. São Tomáz de Aquino em sua tentativa de cristianizar a razão e racionalizar a fé, muito contribuiu para a manutenção desta compreensão. Com o advento da Reforma Protestante (1517) o modelo escolástico tomista sofreu abalo na Europa setentrional. Principalmente quando os reformadores colocaram em dúvida a validade do poder papal. Estas dúvidas foram espalhadas e à medida que ganhavam adeptos, as estruturas do catolicismo recebiam duros golpes. Talvez o maior de todos envolvesse a questão relacionada à “autoridade”. Grande foi a crise de autoridade naquele contexto. No entanto, algo muito sério ocorria sem que aqueles espectadores e atores percebessem a gravidade dos acontecimentos.

Os protestantes por sua vez questionavam o modelo eclesiástico, as tradições e principalmente a autoridade do Papa. Seria possível uma estrutura milenar se abater devido a um punhado de dissidentes? Na verdade, a dissidência sempre existiu no cristianismo. Desde os montanistas, no segundo século, os vários movimentos monásticos, passando pela cisão ortodoxa de 1054 e finalmente a Reforma. A grande diferença está na mobilidade do catolicismo que dentro de uma lógica interna e com muita diplomacia conseguia reagrupar e restabelecia a ordem que temporariamente parecia impossível. Muitos foram os momentos que importantes líderes precisaram tomar decisões e assumiram posições, nem sempre aceitáveis, para colocar em funcionamento uma engrenagem que não poderia parar.

O movimento conhecido como Reforma Protestante apresentava aspectos até então desconhecidos e que ainda não tinham sido testados pela liderança do catolicismo. Quando Frederico da Saxônia, um católico convicto, resolveu sustentar o pensamento de Lutero e garantir-lhe a integridade e direito de pensamento, contribuía desta forma para aquela que seria considerada a maior ruptura vivenciada pela religião hegemônica. Tendo a proteção do Príncipe Eleitor, Lutero teve a oportunidade de refinar seu pensamento contestador e deu seqüência as mudanças que considerava necessária ao cristianismo da época.

Sendo a liderança do Pontífice questionada bem como seus dogmas e sua maneira de administrar o cristianismo ocidental, estabelecia-se, portanto um rompimento sem equivalente na estrutura da Igreja. A autoridade Papal seria daí para frente desconsiderada por grande parte da Europa setentrional. A Igreja Católica perdia suas propriedades e o direito que possuía de ditar as regras no campo religioso. A tradição Católica, para os reformadores, que consistia em um sem numero de papéis, documentos e comentários dos antigos padres, bem como dogmas e leis estabelecidos pelo clero, dissolviam-se diante de uma nova postura frente as “Escrituras” e a “nova compreensão de Igreja.” Os reformados não aceitaram o domínio católico e a exclusividade na leitura das escrituras. O principio do sacerdócio universal impulsionou grande soma de novos adeptos a ter certeza que sua relação com “Deus” já não dependia da intermediação do clero. Este foi sem dúvida um dos pontos mais fortes da Reforma.

Em conseqüência a todos estes acontecimentos o catolicismo se reagrupará e assumirá novas posições no Concilio de Trento (1545-1563). A Reforma Católica para alguns e Contra Reforma para outros transformará principalmente o catolicismo nos países Ibéricos. Foi fato consumado o grande envolvimento de Inácio de Loyola com a causa católicas e sua liderança de suma importância para a estruturação da congregação dos jesuítas. Esta ordem, entre muita, se sobressaia como a principal representante dos interesses do vaticano. Pela inteligência, organização e necessidade de

envolvimento com as missões, semeou por diversos continentes o modelo tridentino/ultramontano de catolicismo.

Evidente que as relações entre catolicismo e países do norte da Europa, agora protestantes, não foram das melhores e nem poderia ser. Choques ocorreram o tempo todo. Guerras longas e sangrentas colocavam fim em milhares de vidas e de ambos os lados às perdas eram imensas. Hostilidades ainda estão presentes em pleno século XXI.

Com as não mais observações das recomendações papais e seu descrédito diante de nações como Alemanha, Inglaterra e Suíça entre outras, abria-se um portal para o desconhecido. As nações que abraçaram o protestantismo necessariamente tiveram que alterar radicalmente não só a maneira comum do camponês viver, mas principalmente a maneira do príncipe governar. Novas estruturas foram criadas, uma nova Igreja, desde pequenas leis até as grandes cartas que regulariam o destino daqueles povos. Pelo lado católico ficava também a necessidade de se adaptarem a um mundo hostil e a perdas consideráveis de imensos patrimônios que lhes pertenciam a algumas centenas de anos. Os dois lados viveriam dias de mudanças profundas, era um “mundo em transição”.¹⁵⁰ A autoridade papal nos países como Itália, Espanha, França e Portugal era inquestionável. Mantinham-se fieis ao Sumo Pontífice Romano. Esta relação acabou sofrendo alterações que foram profundas a partir do século XVIII em Portugal. O Jansenismo, o galicanismo, regalismo e padroado, mencionados acima, foram determinantes para alterarem o relacionamento dos príncipes portugueses com o catolicismo tridentino/ultramontano de Roma. O primeiro citado procurava resgatar o pensamento agostiniano no seio do cristianismo católico, recebeu duras críticas. O segundo, o galicanismo, uma tendência ao nacionalismo da religião na França muito afetou os interesses da Igreja. Quanto ao regalismo e

¹⁵⁰FERNÁNDEZ – ARMESTO, Felipe, WILSON, Derek, *Reforma – O Cristianismo e o Mundo 1500 - 2000*, Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 371.

padroado se constituíam em comportamentos de domínio dos Reis tanto de Espanha quanto de Portugal sobre a religião católica em seus territórios.

Em Portugal, como já foi tratado acima, devido ao regalismo dos príncipes, a Igreja nunca deixou de ser um departamento do Estado. Esta compreensão por si só é suficiente para apontar a supremacia do Marquês de Pombal que foi capaz, como primeiro ministro de D. José I, de inviabilizar a permanência dos jesuítas em território português (1759) e de suas colônias (1760). Diante desses elementos, os reis de Portugal não abriram mão do direito de governar a Igreja em seus territórios. Administraram a Igreja com mãos de ferro e interditaram-na sempre que os interesses do Estado fossem desprestigiados.

1.2.2. O atraso brasileiro justificado como fruto da polarização entre Estado e Igreja.

No século XIX grandes pensadores portugueses profundamente sensibilizados com o péssimo desempenho e vergonhoso atraso da nação nas principais áreas de conhecimento e desenvolvimento resolveram denunciar as causas do não progresso. Nesse contexto Antero de Quental, no ano de 1871, em um cassino de Lisboa, há um grupo de intelectuais que discutiam o futuro de Portugal, fez um discurso dos mais veementes mostrando os motivos que levaram Portugal a uma profunda decadência nos últimos três séculos.

Necessariamente é bom frisar que, diante do contexto brasileiro, existe uma tendência que exercer grande influência na maneira de se pensar o Brasil. Esta força praticamente condiciona o pesquisador a interpretar a “religião do estado”, somando outros ingredientes, no início do século XIX, como um elemento agressivo a qualquer tipo de projeto modernizador. Maria Stella Martins Bresciani assim se expressa:

“Ausência de política econômica para as atividades agrícolas e fabris, nenhuma alternativa proposta para a mão-de-obra escrava, escassa e em breve extinta pela ação da Lei do Ventre Livre, religião do Estado impedindo a regularidade da vida civil de imigrantes de outras religiões que não a católica e nenhuma iniciativa para levar a instrução a toda a população, são itens do

irrepreensível raciocínio que propõe entregar o governo pela república nas mãos dos governados de forma a que eles mesmos dispusessem sobre seus interesses.”¹⁵¹

A somatória daquilo que foi vivenciado no Brasil em termos de religiosidade, deve oferecer amplas possibilidades de debates. Mesmo diante de ocorrências que solidamente mostraram o mau uso da religião. Ninguém seria tão ingênuo de pensar que os religiosos plantaram em solo brasileiro, em plenitude, o “Reino de Deus”. Em nome da religião, barbáries foram cometidas, aqui e em dezenas de outros lugares. Isto não tem fim. Por outro lado, ninguém deve se ver condicionado e obrigado a enxergar a religião como atraso. Como é costume pelos expoentes do racionalismo.¹⁵² De qualquer forma para uma elite em formação o elemento religioso não despertava interesse, antes, vislumbravam uma chance para deslocá-la.

A afirmação que no Brasil a religião impediu o progresso foi construída com tal grau de habilidade, que para muitos, este é o principal motivo do fracasso da sociedade brasileira.

Com o advento da vinda da família Real para a colônia brasileira, obrigatoriamente, sentiu-se a necessidade de promover mudanças para o bem estar dos novos moradores e para aquela sociedade específica. Entende-se que este momento (1808) se constituiu o divisor de águas em termos de mudanças entre o Brasil Reino e o Brasil Império.¹⁵³ Brasil antigo e Brasil moderno.

¹⁵¹BRESCIANI, Maria Stella Martins, *Razão e Paixão na Política*, Anpuh, 1996, p. 21.

¹⁵²“A ambição racionalista dos pensadores políticos e filósofos relegaram à dimensão mítica, mágica por excelência, para o campo dos irracionalismos bárbaros.” Cf. BRESCIANI, Maria Stella Martins, *Razão na Política*, p. 23, In *História e Utopias*, Anpuh, São Paulo, 1996.

¹⁵³Ver sobre *O reconhecimento do Império*, Capítulo I, Livro IV, *O Primeiro Reinado*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, I – O Processo de Emancipação*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 331.

Na prática a família real era portadora da modernidade. Seus navios desembarcaram em solo brasileiro trazendo uma riquíssima biblioteca,¹⁵⁴ máquina de tipografia, o Banco do Brasil,¹⁵⁵ o Correio, a Escola de Medicina¹⁵⁶ entre outras benfeitorias que davam suporte principalmente a Corte.

A relação com a Inglaterra, por sinal, centenária, exigia uma tolerância religiosa para que os anglicanos praticassem sua religião em solo católico português. Esta exigência foi atendida e regulamentada pelo *Tratado de Comercio e Navegação* acordado pelas duas nações. Neste *Tratado* datado de 1810 os ingleses foram autorizados a realizarem seus cultos, adquirir terreno para sepultar seus mortos e construir pequenas capelas sem formato de Igrejas. Em seguida a primeira constituição¹⁵⁷ datada de 1824 no seu artigo 5^a estabelecia que o Brasil na sua nova condição de Independência de Portugal manteria o sistema de padroado e o regalismo mesmo a contra gosto da liderança católica.

Os grandes questionamentos e principalmente os debates que revelam as afirmações liberais¹⁵⁸ diante das condenações papais poderão ser melhor

¹⁵⁴Ver artigo sobre Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional, de PINHEIRO, Ana Virginia, In *Brasileana da Biblioteca Nacional – Guia das Fontes sobre o Brasil*, Org. Paulo Roberto Pereira, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001, p.241.

¹⁵⁵Ver sobre *Políticas financeiras – o primeiro Banco do Brasil*, Capítulo VI, Livro I, *O Novo Descobrimento do Brasil*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, I – O Processo de Emancipação*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 100.

¹⁵⁶Ver sobre *Medicinal no Período Colonial*, Capítulo VIII, Livro III, *Ciências Letras e Artes*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, III – Reações e Transações*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 448.

¹⁵⁷Ver sobre *A fundação de um Império Liberal: discussão de princípios*, Capítulo V, Livro II, *O Movimento da Independência*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, I – O Processo de Emancipação*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 238.

¹⁵⁸“Se tomarmos como uma das possibilidades de realização de um ideal inquestionável a interferência do dispositivo utópico no projeto republicano liberal dos anos 1870-1890 no Brasil, veremos como um elemento de grande poder persuasivo atua no plano da emotividade e da paixão. A idéia de Civilização, entendida como o estado da plena efetivação dos valores éticos das sociedades erigida sobre o pacto social, atua ao mesmo tempo como referente ideal e estado de perfeição dos homens e em consequência da sociedade. Congregando um conjunto amplo de significado, a idéia de civilização é mobilizada pelos propagandistas da república para mostrar a necessidade de se modificar a forma de governo. A necessidade de se adequar

analisado diante deste contexto estabelecido. Estas disputas alcançaram dimensões que alterariam o cenário sócio-político-religioso brasileiro.

O advento da Independência gerou inúmeras expectativas na sociedade luso-brasileira. Saudada com entusiasmo por representar no imaginário do brasileiro a oportunidade de significativas mudanças no campo social, econômico e político, por outro lado a reação dos portugueses, figuras das mais importantes e solidamente entrelaçadas nas instituições nacionais, a independência, seria vista como continuísmo e estabilidade do “*status quo*”. Essa mescla de interesses levaria o país indiscutivelmente ou para o desenvolvimento, seguindo o caminho de muitas nações do continente europeu, ou mesmo dos Estados Unidos ou manteria o país estagnado como se mantinha já a pelo menos três séculos. Neste período os críticos assinalam que o principal papel do Brasil foi fornecer mercadorias para suprir o voluptuoso mercado Português/Inglês.

Até onde se observa certa parcela da população que aguardava novas mudanças, ficou bastante decepcionada uma vez que com a Independência, não ocorreu a introdução do modelo republicano, muito menos a libertação dos escravos, pelo contrário, optaram pela manutenção da escravidão¹⁵⁹ e do absolutismo. O absolutismo¹⁶⁰ que fez muitos estragos em Portugal segundo Antero de Quental e Marquês de Pombal prevalecendo no Brasil cuidaria, também da manutenção do catolicismo. Como o catolicismo associa-se em principio ao absolutismo, principalmente nos Ibéricos, logo esta relação foi observada no Brasil já na década de 1820. Há neste momento uma parcela da

o país aos tempos modernos, o tempo da história, justifica a intenção de romper com uma instituição, a monarquia, que representa a própria negação da história. As várias implicações de se manter o Brasil atrelado a essa instituição ultrapassada vão compondo um ideário que contrapõe um futuro tempo da “boa sociedade” ao tempo atual da sociedade arcaica que se mantido levaria a todos no roldão do caos.” Cf. BRESCIANI, Maria Stella Martins, *Razão e Paixão na Política*, In *História e Utopias*, Org. Ilana Blaj e John M. Monteiro, São Paulo ANPUH, p. 20, 1996.

¹⁵⁹Sobre este tema consultar CARDOSO, Ciro Flamarion S., *Escravo ou Camponês? – Protocampesinato Negro nas Américas*, São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹⁶⁰Ver Capítulo I, Livro I, *As Instituições Coloniais: Antecedentes Portugueses*, In *História Geral da Civilização Brasileira – vol. I, A Época Colonial – Do Descobrimento à Expansão Territorial*, Direção de HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

elite cuja tendência era a separação do Estado com a Igreja e conseqüentemente o fim dessa relação que se estendia a períodos longínquos das histórias de Portugal e Brasil.

Tornou-se comum relacionar o atraso cultural, social e econômico do país ao catolicismo, que desde a origem da colonização esteve visceralmente ligado ao Estado e recebendo deste o monopólio da educação. Foi neste ambiente de desconforto que se travaram lutas de ideologia liberais versus ideologias católicas. Estas lutas estenderam-se por todo o século XIX¹⁶¹ e não parou no início do século XX.

Um país com as dimensões de um continente, um fauna e flora das mais ricas e inúmeras possibilidades de negócios, tornou-se campo dos mais férteis para a recepção de viajantes,¹⁶² pesquisadores, cientistas e muitos curiosos. O país descortinado revela-se para o mundo com potencialidades plenas, o que não ocorria em países mais antigos. Países Europeus no começo do século XIX passavam por profundas crises. As terras novas criavam na mente dos europeus uma rica oportunidade para todo tipo de atividades. Dentro deste ambiente registra-se a passagem por aqui de inúmeros observadores. Muitos adaptados aos trópicos tiveram a atitudes de trocar seus países de origens para aqui permanecerem. A partir desse novo agente construiu-se rica literatura descritiva da sociedade e cultura brasileira. Os chamados brasilianistas¹⁶³ deixaram contribuição das mais significativas que não podem

¹⁶¹Conforme Vavy Pacheco Borges que interpreta o conceito de utopia como ordem social ideal que por sua vez cruza com o otimismo das Luzes; o pensamento iluminista vê a humanidade guiada pela razão e pelo progresso; nessa visão, confluem ou encontram-se pensadores ingleses e franceses. Na mesma esteira [...] lembra o surgimento das utopias científicas. Precisa mais para o final do texto como, no campo de uma utopia liberal aqui no Brasil do século XIX, a idéia de civilização, fundamental nas propostas dos republicanos liberais de 1870-1890, conforme mostrou já desde os anos setenta – concretizou a perspectiva de progresso, manipulando emotividade e paixão na imposição de seus objetivos políticos. Cf. BORGES, Vavy Pacheco, *Anos Trintas e utopias*, In *História e Utopias*, p. 25, Org. Ilana Blaj e John M. Monteiro, ANPUH – Associação Nacional de História, São Paulo, 1996.

¹⁶²Ver sobre *Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros*, Capítulo V, Livro I, *O Novo Descobrimto do Brasil*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, I – O Processo de Emancipação*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p.119.

¹⁶³Ver SOUTHEY, Robert, *História do Brasil*, 3 volumes, Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

sob nenhuma justificativa serem ignoradas. Muitas foram às percepções, e percepções de diversos quadros.

Os brasilianistas ao descreverem a sociedade brasileira, não deixaram escapar, como observavam a polarização entre o poder secular e o religioso e restringindo a questão a um quadro menor, fizeram críticas ao comportamento do clero brasileiro. Abaixo algumas são citadas.

A literatura anticlerical é clara na referencia de Davatz que aqui andou pelas alturas de 1850: “O ensino religioso mal se faz e, na opinião das pessoas informadas, os padres são tão incultos quanto indignos, especialmente no que se refere à castidade”.¹⁶⁴ Agassiz¹⁶⁵ viria referir-se a um “clero corrompido e que, de cor branca ou de cor negra, está sob a influência da escravidão”.¹⁶⁶ Em Gardner “A moral dos habitantes do Crato é em geral baixa [...] Nem admira que tal seja o nível da moral quando se leva em conta a conduta do clero”.¹⁶⁷ Koster considera a inutilidade de frades e freiras e anota: “Uma velha mulher foi bater à porta de um convento já tarde e disse ao porteiro, frade velho e completamente cego, que desejava um dos frades para ir confessar um enfermo. O velho, impassível, fê-la compreender que os frades haviam saído todos, e ajuntou: mas se quiser ir até o portão do jardim e esperar, verá alguns deles quando fugirem”.¹⁶⁸ Saint Hilaire: “... se no Brasil a venalidade caracteriza os serventúrio da justiça, a simonia não é menos freqüente entre os

¹⁶⁴DAVATZ, Thomas, *Memórias de um Colono no Brasil*, São Paulo: Livraria Martins, s/d., p. 61.

¹⁶⁵Ver sobre *Exploração Antropológica e Viajantes e Naturalistas*, Capítulo VI-VII, Livro III, *Ciências Letras e Artes*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, III – Reações e Transações*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 406 - 425.

¹⁶⁶AGASSIZ, Luis e Elizabeth Cary, *Viagem ao Brasil* – Tradução de Edgard Sussekind de Mendonça, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938, p. 365.

¹⁶⁷GARDNER, George, *Viagem ao Brasil*, Tradução de Albertino Pinheiros, Companhia Editora Nacional, São Paulo, p. 153.

¹⁶⁸KOSTER, Henry, *Viagem ao Nordeste do Brasil*, Tradução de Luís da Câmara Cascudo, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 73.

eclesiástico da província de Minas”.¹⁶⁹ Kidder encontrou quem lhe dissesse que “a grande maioria dos padres era tão imoral a ponto de, ao invés de cumprir suas obrigações religiosas, aproveita-se da oportunidade de estar a sós com as moças para incutir-lhes no espírito idéias de que nunca deveriam elas ter conhecimento”.¹⁷⁰ Castelnau corroboraria: “[...] o próprio clero, longe de seguir o modelo elogiável da Europa, não raro é o primeiro a dar o exemplo do deboche e desordem”.¹⁷¹ Tollenare também adianta que os padres “pouco observam o voto de castidade; tem mulheres e filhos naturais, o que provoca pouco escândalo; [...] chegam a fazê-los legitimar, a fim de lhes conseguir a entrada nas ordens”.¹⁷²

Estas opiniões são decorrentes de observadores que puderam, ligeiramente, analisar os costumes de brasileiros. Construir uma visão do clero brasileiro, somente a partir destes relatos, distorce completamente uma imagem construída por séculos. Evidente que qualquer observador, em seus diários, apontaria aquilo que lhes chegassem. A simples observação de fatos, em circunstâncias as mais acidentais, não é suficiente para o desenvolvimento de um conceito. Mesmo porque muitos desses observadores eram protestantes, e pelo fato de serem protestante, inquestionavelmente suas observações sempre vinham com um forte peso de suas ideologias.

Outros sem serem protestantes deixaram registros de situações que envolviam alguns religiosos. Registraram acontecimentos dos mais estranhos e anormais. Isto, também, não significa que tais observações de elementos como práticas estranhas às das suas ordens, os classifiquem como inconseqüentes e imorais.

¹⁶⁹SAINT HILAIRE, Auguste de, *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tomo I, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 158.

¹⁷⁰KIDDER, Daniel P., *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, São Paulo: Livraria Martins, p. 66-67.

¹⁷¹CASTELNAU, Francis – *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*, Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto, Tomo I, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949, p. 79-80.

¹⁷²TOLLENARE, L. F. de, *Notas Dominicais*, Tradução de Alfredo de Carvalho, Recife: Empresa do Jornal de Recife, 1905, p. 122.

Fica claro que desmandos, imoralidades, perversidades e o não respeito pelas leis canônicas e civis eram praticados.

Por outro lado tais acontecimentos apontam situações fora do comum e que em muito depreciava a maioria dos esforços realizados por aqueles que sempre foram sérios e comprometidos com os ideais do catolicismo. Zonas cinzentas no campo religioso brasileiro que pode alimentar toda sorte de críticas e curiosidades contra a religião. Para muitos a religião era campo de atraso, hipocrisia e ignorância.

1.2. 3. – Resposta da Igreja ao secularismo.

Frente a uma torrente de filosofias e comportamentos, anti-religiosos, a posição da Igreja só poderia ser uma: reação. Deve-se observar que o que ocorria de forma incipiente no Brasil, já dava muitos frutos em outras nações. A situação que colocava em suspeita séculos de tradições, ensinamentos e comportamentos corriam riscos diante da avassaladora força contida nas novas idéias. O que o Vaticano fez foi apresentar em forma de proposições e em síntese os principais opositores da Igreja, ou melhor, da religião. Como se observa abaixo, foram muitas as idéias contrastantes ao pensamento católico. Em sua maioria já muito enraizada em países de predominância católica.

1.2.3.1. - Condenações papais.

a) Encíclica “Quanta Cura” (8 dezembro 1864).

Naturalismo e Socialismo.

Ao reagir o novo direcionamento da sociedade, a estrutura católica questionava as tendências modernas ao repelirem a religião da sociedade civil. A crítica a este posicionamento sustentava o direito da sustentação da “semente Divina” em cada ser humano. Na avaliação final entendiam que à sociedade humana separada da religião estava destinada uma vida de incertezas, cobiças e prazeres. Outra crítica levantada foi a atitude de alguns governantes de separar

a religião das famílias privadas. Criticando o pensamento que a família tira sua razão de existência apenas do direito civil. E que somente da lei civil derivam e depende os direitos dos pais sobre os filhos em particular o direito de procurá-los instrução e educação.

Com essas ímpias opiniões e maquinações, esses homens enganadores visam principalmente a fazer com que a salutar doutrina e força da igreja Católica seja plenamente banidas da instrução e educação da juventude.¹⁷³

Independência do poder da Igreja do poder civil.

Aqui a submissão da autoridade da Igreja à autoridade civil encontra grande rejeição.

Eles não se envergonham de afirmar que “as leis da Igreja não obrigam em consciência, senão quando promulgadas pelo poder civil; que os atos e decretos dos Romanos Pontífices relativos à religião e à Igreja precisam da sanção e aprovação, ou ao menos do consenso do poder civil; que as constituições Apostólicas, com as quais se condenam as sociedades secretas – quer se exija ou não, nelas, o juramento de manter o segredo – e com os quais seus membros e partidários são excomungados, não têm nenhuma força naqueles lugares do mundo onde essas confrarias são toleradas pelo governo civil...”¹⁷⁴

Para o catolicismo o principio defendido pela sociedade moderna que “o poder eclesiástico não é, por direito divino, distinto e independente do poder civil, e que não é possível manter essa distinção e independência, sem que a Igreja invada e usurpe os direitos essenciais do poder civil”, negava leis tão antigas quanto a igreja.

Provocaram comoção e reação por parte do catolicismo estes pensamentos não compartilhados pela maioria do mundo católico religioso.

“Portanto, com a nossa autoridade apostólica, reprovamos, proscrevemos e condenamos todas e cada uma das distorcidas

¹⁷³DENZINGER, Heinrich, *Compêndios dos Símbolos, Definições e Declarações de Fé e Moral*, São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2007, p. 630-636.

¹⁷⁴DENZINGER, 2007, p. 630-636

opiniões e doutrinas, uma a uma recordadas nesta carta; e queremos e ordenamos que por todos os filhos da Igreja católica sejam tidas como absolutamente reprovadas, proscritas e condenadas.”¹⁷⁵

1.2.3.2 Silabo de Pio IX (coleção de erros proscritos em diversos documentos de Pio IX, emanado em 8 de dezembro 1864).¹⁷⁶

Pio IX fez anexar à encíclica “*Quanta Cura*”, com a mesma data (8 dez. 1864), uma coleção de 80 proposições que ele tinha anteriormente condenado em diversos documentos.

Proposições do Silabo.

I. Panteísmo, naturalismo e racionalismo absoluto.

1. (...) e Deus não é outro senão a natureza (...)
2. Deve-se negar toda ação de Deus sobre o homem e sobre o mundo.
3. A razão humana (...) é o único verdadeiro juiz do verdadeiro e do falso, do bem e do mal. (...).
4. Todas as verdades da religião derivam da força nativa da razão humana (...).
5. A revelação divina é imperfeita e, por isso, está sujeita a um contínuo e indefinido progresso, o qual corresponde ao progresso da razão humana.
6. A fé em Cristo está em contradição com a razão humana (...).
7. As profecias e os milagres expostos e narrados nas sagradas Escrituras são invenções de poetas (...)

¹⁷⁵DENZINGER, 2007, p. 630-636

¹⁷⁶DENZINGER, 2007, p. 630-636

II. Racionalismo moderado.

8. (...) as disciplinas teológicas são tratadas como as filosóficas.
9. Todos os dogmas da religião cristã, sem nenhuma distinção, são objetos da ciência natural ou da filosofia (...).¹⁷⁷
10. (...) a filosofia não pode e não deve submeter-se a nenhuma autoridade.
11. A Igreja não somente jamais deve ocupar-se de filosofia, mas antes deve tolerar os erros da filosofia e deixar que ela se corrija por si mesma.
12. Os decretos da Sé Apostólica e das Congregações Romanas impedem o livre progresso da ciência.

¹⁷⁷Miceli descreve como um autor apresentou uma tese para concurso de livre docência em direito constitucional e sociologia no Ginásio da Bahia. “Num ambiente em que o saber se ligava mais a pessoas que a instituições”, apresenta-se com a tese “Conceitos contemporâneos de sociologia”, que se inspirava em Durkheim. A atenção com que esmiúça o conteúdo de suas leituras de juventude e o espaço inusitado que lhes concede em suas memórias atesta o vulto dos investimentos culturais a que se via obrigado um bacharel novato, destituído de “pistolões” familiares, mas desejoso de lograr uma reputação intelectual que lhe permitisse encetar uma carreira pública e, se calhasse, política: “Virgílio, seu professor particular, ensinava a pensar e a escrever. Na base de minha visão do mundo está a semente que ele plantou. Evolucionista (tinha um filho chamado Haeckel), sua posição filosófica nutria-se do pensamento que, colocando a ciência na base da explicação do cosmos, procurava abrir clareiras na vida do universo para que o homem aí se situasse como integrante dele e conhecedor de suas leis. Banindo qualquer explicação sobrenatural ou metafísica para os fenômenos da vida física, psíquica e social, no vazio da crença antiga, o professor construía um mundo novo em que [...] o método científico, experimental, é mais importante que as teorias. Por isso mesmo, ensinava o sentido melhor da tolerância, que não repele firmeza na ação, mas exige cabeça aberta ao exame do contrário e do novo [...]”. A certa altura da vida de Hermes Lima, Miceli destaca que após alguns concursos, também se candidata a cargo na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, isso no início da década de 30. Salienta que estes concursos revelavam os móveis centrais das lutas no campo intelectual da época na medida em que permitiam aferir o valor social atribuído aos postos intelectuais e o estado da concorrência em relação às posições mais cobiçadas. O móvel da concorrência entre os candidatos às cátedras deslocou-se do terreno estritamente jurídico para a esfera das teorias políticas e sociais acerca do papel do Estado. O confronto entre os defensores de uma posição materialista e os porta-vozes de uma postura espiritualista que se manifesta por ocasião do concurso para a cátedra de economia política, ao qual se apresentaram Leônidas de Rezende (com a tese “A formação do capital e seu desenvolvimento”) e Alceu Amoroso Lima (com a tese “Ensaio sobre a economia pré-política”), ressurgem no momento do concurso para a cátedra de introdução à ciência do direito, ao qual se apresentaram dez candidatos, entre os quais Hermes Lima, o vencedor, com a tese “Material para um conceito de direito”, de 34 páginas, e Alceu Amoroso Lima, com a tese “O materialismo jurídico e suas fontes”, de 313 páginas.” Cf. MICELI, *Intelectuais à brasileira*, p. 123-124.

13. O método e os princípios com os quais os antigos doutores escolásticos cultivaram a teologia não correspondem mais às exigências do nosso tempo e ao progresso das ciências.

14. A filosofia deve ser tratada sem levar minimamente em consideração a revelação sobrenatural.

III. Indiferentismo.

15. Cada pessoa é livre de abraçar e professar a religião que, guiado pela luz da razão, julgar verdadeira.

16. As pessoas podem encontrar no culto de qualquer religião o caminho da salvação eterna e alcançar a salvação eterna.

17. Pelo menos se deve ter boa esperança quanto à eterna salvação de todos os que não se encontram de algum modo na verdadeira Igreja de Cristo.

18. O protestantismo não é outra coisa que uma forma diferente da própria verdadeira religião cristã, forma na qual, como na Igreja católica, é possível agradar a Deus.

IV. Socialismo, comunismo, sociedades secretas, bíblicas e cléricos-liberais.

...São reprovados em 1,4,5,13,28.

V. Erros a respeito da Igreja e dos seus direitos.

Da proposição 19 a 38 são condenados inúmeros posicionamentos das sociedades modernas contra a Igreja e seus direitos. Exemplos:

19. A Igreja não é uma sociedade verdadeira e perfeita, (...) mas compete ao poder civil definir quais são os direitos da Igreja e os limites dentro dos quais ela pode exercer esses direitos.

20. O poder eclesiástico não deve exercer a própria autoridade sem a permissão e o consentimento do governo civil.

21. A Igreja não tem o poder de definir de modo dogmático que a religião da Igreja católica é a única e verdadeira religião.

24. A Igreja não tem o poder de usar a força, nem algum poder temporal direto ou indireto.

26. A Igreja não tem direito nativo e legítimo de adquirir e de possuir.

33. Não pertence de modo exclusivo, por direção própria e nativo, ao eclesiástico poder de jurisdição dirigir o ensino das disciplinas teológicas.

34. A doutrina dos que compara o Romano Pontífice com um príncipe livre e que age na Igreja universal é uma doutrina que prevaleceu na Idade Média.

38. Para a divisão da Igreja em oriental e ocidental contribuíram os excessivos arbítrios dos Romanos Pontífices.¹⁷⁸

VI. Erros a respeito da sociedade civil considerada em si mesma ou em suas relações com a Igreja.

Da proposição 39 a 55 são condenadas as construções teóricas que a sociedade civil construiu sobre si mesma. Exemplos:

39. O Estado, como origem e fonte de todos os direitos, goza de um direito tal que não é circunscrito por nenhum limite.

¹⁷⁸DENZINGER, 2007, p. 630-636.

42. No conflito entre as leis dos dois poderes prevalece o direito civil.

47. A primordial condição da sociedade civil pede que as escolas populares, abertas a todas as crianças de qualquer classe do povo, e, de modo geral, os institutos públicos destinados a ensinar as letras e as disciplinas mais rigorosas e a prover na educação da juventude, sejam subtraídos a toda autoridade, regulamentação e ingerência da Igreja, e estejam sujeitos ao pleno arbítrio da autoridade civil e política, segundo o beneplácito dos soberanos e em conformidade com as opiniões comuns da época.

51. Ademais, o governo leigo tem o direito de depor os bispos do exercício do ministério pastoral e não está obrigado a obedecer ao Pontífice Romano no que se refere à instituição de bispados e bispos.

52. O governo pode, por direito próprio, modificar a idade prescrita pela Igreja para a profissão religiosa dos homens e das mulheres e pode impor a todas as famílias religiosas que ninguém seja admitido à profissão solene dos votos, sem a sua permissão (do governo).

53. Devem ser revogadas as leis que se referem à tutela do estatuto das famílias religiosas e de seus deveres e direitos; e mais, governo civil pode auxiliar a todos aqueles que queiram deixar o estado de vida religiosa iniciado e romper os votos solenes; e pode igualmente suprimir por completo as famílias religiosas, as igrejas colegiadas e os benefícios simples, também com direito de patronado, e submeter e atribuir os seus bens e lucros à administração e ao arbítrio do poder civil.

55. A Igreja deve ser separada do Estado e o Estado da Igreja.

VII. Erros a respeito da ética natural e cristã.

56. As leis morais não têm necessidade de sanção divina (...)

57. A ciência filosófica e moral e também as leis civis podem e devem afastar-se da autoridade divina e eclesiástica.

60. A autoridade não é outra coisa senão a soma do número e das forças materiais.

61. A casual injustiça de um fato não comporta nenhum detrimento para a santidade do direito.

62. Deve-se proclamar e observar o chamado princípio da não-intervenção.

63. É lícito recusar a obediência, mesmo, insurgir-se contra governantes legítimos.

64. A violação de qualquer juramento, por santo que seja, ou então qualquer ação perversa e criminosa e que repugna à lei eterna, quando feita por amor à pátria, não só não deve ser condenada, mas é de todo lícita e deve ser exaltada com grandes louvores.

VIII. Erros a respeito do matrimônio cristão.

Da proposição 65 a 74 são condenados os novos conceitos sobre o casamento. Exemplos:

65. Não se pode demonstrar de modo algum que Cristo tenha elevado o matrimônio à dignidade de sacramento.

70. Os cânones do Concílio de Trento que traduzem a censura de excomunhão contra aqueles que ousam negar à Igreja a faculdade de introduzir.

71. A forma do Concílio de Trento não obriga sob pena de nulidade, quando a lei civil prescreve uma outra forma e quer que o matrimônio seja válido com a utilização desta nova forma.

74. As causas matrimoniais e os sponsais, pela sua própria natureza, dizem respeito ao foro civil.

IX. Erros relativos à soberania temporal do Romano Pontífice.

75. Quanto à compatibilidade do reino temporal com o espiritual existe disputa entre os filhos da Igreja cristã e católica.

76. A supressão do principado civil que a Sé Apostólica possui ajudaria muitíssimo à liberdade e felicidade da Igreja.

X. Erros que se referem ao liberalismo hodierno.

77. No nosso tempo não é mais conveniente ter a religião católica como única religião do Estado, com exclusão de todos os outros cultos.

78. Por isso é louvável que em algumas regiões católicas foi estabelecido por lei ser lícito que os homens que aí imigraram podem cada qual exercer publicamente seu próprio culto.

79. É falso, com efeito, que a liberdade civil de qualquer culto, como também o pleno poder a todos concedido de manifestar abertamente e em público qualquer opinião ou pensamento, leve mais facilmente a corromper os costumes e os ânimos dos povos e a propagar a peste do indiferentismo.

80. O Romano Pontífice pode e deve reconciliar-se e fazer amizade com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna.¹⁷⁹

Aqui se encontram explicitamente o posicionamento da Igreja frente aos considerados erros da moderna sociedade. Nos seus limites de atuação, grande força foi exercida e demonstrada pelo segmento católico a fim de reverter quadros seculares que se configuravam, trazendo certo risco a estrutura do catolicismo mundial. O momento também sugere um posicionamento rigoroso e autônomo dos representantes das sociedades que

¹⁷⁹DENZINGER, 2007, p. 641.

apontavam para um outro caminho a ser trilhado pela sociedade civil que independesse da intervenção do metafísico. Encontram-se nesta fronteira da polarização dos poderes que mais uma vez disputavam a permanência nos postos privilegiados e setores da sociedade. Com mínima possibilidade de diálogos entre as tendências envolvidas o resultado foi a cristalização de posicionamento diametralmente opostos. Na medida em que evoluções ocorreram tanto em um cenário como no outro, espaços foram criados e outros foram sucumbidos. As esferas continuam em choque, e existindo possibilidade, o mais forte momentaneamente, tem as habilidades necessárias para desalojar seu oponente.

Neste primeiro capítulo procurou-se organizar o trabalho de tal forma que não ficasse dúvidas para os leitores quanto às relações e tensões entre poder secular e poder religioso. As brigas pelo poder se mostraram acirradas. As tensões ocorreram dentro das linhas do catolicismo, uma vez que tendências doutrinárias cujas orientações ideológicas se diferenciavam uma das outras já eram suficientes para que uma sobrepusesse e imobilizasse a outra. Foi o caso registrado entre os Jesuítas e o Oratorianos. Não se pode desconsiderar que diferenças que poderiam muito facilmente serem diluídas diante de amabilidades recíprocas, foram utilizadas por autoridades civis colocando uma ordem religiosa contra a outra. Tensões profundas foram apontadas entre o Estado Português Católico, naquele momento dominado pelo todo poderoso Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus, cujos resultados foram devastadores e ao mesmo tempo estimulantes para os Inacianos. Tanto os soberanos espanhóis quanto os portugueses souberam, como ninguém, utilizar o padroado em benefício próprio, anulando e imobilizando as ações católicas. Este procedimento esteve presente em toda a história do Brasil.

Com os jesuítas fora do cenário brasileiro e com a manutenção de um catolicismo fragilizado, abriram-se comportas facilitadoras para o pensamento agostiniano/jansenico bem como a teologia de Lião e o Catecismo de Montpellier penetrarem com muita facilidade no imaginário dos brasileiros. Outras tensões foram observadas no contexto brasileiro e geraram grandes discórdias no interior do catolicismo. Como foi o caso das grandes e corajosas

revoluções ocorridas no país às vésperas da Independência. Conflitos internacionais são observados de igual modo para complementar uma movimentação religiosa de cunho internacional. Os católicos franceses, que por lutarem por um catolicismo nacional e francês, receberam a classificação de galicanos. Esta mesma reivindicação foi feita pela igreja brasileira. A tese demonstrou que estes elementos somados aos conflitos de poderes entre as autoridades civis, umas contra as outras, tiveram grande repercussão e influenciaram profundamente os ambientes religiosos. Em nenhum momento a tese deixou de acompanhar as violências dos embates também nas tradições protestantes.

De certa forma estes resultados influenciaram a formação do catolicismo português que por sua vez influenciou a religiosidade do brasileiro e a sua cultura. A cultura brasileira, impregnada pelo catolicismo, e mais recentemente por outras tradições religiosas, não tem como esconder a força e o vigor destes elementos, essenciais para esta cultura.

Para fechar o capítulo ressaltou a reação das autoridades católicas mundiais frente a um moderno mundo, disposto, já no século XIX, a desconsiderar a religião. A tese enfatiza a força da *Encíclica Quanta Cura* e o *Silabo de Pio IX*, principalmente quando reafirma os valores do catolicismo e crítica posições que frontalmente agrediam o cristianismo. Procurou explicar em dimensão analítica a profundidade da tensão entre Estado e Igreja. Encerra-se este capítulo apontando para estes conceitos que influenciaram as academias e os produtores de conhecimento, o que será analisado no próximo e maior capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO 2

Conceitos que Influenciaram a Academia e os Produtores de Conhecimento.

2.1. – O Intelectual.

Em seu livro “*A Civilização do Ocidente Medieval*” Jacques Le Goff diferencia o livro universitário do livro monástico. Sem negar a importância deste, que antes de qualquer coisa era um tesouro, afirmava que o “livro universitário é por excelência um instrumento”¹⁸⁰

Compreensões como estas se tornam reveladoras, pois ganha muita importância o uso de objetos, como o livro, que em certo momento histórico foi de grande valor para o desenvolvimento cultural de uma sociedade e em outras situações foram, os próprios causadores de revoluções ainda maiores. O uso do livro, dessacralizado, é acompanhado de uma “racionalização” dos métodos intelectuais e dos mecanismos mentais.¹⁸¹

O livro, principalmente de história do Brasil, torna-se objeto de análise para se observar que uso seus autores fizeram de ideologias cuja vocação primária foi amenizar o discurso que envolvesse o fenômeno religioso. Uma vez que em princípio a ideologia,¹⁸² um discurso imanente refuta o teológico, em sua essência, transcendente.

¹⁸⁰LE GOFF, *A Civilização do Ocidente Medieval*, 2005, p. 343.

¹⁸¹LE GOFF, 2005, p. 345.

¹⁸²Existe uma íntima ligação entre o processo dito de secularização e o aparecimento de um novo tipo de discurso: a ideologia. O nascimento das ideologias, discursos que se atêm a “este mundo”, ao mundo social e político, significa certa forma de deslegitimação, de subordinação, de marginalização, quando não de total desqualificação, dos discursos religiosos, considerados puramente “míticos”, “mitológicos”, mentirosos, “alienantes”, mistificadores. A verdade do homem reside no político, na existência do homem enquanto animal social dotado de razão. Cf. LECLERC, Gérard, *Sociologia dos Intelectuais*, São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004, p. 31.

É necessário dar ênfase ao fato que a preocupação maior não está no livro propriamente, mas, antes, nos intelectuais que pensaram o Brasil,¹⁸³ e esta compreensão do Brasil foi registrada em livros. E pensaram em termos de desenvolvimento, progresso e avanço técnico – científico etc.... Outra questão de suma importância envolve a necessidade de dar explicações pelo fato da “matriz religiosa”¹⁸⁴ ser descartada. Matriz importante na cultura brasileira e mesmo assim, ignorada. Seria possível construir uma sociedade educada com valores perenes, negando sua herança e tradição religiosa? Como explicar o Brasil?

Ao verificar que a dessacralização do livro envolve entendê-lo como laico, acessível e desprovido de ideologias reducionistas e particulares, não significa que o sagrado deixa de ser objeto de interesse para qualquer grupo. A honestidade dos que pensaram o Brasil como uma força real capaz de alterar a face de uma sofrida América Latina é inquestionável. Foram muitos os teóricos envolvidos nas diversas áreas do saber, que produziram conhecimentos em larga escala, em cujo núcleo estava as distorções da sociedade brasileira. Como toda escolha ou opinião é seletiva, e não poderia ser de outra forma, na estrutura maior deste trabalho será analisado o papel, trabalho e atuação de pelo menos três pensadores, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, que trabalharam a história, a sociologia e a filosofia. Este tópico, como objetivo primário, visa demonstrar em que medida o conceito de intelectualidade foi usado e em quais situações. Em um segundo momento estes pensadores nacionais serão objeto de estudo, para se entender os motivos pelos quais a matriz religiosa foi desqualificada e deslocada do eixo de debates na segunda metade do século XX.

¹⁸³Os anos vinte criam no imaginário popular e dominante, oportunidades para análises e balanços da sociedade brasileira, uma vez que o Centenário da Independência se aproximava e com ele sínteses, explicações sobre as causas do “atraso” e idéias sobre as possibilidades de “modernização”. Cf. GOMES, Angela de Castro, *A Política Brasileira em Busca da Modernidade: Na Fronteira entre o Público e o Privado*, In *História da Vida Privada no Brasil*, volume 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 492

¹⁸⁴Ver importante trabalho de FILHO, José Bittencourt, *Matriz Religiosa Brasileira – Religiosidade e Mudança Social*, Petrópolis, RJ: Vozes, Rio de Janeiro: Koinonia, 2003.

Este diagnóstico da política brasileira está, portanto, inteiramente ligado à construção de uma tradição dicotômica de pensar o país, muito compartilhada no campo intelectual a partir dos inícios da República e que tinha fortes raízes no pensamento sociológico conservador, com destaque mas não com exclusividade. Essa tradição se desenvolveu sob o impacto de alterações que atingiram, de forma geral, todas as relações sociais até então existentes. Simbolizada pela oposição “*Brasil real x Brasil legal*”, fixava um conjunto de oposições em que o lado “real” era representado por uma sociedade rural e exportadora, na qual dominava a descentralização e o poder patriarcal, familiar, clientelista e oligárquico dos chefes da “política profissional”. Já o lado “legal”, visto também como “artificial”, emergia como o de uma sociedade urbano-industrial, na qual o poder centralizado e concentrado no Estado teria bases impessoais e racionais, sendo exercido por uma burocracia técnica.¹⁸⁵

De imediato à pergunta: que é um intelectual?¹⁸⁶ Outra necessária é: em que medida se envolve com as classes sociais? Tanto uma como a outra requer respostas. Se estas respostas satisfarão a todos não é possível saber. No entanto é mais que necessário que este ideal-tipo comece a ser construído. Observe esta definição: “Os intelectuais, diz Coser, são os descendentes, ou os herdeiros, dos sacerdotes e dos profetas, dos clérigos e dos letrados. Tem relação, em primeiro lugar, com a busca e conservação da verdade, dos valores coletivos e sagrados, aqueles que governam um grupo, uma sociedade, uma civilização. Esses valores centrais formam um campo sensivelmente diferente daquele das especialidades profissionais, fruto da divisão do trabalho intelectual e do que se pode chamar de expertise, entendida como emprego pontual de saberes práticos e aplicados. O intelectual é um ser híbrido que, profissionalmente, produz uma obra artística ou científica

¹⁸⁵GOMES, Angela de Castro, *A Política Brasileira em Busca da Modernidade: Na Fronteira entre o Público e o Privado*, In *História da Vida Privada no Brasil*, volume 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 501.

¹⁸⁶Para Hofstadter, o intelectual é o fruto de um equilíbrio entre o engajamento e o desligamento. Ele combina o exercício da inteligência, próprio do expert profano, e o do intelecto, obra dos especialistas do sagrado (sacerdotes, profetas e ideólogos). É ao mesmo tempo sacerdote e profeta, conservador e contestador, guardião supremo dos valores coletivos e desmancha-prazeres. Cf. LECLERC, 2004, p. 18.

e que, enquanto ator engajado nos assuntos da vida pública, é dotado, queira ou não, de uma visibilidade que aproxima dos stars, dos homens políticos, dos homens da mídia. Os intelectuais vivem para as idéias, por uma espécie de vocação ou engajamento. Ao passo que as profissões intelectuais vivem antes pelas idéias ou das idéias.”¹⁸⁷

Cabe aqui antes de ter estes teóricos diante dos olhos, uma descrição rápida das macros compreensões e de um ideal-tipo, capaz de nortear este tópico, revelando, grosso modo, um intelectual. Este pensador, ou intelectual, pode se revelar como um modelo, porém nem sempre todas as virtudes e defeitos são encontrados nos modelos. Propõe se, portanto, uma aproximação.

Em dezembro de 1894, um oficial judeu, o capitão Alfred Dreyfus, é condenado pelo conselho de guerra à deportação perpétua por ter entregado documentos de guerra à embaixada da Alemanha. No momento de sua degradação pública, em janeiro de 1895, gritos são lançados na multidão: “morte aos judeus!”. Em março de 1896, o comandante Picquard, novo chefe do serviço de informações, descobre que Dreyfus é inocente e que o culpado é muito provavelmente, um outro oficial, o comandante Esterhazy. Mas o exército procura abafar o resultado de suas investigações. Dois campos organizam-se então: de um lado, os “dreyfusistas”, republicanos, antimilitaristas, radicais, socialistas, reunidos na Liga dos Direitos do homem: de outro, os “antidreyfusistas”, nacionalistas, clericais, anti-semitas, agrupados na Liga da Pátria Francesa. É no campo dos dreyfusistas que, acompanhando a iniciativa de Zola,¹⁸⁸ os “intelectuais” vão se perfilar.¹⁸⁹

¹⁸⁷LECLERC, 2004, p. 16-17.

¹⁸⁸Ver ZOLA, Emile, *Eu acuso; O Processo do Capitão Dreyfus*, São Paulo: Hedra, 2007.

¹⁸⁹LECLERC, 2004, p. 53.

Este acontecimento relacionado ao oficial “Dreyfus”¹⁹⁰ desencadeou profundas discussões entre os pensadores da época. Quando se discutiu o aparecimento do conceito de intelectuais, a opinião que prevalece entre os estudiosos, é a de que o conceito só foi construído a partir deste “caso” envolvendo Dreyfus.¹⁹¹ Émile Zola coordenou um “manifesto assinado por importantes nomes da época”. Somente neste momento a “intelectualidade” se transforma em sujeito na história e passa a usar explicitamente, o prestígio de homens de cultura para, inclusive, interferir no poder político.¹⁹²

É quase indiscutível que o conceito de intelectualidade¹⁹³ só pode ser discutido na modernidade¹⁹⁴ e não em outros tempos.

¹⁹⁰Ver obra de BREDIN, Jean-Denis, *O Caso Dreyfus*, São Paulo: Editora Página Aberta/Scritta, 1995; Ver texto de BARBOSA, Rui, *O Processo do Capitão Dreyfus*, São Paulo: Hedra, 2007.

¹⁹¹Foi Clemenceau que batizou esse grupo com o nome de “intelectuais”, ao qualificar a petição em favor de Dreyfus de “manifesto dos intelectuais”. Em 23 de janeiro, ele escreveu num artigo: “Não é isso um sinal, todos esses intelectuais (em itálico no texto) vindos de todos os cantos do horizonte e agrupados em torno de uma idéia?” Mas é Barres, o líder dos antidreyfusistas, que populariza o termo ao publicar, uma semana mais tarde, em *Le Journal*, uma crônica intitulada “O protesto dos intelectuais”. Apoiando-se nas instituições da conservação e da tradição (a Igreja, a academia francesa, a justiça e o exército, a imprensa conservadora) e chamando os “intelectuais” de “tolos” e de “estrangeiros”, Barres irá assegurar ao termo seu renome e seu destino histórico. Os “intelectuais” são esses professores da universidade, esses membros do instituto, esses normalistas, esses escritores mais ou menos obscuros, republicanos, de esquerda, socialistas, que, para obter a revisão de um processo e reabilitar um indivíduo cuja culpabilidade é indiscutível aos olhos de Barres, estão dispostos a pôr em risco as instituições e os pilares da sociedade. [...] Mas, embora se transforme de início em emblema de um partido no seio de um conflito/debate ideológico e político, o termo rapidamente adquire um sentido mais neutro, quase sociológico, e designa em seguida uma categoria social nova. A partir desse momento, ele entra no vocabulário das idéias, da cultura e da política. Cf. LECLERC, 2004, p. 54-55.

¹⁹²MAXIMO, Antonio Carlos, *Os Intelectuais e a educação das massas*, Campinas, SP: Autores Associados, 2000, p. 18.

¹⁹³Toda sociedade (tribo, cidade, estado-nação, império, civilização) tem seus profissionais do pensamento, da cultura, da escrita – ou, pelo menos, da palavra cultural, mítica e sagrada –, cuja função é produzir e transmitir no espaço e no tempo e os discursos que garantem a identidade do grupo, os valores centrais da coletividade. Cf. LECLERC, 2004, p. 15.

¹⁹⁴(...) o nascimento dos intelectuais é correlato à secularização da sociedade, da política e da cultura no continente europeu. Os intelectuais estão ligados à modernidade, isto é, ao secularismo, ao pluralismo religioso, ao nascimento das liberdades de pensamento e de publicação codificadas no final do século XVIII pela Revolução Francesa, sob a expressão “direitos do homem”. Por que se interessar pela origem (histórica e social) dos intelectuais, buscar saber onde e quando eles apareceram, de que classes procedem? Não é mais importante perguntar qual é sua suposta função ou, pelo menos, seu papel social real? A genealogia do intelectual só tem sentido se ela permite revelar o fundamento histórico da

Conceitualmente, a palavra “intelectual”, como substantivo, de fato, aparece somente em meados do século XIX, na Rússia – e, ainda assim, com uso restrito. P. D Boborinski foi o primeiro a utilizar o termo com o sentido de substantivo – “*intelligenzia*” ou intelectualidade – como se pode constatar nos verbetes da Grande Enciclopédia Soviética e no “Dicionário de Política”, organizado por Bobbio e outros.¹⁹⁵

Maximo, com precisão, expõe o pensamento de Julien Benda¹⁹⁶ que afirmava: “aqueles homens cuja função é defender os valores eternos e desinteressados, como justiça e a razão, aqueles que eu chamo de clérigos, traíram esta função em favor dos interesses práticos – me parece (...)” Automaticamente, Maximo contrasta esta afirmação com o pensamento de Paul Nizan: Pautar-se pela defesa dos valores eternos, desinteressados, significa trair os homens de “carne e osso” e colocar-se como “guardião de um sistema de idéias que justifica as injustiças, ou seja, tornar-se “cães de guarda” do sistema de opressão reinante”. Estes dois princípios norteiam o debate do tema pela França e outras nações.¹⁹⁷

Seria possível a convivência das conflituosas¹⁹⁸ relações: intelectual-partido, intelectual-poder, intelectual-política e intelectual-massa? No mínimo estes conceitos merecem apurada consideração. Fica evidente que uma tipificação

legitimidade a que ele aspira, das pretensões críticas que lhe são próprias; em suma, da função social – cultural e política – que ele reivindica e/ou cumpre. Cf. LECLERC, 2004, p. 61.

¹⁹⁵MAXIMO, 2000, p. 19.

¹⁹⁶BENDA, Julien, *A Traição dos Intelectuais*, São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

¹⁹⁷MAXIMO, 2000, p. 29.

¹⁹⁸Na ótica liberal-conservadora, os intelectuais são “guias da humanidade” ou “luz do mundo”, como escreve Fichte; ou, então, “testemunhas guardiãs dos valores perenes” da humanidade, conforme Benda. Na ótica da esquerda, são “progressistas”, responsáveis pela formulação de teorias revolucionárias das quais tomará posse o proletariado para levar a efeito a revolução redentora, e assim por diante. Sob a mira da crítica estritamente política, podem ser revolucionários ou reacionários, democratas ou autoritários, progressistas ou conservadores, modernos ou arcaicos; na mira da crítica ética, são “alheios às dores do mundo” ou “arrogantes”, como os definem, respectivamente, dois intelectuais de contextos tão distantes como Luiz Arangurem, na Espanha, e José Artur Gianotti, no Brasil. Cf. Maximo, 2000, p. 23-24.

gramsciana¹⁹⁹ lançará luzes sobre as análises feitas aqui e pode ajudar a entender estes que muitas vezes foram funcionários de estruturas de poder como o Estado.²⁰⁰

Ao levantar estas considerações chega-se aos produtores de culturas e obrigatoriamente àqueles que procuraram organizar a sociedade brasileira²⁰¹ após a criticada “velha república.”²⁰² Por que não levar em consideração, para uma libertação futura, todas as intrigas entre o “temporal” e o “espiritual”? A monarquia e as instituições religiosas? O padroado e a necessidade de viver intensamente o catolicismo? Estas contradições integraram e ao mesmo tempo foram “sujeitos” em muitos capítulos da História do Brasil. Uma vez que a República tornava o Estado laico,²⁰³ a Igreja, agora, procurava seu espaço, uma vez que perdeu muito enquanto existiu dentro da monarquia.

¹⁹⁹Gramsci é o autor marxista que analisou com mais força e constância o estatuto e a função dos intelectuais em geral (na história) e no seio do Partido Comunista. Para ele, o novo intelectual será “o intelectual orgânico do proletariado”, em oposição aos “intelectuais tradicionais” representados pela igreja e pelas profissões docentes, a serviço das classes dominantes. Aderir a um partido é tornar-se, por definição, um militante; mas o Partido comunista transforma cada um de seus adeptos em “intelectuais”. Neste sentido, pode-se dizer que o Partido é um “intelectual coletivo” Cf. LECLERC, 2004, p. 113.

²⁰⁰MAXIMO, 2000, p. 2.

²⁰¹Na verdade, a campanha por este abolicionismo tardio e os levantes políticos das populações urbanas foram os primeiros movimentos de caráter popular mobilizados pela intelectualidade brasileira. Nesses movimentos, dezenas de poetas, romancistas e ensaístas luziram o seu talento e tiveram sua escola de abasileiramento e de politização. Com eles é que uma parcela de camada erudita da sociedade brasileira começa a capacitar-se para desmascarar o caráter espúrio da cultura nacional e para enfrentar as causas reais da defasagem, da alienação e da marginalidade. As suas criações de conteúdo mais crítico foram produzidas pelos intelectuais iracundos que, embora claudicantes devido às fontes europeias de inspiração, alcançavam ao menos uma capacidade maior de compreender a realidade de seu país, de indignar-se contra ela e de denunciá-la. As contribuições originais à consciência crítica não surgiram, portanto, dos pesquisadores, mas dos pensadores vinculados ao processo político. Cf. RIBEIRO, Darcy, *Teoria do Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, p. 124-125.

²⁰²O drama da República, conforme Alceu Amoroso Lima quer demonstrar, e numerosos outros pensadores seus contemporâneos e sucessores endossarão, era o de estar caracterizada por uma tensão, ao mesmo tempo constitutiva da política nacional e desintegradora de suas possibilidades de desenvolvimento nos marcos da modernidade ocidental. Ou seja, ela se situava na fronteira entre o público e o privado, sendo essa a sua principal marca e também o seu dilema. Cf. GOMES, 1998, *História da Vida Privada no Brasil*, p. 496.

²⁰³Atualmente, chamam-se de “ideologias” os vastos e poderosos sistemas de idéias, as “grandes narrativas” que, ao menos em alguns grupos tornados “agnósticos”, parecem ter sucedido às religiões: construções intelectuais globais que se apresentam como “racionais”. As ideologias seriam uma das argamassas que consolidam as sociedades contemporâneas, a começar pelas comunidades intelectuais. Os intelectuais não são apenas os usuários e os

O modelo seguido pelo Estado laico,²⁰⁴ priorizava a modernidade,²⁰⁵ o espírito científico, o desenvolvimento, a ordem, laicização da educação, certidão de nascimento, casamento e enterros. No Brasil verifica-se o germe de conceito já muito avançado na Europa: Religião²⁰⁶ é termo que explica “elementos sobrenaturais aplicados a racionalidade do cotidiano”, portanto é privada,²⁰⁷ restrita e particular. Os celebres personagens que ajudaram a enterrar a “velha república”, alimentavam-se por princípios e valores que levavam as últimas conseqüências esses ideais.

difusores das ideologias, mas, pelo menos no que concerne à faixa superior, à qual alguns observadores reservam o termo *intelligentsia* – os produtores e os criadores desses sistemas de pensamento coletivo. O intelectual não apenas está sob a dependência do ideólogo: ele próprio é potencialmente um ideólogo. Os intelectuais dominantes são ideólogos; a alta *intelligentsia* – a expressão é quase uma tautologia – é o reino por excelência da produção das ideologias. Cf. LECLERC, 2004, p. 32.

²⁰⁴O assunto poderá ser aprofundado consultando a obra de Riolondo Azzi, *O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano*, São Paulo, Editora Paulus, 1994.

²⁰⁵O grande desafio a ser enfrentado pelas nações coloniais e “atrasadas” como o Brasil, envolvia duas premissas. De um lado, o reconhecimento de um certo paradigma de política moderna, entendida como o mundo dos cidadãos racionais e dos procedimentos públicos impessoais, mundo existente de fato nos países desenvolvidos. De outro lado, a necessidade de compreensão de uma realidade social que com ele se confrontava, pois, fundava-se em padrões de autoridade tradicionais – personalizada e emocional, que não podiam ser ignorados e menosprezados, sob pena de total insucesso. Cf. GOMES, 1998, *História da Vida Privada no Brasil*, p. 499.

²⁰⁶Uma tal teoria não pode fazer esquecer, porém, que o cristianismo foi historicamente o fruto de uma “síntese” entre o judaísmo, religião do livro e do Deus único e ciumento, e o helenismo, cultura mais profana e mais pluralista, religião de deuses e dos livros clássicos. Se quiséssemos esboçar as grandes etapas do processo que levou ao que Weber chamou de “desencantamento do mundo”, seria preciso lembrar a reabilitação dos clássicos grego-latinos por ocasião do Renascimento italiano em detrimento de Bíblia, corpus dos textos sagrados do cristianismo. Cf. LECLERC, 2004, p. 30.

²⁰⁷Encontra-se em Kojève, inclusive a idéia, que já vimos em Berger e Gauchet (mas Kojève escreveu antes deles), de que somente o cristianismo podia chegar à sua própria negação como religião; é a única religião que podia culminar numa secularização. Houve, de fato, uma auto-secularização do cristianismo. Somente o clérigo cristão podia transmutar-se em intelectual agnóstico. Se a filosofia hegeliana é uma teologia filosófica, se Hegel é o último filósofo cristão antes da ruptura entre a filosofia e o cristianismo (Löwith, 1966, p. 47), assiste-se, alguns anos após sua morte (1831), a uma fuga para diante por parte daqueles de seus alunos chamados de “jovens hegelianos” (Max Stirner, Bruno Bauer, David Strauss, Karl Marx etc...), facção de esquerda que, nessa época do Romantismo alemão – uma das escolas de pensamento mais radicais que o Ocidente produziu -, elabora teorias cada vez mais niilistas. Löwith assinalou “a evolução filosófica acelerada que Hegel deflagrou”. O que um filósofo denominava de ateísmo era logo em seguida tachado de teologia, devoção, cristianismo. Aos olhos de Bauer, Strauss era um “clerical”; para Stirner, Feuerbach era “piedoso ateu”. Cf. LECLERC, 2004, p. 36-37.

Evolucionismo, secularização,²⁰⁸ racionalismo, república, positivismo,²⁰⁹ marxismo,²¹⁰ materialismo, socialismo, desencantamento,²¹¹ dessacralização são conceitos que permaneceriam por muito tempo no centro dos grandes debates concernentes ao “Brasil moderno,²¹² industrializado e desenvolvido” sonhado por todos os brasileiros.

É facilmente demonstrável que a legião de intelectuais²¹³ envolvidos na formação e estruturação da sociedade brasileira muito cedo mostraram predisposição “no aspecto político, a inscreverem-se no complexo e confuso arco

²⁰⁸Peter Berger julga, com muitos outros, que a secularização foi no Ocidente um fenômeno endógeno simplesmente porque “o cristianismo foi seu próprio coveiro”. Houve uma espécie de auto-secularização do cristianismo. “A secularização”, diz também Gauchet, “provém do âmago da religião”. A secularização foi um fenômeno cristão, cujo elemento histórico crucial foi a Reforma. O próprio cristianismo presidiu sua destruição e seu enfraquecimento sociológico; ele é “a religião da saída da religião”. Existe, pois, uma “originalidade única da história ocidental”, que “está em seu âmago religioso”. Cf. LECLERC, 2004, p. 29.

²⁰⁹Nesta obra é possível encontrar as principais idéias do positivismo. Ver ARANA, Hermas Gonçalves, Positivismo – reabrindo o debate, Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

²¹⁰Na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo formou-se um grupo de estudos para a leitura de “O capital”, de Marx, integrado pelos filósofos José Arthur Gianotti, pelos sociólogos Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso (discípulos de Florestan Fernandes), pela antropóloga Ruth Cardoso, pelo economista Paulo Singer e pelo historiador Fernando Novais. Outros intelectuais mais jovens também foram envolvidos pelas atividades do grupo, como Bento Prado, Francisco Weffort, Roberto Schwarz, Gabriel Bolaffi e Michael Löwy. Entre os integrantes desse círculo predominava claramente a disposição de primeiro entender bem Marx para que depois cada um resolvesse em que condições poderia adotar (ou não) a perspectiva do pensamento alemão Cf. KONDER, *In História dos Intelectuais nos anos 50*, 2003, p. 372.

²¹¹Assim o intelectual, quando pretende substituir-se ao clérigo (padre, profeta, teólogo), fá-lo em nome de um “humanismo integral” que atribui o papel central aos discursos sobre a história e a sociedade. Um fio invisível parece então ligar o nascimento dos intelectuais ao aparecimento das ideologias, mas também ao que chamamos de “ciências do homem”, e, em particular, à gênese das “ciências sociais”, que tentam pensar e interpretar um mundo no qual, como dirá Nietzsche, “Deus está morto”: um mundo, dirá mais sobriamente o sociólogo Max Weber, que se tornou “desencantado”, privado da magia, da aura e da garantia da religião. Com a ideologia, a supremacia intelectual passa da religião à ciência, da teologia ao discurso político. A política torna-se a utopia da redenção coletiva. O messianismo revolucionário pode competir com as religiões, prometendo uma salvação futura aqui mesmo, neste mundo. Cf. LECLERC, 2004, p. 32.

²¹²Rui Barbosa é, nos termos de Alceu, uma das versões da face moderna da política, identificada com o poder público e radicada no Estado e no direito, enquanto Pinheiro Machado é nossa face tradicional. Cf. Gomes, 1998, *História da Vida Privada no Brasil*, p. 500,

²¹³LÖWY, Michael, Para uma Sociologia dos Intelectuais, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979; LÖWY, Michel, *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*, São Paulo: CórteX, 2003.

da esquerda; e no que toca ao campo teórico, reconhecem no marxismo²¹⁴ a corrente de pensamento que mais influencia suas obras.”²¹⁵

As primeiras décadas do século XX o Brasil ofereceu excelente oportunidade para os ideólogos optarem e opinarem, se engajariam nas lutas sociais e envolver-se-iam com os partidos políticos ou permaneceriam como atores, porém acima da realidade palpável. Esta questão não é tão simples de responder como alguns querem acreditar. É possível dizer que o “século XX aproximou um conjunto de grandes acontecimentos e de exigências histórico-sociais que colocaram, para os intelectuais, dilemas de difícil solução, tais como: optar pelo engajamento político ou pelo trabalho acadêmico, científico, restrito ao âmbito das instituições especializadas? Fazer literatura mais “pura” ou literatura engajada? Como conciliar as exigências da prática política em sentido estrito (no partido, por exemplo) com as exigências do trabalho de produção sistemática do conhecimento?²¹⁶ Afinal, o que potencializa o trabalho do intelectual, a denúncia ou a luta?²¹⁷

Entende-se que o ser humano deve procurar o aperfeiçoamento da ordem democrática, e que para tanto são necessários “atores” qualificados, dentre os

²¹⁴Em entrevista à Revista Praga (ano 1, nº 1, 1996), Antonio Candido observou que a geração de intelectuais brasileiros a que ele mesmo pertence foi a primeira que, a partir dos anos 30, passou a ser desafiada a fazer escolhas no âmbito de correntes filosófico-políticas que tinham repercussão mundial, em decorrência da experiência do comunismo na Rússia, do fascismo na Itália, do nazismo na Alemanha e do agravamento dos problemas que se manifestavam nos paises que se consideravam expressões da “democracia liberal”. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, 2003, Leandro Konder In *História dos Intelectuais nos anos 50*, p. 368.

²¹⁵MAXIMO, 2000, p. 2.

²¹⁶(...) um dos conflitos que mais angustiou a “*intelligenza*” neste século diz respeito à oscilação entre o engajamento político e o trabalho estritamente acadêmico. A propósito, vale recordar a pergunta feita por Florestan Fernandes: qual o principal dilema da intelectualidade brasileira, hoje? Ela deve partir para o combate em campo aberto ou restringir-se à denúncia? E ele próprio não teve dúvidas: “revolução democrática exige do intelectual que ele se desvencilhe do orgulho profissional e do manto protetor das instituições especializadas e parta para o combate. Cf. MAXIMO, 2000, p. 17.

²¹⁷MAXIMO, 2000, p. 17.

quais intelectuais (criadores, organizadores e difusores da cultura)²¹⁸ com alto grau de consciência política. O mesmo deve ocorrer com o partido político,²¹⁹ Ao falar de criadores, organizadores e difusores da cultura, antes, porém, por que não pensar na produção acadêmica ou mesmo na ação de cada um deles enquanto engajados em seus programas sociais dirigidos pelos Partidos Políticos.²²⁰ Segundo Leclerc “a produção intelectual é uma criação, uma inovação cultural que culmina na obra (um livro, um artigo de jornal, um artigo científico, um quadro, uma partitura musical, uma escultura...) Os intelectuais são os que produzem obras, que criam que inovam no domínio cultural, estético, ideológico²²¹ etc.”

Não é outra coisa que se espera de um intelectual a não ser seu envolvimento engajamento²²² aqui e agora. Isto significa que o intelectual com seus pés no

²¹⁸Os intelectuais são membros das profissões intelectuais que se entregam, também e entre outras coisas, à atividade de petição e à redação de manifestos. Cf. LECLERC, 2004, p. 65.

²¹⁹O estudo da relação dos intelectuais com as organizações políticas práticas (partidos) leva em conta que, ainda que a consciência seja possível somente como síntese de múltiplas determinações, é, também, uma das pré-condições nos processos de transformação social. As escolas, as academias, ou seja, o “lócus” das atividades tipificadas como intelectuais estão inseridas nesses processos. Se é no plano da consciência, isto é, através das formas ideológicas – jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas – que os homens tomam consciência do conflito existente na base econômica e lutam para resolvê-lo, ao intelectual o problema se põe de modo muito agudo, em razão de ser ele um formador de outras consciências. Cf. MAXIMO, 2000, p. 9-10.

²²⁰A formação de uma vontade coletiva liga-se organicamente ao que Gramsci chama, repetidas vezes, de “reforma intelectual e moral”. O partido não luta apenas por uma renovação política, econômica e social, mas também por uma revolução cultural, pela criação e desenvolvimento de uma cultura. Cf. COUTINHO, Carlos Nelson, *Gramsci*, Porto Alegre: L & PM, 1981, p.121.

²²¹Os intelectuais são ao mesmo tempo o produto e a fonte das ideologias. As ideologias são aqueles discursos globais sobre o homem, a sociedade e o mundo, que, apoiados em princípios nas ciências e nos saberes positivos, pretendem concorrer, quando não substituir, as antigas verdades da religião. São sistemas de pensamento profanos, que se querem simultaneamente explicativos e sintéticos, cuja relação com as ciências é bastante ambígua: eles englobam e ultrapassam a ciência, situando-a como um universo de sentido entre outros, ao mesmo tempo que invocam a positividade dela para assentar sua própria credibilidade. A ideologia é uma fusão íntima do político e do cultural, do histórico e do utópico. Cf. LECLERC, 2004, p. 105.

²²²O “engajamento” do intelectual é uma forma de atividade que difere da de um indivíduo qualquer, e mesmo da ação do militante ligado a uma causa e que se dedica a defendê-la publicamente. O engajamento do intelectual não é a simples atitude do cidadão comum, membro anônimo da coletividade. Cidadão entre os demais, o intelectual não é um cidadão como os demais. Seu engajamento é diferente tanto na participação política do cidadão, que se exprime de forma mínima no voto, como na militância, própria do membro ativo e ativista de uma organização política, sindical ou associativa. O militante é um “manual”, um operário ou

chão seja capaz de olhar sobre os ombros²²³ dos meros mortais e enxergar no horizonte que se abre as possíveis soluções para aquilo que inquieta a sociedade e particularmente o indivíduo.²²⁴ Mesmo que sua resposta seja desprovida de ações políticas, cumpre-lhe o papel de pelo menos denunciar os equívocos construídos ou àqueles que permanecem em função de uma continuidade que favorece a pequenos grupos ou a poucas pessoas. Por ser um construtor de mundo e com ideologias que visem à restauração daquilo que pode ser restaurado, é nele que grande parcela da sociedade, desiludida com o “status quo” coloca sua confiança. Não se trata de uma confiança messiânica, uma vez que na maioria dos casos o elemento religioso é descartado,²²⁵ e em seu lugar surgem ideologias, por ser discursos humanos, linguagens humanas,

empregado anônimo da “classe trabalhadora”, enquanto o intelectual engajado pertence à elite cultural, aquele que detém o poder intelectual. Cf. LECLERC, 2004, p. 96.

²²³O intelectual é um autor cujo engajamento aqui e agora no acontecimento conta tanto, se não mais, quanto o futuro póstumo de sua obra. É um homem que privilegia a ação e a influência estratégica sobre o acontecimento e seus contemporâneos. Cf. LECLERC, 2004, p. 91.

²²⁴O intelectual adquire um estatuto internacional, uma notoriedade universal (Sartre, Foucault, Bourdieu). De dois ou três séculos para cá (digamos, desde a época das Luzes), existe em particular uma audiência internacional dos intelectuais franceses (a “universalidade da língua francesa”, da qual falava Rivarol em 1780). O prestígio da cultura francesa era ainda muito sensível nos anos 1930: a intelligentsia latino-americana considerou por muito tempo a França como sua metrópole intelectual e Paris como a destinação natural das viagens culturais e dos exílios, o foco de onde partiam as inovações intelectuais de todas as ordens (hoje os Estados Unidos sucederam claramente a França nesse papel de líder cultural). Mesmo em nossos dias observa-se um efeito de moda das teorias francesas em matéria de “ciências humanas”, inclusive nos Estados Unidos, desde os anos 1980 (Foucault, Derrida, Lyotard, Deleuze, Baudrillard). Pode-se notar, em sentido contrário, o quanto são raros os grandes intelectuais norte-americanos (Chomsky, Rawls, Rorty) ou europeus (Habermas, Giddens) que se beneficiam de uma notoriedade internacional. Mas isso talvez seja apenas uma ilusão de ótica, efeito do galocentrismo inveterado dos intelectuais franceses. Cf. LECLERC, 2004, p. 116-117.

²²⁵É verdade também para os filósofos das luzes alemãs, os pensadores da Aufklärung. Neles, longe de resultar, como foi freqüentemente o caso entre franceses (com a exceção notável de Rousseau), num violento anticlericalismo, que às vezes chegava ao anticristianismo, o cristianismo – no caso, o protestantismo reformado – transforma-se por dentro, para chegar finalmente à “sublimação” hegeliana da religião, superação/negação/conservação do cristianismo. Os pensadores da Aufklärung assim como os do Romantismo, foram os herdeiros e os continuadores do protestantismo liberal. Lessing e Schelling eram filhos de pastores luteranos e fizeram estudos de teologia. Schleiermacher era um teólogo e um pregador tanto quanto um filósofo e um professor. Hegel estudou teologia antes de se tornar o filósofo da modernidade: ele renunciou a ser pastor e assumiu um cargo de preceptor. Numerosos discípulos de Hegel fizeram estudos de teologia antes de virar filósofos e de tentar ser professor em vez de pastores. Feuerbach estudou teologia em Heidelberg e Berlim. David Strauss, que causaria escândalo ao publicar uma Vida de Jesus em 1835, tinha feito estudos no seminário de Tübingen. A publicação de seu livro pôs fim à carreira universitária que ele começara. Aquele que é considerado por muitos o crítico mais radical do cristianismo, Nietzsche, foi educado num meio pietista (seu pai era pastor). Cf. LECLERC, 2004, p.120-121.

temas políticos ou não, que cumprem a função de sintonizar o homem com a realidade a sua volta.

A conceituação de intelectual transcende a própria palavra. Uma vez que foi necessário várias adjetivações para especificar as múltiplas visões e compreensões do termo. Portanto os mais importantes para as pesquisas são definidos em seguida.

Que é um intelectual tradicional? Macciocchi citando Gramsci responde: alguém pode tornar-se intelectual orgânico do proletariado, seja por “assimilação” e “conquista ideológica” – quando um intelectual burguês adere ao programa do proletariado e à sua doutrina, baseia-se nela, participa de sua essência e torna-se parte integrante dele -, seja surgindo “diretamente da massa” – à qual ele está organicamente ligado -, seja partindo da visão da visão de mundo das massas, libertando-a de todos os seus entraves, conferindo-lhe certa homogeneidade e certa coerência, para elaborar com a massa uma clara e precisa consciência de si mesma e de seu dever: “O ponto de partida deve ser sempre o senso comum que é a filosofia espontânea das massas e que deve tornar-se ideologicamente homogênea”.²²⁶

²²⁶Cf. MACCIOCCHI, 1977, p. 194.

O intelectual orgânico²²⁷ do proletariado não pode contentar-se em fazer parte da linhagem do velho intelectual; ele deve ser a sua negação, e representar em relação ao outro um ponto de ruptura: Se os novos intelectuais consideram-se filhos diretos da “*intelligentzia*” anterior, de fato eles não têm nada de novo, pois eles não estão vinculados ao novo grupo social que é a expressão orgânica da situação histórica nova, eles não passam do resíduo – conservador e fossilizado – de um grupo social historicamente superado, o que significa que a nova situação histórica ainda não atingiu um nível de desenvolvimento suficiente para permitir-lhe estabelecer uma outra superestrutura e que ela vive dentro dos quadros carcomidos da história passada.²²⁸

Uma vez que a simples definição não resolve todo o problema, pergunta-se existe um objetivo para o intelectual orgânico? “A missão do intelectual orgânico é empreender e realizar a “reforma intelectual e moral” que leva toda a massa a aceder ao status de intelectual, rompendo com a antiga subordinação do povo à cultura tradicional e reconciliando-o com sua própria cultura: “...A filosofia de massa, a filosofia da práxis, só pode ser concebida sob forma de uma luta, de um combate permanente. “Mas é preciso tomar como

²²⁷Orgânico é o intelectual cuja relação com a classe revolucionária é fonte de um pensamento comum. Já não é mais o narciso incoseqüente, individualista, pairando “sobre as asas do livre pensamento”(esse aspecto “impalpável”, justamente, é o oposto do que é “orgânico”) e que alimenta uma relação mistificada (ou clandestina) com a classe social a que continua a pertencer. A relação orgânica, ao contrário, é reconhecida, proclamada, teorizada, politicamente desejada, para melhor defender “a nova concepção do mundo” de que é portadora a classe revolucionária ascendente. MACCIOCCHI, 1977, p. 198; SECCO, Lincoln, *Gramsci e a Revolução*, São Paulo: Alameda, 2006; PORTELLI, Hugues, *Gramsci e a Questão Religiosa*, São Paulo: Edições Paulinas, 1984; PORTELLI, Hugues, *Gramsci e o Bloco Histórico*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; COUTINHO, Carlos Nelson, *Gramsci*, Porto Alegre: L & PM, 1981; BOBBIO, Norberto, *Os Intelectuais e o Poder*, São Paulo: Editora da Unesp, 1997; GRAMSCI, Antonio, *Maquiavel – A política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro: 1968; BARATTA, Giorgio, *As Rosas e os Cadernos*, Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2004; GRAMSCI, Antonio, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1978; GRAMSCI, Antonio, *Poder, Política e Partido*, São Paulo: Brasiliense, 1990; GRAMSCI, Antonio, *Cadernos do Cárceres – Os Intelectuais*, vol. II, Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2004; GRAMSCI, Antonio, *Cadernos do Cárceres – Temas de Cultura – Ação Católica*, vol. IV, Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2004

²²⁸MACCIOCCHI, 1977, p. 197.

ponto de partida o senso comum, filosofia espontânea das massas, e torná-lo ideologicamente homogêneo”.²²⁹

Seria possível rastrear na história do Brasil,²³⁰ intelectuais que procuraram desvendar ou descortinar modelos ultrapassados e compreensões desprovidas do embasamento teórico - científico? A história cultural do Brasil é ampla e quase multifacetária, o recorte é necessário e provisório e serve apenas para introduzir o tema que será debatido a partir de personagens.

Alguns trabalhos no campo da história foram desenvolvidos com muita precisão e serviram para demonstrar documentos que evidenciassem “o sentimento de inferioridade que amargavam seus autores, como toda a classe dominante brasileira. Esforçava-se ela em ocultar suas origens na senzala (Oliveira Vianna); em projetar sobre aqueles que trabalhavam de sol a sol sua própria ociosidade (Paulo Prado);²³¹ exaltava ancestrais indígenas cheio de nobreza quando o índio mesmo, de carne e osso, era exterminado sem qualquer protesto (Jose de Alencar); compunha dramalhões cheios de piedade por um negro injustiçado pelo seu Senhor, mas achava prematura a abolição da escravidão apesar de ser o Brasil a última nação escravocrata do mundo; idealizava a família patriarcal e as relações inter-raciais para ocultar o verdadeiro caráter da aristocracia açucareira (Gilberto Freyre).”²³²

2.2. – O Intelectual Brasileiro e o Período Império/República – Joaquim Nabuco.

²²⁹MACCIOCCHI, 1977, p. 199.

²³⁰Cito alguns como exemplos: Padre Antonio Vieira, André João Antonil, Jose Bonifácio, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, José de Alencar, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Vícto Nunes Leal, Oliveira Viana, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Antonio Candido, José Honório Rodrigues e Florestan Fernandes e Cruz Costa.

²³¹D'AVILA, Luiz Felipe, *Dona Veridiana – a trajetória de uma dinastia paulista*, São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

²³²RIBEIRO, Darcy, *Teoria do Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, p.124.

Para esta pesquisa, neste capítulo em particular, não bastou simplesmente descrever, mesmo que resumidamente, concepção teórica da importância e significado do intelectual. As categorias gramscianas,²³³ já há muito conhecidas, dão conta deste entendimento. No entanto em termo mais específicos e práticos, quando se discute o Brasil, principalmente no período que vai do segundo Reinado²³⁴ até a República, o leitor precisa se deparar com exemplos concretos de personalidades e atores que, a despeito de suas inteligências, atuaram neste cenário com discernimento de liderança e atitudes com significados. Daí o resgate de Joaquim Nabuco. Passar os olhos rapidamente sobre o personagem será suficiente para uma aproximação, mais equilibrada, do Brasil entre a Independência e República.

Historicamente Nabuco vivenciou os grandes momentos históricos deste período. Sendo uma espécie de testemunha ocular, interagindo com seus contemporâneos e apresentando na maioria das vezes suas opiniões, que sempre foram muito seguras e amplamente sustentadas por teóricos dos seus dias. Para este trabalho, esta figura se insere como componente importante, pois conseguiu dar uma amadurecida interpretação do Brasil de seus dias. Com isso a visão das questões sociais, políticas, econômicas e religiosas ficarão mais claras e acessíveis.

A partir de sua obra *Um Estadista do Império*, foi possível traçar um itinerário suficiente para entender, segundo a visão do autor, parcialmente o pensamento Social, o Brasil e a religião.

²³³GRAMSCI, Antonio, *Escritos Políticos, Vol. I, II e III*, Lisboa: Seara Nova, 1976; GRAMSCI, Antonio, *Concepção Dialética da História*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; BUCI-GLUCKSMANN, Christinne, *Gramsci e o Estado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; MAESTRI, Mário, CANDREVA, Luigi, *Antonio Gramsci – Vida e obra de um comunista revolucionário*, São Paulo: Expressão Popular, 2007; FERRI, Franco, *Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; MACCIOCCHI, Maria – Antonieta, *A Favor de Gramsci*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; GRUPPI, Luciano, *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*, Rio de Janeiro: Graal, 1978.

²³⁴Ver SALLES, Ricardo, *Nostalgia Imperial – A formação da Identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, Rio de Janeiro: Topbook, 1996.

Descrever Joaquim Nabuco²³⁵ como diplomata, político e advogado provavelmente seria uma tarefa muito difícil, embora este caminho já tenha sido percorrido por diversos autores.²³⁶ Nabuco foi acima de tudo um grande advogado, um eminente diplomata e um hábil político. Além destas funções, que exerceu com rara competência, foi também, um exímio escritor. Atualmente a tendência é considerar Nabuco como o escritor da primeira grande síntese da história do Império Brasileiro.

Sua percepção e inteligência o levou, em uma única obra, a descrever a vida do senador José Thomaz Nabuco de Araújo,²³⁷ seu pai, além das narrativas complexas que envolveram o Império e por fim, porém não de menor importância, a própria história de Pedro II.

Izabel Andrade Marson sobre estes elementos, comenta:

“...*Um Estadista do Império* foram publicados entre 1896 e 1899. Seu texto teceu, conjuntamente, a biografia do pai do autor – o ministro, senador e conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo – e a história da monarquia no Brasil até 1878, fundamentadas num minucioso trabalho de reflexão sobre o biografado e a política parlamentar; e criteriosa seleção de artigos de jornais, discursos e documentos que integravam o arquivo particular de Nabuco de Araújo, além de outras obras disponíveis sobre eventos da política imperial.”²³⁸

Nascido em 1849 em uma importante família de políticos do nordeste, Joaquim Nabuco, igual a muitos representantes da elite política imperial, teve a infância de jovem senhor, cuja vontade não encontrava resistência entre os escravos ou agregados. Nos primeiros anos da infância, foi criado por uma tia-madrinha

²³⁵Cf. MARSON, Izabel Andrade, *Política, História e Método em Joaquim Nabuco – tessituras da revolução e da escravidão*, Uberlândia: EDUFU, 2008; Ver também NABUCO, Joaquim, *Minha Fé*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985.

²³⁶Cf. ARAÚJO, Valdei Lopes, *Política como história, como literatura: um estadista do Império*, IN *Nenhum Brasil Existe – Pequena Enciclopédia*, Organizador João Cezar de Castro Rocha, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Topbooks e UniverCidade editora, 2003.

²³⁷Ver desenvolvimento de seu trabalho em PEREIRA, Batista, *Figuras do Império e Outros Ensaíos*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

²³⁸MARSON, 2008, p. 51

viúva, de quem herdou uma propriedade rural, imediatamente vendida para custear sua primeira viagem à Europa, entre 1873 e 1874. Sua passagem pelo velho continente o marcaria de forma profunda. O estilo europeu no trajar, falar, pensar e escrever, firmou-se com sua atividade de integrante de legação diplomática brasileira, primeiro em Washington e, logo a seguir, em Londres.²³⁹

Esclarecedora síntese fez Izabel Andrade Marson do livro de Nabuco: “Na obra de Joaquim Nabuco, o lema da “*conciliação*”, desdobrado na orientação política “reforma contra revolução”, presidiu a narrativa que periodizou a história do Império dividindo-a em dois grandes momentos: o primeiro, de afirmação da opção monárquica (1831-1840) e o segundo (1840 -1889) – período do segundo reinado, a “Grande Era Brasileira” – de vivência plena do regime. Ainda, subdividiu esta última etapa em três fases: 1840-1850 momento de consolidação da ordem interna com o fim das revoluções²⁴⁰ e o aperfeiçoamento do sistema parlamentar; 1850-1878, apogeu da monarquia e, finalmente, 1879-1889, etapa de declínio devido à doença do Imperador, o retorno das agitações (abolicionista, republicana e militar) e o desaparecimento dos grandes estadistas. Apesar de abranger toda a duração do regime, privilegiou os anos de 1850 a 1878, época de “lutas pacíficas e de conciliação política”. Expôs minuciosamente a atuação de Pedro II e de Nabuco de Araújo, o funcionamento da monarquia constitucional, a ascensão e queda dos gabinetes, o exercício do poder pessoal, as reorganizações partidárias, em especial a reforma do partido liberal (considerada como obra magna de Nabuco de Araújo) e o encaminhamento das principais questões da política interna – a Conciliação, o fim do tráfico, a emancipação gradual, a política financeira, a reforma eleitoral, e externa – as relações com a Inglaterra, a questão do Prata e a Guerra do Paraguai.”²⁴¹

²³⁹ ARAUJO, 2003, p. 303.

²⁴⁰ Sobre revoluções no Brasil ver MELLE, Affonso D’Albuquerque, *A Liberdade no Brasil - Seu Nascimento, Vida e Morte e Sepultura*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1989.

²⁴¹ Ver *Guerra do Paraguai*, Capítulo III, Livro III, *Forças Armadas*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 4/Vol. 6, II – *O Brasil Monárquico – IV Declínio e Queda do Império*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo: Difel, 1985, p. 299; Ver também, MARSON, 2008, p. 52.

Segundo Araújo, Joaquim Nabuco se colocou na linha divisória entre Império e República. Suas concepções foram agudamente afetadas pela “descontinuidade cultural” entre os dois regimes. A transição de Império para República não significava apenas “uma substituição” de regimes políticos, muito mais que isso o que surgia era a problematização do “lugar” do Brasil no mundo civilizado. Qualquer crítico, ou mesmo políticos, não poderiam ignorar, que a monarquia estabelecida e estável há varias décadas no país, era o resultado de um continuísmo iniciado nas tradicionais colônias européias. Araújo, ainda informa que isto permitia a Nabuco “sentir-se em casa no Rio de Janeiro, em Paris ou em Londres”.²⁴²

Quando da morte de seu pai em 1878, a eleição de Nabuco à Câmara de Deputados já estava acertada entre os amigos e aliados políticos do velho senador. A trajetória do jovem Nabuco seguiria naturalmente o seu curso, não fora a marcha dos acontecimentos.

Muito dificilmente alguém poderia prever qual futuro teria Joaquim Nabuco enquanto deputado no Império. Teria certamente papel de destaque entre os brasileiros. Este papel foi ainda mais acentuado, em função de suas opções políticas e atitudes frente a determinados comportamento do Império. É necessário frisar que Nabuco foi, por sua vida, um grande defensor das tradições imperialistas, não suportava eram atitudes desta sociedade em perpetuar a sub-condição humana dos escravos.

Izabel Andrade Marson descreve aquele que era o pensamento de parte dos políticos liberais e abolicionistas do período, entre eles Joaquim Nabuco e Henry Koster, um inglês que vivia em Pernambuco:

“Escrevendo para o debate político comprometido com a abolição do tráfico para as colônias britânicas, entendeu que o comércio de cativos e a escravidão eram uma “moléstia” moral, política e econômica, causa da decadência dos impérios e “monopólios” que alicerçavam o “feudalismo”, o Antigo Regime e toda a barbárie que

²⁴²ARAÚJO, 2003, p. 304.

ele congregava: despotismo, violência, reclusão, ignorância, negação do trabalho livre e miséria dos homens pobres.”²⁴³

A intenção de libertar os escravos brasileiros encontrou ecos em muitos dos atores daquele momento. Acomoda-se, plasma na mente de inteligências muito influentes do período. Em 1880 estas intenções ganharam forças e “transformou-se na Campanha Abolicionista”. Tratava-se daquele que foi o “primeiro movimento organizado de opinião pública no império”. Já contando com a participação de homens como “José do Patrocínio, André Rebouças e o próprio Joaquim Nabuco”.

Devido suas opções políticas e compreensões diferenciadas das questões sociais de relevância para aquele momento, somado ao fato de ter sido a Câmara de 1879 dissolvida, Joaquim Nabuco disputou novamente a eleição. A grande diferença estava em não mais, agora, contar com o apoio de seus velhos aliados. Como outros abolicionistas, ele, não obteve sucesso na eleição.

Seja em suas viagens à Europa, onde proferiu palestras e participou de encontros internacionais, seja no Parlamento, para o qual foi eleito em 1885 e 1887 com uma plataforma dedicada à abolição, ou mesmo na atividade de jornalista e escritor, Joaquim Nabuco dedicou-se quase exclusivamente à causa da emancipação.²⁴⁴

O ano de 1888 tornou-se histórico por ter sido o ano em que foi aprovada na Câmara a libertação dos escravos. Tornava-se aquele momento propício para outras reivindicações, como não se poderia deixar de esperar, o que de fato aconteceu. Outra campanha, tão forte ou até maior, que a da abolição foi a campanha pró – República.

Mesmo sendo uma aspiração de muitos setores da sociedade brasileira, a República, não despertara o menor interesse em Joaquim Nabuco. Ele se colocava nas fileiras da reação.

²⁴³MARSON, 2008, p. 69.

²⁴⁴ARAUJO, 2003, p. 305.

Para Nabuco o regime que deveria prevalecer era o da monarquia ou do parlamentarismo. Admirava o modelo político inglês, por entender que era a melhor saída para o contexto Brasileiro, isto se efetivamente quando Brasil resolvesse abandonar o regime imperial.

Para Nabuco o republicanismo poderia levar o Brasil ao caos. Sua análise comparativa, tem como paradigmas as nações espanholas limítrofes ao Brasil. Nações constantemente destruídas por guerras e por um permanente grupo militar dominados pelo desejo de poder e em constantes revoltas. Sua frustração foi manifestada quando da Proclamação da República, logo após retirou-se por longo período do cenário político nacional.

As disputas de fronteiras entre o Brasil e a Guiana Inglesa, levaram a liderança do Brasil a nomeá-lo defensor do interesses do país frente à Inglaterra. Em seguida acumulou a função de chefe da legação diplomática em Londres.

Nesta disputas envolvendo a Guiana e o Brasil, Nabuco não foi sucedido, neste momento, talvez de pesar, ao mesmo tempo, o levou a Washington²⁴⁵ como o primeiro embaixador brasileiro naquele chão, permaneceu no posto de 1905 até seu falecimento em 1910.

Com efeito, o livro que Joaquim Nabuco resolveu escrever, fazia parte de um dos seus grandes projetos intelectuais. O respeito pelo pai era evidente, daí a necessidade de construir uma biografia consistente em que pudesse deixar para a posteridade os fatos que envolveram seu progenitor. Muito provavelmente Nabuco escreveu seu livro entre 1893 a 1894. Conforme Araújo o livro cumpriria a importante tarefa de ser não só a biografia do pai, mas, sobretudo, o registro de uma época com seus costumes, seus homens, seu destino.²⁴⁶

²⁴⁵No contexto da doutrina Monroe, a atuação entusiasmada, e às vezes ingênua de Nabuco em defesa do pan-americanismo, marcaria o início do deslocamento do centro diplomático brasileiro de Londres para Washington. Cf. ARAUJO, 2003, p. 305.

²⁴⁶ARAUJO, 2003, p. 306.

O livro, *Um Estadista do Império*, está dividido em oito partes. Os primeiros seis livros seguem cronologicamente a trajetória do biografado, o senador Nabuco de Araújo (1813-1878). Todo material está reunido em torno dos gabinetes ministeriais, como se esse acontecimento da vida política fosse naturalmente a medida de organização da história do Império. O sétimo livro rompe a homogeneidade cronológica do texto, ao apresentar três capítulos temáticos. Nesses capítulos, a ordenação cronológica é subordinada ao tema, ou seja, a atividade de juriconsulto do senador Nabuco: advogado, Conselheiro de Estado e redator do Código Civil. O fio geral da narrativa é retomado no livro oitavo, conclusivo, no qual trata do período que vai da morte do pai até o fim do Império, em 1889, extrapolando os limites da vida do velho senador, falecido em 1878.²⁴⁷

Todas as impressões guardadas por Nabuco, de um período longo e estável do ponto de vista político, do Império, deveriam ser registradas, não só como história, mas fundamentalmente como as memórias do Império. Não poupou sua pena, quando foi às origens do Império, para reconstituir a sua justificativa. Dentro desse quadro Nabuco resolveu escrever sobre aqueles que foram os responsáveis pelo estabelecimento e permanência do regime Imperial. Procura demonstrar os aspectos relevantes, sem, no entanto, deixar de apontar seus flancos mais fracos. O período de análise apesar de longo, se constituía em objeto desejável e apreciado por Nabuco uma vez que, sua família, seu pai e ele mesmo eram atores de quase todas as cenas. Falar do Imperador, era descrever a vida e contar os envolvimento do homem que esteve à frente do Brasil por mais de meio século. Indivíduos foram apontados, o parlamento e a própria burocracia do estado fizeram parte de seus comentários.

Para Nabuco a figura de Pedro II estava tão entrelaçada com o Brasil e qualquer história do país era de alguma forma a história de seu maior Imperador. Nabuco sabia da riqueza e variedades de documentos pertencentes ao Imperador. Aguardava, se isso lhe fosse possível, gastar longos períodos

²⁴⁷ ARAUJO, 2003, p. 306.

dedicados à análise destes papéis. Papéis estes que chegaram a D. Pedro de todas as partes e de todo tipo de indivíduos, entidades, sociedades e repartições. Grande foi a sua decepção quando percebeu que não teria acesso àqueles documentos. Provavelmente, alguém se encarregou de tirar de circulação os documentos e arquivos do Imperador.

Lamentou profundamente em 1894, desconhecer o destino dos arquivos particulares de Pedro II, coisa com a qual “estimaria dedicar o resto de minha vida, uma *Vida de Dom Pedro II* escrita à luz dos documentos que ele deixou.” Para esta pesquisa o retomar Joaquim Nabuco, significa entre outras coisas, entender o Brasil do final do século XIX. Este entender é fartamente abrangente, pois as descrições feitas por este autor, foram feitas com tamanha habilidade, que o Brasil é descrito como em uma radiografia. Além da pele, dos músculos e nervos é possível enxergar seu interior, ossos e medulas.²⁴⁸

Quanto ao velho Nabuco de Araújo, Joaquim Nabuco o descreve como um homem que vai superando etapas de uma vida de alguém que compõe a elite Imperial. Advogado formado pela Faculdade de Olinda, ocupa cargos na burocracia, foi promotor público do Recife, Deputado, Presidente de Província, Senador e, por fim, Conselheiro de Estado.

O estilo de Nabuco chega a impressionar quando ao descrever eventos de real significado para o país, o faz em tom conciliador. Ao tratar da difícil questão envolvendo a abdicação de Pedro I em 1831 comenta: “No fundo, a revolução de Sete de Abril foi um desquite amigável entre o Imperador e a nação”.

Nabuco era um monarquista convicto, a despeito de este período ser de entraves e grandes debates e revoluções envolvendo questões políticas e sociais, ele sempre revertia em favor da monarquia.

Sua preferência pelo regime monarquista possui bases sólidas. Para Nabuco as grandes revoltas que ocorrem no país após a Independência foi o resultado

²⁴⁸ ARAUJO, 2003, p. 307.

daquela que, segundo sua opinião, foi a primeira tentativa de experiência republicana no Brasil.

Sua interpretação seguiu a linha de ter sido o período regencial que vai da abdicação de Pedro I, em 1831, até a antecipação da maioria de Pedro II, em 1840, o período em que concretamente foi testada a primeira experiência efetivamente republicana entre os brasileiros. E ela não deu certo.

Segundo Joaquim Nabuco ocorria grandes distorções na sociedade brasileira. Questões sociais das mais sérias deveriam e eram trazidas ao debate público a fim de encontrarem soluções permanentes que viessem a beneficiar os setores envolvidos. Tensões sociais ocorriam como em qualquer outra sociedade. Nabuco ao analisar a força da Revolução Praieira²⁴⁹ de 1848, deixou transparecer sua dimensão social em termos de Brasil e regionalmente como era o caso da sua região.

Para ele esta revolução muito mais que motivada por questões partidárias simples, evidenciava sérios vícios da estrutura social da Província de Pernambuco.

Estabelecia-se um forte conflito entre a cidade e o fechado mundo rural, aliado ao problema do abastecimento a varejo na capital, praticamente monopolizado por comerciantes portugueses, são identificados como as causas da revolta popular: “A guerra dos praieiros era feita a esses dois elementos – o estrangeiro e o territorial; mais que um movimento político, era assim um movimento social.”²⁵⁰

Estas questões mais localizadas foram tratadas por Nabuco com muita seriedade, por outro lado as questões que envolveram o país foram, de igual forma, discutidas com a mesma seriedade. Conseguiu narrar as

²⁴⁹Ver QUINTAS, Amaro, *O Sentido Social da Revolução Praieira*, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1977.

²⁵⁰ARAUJO, 2003, p. 308.

transformações sociais, materiais e simbólicas que a sociedade brasileira atravessou ao longo do século XIX.²⁵¹ Muito dessa compreensão, provavelmente foram herdadas de seu pai, que com abundância de dados alimentou o competente filho nas questões que este tivesse algum tipo de dúvida. Aos poucos Joaquim Nabuco convicto monarquista foi sentido a presença da fragmentação do Império e a acomodação da estrutura republicana. Ele pessoalmente vivenciará esta passagem.

“A marcha, o engrandecimento do país desde 1822 é um fato incontestável, mas quem não sentirá (...) que realmente os costumes têm outra seriedade, a vida outra dignidade, a sociedade outros vínculos, o caráter outra têmpera, à medida que se remonta ao passado.”²⁵²

A seletividade deste personagem para dar o exemplo, que foi prometido anteriormente de um intelectual que vivenciou os fatos, se deu também pela sua preferência pela História. Aqui não era só a História do Brasil, mais que isso, era um adepto aos métodos e conceitos de história de sua época. Ele próprio confessaria sua profunda admiração pela ciência história. Era o campo que poderia penetrar com muita naturalidade, pois “escrever história política era, para Nabuco, quase uma redundância: história e política tornam-se sinônimos”²⁵³

Comenta Izabel Andrade:

“A concepção de Nabuco sobre a singularidade da nação brasileira utilizou a história para configurar um argumento explicativo de seu descompasso com o velho continente. Assim, a sociedade monárquica vivenciaria no XIX instituições signatárias da barbárie e inscritas no passado dos povos agora civilizados: o feudalismo, a servidão e a escravidão. Esse pressuposto, sistematizado na expressão “feudalismo, *latifúndia*, servidão, escravidão” foi essencial para atrelar a história do Império única e exclusivamente à experiência européia. Até porque, ainda quando do preparo de *Um Estadista*, o historiador nutria indisfarçável desprezo pela política

²⁵¹Ver trabalho de DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, São Paulo: Brasiliense, 1995.

²⁵²ARAUJO, 2003, p. 310.

²⁵³ARAUJO, 2003, p. 311.

americana, opinião mantida, ao que pareça, até perto de 1900 quando publicou sua autobiografia, de título *Minha Formação*.”²⁵⁴

2.3. – Intelectual brasileiro e a compreensão de Nação e Povo – Rui Barbosa.²⁵⁵

Rui Barbosa²⁵⁶ destacou-se como político, intelectual, educador, orador e pode demonstrar sua sólida visão da realidade social brasileira, antecipando e oferecendo críticas pertinentes a situação social que vigorava no Brasil nos seus dias. Os problemas sociais apontados e analisados por Rui Barbosa retratavam minuciosamente o país. Sua participação no campo da política ocorria desde o segundo Império, sendo ele próprio um dos principais abolicionista e praticamente um dos mais importantes idealizadores da República. Seu nacionalismo transcendia qualquer expectativa. Alguém que teve muito apreço por seu país e demonstrando mais de uma vez interesse pelo seu desenvolvimento.

Rui Barbosa destacou-se como intelectual capaz de enxergar as questões sociais mais agudas, e principalmente aquelas de interesse da sociedade. Soube como ninguém interpretar o clamor popular por soluções reais e duradouras. Foi, em uma situação de disputas pela presidência, que ele mostrou-se capaz de pronunciar um discurso a um grupo de trabalhadores revelando não só a situação social das populações como pôde oferecer perspectivas sólidas. Esta pesquisa resgata este documento e apresenta uma síntese, localizada no anexo, suficiente para entender o quadro social, econômico, educacional e político do Brasil. Com isso a pesquisa resgata o pensamento de um brasileiro verdadeiramente interessado em oferecer soluções para diversos problemas enfrentados pela população, já a longos anos.

²⁵⁴MARSON, 2008, p. 65

²⁵⁵Ver Rui Barbosa, *A Questão Social e Política no Brasil*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998.

²⁵⁶Ver *A Educação*, Capítulo III, Livro IV, *Vida Espiritual*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 4/Vol. 6, II – *O Brasil Monárquico – IV Declínio e Queda do Império*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo: Difel, 1985, p. 366.

A alguns meses da eleição presidencial de 1919, em que concorreu com Epitácio Pessoa, Rui Barbosa²⁵⁷ pronunciou, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, para uma platéia de operários, a conferência “A questão social e política no Brasil”. Introduz no discurso liberal brasileiro o tema dos direitos sociais. Recomenda que se inaugure a cidadania social simultaneamente à modernização das instituições políticas.²⁵⁸

Trata-se de um discurso rico e repleto de informações sobre a sociedade brasileira vista pelas lentes do eminente Rui Barbosa.

Para Rui Barbosa²⁵⁹ a sociedade brasileira aproximava-se muito das figuras que Monteiro Lobato, habilmente representava o brasileiro. Como foi o caso de Jeca Tatu.

Para Rui, o direito, o merecimento, a lei e a Pátria são valores dos mais significativos para qualquer homem, ricos e pobre, brancos e negros. A esses valores valeria apenas se dobre e não diante da tirania.²⁶⁰

Recupera Rui Barbosa o conceito essencial do trabalho. Isto muito provavelmente por saber que a concepção de trabalho no Brasil era deteriorada e insustentável. Trabalho entre os brasileiros não passava de uma incomoda e injusta tarefa, que arrancava a vitalidade do trabalhador sem lhe oferecer qualquer benefício. O que foi colocado ia à contramão desse pensamento. O trabalho enobrece, é digno, honesto e se assumido com responsabilidade, tendo os trabalhadores remuneração justa, o país

²⁵⁷Cf. COSTA, Tarcísio, *Cidadania em Rui Barbosa: Questão Social e Política no Brasil*, IN *Nenhum Brasil Existe – Pequena Enciclopédia*, Organizador João Cezar de Castro Rocha, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Topobooks e UniverCidade, 2003.

²⁵⁸Ver GRAHAN, Richard, *Grã – Bretanha e o Início da Modernização no Brasil (1850 -1914)*, São Paulo: Brasiliense, 1973.

²⁵⁹Ver Rui Barbosa, *A Questão Social e Política no Brasil*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998.

²⁶⁰BARBOSA, Rui, *A Questão Social e Política no Brasil*, 1998.

encontraria rapidamente o caminho para o desenvolvimento. Na sociedade brasileira castigada por séculos com a indignidade da escravidão, não se encontrava mais espaço para a injustiça, o trabalho forçado e o parco salário. A sociedade e o homem brasileiro, reclama por seus direitos, inclusive os trabalhista.²⁶¹

Para Rui Barbosa a sociedade brasileira tinha uma dívida imensa com aqueles, que agora libertos, foram explorado com a própria vida ao longo de séculos. Os libertos, segundo Rui deveriam receber do governo completo apoio, estruturas e incentivos para dar prosseguimento as suas histórias de vida. Como uma população imensa como era a dos ex-escravos, impossibilitados de construir sua cidadania, pela malvadeza da escravidão, agora libertos, conseguiria sua autonomia. Rui salienta a urgentíssima necessidade de uma segunda libertação.

Outra de suas preocupações estava na classe operária. Estes foram os que receberam à carga em seus ombros que estavam nos ombros dos escravos. A cautela seria necessária para que estes operários não fossem tratados com a mesma injustiça com que trataram os escravos.

“O operário, diferente do escravo, tem todos os direitos de cidadão, todos os direitos de individuais, todos os direitos civis, e, dotado, como os demais brasileiros, de todas as garantias constitucionais, não se queixa senão de que às relações peculiares do trabalho com o capital não corresponda um sistema de leis mais eqüitativas, a cuja sombra o capital não tenha meios para abusar do trabalho.”²⁶²

Para Rui a abolição somada a reformas sociais trariam grandes benefícios a sociedade brasileira. Tirar o homem da escravidão e torná-lo livre, dando lhe oportunidade, com o trabalho, de buscar o seu sustento e sua autonomia, era significativamente a proposta que Rui oferecia ao grupo de espectadores que o ouviram.²⁶³ O leitor encontrará substancialmente no texto em anexo no fim deste trabalho, diversas questões sociais discutidas por Rui Barbosa naquele

²⁶¹BARBOSA, Rui, *A Questão Social e Política no Brasil*, 1998.

²⁶²BARBOSA, Rui, *A Questão Social e Política no Brasil*, 1998.

²⁶³BARBOSA, Rui, *A Questão Social e Política no Brasil*, 1998.

contexto social brasileiro do início do século XX. Constitui-se este material em documento de relevância para um entendimento mais aprofunda da cultura brasileira daqueles dias e questões sociais que se estruturavam.

2.4. – Intelectuais Brasileiros²⁶⁴ e os Poderes - patriarcal, elite, oligarquias.

Neste sub-tópico, a pesquisa propõe, uma síntese entre tradição de Joaquim Nabuco e da tradição de Rui Barbosa. Apesar de algumas diferenças estruturais como foi demonstrado anteriormente, muitos são os pontos de convergências destes que foram importantes personagens do momento histórico brasileiro em que ocorreu a transição do regime Imperial para o Republicano. É bem verdade que ao contrario do que pensava e cria Joaquim Nabuco, pois acreditava no modelo parlamentarista Inglês, bem como na permanência do Império, o regime republicano prevaleceu. Ou seja, as aspirações de Rui Barbosa, grande defensor do modelo republicano americano, venceu. Diante do fato, fica aquela expectativa, quanto ao futuro intelectual e político daqueles que direta ou indiretamente participaram da mudança de regime. Nessa sucessão natural de políticos, tradições e programas de governo, quais foram os posicionamentos dos que paralelamente acompanharam as evoluções. E o Imperador, sua corte, sua elite e sua burocracia? Seria possível destacar de forma mais fluída a participação de outros atores nesse cenário brasileiro?

A preocupação neste tópico é no sentido de evidenciar a ação de outras forças que foram os fiéis depositários desse desenvolvimento no campo da política, social e do religioso. Transformações pela quais passavam o Brasil no século XIX.

Existe a necessidade, neste momento, de estabelecer um limite cronológico, para as considerações decorrentes dos sub-tópicos iniciais. Isso será feito, até mesmo para uma compreensão mais equilibrada dos temas. O leitor deve

²⁶⁴BRANDÃO, Gildo Marçal, *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, São Paulo: Hucitec, 2007.

considerar que o recorte inicia na geração de 1870 e vai até o momento da Proclamação da República.

Excetuando muito provavelmente a corte e determinadas cidades litorâneas o Brasil no final do século XIX, era em sua absoluta maioria um país agrícola. Esta condição é fortemente marcante até os dias atuais. O desenvolvimento do campo na atualidade, foi de uma revolução sem paralelos na história do país. Outra situação muito diferente ocorria no Brasil no início do século XIX. A realidade dos grandes latifúndios mostrava uma herança colonialista estabelecida aqui desde o descobrimento. O que exatamente aconteciam dentro destas grandes propriedades? O que as alimentavam? E a escravidão? Evidente que estes temas já foram explorados de maneira científica, romântica e histórica. Os trabalhos dos principais historiadores e interpretes brasileiro priorizam estes momentos, como sendo fundamentais para se entender o Brasil.

Em *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre²⁶⁵ oferece elementos e dados mais que suficientes para o entendimento deste assunto. As obras de Freyre somadas a *Casa Grande & Senzala*, como *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*, ocuparia o tempo e a inteligência de qualquer um, interessado pelas origens da formação social Brasileira. Com habilidades intelectuais concorrentes com a de Freyre, Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, apontou efetivamente para aquelas causas que se constituíram forças capazes de movimentar a sociedade incipiente. Caio Prado Júnior fará o mesmo percurso com uma abordagem e metodologia materialista-histórico. O repertório é dos mais desafiadores para aqueles que querem um entendimento das raízes de formação da sociedade e da cultura brasileira. Anunciamos o que foi dito atrás, que esta pesquisa tem seu ponto mais alto exatamente nas análises destes livros documentos dos autores aqui citados. Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, em suas respectivas obras,

²⁶⁵HÉLIO, Mário, *O Brasil de Gilberto Freyre – Uma Introdução à Leitura de sua Obra*, Recife: Comunigraf, 2000.

são analisados enquanto formadores da nova historiografia brasileira²⁶⁶ para a verificação do peso que a religião tem em seus monumentais trabalhos. Cremos que por ora a menção destes autores é suficiente.

Todos os elementos culturais analisados por estes interpretes mostram uma sociedade que avança em processo lento de evolução. Esta lentidão cultural, educacional, científica e religiosa seriam características do país até os dias atuais.

Após a independência, acreditavam alguns, que o melhor caminho fosse o da República. É necessário neste ponto, informar que, como já foi trabalhado, Joaquim Nabuco, em período posterior discordaria dessa opção. Entendendo que a Monarquia bem gerida poderia oferecer melhores respostas aos anseios dos brasileiros. Não é o caso de Rui Barbosa que bastante influenciado pela cultura americana, entendia que a salvação do país estava no momento em que este tivesse a coragem de assumir a República.

Evidente que por longos períodos da história brasileira as elites que geralmente eram formadas por portugueses e em outros casos de descendentes diretos, lutavam para a manutenção dos quadros conforme vinham se constituindo ao longo da colônia. Alguns aspectos caracterizariam esta elite como homogeneidade ideológica e de treinamento, fornecida por uma certa socialização específica que passava pela educação, pela ocupação e pela carreira política.

José Murilo de Carvalho²⁶⁷ ao tratar desta elite brasileira informa que ela passava por um treinamento político comum e homogêneo, seguindo as características do Estado herdado da tradição portuguesa absolutista e patrimonial.

²⁶⁶Ver artigo sobre *A Historiografia Brasileira e o Acervo da Biblioteca Nacional*, de WEHLING, Arno, In *Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia das Fontes sobre o Brasil*, Org. Paulo Roberto Pereira, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001, p.497.

²⁶⁷Cf. CARVALHO, José Murilo de, *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

O encontro desse Estado e sua relação com a elite possibilitou alguns dos traços mais evidentes do sistema político imperial, como a monarquia, a unidade, a centralização e a baixa representação política.

Esta elite que se articula em benefício próprio, uma vez que possuía os instrumentos de poder e determinado controle, cumpriria o seu papel no sentido de promover um Estado mais forte e que a resguardasse. Desta maneira essa elite fortalecida pelo estado que ela fortaleceu seria a principal responsável pelo controle social.

Neste particular a constituição desta elite é bastante complexa em termos de sociedade brasileira. Além dos inúmeros interesses de cada parte, o gigantismo continental do Brasil era de certa forma um elemento a considerar.

Eram múltiplas as facetas dessa elite imperial. Tratava-se de uma engrenagem extremamente pesada e que pouco se revelava. Não se pode ver de outra maneira a pesada máquina governamental e a que estava fora desta, mas que reivindicava os mesmos benefícios. Evidente que todo um aparato burocrático era utilizado para dar funcionamento ao sistema social majoritário. E que este aparato burocrático era formado por complexas tendências.

Esta engrenagem era formada por inúmeros juizes, centenas de padres, soldados e inúmeros políticos. Todos almejando uma oportunidade para ascenderem nas oportunidades que apareciam.²⁶⁸

Ao aproximar da década de 1880, mudanças sérias estavam acontecendo no cenário político brasileiro. Neste momento ficava muito evidente as tratativas do Império no sentido de manter em ordem setores da elite brasileira bem como os poderosos proprietários de terra.

²⁶⁸SCHWARCZ, 2003, p. 411-412.

Na crise que se aproximava em função de leis que davam garantias de liberdade aos escravos, D. Pedro II,²⁶⁹ conseguiu dar ao Império brasileiro uma feição mais nacionalizada, muito mais que seu pai havia feito. Nesta situação foi grande a dependência de D. Pedro II das elites políticas, pois dependeria desta para estabelecer uma relação mediadora com os grandes proprietários de café,²⁷⁰ completamente dependentes da mão de obra escrava.

Numa relação ambígua entre Império e elite, é possível observar a fragilidade tanto do Império quando daqueles que moviam à economia cafeeira brasileira. O que D. Pedro II²⁷¹ fez, foi barganhar com os proprietários de escravos. Pois oferecia o Monarca, inúmeros títulos como se fosse moeda com poder de aproximação e vínculo com os fazendeiros.

Na verdade, a Corte buscava pagar em símbolos de status o que retirava em interesse material. É por isso mesmo que o historiador analisará com rigor não só a política fiscal e distributiva do Estado, como a evolução do processo de abolição e a questão da terra, temas que tocavam de perto os interesses dos grandes proprietários; sustentáculos da política imperial. Como se verá, antes de constituírem o mote imperial, os grandes cafeicultores viram seu capital oscilar nas mãos da política monárquica. Afinal, como teria dito o historiador Sérgio Buarque de Holanda: “o império dos fazendeiros só começa no Brasil com a queda do Império”²⁷²

O resultado de tudo isso era uma verdadeira dialética da ambigüidade. Por um lado o Imperador e por outro lado os proprietários de escravos. Esse resultado denominado de dialética ambígua, mostrou sua fragilidade à medida que a situação dos escravos melhoravam e finalmente chegariam na libertação. Este vínculo de aproximação possibilitado pelas diversas nomeações e outorgas de

²⁶⁹MAURO, Frédéric, *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II (1831-1889)*, São Paulo: Cia. Das Letras/Circulo dos Livros, 1991.

²⁷⁰Ver sobre *Expansão do Café e Política Cafeeira*, Capítulo I, Livro II, *Economia e Finanças nos Primeiros Anos da República*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. III, *O Brasil Republicano, I – Estruturas de Poder e Economia (1889 – 1930)*, Direção Geral FAUSTO, Boris, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1975, p. 193.

²⁷¹Ver artigo sobre *O Brasil Imperial: D. Pedro II e o Século XIX*, de SCHWARCZ, Lilia Moritz, In *Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia das Fontes sobre o Brasil*, Org. Paulo Roberto Pereira, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001, p. 251.

²⁷²Ver artigo sobre *O Brasil Imperial: D. Pedro II e o Século XIX*, de SCHWARCZ, Lilia Moritz, In *Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia das Fontes sobre o Brasil*, Org. Paulo Roberto Pereira, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001, p. 251.

títulos para nada valeu. O Império entrava em uma crise da qual jamais se recuperaria.

Autores como José Murilo de Carvalho aponta para o ano de 1871 como sendo o início do fim da monarquia brasileira. Isto porque nesta data foi aprovada a Lei do Ventre Livre. A partir desta lei ficava evidente a grande ruptura entre o Imperador e os barões. Esta lei foi entendida pelos barões do café e proprietários de latifúndios como sendo “loucura dinástica.” Em seguida a situação cada vez mais foi piorando uma vez que veio a lei do Sexagenários e a abolição definitiva em 1888.

Neste contexto de 1870-1880 que a coroa foi percebendo e tomando consciência que não teria mais a possibilidade de permanecer. Seus créditos foram se esgotando perante os proprietários e fazendeiros principalmente, até que sentindo-se lesados pelas autoridades imperiais, resolveram abandonar definitivamente o Imperador.²⁷³

As dificuldades enfrentadas pelo Imperador, mudando o que tem que ser mudado, também foram sentidas pela elite brasileira. Ocorriam desajustes e ambigüidade de igual forma como dentro da corte. As idéias e valores, como as instituições dirigidas e implantadas por esta elite não combinavam com a situação social do país. Tratava-se de uma sociedade cujo motor era os escravos e ao mesmo tempo dirigida por instituições liberais e representativas; uma sociedade basicamente agrária e analfabeta orientada por uma elite cosmopolita voltada para o modelo europeu de civilização.

José Murilo de Carvalho discute o formalismo que gradativamente vai possuindo o governo. São formas sem vitalidade, movidas apenas por aparência. “Nesse processo, o peso político recaiu quase que só sobre a Coroa, que, por meio da pompa, dos rituais e do próprio carisma da figura do

²⁷³SCHWARCZ, 2003, p. 473-474.

rei, efetivamente realizara a centralização política”. O que restará para o Império não passaria de um país de “faz de conta”.

Segundo José Murilo de Carvalho tudo aquilo não passava de um teatro, mas não era um teatro comum e sim de um “teatro de sombras”, já que o governo seria a sombra da escravidão, na mesma medida em que os políticos convertiam-se em sombra do poder imperial. O certo é que os diferentes atores perdiam a certeza de seu papel.²⁷⁴

O momento fatídico que inaugurou definitivamente o início da queda da monarquia foi quando ocorreu o famoso baile da Ilha Fiscal, realizado cerca de um mês antes do final do Império em homenagem aos oficiais chilenos aportados na Corte. São vários os comentários da luxuosa ornamentação do local ricamente decorado. O rei e toda sua corte juntos e o povo muito longe dali.

Parece que não é só Murilo de Carvalho que afirma “os conflitos resolviam-se com festa ao som de valsa de Strauss, em meio ao calor dos trópicos”.

A monarquia nesta etapa de sua existência dava seu último suspiro, isolada, fragilizada, sem auto sustentação tombaria não muito tempo depois.²⁷⁵

2.5. - As Matrizes Acadêmicas.

Este tópico, enquanto parte desta pesquisa, procura apresentar ao leitor algumas matrizes acadêmicas suficientes para a consolidação da prática de se produzir conhecimento no Brasil. Não caberia aqui, investigar a totalidade delas. Seria muita pretensão para qualquer pesquisador. Como seria inimaginável investigar, por exemplo, as principais filosofias por traz das diversas esferas de conhecimento. Ao mesmo tempo, deve-se considerar, que

²⁷⁴SCHWARCZ, 2003, p. 415.

²⁷⁵SCHWARCZ, 2003, p. 417.

a escolha destas matrizes não obedecem a uma decisão aleatória. Com isso ao selecionar com objetividade, evidente que se traz a tona às dificuldades das preferências. As escolhas, que devem ser feitas em momentos como esse, podem conter perdas e também ganhos. As perdas, certamente acontecerão, uma vez que o ato de escolher alguma coisa, significa deixar outras, evidente, de fora. Ainda assim, os ganhos serão contabilizados, pois o campo de análise, será mais restrito e com especificidades a menos, serão possíveis maiores aprofundamentos, diretamente ligados ao tema geral do trabalho.

Ao considerar a matriz Comteana,²⁷⁶ leva-se em consideração a vigorosa influência do positivismo na França e conseqüentemente no Brasil. O subtópico realça de forma sintetizada a vida de Augusto Comte, para em seguida apresentar parte de sua produção acadêmica. A recepção do positivismo no Brasil, a começar pela Escola Militar e na criação do Apostolado Positivista, foi até certo ponto natural. A sociedade brasileira que ansiava por novas compreensões não teve muitas dificuldades para introduzir em seu comportamento os princípios da filosofia Comteana. A filosofia positivista encontrará ecos nos diversos setores da sociedade brasileira. Sua contribuição foi significativa para moldar o pensamento de alguns republicanos, como foi o caso de Benjamin Constant. Especificamente para o Brasil, o vigor desta forma de conceber a sociedade foi dos mais expressivos nos meios acadêmicos. Fortemente as escolas brasileiras foram influenciadas. A filosofia por traz do lema “ordem e o progresso”²⁷⁷ seria considerada antes de quaisquer outras categorias.

A matriz marxista que compõe o ambiente mais moderno da sociedade internacional, constituiu-se em elemento esclarecedor para o entendimento cultural do Brasil do século XX. Com certo atraso em relação a outras nações vizinhas, o marxismo eclodiu em forma de árvore tímida e mirrada para depois ganhar o status de uma “das maiores contribuições para o domínio das

²⁷⁶BENOIT, Lelita Oliveira, *Sociologia Comteana – Gênese e Devir*, São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

²⁷⁷LINS, Ivan, *História do Positivismo no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 146.

Ciências Sociais.”²⁷⁸ O sub-tópico procura de igual forma apresentar breve biografia de Karl Marx para em seguida descrever a trajetória do movimento aqui no Brasil. Destaca-se como elementos de importâncias para a fixação e divulgação desta compreensão os intelectuais: Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes²⁷⁹ e Nelson Werneck Sobre.

Por fim, nesta primeira parte, as atenções são, agora, voltadas para o pensamento de Max Weber. Muito recentemente tem ocorrido nas academias brasileiras uma significativa recuperação do pensamento werberiano.²⁸⁰ Inúmeros trabalhos produzidos nas áreas de Sociologia, Estudos Sociais e Ciências da Religião vêm impregnados das compreensões de Weber. Sua forma de explicar a sociedade e as motivações para sua movimentação, tem sido peça, quase que indispensável em determinadas áreas deste importante domínio de conhecimento. Já em os “*Donos do Poder*”, Raymundo Faoro²⁸¹ seria acusado de werberiano. A importância desta compreensão basicamente se dá por contestar como único, o esquema marxista, negando-lhe suas exclusividades para a explicação dos fenômenos sociais. O werberianismo oferece um número grande de categorias causais ou com ricas possibilidades de influenciar os deslocamentos e as mudanças sociais. Isto significa que, Weber apresentou e colocou ao lado da explicação marxista: “histórico-materialista-econômica”, elementos como: raça, idéias, religião, sociedades, instituições, famílias, poder e diversos outros interesses como reais causas de mudanças sociais.

²⁷⁸Ver Capítulo VIII, LACEY, Hugh, *Valores e Atividade Científica*, São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

²⁷⁹Florestan Fernandes, *A função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, São Paulo: Globo, 2006; *A Sociologia Numa era de Revolução Social*, São Paulo: Editora Nacional, 1963; FERNANDES, Florestan, *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981; FERNANDES, Florestan, *Pensamento e Ação – O PT e os Rumos do Socialismo*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

²⁸⁰WEBER, Max, *História Geral da Economia*, São Paulo: Mestre Jou, 1968.

²⁸¹Nelson Werneck Sodré, em seu livro *História e Materialismo Histórico no Brasil*, Global Universitária, 1985, atribuiu a um capítulo o sugestivo título “A Fascinação Weberiana”. Referindo-se ao trabalho de Raymundo Faoro; FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiros*, Porto Alegre: Globo/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

Fenômeno dos mais interessantes ao leitor será a possibilidade de acompanhar o gigantesco progresso obtido pelo Brasil no domínio das Ciências Biológicas.²⁸² De igual modo a pesquisa entende que a elaboração de texto evidenciando este desenvolvimento, constitui-se em pesquisa relevante, pois através das imensas epidemias ocorridas no país por todo o século XIX e XX, o Brasil pôde reagir e providenciar recursos que agora, seriam empregados, nas pesquisas de caráter científico. Foram destacados os Institutos Oswaldo Cruz e o Bacteriológico de São Paulo²⁸³ e evidentemente dentro destes centros de pesquisas os cientistas: Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Adolpho Lutz e Emilio Ribas. A observação e descrição do desenvolvimento das Ciências Médicas no Brasil se constituíram elementos importantes para o conhecimento.

A outra abordagem, neste capítulo, de relevância para a tese foi a reconstrução histórica do desenvolvimento das Ciências Humanas²⁸⁴ no Brasil. O tema é fascinante para quem transita pela história. Neste caso, optou-se, pela análise do desenvolvimento do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* uma vez que reúnem-se neste objeto as compreensões em torno de disciplinas como: História do Brasil, Geografia e Antropologia. A história do HIGB confunde-se com a História do Brasil. Observa-se a participação neste Instituto de ilustres pensadores como foi o caso de Varnhagen. Elemento importante foi a contribuição, através da promoção de diversos concursos, do Instituto para solidificar o domínio da história no contexto brasileiro. Constata-se que do interior de Institutos como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, saíram os primeiros professores da área de História do Brasil que iriam suprir as primeiras cadeiras desta disciplina nas universidades brasileiras.

²⁸²DIXON, Bernard, *Para que Serve a Ciência?*, São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

²⁸³Para maiores informações sobre a saúde em São Paulo consultar FARINA, Duílio Crispim, *Medicina no Planalto de Piratininga*, São Paulo: Pannartz, 1981.

²⁸⁴Para uma compreensão teórica ver DOSSE, François, *O Império do Sentido – a Humanização das Ciências Humanas*, Bauru, SP: EDUSC, 2003; DOSSE, François, *A História à Prova do Tempo – Da História em Migalhas ao Resgate do Sentido*, São Paulo: UNESP, 2001.

Por fim, a pesquisa fecha o capítulo com a organização, no cenário paulista, da Universidade de São Paulo. A contribuição da Universidade de São Paulo, enquanto espaço apropriado e racionalmente estruturado para o desenvolvimento, através do método científico, da produção de conhecimento, deve nortear esta análise. Nesta rica experiência de se conhecer o complexo início da USP, a pesquisa aponta para a “Missão Francesa” que desempenhou significativo papel quando fortaleceu diversas esferas de conhecimento. E finalmente serão destacadas as decisivas ações de Roger Bastide²⁸⁵ para as pesquisas e estudos relacionados ao campo das religiosidades brasileiras.

2.5.1. – As Matrizes do Pensamento Brasileiro: Comte, Marx e Weber.

2.5.2. - Matriz Positivista no Brasil - Augusto Comte.²⁸⁶

Augusto Comte é Francês, nascido a 19 de janeiro de 1798 na cidade de Montpellier. Alguns problemas envolvendo sua família, principalmente desgastes com seu pai e sua irmã, transcenderam os limites das relações familiares, afetando substancialmente, a sua saúde física e mental. Autores se orientam afirmando que o desgaste com a família teria influenciado na orientação que deu às suas obras. As relações conflituosas foram rompidas, no entanto deixaram marcas profundas na personalidade do filósofo. Apontam-se aqui determinadas crises agudas, a partir dos 28 anos de idade, que foram muito caras para Comte, ao ponto de manifestações cujos resultados foram desequilíbrios mentais que o acompanharam até o fim de sua vida, levando-o à loucura.

Seu apego a *Escola Politécnica* de Paris, iniciou quando tinha apenas 16 anos de idade. Para ele, esta Escola foi a primeira comunidade verdadeiramente científica, conseqüentemente deveria se tornar o grande modelo orientador

²⁸⁵Ver *Roger Bastide: Interprete do Brasil* em ABDALA JR., Benjamin, CARA, Saete de Almeida, Orgs., *Moderno de Nascimento – Figurações Críticas do Brasil*, São Paulo: Boitempo, 2006.

²⁸⁶Ver obra completa de LINS, Ivan, *História do Positivismo no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

para os demais projetos educacionais da França. A Politécnica honraria seu propósito de existência ao tornar evidente que era uma filha legítima e herdeira de tradições de valores incomensuráveis resultantes da Revolução Francesa (1789) e da Revolução Industrial. Constituiu-se, portanto, espaço concreto para o exercício da ciência e da técnica.

De modo geral os autores que descreveram a trajetória de Comte salientam a influência de Condorcet com seus escritos em seu pensamento. Agora com a invenção da ciência e da tecnologia o rumo da humanidade seria outro. O homem na sua caminhada para o aperfeiçoamento deverá levar em consideração todos estes elementos, pois, seu futuro será a organização social e política, fruto do iluminismo da razão. Esse princípio tornar-se-ia um dos pontos fundamentais da filosofia de Comte.²⁸⁷

Este intelectual e principalmente suas novas concepções da sociedade não só influenciaria muitos outros pensadores como a própria França. Em seguida apresenta-se o desenvolvimento destas concepções aqui no Brasil.

Ao considerar as matrizes do pensamento brasileiro,²⁸⁸ o positivismo se destaca, principalmente pela popularidade contida em suas estruturas. Com muita facilidade de penetração na vida social dos intelectuais, ao mesmo tempo, oferecia uma compreensão de realidade diferenciada e inovadora.

Destacou-se principalmente na França do século XIX, porém sua influência é percebida em diversas culturas. Dado a forte influência exercida sobre a cultura brasileira às vésperas e após a República, esta pesquisa procura ordenar de forma compreensiva o desenvolvimento destas idéias aqui no Brasil. Acredita-se que positivistas como Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Benjamin Constant constituem-se em figuras explicativas do próprio positivismo entre os brasileiros. Estes personagens, principalmente os dois primeiros foram

²⁸⁷ PENSADORES, São Paulo: Abril, 1972, p. 646.

²⁸⁸ Leitura obrigatória neste campo é o Livro de COSTA, Cruz, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

diretamente os responsáveis pela fundação da Igreja e do Apostolado Positivista no país.

É importante destacar a parte científicista da obra de Comte. Ele propõe a regeneração social a partir de uma estruturação do saber e da mente humana. Essa necessidade foi compreendida pelo filósofo desde cedo (1819). Segundo ele, a humanidade passara por três estados ao tentar conceber a realidade do mundo e da vida. Esses três estados, ou atitudes espirituais foram o **Teológico** (em que dominam as forças sobrenaturais), o **Metafísico** (caracterizado pela crítica vazia e pela desordem espiritual, fruto do liberalismo) e o **Positivo** (que supera as explicações insuficientes do mundo, mediante a substituição das hipóteses religiosas ou metafísicas pelas leis científicas).

Nesta fase, Comte salientava que o poder material pertence aos industriais e o espiritual aos sábios.²⁸⁹ Essa distribuição de incumbência assinalada por Comte tem uma fundamentação racional: o atento estudo da marcha da civilização mostra que a anarquia espiritual “precedeu e produziu a temporal”. O mal-estar da sociedade europeia nas décadas que se seguiram à Revolução Francesa depende, fundamentalmente, dessa desordem espiritual. A luz que ilumina Comte, para empreender a reforma da sociedade e fazer a divisão do trabalho, é a mesma luz que cobre Benjamin Constant:²⁹⁰ porém, os resultados desse primeiro passo são diferentes. Para Comte, e conseqüentemente para seus discípulos, tem prioridade a preparação do espírito. O seu primeiro passo será, portanto, pedagógico.²⁹¹

Segundo Augusto Comte, a implantação da Religião da Humanidade, seria o fato concreto que possibilitaria definitivamente a regeneração da sociedade.

²⁸⁹Ver *Saint-Simon: o precursor moderno da sociologia* In FERREIRA, Delson, *Manual de Sociologia – dos Clássicos à Sociedade da Informação*, São Paulo: Atlas, 2006, p. 34.

²⁹⁰Neste caso, o Benjamin Constant aqui, é o Republicano Brasileiro.

²⁹¹Eis a forma em que o próprio Comte caracteriza esse processo: “Há, neste trabalho, uma parte espiritual que deve ser tratada em primeiro lugar, e uma parte temporal que o será consecutivamente”. Compete aos cientistas, portanto, compreender a primeira série de trabalhos, e aos industriais mais importantes organizarem, de acordo com as bases estabelecidas, o sistema administrativo (...)

Esta concepção tornou-se muito forte a partir de 1845, quando do nascimento do filósofo para o “reino do coração”, ensejado pelo doloroso e platônico amor por Clotilde de Vaux.²⁹² Em 1849, Comte instituiu uma Igreja propriamente dita e adotou o calendário positivista.

Entre suas obras mais importantes estão: *Discurso sobre o Conjunto do Positivismo* (1848), o *Sistema de Política Positivista ou Tratado de Sociologia Instaurando a Religião da Humanidade* (1851/1854), o *Catecismo Positivista* (1852), o *Apelo aos Conservadores* (1855) e a *Síntese Subjetiva* (1856).

Para os brasileiros influenciados pelos pensamentos positivistas, Augusto Comte representava um ideal que não se encontrava em nenhum outro. Daí a profunda e respeitosa admiração, aqui no Brasil, pelo pensador francês.

Na sua compreensão de unidade a Religião da Humanidade exercia uma função das mais importantes. Seria para Comte a tentativa última e mais perfeita na direção da unidade humana. Esta unidade não se buscaria, como fazem as outras religiões em Deus, pelo contrário buscaria esta unidade no próprio homem.

Desta forma o positivismo toma contornos nem sempre perceptíveis, para Augusto Comte o que deveria prevalecer a despeito de qualquer outra existência seria o “ponto de vista humano” e isto seria intensificado graças à sociologia que abandonaria o “éter da idealidade pura para se atirar na existência social.”

O próprio Comte definiu assim, no *Catecismo Positivista*, a unidade que pretendia conseguir a sua Religião: “(...) o estado de completa unidade que distingue nossa existência ao mesmo tempo pessoal e social, quando todas as suas partes, tanto físicas quanto morais convergem, habitualmente num destino comum ... Uma harmonia tal, individual e coletiva, ao ser incapaz de

²⁹²“Ela, mensageira da alma feminina, mostrou a superioridade do sentimento sobre a inteligência e que o altruísmo constitui a fonte da felicidade e do dever. Da bendita e pura união dessas duas naturezas egrégias surgiu a Religião da Humanidade. “ (Site Internet.)

realização completa, numa existência tão complicada como as nossas, esta definição da religião caracteriza o tipo imutável em direção ao qual cada vez mais tende o agregado dos esforços humanos. A nossa felicidade e o nosso mérito consistem especialmente em aproximar-nos tanto quanto possível desta unidade, da qual constitui a melhor medida, o seu incremento gradual de progresso real, social ou pessoal.”²⁹³

Sem necessariamente ter conceitos relacionados a um ser supra racional, o projeto de Comte oferece as condições necessárias para a existência de uma autêntica religião. Trata-se de uma religião leiga ou civil, cujas características seriam estas: **a)** Deve existir um credo ou convicção que reclame autoridade sobre o conjunto da vida humana; **b)** devem-se dar uma crença, ou série de crenças, adotadas deliberadamente, que respeita o destino humano e o dever, ao qual o crente reconhece interiormente que se devem subordinar todas as ações; **c)** tem que haver um sentimento conectado com esse credo, ou capaz de ser invocado por ele, suficientemente poderoso para dar-lhe de fato, a autoridade sobre a conduta humana sobre a qual estende, em teoria, as suas reivindicações; **d)** por último, é necessário que este sentimento se cristalice, tanto quanto possível, ao redor de um objeto concreto; preferivelmente um realmente existente apesar de, em todos os casos mais importantes, somente presente de forma ideal .

Esta Religião não dispensava uma liturgia que deveria ser formada pelo ritual que abrangia um horário para a oração diária, nove sacramentos que consistem na consagração solene, pelos Sacerdotes da Humanidade, com as exortações apropriadas, de todas as grandes transições na vida e uma série de fórmulas que constituíam breves invocações recordatórias dos principais dogmas.²⁹⁴ Como sustentáculo do culto estava o *Catecismo Positivista*,

²⁹³COMTE, Augusto, *Catecismo Positivista*, Publicações Europa – América, Portugal, s/d.

²⁹⁴A versão atual desse rito consiste em: **PRÉDICAS DOMINICAIS**: 11 de César de 210 – 03 de maio de 1998. Quinto mês do Calendário positivista dedicado à civilização militar. Neste dia é reverenciada a memória de **PTOLOMEU LAGO**. (367 – 283 a. C.), general que gozou da maior confiança de Alexandre, o Grande. Na divisão do Império de Alexandre recebeu o Egito que governou por 38 anos. Fundou o Museu de Alexandria, espécie de universidade destinada à difusão da ciência. **CERIMÔNIA DAS BANDEIRAS**. Antes do início das prédicas dominicais

redigido por Comte em 1852 e que, junto com o *Sistema de Política Positiva* (1851) sintetizava a parte dogmática da Religião da Humanidade.

O clero positivista está incumbido, portanto, de funções evangelizadoras, que se traduzem na instrução teórica e científica da juventude, no exercício da arte médica (abrangendo o homem total, inserido no organismo social).

A versão religiosa do comtismo apareceu no Brasil no final da década de 70 e no início da seguinte, com a fundação da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro (1/4/1879) e da Igreja Positivista Brasileira (1881), efetivada por Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927).

Em que pese o fato de o positivismo ter-se fixado primordialmente como doutrina científica na Academia Militar, a literatura comteana, porém, foi divulgada no Brasil desde meados do século XIX, como documentou fartamente Ivan Lins na sua obra *História do Positivismo no Brasil*.²⁹⁵

Antônio Paim caracteriza assim a difusão do positivismo e a complexidade alcançada por essa filosofia nas últimas décadas do século XIX: “Nos anos setenta, a mocidade acadêmica e diversos membros do corpo docente das Escolas de Medicina e Direito engajaram-se firmemente na difusão do darwinismo,²⁹⁶ do positivismo e dos pensadores anticlericais então em voga. Sílvio Romero²⁹⁷ chamaria esse evento de “surto de idéias novas”.

a cerimônia de hasteamento das bandeiras do Brasil e da França, ao som do Hino à Bandeira e da Marselheza, respectivamente. Os mastros das bandeiras ficam à frente do Templo da **HUMANIDADE** e atraí a atenção do público passante. **INVOCAÇÃO INICIAL** – Oficiante (diante o altar da Humanidade, fazendo o sinal positivista). Segue-se a Execução de uma Música Clássica. **PRÉDICA**. Segue-se a Execução de uma Música Clássica. **Encerramento**. Oficiante (de pé, voltado para o público). **INVOCAÇÃO FINAL**. Assim Seja. Máxima Positivista da Semana: “A base de toda a moralidade é a família”. São estes os elementos do culto atualmente.

²⁹⁵LINS, Ivan, *História do Positivismo no Brasil*, São Paulo: Coleção Brasileira, vol. 322, Companhia Editora Nacional, 1967.

²⁹⁶DARWIN, Charles, *Viagem de um Naturalista ao Redor do Mundo*, Fac-Símile, Nova Edição, 1871.

²⁹⁷Ver sua obra, *Literatura, História e Crítica*, Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracajú, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002.

Miguel Lemos, foi talvez aquele que melhor encarnou o positivismo. Nasceu em Niterói (RJ). Sobre a sua intransigente personalidade, que repercutirá em toda a atividade doutrinária, frisa Ivan Lins:

“...descendente, pelo lado materno, de espanhóis, possuía Miguel Lemos, intransigência em sua natureza árdega e orgulhosa.(...) A subordinação total que exigia dos aderentes à sua direção espiritual arrastou-o freqüentemente a atitudes intolerantes, a condenações sem apelo e a conflitos que profundamente perturbaram a missão apostólica a que se devotara.”²⁹⁸

Raimundo Teixeira Mendes revelou-se, como o seu cunhado Miguel Lemos, ardente doutrinador. Filho de um engenheiro, era natural de Caxias (Maranhão). Ficou órfão de pai muito cedo. A mãe o educou no catolicismo. Veio depois ao Rio de Janeiro,²⁹⁹ onde estudou no colégio dos jesuítas, tendo demonstrado especial interesse pela matemática e pela filosofia. Com a mesma convicção com que tinha acreditado nos dogmas católicos, assumiu a defesa do comtismo. Nos seus sermões dominicais, depois de fundada a Igreja Positivista, demorava-se até três horas defendendo os dogmas da Religião da Humanidade. “Católico fervoroso em sua adolescência, frisa Ivan Lins, transferiu Teixeira Mendes (inconscientemente talvez) à imagem de Clotilde as preces e louvores que outrora dirigira à figura de Maria...”³⁰⁰

Miguel Lemos, ainda no ano inicial de permanência em Paris, ele conheceu Émile Littré, por quem tinha até então grande admiração, e fica completamente desiludido, pois o famigerado chefe da escola positivista, não passava de um erudito seco, sem nenhuma ação social, insulado no seu gabinete (...); era apenas um paciente investigador de vocábulos, sem entusiasmo, sem fé, absorvido pelas minúcias de uma erudição estéril.

²⁹⁸LINS, Ivan, *História do Positivismo no Brasil*, 1967, p. 415.

²⁹⁹Ver em LINS, Ivan, *História do Positivismo no Brasil*, 1967, a repercussão do Positivismo no Rio de Janeiro, p. 37.

³⁰⁰LINS, 1967, p. 416.

Assim, a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro buscava definir um rumo ortodoxo, no amplo contexto das novas correntes de pensamento que, pela evolução própria, se diferenciavam progressivamente.

O rigorismo ascético e dogmático de Miguel Lemos e Teixeira Mendes causou rapidamente sérios atritos com alguns dos seus membros. Dois confrontos sobressaem: com Benjamin Constant³⁰¹ e com Quintino Bocaiúva (1836-1912), o que produziria o afastamento do Apostolado da liderança republicana.

Benjamin Constant se considerava um discípulo de Comte. No entanto, é importante observar que sua admiração pela Religião da Humanidade era mais ideal ou teórica que militante, e seu interesse maior estava nas obras da primeira fase, “científica”, do filósofo.

Miguel Lemos salienta que o agente imediato da proclamação da República³⁰² fora a mocidade no Exército, sob o comando de Deodoro e Benjamin Constant:³⁰³ Havia muito – escreve na Nona Circular – que profundos descontentamentos minavam o nosso exército. Para a maioria não se tratava, a

³⁰¹“Um mês depois disto (Janeiro 1882) o Dr. Benjamin Constant, respondendo a aludida circular do Sr. Lemos, depois de desculpar-se pela demora nesta resposta, disse que os seus muito afazeres seriam motivo suficiente para lhe determinarem a sua retirada do Centro Positivista, sobretudo considerando que existiam algumas divergências, por ele mesmo já francamente apontadas, sobre o “modo que o digno confrade de preferência emprega na propaganda do positivismo entre nós” Na opinião do Dr. Benjamin Constant essa doutrina “não se pretende impor nem pela força nem por protestos cheios de indignação e de censuras contra as crenças e atos daqueles que a não conhecem, mas unicamente pela discussão calma, respeitosa e bem dirigida que leve aos seus espíritos a convicção profunda da sua incomparável e mesmo inexcedível superioridade real sobre todas as que tem em vão pretendido o mesmo alto destino intelectual, moral e social.” Cf. J. C. Rodrigues, *Religiões Acatolicas no Brazil*, Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1904, pp. 235-6.

³⁰²Ver outros aspectos da influência positivista na organização da república em LINS, Ivan, *História do Positivismo Brasileiro*, 1967, p. 372.

³⁰³“Os defensores da preponderância de Benjamin Constant na proclamação representavam uma corrente política e ideológica muito distinta. A diferença aparece já nos adjetivos com que Benjamin era descrito, ou endeusado. Junto da qualificação de fundador, disputa direta com Deodoro, apareciam outras que melhor descreviam o papel a ele atribuído. Era o catequista, o apóstolo, o evangelizador, o doutrinador, a cabeça pensante, o preceptor, o mestre, o ídolo da juventude militar. Benjamin não aparece em primeiro lugar como representante da classe militar, como vingador e salvador do exército. Aparece como o professor, o teórico, o portador de uma visão da história, de um projeto de Brasil. A ele se deveria o fato de o 15 de novembro ter ido além de uma quartelada destinada a derrubar o ministério de Ouro Preto, de se ter transformado em mudança de regime, em revolução, em salvação da pátria”. Cf. CARVALHO, José Murilo de, *A Formação das Almas*, São Paulo, Cia. das Letras, p. 40.

princípio, senão de reclamações especialmente relativas à classe militar, porém uma minoria inteligente e dedicada, à cuja frente destacava-se a mocidade das escolas militares, não se detinha nesse ponto de vista estreito e egoísta. Esse pequeno núcleo estava convencido que cumpria mudar de todo o sistema político vigente. À testa do primeiro grupo achava-se um general cheio de serviços e gozando no exército de uma grande popularidade. À testa do segundo surgiu um professor eminente da Escola Militar do Rio, rodeado de uma ardente veneração pelos seus alunos e exercendo sobre eles uma autoridade invencível. Foi ele, Benjamin Constant, que preparou e organizou o levante. O General Deodoro assegurou a vitória pela sua presença à frente das tropas, porém foi o Dr. Benjamin Constant quem fundou a República.³⁰⁴

Pelo que tudo indica a Igreja Positivista voltou às costas, deliberadamente, ao movimento republicano. A proclamação da República apanhou-os de surpresa, conforme viria a proclamar o Apostolado, surpresa tanto maior diante da emergência de Benjamin Constant como sua principal figura daquele momento.

O professor Wilson Martins, escreve que:

“ Instalado o Governo Provisório, o Apostolado Positivista apressou-se em submeter ao Marechal Deodoro o programa político que lhe aparecia mais conveniente ao país: conservação definitiva da ditadura instituída a 15 de novembro; abolição do regime parlamentar; perpetuidade do ditador, com acumulação dos três poderes e faculdade de indicar o sucessor. Já se tem contestado o lugar-comum historiográfico que atribui aos positivistas uma influência predominante na implantação da República e, pelo menos, nos primeiros anos do novo governo.”³⁰⁵

Miguel Lemos, na Nona Circular Anual, salientava a limitação do Apostolado no Governo Provisório, afirmando que esta ocorreu “durante os dois primeiros meses da nossa República,” o que levou Cruz Costa (1904-1978) a escrever na sua *Contribuição à História das Idéias no Brasil* que foram esses (dois

³⁰⁴Ver Benjamin Constant, a abolição e a fundação da República, In *História do Positivismo na Brasil*, São Paulo: Companhia Nacional Editora, 1967, p. 315.

³⁰⁵MARTINS, Wilson, *História da Inteligência Brasileira*, v. 4, São Paulo: Editora Cultrix, 1979, p. 312.

meses) que lhe granjearam a fama inexata de haver o positivismo criado à República no Brasil.

2.5.3. Matriz Marxista no Brasil.

Concretamente, na trajetória, feita por esta tese, principalmente quanto a análise de parte dos grandes documentos interpretativos do Brasil, desconfia-se de uma inexplicável lacuna, nestas interpretações, quanto a importância da religião³⁰⁶ enquanto domínio de conhecimento que interagindo com as demais áreas de saberes, possibilitaria uma visão mais realista e científica da composição e formação da cultura e da história brasileira.

Chegar com exatidão, quanto a esta lacuna, àquele que foi o momento da “fratura” se constitui uma tarefa difícil e subjetiva. No entanto, e até com possibilidades de falseamento, este trabalho procurou, com boa insistência, esclarecer esta ruptura.

A constituição deste sub-tópico é importante, também, pois trabalha com matrizes de pensamentos de grande penetração entre os intelectuais brasileiros³⁰⁷ e principalmente nas Universidades. Neste particular o trabalho avança apresentando aos leitores a figura de Karl Marx,³⁰⁸ sua influência

³⁰⁶Esta pesquisa, sustenta, entre outras, a hipótese de que, no contexto brasileiro, principalmente nas academias, as temáticas que envolveram a religião nem sempre foram discutidas com profundidade, criando desta forma, na opinião do autor do trabalho, uma visão do Brasil que poderia ser mais completa. Isto se justifica, pois, a religião constitui elemento bastante enraizado nesta cultura. A riqueza das causas constituintes da cultura brasileira, têm sido objetos de centenas de estudos dos mais profícuos interpretes do país. Esta pesquisa entende que nos complexos campos de análises sobre o país, a maioria dos cientistas, honestos e com métodos científicos definidos, contribuirão significativamente e enriquecerão as visões ao trazerem para seu campo de análises o complexo campo religioso brasileiro. Nestes sub-tópicos procura-se nas correntes de pensamento que se estabeleceram no Brasil no séc. XIX, explicações que forneçam dados para melhor se entender o religioso no contexto de formação da cultura nacional.

³⁰⁷FILHO, Daniel Aarão Reis, *Intelectuais, História e Política – séc. XIX e XX*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

³⁰⁸CHACON, Vamireh, *História das Idéias Sociológicas no Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Grijaldo, 1977.

internacional e por fim a síntese da história do marxismo³⁰⁹ no Brasil. Com isto, procura-se provar a forte influência que este pensamento exerceu na mentalidade dos brasileiros ao ponto de inúmeros pensadores aderirem a seus quadros e ao mesmo tempo, verifica-se, uma nova compreensão de sociedade que elimina qualquer tipo de explicação simplista, reducionista e espiritual.

Inquestionavelmente o marxismo obteve maior sucesso em outros continentes³¹⁰ do que propriamente na América do Sul e especialmente no Brasil.³¹¹

Karl Marx.

Karl Marx é de origem alemã, de Treves capital da província do Reno, nasceu a 5 de maio de 1818. As tradições de Treves remontavam aos tempos de Roma. Esta cidade em que Marx nasceu desempenhava papel de grande importância na região. A cultura das cidades vizinhas recebia influência constante dos acontecimentos de Treves. Cumpria culturalmente o papel de misturar o liberalismo revolucionário da França com uma dose significativa da reação do Antigo Regime com domínio da Prússia.

Marx vinha de uma família judia. Enriqueta Pressburg, sua mãe, vinha diretamente de linhagem rabínica, porém a influência exercida sobre seu filho,

³⁰⁹Ver Heraldo Barbuy, *Marxismo e Religião*, São Paulo: Dominus Editora, 1963, principalmente o 2º capítulo: *Marxismo e Religião*; Henri Lefevre, *O Marxismo*, São Paulo: Difel, 1974; Eric J. Hobsbawm, *História do Marxismo*, Vol. X, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; Ernest Mandel, *O Lugar do Marxismo na História*, São Paulo: Xamã, 2001; *As utopias de Michael Löwy – reflexões sobre um marxista insubordinado*, Orgs. Ivana Jinkings e João Alexandre Peschanski, São Paulo: Boitempo, 2007; LÖWY, Michael, *Ideologias e Ciências Social – Elementos para uma análise marxista*, São Paulo; Cortez, 1999; BOBBIO, Norberto, *Nem com Marx, Nem contra Marx*, São Paulo: Unesp, 2006; MARX, Karl, *Miséria da Filosofia*, Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965; KONDER, Leandro, *Marx – vida e obra*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999; LUKÁCS, Georg, *História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista*, São Paulo, Martins Fontes, 2003.

³¹⁰Mesmo nos Estados Unidos houve intenso proselitismo de Joseph Weydemayer, imigrante alemão, grande amigo pessoal e correspondente de Marx. Este último chegou a escrever artigos publicados em vários jornais estadunidenses, como o liberal *New York Tribune*, e os simpatizantes do Socialismo *Red Republican, Friend of the People, Democratic of the People's Paper*. Cf. CHACON, *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 321.

³¹¹CHACON, 1965, p. 321.

nas questões educacionais e religiosas praticamente foram laicas. A forte doutrinação sobre Marx não aconteceu, como era muito comum nas famílias judias. Hirschel, seu pai, era advogado e conselheiro de justiça. Inexplicavelmente alterou o itinerário de sua vida, quando em 1824 abandonou o judaísmo, batizando-se como um novo nome: Heinrich.

Marx matriculou-se na Universidade de Bonn, após terminar em Treves o curso secundário. Foi um período em que Marx mostrou muito interesse pelo direito. Estes momentos estudantis do jovem Karl Marx, mostrou que estava muito mais propenso para uma vida de boemia e romances. Foi quando em meio a paixão e declaração de amor pela bela Jenny von Westphalen, gastou boas somas de dinheiro imprudentemente.

Em seu retorno de Bonn, contraiu noivado com Jenny. Esta relação foi bombardeada por duras críticas das duas famílias, que não queriam o casamento dos dois. Muito provavelmente porque Jenny era de família nobre e sua posição social era das melhores na região. Dispostos aos enfrentamentos, o casamento, tornou-se uma realidade oito anos depois. Após estudos nas Universidades de Bonn³¹² e Berlim, em 1841, doutorou-se em filosofia na Universidade de Iena.

Biógrafos de Marx apontam as dificuldades enfrentadas pelo jovem casal. Principalmente para Jenny, pois vinha de família muito rica. Ela, mulher inteligente e dedicada, sofreu toda sorte de privações e sua miséria chegou a tal ponto que, muitas vezes, não teve com que alimentar os filhos.

Três dos filhos de Marx sobreviveram. Seu amor e carinho por Jenny tornaram-se histórico. Numa carta que lhe escreveu, em 1865, de Treves, onde se

³¹²Esperava ser nomeado catedrático da Universidade Bonn. Mas logo compreendeu que nunca poderia seguir a carreira universitária. Verificou que só tinha diante de si a carreira de escritor. Em 1842, Marx entrou para a redação da Gazeta Renana, que fora pouco antes fundada em Colônia. Algum tempo depois, foi nomeado seu diretor. Como, porém, os artigos que publicava atraíam para o jornal as iras da censura, pouco depois se demitiu. No outono de 1843, foi a Paris estudar o socialismo e editar, com Arnoldo Ruge, os Anais Franco-alemães. Nessa revista, nos seus 2 únicos números publicados, foi que apareceram os primeiros estudos marxistas, particularmente o intitulado: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Cf. BEER, Max, *História do Socialismo e das lutas sociais*, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006, p. 507.

encontrava por causa da morte da mãe, Marx refere-se orgulhosamente a Jenny: “todos os dias fui em peregrinação à velha casa dos Westphalen, na rua dos Romanos, que me interessou mais do que todas as antiguidades romanas, porque me lembrou os tempos felizes de minha juventude, quando ela encerrava o meu tesouro mais caro. Além disso, todo dia e por quase toda parte, me pedem notícias daquela que era então a mais bela jovem de Treves e a rainha dos bailes. É diabolicamente agradável para um homem ver que sua mulher continua a viver assim como uma princesa encantada no espírito de toda uma cidade”.³¹³

Este personagem de origem comum com os mesmos atropelos de qualquer cidadão alemão ou francês mudaria com suas teorias a face do mundo ocidental, bem como ofereceria um sistema interpretativo da sociedade que perduraria até os dias atuais. As concepções de Marx³¹⁴ foram revolucionárias e provocadoras, campo dos mais férteis para grandes debates.³¹⁵

Karl Marx por questões conflituosas e pessoais se estabeleceu em Paris, nesta cidade construiu sua doutrina,³¹⁶ que com muita rapidez iria dominar sobre as demais concepções e se tornaria o maior bem e maior patrimônio de todos os socialistas. Naquele momento, o socialismo passou a ser uma doutrina inerente à classe operária. E esta, por sua vez, tornou-se o principal objeto da ciência política.

³¹³PENSADORES, São Paulo: Abril, 1972, p. 686.

³¹⁴Antes de Marx, proletariado e socialismo eram coisas distintas, separadas. Marx uniu-as intimamente, como corpo e alma. Realmente, Marx deu alma ao proletariado. Nesse ponto, pode-se dizer que o proletariado moderno é, intelectualmente, obra de Marx. Ele não poderia realizar essa obra se não possuísse a faculdade de penetrar no âmago das coisas e dos acontecimentos da história e de desvendar os seus “segredos”. O gênio e a grandeza de Marx foram o resultado de seu olhar penetrante, diante do qual caem todas as máscaras, todas as frases, todas as hipocrisias, todos os detalhes secundários, exteriores. Cf. BEER, 2006, p. 506.

³¹⁵Ver *O Pensamento Marxista* In FERREIRA, Delson, *Manual de Sociologia – dos Clássicos à Sociedade da Informação*, São Paulo: Atlas, 2006, p. 53.

³¹⁶Ver suas opiniões quanto à religião em KONDER, Leandro, *Os Sofrimentos do “Homem Burguês”*, São Paulo: SENAC/SP, 2000.

Antes de Marx, o proletariado era um simples motivo de piedade para os sociólogos.³¹⁷ Marx elevou-o ao lugar de pretendente ao trono, de futura classe dominante, chamada a derrubar antiga ordem e edificar a ordem nova. Antes de Marx, o socialismo extraía toda a sua força da idade de ouro da pré-história, do direito natural, do cristianismo primitivo, da idéia de humanidade, da ética social. Depois de Marx, passou a ser a doutrina política do proletariado revolucionário: passou a ter por objetivo o desenvolvimento de todas as tendências materiais e intelectuais do corpo social, que trabalham para a socialização das forças produtoras. Antes de Marx, o socialismo não era mais do que uma vaga esperança, um sonho piedoso. Com Marx, converteu-se no método de ação e no objeto final da classe operária, que luta pela sua emancipação social.

Na época da Marx,³¹⁸ o socialismo era um simples artigo de fé, uma doutrina rígida, dogmática, com um valor eterno. Marx transformou-o numa força ativa, propulsora do desenvolvimento da sociedade em evolução para a organização da propriedade coletiva.

Marxismo no Brasil.

³¹⁷BOURDIEU, Pierre, *Ofício de Sociólogo – Metodologia da Pesquisa na Sociologia*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005; ARON, Raymond, *As Etapas do Pensamento Sociológico*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

³¹⁸O filósofo alemão Hegel (1770-1831) introduziu a idéia da evolução na lógica; retomou a expressão “dialética” e aplicou-a a seu método de pensamento. De acordo com esse método, cada conceito tem o seu contraditório, ou, para falarmos em linguagem comum, toda afirmação pode ser negada. Mas isso não se verifica por um simples exame superficial. Por este, verificamos que o mundo está cheio de coisas contraditórias, como o ser e o não ser, o frio e o calor, a luz e a escuridão, a alegria e a dor, a riqueza e a pobreza, o capital e o trabalho, a vida e a morte, o vício e a virtude, idealismo e o materialismo etc... Mas poderemos não perceber que temos diante de nós um mundo de antagonismos e contradições. Só a razão crítica percebe, sob a simples diversidade das coisas, o choque do negativo e do positivo, dos antagonismos e das contradições. Só depois desse choque é que aparecem coisas mais elevadas. O que Hegel entendeu por contradição não é o resultado da confusão, não é um pensamento confuso que se contradiz a si mesmo. São contradições exteriores, como, por exemplo, as que aparecem quando, com o correr do tempo, a justiça se transforma em injustiça, o racional em irracional, a utilidade em prejuízo; quando as leis e as instituições em harmonia com os novos interesses e as novas concepções, e para que seja alcançada uma fase superior do desenvolvimento social. Hegel chama essa fase superior de negação da negação, ou síntese.

Ao considerar a origem do marxismo no Brasil, grande vai ser o papel desempenhado pelas importantes “traduções marxistas” que por aqui se fizeram. Como sempre, existe um ar de desconfiança em relação as traduções, e isso não é de hoje, elas por si só, não bastavam, para explicitar os novos rumos que a sociedade deveria tomar principalmente os proletariados.

Mesmo estando os grandes clássicos socialistas-científicos traduzidos, era necessário também, e isto deveria exigir algum tempo, que aparecessem leitores capazes de ingerir e explicar aplicando os novos paradigmas. Constata-se que em 1922 além do aparecimento da inovadora “Semana de Artes Moderna”, foi criado o “*Partido Comunista Brasileiro*”.³¹⁹ Se bem que após quatro meses este partido era considerado ilegal. Leôncio Basbaum descreve que “em março de 1922, anos histórico por excelência, nos dias 25, 26 e 27, com a presença de delegados representando os grupos comunistas do Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, realiza-se no Rio de Janeiro o primeiro Congresso.”³²⁰

Astrojildo Pereira, Manoel Cendon, Cristiano Cordeiro e Luiz Perez participaram desse memorável grupo. Excluindo Manoel Cendon que era alfaiate e espanhol e já se considerava marxista, os demais eram provenientes do movimento anarco-sindicalista. Um outro participante foi Abílio de Negrete. Abílio que pertencia ao Rio Grande do Sul, havia fundado em seu estado, desde 1918, uma “União Marximalista”. Este grupo se destacou pois conseguiu intercâmbios com organizações operárias de Montevideu e Buenos Aires, conseguindo trazer muita literatura marxista para sua região.

Muito provavelmente o que mais se destacou entre os que foram citados anteriormente, foi Astrojildo Pereira. Principalmente porque coube a ele secretariar aquele congresso como seu secretário geral até o ano de 1929.

³¹⁹Ver *Uma Igreja do Diabo? Reflexões sobre a legalização do Partido Comunista*, In DAMATTA, Roberto, *Explorações – Ensaios de Sociologia Interpretativa*, Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

³²⁰“O principal objetivo do Congresso foi o exame das 21 condições para o ingresso na Internacional Comunista, também conhecida como 3ª Internacional ou Comintern. Cf. CHACON, 1965, *História das Idéias Socialista no Brasil*, p. 322.

Outra grande participação de Astrojildo Pereira nos primórdios do Marxismo no Brasil foi quando estabeleceu contato direto com Luiz Carlos Prestes. Este acontecimento se deu na segunda quinzena de dezembro de 1927, na cidade de Puerto Suarez. Para Astrojildo, Prestes já representava um verdadeira marca de uma união indispensável entre o Partido Comunista³²¹ e as outras camadas sociais, principalmente a pequena-burguesia.

O que tornava Prestes em figura de muito destaque naquele momento foi sua histórica participação, ainda tenentista, apresentando seus ideais moralizantes, e ao mesmo tempo por se tornar conhecido pelo camponês, principalmente enquanto fazia sua marcha no interior brasileiro. Foi retratado como o *Cavaleiro da Esperança*.

A iniciativa de Astrojildo Pereira foi das mais significantes naquele momento. Ofereceu a Prestes certa quantidade de livros que levava consigo, por entender que ele era a pessoa mais qualificada para traduzir as teorias e práticas do marxismo. A proposta não era apenas para oferecer leitura marxista a Prestes, pelo contrário, expressava-se ali o desejo de ter a frente das novas disputas um intelectual capaz, por si mesmo, de orientar o Partido Comunista. Com isto Prestes dominaria os princípios e os fins das soluções que a ciência marxista apresentava para os problemas sociais daqueles tempos.

Aqueles livros oferecidos a Prestes, era tudo que existia em termos de literatura marxista existente no Rio de Janeiro: Marx, Engels, Lênin entre outros. Estes livros na sua maioria em francês publicado pela editora L'Humanité.

Prestes pertencia a uma geração gaúcha fortemente marcada pelo Positivismo. A força do pensamento Comteano no Rio Grande do Sul, tem sido tema dos mais debatidos e registrado na história contemporânea o Brasil. É fato muito conhecido a participação de Júlio de Castilho para a fixação deste pensamento ao sul do país. Júlio era muito mais que um governador, era também líder

³²¹Ver importante livro de CARONE, Edgard, *Da Esquerda à Direita*, Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.

espiritual e messias carismático. A sociedade gaúcha vivia tão bem com o positivismo que dificilmente se poderia desassociar uma da outra. Respirava-se no Rio Grande do Sul o positivismo. A entrada de Prestes no Exército naquele momento, serviu também para mostrar a grande ligação desta instituição com o republicano positivista Benjamin Constant.

A trajetória da vida de Prestes e suas opções políticas despertava todo tipo de comentário. Difundia-se que Prestes foi um positivista muito ardoroso, e isto herança paterna. No Colégio, tornou-se por influência e amizade do professor Cruz, católico exaltadíssimo e por fim voltou ao ateísmo, já no fim da escola militar convertera-se em materialista dogmático.

O *PCB* ao superar os anarco-sindicalistas nas difíceis relações operárias, colocou Marx, Engels e Lênin na ordem do dia de suas discussões. Esta agitação provocava despertamento que levavam as pessoas a refletirem sobre estes mestres. Ora negando-os, ora celebrando-os.

Ao inaugurar a década de 30, destacou-se entre os demais Azeredo Amaral. Neste momento foram surgindo no Brasil, com certa lentidão, os pensadores marxistas propriamente ditos.³²²

Uma das maiores contribuições de Azeredo Amaral³²³ foram os seus prestigiosos “Ensaio Brasileiros”. Nestes ensaios Azeredo³²⁴ oferecia uma

³²²ALTAMIRA, César, *Os Marxismos do Novo Século*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

³²³Azevedo Amaral scandalizou o seu meio afirmando, alto e bom som, “a identidade dos motivos da ação humana e, portanto, do determinismo das formas sociais e das suas expressões dinâmicas”, e, “outro fator constante e igualmente decisivo do processo histórico”, “a transformação dos meios materiais com que o homem procura satisfazer aqueles impulsos propulsores da sua própria evolução”.

³²⁴Azeredo Amaral, e os seus Ensaio Brasileiros, merecem especial atenção, não porque fossem marxistas, e sim, como destacou Werneck Sodré, porque marcaram “o ponto crítico em que a mentalidade brasileira, chocada no seu subconsciente pela crise mundial iniciada em Wall Street em 1929 e repercutida no Brasil na subversão político-militar do ano seguinte, começava a acordar do longo sono, da inércia e da atonia, para as novas direções e para os novos caminhos, uma verdadeira consciência política, um sentido pragmático e objetivo, abandonando as velhas fórmulas e o verbalismo sonoro com que se embalava e iludia. Cf. CHACON, Vamireh, *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 329.

nova e substancial interpretação do Brasil. Mais que um autor, jornalista conhecido mostrava uma base informativa de primeira ordem. “Os Ensaioes Brasileiros merecem, ainda hoje, atenta leitura e representam uma contribuição interessante do quadro nacional”.

“Ao mesmo tempo, sem cair num automatismo econômico rejeitado pelo próprio Marx, Azeredo admitiu a possibilidade dos fatores superestruturais determinarem a forma dos processos históricos.” ³²⁵

Diante da propaganda da Revolução Russa de Outubro, Azeredo Amaral soube discernir a força da sua Mensagem: “O mais importante efeito do êxito da revolução russa foi estender às camadas mais indiferentes das massas trabalhadoras dos outros países e levar mesmo às populações remotas, até então quase sem contato com o que se passava nas regiões civilizadas do globo, a confiança nos métodos evolucionários. O evolucionismo político, identificado com o pensamento liberal do século XIX, restringira-se a um círculo um tanto limitado de elementos aptos a apreenderem uma ideologia relativamente sutil. “O revolucionismo atual, propellido pela demonstração espetacular da experiência bolchevista, tornou-se rapidamente um fenômeno universal”. ³²⁶

A época de 1930, na opinião de muitos historiadores, não pode ser considerada uma época de revolução, porém foi importante pois significou um cruzamento bem vivo em que devia esvanecer-se o predomínio de uma elite de puros letrados, de diletantes dos conhecimentos, de amadorismo vago e dispersivo.

³²⁵CHACON, Vamireh, *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 329.

³²⁶CHACON, 1965, p. 329.

Era o momento que historicamente se constatou a morte da antiga monarquia, que tinha assombrado o país por longos anos. Apesar dos anos 30 em pleno século XX, a sociedade brasileira se via dominada pelos Conselheiros e Generais do Império. Estes se encontravam ainda muito firme na chamada “Velha República”. Ao terminar este momento histórico, terminava também a geração que se perpetuou por décadas na liderança do país. A nova sociedade que emergia apresentava coloração nova, populista, tensa e sem boas doses de conservadorismo da anterior.

Este seria também o momento histórico de Getúlio Vargas.³²⁷ Este presidente após impor uma significativa derrota a São Paulo se destacaria como homem do povo. O seu populismo foi resultado de uma massa social aspirante a uma relação com o poder mais direta e objetiva. Dentro deste contexto que se percebe a difícil tarefa da burguesia nacional que estava aprendendo e deslumbrada com o poder.

A participação de Getúlio Vargas à frente da nação brasileira se constitui em um dos capítulos mais interessantes da História Brasileira.³²⁸ Dentre muitos atos, destaca-se aqui, sua vitória sobre as forças paulista. O que provisoriamente foi para os paulistas, motivo de grande consternação, logo se transformaria em causa para fantástico desenvolvimento obtido por este Estado. Nas palavras de Armando Salles de Oliveira: “São Paulo vencerá pelas inteligências”. Foi este interventor que abriu as portas, juntamente com os Mesquitas, para aquela que seria o maior orgulho paulista: Universidade de São Paulo (USP).

Na seqüência cronológica obedecida por este trabalho, destaca-se a figura do iminente professor e historiador Caio Prado Júnior. Foi Caio Prado o intelectual que procurou repensar o marxismo com maior profundidade no Brasil

³²⁷Ver sobre *A questão agrária: crise de poder e reformas de bases (1930-1964)*, Capítulo III, Livro I, *Processo Político*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III/vol. 10, *O Brasil Republicano - Sociedade e Política*, Direção Geral FAUSTO, Boris, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 2007, p. 147.

³²⁸Ver LEVINE, Robert M., *O Regime de Vargas – Os Anos Críticos 1934-1938*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Dos diversos ensaios produzidos por Caio Prado Júnior, o seu *“Evolução Política do Brasil”*, representou um modelo de interpretação materialista da história brasileira, publicada em 1933. Este livro mereceu destaque, uma vez, que se trata do “primeiro ensaio de aplicação do materialismo histórico³²⁹ ao caso brasileiro, com as deficiências naturais da iniciativa pioneira”.

O trabalho de Caio Prado Júnior é conhecido pela maioria dos pesquisadores, porém, será relevante para esta pesquisa os comentários que o próprio historiador fez seu Ensaio. Nesta linha se introduz aqui parte daquele que foi o prefácio da 1ª edição. Este excerto mostra o grande interesse do historiador pelo novo método³³⁰ de interpretar a história.

“Isto que o leitor vai ler não é uma História do Brasil. Como o indica o próprio título, é um simples ensaio. Procurei tão somente dar a síntese da evolução política do Brasil e não traçar a sua história completa.

Daí os defeitos que serão encontrados e que sou o primeiro a reconhecer. Como pensei apenas dar a resultante média dos inúmeros fatos que compõem a nossa história, a linha mestra em torno de que se agrupam estes fatos, fui obrigado a uma seleção rigorosa que excluísse tudo quanto não fosse absolutamente necessário para a compreensão geral do assunto. Isto me levaria por vezes, estou seguro, a desprezar circunstâncias cuja falta talvez se faça sentir para a perfeita clareza da exposição. Mas, tratando-se de um método relativamente novo – refiro-me à interpretação materialista – de analisar a história brasileira, não me era dado conhecer as exigências dos leitores.

Todos estes inconvenientes evidentemente não existiriam se se tratasse de uma história e não de uma síntese. Mas por dois motivos preferi esta última. Em primeiro lugar, para fazer a história completa – o que pretendo algum dia tentar – seria necessário material que está em grande parte

³²⁹Ver neste particular HADDOCK, B. A., *Uma Introdução ao Pensamento Histórico*, Lisboa: Gradiva, 1989.

³³⁰“Caio Prado não dispunha de um amplo estoque de categorias marxistas.” Assim afirmou Carlos Nelson Coutinho em *O Marxismo no Brasil*, p.132, IN *As Utopias de Michel Löwy – Reflexões sobre um marxista insubordinado*, São Paulo: Boitempo, 2007

ainda por constitui-se. Os historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras – esqueceram quase que por

Completo o que se passa no íntimo da nossa história de que estes acontecimentos não são senão um reflexo exterior.

Nestas condições, seria preciso um tempo considerável para apresentar uma história completa. E isto o momento não comporta. Repetindo um conceito do prefaciador da obra de Max Beer – História Geral do Socialismo – a respeito da história universal, podemos também afirmar, com relação à nossa, que “há muito se faz sentir a necessidade de uma história que não seja a glorificação das classes dirigentes”. E traçar uma tal história é tudo quanto pensei fazer.

Em segundo lugar, uma história completa só teria probabilidade de interessar um reduzido número de leitores. Seria por sua natureza uma obra longa, e afugentaria qualquer um que não tivesse pendores particulares pelos estudos históricos. Foi minha intenção evitar isto. Quis mostrar, num livro ao alcance de todo mundo, que também na nossa história os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com o interesse das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial...

Apesar da premeditada intenção de evitar minúcias, alonguei-me um pouco mais sobre o histórico das revoluções da Menoridade (1831-40) e de princípios do Segundo Reinado. Fi-lo porque, de todos os fatos da nossa história, nenhum há tão pouco compreendido – o que naturalmente nada tira à sua primordial importância. A *Cabanada* do Pará (1835 - 39),³³¹ a *Balaiada* do Maranhão (1838-41) e a *Revolução Praieira*³³² de 1848 em Pernambuco – que são as principais revoluções populares da época – não passam, para a generalidade dos nossos historiadores, de

³³¹Ver REIS, Gustavo Moraes Rego, *A Cabanagem – Um episódio histórico da guerra insurrecional na Amazônia (1835 – 1839)*, Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965.

³³²Ver sobre *O Nordeste, 1825-1850 – Revolução Praieira*, Capítulo I, Livro III, *O Nordeste e a Bahia*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, I – O Processo de Emancipação*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 193.

fatos sem maior significação social, e que exprimem apenas a explosão de “bestiais” sentimentos e paixões das massas. Isto principalmente com relação às duas primeiras. É característico notar que Rocha Pombo, escrevendo uma alentada história em dez grossos volumes, tenha dedicado à primeira apenas uma simples nota, e à segunda, umas poucas páginas em que se limita a discorrer sobre fatos militares – e isto ainda apenas para glorificar os feitos do herói Caxias.

A revolta praieira mereceu de Joaquim Nabuco uma análise mais séria. Mas, ainda aqui, o que está em foco é uma questão de ordem pessoal. O que Nabuco quer é justificar ou, pelo menos, destacar a atuação de seu pai, que foi juiz dos rebeldes e seu mais encarniçado adversário. A sua análise se ressentia por isso de falhas imperdoáveis que o levam a lamentáveis conclusões. Em todo caso, já se trata de um estudo que se pode chamar de “sério”.

Mas o que Nabuco não fez em relação à Revolta Praieira – e com maior razão não se fez com relação às demais revoltas que citamos, é situá-las na história brasileira, mostra-las não como fatos ocasionais e isolados, mas como fruto que são do desenvolvimento histórico da revolução da independência. E por isso, dada a importância primordial destas agitações para a compreensão da história política da época, julguei útil analisá-las com mais detalhes.

Uma última palavra sobre a divisão que adotei, da história brasileira. Dividi a história colonial em dois períodos: o primeiro se estende da descoberta até o final das guerras holandesas (meados do século XVII); o segundo, daí até a vinda de D. João VI em 1808. Não insisto sobre esta divisão porque o leitor encontrará no texto sua justificação.

Quanto à revolução da Independência, dei-lhe uma amplitude maior que a geralmente adotada. Assim procedi porque quis abranger com ela todos os fatos que diretamente a ela se filiam. O período que vai da chegada de D. João à instituição do Império (1808-1822) é um período preparatório. O seguinte, até a revolta de 7 de abril de 1831,³³³ de transição: não há quem

³³³Ver sobre *A Experiência republicana, 1831-1840*, Capítulo I, Livro I, *A Regência*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, II – Dispersão e Unidade*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1972, p. 9.

não reconheça no 7 de abril um complemento do 7 de setembro. A menoridade é a fase de ebulição, em que as diferentes classes e grupos sociais se disputam a direção do novo estado nacional brasileiro. No primeiro decênio do Segundo Reinado declinam estas agitações e se define o caráter político oficial, a afeição política definitiva do Império. Como se vê, a nossa história política destes quarenta anos gira em torno da revolução da Independência, e, assim, deve ser estudada sob esta mesma epígrafe geral.”³³⁴

Constata-se neste prefácio da 1ª edição desta obra toda intencionalidade de Caio Prado Júnior, após tecer duras críticas aos arcaicos modelos de histórias, ela apresenta a sua nova abordagem materialista. Entende-se de grande relevância, no estágio atual desta tese, esse material relacionado. Aqui é possível ver objetivamente as mudanças que passavam o Brasil no campo da intelectualidade. Uma nova maneira de pensar o Brasil, ganhava admiradores e propagadores.

O período de 1935 não traria motivos de esperanças para os mantenedores do pensamento marxista. Neste momento o PCB e as forças de esquerda em geral, experimentaram um duro teste, com o fracasso militar do levante armado. É sensivelmente um período que merece análise mais cuidadosa e erudita, pois muito dos acontecimentos estão, ainda, para serem esclarecidos e pesquisados.

Olga Benário, também alemã, foi outro alguém, vindo de terras distantes, que se identificou e morreu pela causa socialista do Brasil. A lendária esposa de Prestes, recém chegada da Europa, era descendente de socialistas tedescos, e morreu num campo de concentração nazista, no seu país de origem, onde teve uma filha. ³³⁵

³³⁴O exemplar “*Evolução Política do Brasil – Colônia e Império.*” que foi utilizado nesta pesquisa encontra-se na 3ª reimpressão (2006), das 21ª edição de 1994. Editora Brasiliense.

³³⁵CHACON, 1965, p. 334.

O advento do “Estado Novo”,³³⁶ é da mesma forma significativo nesta análise, pois com a ditadura, as possibilidades de estudos e propagação dos ideais marxistas foram completamente abafados. Esta realidade só foi alterada por volta de 1945.

O professor e historiador Caio Prado Júnior, continuou apresentado importantes obras para os leitores brasileiros ansiosos das novas interpretações. Desta maneira em 1952, lançou sua “*Dialética do Conhecimento*”, e imediatamente com uma segunda tiragem em 1955, mais ampliada e com dois volumes.

No encalce desta o público brasileiro também conheceu: *História Econômica do Brasil, Formação do Brasil Contemporâneo, Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica, Notas Introdutórias à Lógica Dialética*.

Estes documentos no domínio de ciências humanas são paradigmáticos e reveladores, pois aqui se percebe uma grande ruptura com os documentos de caráter idealistas, romancistas e narrativas longas. O domínio de história se mostrava renovado naquele ambiente. Todos procurando sempre uma fidelidade brasileira à interpretação marxista, aculturada na realidade brasileira.

A medida que as novas interpretações começavam a ganhar corpo na sociedade brasileira, quase que inevitavelmente alastrava-se as influências desta nova concepção nos demais domínios de conhecimentos. Como foi, de forma lenta, a influência em domínios como o da sociologia. A *revista Brasiliense* era dirigida por Caio Prado Júnior, muito próximo a ele encontravam-se personagens como: Álvaro de Faria (com suas experiências de *Dialética da Medicina*), Elias Chaves Neto, José Chasin, Otávio Ianni, cuja “*Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*”, embora não seja uma obra marxista “*strictu sensu*”, constitui uma esplendida contribuição a uma Sociologia do Desenvolvimento, informada com algumas das melhores

³³⁶Ver FILHO, J. I. Cabral de Vasconcellos, *Da Revolução de 30 ao Terror do Estado Novo*, Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1982; NASCIMENTO, Benedicto Heloiz, *A Ordem Nacionalista Brasileira*, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2002.

dimensões marxistas, e outros. Machado Neto lançou também a sua Sociologia do Desenvolvimento.

“...na Revista Brasiliense, dirigida por Caio Prado Júnior, Michel publicou um artigo sobre as concepções de partido no pensamento marxista, onde resenhava vários autores marxistas até então desconhecidos (ou quase desconhecidos) no Brasil. Lá se falava de Gramsci, de Lukács, de Rosa Luxemburgo. Esse artigo foi muito importante para os jovens brasileiros que, como eu, buscavam no marxismo uma fonte de inspiração teórica e prática.”³³⁷

O universo que as novas concepções deseja atingir, encontram-se primeiramente, em solo brasileiro, pois para cada um deste que se tornaram portadores do pensamento marxista, as mudanças deveriam ocorrer primeiro nas mentalidades do brasileiros. Isto sendo feito, o Brasil, pelo seu gigantismo certamente influenciaria as nações vizinhas.

Muito provavelmente Otavio Ianni,³³⁸ nesse momento, se mostra como um receptor e portador intelectual capaz de dar sustentações ao pensamento social brasileiro. Para esta pesquisa este encontro de Caio Prado Júnior e Otavio Ianni se constitui de significativa relevância uma vez que as teorias marxistas já se encontravam firmemente na Universidade de São Paulo.

³³⁷COUTINHO, Carlos Nelson, *O Marxismo no Brasil*, IN *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*, Org. Ivana Jinkings e João Alexandre Peschanski, São Paulo: Boitempo, 2007, p. 129.

³³⁸IANNI, Octavio, *Raças e Classes Sociais no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 2004; IANNI, Octavio, *Homem e Sociedade – leituras Básicas de Sociologia Geral*, São Paulo: Editora Nacional, 1971; IANNI, Octavio, *Sociologia da Sociologia*, São Paulo: Ática, 1989; IANNI, Octavio, *Pensamento Social no Brasil*, Bauru, SP: EDUSC, 2004; IANNI, Octavio, *Estado e Capitalismo*, São Paulo: Brasiliense, 2004; IANNI, Octavio, *Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930 -1970*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971; IANNI, Octavio, *Capitalismo, Violência e Terrorismo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004; IANNI, Octavio, *Sociologia e Sociedade no Brasil*, São Paulo: Alfa-Omega, 1975; IANNI, Octavio, *A Idéia de Brasil Moderno*, São Paulo: Brasiliense, 2004; IANNI, Octavio, *O Colapso do Populismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; IANNI, Octavio, *Teorias de Estratificação Social – Leituras de Sociologia*, São Paulo: Editora Nacional, 1978; IANNI, Octavio, *Ensaio de Sociologia da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991; IANNI, Octavio, *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*, São Paulo: Brasiliense, 2004; IANNI, Octavio, *Imperialismo e Cultura*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1976; IANNI, Octavio, *Dialética & Capitalismo – ensaio sobre o pensamento de Marx*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

Leôncio Basbaum trouxe outra contribuição para o pensamento marxista no Brasil quando ofereceu ao público a sua *História Sincera da República*. Leôncio Basbaum, que se apresenta como o primeiro secretário-geral da Juventude Comunista do Brasil, fundada em 1927, tornando um heterodoxo, no sentido de repulsa às formulas que o cansaram durante tanto tempo. Basbaum escreve livros desde 1934, quando, sob o pseudônimo de Augusto Machado, lançou pela editora Calvino, *A Caminho da Revolução Operária e Camponesa*, seguida pelos *Fundamentos del Materialismo*, Buenos Aires (1943), traduzidos para o português em 1944. Depois surgiram, ainda da sua autoria, *Sociologia do Materialismo e Caminhos Brasileiros do Desenvolvimento*.

Outro autor de grande importância para se entender o estabelecimento das teorias marxistas no Brasil foi Néelson Werneck Sodré.³³⁹ Seu livro “*História Burguesa Brasileira*”, editado por civilização brasileira, no Rio de Janeiro em 1964, mostrou toda a capacidade deste Historiador no domínio das teorias marxistas. Nelson Werneck ao longo dos anos contribuiu solidamente com importantes obras a respeito do Brasil e de sua complexa formação cultural. Entre eles: *As Razões da Independência por Civilizações Brasileira*, 1969; *Formação Histórica do Brasil*, por Editora Brasiliense, 1973; *Vida e Morte da Ditadura*, por Vozes, 1984; *O Naturalismo no Brasil*, por Oficina de Livros, 1992; *Síntese de História da Cultura Brasileira*, por Difel, 1984; *Fundamentos da Estética Marxista*, Civilização Brasileira, 1968; *O Que Se Deve Ler Para Conhecer o Brasil*, Bertrand, 1997; *A Ideologia do Colonialismo*, Vozes, 1984; *Panorama do Segundo Império*, Graphia, 1998; *Introdução à Revolução Brasileira*, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978; *História e Materialismo Histórico no Brasil*, por Global, 1985.

³³⁹Ver SODRÉ, Néelson Werneck, *História e Materialismo Histórico no Brasil*, São Paulo: Global, 1985; *Introdução à Revolução Brasileira*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978; *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1973; *As Razões da Independência*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969; *Panorama do Segundo Império*, Rio de Janeiro: Graphia, 1998; *A Ideologia do Colonialismo*, Petrópolis: Vozes, 1984; *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997; *Fundamentos da Estética Marxista*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; *Síntese de História da Cultura Brasileira*, São Paulo: Difel, 1984; *O Naturalismo no Brasil*, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992; *Vida e Morte da Ditadura – 20 anos de autoritarismo no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1984.

José Honório Rodrigues³⁴⁰ reconhecidamente tornou-se referência em matéria de história do Brasil foi provavelmente um dos mais eruditos pesquisadores no domínio de ciências humanas. Suas obras, embora não sejam confessionalmente socialistas, trazem grandes contribuições para o profundo conhecimento do Brasil.

Para aqueles que pesquisam as origens do marxismo no Brasil, consideram, como uma conclusão inconclusa, que pela pouca tradição filosófica no Brasil, predominou, por isso, uma tradição de socialismo francês, laicista e até mesmo ateu. De qualquer forma o amadurecimento do marxismo tinha acontecido e inevitavelmente esta influência se estenderá por todas as áreas culturais do país.

Atores como: Carlos Estêvam, Gianfrancisco Guarniere, Augusto Boal entre outros, utilizavam o Teatro como canal e porta-voz das novas teses marxistas.

O cinema igualmente se mostrará aberto para os trabalhos de Dias Carneiro, a filmagem de *Vidas Secas* de Graciliano Ramos e da *Seara Vermelha* de Jorge Amado, e as experiências cinematográficas do CPC.

A literatura como componente importante vislumbrava uma maior dimensão social no romance de Graciliano e Jorge Amado, na poesia de Ferreira Gullar, e Félix de Ataíde, além dos Vinicius de Moraes.

Os poemas concretistas redescobriam Maiakovski e Essenin, dos quais estão mais próximos, combatendo os novos formalismos “revolucionários”, sob a bandeira de que “sem forma revolucionária, não há arte revolucionária”.

³⁴⁰RODRIGUES, José Honório, *História Viva*, São Paulo: Global, 1985; RODRIGUES, José Honório, *História e Historiadores do Brasil*, São Paulo: Fulgor, 1965; RODRIGUES, José Honório, *Vida e História*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1986; RODRIGUES, José Honório, *História Combatente*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982; RODRIGUES, José Honório, *Ensaio Livres*, São Paulo: Imaginaria, 1991; RODRIGUES, José Honório, *História e Historiografia*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1970; RODRIGUES, José Honório, *Conciliação e Reforma no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982; RODRIGUES, José Honório, *Aspirações Nacionais – Interpretação Histórico - política*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970; RODRIGUES, José Honório, *História da História do Brasil – 1ª Parte Historiografia Colonial*, São Paulo: Editora Nacional, 1979

Haroldo e Augusto de Campos ressuscitam o brasileiro Sousânfrade, precursor esquecido das novas tendências. Portanto, não se trata mais do ingênuo “romance socialista” de Curvelo de Mendonça e Lauro Palhano, despreparado no conteúdo e na forma.

A Historiografia³⁴¹ retoma com José Honório Rodrigues, Amaro Quintas, Edson Carneiro, Maria Yedda Leite Linhares, a linha de João Francisco Lisboa e Oliveira Lima,³⁴² onde o fator político-econômico é situado com sua importância fundamental, ao contrário da linha apenas detalhista de Varnhagen, Rodolfo Garcia e seus seguidores atuais. (CHACON, 1965) No Direito, Hermes Lima, Pinto Ferreira, Orlando Gomes, Nelson Sampaio, tentam enquadrar legalmente a crescente socialização que atinge o Brasil. Na sociologia,³⁴³ o grupo paulista de Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso; em Brasília, Machado Neto, no Rio, Costa Pinto, e outros. Na Economia, Inácio Rangel confessa sua passagem do Liberalismo, comum a muitos brasileiros, para o Socialismo.

Wanderley Guilherme, na edição de *Tempo Brasileiro e Iseb*, representa, com Júlio Barbosa Soares Pereira, e outros, tentativas de racionalizações socialistas da Economia.

Na pedagogia, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Darci Ribeiro, levam adiante as linhas de socialização da Educação, do “*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*”, escrito em 1932, por Fernando de Azevedo,³⁴⁴ e aceito pelos pedagogos que aplaudiam os êxitos da reforma Lourenço Filho, no Ceará em

³⁴¹CAIRE-JABINET, Marie-Paule, *Introdução à Historiografia*, Bauru, SP: EDUSC, 2003.

³⁴²LIMA, Oliveira, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; LIMA, Oliveira, *O Movimento da Independência – O Império Brasileiro (1821 – 1889)*, São Paulo: Melhoramentos, 1921.

³⁴³GIDDENS, Anthony, *Em Defesa da Sociologia – Ensaios, Interpretações e Tréplias*, São Paulo: Unesp, 2001; LALLEMENT, Michel, *História das Idéias Sociológicas – Das origens a Max Weber*, vol. I, Petrópolis: Vozes, 2005; GIDDENS, Anthony, *Política, Sociologia e Teoria Social*, São Paulo: UNESP, 1998.

³⁴⁴AZEVEDO, Fernando, *A Transmissão da Cultura*, São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

1922, de Carneiro Leão-Escobar, em Pernambuco em 1926, de Fernando de Azevedo no antigo Distrito Federal em 1928, depois em São Paulo, continuada a primeira por Anísio Teixeira. A experiência Paulo Freire foi a primeira a atingir grandes massas nacionais.

Embora não se possa classificar de estritamente “socialista” a contribuição daqueles escritores à História das idéias no Brasil, eles trouxeram uma contribuição ampla, enriquecendo com sua intuição artística os difíceis caminhos da compreensão da nossa circunstância, nem sempre perceptível com os puros olhos do raciocínio.³⁴⁵

Com o enorme crescimento do público receptivo, e mesmo sedento, de novas idéias, criado pela alfabetização crescente, pelas escolas secundárias e superiores em multiplicação, pelas novas editores e revistas e jornais, tudo refletindo uma crescente inquietação social, aumenta a responsabilidade dos líderes intelectuais e políticos do Brasil. Nem sempre, aliás, correspondida pelos que não observam além do presente, num falso “triumfalismo” socialista, frágil na sua vacuidade, como a lição de abril o provou.

2.5.4. Matriz Weberiana e o Brasil.

Max Weber³⁴⁶

Max Weber, nasceu³⁴⁷ no ano 1864 em Erfurt e faleceu em 1929 em Munique. Sociólogo e economista alemão. Formado em Heidelberg, Estrasburgo, Göttingen e Berlim, onde estudou direito, ciência econômica, história e filosofia.

³⁴⁵CHACON, 1965, p. 347.

³⁴⁶Ver *O Pensamento Weberiano* In FERREIRA, Delson, *Manual de Sociologia – dos Clássicos à Sociedade da Informação*, São Paulo: Atlas, 2006, p. 65.

³⁴⁷Max Weber nasceu e teve sua formação intelectual no período em que as primeiras disputas sobre a metodologia das ciências sociais começavam a surgir na Europa, sobretudo em seu país, a Alemanha. Filho de uma família da alta classe média, Weber encontrou em sua casa uma atmosfera intelectualmente estimulante. Seu pai era um conhecido advogado e desde cedo orientou-o no sentido das humanidades. Weber recebeu excelente educação secundária em línguas, história e literatura clássica. Em 1882, começou os estudos superiores em Heidelberg, continuando-os em Göttingen e Berlim, em cujas universidades dedicou-se

Exerceu as cátedras de economia política em Freiburg e Heidelberg, mas se retirou do ensino em 1898 depois de sofrer um colapso nervoso. Foi o maior responsável pelo estabelecimento da sociologia como disciplina acadêmica na Alemanha e, a partir de 1904, editou uma importante revista de ciências sociais, “*Archiv für Sozialwissenschaft*”.

Escreveu sobre uma vasta gama de questões, tomando como temas centrais o desenvolvimento do capitalismo e a racionalização, mormente em obras como *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-5),³⁴⁸ *História Econômica Geral* (1923) e *Economia e Sociedade* (1921).³⁴⁹ Também contribuiu substancialmente para discussões metodológicas a respeito da “interpretação” e da explicação causal, valores e objetividade (*A metodologia das ciências sociais*), 1904.³⁵⁰

Da mesma forma que Comte e Marx, Weber³⁵¹ demonstrava profundo interesse nas questões históricas e sociais. Indiscutivelmente era possuído de vasto e profundo conhecimento da História. Era antes de qualquer coisa um

simultaneamente à economia, à história, à filosofia e ao direito. Concluído o curso, trabalhou na Universidade de Berlin, na qualidade de livre-docente, ao mesmo tempo em que servia como assessor do governo. Em 1893, casou-se e, no ano seguinte, tornou-se professor de economia na Universidade de Freiburg, da qual se transferiu para a de Heidelberg, em 1896. Dois anos depois, sofreu sérias perturbações nervosas que o levaram a deixar os trabalhos docentes, só voltando à atividade em 1903, na qualidade de co-editor do Arquivo de Ciências Sociais, publicação extremamente importante no desenvolvimento dos estudos sociológicos na Alemanha. A partir dessa época, Weber somente deu aulas particulares, salvo em algumas ocasiões, em que proferiu conferência nas universidades de Viena e Munique, nos anos que precederam sua morte, em 1920.

³⁴⁸Weber foi com justiça criticado por ignorar as mudanças, quando escreveu sobre “puritanismo” como se esse sistema de valores tivesse permanecido uniforme desde João Calvino, no século XVI, a Benjamin Franklin, no século XVIII. Modelos, contudo, podem incorporar mudanças. BURKE, Peter, *História e Teoria Social*, São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 51

³⁴⁹WEBER, Max, *Economia e Sociedade*, Vol. I e II, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa oficial, 2004.

³⁵⁰*Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, Editado por William Outhwaite, Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1996, p. 820.

³⁵¹Trata-se de uma obra oportuna, pois, oferece uma compreensão social e religiosa contrastante a defendida por Weber, TREVOR-ROPER, H.R., *Religião, Reforma e Transformação Social*, Lisboa: Editorial Presença, 1972.

profundo conhecedor das civilizações antigas e conseguia descrevê-las com habilidades admiráveis. À medida que seu interesse foi se firmando para o domínio das Ciências Sociais não rejeitou a importância do conhecimento histórico.

“Recorreu a história à procura de material, como também a historiadores em busca de conceitos. Sua famosa idéia de “carisma,”³⁵² por exemplo, originou-se de uma discussão sobre a “organização carismática” dos primórdios da Igreja por um historiador eclesiástico, Rudolf Sohm.”³⁵³

Como já foi demonstrado antes, o estudo científico dos elementos que envolvem e determinam os comportamentos humanos, individualmente ou coletivamente, começaram a se constituir, apenas em meados do século XIX.

Qual a metodologia mais apropriada para lidar com as especificidades do homem e de suas relações sociais? A força exercida pela Revolução Industrial na Europa levava considerável número de pesquisadores a optarem pelo método das ciências naturais, que sofrendo alterações, analisariam os fatos humanos. Esta compreensão, apesar de mostrar boa intenção, foi desconsiderada por outros cientistas. Principalmente por entenderem que por ser o homem o que é, necessitava de metodologias próprias que diferenciasse dos demais métodos conhecidos.

A maior preocupação dos pesquisadores era o de demonstrar a complexidade da existência e experiência humana. Satisfatoriamente encontra-se neste

³⁵²O conceito de “carisma” foi tomado por empréstimo dos historiadores da Igreja por Max Weber e introduzido nos estudos políticos. Weber definiu carisma como “certo atributo de uma personalidade individual em virtude do qual a pessoa é considerada extraordinária e tratada como se dotada de poderes ou atributos super naturais, sobre-humanos ou, pelos menos, especificamente excepcionais”. O conceito mais descreve do que explica o magnetismo pelo qual um líder religioso ou político atrai seguidores e se torna objeto de culto. No entanto, ao menos a lembrança de que comportamento desse tipo não é raro talvez ajude a compreender a reverência prestada a Lutero pelos luteranos, por exemplo, a Hitler pelos nazistas ou Luiz XIV por seus cortesãos. Na verdade, pode-se provavelmente estender o termo “carisma” para fazer referência a todos os casos em que algumas pessoas atribuem poder sobrenatural a outras, quer sejam santos, quer bruxos. Cf. BURKE, Peter, *História e Teoria Social*, São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 125-6.

³⁵³BURKE, Peter, *História e Teoria Social*, 2002, p. 24.

campo de debate um possível momento em que se observa, pois isso é raro, a divisão dos domínios de conhecimento. Ficava cada vez mais claro que um era o domínio das Ciências Exatas, outro das Naturais e outro das Humanas. Quanto as Ciências Exatas, seus defensores partiam da observação sensível e seriam experimentais, procurando obter dados mensuráveis e regularidades estatísticas que conduzissem à formulação de leis de caráter matemático.

As ciências humanas, ao contrário, dizendo respeito à própria experiência humana, seriam introspectivas, utilizando a intuição direta dos fatos, e procurariam atingir, não generalidades qualitativas de tipos e formas fundamentais da vida do espírito.

Os positivistas (como eram chamados os teóricos da identidade fundamental entre as ciências exatas e as ciências humanas) tinham suas origens sobretudo na tradição empirista inglesa que remonta a Francis Bacon³⁵⁴ (1561-1626) e encontrou expressão em David Hume (1711-1776), nos utilitaristas do século XIX e outros.

A compreensão seria o modo típico de proceder das ciências humanas, que não estudam fatos que possam ser explicados propriamente, mas visam aos processos permanentemente vivos da experiência humana e procuram extrair deles seu sentido. Os sentidos (ou significados) são dados, segundo Dilthey, na própria experiência dos investigados e poderiam ser empaticamente apreendidos na experiência dos outros.

Compreensão e explicação. Dentro das coordenadas metodológicas que se opunham à assimilação das ciências sociais aos quadros teóricos das ciências naturais, Weber concebe o objeto da sociologia como, fundamentalmente, “A captação da relação de sentido” da ação humana. Em outras palavras, conhecer um fenômeno social seria extrair o conteúdo simbólico da ação ou ações que o configuram. Por ação, Weber entende “aquela cujo sentido

³⁵⁴LINS, Ivan, *História do Positivismo*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 667-669.

pensado pelos sujeitos ou sujeitos e referido ao comportamento dos outros, orientando-se por ele o seu comportamento”.

Tal colocação do problema de como se abordar o fato humano significa que não é possível propriamente explicá-lo como resultado de um relacionamento de causas e efeitos (procedimento das ciências naturais), mas compreendê-lo como fato carregado de sentido, isto é, como algo que aponta para outros fatos e somente em função dos quais poderia ser conhecido em toda sua amplitude. O método compreensivo, defendido por Weber, consiste em entender o sentido que as ações de um indivíduo contêm e não apenas o aspecto exterior dessas mesmas ações. Se, por exemplo, uma pessoa dá a outra um pedaço de papel, esse fato, em si mesmo, é irrelevante para o cientista social. Somente quando se sabe que a primeira pessoa deu o papel para a outra como forma de saldar uma dívida (o pedaço de papel é um cheque), é que se está diante de um fato propriamente humano, ou seja, de uma ação carregada de sentido. O fato em questão não esgota em si mesmo e aponta para todo um complexo de significação social, na medida em que as duas pessoas envolvidas atribuem ao pedaço de papel a função de servir como meio de troca ou pagamento; além disso, essa função é reconhecida por uma comunidade maior de pessoas.

O conceito de “tipo ideal” corresponde, no pensamento weberiano, a um processo de conceituação que abstrai de fenômenos concretos o que existe de particular, constituindo assim um conceito individualizante ou, nas palavras do próprio Weber, um “conceito histórico-concreto”. A ênfase na caracterização sistemática dos padrões individuais concretos (característica das ciências humanas) opõe a conceituação típico-ideal à conceituação generalizadora, tal como esta é concebida nas ciências naturais.

A conceituação típico-ideal chega a resultados diferentes da conceituação generalizadora. O tipo ideal, segundo Weber, expõe como se desenvolveria uma forma particular de ação social se o fizesse racionalmente em direção a um fim e se fosse orientada de forma a atingir um e somente fim. Assim, o tipo ideal não descreveria um curso concreto de ação, mas um desenvolvimento normativamente ideal, isto é, um curso de ação “objetivamente possível”. O tipo

ideal é um conceito vazio de conteúdo real: ele depura as propriedades dos fenômenos reais desencarnando-os pela análise, para depois reconstruí-los.

Tipos Ideais. Na primeira parte de *Economia e Sociedade*, Max Weber expõe seu sistema de tipos ideais, entre os quais os de lei, democracia, capitalismo, feudalismo, sociedade, burocracia, patrimonialismo, sultanismo. Todos esses tipos ideais são apresentados pelo autor como conceitos definidos conforme critérios pessoais, isto é, trata-se de conceituações do que ele entende pelo termo empregado, de forma a que o leitor perceba claramente do que ele está falando. O importante nessa tipologia reside no meticuloso cuidado com que Weber articula suas definições e na maneira sistemática com que esses conceitos são relacionados uns aos outros. A partir dos conceitos mais gerais do comportamento social e das relações sociais. Weber formula novos conceitos mais específicos, pormenorizando cada vez mais as características concretas.

O capitalismo é protestante? As soluções encontradas por Weber para os intrincados problemas metodológicos que ocuparam a atenção dos cientistas sociais do começo do século XX permitiram-lhe lançar novas luzes sobre vários problemas sociais e históricos, e fazer contribuições extremamente importantes para as ciências sociais. Particularmente relevantes nesse sentido foram seus estudos sobre a sociologia da religião,³⁵⁵ mais exatamente suas interpretações sobre as relações entre as idéias e atitudes religiosas, por um lado, e as atividades e organização econômica correspondentes, por outro.

A primeira idéia que ocorreu a Weber na elaboração dessa teoria foi a de que, para conhecer corretamente a causa ou causas do surgimento do capitalismo,

³⁵⁵TEIXEIRA, Faustino, Org., *Sociologia da Religião – Enfoques Teóricos*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2003; TEIXEIRA, Faustino, *A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil - Afirmação de uma área acadêmica*, São Paulo: Paulinas, 2001; Ver também BERGER, Peter L., *O Dossel Sagrado*, São Paulo: Paulus, 1985; RIBEIRO, Jorge Cláudio, Editor, *Interfaces do Sagrado – Em Véspera de Milênio*, São Paulo: CRE/PUC/SP, Olho d'água, 1996; RIVERA, Paulo Barrera, *Tradição, Transmissão e Emoção Religiosa – Sociologia do Protestantismo Contemporâneo na América Latina*, São Paulo: Olho D'Água, 2001; *Religiosidade Popular e Misticismo no Brasil*, São Paulo: Edições Paulinas, 1984; SIMÕES, Pedro, *Assistentes Sociais e Religião – Um Estudo Brasil – Inglaterra*, São Paulo: Cortez, 2005; ELIADE, Mircea, *O Sagrado e o Profano – a Essência das Religiões*, Lisboa: Edições Livros do Brasil, s/d.

era necessário fazer um estudo comparativo entre as várias sociedades do mundo ocidental (único lugar onde o capitalismo, como um tipo ideal, tinha surgido) e as outras civilizações, principalmente as do Oriente, onde nada de semelhante ao capitalismo ocidental tinha aparecido. Depois de exaustiva análise nesse sentido, Weber foi conduzido à tese de que a explicação para o fato deveria ser encontrada na íntima vinculação do capitalismo com o protestantismo: Qualquer observação da estatística ocupacional de um país de composição religiosa mista traz à luz, com notável freqüência, um fenômeno que já tem provocado repetidas discussões na imprensa e literatura católicas e em congressos católicos na Alemanha: o fato de os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital, assim como os níveis mais altos de mão-de-obra qualificada, principalmente o pessoal técnica e comercialmente especializado das modernas empresas, serem preponderantemente protestantes.

Uma vez indicado o papel que as crenças religiosas teriam exercido na gênese do espírito capitalista, Weber propõe-se a investigar quais os elementos dessas crenças que atuaram no sentido indicado e procura definir o que entende por “espírito do capitalismo”. Este é entendido por Weber como constituído fundamentalmente por uma ética peculiar, que pode ser exemplificada muito nitidamente por trechos de discursos de Benjamin Franklin (1706-1790), um dos líderes da independência dos Estados Unidos. Benjamin Franklin, representante típico da mentalidade dos colonos americanos e do espírito pequeno-burguês, afirma em seus discursos que “ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna é, enquanto isso for feito legalmente, o resultado e a expressão da virtude e da eficiência de uma vocação”. Segunda a interpretação dada por Weber a esse texto, Benjamin Franklin expressa um utilitarismo, mas um utilitarismo com forte conteúdo ético, na medida em que o aumento de capital é considerado um fim em si mesmo e, sobretudo, um dever do indivíduo. O aspecto mais interessante desse utilitarismo residiria no fato de que a ética de obtenção de mais e mais dinheiro é combinada com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida.

2.6. – A Compreensão de Ciências e a Produção de Conhecimento.

A compreensão de ciência e a produção de conhecimento destacam-se como temas relevantes no atual estágio deste trabalho. A verificação de dados comprobatórios que indicam que a religião³⁵⁶ não foi vista como domínio de conhecimento, por partes de determinados interpretes contemporâneos do Brasil, serve também, para mostrar outro indicador, dos mais significativos, que apresenta a ciência como o real domínio em que a produção do conhecimento seria desenvolvido.

Uma pergunta se faz necessária, mesmo que já tenha sido feita em outras situações: em que momento da história do Brasil é perceptível o início do desenvolvimento científico? Segue-se outra: como reagiram aqueles que tinham o monopólio do conhecimento conservador?

Aqui, o objetivo não é contar a história da ciência no Brasil,³⁵⁷ mas destacar pontos relevantes dentro deste complexo processo em que áreas do conhecimento se inter-relacionaram e em outros casos se excluíram.

Uma vez que o Brasil herda uma tradição europeia devido a sua filiação a Portugal, espera-se que fortes tendências e compreensões de realidades destes povos estejam fortemente marcando e dando a tonalidade da cultura brasileira. O fato de ser filho de Portugal dá ao Brasil elementos constitutivos de sua cultura provenientes das especificidades da nação europeia. O Brasil em sua constituição é português. Esta compreensão que serve aqui como lentes poderosas para atentamente observar os comportamentos da sociedade brasileira, também mostrarão os comportamentos da sociedade portuguesa, que fortemente e não só como reflexo atuará por alguns séculos na composição do povo brasileiro.

³⁵⁶BROOKE, John Hedley, *Ciência e Religião – Algumas Perspectivas Históricas*, Porto: Porto Editora, 2003.

³⁵⁷DANTES, Maria Amélia M., *Espaços da Ciência no Brasil: 1800 – 1930*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

Ninguém discuti que para alcançar a modernidade, as nações passaram por processos dos mais complexos e situações de grandes lutas. É inquestionável também, que em certas ocasiões, apareceram propostas no sentido de romper com o *status quo* e estabelecer novos paradigmas.

Parece não ser novidade o fato comprovado que a religião predominante nos séculos XVI, XVII e XVIII procurava ajustar qualquer novo pensamento àquele que predominava eclesiasticamente. Quando ocorria a desconfiança de determinados postulados, o caminho a seguir continuava sendo o da Igreja.

Conflitos foram gerados e não muito bem resolvidos. Criou-se a concepção que a Religião tornava-se inimiga das novas concepções. Até que ponto se pode considerar esta afirmativa? Pode-se considerar desde que se construa um raciocínio lógico e legítimo que deve apontar para as reais causas deste embates. O foco nunca será a concepção que a religião ocidental sistematicamente tornava-se inimiga da ciência, pelo contrario, historicamente se ocorreu, como de fato ocorreu, o desenvolvimento científico antes do século XVI, isto foi possível graças ao forte empenho de religiosos que gastavam completamente sua existência na árdua tarefa de produzir soluções para as questões aparentemente insolúveis.

Mesmo no período classificado de modernidade, a igreja teve um papel exuberante e participativo ao produzir um significante contingente de clérigos aptos a novas descobertas e experiências. É preciso um estudo mais aprofundado sobre o assunto, o que infelizmente não é possível neste momento desta pesquisa, sobre a real participação, apoio e financiamento por parte da religião com o objetivo de produzir conhecimentos no mundo Ocidental.

Um estudo lógico e legítimo, sugerido anteriormente, constatará que quando ocorreram embates entre a Religião e os Cientistas,³⁵⁸ ou a religião circunstancialmente estava equivocada, ou os estudiosos estavam de igual

³⁵⁸GAVROGLU, Kostas, *O Passado das Ciências como História*, Porto: Editora Porto, 2007.

forma equivocados, ou ambos. E não foi necessariamente a Religião que oferecia dificuldade ao desenvolvimento. Foi sim, um grupo de religiosos que circunstancialmente dominavam e ocupavam cargos e funções no cerne da religião.

A proposta deste sub-tópico, neste capítulo, é descrever historicamente, em forma de resumo, aqueles que foram os momentos mais significativos em que a ciência começava a ser introduzida no ambiente brasileiro. Quando se auto afirmava como domínio de “produção de Conhecimento”. O fato de não ser especialista no tema e não ter domínio absoluto do assunto, levou este autor a buscar auxílio em autores especializados que serão seguidos para a construção do objeto, principalmente a colaboração de Nancy Stepan e Ricardo Ferreira. A primeira descreve significativamente a “*Gênese e Evolução da Ciência Brasileira*”, o segundo em artigo importante na “*Revista de História da USP*”.

O desenvolvimento científico³⁵⁹ através da história mais recente se constituía em elemento dos mais significativos nas agendas dos políticos³⁶⁰ e das lideranças econômicas. Muito mais que um despertar natural do ser humano, o desenvolvimento científico deve ser entendido como uma necessidade das mais urgentes para qualquer povo, independentes de sua situação social/econômica. Não se trata de um vislumbre de alguns visionários em ação, deve ser fruto de reflexões profundas de mentes preocupadas com o futuro da própria humanidade. Por outro lado quanto mais ocorrer este desenvolvimento científico, mais, serão os benefícios decorrentes dele. Uma nação consciente desta necessidade promoverá possibilidades em que

³⁵⁹Ver artigo sobre *A Ciência no Brasil*, de MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas, In *Brasiliiana da Biblioteca Nacional – Guia das Fontes sobre o Brasil*, Org. Paulo Roberto Pereira, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001, p.529.

³⁶⁰“A primeira instituição nacional de história natural a ser criada foi o Jardim Real, mais tarde chamado de Real Jardim Botânico. Esperava-se aclimatar aqui plantas estrangeiras para seu uso no Brasil e pela sua beleza. O chá foi plantado e vendido no Rio, embora a experiência não durasse. A cultura e o estudo das plantas nativas brasileiras foram negligenciadas por longo tempo.” Cf. STEPAN, Nacy, *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira*, São Cristóvão, Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1976, p. 39.

recursos de ordem financeira serão destinados para que pesquisadores atuem nas diversas áreas do conhecimento. Quais deveriam ser as preocupações dos governos? Como poderiam auxiliar as populações que dependem dele? O investimento, portanto se dá no campo educacional, social e da saúde. Possibilitando desta maneira uma melhor condição de vida para as pessoas.

No Brasil a quase inexpressiva presença da ciência é facilmente percebida nos conteúdos autorizados pelo governo que fazem parte inseparável da primeira e segunda formação daqueles que ingressam nas escolas. Nos ciclos iniciais de educação infantil, exceto uma ou outra informação sobre as origens do universo e do homem, o que se tem, é um amontoado de informações desconexas que não levam a lugar algum e está longe de chamar a atenção dos primeiros receptores. Seqüencialmente, no fundamental e ensino médio, a confusão que se estabelece, a impressão que se tem, é mesmo para que o alunado brasileiro nunca se desperte para este domínio de conhecimento. Seria mais prudente descobrir, a partir de estudos mais aprofundados o porquê desta tradição? Infelizmente não encontramos tempo nesta pesquisas para alcançar as origens desta deformação.

Provisoriamente, segundo Ricardo Ferreira “a ciência deve ser definida como esforço humana para compreender a natureza. E com esta finalidade este domínio chegou exageradamente atrasada no Brasil.”

É muito significativo aquilo que Nancy Stepan aponta como elementos que obstaculizaram o desenvolvimento da ciência no Brasil:

“A ciência no Brasil, acompanhou em grande parte o padrão já descrito para a América Espanhola. Os mesmos fatores que operaram na América Espanhola para limitar a ciência – a má qualidade da ciência do país transmissor, uma política de imperialismo cultural nos séculos XVII e XVIII e a falta de um rompimento decisivo com as tradições colônias na época da independência – ajudaram a modelar a evolução da ciência colonial no Brasil”.³⁶¹

³⁶¹STEPAN, Nacy, *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira*, São Cristóvão, Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1976, p. 32.

Acima foi enfatizado que o Brasil é filho de Portugal. Seguindo esta constatação este trabalho acompanha principalmente as conclusões de Stepan que escreve sobre a “má qualidade de ciência no país transmissor”. Não se trata, aqui, de uma elucubração irresponsável, pelo contrário, a afirmação é categórica, e mesmo não contendo todos os elementos explicativos para o baixo e tardio desenvolvimento das ciências no Brasil, oferece uma base argumentativa irretocável.

Evidente que falar sobre ciências, e seu estabelecimento no Brasil, é falar de Portugal, país transmissor, e sua relação com a cultura. Esta aproximação da cultura portuguesa que a tese propõe como elemento para explicar o fraco e tardio desenvolvimento da ciência no Brasil, não ultrapassará o século dezesseis, e mesmo assim apenas destacando em tópicos os principais acontecimentos daquela sociedade.

No século dezessete (XVII) nos países do Norte da Europa o pensamento moderno já se encontrava em pleno desenvolvimento. Era destacável uma “nova atitude intelectual”. Esta nova atitude intelectual constituía-se principalmente em reação ao dogmatismo e à intolerância. Destacou-se como filho desta época, devido a sua maneira diferenciada de pensar, o humanista “Erasmus”, e seqüencialmente este momento encontrou ecos entre os anos de 1650-1800. Este período histórico seria conhecido como a era da razão, início da modernidade.

Dentre inúmeras ênfases desse momento destaca-se: a liberdade e dignidade humana, investigação científica, questionamentos das autoridades e o ceticismo. Foi, neste momento, que se destacaram: René Descartes (1650), John Locke (1704), George Berkeley (1753), David Hume (1776) e Isaac Newton (1642-1727). Novos conceitos de religião inauguraram-se. Constata-se, também, o início do Deísmo como religião natural ou racional. Não se tratava apenas de mais um gosto por algo exótico, nascia uma nova e diferente religião.

O Deísmo se apresentou como uma religião natural ou racional. Em seu credo destacavam-se as seguintes convicções: Deus (Um Ser supremo Impessoal); valores éticos, bondade humana, progresso, recompensa ou punição futura, suficiência da razão, tolerância religiosa. Negação da trindade: Cristo (foi apenas um grande mestre), não cria nos milagres e nem nos dogmas. Com fortes tendências deste movimento encontravam-se: Voltaire (1778); Rousseau (1778); Benjamin Franklin (1790),³⁶² Thomas Jefferson (1826), John Adams (1826). Estes personagens encontravam-se com as tendências do “*Aufklärung*” ou “*Enlightenment*” que os encaminham conscientemente a aplicar a lei da razão aos vários aspectos da vida individual e coletiva.

Do que foi descrito acima muito pouco se observou em Portugal. As consideradas idéias portadoras de modernidades não foram fecundadas nos países Ibéricos. Segundo Antero de Quental em seu discurso no Casino em Lisboa no ano de 1871, (*Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*)³⁶³ a razão dessa ausência era de responsabilidade das ações do catolicismo, utilizando as afirmações do Concílio de Trento³⁶⁴ como antídoto aos ideais protestantes. O Marques de Pombal,³⁶⁵ o todo poderoso ministro de Dom Jose I,³⁶⁶ mais de um século antes de Quental, chegou às mesmas conclusões.

Recentemente Portugal enfrentou seríssimas dificuldades para fazer parte do “Mercado Comum Europeu”. O que muito pesou foi seu fraco desempenhos em termos de desenvolvimento. Portugal procura com muito esforço recuperar uma rica tradição perdida. Focalizando um pouco mais a cultura portuguesa o

³⁶²Benjamin Franklin, revolucionário condenado à morte pelo rei Jorge III, foi também um dos fundadores da ciência da eletrostática.

³⁶³QUENTAL, Antero de, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Lisboa: Guimarães Editores, 2001.

³⁶⁴“O Concílio de Trento (1545-1563) formulou, entre muitos, decretos que rejeitaram explicitamente as doutrinas protestantes; oficializou o tomismo; a Vulgata. Utilizou-se de instrumentos como: o índice de livros proibidos (1559) e a Inquisição. Grandes obras missionárias foram desenvolvidas pelos franciscanos, dominicanos e jesuítas no oriente e nas Américas.”

³⁶⁵FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa: Livraria Bertrand, 1987.

³⁶⁶AZEVEDO, João Lúcio de, *O Marquês de Pombal e Sua Época*, São Paulo: Alameda, 2004.

objetivo é trazer maiores e melhores esclarecimentos sobre o lento desenvolvimento no campo das ciências com fortes reflexos no Brasil.

Antero de Quental em seu discurso recorda os períodos da história em que Portugal se colocava entre as nações mais desenvolvidas com grandes tecnologias do domínio da fabricação de embarcações, que seriam indispensáveis para os grandes empreendimentos marítimos que se sucederiam no fim do século XV e início do século XVI. Historiadores são unânimes em considerar que a situação econômica de Portugal no início do século XVI não era das melhores. Levando os príncipes a contraírem dívidas, devido a grandes somas de investimentos que eram recebidos como empréstimos. Capítulo interessantíssimo da história recorda os investimentos obtidos pelos contratos feitos com os “templários” e outras sociedades com reservas financeiras suficiente para oferecerem empréstimos aos reis portugueses.

Fica evidente que no caso brasileiro, as expedições chefiadas por Pedro Álvares Cabral só se tornaram possível graças a empréstimos altíssimos contraídos com credores que no momento oportuno cobriam seus valores com juros e correções. O período destacado (século XVI) inaugura uma fase em que a toda poderosa nação portuguesa deixará de ser, usando uma expressão atual, pró-ativa para viver de rapinagens. Neste período o que muito importava para Portugal era manter os estoques das metrópoles excessivamente abastecidos, sem muito se importar com as condições com que estes produtos eram obtidos. Lamentavelmente os portugueses empenham-se em seguir um dos caminhos mais irracionais não seguidos por outras nações desenvolvidas na modernidade, que foi o do aprisionamento dos homens e brutalizando-os forçosamente com o trabalho escravo.

Esta fase na história de Portugal e suas coloniais aos poucos têm sido desvendadas graças ao empenho de professores e estudiosos do assunto. Que voltam seus olhares para as dificuldades dos africanos, não só com interesse puramente acadêmico, mas acima de tudo, por ser parte integrante da formação da cultura brasileira. Esta atitude de Portugal é indicada como um

mal daqueles que é praticamente irreparável nas relações humanas. Abriu-se mão do livre exame, das tecnologias, das ciências, dos livros, das universidades e de centros de preparação, pela opção de sobreviverem no ócio. Brazilianistas³⁶⁷ afirmaram que se o Brasil se movimentava isto era graças ao empenho dos negros. Desde a mãe de leite até os responsáveis pelos bens econômicos aqui produzidos.

Provavelmente Nancy Stepan ao se referir a “má qualidade da ciência do país transmissor” levou em consideração todos estes e outros elementos da cultura portuguesa. Quando estas práticas que não poderiam ser mais que práticas circunstanciais tornaram um comportamento permanente daquele povo, não se esperaria outros resultados se não aqueles que identificaram e localizaram tanto Portugal quanto Brasil como países que apresentavam os maiores índices de atrasos do ocidente.

“A Igreja Católica a princípio não se opôs aos primeiros movimentos da Revolução Científica. Copernicus (1473-1543), que destronou a Terra como centro do Universo, era um Cônego do norte da Polônia, e Pascal (1623-1662) converteu-se ao catolicismo aos 23 anos. Contudo, a partir da época do julgamento de Galileu, em 1633 (ano em que Pernambuco estava sendo ocupado pelas forças da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais), a Igreja colocou-se em oposição ao espírito da livre indagação, característico da Revolução Científica. O raciocínio por detrás desta oposição parece ter sido o seguinte: a livre discussão a respeito da Bíblia deu origem à heresia protestante; o que não poderia dar a livre indagação sobre as leis naturais? A Contra-Reforma se opôs, portanto, ao “Nuovo Cimento”. A Inquisição, braço judicial da Contra Reforma, foi particularmente severa nos países ibéricos, e os novos conhecimentos científicos não puderam expandir-se, quer nas metrópoles, quer nos territórios por elas controlados.”³⁶⁸

Quando, neste trabalho, procura-se identificar os elementos causadores da rejeição que atualmente ocorre sobre o domínio da religião, verifica-se que a religião, no caso português e conseqüentemente no brasileiro, tornou-se,

³⁶⁷Ver BARBOSA, Rubens Antônio, Org., *O Brasil dos Brazilianistas – uma guia dos Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos (1945 -2000)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

³⁶⁸FERREIRA, Ricardo, *Origens da Atividade Científica no Brasil*, p. 1301, IN *Revista Ciência e Cultura*, Volume 30, Número 11, novembro de 1978.

circunstancialmente, um forte impedimento para o desenvolvimento da ciência, aqui, no Brasil.

Esta “má qualidade da ciência do país transmissor” é fortíssimo indicativo que a ciência em Portugal, não conheceu graus maiores de desenvolvimento. Portugal atirou-se em profunda depressão e crise, da qual é dependente até os dias atuais. Recuperar todo este atraso é tarefa das mais difíceis que, porém deve ser tratada e o processo iniciado para a integral recuperação desta nação que outrora foi tão poderosa.

“*Uma política de imperialismo cultural nos séculos XVII e XVIII*”, segundo Nancy Stepan, leva aquele tipo de raciocínio que em termos de autonomia cultural, o Brasil deixa muito a desejar. A reprodução daquelas práticas norteadoras e comportamentos comuns ao povo português, foi aos poucos ocorrendo aqui e tornando-se elemento indispensável para a fraca cultura brasileira na sua formação.

É muito significativo que ainda sem a influência dos decretos de “Trento”, a Espanha, nação impetuosa e poderosa, descobridora de mundos, desenvolveu uma excelente política quanto a produção do conhecimento e o desenvolvimento das ciências em suas recentes colônias americanas. Desde 1551, no México, a Espanha implantou Universidade.³⁶⁹ Em regiões ainda mais ao sul como foi o caso de Lima no Peru, os espanhóis estabeleceram seus centros de excelências. A data da Universidade de Lima é de 1572.³⁷⁰ Após a

³⁶⁹“A colonização pela Espanha começou bem mais de um século antes da inglesa e significativamente, bem antes do início da revolução científica do meio dos séculos XVI e XVII. A conquista das populações nativas e a consolidação da posição dos espanhóis já haviam sido realizadas antes de Copérnico publicar sua *De revolutionibus orbium coelestium* em 1543. A Coroa Espanhola atendeu aos pedidos dos colonos para fundar a primeira universidade no Novo Mundo; a Real e Pontifícia Universidade do México abriu em 1551. Isto foi seguido pelo estabelecimento da Real e Pontifícia Universidade de Lima em 1572, e outras oito universidades foram iniciadas nas colônias inglesas da América. As universidades coloniais espanholas formaram cerca de 150.000 estudantes antes do fim do século XVIII.” (Stepan, 1976, p. 29). Ver GUIMARÃES, J. C. de Macedo Soares, *Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, quanto à interferência do Estado na Universidade.

³⁷⁰Ver datas de outras Universidade medievais em COSTA, Hermisten Maia Pereira da, *Raízes da Teologia Contemporânea*, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004, p. 323.

forte influência de “Trento”³⁷¹ com a crescente vigilância ao livre pensar, o livre exame e a forte censura aos livros e documentos que transmitiam o conhecimento, estes e outros centros foram aos poucos conhecendo um declínio que os levou ao aniquilamento daquela cultura universitária. Impressionantemente é descrito que entre os séculos XVI e XVII os espanhóis formaram cerca 150.000 (cento e cinquenta mil) universitários.

Sem perder o raciocínio o Brasil diferentemente das colônias espanholas, só veio a conhecer Universidade, graças a uma política de monopólio do conhecimento pelos portugueses, apenas na década de 30 do século XX. Enquanto as experiências universitárias nas colônias espanholas ocorreram no século XVI, no Brasil a Universidade se tornou uma realidade em 1930. Tudo que em termos de educação aconteceu no Brasil foi uma pálida reprodução daquilo que era produzido em Coimbra e em Lisboa, as grandes metrópoles portuguesas.

Quando em 1822 o Brasil tornava-se independente de Portugal, esperava-se por parte das novas autoridades um completo desvinculamento com a metrópole. Mas não foi isto que aconteceu. A continuidade permanecia com a manutenção dos mesmos vícios encontrado no período de colonização e enquanto vice-reino. A mais clara reação das populações brasileiras contraria a ligação do Brasil com Portugal e a tendência da manutenção do Império, trouxe muito incomodo principalmente em padres liberais que residiam no nordeste brasileiro. Frei Caneca, executado em 1824,³⁷² foi o maior exemplo deste Brasil insatisfeito e disposto às revoluções. Porém com grandes

³⁷¹“O inicio promissor da ciência na América Espanhola foi interrompido no século XVII pela Contra-Reforma, que resultou de uma ortodoxia intelectual rígida nas comunidades católicas. A ciência cada vez mais se tornou propriedade da Europa Setentrional e dos países protestantes. Com o julgamento de Galileu em 1633 a Igreja colocou-se efetivamente em oposição ao espírito da livre indagação, o centro da revolução científica que então ganhava impulso. A Contra-Reforma foi sentida com força especial na Espanha e em Portugal. Nas colônias Espanholas a autoridade eclesiástica e o privilégio foram estendidos através do controle da igreja, da terra e da educação. Os novos trabalhos científicos muitas vezes foram impedidos de chegar aos colonos através do controle da igreja sobre o fornecimento de livros.” Cf. Stepan, 1976, p. 29.

³⁷²Ver sobre *As novas idéias*, Capítulo II, Livro II, *O Movimento da Independência*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, I – O Processo de Emancipação*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 179.

desproporcionalidades, e sob a direção do Conde dos Arcos, estas revoluções foram completamente banidas do cenário nacional.

Sentia-se que o momento da Independência constituía-se em momento histórico sem precedentes, que poderia favorecer a rupturas com os antigos laços com Portugal e sua elite. Pelo contrario, o que o Brasil passou a ser após a Independência, não era diferente do que foi enquanto colônia.

Que repertório de conhecimento científico Portugal transmitiria para sua colônia Brasileira? Uma vez que os novos conhecimentos e os métodos de investigação científica eram ignorados em Portugal? Portugal sequer serviu de ponte para os novos conhecimentos, que, após reagir em sua sociedade despertariam as mentes dos brasileiros. Esta nação foi incapaz de servir, como condutoras dos novos métodos do conhecimento, pois não os conheceu.

Para Portugal a papel que o Brasil desempenhava para sua economia era fundamental. O Brasil era o sustentáculo econômico³⁷³ português. Nunca como parceiros que dividiriam os lucros. A sua política mercantilista³⁷⁴ sempre considerou o Brasil como simples fonte fornecedora de matérias-primas para exportação. Nada mais.

Esta constatação, juntamente com a questão religiosa³⁷⁵ tornou-se causas da infelicidade e pouco desenvolvimento das colônias portuguesas.

³⁷³“A cultura brasileira era predominantemente agrícola, hierárquica e patriarcal. A persistência da escravatura até 1888 pode também ter contribuído para a sobrevivência de uma sociedade de plantadores que pouco exigia da ciência.” Cf. STEPAN, 1976, p. 40.

³⁷⁴“O que contava, então, para a Metrópole, era que o Brasil produzisse açúcar, que do solo das Minas Gerais se extraísse ouro. Se bem que Gutemberg tivesse inventado a imprensa com tipos móveis em 1455, um decreto real proibia a existência de máquinas impressoras no Brasil, e nem se pensava numa Universidade. A contribuição da gente brasileira, bem como a dos povos de colonização hispânica, para o progresso da Ciência foi indireta: os economistas concordam que, sem a concentração de capital proveniente da exploração desenfreada das colônias, não se teria ampliado na Europa, a partir do final do século XVII, a Revolução Científica, nem teria se iniciado cem anos antes, a Revolução Industrial.” Cf. FERREIRA, Ricardo, *Origens da atividade científica no Brasil*, p. 1301, IN Revista Ciência e Cultura, Volume 30, Número 11, novembro de 1978.

³⁷⁵Sobre a “Questão Religiosa”, ver LACOMBE, Américo Jacobina, *Ensaio Brasileiro de História*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

Ao chegar neste ponto da pesquisa o trabalho se inclina consideravelmente a defender que tanto no período colonial, no vice-reino, quanto no Primeiro e Segundo Império, exceto raras exceções pessoais, o Brasil não pôde desenvolver as ciências, pois Portugal provocou uma blindagem e uma impermeabilização ao conhecimento científico e ao exercício da ciência pura.³⁷⁶ O período de 1580 a 1640 marca a forte combinação de forças entre os Ibéricos. A União Ibérica³⁷⁷ aconteceu graças à falta de sucessores ao trono português. Uma vez que Dom Sebastião,³⁷⁸ o jovem e imprudente Rei de Portugal, caiu e desapareceu em batalha contra os Árabes, seu tio, já velho, assumiu o trono de Portugal. Com a morte destes soberanos, a casa dos Felipes da Espanha reivindicou e assumiu o trono. Com isto formou-se a União Ibérica. O Brasil que se encontrava no meio desta colisão de poderes permaneceu por 60 anos (sessenta) como colônia espanhola.

Como retribuição a tantos males que a Espanha havia provocado à Holanda no período que os espanhóis dominaram os países baixos, a Holanda aparecia no cenário americano³⁷⁹ com a objetiva intenção de dar um basta às pretensões

³⁷⁶Na realidade o desenvolvimento da Ciência não ocorreu de maneira inteiramente uniforme nas várias colônias ibero-americanas. Em alguns casos, condições econômicas particulares condicionaram uma razoável atividade científica. Um exemplo típico ocorreu no México. Naquele país, foi fundado, em 1792, um notável “Colégio de Mineria”, que desempenhou importante papel no desenvolvimento da Química Inorgânica. Seu primeiro diretor, Don Fausto de Elhuyar (1755-1833), foi o descobridor do metal tungstênio, que ele encontrou ao analisar o mineral wolfranita, em colaboração com seu irmão Don Juan José. Don Fausto também descobriu uma técnica de obtenção da platina maleável (1786). Seu sucessor na direção do Colégio de Mineria, Don André del Rio (1764-1849) descobriu o elemento vanádio. A grande importância econômica da mineração levou a Coroa Espanhola a estimular o estudo da Química inorgânica e, quando Humboldt visitou o México em 1803, ficou admirado de ver o grande número de jovens mexicanos que conheciam os últimos progressos da Química. Fatos como este mostram que a intolerância da Igreja Católica sabia se amoldar às realidades econômica, e que não pode ter sido o único fator no atraso científico dos países ibero-americanos. Cf. Ricardo Ferreira, *Origens da atividade científica no Brasil*, p. 1301, IN *Revista Ciência e Cultura*, Volume 30, Número 11, novembro de 1978.

³⁷⁷BOXER, Charles R., *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica 1440 – 1770*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2007; Ver sobre a União Ibérica e sua influência no Brasil, GUEDES, Max Justo, *Segurança da Navegação nos Séculos XVI – XVIII: Navios Artilhados, Frotas e Comboio*, In *História Naval Brasileira*, 2º Volume, Tomo II, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, p. 57.

³⁷⁸Ver MEGIANI, Ana Paula Torres, *O Jovem Rei Encantado – Expectativas do Messianismo Régio em Portugal*, Século XIII a XVI, São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

³⁷⁹Ver sobre a *As Guerras Holandesas no Mar* em GUEDES, Max Justo, In *História Naval Brasileira*, 2º Volume, Tomo I-A, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1990, p. 9.

econômicas da Espanha. Daí, na Holanda, a criação da forte empresa conhecida como a Companhia das Índias Ocidentais. Esta empresa e empreendimento econômico, rapidamente elegeram as costas brasileiras para dominar. Com o incentivo que era a dominação espanhola naquela região. Em 1624 Olinda e Recife caíram diante das forças holandesas.³⁸⁰ O período dos holandeses no Brasil foi de 1624 a 1654.³⁸¹ O momento mais celebrado nesta dominação foi entre 1637 a 1644 quando permaneceu no Brasil o príncipe Maurício de Nassau.³⁸² Existem relatos dos mais significativos e originais, tanto no Brasil quanto na Holanda, da permanência deste povo em solo brasileiro. O momento histórico é tido como um dos mais importantes para o nordeste³⁸³ em termos de desenvolvimento e cultivo da cultura. O erudito historiador brasileiro José Honório Rodrigues em sua excelente obra *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, de 1949, presta excepcional contribuição aos estudiosos deste período ao classificar 1098 títulos de documentos e livros relativos à permanência dos batavos no Brasil.³⁸⁴ Durante a permanência dos

³⁸⁰“Um momento particularmente rico e pouco estudado de nosso passado religioso foi o do período holandês em Pernambuco, entre 1630-1654, em especial porque foi o único em que católicos, calvinistas e judeus conviveram livremente no Brasil colonial. Os calvinistas, de diversos matizes, chegaram a estabelecer um Sinodo, dois presbitérios e mais de 22 congregações, nos anos de 1640. Os judeus portugueses vieram de Amsterdã e fundaram duas sinagogas, uma no Recife, outra em Maurícia, e conseguiram converter muitos cristão-novos à religião dos ancestrais. Os católicos ali permaneceram com o aval dos holandeses, à exceção dos jesuítas. Faziam suas procissões e festas para desespero dos ministros protestantes.” Cf. VAINFAS, Ronaldo In *Caderno Mais* da Folha de São Paulo, 28/11/2004.

³⁸¹“Sob a liderança do Príncipe Maurício de Nassau, na colônia holandesa de Pernambuco no Nordeste, certo número de cientistas foram trazidos para o Brasil entre 1630 e 1654. O primeiro observatório foi estabelecido no Novo Mundo sob o patrocínio do príncipe. O naturalista George Marcgrav e o físico Wilhelm Piso começaram um estudo sistemático da fauna e da flora brasileira. O trabalho deles resultou na publicação em 1648, da grande *Historia Naturalis Brasiliense*. A expedição holandesa com a ciência no Brasil terminou em 1654, quando os holandeses foram expulsos do Brasil pelos portugueses.” Cf. STEPAN, 1976, p. 33.

³⁸²Ver Capítulo V, Livro IV, *O domínio holandês na Bahia e no Nordeste*, In *História Geral da Civilização Brasileira* – vol. I, *A Época Colonial – Do Descobrimento à Expansão Territorial*, Direção de HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 235.

³⁸³Ver artigo sobre *O Brasil dos Holandeses*, de GESTEIRA, Heloísa Meireles, In *Brasiliense da Biblioteca Nacional – Guia das Fontes sobre o Brasil*, Org. Paulo Roberto Pereira, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001, p. 189.

³⁸⁴José Honório Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949; José Antonio Gonsalves de Mello, Neto, *Tempo dos Flamengos – Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*, Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Jose Olympio Editora, 1947; Ronaldo Vainfas,

holandeses³⁸⁵ aqui no Brasil foi patrocinado fundação do primeiro observatório astronômico das Américas. Dois holandeses, Marcgrav e Piso³⁸⁶ iniciaram um estudo sistemático da fauna e flora da região. Este estágio laboratorial de experiências holandesas no Brasil conheceu a decadência total no ano de 1654, com as guerras de Guararapes.

Na história do Brasil, o século XVIII se constitui um dos períodos mais obscuros entre os demais. É marcado, principalmente pela expulsão da Companhia de Jesus do solo português e do brasileiro (1759-1760). Esta situação foi matéria discutida no primeiro capítulo desta pesquisa. Resgatando rapidamente a questão, destaca-se que em termos de Portugal, o Marquês de Pombal, resolveu o problema substituindo os jesuítas pelos oratorianos, porém em termos de Brasil a solução não foi exatamente a mesma. O Brasil ficou sem os jesuítas.

Logo após a chegada da família Real no Brasil (1808), de uma forma tênue a sociedade acompanhava com expectativas³⁸⁷ o que em termos de benefícios a corte portuguesa contribuiria. No entanto, as relações com a Metrópole portuguesas como foi dito acima não se alterou.

“A vinda da corte de D. João VI,³⁸⁸ para o Brasil (1808), com a conseqüente abertura dos portos³⁸⁹ aos navios das “nações amigas”, a fundação das

Traição – Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição, São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

³⁸⁵Ver MELLO, Evaldo Cabral de, *O Negócio do Brasil – Portugal, Os Países Baixos e o Nordeste (1641 - 1669)*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

³⁸⁶Ver sobre *A Historia Naturalis Brasiliensi*, Capítulo V, Livro III, Explorações Científicas, In *História Geral da Civilização Brasileira*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, vol. I, *A Época Colonial – II Administração, Economia e Sociedade*, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1973, p. 161.

³⁸⁷“O Museu Imperial de 1818 foi fundado em parte devido ao interesse na história natural despertado pelo trabalho dos naturalistas estrangeiros e em parte por imitação cultural dos grandes museus de história natural da Europa. Seu objetivo era generalizar os conhecimentos e o estudo da história natural no Reino” Cf. STEPAN, 1976, p. 39.

³⁸⁸Ver artigo sobre *D. João VI no Brasil*, de MARTINS, Ismênia de Lima, In *Brasiliiana da Biblioteca Nacional – Guia das Fontes sobre o Brasil*, Org. Paulo Roberto Pereira, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001, p.205.

primeiras escolas médicas do país (no Rio de Janeiro e na Bahia), do Jardim Botânico e do Museu Imperial, não altera no seu fundamento as relações colônia-metrópole, passando o mundo luso-brasileiro ao controle econômico da Inglaterra.”³⁹⁰

Neste momento o Brasil já acolhia indivíduos e organismos com grandes interesses científicos na sua flora, minérios e fauna. O país tornava-se passagem obrigatória para determinados naturalistas europeus e americanos. Começam a chegar e promovem expedições que na maioria das vezes proporcionavam algum tipo de conhecimento. Para muitos, o Brasil por sua exuberância natural e seu tamanho continental, constituía-se em precioso laboratório que dificilmente teria um rival. Pesquisadores como: Saint-Hilaire (1816), Spix e Martius (1825), Darwin, Wallace, Bates e Agassiz (meados do século XIX), passaram anos fazendo grandes descobertas e catalogando uma infinidade de espécimes.

Conforme Ricardo Ferreira, luso-brasileiros como Alexandre Rodrigues Ferreira (1783) e Frei José Mariano da Conceição Veloso (1799-1811), foram observados fazendo pesquisa por aqui.

José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838)³⁹¹ deve ser reconhecido como um dos muitos brasileiros esclarecidos que não tinham dificuldade de perceber a grande importância da investigação científica, do aprimoramento do conhecimento físico da nação, para o pleno desenvolvimento do país.³⁹² Além

³⁸⁹Ver OLIVEIRA, Luís Valente de, RICUPERO, Rubens, Orgs. *A Abertura dos Portos*, São Paulo: SENAC/São Paulo, 2007.

³⁹⁰Cf. FERREIRA, Ricardo, *Origens da Atividade Científica no Brasil*, p. 1301, IN *Revista Ciência e Cultura*, Volume 30, Número 11, novembro de 1978.

³⁹¹Na realidade, os revolucionários da primeira metade do século passado (XIX) no Brasil, os de 1817, os da Confederação do Equador (1824), os da Praia (1848), todos eles incluíram o “progresso das Ciências”, nas suas agendas reivindicatórias. Derrotados nas suas insurreições pelo Governo Central, aliado às oligarquias locais, não puderam pôr em prática os seus programas e, infelizmente, na História o que poderia ter sido não tem significado. Ver SILVA, José Bonifácio de Andrada e, *Projetos para o Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

³⁹²Ver sobre *A industrialização durante a República Velha*, Capítulo II, Livro II, *Economia e Finanças nos Primeiros Anos da República*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. III, O

de um exímio político, com dotes muito particulares, José Bonifácio foi além de “mineralogista e químico, treinado nos melhores laboratórios da Europa, descobriu, numa expedição à Suécia, os primeiros minerais de lítio descrito na literatura, o espodumênio e a petalita. É assim o único brasileiro citado no conhecido livro de Mary E. Weeks, *The discovery of the elements*. Nos seus planos para um Brasil independente, José Bonifácio contava com uma Ciência que cresceria com o país.”³⁹³

Outro aspecto a ser observado, diz respeito ao que o Brasil consumia em termos de ciência e tecnologia no século XIX.³⁹⁴ Se por um lado a matriz lusa foi ineficaz para produzir livres pensadores e homens de notório saber,³⁹⁵ muito fragmentariamente os brasileiros consumiam determinados produtos fruto de uma industrialização não nacional. Sendo assim, a questão que se levanta é aquela que aponta para saber das origens destes conhecimentos e produtos que por aqui eram comercializados. Como a sociedade brasileira ainda não tinha capacidade técnica nem científica para colocar produtos que facilitariam a vida de camponeses e dos que viviam na cidade, a solução foi desenvolver uma política de importação em que produtos da Europa, principalmente da França³⁹⁶ e Inglaterra seriam esparramados por todos os lados.

Brasil Republicano, I – Estruturas de Poder e Economia (1889 – 1930), Direção Geral FAUSTO, Boris, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1975, p. 249.

³⁹³ FERREIRA, Ricardo, *Origens da atividade científica no Brasil*, 1978.

³⁹⁴ VARGAS, Milton, Org., *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Centro Estadual de Educação Tecnologia Paula Souza, 1994; TELLES, Pedro Carlos da Silva, *História da Engenharia no Brasil – Século XX*, Rio de Janeiro: Clavero Editoração, 1984-1993.

³⁹⁵ “Muitos imigrantes atraídos do sul da Itália e não tinham instrução nem habilidades técnicas. Eles foram rapidamente absorvidos pelas estruturas sociais existentes. A indústria, também, desenvolveu-se vagarosamente, retardada em parte pela falta de leis de responsabilidade limitada antes de 1888. A educação secundária era um privilégio gozado por poucos, não um direito de muitos. A ênfase na educação era mais literária do que científica, refletindo o interesse das elites. Se a ciência não se desenvolveu no Brasil do Século XIX, em resumo, foi porque atribuiu-se pouco valor ao estudo da ciência por si mesma, e a industrialização ainda não havia progredido até o ponto onde pudesse proporcionar novas fontes de apoio para a ciência utilitária e prática. Cf. STEPAN, 1976, p. 41.

³⁹⁶ “A nova legislação de 1832 levou à criação formal de duas Escolas de Medicina, cada uma com 14 professores e seis professores substitutos, e com um currículo acadêmico que seguiu de perto o modelo da Faculdade de Medicina de Paris.” Cf. STEPAN, 1976, p. 36.

Foi comum no século XIX considerar os hábitos de consumo dos brasileiros muito parecidos com os hábitos de consumo na França. Produtos franceses, como perfume, roupas, chapéus, livros e jóias eram comercializados com naturalidade. Isto aponta para uma direção em que o leitor poderá perceber que muito da cultura letrada francesa foi consumida de maneira sobeja. Tanto é verdade que em pleno século XX, na Universidade de São Paulo em suas origens tivemos infinitas aulas sobre Comte e outros teóricos, em francês refinado e com estilo. Nossos jovens intelectuais que primeiro povoaram a USP (1934) falavam o francês com tanta naturalidade que os professores franceses³⁹⁷ ficavam admirados da fluidez de cada um. A França se constituiu para o Brasil, neste particular, como uma das mais importantes fontes importadora de conhecimentos e costumes.

Muito mais que apenas retórica, a recuperação histórica dos hábitos científicos do Imperador D. Pedro II³⁹⁸ é importante para esta pesquisa. Leva-se, aqui, em consideração seu grande apego aos temas ligados às novas concepções de mundo e aos novos métodos científicos já bastante usados nos Estados Unidos e na Europa. Muito mais que apenas observador, este Imperador brasileiro fazia viagens e expedições pela Europa e África aprimorando seus níveis de conhecimento. Há registros que apontam o grande interesse que as ciências despertavam no seu cotidiano. Há quem diga que aquele interesse não era próprio de um brasileiro, mas evidências de seu sangue europeu.

Com capacidades científicas mais aprimoradas que a do Imperador D. Pedro II, o maranhense Joaquim Gomes de Souza (1829-1863), publicou na França trabalhos originais em Análises e em Física Matemática.

Exemplos dos mais significativos para a ciência brasileira é o caso de Jorge Tibiriçá. “Sob a orientação do grande químico Victor Merz, Jorge Tibiriçá

³⁹⁷Ver HAMBURGER, Amélia Império, et. Al., Orgs. *A Ciência nas Relações Brasil – França (1850-1950)*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 1996.

³⁹⁸MARTINS, Luís, *O Patriarca e o Bacharel*, São Paulo: Alameda, 2008.

trabalhou na síntese do ácido fórmico pela reação de monóxido de carbono com soda cáustica em fusão. Doutorou-se em 1879 com uma notável tese, e o *método de Merz-Tibiricá* ainda hoje é usado pela indústria química. É curioso saber o que aconteceu a Jorge Tibiriçá ao voltar ao Brasil em 1880. Tornou-se, no começo deste século, governador do Estado de São Paulo!

Quando no Brasil foi possível observar algum desenvolvimento no início do século XX, é fundamental que se observe que estas mudanças só foram possíveis através de tecnologia de desenvolvimentos vindas indiscutivelmente dos países estrangeiros. Um caso a ser estudado são, segundo Ricardo Ferreira, as mudanças ocorridas nos procedimentos para a obtenção do açúcar nas regiões do nordeste brasileiro. Ao se constatar as significativas mudanças de práticas arcaicas sendo substituídas por novíssimas tecnologias³⁹⁹ de produção, sabia-se que estas novas tecnologias, não foram frutos de estudos profundos cujos resultados estavam sendo implantados para o bom funcionamento das máquinas e evidentemente para a melhoria da produção. Pelo contrário, tratava-se de novos procedimentos, porém completamente estrangeiro.

Esta ocorrência seguiu-se por todos os setores produtivos e industriais, tanto no campo como nas cidades. Ao entrar no século XX o Brasil, sem nenhum acanhamento é um dos maiores consumidores de ciências importadas.

Gosto da lógica de Ricardo Ferreira quando em seu artigo aponta para aquelas que foram calamidades nacionais em termos de infecções que estavam dizimando populações inteiras, na corte e nos mais remotos cantos do Brasil. Constituíam-se em calamidades públicas que se não fossem resolvidas e impedidas trariam graves seqüelas a sociedade brasileira. Muito recentemente, instituições de grande respeitabilidade acentuavam o fato que o Brasil era considerado um dos piores países em termos de infecções endêmicas. As ininterruptas epidemias de febre amarela e pestes bubônicas dizimando cidades inteiras foram às principais causas responsáveis para que as primeiras políticas de saúde começassem a acontecer. Agora, o Brasil, parece se

³⁹⁹MOTOYAMA, Shozo, Org., *Prelúdio para Uma História – Ciência e Tecnologia no Brasil*, São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004

despertar para um desenvolvimento científico produtivo e capaz de oferecer resoluções caseiras para os problemas internos do país sem que precisasse da interferência de conhecimentos das outras nações.

Foi dentro deste contexto que se encontram as duas instituições que iriam marcar época na história da bacteriologia e da medicina experimental no Brasil: O Instituto Soroterápico de Manguinhos, no Rio, e o Instituto Bacteriológico de São Paulo.

Foi sob o comando de Oswaldo Cruz (1872-1917) que o Instituto Manguinhos, fundado em 1900, deu início a uma das mais bem sucedidas escolas de Medicina Tropical e ao mesmo tempo, este instituto foi o responsável pelas grandes campanhas sanitárias contra a peste Bubônica e a febre amarela.

Reconhecidamente, cabe a consideração, que aquele foi historicamente o momento da institucionalização da Ciência no Brasil.

Oswaldo Cruz conseguiu mostrar toda sua capacidade e engenhosidade, graças a importância que dava a investigação científica, com profundo senso de organização, possivelmente adquirido no Instituto Pasteur de Paris, foi capaz de construir um dos melhores laboratórios de pesquisa médica e bacteriológica como também, capacidade para dirigir o laboratório responsável pela fabricação de vacinas contra a peste bubônica. As tais doenças praticamente foram erradicadas da região do Rio de Janeiro.

Dada a importância deste personagem para este estudo, pois com ele se obtém a visibilidade da instalação de um centro capaz de lidar com a ciência pura e o método científico, se introduz um breve relato de sua experiência profissional frente a Institutos brasileiro. Afirmamos que as informações que este trabalho oferece em seguida, sobre Oswaldo Cruz e Carlos Chagas foram transcritas de Dicionário Especializado, com fonte indicada, para que o leitor possa consultar.

Oswaldo Cruz (1872-1917).⁴⁰⁰

As contribuições de Oswaldo Cruz para a saúde pública e para a medicina foram estreitamente interligadas. Como sanitarista do Rio de Janeiro, livrou a cidade da febre amarela e da peste bubônica; como diretor do que ficou conhecido como Instituto Oswaldo Cruz, criou o primeiro importante centro de pesquisa médica do Brasil. Sua carreira, portanto, é de considerável relevância para os estudiosos interessados nos processos das ciências em países em desenvolvimento.

Oswaldo Gonçalves Cruz era filho de Bento Gonçalves Oswaldo Cruz, médico atuante em trabalhos de saúde pública durante o governo imperial. Em 1877 a família mudou-se para o Rio de Janeiro, onde Oswaldo Cruz freqüentou a Faculdade de Medicina, completando seus estudos obrigatórios em 1892 com uma tese sobre bactérias existentes na água. Foi para Paris em 1896, onde pode continuar os estudos em medicina experimental, trabalhando em diversas instituições, das quais a mais importante foi o Instituto Pasteur. Oswaldo Cruz também se especializou no campo clínico da urologia; porém, como escreveu a um amigo, detestava a medicina clínica, planejando usar seu treinamento em microbiologia, patologia, histologia e química para montar um laboratório no Brasil onde realizaria diagnósticos médicos. Oswaldo Cruz retornou ao Rio de Janeiro no outono de 1899. Sendo um cientista altamente qualificado, assim como um nacionalista convicto, acreditava firmemente que a ciência poderia desempenhar um papel importante em sua terra natal.

Carlos Chagas (1879-1934).

Carlos Ribeiro Justiniano Chagas foi o primeiro filho de um cafeicultor cuja família partiu de Portugal e chegou ao Brasil por volta de meados do século XVI. O tio-avô paterno, João das Chagas Andrade, era médico, assim como o irmão da mãe. Este último, Carlos Ribeiro de Castro, graduou-se na Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 1888 e, no início dos anos 1890, fundou em

⁴⁰⁰STEPAN, Nancy, *Oswaldo Cruz*, In *Dicionário de Biografias Científicas*, Organizador, Charles Coulston Gillispie, volume I, Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 549-551

Oliveira um hospital, no qual foram empregados pela primeira vez no Brasil os métodos de *Lister*. Este jovem cirurgião exerceria uma enorme influência sobre o sobrinho.

Em 1914, Chagas matriculou-se na Escola de Minas, na antiga capital do Estado de Minas Gerais. Tendo caído enfermo em 1895, passou algum tempo em Oliveira, onde, sob a influência do tio, decidiu abraçar a profissão médica. Iniciou os estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1896 e terminou o curso em 1902. Obteve o grau de médico em 1903 com a conclusão de uma tese, "*Estudos hematológico do impaludismo*", no Instituto Oswaldo Cruz.

Quando estudante, os principais interesses de Chagas eram a malária e a febre amarela que, na época, eram endêmicas no Rio de Janeiro. Familiarizou-se com os métodos laboratoriais de diagnóstico da malária, método introduzido no Brasil por seu principal professor, Francisco Fajardo.

Em 1907, Chagas tornou-se membro efetivo em tempo integral do Instituto Oswaldo Cruz. Sua amizade com o fundador dessa instituição, que terminaria apenas com a morte de Cruz em 1917, foi uma importante influência em sua carreira. Nos primeiros anos de seu exercício profissional, Chagas firmou-se como clínico geral no Rio de Janeiro.

Acentuadamente, determinadas compreensões do desenvolvimento do homem enquanto indivíduo e enquanto sociedade, passaram a fazer parte das discussões de intelectuais brasileiros, que sem constrangimento ensinavam que o principal motivo pela desordem social e desorganização das estruturas sociais devia-se fundamentalmente ao fato de ser o brasileiro uma mistura de três raças de matrizes diferentes, que provocaram como resultado, um homem inferiorizado diante das raças menos misturadas que preservavam uma identidade eugênica.

Ficava evidente que o domínio de conhecimento relacionado às ciências biológicas passava a sobressair os demais domínios, mas ao mesmo tempo ele

foi capaz de contribuir, diante dos prodigiosos avanços e sucessos das ciências naturais, para que pesquisadores de outras áreas deixassem de conceber o determinismo para o fracasso provocado pela questão da raça miscigenada.

Neste sentido os brasileiros puderam perceber que a ciência se constituía em uma válvula das mais significativas para, juntamente com outros domínios, proporcionalizar um efetivo desenvolvimento científico em meio à sociedade brasileira. Progressivamente abandonava-se a indiferença dos brasileiros para com a ciência.

Críticos apontam que nos anos 20 do século XX ocorreu uma incipiente industrialização muito provavelmente provocada pela primeira Guerra Mundial. O Brasil, porém, insistia como grande produtor de matérias-primas para os países industrializados.

Quando o Presidente Epitácio Pessoa⁴⁰¹ demonstrou interesse na criação da Universidade, este interesse não se dá pelo valor do conhecimento em si e da ciência entre os brasileiros, mas simplesmente, porque queria outorgar um diploma de Doutor *Honoris Causae* ao Rei Alberto I da Bélgica, que nos visitava em 1922.

Numa proporção cada vez maior o nível do ensino de ciências básicas era considerado de regular para bom na Escola de Engenharia do Rio de Janeiro, na Politécnica de São Paulo e na Escola de Engenharia de Pernambuco.

⁴⁰¹“No entanto, apesar deste “despertar”, a ciência brasileira em 1900 ainda se conformava ao padrão colonial descrito por Basalla. O meio científico era acanhado e nenhuma parte da estrutura educacional ou científica do Brasil podia produzir ou reinar cientistas de pesquisa de forma sistemática. A originalidade na ciência era ainda resultado do esforço individual, da educação européia e, muitas vezes, da fortuna pessoal. A falta de fundos para viajar à Europa a fim de melhorar a formação e aumentar os contatos com os que estavam na vanguarda da investigação científica, e as barreiras criadas pela língua portuguesa (algumas vezes chamada de “túmulo” do pensamento porque muitas obras escritas nela ficavam inacessíveis aos estudiosos) eram outros empecilhos. A institucionalização dos valores científicos estava longe de ser completa, especialmente nas burocracias do governo que administravam as instituições científicas. Muitos problemas tiveram que ser enfrentados antes que a tradição colonial pudesse começar a ser substituída por uma fase mais independente e produtiva da ciência.” Cf. STEPAN, 1976, p. 49.

Professores como Oto de Alencar, Amoroso Costa, Teodoro Ramos e Luiz Freire, não economizaram esforços para a sociabilização do conhecimento.

Não restava para o Brasil qualquer alternativa senão aquela que se constituía em tomadas de decisões a fim de produzir o desenvolvimento científico e industrial capazes de fornecer as populações soluções e implementar o setor produtivo econômico. Estas medidas, já bastante defasadas e atrasadas,⁴⁰² seriam responsáveis em tornar as produções competitivas no grande e volátil mercado de consumo.

A conjuntura observada não traria em curto prazo soluções aplicáveis que responderiam àquela situação nacional. Foi neste contexto, que Armando de Salles Oliveira,⁴⁰³ assume o governo no Estado de São Paulo. A menção de Armando de Salles Oliveira neste momento deste trabalho é significativa pois, como foi dito anteriormente e será melhor descrito no próximo tópico deste capítulo, foi ele personagem dos mais importante para a retomada de uma efetiva idéia que ganharia muitos simpatizantes quando idealizaram para São Paulo, não só a liderança em termos político, fato esse comprometido naquele instante pela derrota de São Paulo pelas forças getulista, mas a liderança em termos de inteligência.

⁴⁰²“Nas três últimas décadas do século, ocorreram mudanças na vida social e política da nação que tiveram um efeito sobre a ciência e prepararam o caminho para o desenvolvimento posterior no Século XX. Uma nova geração de intelectuais entrou em evidência na década de 1870 para questionar a eficiência do governo monárquico, a moralidade da escravatura e a qualidade da cultura brasileira. Em parte devido a seus esforços, a escravidão foi finalmente abolida em 1888, sendo o Brasil o último país do mundo ocidental a tomar esta medida. O fim da escravatura foi seguido pelo colapso da monarquia em 1889, o exílio do Imperador D. Pedro II, e a formação da República Brasileira. No Campo da educação, o brilhante polemista Rui Barbosa publicou um plano de reforma de toda estrutura da educação secundária. A necessidade de uma universidade, há muito tempo tema entre os intelectuais e educadores do Brasil, foi levantada novamente em meio a discussões, embora nenhuma universidade devesse ser fundada até bem dentro do Século XX. Da Escola de medicina do Rio o bacteriologista Dr. Domingos Freire foi mandado à Europa em 1877 para estudar as melhores idéias no ensino da medicina.” Cf. STEPAN, 1976, p. 41.

⁴⁰³Para uma aproximação do pensamento de Armando Salles ver: OLIVEIRA, Armando de Salles, *Escritos Políticos*, São Paulo: Arx, 2002.

São Paulo seguiria seu destino como o Estado Locomotiva da nação brasileira. Para que este projeto se tornasse uma realidade Armando de Salles Oliveira⁴⁰⁴ e Julio de Mesquita projetam um futuro para o Estado que não poderia ser desvinculado de um grande centro Universitário produtor de conhecimento em que os métodos científicos seriam aplicados para se obter novos conhecimentos e novas tecnologias. Como resultado dessa inovadora proposta surge no cenário nacional a Universidade de São Paulo no ano de 1934.

2.7. - As Ciências Humanas e seu Papel na Produção do Conhecimento.

O objetivo deste sub-tópico, já demonstrado anteriormente será, analisar nos limites da pesquisa, os domínios de conhecimentos, fundamentais para a compreensão do desenvolvimento da cultura brasileira.⁴⁰⁵ Aqui, com a mesma importância, se destaca o papel desenvolvido pelas Ciências Humanas e sua contribuição, bem como seus níveis de relacionamentos com as demais áreas de conhecimentos. Esgotar os conteúdos de sustentação das Ciências Humanas, bem como toda a sua estrutura e seus componentes formadores e disciplinas que a constitui, em tarefas muito difíceis. De antemão, anuncia-se, que o objetivo desta análise, neste sub-tópico em particular, é compreender a organização do Instituto Geográfico Brasileiro como plataforma de sustentação para a constituição da disciplina História do Brasil inserida nas Ciências Humanas.

Intencionalmente optou-se dentro deste domínio, averiguar a origem do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, pois em sua origem existiu a intenção de oferecer a sociedade brasileira um estudo mais cuidadoso da História Nacional. O surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez com

⁴⁰⁴“Na onda da rápida industrialização paulista, um grupo de intelectuais ligados em maior ou menor grau às classes dominantes, Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, André Dreyfus, Teodoro Ramos, Sergio Milliet, convencem Armando Salles da necessidade de se criar uma Universidade que tenha por base uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em torno da qual devem ser incorporadas as unidades profissionais já existentes, e órgãos como o Instituto Biológico e o I.P.T., que se revelara, durante a revolução de 1932, um verdadeiro arsenal das forças paulistas.” Cf. FERREIRA, Ricardo, 1978.

⁴⁰⁵Ver trabalho de MARTINS, Wilson, *História da Inteligência Brasileira*, Vol. I, II, III, IV, V, VI, VII, São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1996.

que disciplinas como História do Brasil, Arqueologia, Geografia e Etnologia não só se estruturassem como sofressem profundas mudanças e grande evolução. Tais disciplinas ganharam destaque na sociedade brasileira e inúmeros temas e questões foram amplamente debatidos e aprofundados. Apesar de certo ar de oficialidade, estas disciplinas, encontraram um ambiente mais que propício para que sua fertilidade fosse constatada.

Além do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, outros Institutos surgiram no mesmo período com grande destaque. Surgiram o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Não levando em consideração, regionalismo, considera-se que foram estabelecimentos de grande importância dentro das Ciências Humanas.

A professora Lilia Moritz Schwarcz resgata na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, do ano de 1839, página 1, o grande propósito do Instituto no cenário brasileiro que seria “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.” Exemplos longínquos dos centros do Velho Mundo, no Brasil, os institutos se propõem a cumprir uma tarefa significativa: “colligir, methodizar e guardar” documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carente de delimitações não só territoriais.⁴⁰⁶

As produções acadêmicas destes Institutos revelavam uma intencionalidade da elaboração de conteúdos, de caráter não provisório, responsáveis, e não apenas auxiliares de uma “concepção de história do Brasil”, inovadora e estruturante, principalmente ao destacar a necessidade de unificar a nação.

O período que corresponde a transição do Império para o regime Republicano serve para identificar a pouca compreensão, de nossos ideólogos, da nacionalidade brasileira. A concepção de Nação/Estado ainda estava para se constituir. Não poderia ser diferente dentro de uma estrutura e cultura de

⁴⁰⁶Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil 1870-1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 99.

colonização que permeava sobejamente o Brasil. A Independência (1822) proporcionou liberdade política até certo ponto em relação a Portugal. Não completamente, pois as relações culturais haveriam de permanecer por gerações consecutivas. Rumores ouviam-se de que o Brasil deveria assumir posturas semelhantes àquelas das nações mais desenvolvidas. Deveria se preocupar com o futuro de seu povo e abrir caminhos que permitiriam o escoamento das novas produções físicas e intelectuais, bem como políticas e sociais.

O grande entrave se dava nos campos das inteligências, uma vez que a elite brasileira, que aspirava novos modelos e atuações, se deparava com uma realidade muito decepcionante. A realidade mostrava que o Brasil era um país arcaico, agrícola e miscigenado. Estas características do Brasil naquele momento eram mais que suficientes para uma visão pessimista frente a um futuro promissor. Temas como modernização, desenvolvimento, industrialização, raça e miscigenação tomariam o tempo e provocariam muitas inquietações nos pensadores brasileiros. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro serviria para alavancar um “programa de sistematização de uma História Oficial”, procurando desta maneira, alternativas para o seu árduo percurso.

Ao longo dos anos, o Brasil, conviveu com centros possibilitadores de conhecimento como foram os casos dos Museus e Academias. Em termos de Academias destacavam-se as de direito e de medicina. A nova realidade imposta pelos Institutos⁴⁰⁷ favorecia, espacial e geograficamente, o desenvolvimento de pesquisas e produção de conhecimento. Os Institutos não se apresentaram como rivais as antigas academias, porém como alternativas das mais significativas para as novas descobertas. Muito provavelmente a combinação dos institutos com as academia favoreceria para o aparecimento

⁴⁰⁷De fato, além de o perfil econômico de seus associados ser diverso, a arregimentação seguiria modelos afastados dos padrões científicos ou acadêmicos observados pelos demais estabelecimentos. Financiados pelo imperador, ou pelos próprios sócios, os institutos caracterizaram-se mais como sociedade da corte, especializados na produção de um saber de cunho oficial. CF. SCHWARCZ, 2008, p. 100.

de espaços de produção de um saber histórico explicativo e definitivo no século XIX e início do século XX.

A Independência brasileira levou lideranças políticas do período a refletir preocupadamente com as questões relacionadas a agricultura, pecuária e a indústria. Nações européias e os Estados Unidos da América apresentavam-se no cenário internacional como modelos de desenvolvimento. Qualquer descuido frente a este tema poderia ser o princípio de um suicídio coletivo e nacional.

Ao pensar o Brasil em termos de Nação Estado evoluído, passava obrigatoriamente, pela necessidade de se levar em consideração seu passado colonial, sua dependência da metrópole portuguesa e de uma herança ibérica já desqualificada pelos próprios brasileiros. Nesse projeto de modernizar o país forças se apresentavam, com muita influência, ditando regras aos estrangeiros que deveria ou não se deslocar para o Brasil.

Desde sua fundação destaca-se a relação íntima do IGHB com as forças dirigentes do Brasil. É reveladora no sentido de se entender os caminhos que os produtores de conhecimento deste Instituto iriam seguir. Poderia ser de outra forma, mas não foi, a opção foi pela construção de um conhecimento histórico que mais se constituía em um saber oficial a respeito do Brasil. Enquanto estabelecimento científico esta seria a marca maior do instituto, a produção de uma história oficial do Brasil.

Aqueles que estavam envolvidos com o Instituto passaram a criticar as visões históricas construídas do Brasil a partir de observadores estrangeiros.

Estas descrições feitas por autores estrangeiros ganharam proporções tão grandes que dificilmente um naturalista ou pintor saiam do país sem deixar uma descrição pessoal do povo, topografia, fauna, flora, política, economia e

religiosidade. Tornaram-se muito comum estas descrições principalmente no século XIX.⁴⁰⁸

Foi frente a este estrangeirismo na historiografia, que os fundadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro iriam se opor.

Constatava-se o “desejo de fundar uma historiografia nacional e original”. Como de fato aconteceu. Outra preocupação foi além de ensinar e divulgar o conhecimento, proporcionar a criação de uma história que exaltasse a glória da pátria e o enobrecimento das luzes.

Este apreço pela pátria não foi uma tendência iniciada no interior do Instituto pelas mentes⁴⁰⁹ que o constituía. Na verdade o amor ao país refletia uma tendência que se espalhava por todo o território nacional. Era uma espécie de força motriz que alimentava e dava impulso a determinados comportamentos. Foi neste período que a literatura tornava-se um recurso muito significativo, pois trazia um considerável respeito e valorização dos temas nacionais.

Francisco Adolfo de Varnhagen (visconde de Porto Alegre), eleito em 23 de maio de 1851, tornou-se secretário do Instituto. Apesar de ter ficado no cargo apenas um semestre, no correr desse período o famoso historiador, biógrafo, geógrafo e matemático se encarregou de elaborar o Índice geral alfabético das memórias e biografias de documentos ali acumulados.

⁴⁰⁸Ver artigo sobre *Viagens e História Natural dos Séculos XVII e XVIII* de RAMINELLI, Ronald, In *Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia das Fontes sobre o Brasil*, Org. Paulo Roberto Pereira, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001, p.45.

⁴⁰⁹“A começar pelos sócios, observam-se as seguintes subdivisões: 1) *Efetivos*, para os quais era exigida residência na Capital Federal e apresentação de trabalho sobre história, geografia ou etnografia do Brasil, abonando a capacidade literária do autor; 2) *Correspondentes*, a quem era requerida ou a mesma condição de idoneidade intelectual dos primeiros ou a oferta de “um presente de valor” que se destinasse ao museu do Instituto; 3) *Honorários*, que teriam como condição, além de “idade propecta”, o “consumado saber e distinta representação”; 4) *beneméritos*, os sócios efetivos que por serviços relevantes viriam a se tornar merecedores de tal distinção, ou pessoas que teriam feito doações de importância superior a 2.000\$ em dinheiro ou outros objetos de valor; 5) por fim, o título de presidente honorário, só conferido ao chefe de Estado e aos chefes de outras nações.” Cf. SCHWARCZ, 2008, p. 104.

A despeito de sua genialidade histórica Varnhagen tem sido um ilustre desconhecido em nosso país. Com certa insistência, interpretes atuais, não escondem sua pouca admiração pelo historiador. A depreciação deste historiador muito provavelmente se deu por aceitar a escravidão como lícita, por ser admirador da Casa de Bragança e por defender, em seus artigos, a monarquia e a colonização. Foi depreciado também porque, defendia investida do governo contra determinadas etnias indígenas.

De qualquer forma foi considerado o primeiro historiador nacional, e esta sua habilidade favoreceu para desempenhar no interior do instituto um papel exemplar com sua pretensão de escrever a história do Brasil.

Outro cargo dos mais importantes dentro deste estabelecimento foi o de orador. Alguns oradores ganharam imediatamente destaque, como foi o caso de Alfredo d'Escagnolle Taunay. Cientista, romancista, cronista e poeta, além de participar do IHGB (desde 1869), o famoso autor da *Retirada da Laguna* era titular de uma das quarenta cadeiras da Academia Brasileira de Letras.

Uma função importante desempenhada pelo IHGB, diz respeito a grande preocupação em trazer para a história do Brasil um rigor documental⁴¹⁰ até então inusitado.

Parece soar estranha, a menção da contribuição social do Instituto para a constituição da História Nacional, um rigor documental. Tratando-se de meados do século XIX, esta preocupação parece das mais legítimas. Este tema foi objeto da preocupação de autores como H.-I. Marrou que em seu "*Do Conhecimento Histórico*", gasta substanciaosas páginas e capítulo inteiro afirmando que história se faz com documento. Uma vez que o amadorismo começou a ganhar status de cientificidade, esta percepção vem esclarecer que

⁴¹⁰“Uma vez feita a pergunta, é preciso encontrar resposta para ela, e aqui intervém a noção de documento. O historiador não é esse nigromante que nós imaginávamos, capaz de evocar a sombra do passado por meio de processos encantatórios. Não podemos alcançar o passado diretamente, mas só através dos traços, inteligíveis para nós, que deixou atrás dele, na medida em que estes traços subsistiram, em que nós os encontramos e em que somos capazes de os interpretar (temos de insistir mais do que nunca no *sofar as...*) Encontramos aqui a primeira e mais pesada das servidões técnicas que pesam sobre a elaboração da história.” H.-I. Marrou, *Do Conhecimento Histórico*, São Paulo: Martins Fontes Editora, 1975, p. 61.

a história não é formada por “*achismos*” ou “*ouvir falar*”, antes de qualquer coisa, os documentos se constituem uma excepcional fonte, dentre várias, em que o observador encontrará evidências de um passado que já não é tão objetivo.

É muito significativo o fato relacionado ao naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius, que ao vencer um concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1844, sobre como escrever a história do Brasil, detectou e apontou que na base da constituição da nação brasileira encontravam-se três raças.

Esta interpretação de von Martius elaborada sobre o Brasil encontrará ecos nos ouvidos e nas posturas intelectuais de muitos brasileiros. A idéia da hierarquização das raças será recuperada por intelectuais como: Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha, para citar alguns.

Esta tendência mostra claramente, o cuidado dos pesquisadores em promover análise de período relativamente distante⁴¹¹ de seu ambiente histórico. Era a busca pelas origens do Brasil. Que se conformava perfeitamente com a preocupação, evidente em cada um deles, de analisar de forma imprecisa a realidade de seus próprios dias. Ou seja, preferiam objetos de estudos mais distanciados daquele momento histórico.

Neste contexto de produção de conhecimento histórico dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que se percebe é que quanto a abordagem histórica dominante o que prevalece são as questões relativas a políticas. A Independência e seus agentes, conspirações, invasões coloniais, o descobrimento, a mudança de Dom João VI para o Brasil eram temas freqüentemente tratados na Revista oficial.

⁴¹¹Escrever a história constituía dessa forma um ato de garimpagem, de quem recolhe documentos assim como se procuram preciosidades. O ato de selecionar fatos supunha a mesma isenção encontrada naquele especialista que, ciente de seu ofício, separa as boas pedras das más, ou mesmo daquelas que oferecem pouco brilho ao olhar.

Este procedimento do IHGB só sofreria alterações no início do século XX, precisamente em 1908. Quando numa mesma Revista se observava seu novo comportamento.

Euclides da Cunha, sócio efetivo do Instituto, propõe em artigo, elaborar um grande histórico do vasto período entre Independência e a República. Era para a época uma nova postura teórica e crítica que o autor adotava. “As novas correntes, forças configuradoras de todos os princípios e de todas as escolas do Comtismo ortodoxo ao positivismo desafogado de Littré, das conclusões restritivas de Darwin às generalizações ousadas de Spencer⁴¹² – o que nos trouxeram de facto não foram os seus princípios abstratos, ou leis incompreensíveis à grande maioria, mas as grandes conquistas esboçadas em nosso século...”⁴¹³

Ao concluir suas abordagens, Euclides da Cunha transmitia uma nova compreensão e postura para o Brasil. Para o Instituto, restava a concordância com as novas opiniões, uma vez que os paradigmas idílicos da nação brasileira, conforme o Instituto buscava, estavam aos poucos se esgarçando.

Outro personagem que participava desta nova fase do Instituto era Silvio Romero. Seu trabalho era dos mais sérios, pois, fazia um balanço da moderna literatura antropológica da época – que ia de Lê Play a Preville e H. Spencer. Este autor introduzia na Revista do Instituto suas conclusões sobre as características deterministas preponderantes na formação de cada raça.

Num processo mais evoluído de seu pensamento Romero concluía que uma possível solução para tamanho atraso brasileiro estava em uma solução muito simples, a de considerar a mestiçagem como uma possível saída ante a situação deteriorada do país. Recai sobre a mestiçagem as esperanças do autor.

⁴¹²Ver *A Sombra de Spencer* In CHACON, Vamireh, *História das Idéias Sociológicas no Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Grijalbo, 1977.

⁴¹³Apud, Cf. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 1908, p. 70.

Desta maneira o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mostrava sua real condição para o enfrentamento proporcionado pelo novo século que se instalava (século XX). As novas concepções de história, no domínio da história nacional ganhavam novos contornos. A produção de modelo historiográfico significava tomar “parte de um debate sobre os problemas do momento e das incertezas do futuro, e se inteirar dos avanços científicos da época.”⁴¹⁴

No início do século XX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estabelecimento formador da cultura histórica nacional dava sinais de sua vitalidade que perduraria de forma acentuada até a organização formal das primeiras universidades brasileira. Quando estas Universidades surgiram, a do Distrito Federal e a Universidade de São Paulo, provisoriamente foram em termos história do Brasil, alimentadas pelos professores orientados pelos Institutos históricos.

No exemplo da Universidade de São Paulo, nas suas origens, direta ou indiretamente, recebeu em seus quadros docentes, para as cadeiras de História do Brasil, docentes fortemente influenciados por estes Institutos. O que resultou, posteriormente em críticas, feitas por historiadores mais contemporâneos. Segundo eles, as universidades estavam deficitárias e não avançavam no campo das Ciências Humanas: história, Antropologia, psicologia etc..., pois os docentes eram heranças dos velhos Institutos Históricos. Referência direta ao do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Pernambuco.

2.8. – Organização da Universidade de São Paulo.

2.8.1. – Universidade de São Paulo como Modelo.

A conjugação de forças, de um lado, o grupo Mesquita, com Armando de Salles Oliveira, e por outro, muitos empresários, professores e jornalistas a partir de 1933, criaram a Escola Livre de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia

⁴¹⁴SCHWARCZ, 2008, p. 116.

Ciências e Letras e a Universidade de São Paulo em 1934. O projeto dos mais sérios do período visava uma retomada da dignidade de São Paulo, porém fundamentalmente impor a hegemonia do conhecimento científico sobre os demais saberes:

“A contratação de professores estrangeiros visava à formação de “quadros técnicos, especializados em ciências sociais (...) de uma elite ‘numerosa e organizada’ instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos (...), personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social.”⁴¹⁵

A compreensão que o professor Sérgio Miceli tem do momento histórico em que se deu a organização da Universidade de São Paulo no mínimo esclarece alguns pontos cinzentos que nem sempre podem ser decifrados pelos estudiosos. Armando de Salles Oliveira foi a encarnação e voz do grupo paulista que profundamente ferido pelo péssimo desempenho das forças paulista que sucumbiram nas guerras de 30 e 32,⁴¹⁶ vê como ação concreta a “criação de inesperados instrumentos de luta: a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no contexto da nova Universidade de São Paulo, e o Departamento Municipal de Cultura são iniciativas que se inscrevem nesse projeto.”⁴¹⁷

Esta derrota trouxe a possibilidade de uma reflexão responsabilizadora que insistia que o fracasso se deu por carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural. Se por um lado São Paulo foi derrotado pelas armas, agora se faria vitorioso por outro tipo de arma. A arma das inteligências: a criação de um grande centro intelectual.⁴¹⁸

⁴¹⁵MICELI, Sergio, *Intelectuais à Brasileira*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.102.

⁴¹⁶Ver MALUF, Nagiba Maria Rizék, *Revolução de 32 – o que foi, e porque foi*, São Paulo: Edicam, 1986.

⁴¹⁷MICELI, Sergio, *Intelectuais à Brasileira*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 101.

⁴¹⁸“A Universidade de São Paulo foi criada em janeiro de 1934, durante a gestão de Armando de Salles Oliveira no governo estadual paulista. O projeto de criação da Universidade remontava ao curto período do Interventor Laudo de Camargo, após a revolução de 1930. Na composição da Universidade entram faculdades e institutos já existentes e outros por organizar. Foram eles: Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e

Faculdade de Filosofia.⁴¹⁹

A cumplicidade entre a cidade de São Paulo e seus intelectuais nos prósperos anos 40 foi determinante para a construção de uma identidade que, aos olhos de muitos, era inatingível. As peculiaridades de uma metrópole em formação e sua lógica interna criavam uma gama de condições altamente favoráveis ao desenvolvimento com um acelerado processo cultural e de industrialização e ao mesmo tempo procedimentos científicos na incipiente Universidade de São Paulo. Neste momento São Paulo dava evidências de sua vocação cosmopolita, pois seu tecido social, cultural, artístico e acadêmico já estava formado por multiformes matizes. Uma pequena demonstração dessa explosão cultural é desta maneira colocada pela professora Maria Arminda do Nascimento Arruda:⁴²⁰

Entre 1944 e 1954, a cidade de São Paulo foi cenário de importantes empreendimentos: 1944 – fundação do Grupo Universitário de Teatro por iniciativa de Décio de Almeida Prado; 1945 – I Congresso Brasileiro de Escritores; 1946 – Criação do Masp (Museu de Arte de São Paulo); 1948 – Fundação da Escola de Arte Dramática, por Alfredo Mesquita, do TBC (Teatro Brasileiro de

Odontologia, Escola Politécnica, Instituto de Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (recém-criada), Escola de Medicina Veterinária, Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas Artes, estas últimas por instalar. A consolidação institucional da Universidade de São Paulo ocorreu em julho de 1934, com a instalação do Conselho Universitário e a escolha de seu primeiro reitor, o professor Reynaldo Porchat, da Faculdade de Direito.” Cf. MARTINEZ, Paulo Henrique, *A Dinâmica de um Pensamento Crítico – Caio Prado Júnior (1928-1935)*, São Paulo: Edusp/Fapesp, p. 166-167, 2008; Ver Caio Prado Júnior e a *Associação dos Geógrafos Brasileiros*, orgs. Paulo Iumatti, Manoel Seabra, Heins Dieter Heidemann, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2008; *História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior*, Org. Maria Ângela D’Incao, São Paulo: Editora Unesp, Secretária de Estado e Cultura e Brasiliense, 1989; IUMATTI, Paulo Teixeira, *Caio Prado Jr., - uma trajetória intelectual*, São Paulo: Brasiliense, 2007.

⁴¹⁹Ver especificidades da história desta faculdade nos diversos textos da obra *In memoriam de Eurípides Simões de Paulo: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB – vida e obra*, Organizadores: Antonio Candido de Mello e Souza, Azis Simão, Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula, Oscar Sala, Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva e Simão Mathias, São Paulo: Imprensa na Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983.

⁴²⁰Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, *A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “Escola Paulista”*, IN *História das Ciências Sociais do Brasil*, Volume 2, Org. Sergio Miceli, São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp, 1995, p. 128. Ver também, ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, *Metrópole e Cultura – São Paulo no meio do Século XX*, Bauru, SP: EDUSC, 2001.

Comédia) por Franco Zampari, do MAM (Museu de Arte Moderna); 1949 – O MAM abriga o clube de cinema, logo transformado em Fimoteca, cerne da futura Cinemateca Brasileira; no mesmo ano, surge a Cia. Cinematográfica Vera Cruz, dirigida por Alberto Cavalcanti; 1950 – primeira transmissão de um programa de televisão, pela Tupy, emissora ligada aos Diários Associados de Assis Chateaubriand; ainda nesse ano, aparecem os primeiros trabalhos do grupo dos concretistas; 1951 – I Bienal Internacional de Artes Plásticas e tem início a construção do conjunto Ibirapuera, projeto de um grupo de arquitetos liderados por Oscar Niemeyer; 1953 – estréia o primeiro espetáculo do teatro de Arena, organizado por alunos da primeira turma da EAD; 1954 – festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo e realização de vários encontros: Congresso Internacional de Escritores, I Congresso Brasileiro de Sociologia, 31º Congresso Internacional de Americanistas, 4º Congresso Brasileiro de Arquitetos, I Festival Internacional de Cinema do Brasil. Ao mesmo tempo, a cidade contava com casas editoriais de porte, muitas livrarias, revistas especializadas, galerias de arte, enfim, com um conjunto variado de instituições.⁴²¹

Essa nova identidade, é nova no sentido, de São Paulo, à medida que os sistemas políticos prevaletentes se fixavam e isso ocorria desde a década de 30, se via com a responsabilidade de lutar pelos seus interesses e protestar contra um modelo político imposto sem sua homologação. Essa reação não só da cidade de São Paulo,⁴²² mas de todo o Estado, caracterizava desde lá, a indisposição dos paulistas há uma subordinação imposta pela força e pelas armas. São Paulo entendia e via-se em condições de participar das grandes decisões e planejamentos que objetivassem o desenvolvimento do país. Sua exclusão e sua condição de subserviência descaracterizavam sua importância no cenário nacional. A reação dos diversos setores da sociedade paulistana inaugura em seu momento histórico uma indisposição geral a uma situação de inércia e domínio.

⁴²¹ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, *A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a "Escola Paulista"*, IN *História das Ciências Sociais do Brasil*, Volume 2, Org. Sergio Miceli, São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp, 1995, p. 128.

⁴²²"No ângulo cultural, tratar-se-ia de uma cidade que não fosse simplesmente receptáculo passivo de tendências intelectuais ou artísticas; ou, por outras palavras, que não fosse uma colônia cultural. Uma metrópole cultural é uma fonte inovadora de estilos, idéias e formas culturais, porque, embora sendo receptiva para as correntes mundiais, serve de intermediário entre elas e as várias tradições e configurações culturais de um amplo hinterland e mesmo de uma nação". Cf. ARRUDA, 1995, p. 132.

A tomada de posição que projetaria o Estado como liderança nacional foi aos poucos sendo articulada. Dentro desse projeto, e como parte dele, a necessidade da organização e fundação de Centros Acadêmicos Universitários. Nasce, portanto, a Universidade de São Paulo (1934) com a difícil tarefa de ajudar o Estado de São Paulo a alcançar a liderança entre os demais Estados Brasileiros.⁴²³ A formação de intelectuais e a produção de conhecimento⁴²⁴ fazem parte dos primitivos projetos de organização deste centro científico.

Aquela que foi por tantos anos ‘não mais que uma província’,⁴²⁵ agora ganha status e contorno de metrópole. São Paulo neste momento deixa evidenciar sua face acolhedora e pluricultural. Não era mais uma província inocente e despreocupada com o futuro. O que manifestava naquele momento era uma cidade para “todos”. Sua forma de ser e ao mesmo tempo sua luta para aprimorar-se ainda mais, a colocava como um dos mais importantes centros da América Latina. São Paulo estava destinado ao universalismo. Foi dentro deste contexto que pôde alojar-se o discurso oriundo da universidade.⁴²⁶

Era inevitável, aquela que seria, para o bem de todos, uma profunda mudança no padrão cultural.

Com a criação da Universidade de São Paulo (25/01/1934) a produção científica ganhava respeitabilidade e reconhecimento. Não que os demais processos de conhecimento eram desvalorizados, principalmente àquele

⁴²³Nesse sentido preciso, o modernismo, ao reorientar o olhar para ângulos novos, estaria na base desses intelectuais ligados à cultura urbana. As mesmas características não se manifestam no movimento modernista de Minas, ou do Nordeste. Já o Rio de Janeiro dada a sua condição de sede do governo, impunha-se-lhe a necessidade de “passar a imagem civilizada do país”, levando a que “seus intelectuais tivessem grande dificuldade em chegar a termos com a realidade do país e de sua própria cidade... Mesmo aqueles que tentavam pensar a cidade acabavam, por obra da preocupação europeizante, assumindo posições contraditórias. Cf. ARRUDA, 1995, p.129-130.

⁴²⁴“Em 1900 oitenta por cento da população ainda era completamente analfabeta.” Cf. STEPAN, 1976, p. 50.

⁴²⁵Sobre São Paulo nas suas origens ver TOLEDO, Roberto Pompeu de, *A Capital da Solidão – Uma história de São Paulo das origens a 1900*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

⁴²⁶ARRUDA, 1995, p. 129.

produzido por estudiosos não vinculados à universidade. No entanto, esta produção não respondia mais aos anseios de uma sociedade que já experimentava o ‘sabor doce’ do conhecimento forjado com ferramentas de caráter científicas. Esta produção científica de conhecimento nas ciências naturais, já ocorria a longo tempo, e agora nas ciências humanas arejava o ambiente marcado por posições conservadoras e necessitadas de novas formulações.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras estava destinada a provocar rupturas profundas e ao mesmo tempo oferecia profissionais nas ciências humanas para atuarem na docência das Escolas Paulistas. Era uma nova concepção de professores,⁴²⁷ nova no sentido de terem se preparados nos ambientes universitários.

A ‘*Semana de Arte Moderna*’ (1922) impôs uma nova dinâmica nas ações e mentalidades dos que se abrigavam na região de Piratininga. Em seguida grandes processos históricos ocorreram alterando definitivamente os contornos de São Paulo. Além da criação de grandes instituições nos diversos setores, àquela que maior honra daria, e ao mesmo tempo assentou-se como marca da modernidade foi, como já foi visto a Universidade de São Paulo. Reconhece-se sem nenhum questionamento que nesse momento as primeiras produções científicas foram oferecidas ao público. Tratava-se da academia produzindo conhecimento qualificado e reconhecido nacionalmente e ao mesmo tempo deixando evidente que as compreensões que se tinham do Brasil sofrera algumas alterações:

“No que se refere aos temas, emergem objetos mais circunscritos, exprimindo o abandono dos grandes panoramas históricos e das análises preocupadas em render conta dos largos processos de constituição da sociedade brasileira. Isso não significa, no entanto, que se desprezou a busca da compreensão da história brasileira, a partir de uma visão do conjunto. O que pretendemos salientar é, apesar de remitência à totalidade, que o foco da análise passa a incidir sobre um problema determinado. Diferentemente dos chamados intérpretes do Brasil, dirigidos para a questão dos fundamentos da sociedade, os sociólogos paulistas buscam

⁴²⁷“Somente a partir de 1943 surgiram oportunidades para os licenciados, com a abertura de concursos para a já crescente rede de ensino secundário oficial.” Cf. ARRUDA, 1995, p. 131.

compreender as relações entre certos fenômenos e o contexto abrangente. Por isso, os trabalhos monográficos entram na ordem do dia.”⁴²⁸

Em geral, os estudiosos, evocam a pessoa do ilustre sociólogo Florestan Fernandes que apontava deformação na exposição das explicações da sociedade, que estava comprometida por modelos já ultrapassados. Como alternativa o professor “constrói uma forma de exposição cujo traço marcante refere-se à apresentação de um discurso, não apenas permeado por conceitos, mas onde a precisão da linguagem científica seria o principal elemento ordenador” ⁴²⁹

“E, aqui, a noção do “padrão de trabalho científico” impõe-se, guiado por certas “normas, valores e ideais do saber”. Nesse passo, a tarefa de erigir a ciência requer o afastamento dos leigos. O primado da explicação sobre a compreensão da história diferencia a análise sociológica, separando os autodatas dos profissionais, modelando o especialista embebido na experiência universitária. A forma discursiva respaldada no princípio do conhecimento científico reduz a expressão individual, na medida em que está circunscrita por um estilo universalizante.” ⁴³⁰

A ruptura e conseqüentemente a mudança possibilita um novo paradigma de ‘exposição das idéias’, diretamente relacionada ao intelectual⁴³¹ que lúcido a respeito do que produz ‘exerce um controle racional’. O domínio na teoria confere-lhe as condições indispensáveis para encaminhar a análise em direção aos terrenos seguros da verificação.

Neste contexto é importante salientar a força que foi produzida pelos intelectuais da ‘*semana de 22*’.⁴³² Esta força pode ser vista na nova maneira de se compreender a espacialidade e a urbanidade da nova cultura.⁴³³ Esta

⁴²⁸ARRUDA, 1995, p.132.

⁴²⁹ARRUDA, 1995, p. 133.

⁴³⁰ARRUDA, 1995, p.133.

⁴³¹NETO, A. L. Machado, *Da Vigência Intelectual – Um Estudo de Sociologia das Idéias*, São Paulo: Grijalbo, 1968.

⁴³²Sobre a importância da Semana de 22, ver BOAVENTURA, Maria Eugenia, Org., *22 por 22 – A Semana de Arte Moderna vista Pelos Seus Contemporâneos*, São Paulo: Edusp, 2008.

⁴³³SANTOS, Afonso Carlos Marques dos, *A Invenção do Brasil – Ensaio de História e Cultura*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

cultura se desenvolve no seio de uma cidade. Portanto ocorre o abandono de compreensões que entendiam não haver possibilidade de criar-se uma cultura realmente renovadora em espaços ocupados por ruas movimentadas, prédios, indústrias, comércios e meios de transportes em desenvolvimento. A nova cultura foi produzida dentro da cidade. “Ao transformar a cultura numa questão essencialmente urbana, escritores de 22 não apenas retrataram uma vida que se modernizava, mas, principalmente, construíram uma consciência de nova ordem. E quando a fizeram, esses intelectuais abriram sendas para as gerações seguintes.” ⁴³⁴

“A cidade enquanto mercado e lugar das profissões, isto é, como espaço de relações predominantemente racionais, é produtora de conhecimentos especializados. Por essa razão, somente aí podem medrar funções diferenciadas. No caso de São Paulo, agrega-se o próprio fato de que a rápida transformação engendrou um profissional devotado à reflexão sobre os processos sociais da mudança. Em outros termos, a sociedade produz problemas passíveis de serem absorvidos pela análise científica, isto é, capazes de se tornarem objetos de estudo. A modernização social implica em propor formas de conhecimento, segundo pressupostos renovados. As Ciências Sociais abeberaram-se nessa fonte.” ⁴³⁵

Nostalgicamente e com freqüência é possível encontrar estudiosos referindo-se ao ambiente da Rua Maria Antônia, onde se localizava a Faculdade de Filosofia, como um espaço de sociabilização universitária. Era local de encontro, apesar ‘dos desencontros da vida’. A entrada reproduzia a praça: “Nele, o saguão principal da Faculdade de Filosofia era uma praça fervilhante da manhã à noite melhor dizendo: uma encruzilhada onde se conversava no meio de um vaivém de gente chegando e indo, subindo e descendo as escadas, entrando e saindo das salas”. Mas, as ruas próximas expressavam os limites desse mundo. ⁴³⁶

Tudo indica segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda⁴³⁷ que: “Apesar da abertura nas escolhas intelectuais, no que se refere à Sociologia, por exemplo,

⁴³⁴ARRUDA, 1995, p. 134-135.

⁴³⁵ARRUDA, 1995, p. 135.

⁴³⁶ARRUDA, 1995, p. 136 – 137.

⁴³⁷ARRUDA, 1995, p. 139.

a preocupação em construir uma reflexão pautada pelos cânones científicos isolou esses professores dos problemas candentes do Brasil.”

Por este motivo, estudiosos apontam certo distanciamento destes pensadores daquelas que eram as questões de suma importância relacionadas e diretamente ligadas a sociedade brasileira. Os padrões acadêmicos⁴³⁸ daqueles dias delimitavam o campo de atuação destes pensadores. Isto muito provavelmente como reflexo das concepções da Escola Francesa que atuava com muita força em solo brasileiro: “Pode-se definir mais ou menos esse espírito dizendo que ele se constituía a partir da concepção ‘positiva’ da universidade francesa com o seu forte componente idealista. Segundo ela, o saber é uma atividade que justifica a si mesma, embora tenha como alvo a aplicação.”⁴³⁹

Esta organização de cunho acadêmico tem sua permanência garantida no seio da sociedade de São Paulo uma vez que ‘ela foi percebida pelas elites locais, como parte de um projeto de redenção política da afirmação da hegemonia cultural paulista.’⁴⁴⁰

Formação dos Historiadores Uspianos.⁴⁴¹

A atuação de Getulio Vargas impondo, pelas armas, derrota a São Paulo, criava nos paulistas uma disposição ainda maior no sentido de articular nova estratégia para colocar São Paulo à frente da nação. Foi nesta derrota que as

⁴³⁸“Na academia, imperava a disciplina e o trabalho ascético, expresso em “bibliografias exaustivas e ‘fichamentos’ monumentais.” A urdidura das análises pressupunha, assim, árduo caminho de elaboração. Era a busca da noção correta. Era a resolução do problema conceitual. Era, enfim, a explicação do fenômeno. Por isso, a linguagem adequada deveria dar conta dessas exigências, demonstrando a pertinência das reflexões, respaldadas em explicações sobre o método e referendadas no apoio bibliográfico.” Cf. ARRUDA, 1995, p.140.

⁴³⁹ARRUDA, 1995, p. 139.

⁴⁴⁰Ver *O Espaço da USP: Presente e Futuro*, São Paulo: A Prefeitura, 1985.

⁴⁴¹Cf. MARTINEZ, Paulo Henrique, *Fernand Braudel e a Primeira Geração de Historiadores Universitários da USP (1935-1956): notas para estudo*, In Revista de História, nº. 146, São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 2002; Ver Excelente ensaio de ARANTES, Paulo Eduardo, *Um Departamento Francês de Ultramar – Estudos sobre a Formação da Cultura Filosófica Uspiana: Uma experiência nos anos 60*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

elites paulistas encontraram a vitória. Criaram a USP⁴⁴² (1934). Ficava, assim, estabelecido um pacto com a modernidade⁴⁴³ e com o desenvolvimento. Armando de Salles Oliveira foi muito eficiente no estabelecimento do novo empreendimento.⁴⁴⁴

A necessidade de se ter em São Paulo um “Centro Acadêmico” produtor de conhecimento científico fazia pulsar com muita intensidade o coração daquela elite, remanescente oligárquica, de uma província fornecedora ao longo do tempo de brasileiros interessados e comprometidos com o sucesso do país. Torna-se tarefa difícil identificar com precisão os reais motivos que levaram determinado setor da sociedade paulista contratar no exterior, àqueles que dariam início ao projeto de educação científica no Brasil.

Mesmo sendo as causas indefinidas, o que ocorreu foi à captação de recursos humanos, educadores de alto nível no exterior a fim de implementar este Centro Acadêmico que resultou na Universidade de São Paulo. Hoje reconhecida como um dos mais importantes pólos em que o conhecimento é produzido.

É fato dos mais conhecidos e comprovados que no Brasil sobejamente negociavam-se produtos franceses. A moda, no século XIX e início do XX,

⁴⁴²Ao fundar a USP em 1934, existiam em São Paulo onze estabelecimentos de ensino superior, seis oficiais, mantidos pelo governo e cinco particulares. Das seis oficiais quatro foram transferidas integralmente para a Universidade, sem qualquer modificação estrutural de suas organizações, a de Direito, que era federal, passando para a órbita estadual. As duas restantes, a de Farmácia e Odontologia e a de medicina Veterinária sofreram, a primeira e profunda transformação, e a segunda, total extinção, sendo imediatamente criada outra de igual nome e de diversa organização curricular. Fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, simultaneamente com a Universidade de São Paulo, ao lado do Instituto de Educação; incorporadas ao conjunto da Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Escola Agrícola Luiz de Queiroz, Faculdade de Farmácia e Odontologia e de Medicina Veterinária, estas duas remodeladas, ficou o centro universitário de São Paulo, logo no seu início, com oito centros de estudos superiores e mais dois em potencial, isto é, a futura Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e Escola de Belas Artes. Cf. Ernesto de Souza Campos, *História da Universidade de São Paulo*, 2ª.ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p.70-71.

⁴⁴³MAIO, Chor Marcos, BÔAS, Gláucia Villas, *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil*, Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 1999.

⁴⁴⁴No dia 25 de janeiro do ano de 1934, o governador do Estado Armando de Salles Oliveira expediu o decreto de fundação da Universidade de São Paulo, ato referendado pelo Secretário Cristiano Altenfelder Silva Cf. CAMPOS, Ernesto de Souza, p. 100.

determinava que produtos franceses eram sinônimo de bom gosto e educação. Esta exigência, como imposição daqueles dias, fazia os produtos franceses extremamente populares, desejados, bem quistos e apreciados. Roupas, jóias, calçados, literaturas, pode-se dizer, eram o que havia de mais comum. Importados seduziam as camadas mais abastadas da sociedade. Mais que isto a cultura francesa fazia muito sucesso, precedida pelas excelentes literaturas e obras de artes que chegavam ao país. Com boas probabilidades a França utilizava-se deste expediente, e investia, para tornar suas “produções” cada vez mais populares nesta área da América.

A década de 1930 merece particular atenção, pois naqueles dias de modo especial, podia-se observar a chegada dos primeiros docentes que trabalhariam para equipar as incipientes Universidade de São Paulo⁴⁴⁵ em 1934 e do Brasil no Rio de Janeiro em 1935, com material humano de grande nível e produtor de conhecimento.

Sobre a situação dos professores, Pierrotet definiu o que entendia por política cultural:

“A Faculdade de Filosofia”, Ciências e Letras de São Paulo, de criação relativamente recente, foi instituída (no tempo do regime liberal-democrático que precedeu o governo autoritário do presidente Vargas) para obstaculizar a ação da *Faculdade Católica de Filosofia dos Beneditinos*. O corpo de professores é em sua maioria de estrangeiros: sete franceses vários italianos, alemão (judeus) naturalizados brasileiros, um inglês.

Discute-se, com razão, até que ponto esses professores franceses⁴⁴⁶ influenciaram a sociedade brasileira. Seria possível uma penetração maior,

⁴⁴⁵Ver SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos, USP – *Universidade de São Paulo: Alma Mater Paulista – 63 anos*, São Paulo: Edusp, 1997; ROLLEMBERG, Marcelo, Org., *Universidade: Formação e Transformação*, São Paulo: Edusp, 2005; OBA, Rosana, *Universidade de São Paulo: seus reitores e seus símbolos – um pouco da história*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006; *Revista USP/Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo*, num. 1, *Setenta Anos de USP*, São Paulo: USP, CCS, 1989; CAMPOS, Ernesto de Souza, *História da Universidade de São Paulo*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004; MOTOYAMA, Shozo, *USP 70 anos – imagens de uma História Viva*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006; WITTER, José Sebastião, *USP – 50 anos: Registros de um Debate*, São Paulo: Edusp, 2006.

aumentando ainda mais a influência? Acreditam que se os franceses, ou outros estrangeiros, tivessem com professores preparados, ocupados funções nas Faculdades de Direito ou nas Escolas de Medicina muito provavelmente a influência seria maior com resultados mais concretos, pois eram destas faculdades que saíam as classes dirigentes do país.

Críticos afirmam que houve uma intenção objetiva da França de tornar sua cultura conhecida no Brasil. Porém, estes objetivos não foram atingidos concretamente por uma falha de estratégia em não providenciar os tais Docentes capazes de ordenar as inteligências nas áreas supracitadas.

Daqueles que aqui chegaram, em número de sete, cinco eram protestantes. Estes professores protestantes tiveram que construir uma respeitabilidade em meio a um ambiente, até certo ponto hostil, porque toda a base de identidade e cultura brasileira se fixava sobre estruturas católicas. Por outro lado o fato de se importar professores protestantes, muito provavelmente, já era não só um indicio de que determinados setores da sociedade paulista evidenciava discordância com a permanência majoritária e hegemônica do pensamento jesuítico/tridentino, mas concretamente, manifestava-se uma ruptura com paradigmas que se estabeleceram a séculos.

A subseção de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL)⁴⁴⁷ da USP sofreria grande influência do professor Fernand

⁴⁴⁷Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 6º. – A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade, terá os seguintes cursos, distribuídos por três seções, instalados progressivamente, de acordo com as necessidades do ensino:

- a) Filosofia;
- b) Ciências;
- c) Letras.

Art. 7º. A Seção de Filosofia abrangerá inicialmente as seguintes cadeiras:

- 1) Filosofia;
- 2) História da Filosofia;
- 3) Filosofia da Ciência;
- 4) Psicologia.

Art. 8º. A Seção de Ciências compreenderá as seguintes subseções com as respectivas cadeiras fundamentais:

I – Ciências Matemáticas:

- 1) Geometria (projetiva e analítica). História das Matemáticas;
- 2) Análise Matemática (inclusive elementos de cálculos das probabilidades e de estatística matemática);
- 3) Mecânica racional precedida de Cálculo Vetorial

Braudel⁴⁴⁸ (1902-1985). Grande número de historiadores⁴⁴⁹ deste setor seria influenciado por aquele que após escrever o livro “Mediterrâneo” será reconhecido internacionalmente.

Um projeto intelectual, didático e investigativo foi legado e posto em execução por aqueles alunos de Braudel, notadamente a partir dos

II – Ciências Físicas:

- 1) Física Geral e Experimental;
- 2) Física Matemática, História da Física.

III – Ciências Químicas

- 1) Química Física, Inorgânica e Analítica;
- 2) Química Orgânica, Biológica, História da Química.

IV - Ciências Naturais:

- 1) Mineralogia e Geologia.
- 2) Botânica Geral;
- 3) Fisiologia Vegetal;
- 4) Zoologia Geral;
- 5) Fisiologia Geral e Animal;
- 6) Biologia Geral.

V - Geografia e História:

- 1) Geografia Geral e Antropogeografia;
- 2) História da Civilização; (Braudel atuou nesta cadeira)
- 3) História da América;
- 4) História da Civilização Brasileira

VI – Ciências Sociais e Políticas:

- 1) Psicologia Social e Antropologia Social;
- 2) Sociologia;
- 3) Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Econômicas;
- 4) Direito político;
- 5) Estatística Econômica.

Cf. Ernesto de Souza Campos, *História da Universidade de São Paulo*, p. 102-103.

⁴⁴⁸O trabalho intelectual e institucional de Braudel fez de seu nome uma importante referência nos estudos históricos na segunda metade do século XX. Professor de História na Argélia (1923-1932), de História da Civilização na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1935-1937, 1947), diretor de estudos na École Pratique des Hautes Études e presidente de sua IV Seção (1956-1962), diretor dos *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1947-1968), publicação célebre e impulsionadora da moderna historiografia francesa, sucessor de Lucien Febvre no Collège de France (1949), fundador da Maison des Sciences de l’Homme (1962) e membro da Academia Francesa (1984), Braudel ocupou posições de grande destaque no cenário intelectual e cultural da França. Sobre a vida de Fernand Braudel consultar DAIX Pierre, *Fernand Braudel – Uma biografia*, Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁴⁴⁹No Brasil, e particularmente na Universidade de São Paulo, o peso da influência européia (sobretudo de origem francesa) foi significativo neste campo de estudos. Podemos destacar três obras de professores estrangeiros que lecionaram em cursos superiores de história, e produziram os textos com uma perspectiva da história geral da historiografia. Em primeiro lugar, o professor José van Besselaar, flamengo, que primeira parte de sua obra *Introdução aos Estudos Históricos* (1956), sob o título “Da Mitologia à Ciência Histórica”, faz um resumo da história geral da historiografia. Outra obra é de autoria do professor francês Jean Glénisson. O terceiro professor estrangeiro, português, Joaquim Barradas de Carvalho (1920 – 1980). Os três autores produzem a história da história na universidade brasileira. Cf. Rogério Forastieri da Silva, p. 94-95.

anos 1940. Entre outras iniciativas figuram a realização de estudos, pesquisas e cursos, a organização de uma Sociedade de Estudos Históricos (1942) e a criação da Revista de História (1950). Os nomes de Alice Piffer Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Mello, Eduardo D'Oliveira França, Eurípides Simões de Paula, Odilon Nogueira de Mattos, posteriormente professor da Universidade de São Paulo, e mesmo o de Caio Prado Júnior, renomado enquanto historiador de orientação marxista, são os principais expoentes da constelação de alunos que tiveram Fernand Braudel como professor na cadeira de História da Civilização, entre 1935-1937. Nos anos seguintes, este grupo de historiadores com formação universitária deu prosseguimento ao programa de atividades pedagógicas, de estudos e pesquisas pautado pelas formulações de Fernand Braudel em sua primeira temporada no Brasil.

Com grande atuação no campo do conhecimento científico histórico e determinado a fazer seu nome conhecido, Braudel nas pegadas de seus antecessores, Marc Bloch e Lucien Febvre, investiu na 'renovação do conhecimento histórico' que seria a marca da *Escola dos Annales*. Imediatamente, estas iniciativas causaram forte impressão nos historiadores brasileiros. Em função desta ligação, consórcios entre França⁴⁵⁰ e Brasil seriam cada vez mais comuns.

Alguns temas eram debatidos com certa veemência no período, principalmente a 'produção de conhecimento no Brasil e sobre o Brasil'. Outro ponto que despertava a preocupação daquela geração versava sobre a preparação dos 'professores do ensino de história'. Entendiam-se que o espaço produtor de conhecimento aliado aos docentes, em grande parte franceses, responderiam as inquietações. E foi, em suma, o que aconteceu:

"O período 1935-1956, porém, foi um momento chave da produção historiográfica brasileira, marcado pela geração de conhecimento histórico sob padrões do trabalho intelectual cientificamente orientado e a partir das estruturas de um sistema universitário. O diálogo com essa tradição intelectual nos estudos históricos, a da moderna historiografia francesa, com forte e destacada presença

⁴⁵⁰"Teodoro Ramos, professor da Escola Politécnica, parte para a Europa com a missão de contratar professores e pesquisadores de reputação estabelecida. Assim chegaram ao Brasil Luigi Fantapié (Matemática), Gleb Wataghin (Física), H. Rheinboldt e H. Hauptmann (Química), E. Marcus (Zoologia), F. Rawitscher (Botânica), Lévi-Strauss (Antropologia), e tantos outros que deram o impulso inicial à Universidade de São Paulo. Sofreram, no começo, uma certa hostilidade das escolas tradicionais, mas auxiliados por brasileiros como André Dreyfus (criador da escola brasileira de Genética) e H. da Rocha Lima, e, mais tarde, junto com os seus primeiros discípulos brasileiros, criaram a primeira Universidade brasileira digna deste nome." Cf. FERREIRA, Ricardo, 1978.

nos ambientes culturais e universitários de inúmeros países, entre os quais o Brasil, pode conduzir a uma compreensão melhor abalizada de recepção dos instrumentos conceituais, métodos de trabalhos, práticas de estudo, ensino e pesquisa em História, transplantados para a FFCL/USP por intermédio dos integrantes da missão francesa.”⁴⁵¹

Émile Coornaert, Émile G. Léonard e Jean Gagé⁴⁵² devem ser destacados pelas valiosas contribuições dadas no campo da historiografia⁴⁵³ brasileira. Émile G. Léonard⁴⁵⁴ é relevante no campo da historiografia, e principalmente, historiografia protestante pelo seu excepcional esforço e produção acadêmica. Dono de um estilo que lhe é muito próprio e ao mesmo tempo acessível produziu “*uma História do Protestantismo Brasileiro*”⁴⁵⁵ muito apreciado pelos estudiosos do assunto. Seu grande esforço, e até certo ponto exaustivo se deu principalmente pelo trabalho de campo realizado. Suas fichas condicionadas em caixas simples de sapatos resguardavam informações preciosas sobre um protestantismo brasileiros⁴⁵⁶ que nunca tinha sido observado com lentes tão sensíveis e métodos inovadores. O resultado do trabalho do professor Leonard tornou-se rapidamente um clássico em meio às ‘Igrejas Protestantes de tradição Histórica’ com vigências até os dias atuais. São profissionais como Émile G. Leonard que ocuparam a 5ª subsecção da USP.⁴⁵⁷ Exatamente dentro

⁴⁵¹MARTINEZ, Paulo Henrique, *Fernand Braudel e a Primeira Geração de Historiadores Universitários da USP (1935-1956): notas para estudo*, In Revista de História, nº. 146, São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1º/2002, p. 14.

⁴⁵²Cf. CARELLI, Mario, *Culturas Cruzadas – intercâmbios culturais entre França e Brasil*, Campinas: Papirus, 1994, pp. 242 - 249

⁴⁵³Conceituação teórica sobre historiografia poderá ser consultado em ARÓSTEGUI, Julio, *A Pesquisa Histórica – teoria e método*, Bauru, SP: Edusc, 2006.

⁴⁵⁴Ver Émile-G. Leonard, *O Iluminismo Num Protestantismo de Constituição Recente*, São Bernardo do Campo: Programa Ecumênico de Pós-graduação em Ciências da Religião, 1988.

⁴⁵⁵Émile – G. Leonard, *O Protestantismo Brasileiro*, Rio de Janeiro: JUERP; São Paulo: ASTE, 1981.

⁴⁵⁶Ver obra de MENDONÇA, Antonio Gouvêa, *O Celeste Porvir – a Inserção do Protestantismo no Brasil*, São Paulo: EDUSP, 2008.

⁴⁵⁷Nesta perspectiva, a experiência universitária ocorrida em São Paulo teve reconhecida projeção cultural. Análises, estudos e depoimentos sobre a trajetória e o significado cultural da Universidade de São Paulo e de sua Faculdade de filosofia, Ciências e Letras têm destacado a absorção de técnicas, métodos de trabalho e concepções teóricas e metodológicas características da época de sua criação e que, por distintos caminhos, modelaram a feição institucional desta universidade. Diferentes áreas de conhecimento, sobretudo aquelas agrupadas na FFCL, experimentaram um verdadeiro “enraizamento” de formas e concepções

desta subsecção que surgiu a ‘motivação para o estabelecimento do novo padrão de trabalho intelectual e historiográfico. Utilizando a Revista de História da USP,⁴⁵⁸ este trabalho procurou encontrar artigos e ensaios relacionados as questões diretamente ligadas a religião no Brasil. Apesar de um considerado número de exemplares analisados, o que ficou evidente foram as poucas matérias sobre os temas.⁴⁵⁹

de trabalho intelectual organizado em moldes científicos. Notadamente, a disciplina histórica foi um destes casos, adquirindo e incorporando novas colorações à composição teórica e metodológica anteriormente existente nos estudos históricos na Brasil.

⁴⁵⁸Alguns números da série analisada destacaram temas relacionados a religião. Seguem: Revista de História, órgão do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Sociedade de Estudos Histórico, publicação Trimestral, volume XII, ano VII, nº 26, abril-junho, 2ª Parte, 1956. Otto A. Piper – *A Interpretação Cristã da História* (V), p. 27 e Otto A. Piper – *A Interpretação Cristã da História* (VI), p. 313-340. Odilon Nogueira de Matos – *Música religiosa inglesa do século XVII*, p. 237.

⁴⁵⁹A *Revista de História*, órgão do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Sociedade de Estudos Histórico, publicação trimestral, continua sendo fonte de documentação primária, séria e de grande valor acadêmico. Ela foi utilizada como objeto de análise para demonstrar a hipótese da ausência da História Religiosa na historiografia brasileira. Esta Revista da Universidade de São Paulo oferece ao pesquisador muitas possibilidades de estudos, por conter valiosas abordagens no campo da historiografia. Infelizmente não há tempo suficiente para descrever com maior precisão os assuntos que foram tratados no decorrer das décadas, por professores e mestres de inigualável valor. Aproximadamente 70 revistas foram analisadas com o objetivo de se verificar os temas relacionados “A imagem da História Religiosa do Brasil” e se houve ou não algum tipo de debate sobre a contribuição dos protestantes e religiões Afro-brasileira na formação do caráter nacional. As revistas selecionadas foram do início da década de 50 até o volume 104 do ano de 1975. Foram analisados aproximadamente 25 anos de produção histórica de pensadores predominantemente da USP. O rol dos temas é variado e bastante atual para o período, pode-se dizer que se trata de obra de vanguarda e estrutural para a educação nesta área. Ao pesquisar o material, de imediato, conclui-se que o fenômeno religioso neste período é relativamente ignorado. Principalmente porque nas décadas de 60 e 70 ocorre uma verdadeira explosão da religiosidade conhecida como “pentecostal”. No entanto nenhuma referência é feita a este movimento como também às outras formas de práticas religiosas. Esporadicamente encontram-se artigos em que o religioso é tratado pela perspectiva católica e um pouco distante da realidade nacional. Em seguida alguns exemplos. O **numero 16**, outubro-dezembro, volume VII de 1953, apresenta um texto de Mario Lacerda de Melo, sobre os Holandeses e portugueses. Os Holandeses são tratados como invasores. A **Revista, nº. 78**, abril-junho, volume XXXVIII, 1969, trás dois artigos sobre religião, no entanto, distante da realidade brasileira. De Jorge Bertolasso Stela: *Religião e História* e de Nachman Falbel, *As heresias dos séculos XII e XIII*. De Maurice A. Lubin, artigo encontrado na **Revista nº. 84**, outubro-dezembro, 1970, tem como título: *Os primórdios da Igreja no Novo Mundo*. *Expansão da Igreja no Brasil Independente* foi escrito pelo Padre Hélio Abranches Viotti, na **Revista nº. 92**, outubro-dezembro, volume XLV, 1972. Outros títulos poderiam se classificados nesta relação, no entanto não mostram qualquer tipo de ligação com a cultura religiosa do Brasil. Parece que efetivamente estamos diante de uma religião recalcada. Estas revistas apesar de não se constituir em objeto para a pesquisa proposta, servem de indicadoras e material de apoio para mostrar uma produção acadêmica na área de História do Brasil na segunda metade do século XX construídas por intelectuais da própria USP.

É prazerosamente oportuno lidar e perceber o quanto a compreensão da produção do conhecimento histórico se tornou importante para os estudiosos brasileiros. A utilização de padrões científicos de trabalho intelectual, necessariamente exigia uma manipulação segura e precisa das teorias e de metodologias que contribuíram para um conhecimento efetivamente científico.

Autores como José Honório Rodrigues, José Roberto do Amaral Lapa, Carlos Guilherme Mota, Carlos Fico e Ronald Polito, Maria Helena R. Capelato, José Robson de Andrade Arruda e José Manuel Tengarrinha são exemplo vivos da nova concepção e visão de história entre os intelectuais brasileiros. Tanto José Robson como Tengarrinha, hoje, produzem aqueles que são os mais relevantes entre os livros didáticos usados no ensino fundamental e médio na região sudeste do Brasil.⁴⁶⁰

As raízes dessas novas metodologias, abordagens e compromisso com o 'saber universitário' aprofundam-se produzindo a consolidação da FFCL/USP e oferecendo a São Paulo inúmeros profissionais que pela própria natureza da cidade vão encontrando seu espaço, enquanto trabalhadores profissionais frente a desafios jamais observados. O gigantismo de São Paulo e sua forte vocação para o desenvolvimento urbano e industrial criam condições que em outros estados brasileiros não foram possíveis. Estas condições de atuar na docência, vêm ao mesmo tempo suprir uma demanda imposta naturalmente pelo desenvolvimento e modernização da região. São Paulo é urbana, industrial, tecnocrata e culturalmente bem atendida. Este é, sem nenhuma dúvida, o espaço em que estes novos intelectuais iriam atuar. São Paulo absorverá inúmeros projetos intelectuais, acolherá os titulados academicamente, criando o ambiente próprio para a nova realidade.

"O recorte temporal 1935-1956 merece atenção, uma vez que esses anos representaram uma fase crucial para os estudos históricos no Brasil. Inúmeras obras de síntese e monográficas sobre o passado brasileiro foram produzidas à margem dos estudos realizados no

⁴⁶⁰MARTINEZ Paulo Henrique, *Fernand Braudel e a Primeira Geração de Historiadores Universitários da USP (1935-1956): notas para estudo*, In Revista de História, nº. 146, São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1º/2002, p. 15.

circuito universitário, nucleadas em distintos pontos do país e com variado grau de relevância historiográfica. Entre as mais significativas destacam-se as de Sérgio Buarque de Holanda, Ernani Silva Bruno, Mário Neme, Heitor Ferreira Lima e Maurício Goulart, em São Paulo, Gilberto Freyre e Amaro Quintas, em Pernambuco, Néelson Werneck Sodré, Octávio Tarquínio de Souza, Américo Jacobina Lacombe, Helio Vianna, Pedro Calmon e José Honório Rodrigues, no Rio de Janeiro, e Affonso Ruy, na Bahia. Por outro lado, deu-se a própria consolidação do sistema universitário em São Paulo, iniciado em 1934, e, conseqüentemente, do padrão de trabalho intelectual implícito neste, onde as práticas do ensino e da pesquisa estavam bastante associadas. As décadas de 1930-1950 conheceram os resultados desta interação, como as teses universitárias dos historiadores da primeira geração da FFCL/USP, apresentadas entre 1942-1951, ou as obras de Roberto C. Simonsen e de Sérgio Milliet, por exemplo, derivadas de cursos que ministraram na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. As décadas seguintes assistiram à crescente inserção da FFCL/USP na vida cultural da cidade de São Paulo.”⁴⁶¹

Nunca é demais destacar que a maneira de se produzir história no Brasil trazia certo grau de prejuízo uma vez que, predominantemente, destacavam-se apenas “aos aspectos individuais, factuais, militares e diplomáticos da vida colonial e nacional.”

Segundo Martinez “o estudo do percurso profissional e intelectual da primeira geração de historiadores universitários, em São Paulo, constitui, assim, um caminho estimulante para análises das condições do trabalho intelectual, no passado, em contraste com o presente.”⁴⁶²

“Este foi o caso de Eurípedes Simões de Paula, por exemplo. Assistente da cadeira de História da Civilização e, posteriormente, catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval, na qual realizou, entre outros estudos, o doutoramento, teve destacada atuação institucional e intelectual nos estudos históricos, entre 1940-1980. Ocupou inúmeros cargos na administração da FFCL e da própria Universidade de São Paulo, sendo, ainda, um dos principais animadores do projeto da Revista de História e da expansão do ensino de história nas décadas seguintes. Trajetórias semelhantes tiveram outros alunos de Braudel, na docência, na pesquisa, nas atividades organizacionais do Estudo da história e administrativa na FFCL e na USP, como Alice Piffer Canabrava, Eduardo D’Oliveira França, Odilon Nogueira de Matos, Astrogildo Rodrigues de Melo, ou fora dela como Caio Prado Júnior. Este último, integrante da primeira turma de alunos do curso de Geografia e História da FFCL/USP, embora não tenha ocupado posições institucionais, detém lugar destacado na historiografia brasileira. Na

⁴⁶¹MARTINEZ: 1º/2002, p. 17.

⁴⁶²MARTINEZ: 1º/2002, p. 20.

condição de aluno dos professores franceses, Braudel entre eles, não ficou imune aos ensinamentos e métodos de análises da geohistória, por exemplo, e participou da criação da Sociedade de Estudos Históricos, em 1942, ao lado de seus antigos colegas da turma de 1934-1936 na FFCL. Os vínculos intelectuais de Caio Prado Júnior com a primeira geração de historiadores universitários também podem ser melhor conhecidos e explicitados.”⁴⁶³

Ao chegar em 1956, para a cátedra de História da Civilização Brasileira da FFCL/USP, o professor Sérgio Buarque de Holanda,⁴⁶⁴ influenciado pelas gerações de intelectuais que criaram a USP, impôs novos modelos e novos paradigmas. Este mestre provocou uma verdadeira “renovação do estudo, ensino e pesquisa em história do Brasil naquela faculdade.” Seu excelente livro *‘Raízes do Brasil’* tornou-se leitura obrigatória para todo estudioso das ciências humanas.

2.9. A Reação dos Intelectuais Católicos.

2.9.1. Faculdade de Filosofia de São Bento - uma tradição.

O quadro que se desenhava na sociedade brasileira, apontava para uma modernização do país através de iniciativas e procedimentos baseado no conhecimento e nos novos critérios utilizados pelas sociedades mais avançadas, principalmente européias. O conhecimento, fonte da evolução das culturas, dentro dos novos contextos, só seria possível, quando estruturas adequadamente preparada e devidamente equipada, com a utilização dos novos métodos científicos fossem de uma vez por toda implantada e vivenciada pelos construtores do saber. Para que esses projetos alcançassem sucesso às lideranças deveriam empregar esforço sobre-humano. As novas instituições de ensino, o caso da USP, responderiam por essa demanda. Ao mesmo tempo o metafísico, bem como a validade da religião, receberia fortíssimas críticas. A imobilidade da esfera religiosa seria a garantia para executar os novos

⁴⁶³MARTINEZ, 1º/2002, p. 22.

⁴⁶⁴Ver *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectiva*, Orgs. Pedro Meira Monteiro, João Kennedy Eugênio, Campinas: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: URDERJ, 2008.

procedimentos. Uma vez que para essa nova compreensão de mundo e ciência, a religião era um obstáculo a ser removido.

As ações desenvolvidas por dirigentes da sociedade brasileira que discordavam desta postura frente ao religioso, procuraram responder reafirmando e criando centros educacionais de alto nível, para além de promover o conhecimento, responder àqueles que se colocavam na oposição. No seu pequeno, porém, importante livro “*A Idéia de Brasil Moderno*”, Octávio Ianni logo de início consegue, e faz com muita competência, trazer para a discussão o tema da modernidade na sociedade brasileira. Após considerar o grande esforço de alguns dos principais autores brasileiros, preocupados com um país moderno, e, portanto, com a difícil tarefa de reconstruir as causas principais de o Brasil ser o que é, Ianni descrever a excepcional oportunidade que as instituições brasileiras perderam no momento que a Independência foi proclamada. Aquele seria o momento mais oportuno para estabelecer uma República, reorganizar as instituições, exterminar a escravidão,⁴⁶⁵ enfim elevar o país aos patamares já ocupados por nações evoluídas. Porém, o país, mesmo com a independência, continuaria absolutista, escravista e lusitano. Ianni comenta a opinião de José Veríssimo em “*História da literatura Brasileira*” e aponta a compreensão desse autor a respeito do tema:

“O movimento de idéias que antes de acabada a primeira metade do século XIX se começara a operar na Europa com o positivismo Comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan e quejandas correntes de pensamento, que, influenciando na literatura, deviam pôr termo ao domínio exclusivo do romantismo, só se entrou a sentir no Brasil, pelo menos, vinte anos depois de verificada a sua influência ali. Sucessos de ordem política e social, e ainda de ordem geral, determinaram-lhe ou facilitaram-lhe a manifestação aqui. Foram, entre outros, ou os principais; a guerra do Paraguai, acordando o sentimento nacional, meio adormecido desde o fim das agitações revolucionárias conseqüentes à Independência, e das nossas lutas no Prata; a questão do elemento servil, comovendo toda a nação e lhe despertando os brios contra a aviltante instituição consuetudinária...Certos efeitos inesperado da guerra do Paraguai, como o surdo conflito que, apenas acabada, surgiu entre a tropa

⁴⁶⁵Ver sobre *O Escravo na Grande Lavoura*, Capítulo I, Livro II, *Da Escravidão Ao Trabalho Livre*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, III – Reações e Transações*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 135.

demasiado presumida do seu papel e importância e os profundos instintos civilistas da Monarquia não foram sem efeito neste momento da mentalidade nacional.”

Ianni ressalta que no momento que a propaganda republicana⁴⁶⁶ começa a traçar seu caminho, influenciada pelo desenvolvimento das forças sociais internas e pelas repercussões da queda das monarquias na Espanha em 1868 e na França em 1870, a campanha republicana interessou grandemente os intelectuais, principalmente os mais jovens. Esta campanha favoreceu o livre pensamento, em especial o anticatolicismo, por oposição à Monarquia, oficialmente católica.⁴⁶⁷

Ao tornar-se independente o Brasil sustentou determinados modelos que já não podiam responder as inquietações do século XIX. As antigas estruturas mantidas facilitaram a inoperância e imobilidade da sociedade tornando o país cada vez mais inerte e paralisado. Ianni afirma que no “fim do século XIX o Brasil ainda parecia viver no fim do século XVIII. As estruturas jurídico-políticas e sociais tornaram-se cada vez mais pesadas. Revelaram-se heranças carregadas de anacronismo. Era evidente os sinais de uma mentalidade formada nos tempos do colonialismo português. As relações dos setores dominantes e do próprio governo com a sociedade guardava os traços do colonialismo.”⁴⁶⁸ Ianni comenta:

“A persistência do escravismo e os artifícios do manto monárquico configuravam um poder estatal com as características de uma administração distante, estranha, alheia aos interesses populares. A legitimidade alcançada pelos construtores do Estado nacional, quando resolveram pelo regime monárquico, teve sempre o jeito de uma legitimidade imposta não só pelo alto, mas estrangeira, no sentido de indiferença aos movimentos mais gerais da sociedade.”⁴⁶⁹

⁴⁶⁶CODECEIRA, José Domingues, *A Idéia Republicana no Brasil*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.

⁴⁶⁷IANNI, Octávio, *A Idéia de Brasil Moderno*, São Paulo: Brasiliense, 2004, p.16.

⁴⁶⁸IANNI, 2004, p.19.

⁴⁶⁹IANNI, 2004, p. 20.

Em 1932, as escolas superiores nos ramos tradicionais haviam se multiplicado em virtude da ampliação da rede de estabelecimentos privados, bem como em consequência da extensão do conjunto de estabelecimento públicos. Havia nesse ano, nove faculdades politécnicas (quatro faculdades públicas – duas financiadas por governos estaduais e duas pelo governo federal - e cinco particulares), das quais oito haviam sido reconhecidas oficialmente; onze faculdades de medicina (seis faculdades públicas – três financiadas por governos estaduais e três pelo governo federal – e cinco particulares) sendo que apenas uma não havia alcançado reconhecimento oficial; e 21 faculdades de direito (oito faculdades públicas – cinco financiadas por governos estaduais e três pelo governo federal – e treze particulares), das quais cartoze haviam logrado aprovação oficial. Dessa maneira, as entidades particulares acabaram sobrepujando a iniciativa pública, fazendo com que as corporações religiosas e os empresários particulares se tornassem os principais investidores nessa área.”⁴⁷⁰

Percebendo, talvez com certo atraso, diversas críticas e uma *mea culpa* pela situação de subdesenvolvimento do país, setores ligados ao pensamento católico resolveram provar que a idéia de atraso necessariamente não era filha da religião. Algumas medidas foram tomadas principalmente no campo da educação.⁴⁷¹ A criação de escolas que externassem ao mesmo tempo o pensamento científico sem obrigatoriamente abrir mão da metafísica ganhava a simpatia de muitos. Foi nesse contexto que surgiu a Escola de Filosofia de São Bento.

A análise detalhada das ações produzidas pelos setores católicos nas décadas iniciais do século XX, são suficiente para demonstrar uma inquietação diante de um quadro social, político e religioso que se definia para uma posição secularizante e racionalista da sociedade. O desenvolvimento do país, naquela conjuntura, poderia custar o enfraquecimento de setores que associados ao poder, para alguns líderes não mais se justificava. O Brasil encontraria uma

⁴⁷⁰MICELI, Sergio, *Intelectuais à Brasileira*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.116

⁴⁷¹TEIXEIRA, Anísio, *Educação não é Privilégio*, São Paulo: Editora Nacional, 1971.

válvula desenvolvimentista abandonando determinadas atitudes, comportamentos e posições que há muito lhe impedia um reconhecimento internacional e uma real condição de crescimento. Das muitas relações que a liderança mantinha com diversos setores da sociedade, o relacionamento com a Igreja, para muitos intelectuais e políticos não tinha mais sentido. O catolicismo expressão maior dessa religiosidade percebia que muito mais que uma simples opção pelo racionalismo e secularismo a sociedade brasileira estava fazendo uma escolha para o não religioso. Desta forma, colocavam à margem cerca de quatro séculos de tradição e história.

À medida que o religioso ia sendo deslocado com a justificativa que o transcendental tornara-se obstáculo para o desenvolvimento e que foi uma das principais causas para o atraso da sociedade brasileira, conscientemente articulações foram necessárias, até mesmo para discutirem o futuro e sobrevivência da religião em uma sociedade que se definia como laica e moderna. Como produto destas articulações surgia a urgente necessidade de uma tomada de posição e ao mesmo tempo a reafirmação do religioso como esfera da sociedade tão importante como qualquer outra.

Como já foi descrito a reação contra as posições que as sociedades modernas tomavam contra o catolicismo foi motivo para o Vaticano reagir com uma série de proposições ásperas advertindo a sociedade dos enormes perigos de uma sociedade puramente secularizada. Todo esse protesto acabou provocando na liderança religiosa do Brasil um sentimento que resultaria em ações firmes e pontuais, como uma cruzada, a fim de amenizar uma disputa desnecessária.

Estas reações ganharam espaços levando a sociedade a discutir o futuro do país sem desconsiderar a contribuição daqueles que de muitas formas ajudaram-no a ser o que era.

Neste contexto ocorre a criação e inserção da Faculdade de São Bento que seria a primeira faculdade de filosofia oficialmente criada no Brasil. Como parte integrante deste núcleo tomista era possível encontrar grandes pensadores que como projeto de vida, entregar-se-ão ao ensino da filosofia e da teologia em

São Paulo gerando aquelas que seriam as reais condições para a organização da Universidade Católica de São Paulo.

D. Miguel Kruse diante de uma tarefa das mais difíceis em 15 de julho de 1908 inaugurou em São Paulo a Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo. Esta Faculdade iria representar um divisor de águas. Estabelecida em um dos pontos mais estratégicos da província de São Paulo⁴⁷² em corredor de fácil acesso viveria para a manutenção e atualização do pensamento católico na região sudeste do país, principalmente em São Paulo. Desde o início este centro educacional deveria cultivar a “ciência pura”, isso significava uma grande cruzada contra os princípios do utilitarismo em suas diversas modalidades.

Ainda como marca indelével, desta Faculdade, estava a grande tarefa de guiar o espírito dos estudantes da prisão exclusivista do “*a posteriori*” do positivismo⁴⁷³ e dos métodos experimentais à liberdade do espírito que se distingue pelo “*a priori*”, bem entendido, em busca dos princípios da verdade, a fim de estabelecer o equilíbrio entre o “*a posteriori*” e o “*a priori*” do conhecimento humano.⁴⁷⁴

Os documentos estatutários desta Faculdade foram devidamente registrados no foro cível em 11 de outubro de 1909. Os registros históricos apontam que esta Faculdade foi incorporada a Universidade de Lovaina (Bélgica) por ato de 28 de fevereiro de 1911, cuja regalia ainda goza presentemente, como título honorífico. O título oficial foi, no início (1909), “Faculdade de Filosofia e Letras

⁴⁷²Ver TSCHUDI, J.J., *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

⁴⁷³O positivismo, outra forma de racionalismo, era um movimento filosófico que enfatizava que somente o verificável pelo método científico, isto é, refutável, pode produzir conhecimento verdadeiro. Como a presença do sobrenatural não pode ser provada nem refutada por nenhuma forma de observação, ela não pode pretender ser verdadeira. CF. PADEN, 2001, p. 42.

⁴⁷⁴CAMPOS, Fernando Arruda, *Tomismo e Neotomismo no Brasil*, São Paulo: Grijaldo, 1968, p. 69-70.

de São Paulo,⁴⁷⁵ passando a ser, em 1936, “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento e Instituto Superior de Educação anexo” e, a partir do reconhecimento oficial (1914), “Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento”. O reconhecimento dos cursos deu-se através do decreto nº. 6526, de 12 de novembro de 1940.⁴⁷⁶

Ao longo dos anos o nome da Faculdade sofreu algumas alterações. Em 1936, passou a denominar-se “Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento e Instituto de Educação anexo”, constituía-se de quatro secções ou faculdades, com organização e programas autônomos e com a prerrogativa de conceder diplomas próprios, reunidas, porém, sob uma mesma direção administrativa e governadas por um mesmo regimento interno, aprovado pelo Governo Federal. As quatro secções ou departamentos ficaram tendo a seguinte organização: A – Faculdade de Filosofia; B – Faculdade de Ciência; C – Faculdade de Letras; D – Faculdade de Educação.⁴⁷⁷

No início do século XX pode-se localizar as fases pelas quais passaram a Faculdade e o germe de sua história. Em primeiro lugar destaca-se o momento de sua fundação que vai até a primeira guerra mundial (1908-1917). Este momento de evolução deste núcleo educacional católico se confunde com a história e docência de Monsenhor Carlos Sentroul. Intelectual, primeiro a dirigir a cadeira de filosofia e ligado a Universidade de Lovaina. Este professor destaca-se como um dos mais importantes que atuou neste centro. Em 1917 esta fase terminou quando Carlos Sentroul viajou para Roma. A retirada deste professor somada a outras questões levou a suspensão dos cursos neste ano, que só em 1922 foram reiniciados. Este momento em particular ganhou destaque em função de excepcional aula inaugural proferida a 31 de março pelo Dr. Leonardo Van Acker, e com ela inaugurou-se o segundo ciclo de atividades (1922-1935).

⁴⁷⁵Artigos e entrevistas apresentados originalmente no Informe: Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, Edição Especial, 2 volumes, São Paulo, 2004.

⁴⁷⁶CAMPOS, Fernando Arruda, *Tomismo e Neotomismo no Brasil*, São Paulo: Editorial Grijalbo, 1968, p. 70.

⁴⁷⁷CAMPOS, 1968, p. 70.

Nesse mesmo ano foi fundado o “Centro da Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo”, cuja finalidade era promover o trabalho pessoal dos estudantes, nas matérias ensinadas na Faculdade. O centro funcionou regularmente desde o ano de sua fundação, estimulando o trabalho pessoal dos alunos. Desde 1931, em homenagem ao falecido fundador da Faculdade, passou o Centro a denominar-se “D. Miguel Kruse”. A terceira fase (1936-1945) inicia-se com a remodelação completa que sofreu a Faculdade ampliando seus objetivos e cursos, a fim de satisfazer às exigências da Lei Universitária Brasileira e poder pleitear do Governo Federal a aprovação e oficialização dos seus cursos e diplomas. A quarta fase destaca a formação da Universidade Católica de São Paulo em 1946.

Após a realização do Congresso Eucarístico Nacional em 1942, o Episcopado Paulista, reunido e organizado sob a presidência de D. José Gaspar da Fonseca e Silva, havia pedido, oficialmente, a autorização pontifícia para o funcionamento e iniciativa da Universidade Católica. E, na primeira reunião episcopal da Província Eclesiástica de São Paulo, realizada a 22 de abril de 1945, presidida por D. Carlos C. de Vasconcelos Mota, “foi, unanimemente, deliberado que uma das comemorações do Bicentenário do Bispado de São Paulo, criado que foi em 1745, haveria de ser e seria, de fato, o lançamento básico da fundação universitária. Eis porque, no dia 10 de outubro de 1945, no Tabelionato Veiga, desta Capital, lavrou-se a escritura publica da “Fundação São Paulo”.

No artigo 2º dos respectivos estatutos lê-se: “a finalidade da fundação é instituir, manter e dirigir as faculdades e demais institutos que hão de integrar a futura Universidade Católica de São Paulo, bem como outras organizações de caráter cultural e social”. E no artigo 3º: “dentre os objetivos colimados pelas instituições referidas no artigo anterior, destacam-se os seguintes: a) ministrar o ensino superior em todas as suas modalidades; b) estimular a investigação científica; c) contribuir para a formação de uma cultura superior, adaptada às realidades brasileiras e informada pelos princípios cristãos; d) contribuir para o

desenvolvimento da solidariedade entre as Democracias Americanas, especialmente no campo cultural e social, em defesa da civilização cristã.”⁴⁷⁸

Em 10 de outubro, estava nomeado o primeiro reitor, na pessoa do então bispo de São Carlos, D. Gastão Liberal Pinto, logo depois substituído por D. Paulo de Tarso Campos, bispo diocesano de Campinas, e o corpo docente da Faculdade de Direito, tendo como diretor o Dr. Alexandre Correa.

Aos 7 de janeiro de 1946, era autorizado o funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade Paulista de Direito.

Já, aos 15 de outubro de 1945, por decisão de seu venerável Capítulo, a Abadia Beneditina Nossa Senhora da Assunção, de São Paulo, em sessão presidida por D. Lourenço Zeller O. S. B., Bispo-arquiabade, manifestava-se pela incorporação da Faculdade de Filosofia de São Bento à Universidade Católica em organização.

Finalmente, a 13 de agosto de 1946, em reunião realizada no Palácio Pio XII sob a presidência do Cardeal Arcebispo de São Paulo, os arcebispos e bispos da Província Eclesiástica de São Paulo e os responsáveis pelas várias faculdades católicas do Estado de São Paulo, decidiram pela fundação da Universidade Católica de São Paulo.

A equiparação da Universidade deu-se pelo decreto 9.632, de 22 de agosto de 1946; a ereção canônica aos 12 de janeiro de 1947, sendo-lhe ao mesmo tempo, conferido o título de pontifícia. Em 1961 era a seguinte a composição da PUC de São Paulo: Faculdade Paulista de Direito; Faculdade de Filosofia Ciência e Letras “*Sedes Sapientiae*”; Faculdade Paulista de Enfermagem (criada em 1961); Faculdade de Ciências Econômicas Contábeis e Atuariais “Coração de Jesus” (agregada em 1948); Faculdade de Teologia “Nossa Senhora da Assunção” (agregada em 1949); Escola de Enfermagem “Coração

⁴⁷⁸CAMPOS, Fernando Arruda, *Tomismo e Neotomismo no Brasil*, São Paulo: Editorial Grijalbo Ltda., 1968, 123-124, Apud, Cf. Pastoral “*Pro Universidade Católica*”, em Anais da PUCSP, vol. 1, 1946, p. 8.

de Maria” (agregada em 1955); Faculdade de Medicina de Sorocaba (organizada em 1949 e agregada em 1955); Escola de Jornalismo “Casper Líbero”; Serviço Social de Rádio Difusão; Escola de Serviço Social de São Paulo, (agregada em 1956). Como unidades complementares da Universidade foram admitidas: Escola Superior de Administração e Negócios da Ação Social (1955); e o Instituto de Serviço Social de São Paulo (1956), cuja denominação foi, em 1960, alterada pra Faculdade Paulista do Serviço Social.⁴⁷⁹

A Universidade vem publicando seus anais desde 1946 e sua revista desde 1952. Este órgão de divulgação da cultura universitária, acolhe, dentro de seu programa, “a colaboração valiosa de todos os que se esforçam por oferecer uma resposta às preocupações intelectuais e morais de nosso tempo.”

Como se observa a criação de uma Universidade Católica no contexto paulista exigiria muitas ações e projetos de competências uma vez que outras matrizes educacionais já estavam estabelecidas no Brasil há algum tempo. Muito mais que isso, não se tratava apenas de mais uma Universidade. Aquilo que seus fundadores almejavam era um centro de altíssimo nível e excelência no ensino capaz de ocupar espaços até então dominados por Escolas que produziam educação pura e simplesmente utilitarista, secularizada, anti-religiosa e racionalista. Uma Universidade livre do modismo e eficiente na propagação dos valores da civilização cristã.

A incorporação da Faculdade de Filosofia de São Bento à incipiente Universidade Católica, serviu para demonstrar as bases teóricas e o cimento que daria sustentação aos princípios educacionais daquela instituição. Demonstrou-se com isto a forte influência das tendências tomistas na constituição daquela escola.

O aprofundamento na história da Faculdade de Filosofia de São Bento e sua incorporação à Universidade Católica de São Paulo revela que determinados setores da intelectualidade e da política paulista não recepcionarão com bons

⁴⁷⁹Cf. Anuário da PUCSP, 1960-1961.

olhos esta fusão. O que poderia resultar da união de uma Faculdade de Filosofia com uma forte base tomista/aristotélica a um conjunto de outras organizações educacionais? No consciente da sociedade brasileira e muito provavelmente nas elites dirigentes, que papel e para que serviria uma Universidade Católica?

O elemento desconfiança permeava os relacionamentos dos setores políticos com a liderança religiosa que exercia alguma influência naquele contexto histórico e político. Para muito aquela idéia que se tornou realidade e por trás dela, estava um forte projeto e uma clara intenção de trazer o catolicismo ao lugar do qual nunca deveria ter sido expulso. Desenhava-se um quadro que para alguns era indesejado, absoleto e retrogrado. Associavam o atraso, subdesenvolvimento, analfabetismo, desequilíbrio econômico e muitos outros males a religião. Neste entendimento não seria nada promissor a idéia de uma grande Universidade com princípios católicos cristãos.

Na constituição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, oficialmente organizada em 1934, estava a intenção, comprovada por muitos historiadores de se fazer frente com esta escola à Faculdade de Filosofia de São Bento. Ficava evidente que as escolas percorreriam um longo caminho de rivalidade e desafios. Uma de natureza humanista e com forte tendência ao anti-religioso, a outra fortemente tomista/aristotélica. Seria possível uma coexistência, ou necessariamente são excludentes? Até que ponto estariam dispostas ao entendimento, cooperação e convívio?

Atualmente tanto a PUC-SP como a USP se destacam como dois espaços sólidos e consagrados a educação, a excelência acadêmica e produção de conhecimento. O convívio se mostra dos melhores, principalmente pelos diversos consórcios e intercâmbios entre as Universidades. Inquestionavelmente cada uma valorizou e substancialmente, bem como soube aproveitar as oportunidades, destacando-se, ao longo dos anos, no cenário nacional e internacional como centro de alto nível acadêmico.

Em seguida selecionaram-se, de forma sintética alguns nomes que fizeram história na educação, principalmente com grande influência na Faculdade de Filosofia de São Bento.

Monsenhor Carlos Sentroul.

Nascido em Liège (1876), fez os estudos secundários e eclesiásticos em Bruges. Formou-se no Instituto Superior de Filosofia da Filosofia da Universidade de Sovaina, onde, em 1905, defendeu tese sob o título: “L’objet de la Métaphysique selon Kant et selon Aristote”. Vertida para o alemão, a tese foi premiada em 1906, pela Kantgesellschaft da qual o autor se tornou membro em 1907.

Foi professor e co-fundador da “Faculdade Livre de Filosofia e Letras” de São Paulo, onde veio, a convite de D. Miguel Kruse O. S. B.

A 15 de junho de 1908, Sentroul pronunciou na Faculdade a brilhante aula inaugural, cujo tema era – “*Qu’ est-ce que la Philosophie?*”. Esta preleção foi, posteriormente, traduzida em português, castelhano, alemão e italiano. As aulas de Sentroul eram dadas em francês a um auditório de advogados, médicos, engenheiro e outros intelectuais. Entre 1909 e 1914, Sentroul tomou parte ativa na vida filosófica, escrevendo vários artigos, principalmente epistemológicos. Com a guerra de 1914, em que o exército alemão violou a neutralidade da Bélgica, e incendiou a biblioteca secular da Universidade de Lovaina, principiou o desentendimento entre Sentroul e o mosteiro de São Bento, em que muitos monges eram alemães ou, pelo menos, de origem alemã. A psicose de guerra fez crescer a desinteligência até a separação definitiva. Em 1917 a Faculdade foi fechada, tendo Sentroul voltado para a Bélgica, onde se dedicou ao ministério paroquial, vindo a falecer em Bruxelas, em 1933.

João Mendes de Almeida Júnior.

Nasceu em São Paulo, aos 30 de março de 1856. Filho de João Mendes de Almeida, dele herdou não apenas o gosto pelas coisas intelectuais, como a sólida formação moral e o intenso espírito de religiosidade.

A este respeito afirma o professor Alfredo Buzaide que “as qualidades de seu pai vão refletir-se nele, moldando-lhe o caráter, infundindo-lhe a crença religiosa e aprimorando-lhe os dotes da inteligência e do talento. Ele herdara de seu pai uma tradição de honra e de espiritualidade, a bondade do coração e o ânimo combativo.

Na opinião do autor supracitado, podemos distinguir na vida de Mendes Júnior duas fases marcantes, separadas nitidamente pela morte do pai. A primeira transcorre alegre e jovial, principalmente na época em que freqüentou a Academia de Direito, como estudante. A segunda é caracterizada por um certo ar de angustia, por um intenso sofrimento interior. Na Academia de Direito foi professor (1889-1916) e diretor (1912-1915). Já em condição de saúde não satisfatória assumiu, em princípio de 1917, o lugar de Ministro do Supremo Tribunal, onde permaneceu até 1922.

Jackson de Figueiredo⁴⁸⁰ e o Centro “D. Vital”.

Da necessidade que sentiu o catolicismo nacional de avançar culturalmente e acompanhar, dessa forma, as transformações profundas que sofreu a cultura pátria dos anos 20 do século vinte, em diante, surgiu o movimento do Centro “D. Vital”, fundado por Jackson de Figueiredo em 1921 que, através de sua revista *A Ordem*,⁴⁸¹ propunha-se a ser, entre nós, um foco de irradiação da cultura católica. Jackson de Figueiredo era discípulo de Farias Brito, de quem herdou os interesses pelos problemas filosóficos e a tendência metafísica espiritualista.

⁴⁸⁰Ver DULLES, John W. F., *Sobral Pinto – A Consciência do Brasil: A Cruzada Contra o Regime Vargas*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

⁴⁸¹Ver importante trabalho de RODRIGUES, Cândido Moreira, *A Ordem – Uma Revista de Intelectuais Católicos: 1934 -1945*, Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005

Temperamento irrequieto, constantemente preocupado com o problema do absoluto, Jackson encontrou, no catolicismo, a paz para a sua consciência e no antiintelectualismo de Pascal a mais satisfatória forma de pensamento filosófico. Desta feita, não pôde a cultura católica encontrar, através dele, uma fundamentação teórica na metafísica clássica, cujo movimento de renovação se processava na Europa, como iria acontecer mais tarde, quando, com a morte prematura de Jackson, Amoroso Lima assumisse a direção do Centro e de sua revista. Desta forma, como pondera Lima Vaz, Jackson foi apenas um símbolo. Como quer que seja, o movimento jacksoniano representa, como momento histórico, uma tomada de consciência da força espiritual do catolicismo, de natureza anti-positivista, anti-materialista e anti-liberal.

O espírito um tanto ultramontano e reacionário de Jackson de Figueiredo, aliado à orientação numinosa e anti-humanista de sua cruzada, fez com que o movimento por ele encetado, ao mesmo tempo que realçava o caráter de defesa da doutrina católica⁴⁸² não apenas tivesse vínculos políticos – cuja vinculação Amoroso Lima iria mais tarde desfazer, como ainda se apresentasse como réplica ao liberalismo, que grassava entre nós. Neste sentido afirma Amoroso Lima que “os meios católicos brasileiros viviam, até então, inteiramente penetrados de liberalismo político. Foi Jackson de Figueiredo o primeiro que se levantou contra esta confusão absurda, como D. Vital⁴⁸³ a seu tempo, se levantou contra a penetração da Maçonaria⁴⁸⁴ nos meios católicos. Jackson veio mostrar que o liberalismo, como doutrina, mesmo inconsciente (o que era o caso nos meios católicos), não era mais que o

⁴⁸²Ver DIAS, Romualdo, *Imagens de Ordem - A Doutrina Católica Sobre Autoridade no Brasil: 1922 – 1933*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

⁴⁸³Ver *A Questão Religiosa envolvendo D. Vital*, Capítulo II, Livro IV, *Vida Espiritual*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 4/Vol. 6, II – *O Brasil Monárquico – IV Declínio e Queda do Império*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo: Difel, 1985, p. 338.

⁴⁸⁴Ver sobre *Ação das Sociedades Secretas*, Capítulo III, Livro II, *O Movimento da Independência*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, I – O Processo de Emancipação*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 191.

espírito maçom sem a Loja Maçônica, a função sem o órgão. Causou surpresa essa revelação e mesmo escândalo.

E, como o espírito brasileiro é, naturalmente, inclinado ao liberalismo, do mesmo modo que o espírito espanhol é, naturalmente, inclinado ao autoritarismo, (seja da direita, seja da esquerda) a pregação política de Jackson ficou limitada a um pequeno horizonte, encontrando, aliás, menos eco nos meios católicos que fora deles. Creio poder afirmar que Jackson de Figueiredo foi mais compreendido pelos não católicos do que por seus companheiros de crença, exercendo sobre estes menos influências que sobre os outros.

Padre Leonel Franca S. J.

Nasceu aos 6 ou 7 de janeiro de 1893, em São Gabriel, Rio Grande do Sul. Fez o curso primário no Colégio Alemão e no Vieira. Em 1906, matriculou-se no Colégio Anchieta de Nova Friburgo. Aos 12 de novembro de 1908 ingressou na Companhia de Jesus, recebendo o hábito dos filhos de Santo Inácio aos 3 de dezembro do mesmo ano. Ordenou-se sacerdote aos 23 de julho de 1923. Doutorou-se em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma. Em 1926 foi nomeado professor de História da Filosofia no Colégio de Friburgo e, em 1933, vice-reitor do Colégio Santo Inácio de Friburgo.

Reitor das Faculdades Católicas ocupou ainda os seguintes cargos oficiais: membro do Conselho Nacional de Educação; do Instituto de Geografia e Estatística, e da Comissão do Livro Didático. Faleceu aos 3 de setembro de 1948.

Leonardo Van Ecker.

Nasceu na Bélgica, em 1896. Doutor em Filosofia e Letras pela Universidade de Lovaina. É sucessor de Carlos Sentroul, na cátedra de Filosofia da Faculdade de São Bento. Lecionou também na Faculdade de Filosofia “Sedes

Sapientiae” e na Faculdade Paulista de Direito da Universidade Católica de São Paulo.

Padre Miguel Schooyans.

Nascido na Bélgica em 1930: cursou teologia no Seminário Maior da Arquidiocese de Malines (Bélgica). Doutor em Filosofia e Letras e bacharel em Letras Românicas pela Universidade de Lovaina. Foi professor na PUC de São Paulo.

D. Beda Kruse O. S. B.

Paul Georg Kruse (Beda Kruse), nasceu em 1905, em Berlim. Cursou filosofia e teologia no Seminário Beneditino do Rio de Janeiro. Doutorou-se em Filosofia pela Universidade de Munich, em 1935. Foi professor na PUC de São Paulo.

Beda Kruse, monje beneditino é importante figura do pensamento tomista em São Paulo. Seu excelente estudo “Desenvolvimento e importância das Faculdades de Filosofia no plano educacional brasileiro, de 1936 a 1950”, trabalho de capital importância para o estudo de nossa vida universitária, e um dos melhores já realizados no gênero.

Em “Sobre a vida e costume do erudito”, parte complementar de uma das principais obras de João Luís Vives, tenta fazer uma simples apresentação e transmissão do pensamento viviano.

Em “Da formação intelectual à sabedoria” aborda, primeiramente, o importante problema da necessidade da integração da formação intelectual pela moral e religiosa.

Colocando o problema em seus devidos termos, apresenta, em uma segunda parte, a solução que lhe parece ser a mais satisfatória. Para Beda Kruse, “pretender alcançar a verdadeira Sabedoria adstringindo-se, exclusivamente, ao elemento puramente racional, em nós, é presunçosa temeridade e significa esquecer-se de que somos cristãos”. A razão humana recebeu, pela fé, um

elemento novo, uma luz nova, que não lhe tolhe as qualidades puramente naturais; sim, lhe ilumina o caminho a seguir e lhe dá a segurança no acertar dos meios e finalidades a alcançar, mesmo no campo puramente natural e racional.

D. Beda Kruse, apesar de estrangeiro, é um filósofo preocupado com os problemas de nossa cultura tendo contribuído, valiosamente, com seus estudos e reflexões, para o enriquecimento da filosofia no Brasil.⁴⁸⁵

Alceu Amoroso Lima.⁴⁸⁶

No Rio de Janeiro, um dos mais eminentes pensadores tomistas, que atuaram fora dos quadros universitários, foi, sem dúvida alguma, Alceu Amoroso Lima, nascido em 1893.

Sua filosofia é uma reflexão constante sobre o mundo interior, em que o homem dialoga consigo mesmo, sobre o mundo exterior, em que se coloca a ordem política, e social e sobre a ordem sobrenatural, que harmoniza e sintetiza as outras duas, dando-lhes em sentido e constituindo-lhes a própria finalidade.

A doutrina política, que Amoroso Lima defende,⁴⁸⁷ apresenta-se, desta forma, como um humanismo cristão que, visando evitar os excessos do liberalismo e do socialismo⁴⁸⁸ procura manter-se em equilíbrio entre os extremos. Este humanismo “funda-se em postulados científicos, que constituem a base de uma concepção, governada, não pelos direitos do indivíduo, da nação ou da classe e sim pelos direitos absolutos da Verdade. Esses princípios são quatro: o de

⁴⁸⁵Ver PAIM, Antonio, *Etapas Iniciais da Filosofia Brasileira*, Londrina: Ed. UEL, 1998.

⁴⁸⁶CARPEAUX, Otto Maria, *Alceu Amoroso Lima*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978; Ver COSTA, Marcela Timotheo da, *Um Itinerário no Século - mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima*, Rio de Janeiro: Editora PUC/Edições Loyola, 2006.

⁴⁸⁷Muito do seu pensamento é possível encontra em LIMA, Alceu Amoroso, *Pelo Humanismo Ameaçado*, Rio de Janeiro: Edições Tempos Brasileiros, 1965.

⁴⁸⁸Ver O que é Socialismo In BOBBIO, Norberto, *As Ideologias e o Poder em Crise*, Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

finalidade: o de respeito às propriedades da matéria; o de participação; o de autoridade.”

A mais importante contribuição de Amoroso Lima para o pensamento filosófico no Brasil é, segundo nos parece, a sua profícua e eficaz ação, no sentido de introduzir, entre nós, o pensamento metafísico clássico, tal como se revela na obra de Jacques Maritain.

Quando, com a morte de Jackson de Figueiredo, em 1928, assumiu a presidência do Centro D. Vital e a direção da revista *A ORDEM*, seu órgão oficial, procurou Alceu Amoroso Lima arrancar o centro de suas ligações políticas. E foi, no tomismo de Jacques Maritain, que encontrou uma fundamentação de bases metafísicas para a expressão do pensamento católico. Esta fundamentação, que dificilmente poderia ser conseguida, através do antiintelectualismo de Jackson de Figueiredo, possibilitou ao catolicismo brasileiro o avanço cultural, que se fazia imperioso, com as transformações profundas, pelas quais passava o país, desde os anos 20 do século passado.

A lógica do segundo capítulo está fundamentada no que foi descrito anteriormente. Foram significativas e aterradoras as heranças que o Brasil absorveu das práticas e ações dos colonizadores portugueses. A Religião e o Estado viveram uma relação de ódio e amor. O Estado brasileiro com seu regalismo e padroado não deram muitas chances para que florescessem uma Igreja forte, autônoma e participativa.

O primeiro capítulo demonstrou um Estado Civil sempre em alerta a quaisquer movimentos da religião. A igreja sobreviveu como um departamento do Estado. A medida que as elites dominantes, na sua absoluta maioria, católicas, percebiam tensões entre os dois poderes, quase sempre permaneciam ao lado do Estado. Foram poucos os momentos, que aqui no Brasil, alguém resolveu enfrentar os governantes. Exceção aos dois Bispos que a despeito de muitas perdas, permaneceram ao lado dos princípios eclesiásticos.

Aos poucos esta cultura que desqualificava a Religião foi ganhando força na sociedade brasileira e mundial. Uma vez que as nações mais evoluídas já apontavam grandes senões à esfera religiosa. Numa tendência perceptível a religião foi se encolhendo e se retraindo como se fosse um organismo estranho e doentio na sociedade brasileira. Isto ocorria, não somente com o catolicismo, mas com as demais igualmente. Caso interessante ocorria com o protestantismo. No Brasil, da Independência adiante, era significativo o número de liberais atuantes na política, que acreditavam que o protestantismo poderia salvar em termos de modernidade o país. Na verdade, para estes brasileiros, grandemente influenciados pelas nações européias e norte – americana, o protestantismo era portador de elementos da modernidade. No protestantismo se verificava elementos que atraíam as experiências, as descobertas, as ciências, as invenções etc... Tudo isto era possível, porém o brasileiro, queria apropriar-se exclusivamente desta modernidade protestantes, não o queriam como sua religião. Isto se explica facilmente pelo fato de estarem, quanto aos dogmas, ritos, valores, tradições, muito satisfeito com o catolicismo.

A partir destes elementos o segundo capítulo procurou, no contexto mais próximo descrever esse novo mundo que se organizava, contra o qual a *Encíclica Quanta Cura* foi tão radical. Foi, inserido neste mundo tomado de provocações e conceitos modernos, que o Brasil começou seu processo de modernização e organização social. O país precisava se modernizar. Estas necessidades da modernização criavam situações tensas nas suas relações internas. O grande problema que o país enfrentava era com setores da sua sociedade. Como resolver a situação em que o país caminhava para a modernização, mas ao mesmo tempo teria que enfrentar forças altamente poderosas da sociedade que alimentava e resguardava elementos arcaicos e conservadores ao ponto de impedirem o avanço das novas propostas. A saída para o Brasil estava no abandono da religião oficial do Estado que teoricamente possuía o germe do atraso? E as outras religiões como seriam tratadas?

Estas questões, de acordo com a proposta da Tese, foram respondidas da seguinte forma: descreveu o significado, função e atuação do intelectual no contexto europeu e como estes conceitos foram aplicados aos nossos intelectuais. Foram resgatadas, em Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, as visões da sociedade brasileira no finalzinho do século XIX e XX. Estes intelectuais não só viveram intensamente seus dias como souberam como ninguém interpretá-los. A tese pôde selecionar textos muito valiosos escritos pelos dois pensadores que são simples, porém profundos e capazes de oferecer ao leitor a visão do Brasil daqueles dias. Os temas envolvidos com as questões sociais foram priorizados. O Brasil foi descrito com muita maestria, tanto por um como pelo outro. A escravidão foi assunto comum aos dois brasileiros, que dedicaram parte de suas vidas e inteligências para extingui-la.

Em seguida o capítulo se preocupou em descrever como foi, aqui no Brasil, a recepção de matrizes de pensamentos europeus. O positivismo, o marxismo e weberianismo foram tratados de maneiras simples e compreensivas, a fim de tornar, para o leitor, a leitura agradável. No entanto, não se caiu em uma simplificação, pelo contrário foi oferecidos conteúdos substanciais quanto a origem, chegada e enraizamento de cada matriz no solo brasileiro. Foi possível descrever resumidamente um pouco da biografia dos principais representantes de cada tendência, e como cada uma delas frutificou no Brasil. Por fim foi elaborado texto explicativo para o entendimento do surgimento, entre os brasileiros, das Ciências Humanas, biológicas e Sociais e seus papéis na produção do conhecimento. Para o autor deste trabalho, nestes pontos o Brasil estava encontrando a solução para a sua modernidade. A cristalização destas ações foi a criação da Universidade de São Paulo no ano de 1934. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP foi o marco que inaugurou os novos tempos vividos pelas sociedades paulista e brasileira. Como último tópico do capítulo destacou-se o desenvolvimento das correntes católicas no cenário paulista. A Faculdade de Filosofia de São Bento que daria estrutura para o desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Como cristalização deste novo ambiente acadêmico, foi necessário descrever alguns personagens responsáveis por essa nova tomada de posição.

Monsenhor Carlos Sentroul, João Mendes de Almeida Júnior, Jackson de Figueiredo e o Centro “D. Vital”, Padre Leonel Franca S. J., Leonardo Van Ecker, Padre Miguel Schooyans, D. Beda Kruse O.S.B., e Alceu Amoroso Lima.

Neste quadro, não restou nenhuma dúvida, que a elite brasileira agora definitivamente abandonava a religião, que para ela, era a portadora do protozoário do atraso. Para torna evidente as declarações apontadas anteriormente, a tese se preocupou em analisar três importantes obras de três grandes interpretes do Brasil. As obras que serão analisadas no terceiro capítulo são: *Casa Grande & Senzala*; *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*. Seus autores: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior respectivamente.

CAPÍTULO 3

Três Ensaios e a Compreensão Histórica do Brasil.

3.1. – *Casa Grande & Senzala*.

Apesar de seu valor intrínseco e inquestionável, a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, tem despertado muito interesse nos leitores e estudiosos brasileiros, mais recentemente. Os motivos que levaram a isto, que não cabe aqui no momento, foram muitos. Talvez a personalidade de Gilberto Freyre e suas abordagens, desassossegaram muitos críticos, conseqüentemente uma acirrada oposição foi feita à obra deste estudioso. Inacreditavelmente, o desprezo ao homem Gilberto Freyre foi transferido para a obra do autor. Felizmente nas últimas décadas o excelente trabalho de Freyre tem sido redescoberto, estudado, pesquisado e tem servido como fonte das mais importantes para a explicação do Brasil. As obras de Freyre têm alcançado nações de várias partes do planeta e estudiosos representantes de muitas correntes demonstram cada vez mais interesse pelo seu pensamento, metodologias e abordagens. Recentemente Peter Burke e sua esposa Maria Lucia Garcia Pallares Burke editaram importante material sobre sua vida e obra.

Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária escravocrata e híbrida se constitui o primeiro capítulo de *Casa Grande & Senzala*. Os demais capítulos tratam sobre os índios, portugueses e negros. Ao tratar dos negros, nos últimos capítulos, Freyre destaca o fundamental papel destes na formação do Brasil, ao ponto de serem considerados como civilizadores do Brasil.

Seguimos, quanto a análise de *Casa Grande & Senzala*, a abalizada visão de José Carlos Reis,⁴⁸⁹ que trabalha com a obrigatoriedade de compreensão de cinco das principais teses que foram defendidas na obra para se ter um conhecimento do conjunto que forma o trabalho de Freyre.

Em *Casa Grande & Senzala*, conforme o título desde logo sugere, Gilberto Freyre tomou duas chaves simultâneas para a interpretação do Brasil, ou, mais especificamente, do que mais tarde denominaria a nossa “sociedade patriarcal”: de um lado, as formas arquiteturais como símbolo ou metáfora de status; por outro lado, o papel catalítico representado pela escravidão. O livro se fundava substancialmente na diferença entre raça e cultura, distinção de fato essencial e, àquela altura, praticamente desconhecida em nossa história social; além disso, Gilberto Freyre introduzia conceitos extremamente elucidativos, como o de tempo social (paralelo ao de tempo cronológico) e o de espaço social, em lugar de espaço geográfico.

Na linha de “deseroicização” da historiografia, postulada e praticada por Oliveira Viana, ele tomou a família como unidade básica na formação, desenvolvimento e transformação da sociedade, família – e é uma das contribuições mais características do pensamento gilbertiano – estruturada pela forma patriarcal. Assim, a relação patriarcal da família propriamente dita se projeta, em termos perfeitamente idênticos, nas relações entre o senhor e o escravo – O que significa que no sistema brasileiro, o escravo, apesar das aparências ou das exterioridades, era mais do que uma simples propriedade: ele pertencia à família do senhor, sentia-se como tal e como tal era sentido. O escravo era um prolongamento da família, ao mesmo título que os protegidos e agregados, sem excluir o capelão; simbolizava no domínio rural, a família era uma “propriedade” como o escravo e as terras, estes últimos sendo, psicologicamente, a “família” do senhor.

Os termos dessa equação se intercambiam de tal maneira que a sua inversão recíproca torna o processo ainda mais claro: o senhor da família é o pai do

⁴⁸⁹REIS, José Carlos, *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 63 - 79.

escravo; a família é escrava do senhor, mas o escravo é a sua família. Claro, essa estrutura só é válida para aquele espaço social do Nordeste em que realmente alcançou pleno desenvolvimento; levantada desde logo contra a generalização que o autor a princípio lhe quis atribuir, essa abjeção é procedente, não deve ser ignorada e foi, ao que parece, por ele mesmo tacitamente admitida com o correr dos anos.

Economicamente, a sociedade patriarcal fundava-se na monocultura, com todos os benefícios e inconvenientes dela decorrentes; o que mais importa, entretanto, é que o sistema realmente integrou o escravo e o negro na sociedade brasileira, com a correspondente absorção, por parte desta última, de tantos traços e complexos culturais originalmente africanos. Nesse, e em livros posteriores, Gilberto Freire exalta a maleabilidade com que o português se adaptou aos trópicos, criando uma civilização original a partir de sugestões naturais e sociais que lhe eram oferecidas, em lugar de procurar substituí-las a todo custo por seus próprios valores de europeu. Isso não ocorreu, entretanto, por parte dos jesuítas, cujos métodos de catequeses e civilização ele critica.

A destruição sistemática ou involuntária das culturas indígenas (e dos próprios índios)⁴⁹⁰ explica-lhes a influência muito menor na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira; *Casa Grande & Senzala* destruiu, assim, implicitamente, um dos mitos românticos mais tenazes e idealizantes, da mesma forma por que destruiu o antimito que era a subestimação do negro enquanto fator da civilização brasileira.

O livro, como se sabe, tornou-se instantaneamente um clássico dos nossos estudos sociais e exerceu influência literalmente incalculável; pode-se dizer, sem exagero, que ele modificou as nossas estruturas mentais, forçou-nos a pensar de maneira diferente. Mesmo aqueles que, no todo ou em parte, se recusam a aceitar-lhe as observações, a metodologia e as conclusões, expressas ou tácitas, foram por ele influenciados e tiveram de encarar a nossa

⁴⁹⁰Ver Capítulo II, Livro II, *Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis*, In *História Geral da Civilização Brasileira* – vol. I, *A Época Colonial – Do Descobrimento à Expansão Territorial*, Direção de HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 72.

história social em perspectivas até então desconhecidas. Essa enorme e insubstituível contribuição para a nossa vida intelectual é desprezada com alguma ligeireza pelos especialistas mais recentes que já começaram, aqui e alhures, o processo de “revisão” de Gilberto Freire.

Gilberto Freyre.

Segundo Antonio Candido, “O Gilberto Freyre aqui destacada é o do momento de sua morte é o que vai de 1933, publicação de *Casa Grande & Senzala*, até 1945, quando foi eleito, pela Esquerda Democrática, deputado à Assembléia Nacional Constituinte. Esse foi o Gilberto Freyre da nossa mocidade, cujo livro sacudiu uma geração inteira, provocando nela um deslumbramento como deve ter havido poucos na história mental do Brasil. Os velhos amigos ainda falavam dele como um homem despretensioso, cheio de humor, irreverente até a molecagem, misturando à linha aristocrática uma grande simpatia pelo povo, que o levava a combater as ditaduras e acreditar nas virtudes da mestiçagem como fator democrático, que deveria produzir nestes trópicos uma civilização ao mesmo tempo requintada e popular, herdeira da Europa e criadora de um nobre timbre próprio.”⁴⁹¹

“Esse Gilberto se empenhou com rara coragem na luta contra a ditadura, enfrentando sob os mais graves riscos o interventor de Pernambuco Agamenom Magalhães, que o mandou prender junto com seu pai o professor Alfredo Freyre, moveu contra ele uma campanha de difamação e procurou tornar impossível a sua vida em Recife. Mas Gilberto resistiu, unido a tantos democratas daquele velho reduto sempre disposto a lutar pelas melhores causas. Resistiu à perseguição torpe do governo e à mobilização assanhada dos reacionários locais, um de cujos apoios eram padres da Companhia de Jesus, então muito retrógrados e tacanhos. E estava ao lado de Demócrito de Sousa Filho no comício em que este caiu morto por uma bala que talvez se destinasse ao grande sociólogo inconformado. Depois disso, no correr dos

⁴⁹¹CANDIDO, Antonio, *Recortes*, São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 82.

anos, mudou bastante. Mudou demais. Mas naquele momento foi um dos maiores exemplos de resistência e de consciência radical no Brasil.⁴⁹²

Isso, porque rasgava um horizonte novo, obrigando todos a encarar de frente a herança africana, deslocando o eixo interpretativo da raça para a cultura, dosando com extraordinária inventividade o papel simultâneo da paisagem física, da casa, do regime alimentar, das relações domésticas, do sistema econômico, das formas de mando, do sadismo social. Antes dele tinham sido destacados alguns desses fatores, como a mestiçagem por Silvio Romero desde os anos de 1870. Mas ninguém, como ele, tinha sabido fundir os pontos de vista numa “visão”, de tal modo sugestiva, que a perspectiva da classe dominante, na qual se situava, adquiria um poder interpretativo que funcionou como força renovadora. Ele foi naquele tempo um caso raro de pensador e sociólogo aristocrático abrindo não obstante horizontes de marcada radicalidade, apesar de implicações no sentido oposto que também já se percebiam e eram apontadas no tecido compósito do seu pensamento. O importante era que ele estava quebrando tabus e propondo um modo desabusado de ver as coisas.

Por isso, foi tido e tratado como radical,⁴⁹³ inspirou revisões, acabou de vez com a visão baseada na suposta hierarquia das raças, consagrou o respeito à arte do povo, à sua cozinha, ao seu dia-a-dia. E tudo por meio de uma escrita surpreendente, nova, de uma beleza como não se tinha visto antes nem se viu depois nos estudos sociais, tornando pálidos os estilos à sua volta. Escrita marcada pelos ritmos proustianos, abundante e necessária, sugerindo a

⁴⁹²CANDIDO, 1993, p. 82.

⁴⁹³Ele, Gilberto Freyre, funcionou nos anos de 1930 e 1940 como um mestre de radicalidade. O que nos fascinava era a maneira extremamente liberta com que demonstrou a concepção solene da história social, falando com saboroso desafogo de sexo, relações de família, alimentação, roupa. Era o discernimento iluminado com que sugeria a importância dos traços menores, dos fatos humildes: o cumprimento, a receita de doce, a festa de padroeiro, o bigode, o anúncio de jornal, a anedota. Era, sobretudo, a franqueza com que mostrou a presença do negro no cerne da nossa vida, chamando a atenção de todos para a necessidade de estudá-lo, resolver a sua contribuição cultural e social, marcar o seu papel na formação do Brasil. O Congresso Afro-brasileiro foi planejado e orientado por ele em Recife no ano de 1934, logo depois de Casa Grande & Senzala ter revolucionado a visão do brasileiro sobre a sua própria realidade. Mais tarde se veria o quanto o livro tinha de extrapolação e arbítrio. Naquela hora, o sentimento foi de choque revelador. Cf. CANDIDO, 1993, p. 82 e 83.

complexidade do real no caprichoso arabesco da sua marcha. Escrita de *Casa Grande & Senzala, Nordeste, Sobrados e Mocambos*, os grandes livros que naquele tempo empolgaram os moços, formando um maciço que com o passar do tempo seria contestado, mas que dificilmente poderá ser rejeitado, porque, como diz Álvaro Lins, representou uma “descoberta do Brasil”.⁴⁹⁴

Uma obra sóbria e estruturada.

O primeiro capítulo, ‘Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida’ expõe de forma sintética as suas teses sobre o Brasil; os quatro capítulos restantes desenvolverão essas teses quanto ao índio, quanto ao português e quanto ao negro que, aliás, mereceu dois longos capítulos. Freyre refere-se à sua participação na história do Brasil longamente e com muito gosto. Àquela pergunta de Von Martius: a história do Brasil teria sido melhor ou pior com a presença dos negros? Freyre responde sem hesitar: a presença negra não comprometeu em nada a criação portuguesa; pelo contrário, foi um esteio indispensável. Eles deram uma contribuição excepcional à colonização portuguesa e foram também civilizadores do Brasil.

Com cinco principais teses articuladas entre si, todas as outras páginas serão ou repetição ou episódios reveladores/confirmadores das teses. Os episódios sem essas teses têm seu sabor, mas são anedóticos e não encontram o seu sentido. As teses sobrevivem sem os episódios e oferecem a estrutura do pensamento de Freyre sobre o passado colonial brasileiro. Ao destacarmos cinco teses, além do esforço de síntese, faremos também um esforço de análise, pois estaremos destacando e detalhando o que consideramos mais relevante na estrutura de sua obra. Não nos preocuparemos em citar as páginas de *Casa Grande & Senzala*, pois aceitamos o risco de combinar dezenas delas em alguns parágrafos.

⁴⁹⁴CANDIDO, 1993, p. 83.

A primeira tese responderá à pergunta: Como se deu o encontro entre as três raças constituidoras do povo brasileiro?⁴⁹⁵

Segundo Freyre, foi um encontro fraterno, solitário, generoso, democrático, possibilitado pela miscigenação. Evidente que em função da primazia portuguesa, que são os vencedores, impondo sua cultura sobre os indígenas e negros, a vida familiar e social foram constituída a partir das três matrizes. Esta relação entre portugueses e indígenas e após os negros foi uma relação estabelecida pela força. Uma vez concretizada, desenvolveu-se entre colonizadores e colonizados uma confraternização. A vida sexual da colônia, bem como a social recebeu excesso de influência dessa relação. A necessidade de constituírem famílias levou os colonizadores portugueses a uma mistura em proporções jamais vistas em outros modelos.

Para os colonizadores lidar com a solidão era uma tarefa das mais difíceis. Era necessário atitudes e ações capazes de amenizarem a carência paternal, filial, do sexo, do companheirismo, da cotidianidade da vida e da dor. Portanto como marca considerável desses modelos de colonização na ausência da mulher branca o português se unirá a negra e a índia. Esta relação de extrema proximidade e intimidade entre o senhor e o escravo, corrigiria a distância social entre a Casa Grande e a Senzala.

O modelo de agricultura que utilizava à mão de obra escrava separava e colocava em oposição senhores e escravos. Esta oposição foi interrompida pela miscigenação.

“A índia, a negra-mina, a mulata, a cabrocha, tornaram-se concubinas e até esposas legítimas dos brancos, o que agiu no sentido de democratização social no Brasil. Entre os filhos legítimos e ilegítimos subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades.”

⁴⁹⁵REIS, 2007, p. 63 -79.

Contraditoriamente na construção de Gilberto Freyre, o português vencedor e até sádico, conseguiu tratar o escravo com bondade, suavidade e ternura. Evidente que dentro deste fenômeno ocorrem inúmeros elementos contraditórios e agravantes.

Para o sexo, o branco passou até a preferir a negra, na verdade, o verdadeiro objeto original do desejo: seio, cuidados, cantigas para fazer dormir, colo e aconchego, enfim, maternidade real. A negra o iniciava na vida sexual quando adolescente. Na hora da vida sexual madura era quase impossível desviar o desejo para uma mulher 'socialmente recomendável', a branca. Quanto ao negro, ele o teve como companheiro em brincadeiras infantis. Sobre ele exercerá toda a sua 'polimorfa perversidade'. E desenvolveu em relação a ele um inconsciente e profundo afeto, pois crianças que brincam juntas criam elos profundos de amizade e ternura. Para que um regime social de apartheid seja eficaz, é preciso manter as crianças brancas e negras separadas em coleios, creches, festas e nas brincadeiras. Não foi o caso brasileiro.

Esse mundo humano violento/afetuoso terá como palco a casa grande, isto é, uma arquitetura original, adaptada aos trópicos. Na casa grande, palco dessas relações complexas de crueldade e desejo-amor, estaria depositada a alma brasileira. O tempo brasileiro é observado e medido na moradia brasileira, na sua vida familiar. Ali se concentravam as principais atividades brasileiras, nos séculos XVI-XVIII. Além de moradia, ela era fortaleza, capela, escola, oficina, santa casa, convento de moças, banco... Ela não era um mundo à parte, aristocrático, distante. Ela integrava todas as atividades e tipos humanos do mundo colonial. O português foi inigualável em sua miscibilidade: aonde chegava, misturava-se gostosamente com as nativas. Eram poucos e, por causa desse seu modo democrático de ser, puderam povoar terras vastíssimas.⁴⁹⁶

Em suas guerras com os mouros, eles cultivaram a fantasia erótica da moura encantada, ligada às mulheres mouras que estupraram em suas vitórias. Essa

⁴⁹⁶REIS, 2007, p. 63 -79.

sua fantasia encaixou-se bem na índia e na mulata. As índias, aliás, eram o próprio encantamento, a fantasia encarnada: gordas, nuas, pintadas de vermelho, doidas por um banho de rio, quando penteavam cuidadosamente os cabelos, admirando-se no espelho, presentes do branco, com quem gostavam de fazer sexo. Tinham, aliás, outra escolha? Além da violência, poderiam resistir a tais presentes? A mulher morena, e não a loura ou branca, era a preferida dos portugueses para o amor físico. Suas investidas pela África e Ásia os tornaram especialmente atraídos por mulheres não-brancas. Graças à sua miscibilidade, a colonização portuguesa foi a primeira européia a constituir uma sociedade moderna nos trópicos com características nacionais e permanentes. Os outros europeus amoleciam em contato com os trópicos. E não se misturavam com as mulheres de cor.

O português, não: venceu o clima, o solo e miscigenou-se, criando uma população mestiça plenamente adaptada ao clima e a geografia. Aqui, houve o encontro, a intercomunicação e a fusão harmoniosa de tradições diversas de cultura. A cultura européia se pôs em contato com a indígena, contato amaciado pelo óleo lubrificante da mediação africana. A invasão, escravidão e estupro de negras e índia pelos portugueses não foi 'seca': foram lubrificados pela doçura africana, pela forte excitação da mulher indígena, pelos presentes e novidades dos brancos, pela adaptabilidade, aclimatabilidade, miscibilidade, plasticidade e falta de orgulho de raça do português.⁴⁹⁷

A segunda tese responderá à questão: Por que, vitoriosos militarmente, os portugueses não se isolaram orgulhosa e aristocraticamente, apenas extraíndo trabalho dos escravos e estuprando negras e índias? Por que foi possível a miscigenação com relação ao português?

A história da ocupação e estabelecimento dos portugueses na península Ibérica remonta a períodos anteriores ao domínio romano. Consta uma história de sobrevivência das mais impressionantes da Europa. A proximidade das terras de Portugal ao continente africano, indelévelmente influenciou aquelas

⁴⁹⁷REIS, 2007, p. 63 -79.

populações com o senso de dupla pertença. O português ao mesmo tempo é homem europeu, mas também, africano. Podia conviver com qualquer cultura sem estranhamento. Essa bivalência portuguesa se cristalizou no processo de identificação nacional. Os ventos africanos sopram abundantemente no solo Português. A luta do português com a civilização moçarabe facilitou a miscigenação destes povos, criando ambiente próprio para uma cultura despretensiosa e absorvente. Como fruto desta mistura o homem português se mostrara em todas as suas experiências de colonização disposição para a miscigenação. Ao implantar seu modelo de colonização no Brasil, o português já era povo misturado.

A influência africana ferve sob a européia na vida sexual, na alimentação, na religião. É uma população branca com sangue negro, mouro e judeu. É uma população já mestiça. Não há um tipo unificado de português. A raça não tem em Portugal um papel profundo. É um povo bicontinental. Culturalmente, o ar da África amolece as instituições européias, desossando o cristianismo, o feudalismo, o direito, a língua, o caráter do povo. A Europa reina, mas a África governa. A mistura étnica e a indefinição cultural tornam o caráter português um 'vago impreciso'. O caráter português é bambo, flexível, flutuante, frouxo, plástico, fortemente sexuado, imprevidente, fatalista. Esta imprecisão lhes permitiu reunir em si tantos contrastes. Eles passam de um estado psicológico a outro, rápida e subitamente. Místicos, políticos, aventureiros, vivem em uma indolência oriental. Por ser assim, o português foi o melhor dos colonizadores europeus.

Freyre tem uma grande admiração pelo português colonizador. Segundo ele, essa origem deve encher de orgulho os brasileiros. Eles tinham criado uma civilização original tropical, miscigenada, cujos vícios podem ser atribuídos à monocultura escravista. Foi esta que desvirtuou a miscigenação e não a mistura de raças em si. A relação senhor/escravo é doentia, sadomasoquista, e trouxe más conseqüências para a miscigenação. Mas esta, em si, é só um bem.⁴⁹⁸

⁴⁹⁸REIS, 2007, p. 63 -79.

Essa avaliação otimista que Freyre faz da miscigenação representou um alívio para as elites brasileiras. Ele lhes devolveu a autoconfiança que as teorias racistas do final do século XIX lhes tinham tirado. Essa nova representação mudou a atitude do Brasil em relação ao mundo exterior. Desde 1822, as elites brasileiras esforçaram-se por esconder dos estrangeiros e de si mesmas a ‘impureza’ da história nacional. Até 1930, pensou-se que a miscigenação tinha comprometido definitivamente o futuro do Brasil.

Freyre trouxe uma nova interpretação da miscigenação que se tornará até uma referência para o mundo pós-1945, que vivera uma guerra com motivações raciais declaradas. Pós - 1945, os americanos acabaram com o seu apartheid e olharam, junto com os europeus, para o Brasil, mais seriamente, como uma história bem-sucedida de assimilação racial.⁴⁹⁹ Esta sociedade multirracial foi possível, portanto, pelas predisposições psicológicas, históricas e raciais do português. Este foi um colonizador ao mesmo tempo europeu, africano e semita, móvel, adaptável, sem orgulho de raça.

Sua mobilidade era tão espantosa quanto a sua miscibilidade e plasticidade: uns poucos homens circularam pelos continentes, transplantando populações inteiras e dominando vastos territórios. O seu caráter vago e impreciso foi o segredo da sua vitória. Se não, não se explicaria como um país faminto, doente e sem gente poderia colonizar o Brasil, a África e a Ásia. Foi este seu ‘caráter democrático’ que permitiu a confraternização das três raças constituidoras do Brasil. Eles foram os homens ideais para a colonização tropical. E criaram o homem ideal para viver nos trópicos: o mestiço-brasileiro, um homem branco com sangue negro e índio.⁵⁰⁰

A terceira tese responderá à pergunta: Qual será o palco, a sede, o lugar central em que se dará este encontro feliz entre as três raças, sob a liderança do português?

⁴⁹⁹SKIDMORE, 1994; ORTIZ, 1985.

⁵⁰⁰REIS, 2007, p. 63 -79.

Esta confraternização ocorrerá na casa grande que não se separa da senzala, mas a inclui. Ela é uma construção tipicamente brasileira, correspondendo ao novo ambiente físico e à nova atividade portuguesa: a monocultura escravista. O Português, então, tornou-se luso-brasileiro, o fundador de uma nova ordem econômico-social, o criador de um novo tipo de habitação, que seria o símbolo da nova civilização. A casa grande, completada pela senzala, representa todo sistema econômico-social e político: a monocultura escravista, o patriarcalismo católico e polígamo. Foi ali que se estabeleceu o novo dono do Brasil. Apesar de suas predisposições favoráveis, o português sofreu com as dificuldades impostas pelo novo ambiente.

No Brasil selvagem, tudo era desequilíbrio, excessos e deficiências. O solo excelente ou péssimo, os rios cheios ou secos. A América tropical não oferece uma vida fácil. Nas sementes, casas, animais, livros, papéis, obras de arte, em tudo se metem larvas, vermes, insetos, roendo, esfuracando, corrompendo... Foi em tais condições tão desfavoráveis que se exerceu o esforço colonizador dos portugueses nos trópicos. Foi uma vitória! Antes dessa vitória, o domínio europeu nos trópicos só se realizava por feitorias e extração da riqueza mineral. O colonizador português foi o primeiro a criar uma civilização baseada na exploração local da riqueza. Criou-se uma 'colônia de plantação', caracterizada pela base agrícola e pela permanência do colono na terra. Os portugueses iniciaram uma colonização nova: a exploração da riqueza vegetal pelo capital e esforço do particular e com o aproveitamento dos nativos, sobretudo da mulher, para o trabalho e a formação da família.

A sociedade colonial desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente, à sombra das plantações de cana-de-açúcar, em casas grandes de taipa e cal. Não foram aventureiros. Vieram, venceram, ficaram e colonizaram. Sérgio Buarque de Holanda, logo depois, em 1936, terá uma visão diferente da colonização portuguesa: feita por aventureiros, que vieram, venceram e arruinaram a terra em busca de riqueza fácil e rápida. Não é o ponto de vista de Freyre. A colonização portuguesa não foi obra do Estado, da Coroa, da Família real, mas da corajosa família rural particular. Aqui aparece uma distância significativa entre Freyre e Varnhagen: este defendia a colonização promovida pela família

real, sua fidelidade era o rei: Freyre vê como sujeito da história colonial brasileira não a família real, mas a família rural portuguesa, que enfrentou com os seus parcos capitais e vigor físico as dificuldades da terra tropical, virgem e distante. Os portugueses foram os primeiros europeus que se estabeleceram de fato em colônias, vendendo o que possuíam na metrópole e transplantando-se com família e cabedais para os trópicos. Aqui, tinham liberdade de ação. A organização colonial oficial não precedeu, mas sucedeu o desenvolvimento da colonização feita pelo particular.⁵⁰¹

Foi a iniciativa particular e não a oficial que promoveu a mistura de raças, a agricultura latifundiária, a escravidão, tornando possível sobre tais alicerces a fundação e o desenvolvimento de uma grande e estável colônia agrícola nos trópicos. Além de ter alargado o território para o Oeste, o que seria impossível para a iniciativa oficial. A colonização portuguesa feita caracteriza-se pelo domínio exclusivo da família rural. O sujeito da colonização portuguesa foi o indivíduo e a sua família, em sua unidade produtiva, semeando o solo e desbravando o território. A força social que se desdobrou em política, constituindo-se na aristocracia rural mais poderosa da América. Sobre ela o rei reina sem governar. A casa grande é o seu palácio rural. Ela venceu a Igreja em seus impulsos de ser dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando o Brasil quase sozinho. Ele é o verdadeiro dono do Brasil, mais do que os vice-reis e bispos. Era o dono das terras e da população.⁵⁰²

A diferença em Varnhagen e Freyre nesse aspecto talvez se explique pelas datas das suas obras: em 1850, Varnhagen formulava uma visão ainda portuguesa do Brasil, enfatizando a ação da família real; Freyre, em 1930, enfatizando a ação da família rural formula uma visão luso-brasileira do Brasil, a visão das elites descendentes dos descobrimentos, que admiram e reverenciam a memória daqueles que criaram este mundo nos trópicos para elas. Há também uma diferença teórico-metodológica essencial: nos anos

⁵⁰¹REIS, 2007, p. 63 -79.

⁵⁰²REIS, 2007, p. 63 -79.

1850, predominava uma história político-administrativa e biográfica, valorizando as ações e documentos oficiais; nos anos 1930, aparece uma 'história nova', econômico-social-mental, que valoriza as iniciativas coletivas, anônimas, inconsciente, não oficiais, reveladas por uma documentação maciça, múltipla, interdisciplinar. Freyre é um dos pioneiros dessa nova história.

Para Freyre, o estudo da vida doméstica da família rural luso-brasileira como que nos completa, a nós luso-brasileiros: é um meio de procurar o tempo perdido, um meio de nos sentirmo-nos outros, nos que vieram antes de nós. O passado familiar do colonizador português é um passado que se estuda tocando em nervos, um passado que emenda com a vida de cada um, uma aventura de sensibilidade, e não somente um esforço de pesquisa em arquivos. Não é fácil penetrar na intimidade do passado, surpreendê-lo em suas tendências, no seu à-vontade caseiro, em sua espontaneidade e expressões mais sinceras. Não há muitas fontes. As melhores, o confessorário as tornou desnecessárias e as engoliu. Freyre não se deixará limitar, no entanto, pela falta de fontes. Ele tomará como fonte tudo o que o homem colonial brasileiro produziu, acreditou, pensou, cantou, rezou, pintou, brincou, falou, construiu, comeu, adoeceu, lutou, defendeu, expulsou, plantou, escravizou... *A Casa Grande & Senzala* foi, portanto, o centro da história colonial brasileira, foi um verdadeiro 'palácio rural' – ali morou o seu verdadeiro sujeito, o senhor patriarcal, cercado de sua família extensa legítima e ilegítima, seus escravos domésticos, seus agregados, sua capela, sua plantação e escravos, sobre os quais exercia um poder absoluto, sem apelo.⁵⁰³

A quarta tese responderá à pergunta: A miscigenação que está na origem da colonização portuguesa do Brasil, graças às predisposições psicológicas, étnicas e históricas do português, foi um bem ou um mal? A miscigenação degenerou os brasileiros, tornando-os inferiores, inaptos, doentes, ou não? Se ela trouxe a democracia racial, a confraternização entre as raças, ela trouxe também o debilitamento da raça brasileira?

⁵⁰³REIS, 2007, p. 63 -79.

Para Freyre, os males profundos que têm comprometido a robustez e a eficiência da população brasileira, que são atribuídos à miscigenação, na verdade devem-se à monocultura latifundiária. Faltou o suprimento de víveres frescos, que tornou a população mal nutrida, comendo somente peixe seco e farinha de mandioca. A hiponutrição tem como consequência problemas de decadência ou inferioridade de raças: diminuição da estatura, do peso, do tórax, insuficiência endócrinas.

Além da hiponutrição, outro mal que afetou a saúde brasileira foi a sífilis. A colonização patriarcal do Brasil explica-se menos em termos de raça e religião e mais termos econômicos, culturais e afetivos. A sociologia que fala de manchas da mestiçagem e dos efeitos amolecedores do clima não vê a escassez de alimentos, a pobreza nutritiva da alimentação disponível há cinco séculos, a irregularidade nos abastecimentos e a falta de higiene na conservação e distribuição. Além da desnutrição, o alcoolismo e a falta de infra-estrutura que adoecem.

Senhores e escravos ainda comem embora mal. Mas, matutos, caipiras, caboclos, sertanejos pobres, que são milhões, comerão algo? A dieta precária, pobre, os jejuns religiosos, enfraquecem e adoecem a população. O Brasil dos três séculos coloniais, dominado pela monocultura latifundiária, foi terra de alimentação incerta e vida difícil. O povo brasileiro é um dos mais desprestigiados na sua eugenia e mais comprometidos na sua capacidade econômica pela deficiência de alimento. É um povo perturbado em seu vigor físico e na sua higiene por um pernicioso conjunto de influências econômico-sociais.⁵⁰⁴

Quanto a miscigenação que formou o brasileiro, ela foi vantajosa. Criou o tipo ideal do homem moderno para os trópicos, um europeu com sangue de negro ou índio. Mas ela teve um efeito colateral que deteriorou a raça brasileira e que, por, estar ligado a ela, é atribuído a ela, esta deterioração. À vantagem da miscigenação associa-se a desvantagem da sifilização. A miscigenação não é

⁵⁰⁴REIS, 2007, p. 63 -79.

culpada pela sifilização. Ela, pelo contrário, produziu belos exemplares humanos. Depois da má nutrição, talvez a sífilis tenha sido a influência social mais deformadora da plástica do mestiço brasileiro. Portanto, se o brasileiro sofre de uma inferioridade física, não se deve atribuí-la á raça ou à mistura de raças, mas à desnutrição e à sífilis, além de outros vícios: alcoolismo, comer terra... São razões históricas, portanto, corrigíveis, e não razões biológicas, irrecorríveis.⁵⁰⁵

Entretanto, apesar de recusar o conceito de 'raça' e o 'determinismo racial', diferentemente de Boas, para quem o conceito de cultura aboliu o de raça, Freyre continuou usando o conceito de raça, mesmo privilegiando o de cultura. Costa Lima apontou para essa ambigüidade de Freyre, que o torna mais próximo do pensamento brasileiro tradicional de Varnhagen, apesar das suas inovações.

Afinal, branco é uma etnia ou uma cultura, ou ambas? Freyre mistura meio, raça e cultura. Seu regime de causalidade é impreciso, afirma Costa Lima. Ora é o fato étnico, a mestiçagem, ora é a posição geográfica de Portugal, ora é a convivência/guerra entre portugueses e muçulmanos que são apresentados como responsáveis pelo caráter vago-impreciso do português. O sucesso português no Brasil ora se deu à sua etnia, ora ao clima, ora a tolerância cultural. O português tem sangue mouro, semita... Há até quem encontre em Freyre teses racistas, anti-semitas, por exemplo. Enfim, Freyre não descartou o conceito de 'raça', embora declare tê-lo feito.

Em *Casa Grande & Senzala*, as raças apresentam 'especializações psicológicas e aptidões distintas'. Freyre não absorveu completamente Boas, conclui Costa Lima. Na medida em que ainda raciocina com o conceito de raça, ele se insere de maneira limitada no historicismo alemão e se afasta bastante do historicismo de Sérgio Buarque de Holanda. Costa Lima diminui, assim, o alcance da renovação e originalidade da interpretação do Brasil de Freyre, que se acreditava inteiramente culturalista e sem nenhuma referência à raça. Costa

⁵⁰⁵REIS, 2007, p. 63 -79.

Lima se espanta, e com razão, com o fato dos seus analistas não terem dado atenção a esse aspecto do pensamento de Freyre, que aparece com muita evidência em seu texto. Ela não estaria tão longe de Varnhagen e Oliveira Vianna, afinal! E, quanto ao essencial, é essa também a nossa visão de Freyre que, sem desvalorizar as suas intuições e inovações geniais, estamos tentando demonstrar.

Entretanto, R. Benzaquem de Araújo procura também valorizar e restaurar a originalidade de Freyre ao afirmar que ele usa o conceito de raça de forma peculiar. Ela trabalharia com um conceito neolamarckiano de raça, que se baseia na aptidão dos seres humanos para se adaptarem às mais diferentes condições ambientais e para incorporar e transmitir as características adquiridas na interação com o meio. Nesta perspectiva, o conceito de raça é histórico – uma cultura é um corpo marcado pelo meio geográfico. A raça é mais efeito do que causa. Há uma diversidade cultural e racial marcada pelo meio. Benzaquem de Araújo concorda com Costa Lima quando este afirma que a imprecisão no uso do conceito de raça revela o próprio estilo de Freyre: ele não se submete a conceitos. A denúncia de sua imprecisão deve ser mantida, confirma Benzaquem, mas quanto ao conceito de raça é preciso incluir este seu esforço de precisão.⁵⁰⁶

Apesar disso, Freyre se afasta, e muito, do pensamento tradicional brasileiro racista, de Varnhagen a O. Vianna, quando estes propuseram a superação do problema racial pelo branqueamento da população. Do ponto de vista norte-americano, esta seria uma solução ingênua, pois a raça não é definida pelo fenótipo, mas pela ascendência do indivíduo. Os brasileiros poderiam se tornar todos brancos – isto não apagaria a sua ascendência negra e indígena. Freyre aceita a mestiçagem e a sua consequência fenotípica: a 'morenidade'. O Brasil é 'moreno', mestiço de branco/negro/índio. Este Brasil moreno, longe de estar condenado ao insucesso por ser moreno, tem o seu horizonte de espera aberto por esta sua originalidade.

⁵⁰⁶ARAÚJO, 1994; REIS, 2007 p. 63 -79.

A quinta tese responderá à pergunta: Para este povo miscigenado, confraternizado, bem adaptado aos trópicos, qual seria o regime político mais adequado? À democracia racial brasileira poderia corresponder a democracia social e política? ⁵⁰⁷

Freyre oferece uma resposta ambígua a esta questão, como é ambígua ou “anfíbia” toda a sua reflexão sobre o Brasil. Por um lado, a mestiçagem se fez entre senhor e escravo. Se o brasileiro é mestiço, e Freyre não omite esse dado, essa mestiçagem não se realizou amorosamente. O brasileiro mestiço não é fruto de uma relação humana entre etnias-culturais diferentes. Ele é filho de um estupro: o senhor conquistador, armado de espada e terço, que invade e domina índios e negros, exterminando e escravizando os homens e violentando as suas mulheres.

Freyre acredita que o próprio escravo se satisfaça nesta relação sadomasoquista sexual e pessoal. O escravo preferia o senhor invasor e brutal, isto é, bem no seu papel, pois é masoquista. O senhor, inebriado, transtornado de desejo por todo o poder sobre a natureza e os homens que ele conquistou, o senhor sádico, é a este que prefere o escravo masoquista. Ostentando o seu poder, realizando-o sem restrições, o senhor se torna o seu espelho, a sua imagem invertida, aquilo que ele gostaria de ser.

Como ele poderia se identificar com um senhor com características de escravos? O senhor precisa ser um antiescravo, um escravo invertido, para satisfazer ao próprio escravo! E como não há nada mais afrodisíaco do que o lazer e o poder, o português se tornou um femeeiro, possuía uma “genesia violenta”, e incluía o escravo como parceiro em suas fantasias. O papel do escravo na relação é passivo; ele deve submeter-se ao desejo sem limites do senhor e nesta submissão encontraria um inconfessado prazer. A relação senhor/escravo é uma relação sadomasoquista, isto é, uma relação de prazer sexual e até afetuosa, com violência.

⁵⁰⁷REIS, 2007, p. 63 -79.

Nessa relação se desfaz o sonho da democracia política, prometida pela miscigenação. Essa relação teria passado à esfera política. Freyre afirma que o chamado “povo brasileiro”, o mestiço filho daquela relação sadomasoquista, aprecia o mandonismo, gosta do dono bravo, do senhor completamente em seu papel. No íntimo, ele afirma, o que o grosso do povo brasileiro ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático. Até os mártires revolucionários brasileiros não querem de fato transformar o Brasil, salvar a sua população daquela relação perversa. Eles percebem àquela relação e o que querem é ter o prazer de sofrer, de ser vítima, de se sacrificar, como Jesus Cristo, o herói-vítima que todo brasileiro quer imitar. Portanto, o regime político mais adequado a este povo nascido daquela relação é a ditadura vigorosa, máscula e corajosa! O ditador será aclamado, idolatrado, amado, e quanto mais severo mais prazer trará a esta população filha do prazer-com-violência.⁵⁰⁸

Por outro lado, o regime político mais adequado à população brasileira mestiça é o que já predomina desde o início da colonização: a democracia racial e social! A miscigenação se deu entre senhor e escravo, o que ele considera uma demonstração da suavidade do escravismo brasileiro e até do espírito radicalmente democrático do português. A colonização europeia não se deu somente no sentido da europeização. A cultura europeia assimilou à indígena e a africana.

O português vencedor deixou-se civilizar pelos vencidos, como os turcos vitoriosos pelos gregos vencidos. Por suas predisposições já mencionadas, o português não se encastelou orgulhosa e aristocraticamente, separando-se das outras raças e culturas. Ele não tinha nenhum orgulhoso de raça. Os negros reagiram sobre a dominação branca, e a sua cultura foi “civilizadora” do vencedor. Do ponto de vista alimentar, por exemplo, a influência do africano foi a mais positiva. Sua dieta era mais equilibrada – era abundante em milho, toucinho e feijão. Foi o elemento mais bem nutrido em nossa sociedade patriarcal, o escravo negro, e por isso sua descendência é a mais sadia e bela.

⁵⁰⁸REIS, 2007, p. 63 -79.

O negro revelou-se superior ao índio e ao próprio português em vários aspectos da vida material e moral, técnica e artística. O negro é alegre, vivo, loquaz, vigoroso, extrovertido, plástico, adaptável. Ele foi o maior “colaborador” do branco na colonização. Ele até influenciou na europeização do índio, difundindo a religião católica e a língua portuguesa.

Freyre distingue o negro do escravo. O Brasil teve a influência do negro escravo e não a influência do negro puro. O negro escravo não pode exercer toda a influência que o negro livre exerceria, pois sua posição estava moralmente rebaixada. Ele nos aparece deformado pela escravidão. Esta não deixou que ele pudesse se revelar, se expressar plenamente. A sua influência não pode ser considerada deletéria enquanto negro, mas enquanto escravo. Não era o negro depravado, imoral, obscuro – ele é até mais frio do que o branco, precisando de danças eróticas para se excitar. A sífilis, não foi ele quem a trouxe, mas o português.

O negro escravo transformou a língua portuguesa, a religião cristã, a dieta portuguesa, o imaginário infantil. A nossa língua nacional sofreu uma dupla influência: a da casa grande e a da senzala. No brasileiro não subsiste, como nos Estados Unidos, duas metades inimigas, uma branca e outra negra. Somos duas metades confraternizadas, que se enriquecem mutuamente de valores e experiências diversas. O todo brasileiro não se faz com o sacrifício de uma das partes. Nossa personalidade mestiça se desenvolve sem a supressão de uma parte por outra. A presença do negro na vida do branco é muito forte, embora como escravo: ama-de-leite, moleque-brinquedo, negro velho, macumbeiro, mucama, cozinheira... Freyre não se demora sobre a influência negra no desenvolvimento econômico, fala raramente do escravo do eito, mas afirma em algumas passagens que ela foi imensa, maior do que a do próprio português.⁵⁰⁹

Enfim, na casa grande, os escravos domésticos foram tratados com doçura – eram como familiares, pessoa da casa, como parentes pobres. Sentavam-se à mesa, passeavam com os senhores como se fossem filhos. As mães pretas

⁵⁰⁹REIS, 2007, p. 63 -79

tinham lugar de honra na família – os nhonhôs as tratavam como verdadeiras mães. Eles receberam dela uma bondade, uma ternura que os europeus não conheciam. Entre nós, houve uma profunda confraternização de valores e sentimentos.

A religião católica foi um ponto de encontro entre as duas culturas e não uma intransponível barreira. Um cristianismo mais ortodoxo seria incompatível com a liberdade religiosa dos negros. Freyre distingue o escravo do eito do escravo doméstico: este teve uma assistência moral e religiosa que faltou àquele. Os da casa eram batizados, alguns se casavam, e mulheres brancas amamentavam filhos de negras mortas no parto. Portanto, a sociedade brasileira, para Freyre, foi desde o início a que mais harmoniosamente se constituiu quanto às relações de raça, dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural, de troca de valores, no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, do conquistador com o conquistado.

Quanto aos indígenas, a mulher recém-batizada foi tomada como esposa e mãe de família e trouxe para a vida doméstica tradições, experiências, técnicas e utensílios. O branco preferia sexualmente a índia, e esta ao branco, seja por razões sociais – queriam ter filhos pertencendo à classe superior, já que a ascendência que valorizavam era a paterna -, seja por razões priápicas, pois o índio seria mais frio do que o branco!

No primeiro século, por falta de brancas, os portugueses se envolveram com as índias: Freyre sonha: o ambiente em que começou a vida brasileira foi quase de intoxicação sexual! As índias se entregavam facilmente aos seus ‘deuses’ por um espelho ou um pente. Freyre nos convida a imaginar este primeiro Brasil, sem Estado e sem jesuítas, local de encontro de uma ‘sociedade vestida’ com uma ‘sociedade nua’! A mulher índia foi não só a base física da família brasileira, mas também valioso elemento de cultura material. A influência do homem índio foi também forte: devastação e conquista do sertão, guia, canoeiro, guerreiro, caçador, pescador. Ele só não foi útil na plantação.

Mas lutou ao lado do português contra os invasores europeus. O menino índio europeizou os pais e a tribo ensinando o português e o catecismo.⁵¹⁰

Enfim, conclui Freyre, a formação brasileira tem sido um processo de equilíbrio de antagonismo. A mediação africana aproximou os extremos, brancos e índios, que sem ela dificilmente teriam se entendido tão bem. As culturas européias e ameríndias eram estranhas e antagônicas. A sociedade brasileira é uma das mais democráticas, flexíveis e plásticas. Ela conseguiu equilibrar harmoniosamente antagonismos dificilmente superáveis: cultura européia e africana e indígena, economia agrária e pastoril, fazendeiros e jesuíta, bandeirante e senhor de engenho. E equilibrou o antagonismo maior: senhor e escravo.

Estes antagonismos foram amortecidos, confraternizados, harmonizados pela miscigenação, pela mobilidade social do ir e vir, pelo cristianismo lírico, pela tolerância moral, pela geografia sem obstáculos. No Brasil, enfim, reina a democracia social. As mulheres estão em pé de igualdade com os homens – são médicas, professores, escritoras, advogadas. A tendência brasileira é dar oportunidade a todos. No Império, juízes e diplomatas eram morenos. O regime imperial era uma felicíssima combinação de democracia e monarquia.⁵¹¹

Afinal, o regime político adequado a tal democracia racial seria a ditadura ou a democracia? Freyre parece crer sinceramente na democracia social brasileira, mesmo se o senhor detém o mando indiscutível e brutal. Entretanto, esse senhor sádico e autoritário, ele o vê como também essencialmente democrático, pois o seu poder é exercido em família. É um poder legitimado por suas relações afetivas. Na família domina essa ambigüidade: o pátrio poder é absoluto, mas os laços afetivos e de fidelidade recíprocas criam uma aliança inabalável verticalmente, em relação ao senhor, e horizontalmente, entre os diversos membros da família. A severidade do pai é apreciada, suas decisões

⁵¹⁰REIS, 2007, p. 63.

⁵¹¹FREYRE, 1971; REIS, 2007, p. 63-79.

peremptórias temidas e legitimadas. No Brasil colonial⁵¹² não existia o Brasil-nação. Havia uma multiplicidade de repúblicas – familiares com os seus poderes particulares. Freyre se refere ao poder familiar, patriarcal, íntimo, e não ao poder público, ao Estado. Aquele poder privado, no entanto, se confundia com o poder público.

A população luso-brasileira era governada como uma família pelo poder absoluto do pai. Darci Ribeiro expressa de forma esclarecedora essa ambigüidade apontada por Freyre no nosso modo doce/violento de ser. Para ele, o mestiço brasileiro é filho daquelas pretas e índias supliciadas e filhos da mão possessa que as suplicou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz se reuniram aqui, para fazer de nós uma gente sofrida e ao mesmo tempo insensível e cruel. Somos filhos de escravas e de senhores de escravos. A autoridade brasileira, assim como a colonial, está predisposta a torturar, a machucar o pobre que lhe cai às mãos e que, como o escravo colonial, se sente completamente à mercê dessa força, o senhor rural-pai, sem rei e sem lei, sem limites, que o oprime... e quer bem? ⁵¹³

Em *Casa Grande & Senzala*, Mary Del Priore afirma que Gilberto Freyre ecoava as mesmas preocupações, lembrando que em função do familismo político, o rei reinava na América, sem governar e, pior, faminto, o parasitismo econômico procurava estender, do reino às colônias, os seus tentáculos absorventes. ⁵¹⁴

“A partir de 1532, a colonização portuguesa do Brasil, do mesmo modo que, a inglesa da América do Norte e ao contrário da espanhola e da francesa nas

⁵¹²MORAES, Rubens Borba de, *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, Brasília: Briquet de Lemos, 2006; e também *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*, São Paulo: IEB e Universidade de São Paulo, 1969; Ver CARRATO, José Ferreira, *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968; Ver fascinante estudo de SCHWARCZ, Lilia Moritz, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis – do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

⁵¹³RIBEIRO, 1995, p. 12; REIS, 2007, p. 63 -79.

⁵¹⁴DEL PRIORE, Mary, *Revisão do Paraíso – os brasileiros e o Estado em 500 anos de História*, Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 7.

duas Américas, caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural. Domínio a que só o da Igreja faz sombra, através da atividade, às vezes hostil ao familismo, dos padres da Companhia de Jesus.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar. Os senados de Câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes.”⁵¹⁵

A nossa verdadeira formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vindo do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo à-toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros.⁵¹⁶

Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizadas pelo jesuítas – e mais tarde por eles realizada no Paraguai – da espanhola e da francesa. Claro que esse domínio de família não teria feito sentir sem a base agrícola, em que repousou entre nós, como entre os ingleses colonizadores da Virgínia e das Carolinas, a colonização.⁵¹⁷

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um

⁵¹⁵FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, p. 18-19.

⁵¹⁶FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, p. 20.

⁵¹⁷FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, p. 23.

ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia a vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone. ⁵¹⁸

“O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual.” ⁵¹⁹

“Mas só a partir do meado do século XVI que pode considerar-se formada, diz Basílio de Magalhães, ‘a primeira geração de mamelucos’; os mestiços de portugueses com índios, com definido valor demográfico e social. Os formados pelos primeiros coitos não oferecem senão o interesse, que já destacamos, de terem servido de calço ou de forro para a grande sociedade híbrida que ia constituir-se”. ⁵²⁰

3.2. – As Raízes do Brasil. ⁵²¹

O Problema.

Qual a questão central a que o texto pretende responder? Trata-se nele entender o processo de transição sociopolítica vivido pela sociedade brasileira nos anos 1930 e depois, na década de 40, quando o livro foi bastante modificado. Nele se quer identificar qual passado estava então para ser superado e qual futuro embrionário aquele presente histórico continha.

⁵¹⁸FREYRE, Casa Grande & Senzala, p. 91.

⁵¹⁹FREYRE, Casa Grande & Senzala, p. 93.

⁵²⁰FREYRE, Casa Grande & Senzala, p. 94.

⁵²¹Livro pequeno, de menos de 150 páginas, *Raízes do Brasil* não se ajusta bem a leitores apressados. Costuma dizer muito com poucas palavras, não evita digressões e costura com fios pouco visíveis os seus sete capítulos. Deve, pois, ser lido devagar, saboreado, para não se perderem elos da argumentação nem a beleza da linguagem.

É no último capítulo, como atesta o seu título – “*Nossa Revolução*” -. Que a questão central do livro vem à tona planamente. Mas ela percorre toda a obra, mesmo quando o texto parece só ter em vista o passado. Sim, pois Sérgio Buarque, ao examinar as concepções, instituições e formas de vida gestadas por nossos antepassados, o faz tendo em vista que elas ainda oprimem – como diria Marx – o cérebro dos vivos.

Com efeito, em *Raízes do Brasil* não se reconstrói a história da sociedade brasileira. Os capítulos do livro não narram a seqüência de eventos e processos que acabaram formando a sociedade brasileira desde suas origens européias. Não cada um deles examina formas de sociabilidade que, decerto, podem ser situadas no tempo, as cujo objeto é reconstruir fragmentos de formas de vida social, de instituições e de mentalidades, nascidas no passado, mas que ainda faziam parte da identidade nacional que Sérgio Buarque⁵²² acreditava estar em via de ser superada. *Raízes do Brasil* não é, assim, um livro de história. Ele usa a matéria legada pela história para identificar as amarras que bloqueiam no presente o nascimento de um futuro melhor.⁵²³

⁵²²Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo em 1902. Aí terminou o ginásio, mas começou sua vida universitária no Rio de Janeiro, onde cursou a Faculdade de Direito a partir de 1921. Jornalismo e crítica literária, exercida tanto em jornais como em revistas, foram suas atividades principais até a década de 30. Participou do movimento modernista, tendo sido um dos fundadores, em 1924, da revista *Estética*, editada no Rio de Janeiro. Em 1929 viajou para a Alemanha e aí permaneceu por mais um ano, trabalhando e mantendo contatos com as tendências intelectuais lá dominantes, principalmente o historicismo. Em 1936 publica o ensaio *Raízes do Brasil*. Nesse mesmo ano começa a trabalhar como assistente dos professores Hauser (*História Econômica*) e Tronchon (*Literatura Comparada*) na Universidade do Distrito Federal, mas a experiência se encerra três anos depois, com a extinção daquela universidade. Em que pese ter sido curta, essa experiência foi marcante, pois permitiu que ele se iniciasse nas técnicas da pesquisa histórica sistemática, o que se manifestou já em *Monções*, publicado em 1945. Em 1946 retorna a São Paulo, assumindo a direção do Museu Paulista, onde permanece até 1956, quando se torna regente da cadeira *História da Civilização Brasileira* da Universidade de São Paulo. Em 1958 efetiva-se como catedrático com a tese *Visão do Paraíso*, publicada em 1959. Continuou na USP até 1969, quando pede aposentadoria em solidariedade aos professores afastados pelo Ato Institucional nº. 5. Depois disso, continua a dirigir a coleção *História geral da civilização brasileira*, iniciada em 1960, tendo redigido vários dos seus capítulos e um volume inteiro, do império à república, publicado em 1972. Faleceu em 1982. (Sérgio Buarque de Holanda, Brasília Sallum Jr. *IN Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*, Lourenço Dantas Mota, Organizador. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.)

⁵²³SALLUN Jr., Brasília, *Raízes do Brasil, IN Introdução ao Brasil – Um Banquete nos Trópicos*, Lourenço Dantas Mota, São Paulo: Editora SENAC, 1999, p. 237 – 256.

Haverá, pois, que tomar cautela com a interpretação que entende ser o objeto de Raízes do Brasil reconstituir a identidade nacional brasileira, aquilo que nos singularizaria como sociedade. Cautela, porque em Raízes trata-se mais é de reconstituir a identidade brasileira “tradicional” enquanto entendida como um dos pólos de tensão social e política do presente, como o arcaico que tende a ser superado pela sociedade brasileira em “revolução”.⁵²⁴ Assim, a identidade brasileira está em devir, em processo de construção.

Mas nossa identidade não é apenas algo ainda em aberto. Para Sérgio Buarque, em cada momento da construção a sociedade brasileira não deixa de ser portadora de ambigüidade, de ser sociedade nova, fruto da colonização européia, mas que não se amolda bem à sua herança. Este é já o tema das primeiras frases do livro: “A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.”⁵²⁵

Em suma, para o nosso autor, a identidade brasileira era problemática – fraturada e ainda em devir. Em cada um dos capítulos de Raízes, ele identifica os pilares dessa construção.

Fronteiras da Europa.

Indiscutivelmente neste ponto o debate em torno de uma “identidade em construção do brasileiro”,⁵²⁶ passará pelo determinismo geo-espacial que localizara tanto Portugal como a Espanha nas fronteiras européias. Esta geografia comum dos Ibéricos contribuirá para uma concepção comum destas

⁵²⁴REALE, Miguel, *Da Revolução à Democracia*, São Paulo: Convívio, 1977.

⁵²⁵HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 3.

⁵²⁶COUTO, Jorge, *A Construção do Brasil*, Lisboa: Cosmos, 1998.

nações quanto à “natureza humana”. O que resultou em uma maneira muito particular, destes países, de promover colonização nas Américas. O nível de autonomia do ser humano determinava o seu valor. Quanto mais independentes do outro, mais valorizado e respeitado dentro dessa cultura.

Havia uma lógica vivenciada pelos portugueses e espanhóis frutos do passado histórico, herança ética dos fidalgos, que determinavam suas práticas e relações: o sentimento da dignidade próprio de cada indivíduo. O feudalismo, fruto de uma nobreza, com alguma história em Portugal, não foi suficiente para bloquear a ascensão social de artesãos e mercadores. Pelo contrário estas classes emergentes aproveitam-se da “frouxidão da estrutura social”, “a permeabilidade das hierarquias,” para se firmarem. O continuísmo foi marca preponderante das novas classes que procuraram solidificar, sem provocar mudanças, os antigos costumes e tradições da sociedade antiga de Portugal.

O quadro social das sociedades ibéricas se distingue principalmente pelo consórcio da cultura da personalidade, frouxidão da estrutura social e uma hierarquia organizada que não existe.

Há que se perguntar, diante da estrutura social e profissional dos portugueses e espanhóis, o porquê de toda inabilidade no campo das profissões mecânicas? Sérgio Buarque de Holanda argumenta que “ é compreensível que jamais se tenha naturalizado entre a gente hispânica a moderna religião do trabalho e apreço a atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia [...] E assim, enquanto os povos protestantes preconizam e exaltam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se largamente no ponto de vista da antiguidade clássica [...] de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor.”⁵²⁷

⁵²⁷HOLANDA, 1993, p. 10.

Não se poderia esperar muita coisa além da certeza, que no Brasil se estabeleceriam modelos de associações extremamente frágeis, frutos de uma política de pactos formados espontaneamente.

A inexistência de uma política de trabalho organizada e uma moral trabalhista definida contribuiu significativamente para uma organização social fragmentada e frágil. Para se entender melhor esta fraqueza na organização por parte dos países ibéricos, basta trazer a pauta a lógica da compreensão e prática do trabalho em sociedades da Europa setentrional em que a predominância de concepções protestantes prevalecem. Nestas nações predomina a moral do trabalho, o esforço humilde, anônimo e desinteressado. Evidente que sem muito esforço estas concepções geravam solidariedades de interesses, a organização racional e a coesão entre os homens. Diferentemente nos ibéricos quando a solidariedade se torna visível só se deu por vínculos sentimentais, cuja base estava à solidariedade entre parentes ou amigos.

Outro aspecto importante para a análise do Historiador é a exaltação do mérito pessoal. Muitos indivíduos com muita capacidade de organização e produção acumulam riquezas, feitos ou virtudes. Frente a essa realidade colocam-se àqueles que sem muito esforço herdavam privilégios. Estas formas de ações servem para mostrar o quanto se diferiu dos modelos de individualismo moderno. No individualismo moderno percebe-se uma igualdade essencial entre os seres humanos, para o personalismo encontrado nos ibéricos, ao contrário, a desigualdade é o resultado da competição entre os homens. O historiador afirma que quando muito o “personalismo é um individualismo aristocrático, de uma aristocracia aberta ao talento.”

A estrutura de organização social apontada por Sérgio Buarque de Holanda, nos ibéricos, exige obrigatoriamente, um princípio único de organização daquela sociedade em que o governo tem o domínio. Muito provavelmente o que contribuía para o domínio único do governo era a tendência anárquica oriunda de uma exaltação da personalidade e o problema para se estabelecer uma organização livre e pactuada.

Trabalho e Aventura.

Inquestionavelmente o sucesso da colonização portuguesa em parte se deu a elementos particulares e inclinações de suas condutas. Às “determinantes psicológicas” impulsionam o movimento de alargamento da colônia. Uma vez que é intrínseco a cada povo seu comportamento quanto a dominação e exploração, no modelo português essa inclinação diferencia-se das inclinações de outras nações. Localizar com precisão os aspectos singulares desta inclinação será sempre tarefas das mais difíceis. Muito provavelmente para Sérgio Buarque de Holanda, o português com habilidades próprias, constrói um modelo, que marcara sua permanência em solo brasileiro baseado em “tipos sociais contrapostos - o aventureiro e do trabalhador. Categorias que identificam as formas divergentes de orientação das atividades humanas, com forte influência naquelas relacionadas à transformação do mundo material.

Em que proporção estes modelos se divergem dentro da colônia? Na compreensão portuguesa e classificação dos meios e os fins, o tempo e o espaço e entre a parte e o todo. O que constitui como “objetivo final” para o aventureiro é primordial enquanto que os meios parecem-lhes sem nenhuma importância. Por outro lado o trabalhador tem toda sua atenção nos meios, na luta, do que no objetivo a alcançar. O aventureiro desconsidera a fronteira, sua sobrevivência se dá nos espaços sem limites; o trabalhador, com outra visão, insiste em seu trabalho mesmo que não consiga em tempo curto ver seus frutos. Sua visão de espaço se restringe em áreas circunscritas, rigorosamente preocupados em desperdiçar o que não vai utilizar.

Muito naturalmente, segundo Sérgio Buarque de Holanda, tais comportamento geraram éticas distintas. Para o aventureiro todo esforço deveriam se concentra na obtenção de proveitos materiais imediatos, concebendo que a ética do trabalhador chega a estupidez. O trabalhador concebia diferentemente, pois para este, tornava-se imoral tudo o que se consorciava com a concepção espaçosa, aventureira de mundo como a audácia, a imprevisibilidade, a instabilidade e o imediatismo.

Os modelos apresentados pelo historiador permitem identificar os comportamentos de conduta predominantes nas sociedades. No período colonial dos novos mundos, a importância do trabalhador não foi significativa, ao contrário do aventureiro. Na construção do autor o tipo aventureiro predominou entre portugueses, espanhóis e até mesmo nos modelos de colonização inglesa.

O espírito de aventura teria sido, em sua forma mais crua – a ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos e de riqueza fácil – , características da colonização portuguesa. Aqui, “o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho.”

Era uma maneira muito própria de vida que praticamente determinou e orientou a colonização. Muito facilmente os portugueses se adaptaram as circunstâncias, a imitarem o que já existia ou aquilo que já tinham uma existência prévia. Faltando-lhes o pão ou o trigo, adaptava-se a comer outros produtos da terra, como a mandioca. Dormiam em redes como os indígenas e a usar instrumentos de caça e pesca; embarcações de casca de árvore ou tronco escavado; assumiam métodos indígenas cultivar a terra e prepará-la para que desse seu fruto. Até o modelo de residência adotado era, neste aspecto, casas com grandes varandas. Uma excelente reprodução do que acontecia na Ilha da Madeira.

A ninguém ocorria recuperar solos gastos; a regra era os lavradores buscarem novas terras, mato adentro. E isso a ponto de poder dizer-se da colonização: “sem braço escravo a terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável”.⁵²⁸

Essas ocorrências e práticas não ocorria apenas nos meios rurais, a mesma transitoriedade e apego ao lucro fácil dominavam também os ofícios das cidades. Diante da possibilidade de novos lucros, antigas atividades eram

⁵²⁸HOLANDA, 1993, p. 18.

abandonadas, assumindo se assim outras atividades mais rendosas. Dificilmente, segundo Sérgio Buarque de Holanda, um ofício permaneciam em uma família mais de uma geração.

Para o êxito da colonização portuguesa, segundo Sérgio Buarque de Holanda, destacaram-se a disposição para a aventura e outras condições culturais e materiais que aqui foram desenvolvidas.

Sérgio Buarque verificou que a ausência de orgulho de raça entre os portugueses foi uma consequência da miscigenação que resultou e atuou como elemento dissolvente de qualquer idéia de separação de castas ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação. Estabelecendo suavemente uma assimilação dos dominados.

Outras características culturais, derivadas do personalismo, singularizaram mas não parecem ter beneficiado a colonização portuguesa. Por exemplo: a dificuldade de gerar e manter as formas de associação entre indivíduos autônomos orientadas para objetivos comuns e a estigmatização dos trabalhos mecânicos. Tais padrões de conduta favoreceram o predomínio na sociedade colonial das relações pessoais, marcadas pelo afetivo e o irracional, e dificultaram o surgimento de formas de organização social mais ampla que as baseadas em vínculos familiares, como as corporações urbanas de ofício.

Muitos destes padrões de orientação que se encontra na colônia só foram possíveis porque houve condições materiais que o favoreceram. O grande impulso aventureiro dos portugueses só se concretizava em sistema predatório de exploração agrária, graças a possibilidade de importar negros como escravos em grande número, além do mais a abundância de terra que plantando tudo se dava e infinitos territórios ainda não explorados.

Outro elemento determinante para o tipo de colônia aqui implantado, por parte do mercado Europeu, a absorção de todos os gêneros produzidos nos trópicos. E foi o conjunto desses fatores que permitiu que a grande exploração rural escravista se tornasse a verdadeira unidade de produção da colônia. Como

conseqüência, as cidades e as tradicionais organizações de artesãos livres encontraram aqui na colônia poucas possibilidades estruturais de desenvolver-se. As dificuldades de associação racional e o despreço pelo trabalho mecânico só vieram reforçar a dificuldade estrutural.

O sucesso, observado nos portugueses, na colonização da América estava ligado diretamente a sua ética aventureira, falta de orgulho de raça, catolicismo e a facilidade com que se adaptavam aos meios materiais e humanos encontrados nesta colônia. Sérgio Buarque escreve com relação aos portugueses que sua fraqueza foi a sua força.

Os holandeses se estabeleceram no Brasil a partir de 1624. Houve um momento de pleno desenvolvimento, justamente no período em que o Príncipe Maurício de Nassau aqui residiu (1637-1644). De 1644 até 1654 a colônia conhece um período de grandes dificuldades relacionados as condições físicas e materiais de se manterem ali estabelecidos. E o que explicaria o malogro de colonização holandesa? Essencialmente, a dificuldade de adaptação às condições da colônia. Não se trata, porém, de dificuldade simples de identificar. Desde logo, o problema não residiu no espírito de empreendimento metódico e coordenado, em capacidade de trabalho em coesão social – qualidade sobrantes entre os holandeses e praticamente inversas daquelas inerentes ao universo do personalismo ibérico. Residiu mais no tipo de colonos que os “flamengos” conseguiram atrair para o nordeste brasileiro e na urbanização extemporânea da sua empresa colonial. Colonos recrutados em toda a Europa entre aventureiros de toda espécie-cosmopolitas, instáveis, predominante urbanos – concentraram-se na cidade do Recife. Esta passou a “viver por si”, quer dizer, artificialmente, sem articulação real com a grande exploração agrária, em que se fundava a riqueza da colônia. Ademais, tanto a língua quanto a religião protestante teriam tornado mais difícil para os holandeses a comunicação e a atração de indígenas e negros. O catolicismo e a fonética teriam tornado mais fáceis estas tarefas para os portugueses.

Herança Rural.

Sérgio Buarque de Holanda discute agora a ordem social que se encarnou na América portuguesa.

Como a abolição para o historiador foi um marco e divisor de águas, sua análise perpassa o período anterior a abolição por entender que nele muito da compreensão da sociedade brasileira se esconde. Propõe o exame do legado do nosso passado colonial e suas conseqüências até a abolição. Antes da abolição a sociedade brasileira foi dominada por uma civilização enraizada no meio rural, sem nenhuma necessidade de sustentação oriunda das cidades. A preeminência rural na concepção portuguesa sobrepunha-se as organizações holandesas e espanholas. Esta realidade seria modificada após a libertação dos escravos, neste momento a cidade passa ter predominância sobre a constituição agrária.

Estrutura fundamental na estruturação da colônia foi a família patriarcal. Esta instituição estava organizada sobre as normas do antigo sistema de direito canônico estabelecido na península ibérica. A constituição da instituição familiar girava em torno não só das relações de sangue, mas também dos agregados e escravos domésticos e das plantações. Neste modelo, o pátrio poder é quase ilimitado, mantendo-se quase imune às pressões ou restrições de fora.

A propriedade rural como um todo estava sujeita à sua vontade. E ela própria era um organismo que, em princípio, bastava-se a si mesmo, tendia à autarquia. Tinha escola,⁵²⁹ capela, produzia sua alimentação cotidiana, os móveis e apetrechos do engenho saíam de suas serrarias. No mundo colonial e mesmo depois,

“O quadro familiar torna-se poderoso e exigente que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada percebe sempre neles, a entidade política. A nostalgia desta organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências

⁵²⁹ALMEIDA, José Ricardo Pires de, *Instrução Pública No Brasil (1500 – 1889) – História e legislação*, São Paulo: EDUC, 2000.

fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades.”

Por isso, não parece exagero dizer que, para Sérgio Buarque, a família patriarcal foi o elo social através do qual a tradição personalista e aventureira herdada dos colonizadores portugueses se aclimatou entre nós e acabou por imprimir sua marca na sociedade como um todo.

O processo que vai destronar os senhores rurais é relativamente longo. Neste contexto ocorria a falência da velha lavoura e a ascensão das cidades. Com a vinda da família real ao Brasil em 1808, seguida pela independência a força dos senhores rural diminuem consideravelmente. Por não existir uma burguesia urbana independente, os principais ofícios e ocupações ficaram e seriam preenchidas pelos senhores de engenho, lavradores e seus descendentes. Os quais acabaram por transportar para as cidades a mentalidade, os preconceitos e, na medida do possível, o estilo de vida originário dos domínios rurais. A mentalidade de casa-grande teria invadido, assim, as cidades e conquistando todas as profissões, sem excluir as mais humildes.

Viria daí a valorização generalizada do exercício da inteligência por contraposição às atividades que requeiram algum esforço físico, do prestígio do “talento”, da “imaginação” e da “inteligência” em prejuízo das manifestações de espírito prático.

“O trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros. Não significa forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo [...] mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa.”

Aqui, símbolos materiais de ocupações intelectuais, como o anel de doutor ou a carta de bacharel passaram a ser sucedâneos de títulos de nobreza, pertinentes em outras épocas a homens nobres e livres - daí sua classificação como artes liberais - por oposição às atividades mecânicas.

Outro exemplo da difusão da mentalidade de casa-grande é o caso, tomado de um livro de um viajante estrangeiro, John Luccock, que presenciou, no Rio de Janeiro, um “simples oficial de carpintaria que se vestia à maneira de um fidalgo, com tricórnio e sapatos de fivela, e se recusava a usar das próprias mãos para carregar as ferramentas de seu ofício, preferindo entregá-las a um preto”.⁵³⁰

O Semeador e o Ladrilhador.

Nesse passo, o foco da análise desloca-se em dois sentidos. Deixa de incidir sobre os padrões de organização social que davam vida às concepções, normas e valores conformadores da colonização. Retorna-se o registro mais abstrato dos dois primeiros capítulos, mas com uma diferença importante. Tenta-se chegar a um máximo de singularidade, abandonando-se o mundo ibérico como unidade de referência. Trata-se de sublinhar os traços específicos da colonização portuguesa, por oposição à espanhola.

Existem muitas diferenças, segundo Sérgio Buarque de Holanda, entre a colonização portuguesa e a espanhola. Pelo lado português ocorre uma predominância de interesse pela vida rural, ao contrario dos espanhóis dados a construções de povoamentos urbanos. A dominação colonial portuguesa se adaptou ao máximo as oportunidades oferecidas pela natureza, o que fez com que os portugueses renunciassem normas imperativas e absolutas. Na execução de seus projetos todas as vezes que foi necessário ceder em função de forças maiores, cederam. Preocuparam-se menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão.⁵³¹

Por outro lado a construção de cidades por esforços e engenharia espanhola obedecia outras orientações. Suas construções seriam antinatural, manifestações da vontade que iam ao contrario à vontade da natureza. Foi

⁵³⁰HOLANDA, 1993, p. 56.

⁵³¹HOLANDA, 1993, p. 61.

através de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados que a Espanha tentou garantir o predomínio militar, político e econômico sobre os territórios alcançados e conquistados.

“A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método [...], sempre este significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” [...] que implica menos falta de energia de que uma íntima convicção de que “não vale a pena”.⁵³²

Por outro lado na América espanhola, “o próprio traçado dos centros urbanos [...] denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste [...] As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta. O plano regular [...] foi simplesmente o triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado [...] Uma legislação abundante previne de antemão, entre os descendentes dos conquistadores castelhanos, qualquer fantasia e capricho na edificação dos núcleos urbanos”

Tais divergências entre as colonizações se expressam nas metáforas contrapostas do sementeiro português e do ladrilhador espanhol, entre uma colonização que se ajusta às circunstâncias e a que se impõe a elas.

Para Sérgio Buarque, a chave explicativa para desvendar o contraste tão acentuado entre formas de colonização da América, se Portugal e Espanha compartilham suas concepções e valores básicos – ou seja, se tinham em comum personalismo e espírito de aventura, estaria nas diferenças políticas entre dois países colonizadores.

Com efeito, para ele, a “fúria centralizada, codificadora, uniformizadora de Castela”, que tem sua expressão mais nítida no gosto dos regulamentos meticulosos – capaz de exercer-se conforme já acentuou, até sobre o traçado

⁵³²HOLANDA, 1993, p. 76.

das cidades coloniais - vem de um povo internamente desunido e sob ameaça permanente de desagregação. Povo que precisou lutar, dentro de suas próprias fronteiras peninsulares, com o problema dos aragoneses, o dos catalães, o dos euscaros e, não só até 1492, mas até 1611, o dos mouriscos.”⁵³³

O Homem Cordial.⁵³⁴

Para o historiador o nascimento do Estado Português só ocorreu pela transgressão da ordem doméstica e familiar. É exatamente aqui que nasce o Estado e o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade.⁵³⁵ Como elemento dos mais importantes desta estrutura esta a lei geral, que por necessidade suplanta a lei particular, porém isto não ocorreu sem crises e processos prolongados.

No caso brasileiro a família de tipo patriarcal, que geralmente predominava, absorvia intensamente os seus membros na comunidade doméstica. Estas relações eram marcadas pelos laços de afetos e de sangue, pela reduzida autonomia e senso de responsabilidade própria de seus membros.

Nessa sociedade a urbanização iria “acarrear um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje.” Ainda mais, no nosso tempo “a crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é, assim, especialmente sensível no nosso tempo devido ao triunfo de certas virtudes antifamiliares por excelência, como o são, sem duvida, aquelas que repousam ao espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos.”⁵³⁶

⁵³³HOLANDA, 1993, p. 82.

⁵³⁴SALLUN JR., Brasília, *Raízes do Brasil*, IN *Introdução ao Brasil – Um Banquete nos Trópicos*, Lourenço Dantas Mota, São Paulo: Editora SENAC, 1999, p. 237 – 256.

⁵³⁵HOLANDA, 1993, p. 101.

⁵³⁶HOLANDA, 1993, p. 104.

Fica muito evidente que uma das preocupações de Sérgio Buarque de Holanda não estava nas dificuldades de adaptação dos indivíduos, mas nas conseqüências do predomínio do patriarcalismo sobre o funcionamento das modernas instituições societárias, especialmente as atividades estatais.

Para o historiador todo indivíduo formalmente educado em ambiente de predominância do patriarcalismo com muitas dificuldades conseguiria estabelecer por si mesmo a diferença entre o domínio privado e o domínio público. Em geral agem como um funcionário “patrimonial”, para o qual – segundo Max Weber: “a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular, as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem as garantias dos cidadãos”.⁵³⁷

Tal é o caso do Brasil. Aqui quase sempre predominou, tanto na administração pública como em outras áreas, o modelo de relações gerado na vida doméstica – a esfera dos laços afetivos e de parentesco.

Este modelo de patrimonialismo se traduz em uma forma de domínio em que o agrupamento fincado em grupos particulares da sociedade – a família e seus desdobramentos – produzem uma marca na esfera pública, submetem o Estado, e o interesse geral, ao seu particularismo. Aqui não é o Estado a potência que organiza a sociedade, mas é esta que submete o Estado.

A forma com que foi construída a vida social em geral pelo molde derivado da vida rural e patriarcal produz no plano psicossocial aquilo que para Sérgio Buarque seria “a contribuição brasileira para a civilização”, a cordialidade.

Caracterizariam o homem cordial – expressão cunhada por Ribeiro Couto – a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, mas também a inimizade e

⁵³⁷HOLANDA, 1993, p. 107.

outras condutas similares, desde que nascidas do coração. A cordialidade não tem nada a ver, como se poderia supor, com boas maneiras, com a civilidade e a polidez. As manifestações da cordialidade são expressões “de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”. A civilidade, ao contrário, envolveria justamente controlar e esconder as emoções, graças à subordinação da conduta a regras que podem exprimir-se em mandamentos e sentenças. “Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez”.⁵³⁸

O homem brasileiro, mestiço, com a máscara da polidez mantém “sua supremacia sobre o social”, detém a sociedade na sua parte exterior, epidérmica – faz dela um disfarce que preserva intactas suas emoções. Contrariamente, para o ‘homem cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. A cordialidade, pois, é tentativa de reconstrução fora do ambiente familiar, no plano societário, do mesmo tipo de sociabilidade da família patriarcal, de um tipo de sociabilidade dependente de laços comunitários. Seriam exemplos disso algumas formas de linguagem, de expressão religiosa e até o horror às hierarquias e a busca de intimidade no tratamento dispensado à autoridade.

Fica de certa forma a necessidade de um maior aprofundamento neste quesito, pois se perpetuou na sociedade moderna brasileira a concepção desta cordialidade do homem brasileiro que tem suas raízes nestes momentos épicos da colônia. E principalmente porque, cordialidade, não era uma particularidade do homem português.

Novos tempos.

Tempos de independências políticas e de urbanização acelerada. Tempos de descompasso, como se verá, entre nossas disposições predominantes de agir

⁵³⁸HOLANDA, 1993, p. 106.

e de pensar e as novas realidades sociais emergentes, Ainda aqui o tema é o da relação entre nossa herança rural e a renovação da sociedade.

Há que se esperar com os novos tempos mudanças estruturais na sociedade e na cultura procedentes de muitas transições e de concepções que não dariam possibilidades de sobrevivência. A vida social marcada por tantos desencontros nessa sociedade regulada por conceitos absoletos e esvaziados. As ocupações urbanas evidenciavam uma nova realidade, uma vez que setores de economia rural deslocavam, em função de crises no campo para a cidade. As atividades intelectuais⁵³⁹ somadas às profissionais representavam inovações que aos poucos modificavam o perfil do Brasil. Diante de transições tão significativas, não há, segundo Sérgio Buarque de Holanda, como negar a grande influência do personalismo, do espírito de aventura, e da ordem patriarcal sobre estes setores.

Em algumas oportunidades, Sérgio Buarque de Holanda, em tão comparativo, salienta que nunca houve no Brasil, e isto desde a colônia, uma ética do trabalho, como entre os protestantes.

Insiste informando que no trabalho, por exemplo, no Brasil, busca-se apenas a satisfação pessoal; ela seria encontrada naquilo que fizemos, ou seja, na própria obra. Seríamos avessos às atividades monótonas e morosas – seja na atividade intelectual ou manual – que nos sujeitem a um mundo distinto de nós mesmos, em que nossa personalidade individual seja comandada por um sistema exigente e disciplinador.

Por conta dessa opção e pouca tradição nas profissões perenes com duração e resultados que transbordasse em benefícios gerais para a colônia, o brasileiro preferiu as artes liberais, conseqüentemente são raros os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, etc., estáveis em suas profissões: “ninguém aqui procura seguir o curso natural da carreira iniciada, mas cada

⁵³⁹JOHNSON, Paul, *Os Intelectuais*, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

qual almeja alcançar aos saltos os altos postos e cargos rendosos: e não raro o conseguem.”

Sérgio Buarque de Holanda estabelece em sua obra a grande inoperância de setores inteiros da sociedade. Pessoas, em hipótese algumas ousavam ariscar ou mesmo empreender. Pois sentiam se confortáveis em seus ofícios e repartições públicas, qualquer mudança poderia trazer segundo eles, sérias conseqüências para seu futuro.

É este apego aos valores da personalidade que explicaria também algumas características marcantes de nossa vida intelectual. Assim, “o prestígio da palavra escrita, da frase lapidar do pensamento inflexível, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que obrigam à colaboração, ao esforço e, por conseguinte, a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade têm determinado assiduamente nossa formação espiritual”.⁵⁴⁰

Será exatamente dentro desta lógica que Sérgio Buarque de Holanda apontará o caminho que a filosofia positivista tomará na sociedade brasileira.

A conclusão é drástica: “todo o nosso pensamento dessa época revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência íntima, a mesma indiferença, no fundo, ao conjunto social; qualquer pretexto estético serve-lhe de conteúdo”.⁵⁴¹

A figura do intelectual era mais ornamental do que qualquer outra coisa. No transcorrer da transição do velho mundo rural e da valha nobreza dos senhores agrários, os sinais exteriores da vida intelectual como a palavra fácil, o amor exagerado aos livros, a adoção de teorias endossadas por nomes estrangeiros e difícil – só serviram como adorno identificar de uma nobreza, agora urbana, uma aristocracia do “espírito”, do talento e das letras.

Nossa Revolução.⁵⁴²

⁵⁴⁰HOLANDA, 1993, p. 121.

⁵⁴¹HOLANDA, 1993, p. 121.

Aparentemente e olhando friamente parece tarefa fácil demover séculos de tradições que ano após anos foram se sedimentando e conseqüentemente moldando a sociedade brasileira. Para Sérgio Buarque de Holanda “a Grande Revolução” se deu a partir do deslocamento do centro de gravidade da vida social brasileira dos domínios rurais para os centros urbanos.

Neste capítulo o historiador destacou que após a libertação dos escravos o ultimo capítulo de existência das bases materiais da velha civilização agrária patriarcal foi escrito. Conta nos o desmoronamento progressivo daquela civilização tradicional. Se por um lado as bases materiais do patriarcalismo foram eliminadas, não eliminou por outro lado suas expressões políticas e intelectuais.

Sérgio Buarque, invocando Alberto Torres: “A separação da política e da vida social atingiu, em nossa pátria, o máximo da distância. À força de alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meios de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfecção, [...] estranha a todos os interesses.”

Algumas saídas são propostas tradicionalmente. A saída dos políticos seria uma delas, sem resultados evidentemente. Outra saída “superficial e enganadora” seria tentar reformar a vida política impondo-lhe “sistemas, leis e regulamentos de virtude provada” em outras sociedades. A crença, aliás, de que os bons governos e a boa sociedade dependem da sabedoria e da coerência das leis teria presidido, segundo o nosso autor, toda a história dos países ibero-americanos, desde a independência. Adotamos as fórmulas da Revolução Francesa ou da república norte-americana ajustando-as aos nossos velhos

⁵⁴²O foco do último capítulo de *Raízes do Brasil* incide sobre as tensões entre as formas e movimentos políticos legados pelo passado e as transformações em curso na estrutura da sociedade, a chamada “grande revolução brasileira”. Brasília Sallun Jr., *Raízes do Brasil, IN Introdução ao Brasil – Um Banquete nos Trópicos*, Lourenço Dantas Mota, São Paulo: Editora SENAC, 1999, p. 237 – 256.

padrões patriarcais e coloniais. As mudanças, assim, teriam sido mais de “aparato” de “substância”.

Para o historiador somente o exame, crítico, da “substância” das fórmulas institucionais que se apresentam como “saídas” para o descompasso entre sociedade e política brasileira.

“Colocado no pólo oposto à despersonalização democrática o caudilhismo muitas vezes se encontra no mesmo círculo de idéias a que pertencem os princípios do liberalismo”. Ele “pode ser a forma negativa, da tese liberal, e seu surto é a negação que se faz, necessariamente, dentro de um “mesmo âmbito.” Assim, “Rousseau, o pai do contrato social, pertence à família de Hobbes, o pioneiro do Estado Leviatã; um outro vêm da mesma ninhada.”⁵⁴³

Que “mesmo âmbito” seria este, em que cada um dos opostos, “caudilhismo” e “liberalismo”, remeteriam um ao outro? Trata-se do mundo de personalismo e da oligarquia – sua encarnação sociopolítica – em que facções das elites sucedem-se no poder, em “revoluções” meramente horizontais, instaurando governos fortes para “salvar” a sociedade de suas tendências anárquicas ou, reversamente, derrubando governos fortes para restaurar a liberdade dos particularismos antes excluídos do centro do poder.

“Colocado o texto no seu contexto histórico imediato, se perceberá aí uma crítica aguda às “soluções” que se apresentavam, então, para os dilemas políticos dos anos 30 – período político conturbado iniciado pela derrubada de uma república ‘liberal’ por um caudilho, Getúlio Vargas.⁵⁴⁴ Salvo engano, o que Sérgio Buarque deseja sublinhar é que a forma autoritária de resolver o descompasso entre sociedade e política, instaurando um governo forte, não superaria o caráter oligárquico da política brasileira – tanto quanto não o superara antes o liberalismo. Seria apenas virar a face da mesma moeda,

⁵⁴³HOLANDA, 1993, p. 134.

⁵⁴⁴Ver JORGE, Fernando, *Getúlio Vargas e seu Tempo – um retrato com luz e sombra*, São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1985.

reverter às expressões institucionais sem romper as bases do poder oligárquico. Neste sentido, tanto o “caudilhismo” quanto as versões correntes de “liberalismo” estariam para ele em oposição à verdade democrática, o que denomina “despersonalização democrática.”

Para Sérgio Buarque,⁵⁴⁵ uma revolução deste tipo não deveria excluir, expurgar, as classes superiores, mas amalgamar a elas os elementos novos, as camadas até então marginalizadas da vida política.⁵⁴⁶

3.3. – A Formação do Brasil Contemporâneo.

Ao tratar anteriormente das matrizes acadêmicas brasileiras este trabalho destacou o papel fundamental desempenhado por Caio Prado Júnior dentro da formação, estruturação e consolidação do Partido Comunista Brasileiro. Tanto sua vida como sua obra foram exemplos dos mais evidentes de um intelectual arrojado e profundamente interessado por mudanças que poderiam provocar uma nova concepção de sociedade. A obra *Formação do Brasil Contemporâneo* foi selecionada nesta pesquisa por demonstrar uma abordagem materialista histórica para a compreensão da formação da sociedade brasileira. Portanto, a análise do livro de Caio Prado Júnior é indispensável para este estudo.

Autor erudito e com impressionante facilidade em lidar com a maioria dos temas relativos à constituição do Brasil colonial, com estilo minucioso e profundidade fez revelações profundas pautadas em riquíssimas pesquisas. A forma com que trabalhou os temas e sua maneira interpretativa que levou a conclusões inéditas, têm uma estrutura impar que alcança os seus objetivos: explicar o Brasil. Inevitavelmente oferece pistas das mais significativas para se compreender a constituição do pensamento social brasileiro. Com quadros

⁵⁴⁵Ver Perfis Buarqueanos – *Ensaio sobre Sérgio Buarque de Holanda*, São Paulo: Imprensa Oficial 2005.

⁵⁴⁶SALLUN JR., Brasília, *Raízes do Brasil, IN Introdução ao Brasil – Um Banquete nos Trópicos*, Lourenço Dantas Mota, São Paulo: Editora SENAC, 1999, p. 237 – 256.

teóricos marxistas, demonstra segundo este vies, uma colonização que em sua base encontra-se a categoria 'exploração', e como foi realizada.

Esta obra somada a outras interpretações como: *Casa Grande & Senzala*; e *Raízes do Brasil*, apontará para os inícios do pensamento socio-econômico-político-religioso brasileiro.

Os primeiros anos do século XIX constituem-se importantes para a história brasileira porque, nesse momento, ocorria um sentimento e uma compreensão de “uma passagem, de uma transição”. Construía-se nesse instante, principalmente após a Independência (1822),⁵⁴⁷ a idéia da transição da colônia para a nação.

Caio Prado Júnior fez um importante recorte histórico para que suas pesquisas aprofundassem em um período, que para ele, era dos mais importantes para a compreensão do Brasil. Mais que isso, pela análise do período colonial se poderá iniciar a história contemporânea do Brasil. Os séculos XVI, XVII e XVIII mostraram para o autor que o “Brasil saía deles já formado e constituído”.⁵⁴⁸ Com base nestes estudos Caio Prado Júnior formula sua síntese do Brasil.

A expansão ultramarina européia a partir do século XVI foi considerada um empreendimento dos mais rendosos e com abrangência internacional. A colonização do Brasil, para Caio Prado, estava visceralmente ligada a este grande projeto europeu. Se detalhadamente o pesquisador ou qualquer outro estudioso, no seu produzir conhecimentos, explicar a importância das expansões marítimas e as grandes conquistas dos países Ibéricos, então existe uma boa possibilidade de entendimento daquilo que foi a colonização brasileira.

Caio Prado Júnior dividiu sua obra em três grandes partes: **a) Povoamento; b)**

⁵⁴⁷O contexto da Independência é ricamente analisado na obra de BICALHO, Maria Fernandes, FERLINI, Vera Lúcia Amaral, *Modos de Governar – Idéias e Práticas no Império Português Séculos XVI a XIX*, São Paulo: Alameda, 2005.

⁵⁴⁸PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 2007, p. 13.

Vida Material e c) Vida Social. Cada uma das partes é dividida por temas diretamente ligados à categoria majoritária. A partir destas categorias o autor consegue a síntese da História do Brasil. A seguir foi formulado um resumo de cada uma das subdivisões

Povoamento.⁵⁴⁹

Ao considerar a vastíssima extensão das terras ocupadas pelos portugueses, que acabaram de tomá-las, a que se perguntar: como os portugueses agiram para desbravas e tomar posse desse imenso continente? Algumas paginas são gastas para explicar as estratégias utilizadas, e ao mesmo tempo, a surpresa, que em muitas situações nenhum planejamento foi realizado. A ocupação e permanência dos primeiros núcleos em solo brasileiro têm explicações tão simplistas que chegam quase a ingenuidade. O conceito atual de estatística, somado a certa facilidade dos instrumentos utilizados, não são suficiente para esclarecer o como se poderia fazer isso nos séculos XVI e XVII. Praticamente não existiam as medições e amostragem demográfica. Muito raramente, quando havia, a iniciativa, ou era eclesiástica, ou militar. Cujo propósito sem sombra de dúvida objetivava o recrutamento para serviços militares ou simplesmente para o controle da igreja. Esta situação começou a ser corrigida a partir do final do século XVIII, quando ocorreu levantamento estatístico de nascimento, casamento e óbitos.

Voltando questão do povoamento, o historiador compreende que a duras penas ele foi ocorrendo, porém com profundas dificuldades. As dificuldades se davam porque os núcleos populacionais eram dispersos e desconexos, pois se tratava, em principio, da ocupação de toda a costa brasileira. Quando ocorreram, por parte dos bandeirantes, os primeiros deslocamentos para o interior da colônia, o que se intencionada indiscutivelmente, era a apropriação

⁵⁴⁹PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, São Paulo Brasiliense, 2007.

dos metais e pedras preciosas. Desta maneira abria-se o caminho e a exploração das grandes e pequenas minas.⁵⁵⁰

Em termos de número Caio Prado Júnior destaca que “em meados do século XVIII cerca de 60% da população colonial, ou seja, quase 2.000.000 de habitantes concentrava-se na faixa litorânea”.⁵⁵¹ Era de suma importância distanciar as criações de gados dos locais em que plantavam os grandes canaviais, conseqüentemente ocorrerá uma intensa mobilização dos rebanhos para o interior da colônia. Este fato somado a descoberta de ouro em Minas Gerais, Cuiabá e Goiás fizeram com que deslocamentos humanos ocorressem em grau maior. Desta maneira o interior do continente começava a ganhar novos povoadores.

Inacreditavelmente, no Espírito Santo, o povoamento quase desapareceu. Somente em 1813 é que a situação começou a regular-se. Por outro lado o Rio de Janeiro, caminho para o sul, a situação foi diferente. Constitui-se ali um importante e próspero povoamento.

Povoamento do Interior.⁵⁵²

A mineração e o avanço dos rebanhos foram as principais causas, que explicam, o povoamento do interior da colônia brasileira. Esta informação, longe de ser simplista, é complexa e interessante. A essa altura o litoral, explorado desde os primórdios, dava mostras de saturação. A exploração da monocultura, o aumento da demanda, fizeram com que a produção de produtos, principalmente o açúcar se intensificassem, pois o consumo nas metrópoles era cada vez maior. O deslocamento do litoral para o interior dava-se principalmente pela necessidade de novos pastos para os famintos

⁵⁵⁰PRADO JÚNIOR, 2007, p. 36.

⁵⁵¹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 39.

⁵⁵²PRADO JÚNIOR, 2007, p. 55.

rebanhos de gados. A medida que estas fazendas se estabeleciam, o povoado espalhava-se paulatinamente para o interior.⁵⁵³

A mineração como atividade subsidiária vai, ao mesmo tempo, atraindo indivíduos, estes sabiam que tais locais não se poderiam praticar nem a agricultura e muito menos a pecuária. Muito provavelmente a povoação de Mato Grosso não se intensificou isto em Cuiabá, em função de suas jazidas e aluviões serem escassas, o que não aconteceu em Minas Gerais. Outro núcleo de povoamento de origem mineradora foi Goiás e isto ocorria tanto no norte quanto ao sul.⁵⁵⁴

Segundo o historiador, o nordeste, principalmente as regiões banhadas pelos imensos rios, favoreceram melhor o povoamento. Os rios São Francisco e Parnaíba, foram fundamentais, pois em suas margens as populações se fixavam. As boas pastagens e o sal encontrado no solo propiciavam excelente alimento para as criações. Estas regiões eram comuns em Piauí e no alto Maranhão.⁵⁵⁵

Para Caio Prado Júnior, a principal dificuldade para se povoar a região sul, principalmente o deslocamento do litoral para o interior era as grandes elevações montanhosas que radicalmente separavam o mar do interior.

Com características próprias o povoamento em São Paulo se fez basicamente em função das perseguições e incursões que os paulistas faziam pelo interior para capturar os indígenas. Isto ocorreu assombrosamente nesta província. Os índios capturados eram negociados para serviços escravos nos engenhos do nordeste. São Paulo e seu interior eram desbravados pelo intenso serviço desses, que sobreviviam e acumulavam riquezas a partir do fazer do indígena mercadoria de alto preço no período colonial. Este comércio praticamente desapareceu nos primeiros dias do século XVIII.

⁵⁵³PRADO JÚNIOR, 2007, p. 55.

⁵⁵⁴PRADO JÚNIOR, 2007, p. 59.

⁵⁵⁵PRADO JÚNIOR, 2007, p. 61.

Correntes de Povoamento.⁵⁵⁶

São três as fases, no entendimento do historiador, para a evolução do povoamento brasileiro. E cada uma delas bem definidas.

A colonização inaugurou a primeira fase que foi até o fim do século XVII. Os primeiros passos da trajetória portuguesa ocorreram na ocupação do extenso litoral brasileiro, desde o Amazonas (1616) até o Rio da Prata, local em que a colônia do Sacramento foi organizada em 1680. A incursão pelos sertões nordestinos ocorreu em função do deslocamento das boiadas. Conseqüentemente fazendas de gados se estabeleciam nos interiores as margens de grandes rios. De forma muito modesta ocorria a ocupação da borda oriental do planalto meridional em São Paulo e no Paraná.

Caio Prado chama de revolução demográfica o que ocorreu com a descoberta de ouro no interior do continente: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Foi o surgimento de núcleos de origem mineradora, nestes núcleos concentraram grande número de pessoas. Com o esgotamento das minas a tendência foi abandonar os locais e procurar outros melhores e que oferecessem outras possibilidades. Outras circunstâncias secundárias ocorreram como a decadência da pecuária no nordeste e conseqüentemente o florescimento de outros povoamentos nas colônias ao sul do país.

A facilidade de mobilização da população brasileira levou o francês Saint-Hilaire, que viajava pelo país no princípio do século XIX, a fazer anotações nos seus diários de viagens. Também destacava, graças à boa percepção que tinha, que a colonização no Brasil foi desordenada e que em nenhum momento observava esforços para se construir uma 'base econômica sólida e orgânica'. A colonização aqui realizada não passou de uma ótima 'oportunidade do momento'. Tirava-se tudo que se podia da colônia para alimentar e abastecer a metrópole. Não se levava em conta que este modelo era frágil e insustentável. Atender o mercado exterior, muito instável e distante, talvez tenha sido o

⁵⁵⁶PRADO JÚNIOR, 2007, p. 71.

principal entrave para o sucesso dessa iniciativa. Da mesma forma como os colonizadores, no afã do enriquecimento transitavam de uma cultura econômica para outra, assim também ocorria o deslocamento de conglomerados de pessoas deslocando-se de um lado para o outro com muita facilidade. Com tais atitudes ao mesmo tempo em que vislumbravam o povoamento de determinadas regiões, esse povoamento se desfazia com a mesma fluidez.

As capitanias conhecidas como marinhas, por suas proximidades com o mar, tiveram ao longo de sua formação atrativos que chamavam a atenção daqueles mais ávidos e financeiramente mais constituídos. A questão resume-se no escoamento facilitado das mercadorias que aproveitando as facilidades dos portos transitavam e eram, com maior efetividade, comercializadas na Europa. O Rio de Janeiro e Maranhão tornaram-se grandes povoamentos com certas vantagens em relação aos demais. Com isto a imigração do exterior era facilitada como também a migração interna. Pairava no consciente destas populações a necessidade de aproveitamento das oportunidades.⁵⁵⁷ Uma das realidades da colônia foi a sobreposição de determinadas regiões em relação à outras. Muitas se beneficiavam diante do fracasso de sua concorrente. Isto ocorreu com o Rio Grande do Sul. No caso específico a província do Rio Grande do Sul apresentava, circunstancialmente, grande desenvolvimento decorrente da grande crise provocada pela seca no Ceará. A produção do charque na província do sul provocou desenvolvimento econômico e aumento de população.

Com respeito à população de Minas Gerais os grandes deslocamentos ocorriam basicamente na direção leste, sul e oeste. Esta ocorrência foi significativa por constituir correntes que perpetuarão no transcorrer do século XIX, com isto formava um 'traço essencial da evolução demográfica desta parte do país'.

⁵⁵⁷PRADO JÚNIOR, 2007, p. 73.

Entre altos e baixos na colonização brasileira o que é temerário e prejudicial para alguns se reverte em benefícios para outros. Foi o caso do povoamento do Planalto Paulista. A decadência das minas propiciou o progresso e desenvolvimento do território paulista. Algumas áreas da capitania evoluíram mais que outras nesse início, foi o caso das regiões entre os rios Moji, Piracicaba e Tietê. Surgem as vilas de Mogi Guaçu, Jundiaí, Porto Feliz e Piracicaba. Uma das economias prósperas da região ainda era a cana de açúcar que avançou, sobretudo na região de Campinas. Uma das principais características para o desenvolvimento das regiões paulistas era o fato, simples aparentemente, mas muito eficaz, de manter-se nas fazendas, para supervisioná-las, pessoas da família ou feitores que a tudo via e relatavam aos proprietários.

A região do Vale do Paraíba, por ser caminho que levava às minas gerais, e onde o ouro era fundido, tornou-se muito cobiçada, ao ponto de grandes fazendas de abastecimentos se estabelecerem ao longo do Paraíba até as regiões de terras altas do Rio de Janeiro. A economia deste povoamento era diversificada, no entanto com a decadência da mineração houve o fortalecimento da cultura da cana de açúcar praticamente ligando em linha contínua o Rio de Janeiro à Minas Gerais.

Raças.⁵⁵⁸

O caminho seguido pelo historiador neste particular não se difere dos demais interpretes do Brasil. A população brasileira tem nas suas raízes de formação o encontro de três raças: européia, indígena e negra. A simplicidade desta declaração esconde a complexa explicação para os fatos. Tanto os índios como os africanos merecem estudo particular e individual. A junção destas matrizes redundava em questões ainda mais complexas e de difícil análise. Um elemento para esclarecer a que se aponta está no fato dos africanos no local de origem já se 'dividirem em diversos povos' com diferentes culturas. Fica evidente que as reações destes, submetidos desumanamente à escravidão,

⁵⁵⁸PRADO JÚNIOR, 2007, p. 85.

eram das mais diferentes. Tratava-se de povos com constituições e formação diferentes.⁵⁵⁹

A predominância do 'homem branco' na formação da etnia brasileira era, de certa maneira, a certificação e liberalidade do português para a miscigenação. Tradicionalmente o português foi aberto à mistura de raças. Este fenômeno o acompanha provavelmente pela grande proximidade de Portugal do continente Africano. O sangue mouro corria livremente nas veias portuguesas. Este elemento, ao acaso do destino, vai contribuir e determinar a sobrevivência da colonização brasileira. A outros povos foi dado o direito d estabelecem no país, porém o critério da religião era indispensável, deveriam ser da religião cristã, obviamente católica. E isto era suficiente, uma vez que a nacionalidade era fator secundário, principalmente em se tratando de colonos.

Esta liberalidade em aceitar colonos estrangeiros de origem católica, agravou-se e provocou alguma restrição no momento histórico, classificado como União Ibérica (1580-1640).⁵⁶⁰ Isto ocorria naturalmente uma vez que a Espanha fazendo frente em ofensivas e defensivas contra diversas nações da Europa, não poderia demonstrar traços de afetividades com colonos oriundos dessas civilizações. A partir de 1580, início desta união, o Brasil fechava suas portas aos estrangeiros. Grande foi o número de espanhóis que aproveitando a situação fixaram residência ao sul do país. Neste contexto ocorrem duas fases importantes para a colônia. A primeira inicia na metade do século XVII e vai até a restauração e a outra enfoca o fim da dominação holandesa no nordeste.

Portugal no início da colonização tinha sua atenção ao riquíssimo mercado das especiarias do Oriente. Sua compreensão de colônia e principalmente suas ações para esta colonização motivou a vinda para o Brasil de muitos degredados e grande número de judeus. Não demorou muito e deflagrou-se violenta crise em torno dos produtos do oriente, diante deste acontecimento os

⁵⁵⁹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 85.

⁵⁶⁰Ver Capítulo II, Livro IV, *O Brasil no Período dos Filipes (1580 – 1640)*, In *História Geral da Civilização Brasileira – vol. I, A Época Colonial – Do Descobrimeto à Expansão Territorial*, Direção de HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 176.

portugueses, não só enxergam melhor a colônia, mas principalmente observa sua grande potencialidade no fornecimento de matérias primas e produtos de elevados preços nos mercados portugueses e europeus.

Agora que Portugal está concentrado na sua potente colônia, ocorreu interesse dos nobres em abocanhar e se beneficiarem das riquezas da colônia. Fidalgos e os homens de letras passam a ocupar cargos administrativos, e em muitos casos em caráter definitivo. Provavelmente, após as guerras contra o holandês, os portugueses resolvem criar dispositivos capazes de impedir a proliferação exagerada de colonizadores estrangeiros dentro de suas possessões. A partir de 1667 foram criadas leis que cumpriam esse papel.⁵⁶¹

Tanto no aspecto geográfico como no social observa-se a predominância do Português, que rapidamente se apropriaram das profissões liberais, administrativas e no comércio. Foi desta maneira, que uma classe de proprietário branco surge e se impõe principalmente em incipientes centros urbanos.

Os imigrantes de Açores surgiram na colônia brasileira a partir de 1673. É fato que se constituíram em importante ação para a ocupação do sul da colônia. Formou-se no século XVIII forte contingente de açorianos que dariam início a colonização do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A chegada dos açorianos se deu muito provavelmente pelo grande incentivo da metrópole e benefícios oferecidos caso houvesse interesse em desbravar a região ao sul do país. Para o sul foi dada autorização ao senhor Feliciano Oldenberg para trazer cerca de 4.000 casais, praticantes do catolicismo, para se estabelecerem em ilha de Santa Catarina, hoje Florianópolis.⁵⁶²

É necessário destacar o papel das missões religiosas no processo de colonização. Os jesuítas, principalmente, recebendo toda a força do Concílio de Trento, do qual saiu extremamente robustecido, cumpria defender a qualquer

⁵⁶¹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 88.

⁵⁶²PRADO JÚNIOR, 2007, p. 90.

custo os interesses de Roma. Nem sempre cumpria ao jesuitismo obedecer aos colonizadores. Isto por confrontos de interesses entre as partes. O período marca significativamente a força do regalismo português que na sua dinâmica natural tornava a igreja uma repartição do estado. Com isto, todos os movimentos dos religiosos em solo português eram observados com muito cuidado.⁵⁶³ O ensino dos Jesuítas mostrava-se muito rigoroso e visava formar membros separados da colônia. Porém estes deveriam, enquistados nela e visceralmente dependentes de seus organizadores, contribuir para o seu sucesso.

A reação do primeiro ministro de Dom José I, marquês de Pombal, foi fulminante contra a Ordem dos Jesuítas nos domínios de Portugal e suas colônias. A expulsão dos jesuítas de Portugal e conseqüentemente das colônias interrompeu um projeto dos mais audaciosos em termos de educação e catequese dos indígenas. Uma das medidas radicais foi a impugnação do poder temporal exercidos pelos clérigos da companhia. Essa medida põe fim a uma interminável disputa implantada desde o início da colonização. Certamente os jesuítas nunca ficaram muito a vontade diante do 'padroado' português. Para Caio Prado Júnior as Comissões de demarcadores da colônia nos anos de 1750 e 1777, mais as leis pombalinas e outros fatores foram determinantes para o enfraquecimento e decadência das aldeias indígenas.⁵⁶⁴

Aleatoriamente o português encontrou a chave para desvendar as complexidades da colônia na pratica da miscigenação com os troncos indígenas. Tal mestiçagem caiu como uma luva, uma vez que o trato com os eles e principalmente sua utilização nos trabalhos manuais tornava-se quase impossível. Estabelece aqui um dos traços marcantes da composição da etnia brasileira.

O que parecia uma questão já vencida, na verdade renova-se com muita habilidade, a questão relacionada os povos indígenas. No mês de abril, entre

⁵⁶³PRADO JÚNIOR, 2007, p. 92.

⁵⁶⁴PRADO JÚNIOR, 2007, p. 96.

17 e 18 de 2008, os noticiários apresentaram grande polêmica no período que antecede o aniversário do exército brasileiro. O grande problema discutido, que não foi bem recebido pelo presidente Lula, perpassava pela política governamental brasileira sobre a demarcação de terras indígenas. O comandante das questões militares no Amazonas fez duras críticas a estas políticas. Imediatamente o governo reagiu pedindo explicações ao comandante a respeito de suas críticas.

Até o ano de 1808 cartas régias circulavam regulamentando, aqui no Brasil, a relação entre os dominadores e os dominados. Varias foram as lutas entre setores indígenas contra a usurpação e dominação, principalmente de suas terras, contra a coroa portuguesa. Historicamente em certas regiões do país ocorreu uma verdadeira dizimação de massas humanas indígenas. Extinguindo quase que completamente determinadas etnias autóctones. Esta situação ainda não foi bem resolvida no Brasil. Notas do capitão Francisco de Paula Ribeiro em suas viagens de inspeção de 1815 apontava para a violência dos tráfico indígenas praticados por capitânias. O trânsito de índios escravizados de umas capitânias para outras era comum e subumano.⁵⁶⁵

Conseqüentemente ao desenvolvimento dos povoamentos e da expansão da economia agrária, prossegue Caio Prado Júnior, que a inabilidade da mão de obra indígena, favorecia o emprego generalizado de mão de obra negra, por entenderem que eram mais eficientes e de fácil reposição.

Caio Prado em sua obra enfatiza que em determinadas situações houve resistência de etnias indígenas que para se defenderem contra a escravidão, empunharam armas contra seus opressores. Estes se encontravam ao norte de Mato Grosso, Goiás e Maranhão.

Em termos estatísticos, Caio Prado estima que aproximadamente 6 milhões de indivíduos africanos estiveram sob duras penas servindo determinados senhores no Brasil até o ano de 1888.

⁵⁶⁵PRADO JÚNIOR, 2007, p. 100.

Como resultado dessa miscigenação grande e complexa, prossegue o historiador dizendo que, ‘antes do surto econômico do século XIX, que trouxeram sucessivas e grandes levadas de escravos, pode-se dizer que eram de mestiços de branco e índio, em doses que iam de quase índios nas classes inferiores, ao quase branco, nas superiores composição étnica da capitania.’

Fenômeno muito comum nas diversas regiões do Brasil, a mestiçagem não teve tanto sucesso assim no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A situação destas colônias era inteiramente diversa das demais, principalmente porque a miscigenação estava em segundo plano e na maioria da população encontrava-se o elemento branco que era predominante, isto porque a forma de povoamento destas terras foi radicalmente diferente das demais. Na segunda parte da sua obra, ‘Vida Material’, Caio Prado Júnior destaca aspectos da economia⁵⁶⁶ da colônia.

Esta parece ter sido a principal característica dos primeiros séculos de colonização aqui no Brasil, fornecer ao comércio europeu “gêneros tropicais ou minerais de grande importância”. Todas as demais estruturas de caráter secundário serviam para garantir e sustentar essa obrigação primária. Toda ocupação e aproveitamento do território levavam inevitavelmente a exploração na agricultura. Essa agricultura só se mantinha graças ao trabalho escravista. Essa lógica dinâmica – exploração, agricultura e escravos estavam tão enraizados, que aqui no período colonial, um, não sobrevivia sem o outro.

O esquema apontado por Caio Prado Júnior é muito propício para entender a economia no período colonial. Inicia pela prática da monocultura que acompanha necessariamente a grande propriedade tropical.⁵⁶⁷ No trabalho escravo encontra-se a solução para a falta de mão de obra. A partir do século

⁵⁶⁶PRADO JÚNIOR, 2007, p. 119.

⁵⁶⁷Ver sobre *A Grande Propriedade*, Capítulo III, Livro IV, *Economia e Finanças*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. I, *A Época Colonial- Administração, Economia e Sociedade*, *Direção Geral*, HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1973, p. 192.

XVII a mineração passa a ser uma grande atividade econômica e sua exploração é realizada em grande escala.⁵⁶⁸

Outro modelo de plantação era praticado nas colônias. Este de caráter mais primitivo e rudimentar. Geralmente um empresário comandava grande número de mãos de obras escravas.⁵⁶⁹

Estes modelos prevaleceram invariavelmente e por muito tempo na colônia, tornando praticamente inalterado o sistema, que insistia em grandes produções de produtos tropicais para manter abastecidos os mercados portugueses e europeus. Como conseqüência e resultados finais desta política criou uma 'evolução cíclica' da economia da colônia. Sempre marcado por prosperidade seguida de decadências e aniquilamentos. Esse primitivismo na agricultura brasileira tem sido uma realidade que chegou até os dias atuais, pois o Brasil exporta determinadas matérias primas, tendo, depois, que importar a mesma matéria prima agora industrializada ou beneficiada.

Grande Lavoura.⁵⁷⁰

Pela vastidão do território brasileiro e a grande necessidade da colonização a liderança predominantemente branca e portuguesa encontraram na agricultura o método principal para a ocupação das imensas terras da colônia.

Outra economia que atrai muito interesse foi o algodão. Ao ponto de se torna a principal matéria prima industrial da colônia. As técnicas de manuseio e industrialização foram aprimorando à medida que o 'fuso' e o 'tear mecânico' foram utilizados. O século XVIII, em particular, foi considerado um dos principais períodos na história da evolução da agricultura brasileira. Esta agricultura renovava-se e expandiam nas regiões da Bahia e Pernambuco. Estas regiões favoreciam a plantação da cana de açúcar, algodão e ate mesmo

⁵⁶⁸PRADO JÚNIOR, 2007, p. 121.

⁵⁶⁹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 123.

⁵⁷⁰PRADO JÚNIOR, 2007, p. 130.

para o início do plantio de cacau. A medida que ocorre a decadência da mineração ocorria a evolução da agricultura. O eixo da colônia muda das capitâneas do interior para as marinhas por causa da qualidade dos solos, da condição climática e da proximidade com os portos.

Estrategicamente as capitâneas do interior passam a investir na exploração de minérios, isto porque seu transporte não oferecia grandes despesas e a criação de gado. A criação de gado passa a ser interessante uma vez que os proprietários não tinham gastos com o transporte. O algodão, apesar de encontrar no interior de Minas Gerais e Bahia, local e clima propício, não se estabilizava.

A operacionalidade para se obter produção eficiente praticamente não existia. As terras costeiras chamavam mais a atenção pela proximidade do mar. São Paulo com seu solo favorável atraía fazendeiros que se fixavam em grandes fazendas. Esta província torna-se objeto de desejo também porque os sertões nordestinos enfrentavam grandes dificuldades e decadência. Como conseqüência destes fenômenos ocorreu ascensão do Rio Grande do Sul. Esta ocupação das terras nem sempre obedecia determinados procedimento que deveriam visar a manutenção do solo e das matas, pelo contrário o que Caio Prado Júnior informa é que estas ocupações causaram um verdadeiro desastre ecológico. Nos engenhos enfrentavam outros problemas. Um dos mais corriqueiros era a falta de lenhas que alimentavam as caldeiras. Ainda não se tinha a noção que o bagaço poderia ser utilizado como combustível ou até mesmo como adubo. O quadro pintado pelo historiador evidencia a total inabilidade do português para desenvolver soluções que reverteriam situações contrárias em próprio benefício, oferecendo soluções para aquelas situações inesperadas. A agricultura sempre foi vista em termos de quantidade e não de qualidade. O interesse era arrancar da terra aquilo que ela poderia oferecer em tempo curto, para que os produtos pudessem ser oferecidos no meio mercantil.

Todas estas modalidades, de economia, eram alimentadas século após século pela mão de obra escrava. Construindo, assim, uma das páginas mais

assustadoras de nossa história. A natureza do colonizador português contribuiu drasticamente para a perpetuação deste modelo. O português se via apenas na direção administrativa de seus empreendimentos. Nenhum tipo de serviço mecânico, braçal ou que exigia algum tipo de esforço eram realizados por eles. Apenas se ocupavam com o “não fazer nada”. A total despreocupação do português com os serviços manuais, a vida contínua no ócio, que sem maiores dificuldade, se pode fazer uma história longa e com muitos elementos e embasamento sobre a “preguiça do português no período colonial do Brasil”.

Grande lavoura.

A compreensão dos termos grande lavoura remete para plantações em grande escala de produtos que na época eram comercializados com o mercado europeu. Uma desta foi a cana de açúcar distribuída por todo o litoral brasileiro, do Pará a Santa Catarina. Intimamente agregada ao açúcar produziu-se em larga escala a aguardente, produto muito consumido no Brasil. Era utilizado também como escambo para se obter escravos.⁵⁷¹

A grande lavoura também incluía o algodão. Muito mais ‘fácil e menos dispendioso’ que a cana, isto facilitou o seu rápido desenvolvimento. A partir do momento que ocorre a exportação para a Europa, a cana passa a ser uma das maiores riquezas do Brasil. Elevando, assim o Brasil, a um dos maiores produtores mundiais deste produto. Sua extensão em termos de plantação vinha do extremo norte do país até ao Paraná, da serra do mar até o Goiás. Surge no século XIX um produtor inesperado e com maiores recurso, os Estados Unidos, que com aperfeiçoamento da matéria prima supera o Brasil na produção e exportação.

Em seu período áureo a algodão produzido no Brasil também exigiu grandes lavouras, conseqüentemente os métodos de plantio e colheita, como do

⁵⁷¹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 144.

beneficiamento exigiria, numa lógica desumana, a utilização indiscriminada da mão de obra escrava.⁵⁷²

O tabaco foi considerado a terceira grande lavoura. Esta cultura inicia-se no século XVII e começa a declinar no século XIX. Sua plantação ocorre em todo território nacional. Grande parte da exportação deste produto destinava-se à África, para o escambo de escravos. Diferentemente das demais culturas o algodão era uma “exceção honrosa na agricultura”, em virtude da necessidade de uso de adubos no solo. Também o cacau e o arroz eram produtos importantes com abundância no Maranhão.⁵⁷³

Agricultura de Subsistência.⁵⁷⁴

Como já foi relatado anteriormente esse modelo de agricultura destinava-se exclusivamente ao consumo e a manutenção da própria colônia. Portanto tratava-se de uma economia para dentro da colônia e não àquela que produzida, escorria para os mercados europeus. Cumpria também o papel de moeda de troca, pois quando a produção que era para subsistência, excedia, o excesso era utilizado como escambo na troca por escravos africanos. No caso do arroz e o algodão são bastante consumidos no interior da colônia apesar de serem produtos para a exportação. As grandes fazendas e a grande lavoura exigiam um universo de outros recursos até mesmo para a sustentação da sua estrutura. Com isso no interior das fazendas desenvolviam muitas outras atividades para a própria sobrevivência daqueles que por elas eram responsáveis. Isto incluía um grande número de pessoas e principalmente escravos. Neste contexto é que se encontravam as pequenas culturas alimentares a quais exigiam uma dedicação subsidiária.

O historiador descreve que a população urbana se abastece dos excessos dos grandes domínios e das propriedades agrárias. Significa que as pequenas

⁵⁷²PRADO JÚNIOR, 2007, p. 148.

⁵⁷³PRADO JÚNIOR, 2007, p. 152.

⁵⁷⁴PRADO JÚNIOR, 2007, p. 157.

roças, chácara e sítios cumpriam essa tarefa, que era basicamente a produção da agricultura para subsistência. Muitas destas propriedades com este tipo de economia eram administradas por agregados, ou seja, os trabalhadores que recebiam autorização do proprietário de se estabelecerem em uma parte da terra. Este tipo de vassalagem não se entrosava na estrutura maior e normal da considerada “grande lavoura”.⁵⁷⁵

A agricultura de subsistência, que a princípio deveria se localizar perto dos grandes centros urbanos, encontrava nestas localidades muitas dificuldades de sobrevivência em função das grandes lavouras que se estendia ao longo e ao redor dos centros urbanos. Conseqüentemente as regiões que foram ocupadas em geral localizavam-se em regiões de serras e próximas ao mar. Estas regiões por causa de algumas dificuldades não podiam servir ao plantio das grandes domínios de lavouras. As outras regiões onde se poderia encontrar este modelo de plantio era ao longo das grandes vias de comunicação. Local por onde escorriam as tropas de bestas transportando diversos produtos e deslocamentos de imensas boiadas. Estes deslocamentos em geral necessitavam de entrepostos de abastecimentos, cumpria, portanto, a função de propiciar os utensílios necessários para estes comerciantes viajantes. Outros produtos essenciais usados para subsistência eram a mandioca, o milho, o feijão e o trigo em menor escala.

Mineração.⁵⁷⁶

A mineração na colônia brasileira teve momentos de grandes explosões que resultava em deslocamentos de populações inteiras para as regiões de minas e diamantes. A mineração pertence a mesma categoria da Grande Lavoura, pois tinha como fim a exportação de seus produtos. A indústria mineradora sofreu grande declínio em meados do século XVIII, sua ruína ocorreu definitivamente no alvorecer do século XIX.

⁵⁷⁵PRADO JÚNIOR, 2007, p. 162 -163.

⁵⁷⁶PRADO JÚNIOR, 2007, p. 169.

Caio Prado Júnior passa a relatar a partir deste ponto quais foram as principais causas para a decadência da mineração. Fatores naturais, econômicos e sociais contribuíram com a sua decadência. As rochas matrizes brasileiras são pequenas e de pobre teor metálico. Ao aprofundar no solo as rochas eram muito duras para a técnica rudimentar dos mineradores da colônia. Por isso, à medida que prosseguiram as escavações, foi se tornando difícil, até afinal, impossível a exploração destas camadas que se aprofundavam no solo. Devido à larga área em que se disseminava o ouro brasileiro é que foi possível manter a indústria mineradora, a princípio com grande sucesso graças ao teor elevado dos aluviões superficiais em certos distritos, por todo um século. Por ser superficial, ‘uma aventura passageira’, que mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida, a mineração não deixou muitos vestígios além da prodigiosa destruição dos recursos naturais que semeou pelos distritos mineradores.⁵⁷⁷

A falta de planejamento para o acumulo ou mesmo, para se manter um estoque suficiente para os momentos de crises, levou a sociedade a situação de grande muito desespero. As eventualidades ligadas ao clima, solo e políticas econômicas traziam escassez e conseqüentemente fome. Não existindo nenhum estoque a sociedade não estava preparada para enfrentar situações mais difíceis. Quanto a mineração Caio Prado Júnior que nenhum planejamento foi feito para um equilíbrio desta economia no Brasil. Nenhuma política séria foi implementada para recuperar a mineração quando se encontrava com problemas, pelo contrário, o sistema fiscal português e as dispendiosas e ineficiente administração portuguesa não trazia nenhum resultado positivo e que ajudasse esta economia.

No Brasil colonial a descoberta de jazida obrigatoriamente deveria ser declarada as autoridades. A Intendência de minas era quem executava o regimento e cobrava o “quinto”.⁵⁷⁸ Imposto sobre a mineração. Neste sistema a

⁵⁷⁷PRADO JÚNIOR, 2007, p. 170.

⁵⁷⁸Ver sobre *Dízimos e Quintos*, Capítulo VII, Livro IV, *Economia e Finanças*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. I, *A Época Colonial, II - Administração, Economia e Sociedade, Direção Geral*, HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1973, p. 340.

casa de fundação recolhia todo o ouro retirava sua parte e só então poderia circular o restante. Infelizmente esta regra a décadas se pratica no Brasil, a grande eficiência em se cobra os impostos sem que a sociedade veja os seus benefícios. Nenhum esforço foi feito para melhorar e tentar aperfeiçoar o processo de extração e ajuda a indústria. De maneira muito particular a mineração se organiza de duas maneiras em solo brasileiro: lavras e jazidas.

Com a chegada da corte portuguesa em 1808 e a grande contribuição dos ingleses para a transferência e estabelecimento da família real na colônia brasileira, foi permitido a estes a exploração da mineração. Estes ingleses determinantemente transmitiram conhecimentos e noções científicas rudimentares até mesmo para tornar funcional a administração pública. Pouco tempo depois vira seu esforço ir por água abaixo.

Características próprias acompanharam a extração de diamantes. Em primeiro lugar a extração reduzia-se a pequenas quantidades realizadas por trabalhadores moveis e nômades. Sua valorização enquanto economia era secundária em relação ao ouro. A produção desta riqueza se deu principalmente em pequenos territórios de Minas Gerais, a demarcação Diamantina. Esta exploração muito disciplinada cumpria o objetivo de se manter o preço das pedras, não causando nenhum tipo de desequilíbrio. A participação da coroa na extração praticamente era majoritária. Quanto a mão de obra, o estado empregava escravos alugados e em menor número homens livres.

Quando seus serviços não eram aproveitados, os garimpeiros andavam em bandos rebeldes, eram perseguidos pela administração e admirados pelo povo. As suas façanhas foram transmitidas de geração em geração.

Pecuária.⁵⁷⁹

⁵⁷⁹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 186.

A grande lavoura de forma geral exigia a atenção quase completa dos colonizadores plantadores de produtos exportados para a metrópole. Com isso a criação de gado, ocupava grau secundário de valor, e ocorria o deslocamento das manadas para as regiões interioranas próximas aos grandes rios, principalmente pelas boas pastagens. A utilização dos produtos decorrentes do gado se dava em grande quantidade. Geralmente estes produtos serviam para atender as necessidades dos senhores do engenho, seus agregados e escravos. Além da utilização dos animais como tração nos meios de transportes, o couro era muito prestigiado, pois a partir dele se confeccionava peças de vestuários tanto de campo como da vida social urbana. A carne sempre ocupou um elemento indispensável na alimentação do brasileiro colono.

Decorrente dos grandes deslocamentos a distribuição do território ficou dividida em três grandes: os setores do Norte, a parte meridional de Minas Gerais e as planícies do Sul.

Quais as dimensões destas zonas em termos de Brasil? Inquestionavelmente os sertões do Norte foram à zona criatória mais antiga da colônia, a mais extensa e as mais importantes. Ela compreende todo o território do Nordeste, que se estende até o Rio Parnaíba e norte de Minas Gerais e para a esquerda, vai até o Rio São Francisco. Havia vantagens na ocupação desse território uma que sua constituição básica era de caatinga rasteira, o que permite a ocupação sem necessariamente trabalhos preliminares. Outro aspecto era o relevo que se estendia pelas chapadas com outro elemento de extrema importância que era o solo salino que fornecia fonte de muita nutrição para o rebanho.

A criação do gado não era tarefa muito fácil, pois os rebanhos exigiam sempre cuidados redobrados. Grande era a atenção para que o gado sobrevivesse o maior tempo possível, uma vez que a criação era sempre muito desgastante. O leite era consumido quase que exclusivamente pelos agregados, seu valor comercial era praticamente nulo.⁵⁸⁰

⁵⁸⁰PRADO JÚNIOR, 2007, p. 192 – 193.

A tradição do famoso “queijo mineiro” remonta a o período da colônia. Com muitos aspectos positivos em torno da criação do gado, uma verdadeira febre ocorreu em busca dos negócios relacionados ao gado. Ocorreu uma busca desenfreada pelas jazidas de ouro, que obtido gerava grandes investimentos nos rebanhos. Neste contexto a região de Minas Gerais muito rapidamente supera as demais. Grandes regiões abrigaram fazendas de criação de gados que se multiplicava por vários terrenos. Grandes investimentos em técnicas foram feitos principalmente nas instalações que eram mais complexas que o nordeste. A evolução da região foi visível e próspera ao ponto de outros ramos da economia também se desenvolveram. A indústria de laticínios mineira encontra um nicho dos mais rendosos para explorar. O queijo e o laticínio mineiro fariam história no cenário brasileiro.

A pecuária mineira absorvia a mão de obra escrava, estes desempenhavam suas tarefas no campo e nas fazendas gozavam de maior liberdade. A província de Minas Gerais investiu ainda na criação de carneiro, com isto produziam lã e tecidos mais rústicos.

Quanto à região sul, Caio Prado Júnior, destaca a excelência da região, mais uniforme, com relevo brandos facilmente vencidos pelos exploradores, com vegetação equilibrada e distribuída entre relvas rasteiras.

Não poderia ser de outra forma, nesta região o gado foi incluído, principalmente para o abastecimento das regiões de São Paulo e Rio de Janeiro. O que foi interessante neste particular foi a sobreposição do couro em relação a carne. O couro foi muito utilizado e sua utilização se dava em quase todos os setores da economia, tanto no campo como nas cidades. A carne fresca em muita quantidade se desfazia com muita facilidade, estragando rapidamente, a solução foi o charque, que consistia em salgar o produto aumentando consideravelmente sua duração. Com isto a indústria do charque deu origem aos primeiros centros urbanos da província.⁵⁸¹

⁵⁸¹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 205 -206.

Produções Extrativistas.⁵⁸²

A indústria extrativista se iniciou na Amazônia, cuja atividade principal era a colheita natural dos frutos na floresta. Na Amazônia encontram-se um grande número de gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis ao comércio como o cravo, canela, castanha, a madeira e o peixe. Sem essas fontes de riquezas, teria sido impossível ocupar o grande vale amazônico.

Os colonos tinham muita boa vontade de administrar a Amazônia, mas não bastava só isso diante de tantas dificuldades, como por exemplo, a enorme quantidade de chuvas, um regime fluvial muito variável e a mão de obra que era escassa, eles exploravam os índios da região, mas os mesmos não tinham habilidades para tal trabalho. A partir disso, começou a se originar a população amazonense, a partir de cultura indígena, dando assim um exemplo singular na colônia, com uma formação étnica diferente do resto do país.

Com esta situação o povo tinha uma cara nova e até mesmo hábitos diferentes, incluindo as moradias. O colono procurava morar perto de rios, porque era mais fácil ter acesso a outros lugares. Também foi organizado outro estilo de trabalho, que eram feitos através de expedições, devido às condições locais.

Arte e Indústria.⁵⁸³

Apesar de ocupar um plano quase inexpressivo diante da agricultura e mineração,⁵⁸⁴ a arte e a indústria deixaram suas contribuições na formação do Brasil colonial.⁵⁸⁵

⁵⁸²PRADO JÚNIOR, 2007, p. 211.

⁵⁸³PRADO JÚNIOR, 2007, p. 220.

⁵⁸⁴Ver sobre *A mineração: antecedentes luso-brasileiros*, Capítulo V, Livro IV, *Economia e Finanças*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. I, *A Época Colonial- Administração, Economia e Sociedade*, Direção Geral, HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1973, p. 228.

⁵⁸⁵PRADO JÚNIOR, 2007, p. 220.

Foi exatamente no campo que as famílias e os escravos aprenderam novas técnicas para atender melhor a demanda da agricultura. Esta incipiente indústria de caráter doméstico teve sua importância na vida dos colonizadores, pois garantiu a independência aos domínios rurais. Foram criadas profissões como artesãos, ambulantes e ferreiros que tradicionalmente passaram a bater de porta em porta oferecendo seus préstimos.

Em certo momento surge a cerâmica que foi largamente disseminada. É uma arte que os índios conheciam, mesmo tendo perdido um pouco disso, com o contato com os brancos. Além da cerâmica, o Brasil foi marcado por diversos tipos de indústrias como a de ferro, manufaturadas têxteis que foram as mais importantes na época. A partir daí a colônia já podia prevê avanços mais efetivos.

Comércio.⁵⁸⁶

Cabe agora uma análise do comércio que gerou dois setores importantes, o externo e o interno. O setor externo, por motivos visíveis é o mais conhecido. O Brasil ainda por ser colônia tinha um comércio externo vasto, e caracterizado como marítimo, as fronteiras terrestres eram áreas pouco povoadas, tornando o acesso pelo mar mais viável, concedendo assim ao Brasil, a abertura de seus portos para o mundo, claro que com suas ressalvas.⁵⁸⁷

É a partir daí o número de contrabandos aumentou, pois não se tinha um controle mais rígido sobre os portos, até porque a Inglaterra tinha privilégios a mais do que os brasileiros dentro das nossas terras.

O nosso comércio monopolizado pelos portugueses e contrabandeado pelos Ingleses, gerou privilégios a eles, e estimulou a importação, e na época a importação mais importante se tornou a de escravos, dando mais lucro que açúcar, ouro e outros gêneros.

⁵⁸⁶PRADO JÚNIOR, 2007, p. 228.

⁵⁸⁷PRADO JÚNIOR, 2007, p. 228.

O comércio interno retratava um pouco da organização colonial. Não há muitos dados, pois o povo deixou poucos relatos sobre isso, mesmo assim é possível notar que seu principal movimento é constituído por mercadorias destinadas à exportação ou daqueles que provêm da importação. Mas o comércio interno se resume ao abastecimento dos grandes centros urbanos. Esse comércio não atinge os centros rurais, porque eles se mantêm. Assim esse comércio gira em torno das exportações.

Mas nessa área o que merece destaque é o comércio de gado, este sim tem um mercado interno, e entrelaça a população brasileira. Além disso, o comércio colonial possui 3 traços essenciais: a mineração, os sertões e as minas. A natureza da economia colonial, que consistia, predominantemente, em uma pequena minoria de brancos que tinham poder econômico, e numa maioria de escravos negros que não possuíam nada de poder econômico, sendo assim o Brasil foi formado com essa divisão desproporcional desde o início até hoje.⁵⁸⁸

Vida Social.⁵⁸⁹

Organização Social.

O terceiro capítulo de Formação do Brasil Contemporâneo procura passar em revista àquela que foi a organização social da colônia brasileira. Para Caio Prado Júnior a utilização da mão de obra escrava é chave que desvenda todos os mistérios e comportamentos da incipiente sociedade colônia brasileira. A presença do negro esta em todas as partes e setores da sociedade, tanto no campo como na cidade, nos negócios como na casa, pode se dizer que o escravo é “onipresente”. Conseqüentemente sua influência se dará na vida social, organização econômica e padrões materiais como morais. Afirma o historiador dando ênfase a “impressão de que nada há que a presença do

⁵⁸⁸PRADO JÚNIOR, 2007, p. 236.

⁵⁸⁹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 269.

trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir”.⁵⁹⁰

A colonização brasileira caracterizada pela escravidão, veio desacompanhada de qualquer elemento construtivo. Caio Prado Júnior a identificou com muita propriedade, resultante da difusão do sangue, à medida que a cultura africana ou indígena teria sido abafada, se não aniquilada, deturpada pelo estatuto social, material e moral a que se viu reduzida. Em outras palavras, a escravidão teria degradado e eliminado do negro qualquer conteúdo cultural que tivesse trazido. Daí, o vigor, com que a do branco se impôs e predominou.

Neste contexto a contradição foi sempre presente marcado pelas categorias de senhores e escravos. Ao ponto de serem os elementos sobre os quais mais se discutem nas análises posteriores.

Ao passar do tempo aqueles que não oferecem mais condições para a prática do serviço braçal são colocados de lado de forma desumana, constituindo-se em seres desclassificados, de inúteis e inadaptados, indivíduos de ocupações mais ou menos incertas ou aleatórias ou sem ocupação alguma.”⁵⁹¹

Dentro do modelo de colonização portuguesa em que a escravidão era uma de suas bases, ficou estabelecido a diferença de raças desde o princípio. O português representava a raça predominante que administrava o poder, outra coisa era a raça negra, que deveria se submeter sem questionamentos o destino da escravidão. Esta relação significativamente vai enrijecer a estrutura do sistema social e incitou um forte preconceito discriminador das raças. As palavras “negro” ou “preto” eram, na colônia, pejorativas, empregadas como sinônimos de “escravos”. O negro não teve, no Brasil, a proteção de ninguém, sendo assim, tratado com descasos no que diz respeito à sua formação moral e intelectual. O negro foi tratado com chicote e ferro quente.

⁵⁹⁰PRADO JÚNIOR, 2007, p. 267.

⁵⁹¹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 279.

Ao discutir o setor de inorgânicos, Caio Prado Júnior desenvolve a idéia que no “vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos”, os desclassificados, imprestáveis, indivíduos de ocupação mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação, exatamente ai iram se fixar. ⁵⁹²

Segundo Caio Prado Júnior esta massa de indivíduos que não poderiam se ajustar nos setores produtores das grandes plantações e pecuária, por estarem de alguma maneira impedidos, foram os que deram a base para a futura nacionalidade brasileira. Como o mecanismo que regia a colônia determinava que toda a produção devesse abastecer o mercado externo, sem nenhuma preocupação com o mercado interno, cria-se um profundo impasse, cujo resultado será um violento atraso no desenvolvimento das estruturas nacionais. Com isto, Caio Prado Júnior afirma que foi exatamente ai que os desclassificados, portanto o setor improdutivo, aqueles que não poderiam ser aproveitado nas grandes produções iram inverter o processo, pois terão a iniciativa de procurar desenvolver maneiras múltiplas para alguma produção que resultaria em economias voltadas para o mercado interno. Os grupos no setor inorgânico, por escolha ou falta dela, agem direcionados para o mercado interno.

Neste grande grupo, encontram-se “aqueles que vegetam miseravelmente nalgum canto mais ou menos remoto e apartado da civilização,”⁵⁹³ como os tapuias, os caboclos e os quilombolas. Há, também, os chamados agregados, os moradores de engenho’, indivíduos que vivem de insuflar a vaidade dos senhores de engenho. E, por fim, a última parte, a mais degradada, incômoda e nociva é a dos desocupados permanentes, a casta numerosa dos vadios. ⁵⁹⁴

Na vida da colônia, ocupa papel central o assim chamado clã patriarcal, uma unidade em que se agrupa a população de boa parte do país, e que na base do grande domínio rural, reúne o conjunto de indivíduos que participam das

⁵⁹²PRADO JÚNIOR, 2007, p. 281.

⁵⁹³PRADO JÚNIOR, 2007, p. 282.

⁵⁹⁴PRADO JÚNIOR, 2007, p. 283.

atividades dele ou se lhe agregam. Este clã patriarcal constitui-se o germe da política que prevaleceria no Brasil por longas épocas. Por não se chocarem com o poder da Coroa, os senhores locais perpetuariam suas dominações. O poder do patriarca que do alto domina e dirige soberanamente esta pequena parcela de humanidade, vai ser sentido até o último escravo e agregado que entra para a sua clientela.

Em termos culturais não se poderia esperar muita coisa da colônia, principalmente porque na sua base permaneceria uma relação conflituosa e cerceadora. A relação entre senhores e escravos eram puramente materiais de trabalho e produção, e nada mais acrescentarão ao complexo mundo cultural da colônia. Por outro lado foi dentro desta contradição unilateral que a família patriarcal brasileira se formaria.

Fica evidente que tomando proveito da fartura de possibilidades os senhores brasileiros assumiriam até certo ponto uma atitude paternalista em relação a seus escravos e dependentes. Até mesmo esta situação, traria muitos benefícios ao senhor, pois fortaleciam as relações que se formariam ao redor da grande família. Esta relação servia principalmente para reforçar a dominação do senhor sobre seus agregados, escravos e descendentes.

As indefinições que marcam profundamente a presença da igreja na colônia favorecem também a dominação dos senhores sobre ele e todo o seu clero. Isto não é questão de somenos importância uma vez que a igreja constitui-se a segunda esfera administrativa e de domínio dentro da colônia.

Assim no centro da vida social da colônia, o grande proprietário se aristocratiza. Reúne para isto os elementos que constituem a base e origem de todas as aristocracias; riquezas, poder e autoridade. A que se unirá a tradição que a família patriarcal, com autoridade absoluta do chefe, dirigindo escolhendo os casamentos, assegura. Esta aristocratização não é apenas de nome, fruto da vaidade e da presunção dos intitulados. Constitui um fato real e efetivo; os grandes proprietários rurais formarão uma classe à parte e privilegiada. Assim constituída a aristocracia colonial tomara os caracteres das

aristocracias: o orgulho, a tradição, pelo menos de família e do sangue que lhes corre nas veias.

Na seção 'administração', Caio Prado Júnior demonstra que as noções que regem a organização do Estado moderno não estavam presentes no período colonial. Ele se orientava por princípios diversos.

O Brasil não constitui, para efeito de administração, uma unidade. O que existia eram várias províncias chamadas de Capitânicas (de dois tipos: principais e subalternas), que se integravam no conjunto da monarquia portuguesa, além de órgãos e delegados régios que cuidavam de sua administração.

Por toda parte em todos os setores o espírito de indisciplina reinava, fruto da condição geográfica e da forma como se constitui o país; a imensidade do território, a dispersão da população, falta de sedimentação social, de educação e de preparo para um regime policiado. Isso refletia diretamente na administração culminando com a desintegração da autoridade pública.

A metrópole portuguesa transferiu o seu burocrático e monstruoso sistema administrativo para a colônia, buscando a centralização do poder desde o governo-geral, o que permitiu a formação de um sistema coeso e racional em que o rei era "senhor de tudo, das atribuições e das incumbências".

Caio Prado Júnior não vê positivamente a transposição do aparato administrativo para o Brasil. Portugal não cria nada de novo ou específico, há uma "falta de originalidade da metrópole no organizar administrativo da colônia, uma incapacidade por ela demonstrada em criar órgãos diferentes e adaptados a condições peculiares que não se encontravam no reino."

A administração colonial não apresenta uniformidade e simetria nem nos órgãos, nem nas leis que a regem. As funções não eram bem diferenciadas, podendo se coincidir em alguns pontos, os órgãos não possuíam uma

disposição ordenada e hierárquica, “órgãos e funções que existem em um lugar, faltam noutros, ou neles aparecem sob forma e designação diferente”.⁵⁹⁵

A legislação administrativa era um amontoado de leis desconexas, não obedecendo a um conjunto, novas leis eram criadas sem a preocupação de revogar as antigas ou entrosá-las harmoniosamente nas já existentes.

Uma das formas de ascensão social era a carreira militar. Divididos em três grupos (tropa de linha, ordenança e milícias) o recrutamento militar ‘fez-se acompanhar de uma complexa trama de negociações, resistências e compromissos’. Ao abrigo da farda, ocorria desvelada corrupção. Ainda mais quando se leva em conta que uma das principais funções seria a de cobrar imposto, e o método adotado era sempre o da truculência.⁵⁹⁶

A justiça era um aparato caro, moroso e complicado. Havia na colônia poucos juízes, muitos deles eram leigos, e os processos subiam sucessivos graus de recursos (ouvidor) e, por isso, arrastavam-se por anos. O burocrático e inacessível sistema jurídico dava margem para agir movido por interesses particulares e burlar a lei.⁵⁹⁷

A administração do Estado português buscou sempre a centralização. No Brasil tentou-se fazer o mesmo, mas pecou-se por tentar repetir fielmente o que acontecia no reino. A medida de se concentrar o poder e as autoridades em capitais e sedes fez com que o restante do território ficasse desgovernado, certos povoados ficavam a léguas de distâncias das autoridades mais próximas.

A Igreja.

⁵⁹⁵PRADO JÚNIOR, 2007, p. 300.

⁵⁹⁶PRADO JÚNIOR, 2007, p. 310 – 312.

⁵⁹⁷PRADO JÚNIOR, 2007, p. 314.

Durante o Brasil colônia, a necessidade de se cumprir as atividades espirituais estavam no mesmo plano de se cumprir as civis. A Igreja estava sob o efeito do padroado, portanto nunca teve autonomia; os negócios eclesiásticos sempre estavam nas mãos do rei. O dízimo fora concedido ao Estado. Mas o clero utilizava-se de outras fontes de renda, que constituíam verdadeiros tributos públicos, como a desobriga pascal, ministração dos sacramentos, dispensas, custa em processos eclesiásticos, etc.⁵⁹⁸

O clero era também um controlador da sociedade. Estavam sob sua jurisdição funções como matrimônio e divórcio, constatação do nascimento realizada através do batismo, o casamento (só existia o religioso), qualquer tipo de assistência social ao pauperismo e a indigência e, em grande parte, e o ensino.

A vida privada e íntima também era vigiada pela igreja. O acusado pela igreja passava a sofrer do preconceito da sociedade da época, pois os sacerdotes facilmente “manejavam e alarmavam a sanção da opinião pública”. Este controle da sociedade colocava a Igreja em um papel de destaque.⁵⁹⁹ Destarte, muitas vezes, o fato de se tornar um membro do clero não era uma questão de vocação e sim de ascensão social, que conferia poder sobre os demais.

A seção “vida social e política” é a conclusão da obra de Caio Prado Júnior. Nele percebe-se que o traço claro da análise da vida social e política da colônia é a ausência de um nexos moral que normatize as relações entre as camadas da população.⁶⁰⁰

Se há algum elemento organizador da vida social da colônia, este é a escravidão. No entanto, ainda assim, a “escravidão e as relações que dela derivam (...) serviram apenas para momentaneamente conservar o nexos social a colônia”.⁶⁰¹ Ao invés de nortear-se por este nexos moral que lhe dê unidade, a

⁵⁹⁸PRADO JÚNIOR, 2007, p. 331.

⁵⁹⁹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 325.

⁶⁰⁰PRADO JÚNIOR, 2007, p. 341.

⁶⁰¹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 344.

‘sociedade colonial se definirá antes pela desagregação, pelas forças dispersivas’.⁶⁰²

A partir desta realidade desagregada, Caio Prado Júnior passa a analisar as duas relações sociais fundamentais: o trabalho e as relações de família. Quanto ao trabalho, há um estímulo geral para a ociosidade. O motivo primário de tal estímulo é o instituto da escravidão que, deixando todo o trabalho entregue aos escravos, deixa os homens livres em meio ao ócio. No entanto, o autor destaca outros fatores secundários que teriam contribuído para tal estímulo: a ‘indolência do índio Brasileiro’.⁶⁰³

Quanto às relações de família, estas se dão em meio à frouxidão moral e promiscuidade desenfreada.⁶⁰⁴ O papel da família é extremamente diminuído, e mesmo o casamento – fora das classes superiores – ‘constitui uma situação excepcional’.⁶⁰⁵ As razões para isto seriam as enormes distâncias a serem cobertas pelos sacerdotes celebrantes e os altos custos da celebração.

Em meio a esta situação, pergunta-se: não conseguiria a religião estancar esta sangria moral?⁶⁰⁶ A avaliação de Caio Prado Junior é negativa. Não havia grandes preocupações com a corrupção de costumes. Ao contrário, ‘prece que os sacerdotes não têm outra função na colônia que presidir ou praticar os atos exteriores do culto e recolher os tributos eclesiásticos’.⁶⁰⁷

O autor sintetiza a situação geral da colônia da seguinte forma: “incoerência e instabilidade no povoamento, pobreza e miséria na economia; dissolução nos

⁶⁰²PRADO JÚNIOR, 2007, p. 345.

⁶⁰³PRADO JÚNIOR, 2007, p. 349.

⁶⁰⁴PRADO JÚNIOR, 2007, p. 351.

⁶⁰⁵PRADO JÚNIOR, 2007, p. 352.

⁶⁰⁶PRADO JÚNIOR, 2007, p. 354.

⁶⁰⁷PRADO JÚNIOR, 2007, p. 355.

costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos,”⁶⁰⁸ um retrato da aludida ausência de um nexos moral agregador”.

No entanto, “naquela tremenda desordem colonial esboçava-se uma reação”.⁶⁰⁹ E esta se deu a partir da ‘decomposição do sistema colonial’, não passando de “reação informe, incoerente e desconexa que se revela apenas por sintomas, circunstâncias exteriores diversas, às vezes até contraditória entre si”.⁶¹⁰ Caio Prado Júnior passa então, a analisar as forças que trabalham contra o sistema colonial. De um lado, a economia exploratória da colônia tornou-se incapaz de suportar a estrutura que se formara sobre ela. De outro lado, o incremento da população só faz crescer o grupo de indivíduo à margem da atividade produtiva colonial.⁶¹¹

Uma nova pergunta é levantada: diante de tal quadro de desordem, por que não se realizou uma reforma administrativa efetiva? A resposta, para o autor, relaciona-se à ‘atitude geral do governo português com relação à sua colônia americana’.⁶¹² O Império Lusitano é visto como um negócio exclusivo do rei, sendo a colônia o instrumento vital de sua saúde financeira. A organização do próprio sistema colonial tornara-se obsoleta. Para mantê-la funcionando, todos os esforços eram lançados sobre os ombros da colônia. “Como reformá-la, portanto, se isto destruiria a última base da organização? (...) Como, pois reformá-la senão pela separação da colônia?”⁶¹³

Entretanto, apesar desta conexão entre reforma e separação, é improcedente a conclusão de que a idéia da Independência fosse a mola propulsora da renovação que se operava na colônia. Afinal de contas, até “as vésperas da

⁶⁰⁸PRADO JÚNIOR, 2007, p. 346.

⁶⁰⁹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 356.

⁶¹⁰PRADO JÚNIOR, 2007, p. 357.

⁶¹¹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 359.

⁶¹²PRADO JÚNIOR, 2007, p. 361.

⁶¹³PRADO JÚNIOR, 2007, p. 363.

Independência, e entre aqueles mesmos que seriam seus principais fatores, nada havia que indicasse um pensamento separatista claro e definido”⁶¹⁴

Onde estariam, então, as forças que acabaram por levar à Independência? É neste momento que se percebe, claramente, a matriz marxista do pensamento de Caio Prado Júnior. Segundo ele, é ‘nas contradições profundas do sistema colonial (...) que encontraremos as forças motoras que renovarão os quadros econômicos e sociais da colônia.’⁶¹⁵ Seguindo o ideário hegeliano-marxista, é a partir destas contradições (proprietário x comerciantes; conflitos éticos; a questão da escravidão, etc.) que brotará, como síntese, a necessidade de reforma e separação.⁶¹⁶

Caio Prado Júnior encerra seu texto analisando a única instituição capaz de orientar esta necessidade de renovação: a maçonaria.⁶¹⁷ Apesar de ter como objetivo principal atingir o absolutismo português⁶¹⁸ a maçonaria – em conexão com a ideologia francesa do século XVIII⁶¹⁹ – trará um ordenamento intelectual aos movimentos de renovação. De forma geral, em ‘vida social’ (a última seção de Formação do Brasil Contemporâneo, Caio Prado Júnior, analisa as implicações do povoamento e do modo de produção colonial sobre a organização social do Brasil.

A resultante, como visto acima, será o conjunto de profundas contradições que fará surgir a ânsia por uma reforma, só possível por meio da separação da Metrópole. Se a Independência foi bem-sucedida ou não neste processo de renovação já é outra questão, indo além do escopo da obra.

⁶¹⁴PRADO JÚNIOR, 2007, p. 364.

⁶¹⁵PRADO JÚNIOR, 2007, p. 366.

⁶¹⁶PRADO JÚNIOR, 2007, p. 369.

⁶¹⁷PRADO JÚNIOR, 2007, p. 370.

⁶¹⁸PRADO JÚNIOR, 2007, p. 376.

⁶¹⁹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 375.

Caio Prado Júnior evidencia, ainda, e ao mesmo tempo constrói conceitos explicativos, facilitando desta forma a compreensão do como se realizou a “sentido da colonização”. A base da análise concentra-se “nas formas como se processou o povoamento do Brasil e como se organizaram a vida material, a vida social e política da colônia”. Por sua perspectiva esta colonização se constrói tendo por trás um complexo ordenamento traduzido em “empresa mercantil voltada para a produção de gêneros de alto valor no comércio internacional”.⁶²⁰

A captação exata do “como” se construiu a colonização brasileira e toda trama dos mais completos atos e intenções, se constitui em uma das tarefas mais difícil do historiador. Pois significa não somente lidar com o visível e palpável e sim, com as intenções, filosofias e múltiplos interesses que em geral não são perceptíveis aos olhos nus. O “sentido da colonização”, extremamente subjetivo, necessitará para sua compreensão ou tentativa de entendimentos, de elementos que permearam o processo no seu todo. Aqui é facilmente verificável a habilidade do autor, pois percebendo essa carência, iniciará seu trabalho do abstrato para o concreto, das partes para o todo. Enfim o que Caio Prado construiu foi uma visão de totalidade da colonização Brasileira.

Para Ricupero, “a grande contribuição de Caio Prado Júnior ao estudar a colônia é mostrar que se pode entender o Brasil, sobretudo pelo “sentido” que assumiu a colonização no país. Por ter compreendido esse sentido – de empreendimento comercial voltado para a produção de gêneros tropicais para o mercado externo – pôde revelar o que foi a essência da experiência colonial brasileira. Assim, o retrato que fornece da colônia não é de mero amontoado de eventos e características combinados aleatoriamente, mas de uma certa sociedade que mesmo problemáticamente, começa a se formar.”⁶²¹

O objetivo deste capítulo foi apresentar ao leitor, uma visão geral, porém resumida das obras: *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do*

⁶²⁰RICUPERO, Bernardo, *Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil*, São Paulo: Alameda, 2007, p. 148.

⁶²¹RICUPERO, 2007, p. 145.

Brasil Contemporâneo. A análise dos três ensaios possibilitou a compreensão histórica do Brasil.

Esta compreensão histórica do Brasil nos três ensaios, foi necessária uma vez que uma das hipóteses da pesquisa girava em torno do como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, analisaram a origem, estruturação e o desenvolvimento histórico e social da sociedade brasileira.

Ficou claro, a independência intelectual de cada historiador. Trabalhando em ambientes próprios e com ferramentas específicas, cada um deles, foi capaz de produzir, reconhecidamente, os clássicos da literatura histórica brasileira.

Gilberto Freyre, no ambiente pernambucano, produziu documentos esclarecedores sobre os aspectos históricos e sociais do Brasil desde o período colonial. À sua obra *Casa Grande & Senzala*, ele pôde acrescentar *Sobrados e Mocambos* e *Ordem e Progresso*. Obras volumosas e precisas que acompanham o desenvolvimento do Brasil, nas suas etapas cruciais e nas áreas mais importantes, até o período republicano. Pela ótica de diversos comentaristas, uma análise dos documentos de Freyre seria uma tarefa para uma vida toda de trabalho para qualquer pesquisador.

Nesta tese a proposta foi priorizar e analisar *Casa Grande & Senzala*, por entender a obra como a mais apropriada para o período estudado. A síntese produzida, aqui, foi suficiente para evidenciar o estilo e profundidade do autor pernambucano. Ele inaugurou e antecipou, segundo Peter Burke, a *Escola dos Annales* francesa. Freyre tem sido considerado um dos precursores do que é comumente chamado historiador cultural. Sua análise perpassa pela história cultural com descrições precisas da história do cotidiano, tudo isto no ambiente brasileiro.

Casa Grande & Senzala tornou-se um clássico mundial, causando boa impressão na maioria dos seus leitores, aqui no Brasil e em diversos países na maioria dos continentes. A descrição que Freyre fez do Brasil alterou

radicalmente compreensões anteriores e inaugurou um estágio muito mais maduro da historiografia do país.

Em seguida, a pesquisa procurou, através de Sérgio Buarque de Holanda, compreender as origens do Brasil na obra *Raízes do Brasil*. O livro é comparativamente à *Casa Grande & Senzala* menor, porém não de menor importância. Chega a assustar a quantidade de comentários nas mais diversas áreas do saber que tratam da excepcional obra de Sérgio Buarque.

Objetivamente, Buarque de Holanda, foi capaz de impressionar seus leitores ao demonstrar as raízes da formação histórica cultural do Brasil. Estas raízes culturais do Brasil são na sua maioria o que se herdou da nação portuguesa. Sérgio Buarque demonstrou o quanto esta cultura portuguesa, muito desordenada e até certo ponto atrasada, influenciou as frágeis estruturas formadoras da cultura brasileira. Isto ficou muito claro em “*Semeadores e Ladrilhadores*”, ao demonstrar a forma atabalhoada dos portugueses desenvolverem sua colonização. Seu estilo e método muito mais próximo do historicismo alemão,⁶²² o diferencia, quanto à compreensão e descrição da história, de Gilberto Freyre.

Finalmente o capítulo caminhou para o fechamento, ressaltando e também sintetizando, o trabalho de Caio Prado Júnior: *Formação do Brasil Contemporâneo*. Cronologicamente *Formação do Brasil Contemporâneo* chegou por último, mas isto não significa uma menor importância. A vida atuante de Caio Prado, principalmente no Partido Comunista, já seria o suficiente para que qualquer pesquisador se interessasse. Foi talvez a maior mente que o Partido Comunista recepcionou entre os brasileiros. Sua inteligência, independência intelectual somadas com sua autonomia financeira permitiu que Caio Prado fosse um brilhante pensador e atuante político. Sua obra, erudita, trouxe pela primeira vez ao cenário historiográfico intelectual brasileiro as matizes do marxismo. Sua abordagem na compreensão da história

⁶²²Ver sobre Historicismo alemão em Johann Gustav Droysen, *Manual de Teoria da História*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

foi marxista. *Formação do Brasil Contemporâneo* constitui-se em uma daquelas obras que se tornam leitura obrigatória dentro de qualquer contexto.

Caio Prado procura apresentar um Brasil pelas lentes dos conceitos de Karl Marx, portanto materialista e científico. Em suas descrições é possível observar e entender um Brasil na origem, resultado do que ele chamou de parte inorgânica da sociedade. Esta parte inorgânica da sociedade brasileira, segundo ele, era constituída de indivíduos inábeis, doentes, fracos, amputados, velhos e ignorantes, estes foram à base em que se ergueu o edifício Brasil.

As abordagens marxistas de Caio Prado Júnior são provocadoras e inovadoras ao mesmo tempo.

Com isto a tese foi capaz de colocar em quadro sinóptico os três maiores historiadores produtores de clássicos sobre o Brasil e cada um com suas especificidades próprias. Três grandes ensaios, três grandes autores e três modos diferentes de se conceber a história.

Com isto, o caminho ficou aberto para o próximo capítulo, que também teve no seu centro os autores citados e suas obras. O maior desafio para o pesquisador no capítulo seguinte foi descrever a vida dos três historiadores, na tentativa de se levantar aqueles elementos e as orientações que foram fundamentais para a formação de cada uma das personalidades. Descrever a vida e obra de personagens comuns, geralmente, é uma tarefa muito difícil. Descrever a vida e obra de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado, certamente seria impossível. No entanto, o trabalho seguiu esta direção uma vez que obrigatoriamente, com maior detalhamento, aspectos das vidas destes personagens seriam necessários para se criar um quadro das personalidades e dos elementos formadores de cada um dos pensadores.

Com estas descrições estabelecidas, o passo seguinte foi averiguar o quanto e como estes autores lidaram com a religião em suas análises. O título para o próximo capítulo ficou: *O Autor, a História do Brasil e a Religião nos Três Ensaios*.

CAPÍTULO 4

O Autor, a História do Brasil e a Religião nos Três Ensaio.

4.1. – Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* e a Igreja ao Serviço do Senhor.

Gilberto Freyre⁶²³ e a Religião.⁶²⁴

O Estado de Pernambuco sempre foi o principal cenário de atuação de Gilberto de Mello Freyre. Em Recife⁶²⁵ parte integrante deste cenário, nasceu o escritor. Uma de suas preferências, sempre evidenciadas nas suas obras, era o apego ao chão natal. Mais que qualquer outro Gilberto Freyre⁶²⁶ sempre optou por sua terra.

Era filho do Dr. Alfredo Freyre e de D. Francisca de Mello Freyre. Gilberto nasceu em 15 de março de 1900. Quanto aos seus estudos formais foram desenvolvidos na presença de professores particulares. O inglês Mr. Williams,⁶²⁷ Madame Meunier, francesa, e seu próprio pai foram seus

⁶²³CHACON, Vamireh, *Gilberto Freyre – Uma biografia Intelectual*, Brasileira, vol. 387, Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana: São Paulo: Ed. Nacional, 1993; CHACON, Vamireh, *Formação das Ciências Sociais no Brasil – Da escola de Recife ao Código Civil*, Brasília: Paralelo 15; Brasília: LGE Editora; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2008.

⁶²⁴Ver MARTINS, Mário Ribeiro, *Gilberto Freyre, O ex-protestante – uma contribuição biográfica*, São Paulo: ABU, 1973.

⁶²⁵“No meu caso, nasci... brasileiro. Produto em grande parte, de já antigas raízes brasileiras. De sangue já miscigenadamente brasileiros. Aprendendo a falar numa língua neolatina já abrasileirada, tropicalizada, africanizada, amerindianizada. Ouvindo cantar, chorar, rezar nessa língua. Vindo a ouvir nela diminutivos, aumentativos, palavrões. E vendo talvez mais que outros meninos certos verdes, azuis, amarelos, vermelhos, roxos, alaranjados tropicalmente brasileiros”. Cf. Maria Inês de França Roland, *Gilberto Freyre*, São Paulo: Ícone, 2000.

⁶²⁶Os dados bibliográficos, bem como, seus títulos, homenagens e premiações foram retirados de “Nota da Editora – dados bibliográficos do autor”, da obra *Aventura e Rotina – sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*, Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1980.

⁶²⁷“Não me esqueço nem do inglês, Mr. Williams, a me aconselhar a continuar desenhando como eu desenhava (isto quando eu tinha sete ou oito anos) nem das governantas alemãs do velho Pontual, em Boa Viagem, que me animariam nos meus brinquedos com trem elétrico e blocos de madeira, tão malvistas por outros adultos em menino já crescido: já de mais de treze

primeiros pedagogos. O conhecimento em Latim e Português foram alcançados graças a participação direta do Dr. Alfredo.⁶²⁸

Ainda muito jovem⁶²⁹ completou, com o grau de Bacharel em Ciências e Letras, os estudos secundários no Colégio Americano Gilreath, de Pernambuco, seguindo imediatamente para os Estados Unidos. Sua ida precoce para os Estados Unidos se deu, principalmente, porque a liderança do Colégio Batista de Pernambuco, alguns missionários desta denominação perceberam que Freyre possuía capacidade acima da média. Além de mostrar, mesmo com pouca idade, interesse pelos princípios protestantes. Este ponto em particular será desenvolvido neste trabalho à frente.

Sua experiência entre os americanos foi das melhores, logo se graduou em Artes Liberais, conseguindo imediatamente a especialização em Ciências Políticas e Sociais na Universidade de Baylor. Não parou de estudar, pois na etapa seguinte fez estudos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais na conceituada Universidade de Colúmbia. Neste centro Acadêmico pôde Freyre manter contato direto com importantes professores, foi o caso do antropólogo Franz Boas.⁶³⁰

Com esta narrativa sobre o itinerário de Gilberto Freyre, destacando que ainda muito jovem, com a ajuda de protestantes foi ao EUA estudar, a tese procura trazer elementos esclarecedores da adolescência e primeira mocidade desse intelectual, que dificilmente se encontram nas literaturas a seu respeito.

anos, Desses outros adultos o que venho ouvindo é em sentido contrário: indiretas contra meninos que não dão para as matemáticas, por exemplo”. Cf. FREYRE, *Tempo Morto*, 1975, p. 3.

⁶²⁸Dados bibliográficos do autor retirados da obra “*Aventura e Rotina – sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*”, Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1980.

⁶²⁹Sobre a primeira infância de Gilberto Freyre consultar “*Tempo Morto e Outros Tempos – Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade – 1915-1930*”, Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

⁶³⁰Ver “*A formação da antropologia americana, 1883-1911: antologia/Franz Boas: organização e introdução George W. Stocking, Jr.: Marco Antônio Teixeira Gonçalves e César Benjamin*, Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004.

O fato de estudar no tradicional Colégio Americano Batista de Pernambuco, aproximou Gilberto Freyre do pensamento protestante, naquele contexto, início do século XX, representado pela tradição Batista. As raízes da história dos protestantes em Pernambuco são profundas e relevantes para aquela sociedade. Atualmente observa-se com interesse histórico não apenas a disposição de Pernambuco para as revoluções, mas também a rica tradição protestante Holandesa que ali foi implantado a partir de 1624 com a tomada de Olinda e Recife pela Companhia das Índias Ocidentais Holandesas. O Historiador Ronaldo Vaínfas em artigos jornalístico apontou ser esse período um componente de áreas de estudos menos trabalhada no Brasil. Uma lacuna que deve ser preenchida pelos historiadores e sociólogos. Dos autores com rica produção científica de conhecimento histórico sobre o período colonial brasileiro, tem se destacado o intelectual José Honório Rodrigues. Neste autor encontra-se substancialmente dados concretos e registrados para se iniciar pesquisas de relevância sobre o tema “Brasil Holandês”.

Evidente que esta rica experiência pernambucana com os holandeses, celebrada com alguma regularidade, deixou no imaginário dos pernambucanos, principalmente nas famílias mais tradicionais,⁶³¹ pelo menos a curiosidade de como seria um Nordeste brasileiro colonizado pela potência calvinista.

O espaço que separou as Guerras de Guararapes (1654) dos dias de Gilberto Freyre início do século XX, apesar de curto, foi suficiente para mostrar que muito pouco ficou da herança holandesa naquela parte do país. Por outro lado esta região foi considerada tão importante, inclusive para a disseminação de idéias protestantes que os presbiterianos através do missionário John Rockwell Smith (1846 – 1918) que se estabeleceu em Recife a partir de 1873. Este missionário publicou ali um jornal “*Salvação de Graça*” (1875-1876). A Igreja Presbiteriana de Recife foi organizada em 11.08.1878. Smith foi quem preparou os primeiros ministros nacionais do norte, entre eles João Batista Lima, José F. Primênio da Silva e Belmiro de Araújo César, estes ordenados

⁶³¹Ver Evaldo Cabral de Mello, *Rubro Veio – O imaginário da restauração pernambucana*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

ministro evangélicos em 1887. Decorrente desta tradição a Igreja Presbiteriana mantém um importante centro de preparação teológica⁶³² que abastece as principais regiões e igreja do Norte e Nordeste do país.

O mesmo caminho foi seguido por outras tradições evangélicas, principalmente os Batistas que ao chegarem implantam, da mesma forma, algumas escolas. O Colégio Americano Batista foi um desses exemplos.

Gilberto Freyre recebeu significativa influência dessa tradição⁶³³ evangélica pelo fato de completar seus cursos fundamentais e preparatórios nesta Escola. Muito se discutiu a respeito do envolvimento de Freyre como os Batistas pernambucanos, este envolvimento foi profundo uma vez que Freyre declarou ser Batista, inclusive tendo participação em seus cultos com a responsabilidade de pregar em algumas ocasiões os sermões. Ele próprio cita na sua obra *“Tempo Morto e Outros Tempos – Trechos de um Diário de Adolescência e Primeira Mocidade (1915-1930)”*,⁶³⁴ sua participação nos púlpitos nos cultos da Igreja Batista,

A impressão deixada por Freyre nos missionários era muito boa ao ponto destes missionários o classificar como o “melhor pregador no campo Pernambucano”.

⁶³²Os missionários protestantes anglo-americanos tinham grandes projetos também intelectuais para o Brasil, aquelas escolas deles faziam parte importante. Nas palavras da carta de Muirhead, depois com seu nome num dos principais edifícios do Americano Batista, insistindo em favor de Gilberto junto ao Reitor Brooks de Baylor, 25 de fevereiro de 1919, "estamos agora fazendo trabalho com calouros. Em breve seremos um colégio júnior e assim por diante ... Essa instituição, à maneira de todas grandes escolas, precisa crescer ... " "Uma grande universidade algum dia adornará o maravilhoso campus, onde hoje se ergue nosso ginásio". Cf. CHACON, Vamireh, *Gilberto Freyre – Uma biografia Intelectual*, Brasiliense, vol. 387, Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana: São Paulo: Ed. Nacional, 1993, p. 51.

⁶³³Os protestantes de Pernambuco viriam a declarar-se decepcionados com o que lhes pareceu apostasia de Gilberto Freyre. Chegaram a reunir documentos dos arquivos das igrejas dos Estados Unidos descrevendo sua conversão por batismo aos dezessete anos administrado pelo pastor missionário H. H. Muirhead na Primeira Igreja Batista do Recife, denominação à qual teria vindo a abandonar. Cf. CHACON, Vamireh, *Gilberto Freyre – Uma biografia Intelectual*, Brasiliense, vol. 387, Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana: São Paulo: Ed. Nacional, 1993, p. 49)

⁶³⁴Ver FREYRE, Gilberto, *Tempo Morto e Outros Tempos: Trechos de um Diário de Adolescência e Primeira Mocidade (1915-1930)*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

Sua permanência entre os Batistas foi curta, principalmente, após nos Estados Unidos, conhecer uma situação entre os protestantes que não lhe agradou muito. Após seus cursos na Universidade de Baylor no Texas, terminarem, já não se sentia a vontade como evangélicos,⁶³⁵ e logo não fez questão de enfatizar que, aquela experiência foi um mal entendido. Por algumas vezes enfatizou que muito decepcionado com a civilização brasileira e com o estado de pobreza e injustiças dos seus conterrâneos, buscava uma alternativa, uma saída para a solução daquelas questões.

“Em depoimento no programa de História Oral⁶³⁶ da própria Universidade de Baylor no Texas, para onde fora ainda como protestante e com bolsa de estudos da igreja, acrescentou ter chegado a ser, naquela época, até um radical, desiludido com o que lhe parecia fracasso da civilização tradicional brasileira.”⁶³⁷

Difícilmente se chegará a um consenso a respeito do envolvimento da família Freyre com este grupo protestante.⁶³⁸ Os fatos históricos declaram que foi um envolvimento completo, de praticamente toda a família, não apenas com o Colégio Americano⁶³⁹ como de igual forma com o culto Batista. Os Batistas ao

⁶³⁵Ver entrevista com Gilberto Freyre em *Cientistas do Brasil – depoimentos*, São Paulo: SBPC, p. 117 a 123, 1998.

⁶³⁶MEIHY, José Carlos Sebe B., *História Oral – Como Fazer Como Pensar*, São Paulo: Contexto, 2007.

⁶³⁷CHACON, Vamireh, *Gilberto Freyre – Uma biografia Intelectual*, Brasiliense, vol. 387, Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana: São Paulo: Ed. Nacional, 1993, p. 49.

⁶³⁸Na realidade, os missionários dos Estados Unidos estavam empenhados mesmo em infiltrar-se nas elites tradicionais do Brasil, não só entre as massas. Almejavam a passagem do pai, Alfredo Freyre, do liberalismo religioso para o protestantismo "ele agora é um sincero crente, embora não batizado ainda" e a adesão da família Freyre inteira: de Gasparina, a irmã servindo de estenógrafa em português e inglês, a Ulysses, nosso mais eficiente e popular professor - imbuído do espírito de Baylor onde se graduam há pouco, a ponto de recusar pagamentos dobrados de outras instituições - e finalmente Gilberto, filho do velho Freyre. É o que se lê na carta do próprio Muirhead ao Reitor de Baylor, Samuel P. Brooks, o grande administrador que veio a construir a maior parte das suas novas bases, datada de 25 de fevereiro de 1919. Antes, em 21 de outubro de 1918, outro missionário, L. L. Johnson, recomendava-o a Brooks, explicando-lhe que alguém tão precoce como Gilberto merecia Baylor, em vez de ficar ensinando português num obscuro College do interior do Kentucky, outrora uma das regiões menos desenvolvidas, por mais que ali fosse prestigiado com a chefia do Departamento de Línguas Neolatinas. Cf. CHACON, 1993, p. 50.

⁶³⁹No Recife o fulcro daquele impacto modernizador na educação eram o Colégio Agnes Erskine, para estudantes do sexo feminino, e o Colégio Americano Gilreath, depois chamado de Americano Batista, para meninos. Cf. CHACON, 1993, p. 51.

perceberem a genialidade do jovem Gilberto Freyre e seu interesse pelas convicções daquela organização confessional, logo se apressaram em enviá-lo a respeitada Universidade de Baylor.

Da família Freyre, Gilberto não foi o primeiro a ser encaminhado para a Universidade de Baylor. Seu irmão Ulisses Freyre⁶⁴⁰ o antecipou completando seus cursos de Matemática, Física e Química, além de Literatura, Retórica, Psicologia, Alemão e História Moderna Européia e História Latino Americana de 1913 ao inverno de 1918, todos os cursos na Universidade de Baylor.

Inquestionavelmente a Missão da Igreja Batista, independente de seus reais interesses, possibilitou o financiamento dos estudos dos irmãos Freyre e com boa qualidade. Essa tradição de mandar jovens oriundos do Brasil para cursos, mestrados e doutorados nos Estados Unidos tem sido repetida ao longo das décadas no contexto brasileiro. São inúmeros os jovens de tradições religiosas que recebem estes benefícios no meio protestante. São encaminhados através de convênios e consórcios para Universidades Americanas e Européias. Retornam ao país dando sua contribuição em Universidade e Escolas Teológicas. A Universidade Batista de Baylor⁶⁴¹ nos Estados Unidos ao receber os jovens brasileiros cumpria parte de sua missão atendendo jovens sem reais recursos financeiros para se sustentarem em um curso universitário fora do Brasil. Essa tradição se mantém muito fortemente nos dias atuais.

Gilberto freqüentará Baylor do outono de 1918 ao de 1920, nesse período teve

⁶⁴⁰“Ulysses, o primeiro a sugerir Baylor a Gilberto, em carta de Waco datada de 22 de maio de 1916: Ultimamente, caro Gilberto, tenho pensado seriamente sobre a tua vinda aqui, e a respeito disto já escrevi algumas linhas a meu pai.” Cf. CHACON, 1993, p. 53.

⁶⁴¹A Universidade de Baylor começava a despontar no cenário norte-americano. Assumira o reitorado Samuel Palmer Brooks, um líder inovador que permaneceu vinte e nove anos no cargo, de 1902 a 1931 (Nicholas Murray Butler, reitor de Columbia quando Gilberto por lá passava na década de 1920, também um revolucionário em educação, demorou ainda mais tempo, de 1901 a 1945, Nada menos que quarenta e quatro anos). Baylor tinha sido fundada em 1845 e instalada na cidade texana de Independence no ano seguinte pelo austero pastor batista e juiz de Direito Robert E. B. Baylor, um dos Founding Fathers da República do Texas, logo estado da federação dos Estados Unidos. A Universidade de Baylor absorveu a de Waco em 1886, num só campus a partir do ano seguinte, ampliada consideravelmente pelo Reitor Brooks, a quem Gilberto considerava digno de ter sido presidente da república, pela sua capacidade de grandes realizações. Cf. CHACON, 1993, p. 55.

a oportunidade de conhecer melhor determinadas localidades e cidades americanas. Nestas viagens pode perceber com maior profundidade praticas e movimentações daquela região envolvendo grupos evangélicos. Pelo que tudo indica Freyre foi se decepcionando com os movimentos evangélicos daqueles dias ao Sul dos Estados Unidos.

Para ele algo muito estranho acontecia, colocando uma separação muito grande entre os conceitos Batista que teve a oportunidade de aprender diretamente de William Carey Taylor, excepcional mestre da gramática Grega, autor de Dicionários de Assuntos Bíblicos, com aquela triste realidade em que se tiravam a vida de semelhantes pela diferença da cor da pele.⁶⁴²

Chacon descreve aquele que foi o momento crucial em que Freyre não se sentiu mais a vontade como protestante e rompeu definitivamente como o movimento Batista:

Choque final devastador da sua fé batista ocorreu na volta, ao passar “por uma cidade ou vila chamada Waxahaxie, creio que é assim que se escreve esse nome arvesado: ameríndio, suponho, como aliás Waco”. “Um cheiro intenso de carne queimada”, ao “ser informado com relativa simplicidade: ‘É um negro que os boys acabam de queimar’. Seria exato? Seria mesmo odor de negro queimado? Não sei - mas isto sim me arrepiou e muito. Nunca pensei que tal horror fosse possível nos Estados Unidos de agora. Mas é. Aqui se lincha, se mata, se queima negro. Não é fato isolado. Acontece várias vezes”⁶⁴³.

Gilberto Freyre estava diante de um dos movimentos mais sanguinário da sociedade americana a Kú Klux Klan.⁶⁴⁴

⁶⁴²CHACON, Vamireh, *Gilberto Freyre – Uma biografia Intelectual*, Brasiliense, vol. 387, Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana: São Paulo: Ed. Nacional, 1993, p. 56.

⁶⁴³CHACON, 1993, p. 56.

⁶⁴⁴Era o Ku Klux Klan, sociedade secreta racista terrorista criada em 1866 no Tennessee por ex-oficiais do Exército da Confederação do Sul dos Estados Unidos derrotada na Guerra Civil. O primeiro KKK foi proibido por lei federal em 1870, mas eis que em 1915 apareceu em Atlanta, Georgia, na noite do Dia de Ação de Graças, uma gigantesca cruz branca em chamas no alto de uma das colinas circundando a cidade. Era o sinal do ressurgimento do "Império Invisível", os embuçados Cavalheiros do Ku Klux Klan. Seu reiniciador, uma estranha figura, William Joseph Simmons, misto de pastor metodista, maçom e auto-intitulado coronel. Seu programa: anti-semitismo, anticatolicismo, oposição a todos os imigrantes e racismo branco especialmente negrofobo, um primitivo nacionalismo associado a um tosco fundamentalismo protestante? Sudoeste - Arkansas, Louisiana, Texas e Oklahoma - logo se viu incluído no seu

Após Baylor o caminho tomado por Freyre o levou aos píncaros do reconhecimento intelectual. Foi condecorado com todos os tipos de honrarias, títulos, convites, medalhas. Freyre muito provavelmente foi melhor acolhido e reconhecido no estrangeiro do que entre os seus. Sua obra é monumental, intelectual e fundamental para a compreensão do Brasil.

Após muito tempo longe da Universidade de Baylor, retornou lá:

“O Diário de Pernambuco publicou em 12 de maio de 1985 longa notícia, "Gilberto Freyre retornará a Baylor depois de 65 anos". Larga ausência de quem nunca a esquecerá no íntimo do coração, por mais que outras influências se fossem somando. Daí sua comovida carta de agradecimento ao Professor Charles M. Tolbert pela comenda Distinguished Achievement Award e suas congratulações ao Reitor Herbert H. Reynolds, o Decano William J. Toland e a John S. Below, pela "nova grandeza da qual não só os texanos, em especial, quanto os americanos dos Estados Unidos em geral, podem se orgulhar profundamente". Orgulho também dele Gilberto Freyre, que conhecera Baylor ainda em dias provincianos, a caminho de tantas conquistas intelectuais.”⁶⁴⁵

A Religião em Casa – Grande & Senzala.

Existe uma exuberância de assuntos na obra *Casa – Grande & Senzala*. Poderia facilmente se passar por uma enciclopédia de temas brasileiros. O caminho tomado por Gilberto Freyre na confecção de seu trabalho foi de construí-lo a partir de cinco capítulos. Engenhosamente, Gilberto Freyre com grande capacidade intelectual e coerência, armar suas hipóteses para as conclusões, que chegaria solidamente comprovadas.

O estilo de Freyre, inovador para o período, ganhou destaque e tem sido discutido nacionalmente e até por críticos internacionais. Muito provavelmente, antecipava as celebradas histórias das mentalidades e culturais. O eminente Peter Burke e Maria Lucia Garcia Pallares Burke escreveram recentemente obra biográfica de peso internacional sobre o pensador pernambucano. O estilo de Freyre, deixa, evidente um escritor capaz de reconstruir elementos e

plano de agressivo e militante apostolado. Cf. CHACON, 1993, p. 57.

⁶⁴⁵CHACON, 1993, p. 60.

detalhes minuciosos dos componentes culturais tanto dos Engenhos, Casa – Grandes, Senzalas, como também expressivamente foi capaz de descrever com perfeição os movediços terrenos das cidades. Sua descrição, não foi apenas narrativas descritivas, mas, análise crítica de uma época já bastante separada dos dias atuais. Freyre ao narrar, analisando a formação da sociedade brasileira, o faz como se fosse personagem da própria história. Cada tema é analisado com tamanha precisão que provoca no leitor, no fundo, uma saudável irritação.

Ao tratar da religião ou da religiosidade encontrada nos primeiros colonizadores e até mesmo nos ameríndios e africanos, Gilberto Freyre demonstra grande habilidade e domínio dos assuntos. Sua aproximação aos temas religiosos, até, os mais complexos, se dá com cautela e precisão. Freyre nunca escondeu a sua apreciação pelos elementos religiosos,⁶⁴⁶ principalmente em uma cultura tão complexa como a brasileira. Verifica-se, portanto, um escritor profundamente interessado pelo seu objeto de análise.

Os textos biográficos de Gilberto Freyre apontam o quanto na sua fase de adolescente, interessou-se pela religião, tornando-se, temporariamente membro da Igreja Batista de Pernambuco, como anteriormente foi colocado.

Descreve a Religião como tema significativo da sua narrativa, mesmo porque, sendo um honesto historiador e sociólogo não poderia deslocar a religião dos demais elementos que compõe a significativa formação cultural brasileira.

A religião, como sombra de um corpo, esteve presente praticamente em todas as páginas de *Casa – Grande & Senzala*. Do início ao fim da obra ele descreveu as múltiplas facetas da religião no cenário brasileiro. Não existe uma sobreposição da religião em relação aos demais componentes culturais, mas o que fica claro é que a religião é mais um componente externo dos diversos adereços que usava a sociedade brasileira.

⁶⁴⁶Ver MARTINS, Mario Ribeiro, *Gilberto Freyre o ex-protestante – Uma contribuição biográfica*, Recife, PE: Publicação da Aliança Bíblica, 1973.

O capítulo primeiro: *Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: Formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida* foi descrito em 84 páginas.

Neste capítulo Freyre se propôs a descrever principalmente as características gerais do modelo de colonização portuguesa imposta na colônia Brasileira. Descrever os modelos portugueses significa descrever as crenças e as bases religiosas dessa nação européia. Não se encontra excesso de referências sobre a religião e igreja. Porém, ao se tratar das origens da colonização pelos portugueses obrigatoriamente apresenta a força do cristianismo nessa cultura. Para Freyre o domínio exercido pela igreja, através da Companhia de Jesus, na colônia foi insuperável.⁶⁴⁷ Em alguns momentos, Gilberto Freyre usa uma fina ironia para lidar com os comportamentos dos religiosos aqui no Brasil. Para ele a Companhia de Jesus era portadora de complexos métodos de comportamentos similares aos dos protestantes da América do Norte ou até mesmo dos puritanos ingleses. A religião exercia profunda influência, inclusive no sistema de educação e da moral, sobre o Brasil. Freyre narra as facilidades encontradas pelos padres em seus trânsitos e mobilidades. Estas facilidades se davam principalmente por serem os religiosos os portadores de conhecimentos que não eram encontrados em nenhum outro colono. Logo, o monopólio do ensino formal, apesar de muito rudimentar, permaneceria longamente sob os cuidados dos clérigos.

Gilberto Freyre não encontrava nenhum tipo de problema em afirmar que o “catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade”.⁶⁴⁸ Falava da unidade política, que seria impossível sem os elementos católicos e do catolicismo. Suas menções ao sistema Jesuítico são recorrentes em todo trabalho. Sempre que necessário recorre ao modelo jesuítico e a Inácio de Loyola, contrastando-os à outras formas de catolicismo que por aqui se manifestavam.

⁶⁴⁷FREYRE, 1997, p. 18.

⁶⁴⁸FREYRE, 1997, p. 30.

No segundo capítulo - *O indígena na formação da família Brasileira*, que vai das páginas 88 até à 187, Gilberto Freyre aponta substancialmente o comportamento sexual da colônia, agora bastante influenciada pelas três matrizes étnicas. São diversas as incursões que o autor faz para descrever analítica e criticamente a formação dos primeiros núcleos familiares. Em outros momentos, sem a formalidade do matrimônio, Freyre descreve a facilidade das relações sexuais entre brancos, indígenas e negros.

Diante deste quadro, que se mostrava original em função de ausências dos parâmetros morais de comportamentos, cada um levava sua vida como bem entendiam. Conseqüentemente o catolicismo portador de princípios cristãos reguladores de comportamentos manifesta-se exigindo dos seus clérigos comportamentos mais puritanos que deveriam se estender a todo tipo de gente. Dentre as ordens portadoras destes princípios, caberia aos jesuítas o controle destas normativas. A atuação da igreja mostrava certo equilíbrio, nestes casos destacam-se a fina ironia de Freyre ao descrever que nem sempre existia coerência entre o que se cria e o que se praticava. São muitos os momentos que o autor fez comentários a respeito de padres que quebravam regras da Igreja.⁶⁴⁹

O progresso que o catolicismo aspirava provocar na raça ameríndia, em termos de mudanças de comportamento, consistia em tarefa das mais custosas, que certamente levaria muito tempo. Freyre destaca as ações estratégicas dos missionários em criar oportunidades de desviarem um menino de cada clã, tornando-os civilizados e cristãos. Isto foi executado com precisão. Ao fim da aplicação de uma catequese que surtia efeitos, a criança era novamente reintroduzida no seu ambiente familiar. A presença desta criança devidamente preparada com valores e culturas diferentes e opostas às sua tradição, provocava desequilíbrio em proporção de desestabilizarem uma tribo inteira. Freyre aponta que os mais sensíveis a estas crianças que retornam com comportamentos diferentes e mentes formatadas pelas crenças católicas, eram os feiticeiros, muitas vezes ridicularizados por estes meninos indígenas

⁶⁴⁹FREYRE, 1997, p. 118.

cristãos que não mais acreditavam em suas pajelanças. Estas crianças tornavam-se gradativamente o canal mais eficiente para que os missionários introduzissem a nova crença. Portanto, para Freyre esta criança era vista, pelo jesuíta, “como o veículo civilizador”.⁶⁵⁰

Para Freyre era o início de um processo civilizador sem precedente nas Américas colonizadas. A seqüência do processo exigia ações e medidas mais enérgicas. Constrói, neste momento, uma das páginas ou capítulo mais interessantes da história brasileira. A catequese dos índios tem sido descrita por centenas de historiadores, sociólogos e antropólogos, que com interesse científico tem produzidos significativos documentos analíticos, que contribuem decisivamente para melhor entender estas relações.

Inquestionavelmente, houve uma vitória da catequese sobre os indígenas, proporcionando fragmentação profunda com costumes e hábitos antigos destas culturas inteiramente envolvidas pelo totemismo e praticas animista.⁶⁵¹

A presença de outras ordens religiosas no Brasil colonial foi comum. Algumas como foi o caso dos franciscanos se deterão em catequizar. Para alguns autores a catequese teria obtido maior sucesso se fosse administrada principalmente por franciscanos e não por jesuítas. A explicação se dá pela própria natureza dos seguidores de Francisco de Assis. Esta natureza dos franciscanos, menos apegados aos livros e formalidades, mais movediços do que fixos, despreocupados com bens materiais, o que os diferencia muito dos jesuítas, seriam mais entendidos pelos indígenas brasileiros. Seriam, por fim, mais parecidos com a cultura destas etnias.⁶⁵²

Fica muito evidente o papel fundamental da religião, para Gilberto Freyre, para se compreender o Brasil. O fato do Brasil se tornar um país exclusivamente

⁶⁵⁰FREYRE, 1997, p. 128.

⁶⁵¹FREYRE, 1997, p. 129-130.

⁶⁵²FREYRE, 1997, p. 144.

cristão se deve inteiramente ou exclusivamente a atuação dos jesuítas entre os brasileiros.⁶⁵³

Até o fim deste capítulo Gilberto Freyre vai descrevendo as entranhas dos modelos religiosos e a atuação sobre os indígenas. Dando sempre destaque a ações da Companhia de Jesus e sua importância no processo civilizador das tribos brasileiras.⁶⁵⁴

O conteúdo descrito no capítulo terceiro – *O colonizador português: antecedentes e predisposições*, basicamente, consiste na análise do homem português e suas maneiras no novo ambiente colonial.

Gilberto Freyre gastará muitas páginas descrevendo o modelo de colonizador português que passa a habitar os trópicos. Para Freyre esse modelo de homem português colonizador, ao chegar à colônia brasileira traz consigo características que lhe são muito próprias e adquiridas a gerações nas fricções entre povos diferentes, africanos principalmente. Os primeiros habitantes e colonizadores do Brasil estavam longe de serem modelos de comportamentos religiosos e morais. A grande fatia era composta por degredados que impossibilitados de viverem em sua Ibéria, deveriam receber a oportunidade de viver no Brasil como a própria salvação de suas vidas.

Esse trânsito de portugueses, distantes de Portugal, proporcionava lassidão de comportamentos sexuais, quase ao ponto do descontrole. Freyre aponta as fraquezas até dos religiosos.⁶⁵⁵

Freyre destaca que o homem português ao chegar ao Brasil já estava profundamente em termos de cultura e religião, influenciados pelos ventos, oleosos e cheiros do mundo africano.⁶⁵⁶ Daí Freyre apontar a preocupação do

⁶⁵³FREYRE, 1997, p. 148.

⁶⁵⁴FREYRE, 1997, p. 168.

⁶⁵⁵FREYRE, 1997, p. 224.

⁶⁵⁶FREYRE, 1997, p. 224, 225.

alto escalão da Igreja, tomando determinadas medidas a fim de impedirem que ocorresse algum tipo de danças eróticas dentro de celebrações religiosas.⁶⁵⁷ A festa de São Gonçalo do Amarante é um exemplo dos distúrbios ocorridos em cerimônias religiosas.⁶⁵⁸

Freyre nas últimas páginas deste capítulo aponta a necessidade e os detalhes das importantes procissões como de Corpus Christis e da Quarta-feira de Cinza.⁶⁵⁹

A maior preocupação de Gilberto Freyre no quarto e quinto capítulo de sua obra foi historiar a importância da matriz africana na formação da raça brasileira, bem como sua cultura e religiosidade. Freyre deu ao quarto capítulo o título de: *O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro e ao quinto o mesmo título acrescentando* continuação.

Uma das revelações mais surpreendentes que Freyre fez no capítulo atual foi a localização da chegada, permanência e influência de negros maometanos. Chega a descrever que os tais eram dotados de culturas surpreendentes para aqueles dias. Existiam entre esses, indivíduos, com cultura superior à de seus senhores. Sabendo ler, contar e escrever. Estes que eram adeptos do islamismo tiveram a oportunidade, inclusive, de provocar revoluções no nordeste brasileiro, sem alcançarem sucesso pela traição dos seus companheiros.⁶⁶⁰ Essa influência maometana foi significativa para aquele ambiente brasileiro.

Gasta Freyre muito da sua obra descrevendo a relação do homem branco e homem negro. A proximidade da Casa – Grande da Senzala proporcionou no Brasil uma verdadeira democracia de raças. Freyre destaca as relações dos

⁶⁵⁷FREYRE, 1997, p. 247-248.

⁶⁵⁸FREYRE, 1997, 249.

⁶⁵⁹FREYRE, 1997, 273 -274.

⁶⁶⁰FREYRE, 1997, p. 310-311.

Senhores de engenhos, desde meninos, com as negras escravas. A erotização chegava aos estágios mais altos entre o senhor e as escravas. ⁶⁶¹

Para Freyre, esta relação não era apenas e somente sexual, ocorriam diversas trocas altamente beneficente tanto a um como ao outro. Entendia Freyre que o catolicismo foi e era o ponto de encontro e de confraternização entre as culturas brancas e negras. ⁶⁶²

Deste ponto em diante, Freyre caminhando para o último capítulo de sua obra, continuará dando visibilidade ao negro, seu sofrimento, alegria, ordem, desordem, aculturação, relações com os senhores e principalmente sua permanência na religiosidade cristã branca.

Freyre fala do racismo das primeiras escolas no Brasil e as dificuldades que os negros tiveram que enfrentar para sobreviver. A vida sexual da Casa Grande e da Senzala é elaborada e descrita com muita precisão e realidade. Por fim é narrada uma religiosidade própria, com característica cristão-católico, que por fim prevaleceria diante do complexo mundo religioso que os africanos tentaram transportar para os trópicos brasileiros. Freyre dá proporcionalmente o valor devido a cada matriz cultural que juntas deram ao Brasil a cores que possui atualmente. Freyre não menospreza, nem mesmo os mínimos detalhes de cada povo, para ele o africano, o indígena e o europeu são imprescindíveis.

4.2. – Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* e a Religiosidade como componente do Brasil. ⁶⁶³

⁶⁶¹FREYRE, 1997, p. 324-325.

⁶⁶²FREYRE, 1997, p. 356.

⁶⁶³A trajetória que esta tese segue, resumidamente, na biografia de Sérgio Buarque obedeceu o manuscrito que a senhora Maria Amélia Buarque de Holanda, cedeu a editora que inseriu o documento em "Raízes do Brasil", edição comemorativa aos 70 anos da publicação da obra. No início do mesmo, faz a seguinte anotação: "Para nossos filhos. Apontamentos para a cronologia de S. Chico Barbosa, encarregado de redigir um prefácio para a edição venezuelana de *Visão do Paraíso*, pediu que eu tomasse nota das lembranças de S. Até 1935, me baseei no que ele foi narrando. De 1935 para diante, pude seguir uma ordem mais cronológica. Depois de nossa instalação em São Paulo, anotei quase só os fatos profissionais

Sérgio Buarque de Holanda.

Sérgio Buarque de Holanda nasceu no Bairro da Liberdade em São Paulo no dia 02 de julho de 1902. Seu pai Christovam Buarque de Hollanda era pernambucano. Muito jovem e provavelmente com intenções de fazer uma boa graduação, iniciou o Sr. Christovam no Rio de Janeiro, o curso de Medicina, que não terminou. Recebeu o convite para se transferir para São Paulo feito por Cesário Motta. Veio para trabalhar no Serviço Sanitário do Estado. Ensinou Botânica na Escola de Farmácia e Odontologia, escola esta que ajudou a fundar. Após exercer outros cargos nesta repartição aposentou-se no ano de 1922 e veio a falecer, no Estado do Rio de Janeiro em 1932. A mãe de Sérgio Buarque, Dona Heloisa Gonçalves Moreira Buarque de Hollanda nasceu em Niterói. Ao ficar órfã ainda criança, foi criada por padrinhos que residiram em São Paulo. Casou –se com o senhor Christovam em 1901, falecendo no Rio de Janeiro em 1957. Sérgio Buarque teve um irmão chamado Jaime e a irmã Cecília.⁶⁶⁴

A primeira infância de Sérgio Buarque foi vivida nas ruas Ipiranga, Maria Antonia e Helvétia, o que hoje é considerado centro velho de São Paulo. Morou algum tempo na conceituada região de Higienópolis, considerado ainda hoje um dos melhores bairros de São Paulo. Sua residência localizava-se na rua Piauí e posteriormente na Avenida Angélica. Provavelmente residiu à Av. Angélica antes de mudar para o Rio de Janeiro.

Em sua formação educacional encontra-se o Jardim de Infância do Colégio

porque vocês se lembrariam dos acontecimentos, dos nossos amigos, da nossa casa. Para Chico Barbosa, recuei à época do Rio. Achei desnecessário relatar a vida que ele conheceu. (Redigido em São Paulo, em 1979, mais duas pequenas anotações de 1980 e 1981)". [N. E.] Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, organização Ricardo Benzaquen de Araújo, Lilia Moritz Schwarcz, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁶⁶⁴HOLANDA, Maria Amélia Buarque de, *Resumo da Biografia de Sérgio Buarque de Holanda - 1979*, como componente inserido a partir de manuscrito em *Raízes do Brasil*, edição comemorativa aos 70 anos da publicação da obra, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 421-446; Ver também *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*, Organização Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio, Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

Progresso Brasileiro, no largo dos Guaianazes, uma escola americana dirigida por Mrs. Bagby. Frequentou a Escola Modelo Caetano de Campos, na Praça da República, nos estudos fundamentais. Continuou sua educação ginásial no Colégio São Bento e no Arquidiocesano na Luz. Mantinha Sérgio Buarque boas recordações dos padres d. Pedro Eggerath, d. Domingos de Silos Schelhorn, d. Amaro van Emelem e de d. Lourenço Lumini. Seus professores que permaneceram como mestres foram: Afonso de Taunay, professor de história; Álvaro Guerra, de português e de José Ladislau Peter de latim e alemão. Da amizade que conseguiu construir encontravam-se as mais caras: Fábio de Souza Queiroz, José Armando Vicente de Azevedo, Salvador de Toledo Piza, José de Alcântara Machado e João Batista Rodrigues Dias. Amizades que se foram diluindo com a mudança para o Rio, com exceção de José de Alcântara Machado, com quem renovou contato depois da volta para São Paulo.⁶⁶⁵

A descrição desse período em que Sérgio Buarque de Holanda⁶⁶⁶ era uma criança, aponta para a descontração e liberdade nas brincadeiras de meninos nas propriedades imensas com jardins, lagos e quadras para práticas de esporte. Isto já existindo nos grandes casarões daqueles dias, da antiga av. Martinho Prado, hoje Avenida Higienópolis. Outras formas de diversões dos meninos da época eram: matinês de cinema, o Central do Anhangabaú, o Royal na Sebastião Pereira e o High Life no largo do Arouche. Foram várias as caminhadas a pé até a região de Perdizes, tendo que necessariamente passar pelas regiões alagada do vale do Pacaembu.

Ao servir o exército, Sérgio pôde conhecer Fausto de Almeida Prado Penteadado e através deste conheceu Yan de Almeida Prado. Nesta sua juventude pôde fazer e desenvolver atividade que eram comuns aos jovens de classe média e

⁶⁶⁵HOLANDA, Maria Amélia Buarque de, *Resumo da Biografia de Sérgio Buarque de Holanda - 1979*, como componente inserido a partir de manuscrito em *Raízes do Brasil*, edição comemorativa aos 70 anos da publicação da obra, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 421-446; Ver também *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*, Organização Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio, Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

⁶⁶⁶A primeira produção de Sérgio foi musical: uma valsa, a "Vitória-Régia", aos nove anos, publicada pelo Tico-Tico.

rica. As notícias que se tem dele nessa época mostram o quanto gostava de dançar, passando noite inteiras nessa prática. Verdadeiras maratonas de danças.⁶⁶⁷

Os laços de amizade de Sérgio Buarque pendiam para indivíduos ligados a literaturas. Alguns desses seus amigos permaneceriam pela vida toda. Foi o caso de, Guilherme de Almeida, Tácito de Almeida, Antônio Carlos Couto de Barros e o extraordinário Rubens Borba de Moraes. Seu rol de amizade era longo e crescia a medida do seu envolvimento com a cultura, artes e literatura. Chegaram Sérgio Milliet, Mario e Oswald de Andrade, Menotti del Picchia e Monteiro Lobato. Chegaram a ganhar contornos de um grupo. Eram freqüentes suas reuniões na Fazzolli na Rua São Bento, no Pinoni, Vienense etc.

Com certa freqüência Sérgio passou a escrever no Correio Paulistano, na Cigarra e na Revista do Brasil. Seu despertamento se deu após escrever o primeiro artigo, que foi encaminhado e publicado no Correio Paulista por Afonso Taunay, seu antigo professor de história e muito amigo de seu pai.⁶⁶⁸

O período passado na Europa constituiu-se em oportunidade preciosas para Sérgio Buarque principalmente pelos contatos, pelo acesso a inúmeros pensadores, pelas compras de importantes obras e porque não o domínio da língua alemã.

Uma amizade importante de Sérgio Buarque foi com Gilberto Freyre. Gilberto

⁶⁶⁷HOLANDA, Maria Amélia Buarque de, *Resumo da Biografia de Sérgio Buarque de Holanda*, como componente inserido a partir de manuscrito em *Raízes do Brasil*, edição comemorativa aos 70 anos da publicação da obra, São Paulo: Companhia das letras, 2006, p. 421-446; Ver também *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*, Organização Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio, Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

⁶⁶⁸HOLANDA, Maria Amélia Buarque de, *Resumo da Biografia de Sérgio Buarque de Holanda - 1979*, como componente inserido a partir de manuscrito em *Raízes do Brasil*, edição comemorativa aos 70 anos da publicação da obra, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 421-446; Ver também *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*, Organização Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio, Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

pelas necessidades políticas do Estado que representava, viajava com certa frequência para o Rio de Janeiro. Devido a estas viagens e por sua posição de destaque no cenário intelectual brasileiro, fizeram com que ocorresse a aproximação entre eles.

O Livro *Raízes do Brasil* que marcaria o cenário do intelectual brasileiro começara a ganhar forma no ano de 1935. Foi nessa época que o autor publicou na Revista Espelho o Estudo Corpo e alma do Brasil. Era o anúncio de seu primeiro livro editado ano e meio mais tarde.

Sua experiência na Universidade do Distrito Federal foi rápida. Em 1939 esta Universidade foi extinta, Sérgio passou para o Instituto Nacional do Livro, recém-fundado no Ministério da Educação, a convite de seu diretor, Augusto Meyer, assumindo a seção de publicações.

Um de seus trabalhos de grande repercussão foi a tradução de “*Memórias de um colono no Brasil*”, do suíço Thomas Davatz.

Após aproximação com Caio Prado Júnior e Antonio Candido,⁶⁶⁹ Sérgio passa do Instituto do Livro para a Biblioteca Nacional, dirigindo a divisão de consultas, sob a direção geral de Rodolfo Garcia.⁶⁷⁰ Rubens Borba de Moraes transfere-se para o Rio e assume a divisão de biblioteconomia.

Seus primeiros trabalhos começam a surgir pela Livraria Martins Editora, como foi o caso de “Cobra de Vidro”. Além de livro didático sobre a História do Brasil. Prefaciou Diários de Viagem de Francisco José Lacerda e Almeida pelo Instituto nacional do Livro.

Seu livro *Monções* foi publicado pela Casa do Estudante do Brasil em 1945.

⁶⁶⁹CANDIDO, Antonio, *Literatura e Sociedade*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

⁶⁷⁰GARCIA, Rodolfo, *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil: 1500 – 1810*, Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: INL/Ministério da Educação e Cultura, 1975.

Também participou da organização da Esquerda Democrática, onde se ligaria especialmente com Castro Rebelo, Hermes Lima, Alceu Marinho do Rego, Otávio Tarquínio, Gastão Cruls, Manuel Bandeira, Guilherme Figueiredo.⁶⁷¹

O período de 1940 a 1946 marcou, progressivamente, seu retorno a São Paulo e a reaproximação com seus velhos amigos e a inclusão de novos. A turma antiga se foi ampliando: Ribeiro Couto, que, em temporada de Itamarati, circulava muito. O austríaco Otto Maria Carpeaux surgiu e foi logo incorporado. Havia os amigos mais sérios, mais circunspetos, como Otávio Tarquínio, Gastão Cruls, Astrogildo Pereira, Henrique de Moraes ... Havia Augusto Frederico Schmidt, Ruth Leoni, Ovale ... Havia a casa de Aníbal Machado ... Havia Eneida, Rubem Braga, Lúcio Rangel, Pedro Nava, Raquel de Queiroz, Moacir Werneck de Castro, Carlos Lacerda,⁶⁷² a turma boêmia varando as noites no terraço do Alcazar. Foi o tempo dos boatos. Boatos na hora do almoço, no restaurante da ABI, boatos o dia inteiro nos cafés próximos à Biblioteca Nacional.

Em 1946 quando se instala definitivamente em São Paulo, após 25 anos, Sérgio, assumia a direção do Museu Paulista, no Ipiranga, nomeado por José Carlos de Macedo Soares. Consegue a ampliação das atividades do museu, criando as seções de história, de etnologia, de numismática e de lingüística. Nesse cargo permanece até fins de 1956. No ano seguinte foi eleito presidente da Associação Brasileira de Escritores, seção São Paulo.

A partir de 1948, passa a lecionar a disciplina história social e história econômica do Brasil, na Escola de Sociologia e Política. Foi eleito representante das Instituições Complementares da Universidade de São Paulo, junto ao Conselho Universitário.

⁶⁷¹HOLANDA, Maria Amélia Buarque de, *Resumo da Biografia de Sérgio Buarque de Holanda - 1979*, como componente inserido a partir de manuscrito em *Raízes do Brasil*, edição comemorativa aos 70 anos da publicação da obra, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 421-446; Ver também *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*, Organização Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio, Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

⁶⁷²Muitas de suas convicções estão reunidas em LACERDA, Carlos, *O Poder das Idéias*, Rio de Janeiro: Record, 1964.

Viaja à França e Itália, proferindo uma palestra na Sorbonne e participando de dois comitês da UNESCO, em Paris. Viaja de novo a Paris, para participar de três comitês da UNESCO. No início da década de 1950 Sérgio Buarque assumiu em Roma disciplinas relativas ao Brasil em centros de Estudos Universitários.

Seu retorno ao Brasil se deu em 1955, quando assumiu a direção do Museu Paulista. É eleito vice-presidente do Museu de Arte Moderna, cargo confirmado pelos seis anos seguintes. *Raíces do Brasil* é publicado em espanhol (*Raices del Brasil*), pelo Fondo de Cultura Económica, no México.

Em 1957, finalmente, Sérgio Buarque assume a Cátedra de História da Civilização Brasileira, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Seu livro "*Caminhos e Fronteiras*" foi publicado pela José Olympio Editora neste ano. Foi considerado o melhor livro de ensaio produzido em 1957. Em concurso para a cátedra de História da Civilização Brasileira, Buarque apresentou a tese *Visão do Paraíso* que posteriormente foi editado pelo José Olympio, com baixa tiragem. Muito significativo foi a participação de Sérgio Buarque no planejamento e direção da obra História da Civilização Brasileira, trabalho este que continuou até 1972. Foi neste ano que publicou os dois volumes iniciais: *A Época Colonial – do descobrimento à expansão colonial e administração, economia e sociedade*.

Após inúmeras viagens aos Estados Unidos, Europa e América do Sul dando diversos cursos e palestras e sendo aclamado como pensador vigoroso e marcante, contraditoriamente no Brasil, seu prestígio não é levado em consideração pela nova ordem política. Em 1969, no dia 30 de abril, pediu sua aposentadoria na USP, em solidariedade aos seus amigos professores aposentados discricionariamente, as vésperas do AI – 5.

Após sua aposentadoria, Sérgio Buarque de Holanda desenvolveu intensa atividade intelectual no cenário brasileiro e especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Trabalhando em Sua casa foram inúmeros os prefácios, orientações e tantos outros produtos de sua lúcida inteligência. Além do

que pôde ser relacionado acima, Sérgio proferiu palestras ou fez parte de bancas de concurso inúmeras vezes, na Universidade de São Paulo, em universidades do interior do estado, em Porto Alegre, em Belo Horizonte, em Curitiba, em Goiânia e orientou um sem-número de trabalhos relacionados com suas especialidades.

É, igualmente, impossível relacionar todos os artigos que assinou em jornais e revistas, todas as entrevistas que concedeu, todos os manifestos que subscreveu, todas as declarações, todas as atitudes em que definiu as suas idéias e a sua posição política e social.

Em 1980, ajudou a fundar o PT (Partido dos Trabalhadores).⁶⁷³

Religião em *Raízes do Brasil*.

Sérgio Buarque de Holanda com suas expressões densas e frases curtas apresentou um livro, relativamente pequeno, comparado a outros documentos que interpretam o Brasil. Inquestionavelmente, como disse Antonio Candido: “ele se tornou um clássico de nascença”.⁶⁷⁴

Esta pesquisa procurou fazer uma varredura completa em *Raízes do Brasil* a fim de verificar qual foi à compreensão de Religião esboçado pelo historiador. A expectativa era encontrar idéias da Religião como componente do país. Surpreendentemente, o que se encontrou foi um silêncio desproporcional, pois, sobre Religião, o autor quase nada mencionou no percurso feito entre o início de seu trabalho até seu final.

⁶⁷³HOLANDA, Maria Amélia Buarque de, *Resumo da Biografia de Sérgio Buarque de Holanda - 1979*, como componente inserido a partir de manuscrito em *Raízes do Brasil*, edição comemorativa aos 70 anos da publicação da obra, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 421-446; Ver também *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*, Organização Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio, Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

⁶⁷⁴Antônio Cândido, *Prefácio de Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984, p. XII.

Para o autor desta pesquisa, em *Raízes do Brasil*, o que se verificou foi um Sérgio Buarque desobrigado de fazer a manutenção de uma compreensão de religião sustentada a longos anos, no Brasil, por setores conservadores da sociedade Brasileira. Qualquer leitor encontrará um autor livre para descrever, com arguta percepção, como entendeu o processo do desenvolvimento cultural e social do Brasil.

Acanhadamente ao falar da origem e da importante atuação da Ordem dos Jesuítas no Brasil descreve que foi “uma instituição de origem nitidamente ibérica, (...) que procurou impor seu espírito ao mundo católico, desde o Concílio de Trento.”⁶⁷⁵

Subtende, a partir dessa definição, que para Sérgio Buarque havia uma pluralidade de catolicismo, e que entre estes, a Companhia de Jesus, lutava, para se impor como a principal corrente homologada pelo Vaticano. O “seu espírito” seria a maneira tridentina ou ultramontana adquirida pelos inicianos a partir da Reforma Católica ocorrida no Concílio de Trento (1545 – 1563).

Este modelo de catolicismo absorvido pela sociedade brasileira estava longe de ser um catolicismo tridentino. Este catolicismo, até certo ponto popular, não só permitia, como participava na formação de uma mentalidade, entre os brasileiros, nada propensa ao espírito de organização espontânea, tão característica de povos protestantes, e, sobretudo de calvinista.⁶⁷⁶

A alusão ao “espírito de organização dos calvinistas”, transparece sua aproximação ao pensamento de Max Weber. Ele descreve como componente da psicologia do brasileiro, o que foi herdado dos portugueses, a invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho.⁶⁷⁷

⁶⁷⁵HOLANDA, Sérgio Buarque, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984, p. 9.

⁶⁷⁶HOLANDA, 1984, p. 9.

⁶⁷⁷HOLANDA, 1984, p. 9.

Outro comentário a respeito dos Jesuítas digno de notar foi que os Jesuítas representaram, melhor de que ninguém, esse princípio da disciplina pela obediência. Mesmo em nossa America do Sul, deixaram disso exemplos memoráveis com suas reduções e doutrinas.

A crítica feita por Sérgio Buarque de Holanda aos métodos da Companhia de Jesus, e os resultados desses métodos, se percebe facilmente quando na comparação, contrasta os jesuítas à tirania moderna, a teórico da ditadura do proletariado ou ao estado totalitário.

“Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou do Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões.”⁶⁷⁸

Ao tratar da Religião Reformada no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda se referia aos eventos relacionados os Holandeses em Pernambuco (1624 -1654). Sutilmente o historiador deixa evidente certa superioridade da Religião Reformada frente ao Catolicismo predominante no país. Na seqüência suas idéias formulam a despreocupação do catolicismo diante dos calvinistas, pois estes, e sua Religião não ofereciam nenhuma espécie de excitação aos sentidos ou à imaginação dos brasileiros, e assim não proporcionava nenhum terreno de transição por onde o calvinismo pudesse acomodar-se aos ideais cristãos das populações nativas.⁶⁷⁹

Outro assunto, de singular relevância, levantado por Sérgio Buarque de Holanda relacionado ao poder civil e a Igreja foi o Padroado.

O Poder Civil, primeiro português depois Brasileiro, exerceram uma verdadeira supremacia sobre a Igreja Católica. Este domínio se sustentava graças a concessão feita aos soberanos português do direito de em suas terras submeterem a Religião.

⁶⁷⁸HOLANDA, 1984, p. 11.

⁶⁷⁹HOLANDA, 1984, p. 35.

Comenta ainda, que entre os brasileiros, o Poder Civil exerceram um poder praticamente discricionário sobre os assuntos eclesiásticos.

Esse poder discricionário sobre os assuntos eclesiástico poderia ser observado nas seguintes atitudes do governo: “Propunham candidatos ao bispado e nomeavam-nos com cláusula de ratificação pontifícia, cobravam dízimos para dotação do culto e estabeleciam toda sorte de fundações religiosas, por conta própria e segundo suas conveniências momentâneas. A Igreja transformara-se, por esse modo, em simples braço do poder secular, em um departamento da administração leiga ou, conforme dizia o Padre Júlio Maria, em um *instrumentum regni*.”⁶⁸⁰

Agudamente Sérgio Buarque de Holanda aponta para a natureza dos clérigos brasileiros diante do poder civil. Estes clérigos são descritos como indivíduos avessos à disciplina social imposta pelas autoridades governamentais. Sugere de igual forma que estes religiosos demonstravam contrariedade e desrespeito pela autoridade legal. Daí, muito provavelmente, os motivos e causas do que se costumam classificar de liberalismo dos eclesiásticos brasileiros.

Para Sérgio Buarque torna-se fundamental fazer a separação da Igreja enquanto corporação instituída e legalizada dos seus servidos, os clérigos. Foram muitas as situações, segundo Buarque, em que a Igreja tornava-se cúmplice do Estado. Isto não significa que passivamente os clérigos aceitavam esse tipo de comportamento daquela que deveria protegê-los e proteger os interesses dos menos favorecidos. Foram vários os momentos em períodos históricos diferentes, em que se observou setores da Igreja, envolvidos e com atitudes reacionárias, frente à ambigüidade da instituição Igreja e sua aproximação serviçal, sem reclamar, do Estado.

Buarque comenta que não só no período colonial, mas também durante o Império, que manteve a tradição do padroado, as constantes intromissões das

⁶⁸⁰HOLANDA, 1984, p. 84.

autoridades nas coisas da Igreja tendiam a provocar no clero uma atitude de latente revolta contra as administrações.

Essa revolta reflete-se na própria pastoral coletiva do Episcopado brasileiro de março de 1890, que surge quase como um aplauso franco ao regime republicano, implantado quatro meses antes, não obstante lhe seja impossível aprovar, em princípio, as déias de separação entre a Igreja e o Estado.⁶⁸¹

Nesse documento são ridicularizados os ministros de Estado que ordenavam aos bispos o cumprimento dos cânones do Concílio de Trento nos provimentos das paróquias; que lhes proibiam a saída da diocese sem licença do governo, sob pena de ser declarada a sé vacante e de procederem as autoridades civis à nomeação do sucessor; que exigiam fossem sujeitos à aprovação dos administradores leigos os compêndios de Teologia em que deveriam estudar os alunos dos seminários; que vedavam às ordens regulares o receberem noviços; que negavam aos vigários o direito de reclamarem velas da banquetta; que fixavam a quem competia a nomeação do porteiro da maça nas catedrais. Referindo-se, por fim, aos efeitos do padroado, em que se firmava essa posição de incontestada supremacia do poder temporal, conclui a pastoral: “Era uma proteção que nos abafava”.⁶⁸²

Quase que em um desabafo Sérgio Buarque de Holanda, aponta a ineficácia da Religião para alterar substancialmente a condição social dos brasileiros. “Pode-se acrescentar que, subordinando indiscriminadamente clérigos e leigos ao mesmo poder por vezes caprichoso e despótico, essa situação estava longe de ser propícia à influência da Igreja e, até certo ponto, das virtudes cristãs na formação da sociedade brasileira.”⁶⁸³

Sérgio Buarque foi capaz de tecer críticas a situação vivenciada por parcela significativa de religiosos no Brasil. Para ele, “os maus padres, isto é,

⁶⁸¹HOLANDA, 1984, p. 84 – 85.

⁶⁸²HOLANDA, 1984, p. 84 – 85.

⁶⁸³HOLANDA, 1984, p. 84 – 85.

negligentes, gananciosos e dissolutos, nunca representaram exceções em nosso meio colonial. E os que pretendessem reagir contra o relaxamento geral, dificilmente encontrariam meios para tanto. Destes, a maior parte pensaria como o nosso primeiro bispo, que em uma terra tão nova, “muitas mais coisas se ão de dissimular que castigar...”⁶⁸⁴

Com pretensões descritivas, Sérgio Buarque ao comentar sobre o culto praticado pelo fiel católico revela o quanto estas obrigações foram imprecisas. “No Brasil, ao contrario, foi justamente o nosso culto sem obrigação e sem rigor, intimista e familiar, a que se poderia chamar, com alguma impropriedade, “democrático”, um culto que dispensava no fiel todo esforço, toda diligência, toda tirania sobre si mesmo, o que corrompeu, pela base, o nosso sentimento religioso.”⁶⁸⁵

A Questão Religiosa para Sérgio Buarque se constitui em um precioso exemplo do quanto a Religião passava por ambivalência, tensões e contrariedades. Ao defender princípios ligados a igreja e a Roma, os Bispos do Nordeste sofreram acusações não só do poder civil, mas também dos católicos. “É significativo que, ao tempo da famosa questão eclesiástica, no Império, uma luta furiosa, que durante largo tempo abalou o país, se tenha travado principalmente porque D. Vital de Oliveira se obstinava em não abandonar seu “excesso de zelo”. E o mais singular é que, entre os acusadores do bispo de Olinda, por uma intransigência que lhes parecia imperdoável e criminosa, figurassem não poucos católicos, ou que se imaginavam sinceramente católicos.”⁶⁸⁶

Continua Buarque insistindo que na frouxidão das práticas e rituais religiosos o povo se distanciava cada vez mais dos valores íntimos e verdadeiros da Religião, daí não se esperar que desta religiosidade saíssem proponentes de uma real e proveitosa revolução social, aqui no Brasil. “A uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e

⁶⁸⁴HOLANDA, 1984, p. 84 – 85.

⁶⁸⁵HOLANDA, 1984, p. 111 – 112.

⁶⁸⁶HOLANDA, 1984, p. 111 – 112.

à pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade; transigente, por isso mesmo que pronta a acordos, ninguém pediria, certamente que se elevasse a produzir qualquer moral social poderosa.”⁶⁸⁷

A religiosidade entre os brasileiros se perdia e se confundia num mundo sem forma e que, por isso mesmo, não tinha forças para lhe impor sua ordem.

Assim, afirma Sérgio Buarque de Holanda, “nenhuma elaboração política seria possível senão fora dela, fora de um culto que só apelava para os sentimentos e os sentidos e quase nunca para a razão e a vontade. Não admira pois, que nossa República tenha sido feita pelos positivistas, ou agnósticos e nossa Independência fosse obra de maçons.”⁶⁸⁸

Em particular a nossa aversão ao ritualismo é explicável, até certo ponto, nesta “terra remissa e algo melancólica”, de que falavam os primeiros observadores europeus, por isto que, no fundo, o ritualismo não nos é necessário.”⁶⁸⁹

4.3. – Caio Prado Júnior - A Formação do Brasil Contemporâneo e a Igreja ao Serviço do Colonialismo.

Um historiador⁶⁹⁰ a frente de seu tempo.

⁶⁸⁷HOLANDA, 1984, p. 111-112.

⁶⁸⁸HOLANDA, 1984, p. 111-112.

⁶⁸⁹HOLANDA, 1984, p. 111-112.

⁶⁹⁰A obra de Caio Prado Júnior exerce profunda influência. Estreou como historiador em 1933, exatamente na época em que os estudos sociais ganhavam novo rumo no país, em originalidade e profundidade. Superava-se a história de estilo antigo - que dera obras importantes, sem dúvida, mas em orientação a ser reformulada -, com a renovação dos estudos sociais, bem marcada nos anos trinta: começam a produzir Caio Prado Júnior, como historiador; Gilberto Freyre, como sociólogo muito voltado para a história - o que fez de mais valor e repercussão é história social; Sérgio Buarque de Holanda publica em 1936 *Raízes do Brasil*, admirável ensaio impressionista de interpretação da realidade. Começam também a funcionar os cursos de Ciências Sociais, com as Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas, que dão a esses estudos cultivo e profundidade antes desconhecidos. Cf. IGLÉSIAS, 1982, p. 11.

Caio Prado Júnior⁶⁹¹ era paulista da capital do Estado de São Paulo, nasceu no dia 11 de fevereiro de 1907, filho de Caio da Silva Prado e Antonieta Penteado da Silva Prado. Era uma família rica da qual descenderiam muitos homens de negócios, políticos famosos, grandes fazendeiros e muitos escritores. Caio Prado Júnior pelas informações relativas a sua genealogia não conheceu miséria, pelo contrario levou uma vida de conforto e luxo, e pode usufruir dos recursos dos seus familiares, inclusive da rica tradição intelectual encontrada entre seus familiares.⁶⁹²

Recebeu a primeira educação formal através de professores particulares com era o costume das principais famílias daqueles dias. No Colégio São Luís, famoso e muito procurado, terminou o ensino secundário. Estudou também em Eastborn na Inglaterra e no Colégio Chelmsford Hall. Não muito tempo depois deu continuidade aos seus estudos superiores freqüentando a importante Faculdade de Direito de São Paulo. Centro e refúgio das tradições paulistas e brasileiras daqueles dias. Passou os anos de 1924 a 28 neste centro.⁶⁹³

Aquele início de século XX foi no cenário mundial e nacional, dos mais agitados. Mudanças ocorriam e provocavam profundas alterações na

⁶⁹¹A estrutura desta síntese biográfica de Caio Prado Júnior teve como roteiro o trabalho realizado por IGLÉSIAS, Francisco, “*Um historiador revolucionário*” que se encontra na obra: “*Caio Prado Júnior – História*”, São Paulo: Ática, p. 7 a 21, 1982.

⁶⁹²Como se nota, muitos anos se passaram sem um livro de história, fato que era lamentado pelos cultores dessa disciplina, que não entendiam como alguém que se firmara tão superiormente em um gênero o abandonava por outros, nos quais sua repercussão foi sempre menor. Caio Prado Júnior não elegera uma especialidade para fixar-se nela. Sem ser um diletante ou cultor de uma disciplina estrita, é um pesquisador, alguém que busca a verdade e vai então a outras ciências à sua procura. Nunca deixou de ser estudioso, não tem características de amador, como se dava de certo modo e é origem de injustiças com seu primo Paulo Prado, que escreveu um ensaio impressionista notável - *Retrato do Brasil*, em 1928 - e se dedicou como erudito aos documentos, buscando-os no Brasil e no estrangeiro, editando-os para que fossem aproveitados por outros. O que se deu também, relativamente, com outro ascendente, o tio-avô Eduardo Prado, autor de alguns estudos importantes e cuja nota fundamental é a história. Como Paulo e Eduardo, Caio é um intelectual que não se fixa em uma especialidade, dispersando-se por várias. Não por diletantismo e sim por curiosidade intelectual. De qualquer modo, foi e é mais fiel à história que seus ancestrais, produzindo também uma obra de mais vulto e mais significação. Na historiografia brasileira seu nome tem mais relevo que o de Eduardo e Paulo Prado, que, não obstante, têm o seu lugar assegurado. Cf. IGLÉSIAS, 1982, p. 9.

⁶⁹³IGLESIAS, Francisco, *Historiadores do Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.

sociedade. O Brasil que, apesar de seu atraso, estava localizado também em rota de colisão das grandes nações não poderia se livrar das conseqüências do que estava acontecendo no mundo. Iglesias resume com precisão alguns destes fatos:

O país crescera em população e vê o despertar de uma consciência crítica mais profunda e menos episódica - antes só alguns poucos autores a apresentavam, os expoentes da *intelligentsia* nativa. O abalo da Grande Guerra, com o primeiro golpe na supremacia britânica, a Revolução Comunista de 1917, o surgimento dos Estados Unidos como potência dominante e o início da derrocada colonialista; o começo do abalo da ideologia do colonialismo, ante os avanços das ciências sociais, notadamente a etnologia; a idéia de que é preciso superar a economia estritamente agrícola e dependente da exportação por outra mais diversificada, com a atividade industrial; os constantes atritos políticos com suas práticas obsoletas, tudo, enfim, sacode a nação no que tem de mais vivo. O centenário da Independência coloca o problema da realidade dessa independência, confirmando o problema da importância de certas datas - no caso, um centenário - no despertar ou dramatização de consciência crítica dos elementos mais lúcidos da geração que a comemora, como já estudou muito sociólogo. E surgem as ideologias no debate, com a pregação da esquerda e da direita, em crítica funda ao que há.⁶⁹⁴

O nascimento do Partido Democrático se deu em um contexto de profundas mudanças e agitações como se pode observar. A insatisfação com a realidade do país e principalmente com a situação política e social de São Paulo foi o que provocou uma real manifestação contrária a aquela situação. Os democratas serão a oposição aos políticos reunidos em torno do Partido Republicano Paulista.⁶⁹⁵ Uma acusação séria aos republicanos consistia na manutenção dos vícios da política clientelística e oligárquica. No segmento militar apareciam às ações dos tenentes⁶⁹⁶ que exigiam novos rumos para aquela situação.

No partido Democrático foi possível observar o ingresso de diversas pessoas

⁶⁹⁴IGLÉSIAS, Caio Prado Júnior, São Paulo: Ática, 1982, p. 12.

⁶⁹⁵Ver LAPA, José Roberto do Amaral, Org., *História Política da República*, Campinas, SP: Papyrus, 1990; DA COSTA, Emilia Viotti, *Da Monarquia à República*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁶⁹⁶Ver MALTA, Octavio, *Os Tenentes na Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969; PRADO JÚNIOR, Caio, *Clássicos Sobre a Revolução Brasileira*, São Paulo: Editora Expressão, 2002.

com orientações diferenciadas umas das outras, mas que naquele momento teriam elegidos os Republicanos como a principal oposição. Exatamente neste contexto que se pode encontrar Caio Prado se inscrevendo no Partido em 1928. Sua tendência de político se harmonizava perfeitamente com sua vocação natural para a literatura história. Iria produzir interpretações do Brasil que ainda não se conhecia.⁶⁹⁷ Já nesse momento distinguia-se na personalidade deste personagem seu profundo interesse pela realidade e destino do seu país e do seu povo. Aquela seria sua inicial experiência política. Logo de início Caio Prado não assumiu grandes e importantes cargos, porém foi indiscutível sua notória atuação. Além de ser internamente muito ativo no partido, procurou colaborar na organização de diversas entidades nos bairros da capital e em cidades do interior de São Paulo, bem como procurou com uma produção intelectual invejável explicar o Brasil na sua época colonial.⁶⁹⁸ Foram muitos os serviços comuns, de rotinas e principalmente os comícios.

Não demorou muito para que o político Caio Prado Júnior percebesse a falta de programa e as muitas divergências entre os vencedores. Grupos de políticos mais tradicionais não se acertavam com o movimento dos tenentes. Os impasses cada vez maiores e a impossibilidade de resoluções a curto prazo foram desestimulando Caio Prado, que sem maiores alternativas, em

⁶⁹⁷O seu trabalho marcante, que o distingue como personalidade, no entanto, é o de escritor. Marca-lhe o perfil de homem de letras a obra historiográfica. Esta começou cedo, quando, jovem ainda, publicou *Evolução política do Brasil*, de 1933. A estréia teria seguimento menos de dez anos depois, em 1942, com *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*. Devia ser prosseguida com o estudo dos séculos XIX e XX, mas não o foi. Publicada há quarenta anos, não foi superada e é ainda o que há de mais importante sobre o período colonial. A história reaparece como tema dominante em 1945, em *História econômica do Brasil*, bem como em *História e desenvolvimento*, de 1968. Cf. IGLÉSIAS, *Caio Prado Júnior*, São Paulo: Ática, 1982, p. 9.

⁶⁹⁸Esta obra tem início em 1933 com o ensaio *Evolução política do Brasil*, que o tempo não envelheceu: continua a ser editado e a ter repercussão. Na primeira e segunda edições aparecia com subtítulo de "*Ensaio de interpretação materialista da história brasileira*", para indicar a originalidade de seu pensamento. Pela primeira vez o marxismo era inteligentemente aplicado na historiografia brasileira, pois as tentativas anteriores eram débeis. O autor depois abandonou o adendo ao título, criteriosamente, e em 1946 publicou o ensaio junto com outros, menores, mas igualmente sérios, como *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. Significativo não é o rótulo, mas a realização. A estréia auspiciosa teria continuidade alguns anos depois, com notáveis obras históricas. Cf. IGLÉSIAS, *Caio Prado Júnior*, São Paulo: Ática, 1982, p. 7.

1931, se inscreveu no Partido Comunista.⁶⁹⁹

O Partido Comunista naquele momento não dispunha de um grande número de participantes, seu programa, no entanto, segundo Caio Prado era decidido e radical. Fica muito evidente que esta escolha mudou completa e radicalmente a vida deste personagem até o fim de sua vida. Em São Paulo as questões políticas eram fervorosamente debatidas. Muitos reivindicavam mudanças ainda mais radicais com posturas mais definidas. Aproveitando o cenário pós-30 culminando com a Revolução⁷⁰⁰ Constitucionalista de 1932.⁷⁰¹ O grande anseio era a reconstituição da ordem, e para alcançar esse fim a única possibilidade seria a reconstitucionalização do regime, o fim da ditadura e os jovens tenentes assumindo setores importantes na estrutura política.

Agora como político comunista, Caio Prado mudaria radicalmente sua rotina de relacionamentos, que talvez nunca tivesse experimentado. Suas primeiras experiências como militante do comunismo obrigatoriamente passaria pelo contato com gente simples, das classes sociais mais pobres. Agora o jovem burguês da alta sociedade paulista manteria um relacionamento contínuo com

⁶⁹⁹Intelectual militante, como convém a um marxista, toda a sua obra é marcada por um sentido pragmático de luta, o que não leva, porém, a distorções no estudo ou na interpretação. O marxismo para ele, como para todos os que seguem essa orientação com lucidez, observando-a em sua essência, é mais um método e uma realidade viva, como o praticou o seu criador, em uma das realizações mais importantes e fecundas do pensamento, em todos os tempos: não seria o que foi se fosse um dogma ou fórmula cômoda de antipensamento. Conta o trabalho do fundador e de seus seguidores, que o encaram com liberdade crítica. Como é o caso do intelectual Caio Prado Júnior. Cf. IGLÉSIAS, *Caio Prado Júnior*, São Paulo: Ática, 1982, p. 8.

⁷⁰⁰Ver detalhamento da Revolução em Manoel Candido de Andrade Neto, 32 – *Bastidores da Revolução Constitucionalista*, Rio de Janeiro: Estandarte, 1995.

⁷⁰¹A aliança de políticos tradicionais e o novo segmento militar revelava a inviabilidade de sobrevivência, pois os separavam motivos profundos - afinal, não fora contra a política por eles praticada que surgiu o movimento dos tenentes? Getúlio, revelando já sua capacidade de jogo que depois lhe modelaria a fisionomia ambígua, garantindo-lhe êxitos, apoiava-se antes no radicalismo dos tenentes, depois passou aos políticos, dos quais era expressão. Os políticos perderam a batalha, mas ganharam a guerra: a contar daí, Getúlio, talvez por temer as atitudes radicais dos jovens militares, apóia-se mais naqueles e o movimento militar começa a esvaír-se, até perder o domínio da situação. Caio, ao contrário das pessoas de seu grupo social - os velhos paulistas -, não apoiou a causa dita constitucionalista, embora não chegasse a identificar-se com a dos tenentes. Cf. IGLÉSIAS, *Caio Prado Júnior*, São Paulo: Ática, 1982, p. 15.

pessoas modestas e com o operariado.⁷⁰²

Com sua nova concepção de realidade assumida publica e intelectualmente procurava outros elementos formadores para se fortalecer quanto as suas convicções. Seu primeiro livro sobre o Brasil saiu com as cores comunistas, no qual o povo ganha muito destaque e lugar de importância. Este dado era então desconhecido pelos historiadores brasileiros na opinião do historiador Iglesias. Entre muitas viagens foi até a União Soviética⁷⁰³ com o objetivo de conhecer a primeira experiência comunista da modernidade, para quem sabe aplicá-la no Brasil,⁷⁰⁴ esta viagem lhe possibilitou a produção de mais um livro.

Com o Estado Novo⁷⁰⁵ o cenário não é mais de possibilidades de atuações no campo político até mesmo discordando das lideranças estabelecidas. Caio

⁷⁰²IGLÉSIAS, 1982, p. 15.

⁷⁰³Em 1934 o autor publicaria "*U.R.S.S., um novo mundo*", no qual se encontra uma das chaves de seu modo de ver - o interesse pela história viva, no caso a experiência comunista da União Soviética, apenas iniciada. Nesse livro, dá conta dos resultados de quanto se fizera, pois pode observá-la em uma visita, bem como da filosofia que a orienta, o marxismo, já por ele abraçado e ao qual se manterá fiel ao longo de toda a obra. Esta se caracteriza pelo labor incessante, pela coerência: o livro político teve segunda edição em 1935 e não foi mais reeditado; o autor o considerou envelhecido, possivelmente (demais, a censura pré-estadonovista da época criava-lhe dificuldades), mas voltou ao tema vários anos depois, em 1962, em "*O mundo do socialismo*". Este, mais ainda que aquele, não é a crônica convencional de uma viagem, mas séria análise da experiência comunista de nosso tempo, sobretudo a da União Soviética e da China, enaltecida em seus feitos e organização. O marxismo continuará a enformar-lhe a obra, sendo a base de seu pensamento, como se vê em quanto escreveu, notadamente em livros de filosofia, a cuja redação se dedica, como se dá em "*Dialética do conhecimento*", em 1952, seguido de outros. Cf. IGLÉSIAS, 1982, p. 8.

⁷⁰⁴Caio Prado Júnior divide-se entre a obra de cientista social e a militância política. O que o levou à ciência social - notadamente à história do Brasil - foi seu interesse pelo país. Sempre gostou de viajar, no Brasil e fora. Despertava-lhe a atenção a pobreza e a miséria de quase todo o território nacional ou a prosperidade de outros centros, como alguns da Europa, os Estados Unidos ou a Argentina. A riqueza e o bem-estar destes acentuavam a pobreza nativa. Entregou-se pois, a seu estudo, dedicando-lhe livros no desejo de esclarecer o quadro. Estes são de história, de viagens, de filosofia, de economia, de política. A todas as preocupações sobreleva a de historiador. Este é presente mesmo em obras não-históricas, como as de economia e de política. Pragmático, cuida do Brasil não só nos textos de história como nos últimos citados. Ele ama sua pátria e seu povo, desejoso de vê-lo em nível menos baixo, com o mínimo condizente com a exigência humana. Cf. IGLÉSIAS, 1982, p. 10.

⁷⁰⁵Ver sobre *O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de Classes*, Capítulo II, Livro I, *Processo Político*, In *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III/vol. 10, *O Brasil Republicano - Sociedade e Política*, Direção Geral FAUSTO, Boris, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 2007, p. 95.

Prado saiu no momento oportuno e certo. Instalava-se no país a repressão que traria muita tristeza a diversas pessoas e setores do Brasil.

Com a consolidação do golpe em 10 de novembro de 1937, alguma esperança em torno dos integralistas⁷⁰⁶ que pretendiam o poder, porém novamente as habilidades de Vargas superavam qualquer expectativa e seria ele quem determinaria o destino do país até o ano de 1945. Tudo coincidia, uma vez que a conjuntura internacional era favorável às posições do setor político considerado como direita.

O Estado Novo perdurou insistentemente até o ano de 1945, quando a vitória das chamadas democracias derrubou o getulismo em fins de outubro de este ano. ⁷⁰⁷

Para Caio Prado Júnior e para outros que compartilhavam suas idéias o único caminho possível e seguro naquele momento era o exílio. Foi exatamente o que preferiu, indo direto para a França. Neste país envolve-se nas políticas européias. Tornou-se membro do Partido Comunista Francês, projetava algum tipo de ajuda aos republicanos espanhóis, que naquele momento enfrentava uma hostil guerra civil. Sua atuação não foi tão simples como se imagina naquele conflito interno vivenciado pelos espanhóis. Dentro do partido Francês operava ações que possibilitavam o escoamento de refugiados clandestinos espanhóis para o território francês. Por ser estrangeiro, conhecedor do francês, do inglês, do espanhol e um pouco do alemão, pôde ajudar significativamente naquelas tarefas. “E assim fez, com eficiência, dando ajuda à causa espanhola do lado antifascista, Teve sua participação pois na guerra civil da Espanha, desgraçadamente perdida pelos democratas por falta de suficiente apoio, enquanto este não faltou às forças de Franco.”⁷⁰⁸

⁷⁰⁶Ver CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro, *Integralismo – Ideologia e Organização de um Partido de Massa no Brasil (1932 – 1937)*, Bauru, SP: Edusc, 1999.

⁷⁰⁷IGLÉSIAS, 1982, p. 16.

⁷⁰⁸IGLÉSIAS, 1982, p. 17.

Caio Prado Júnior era, além de comunista convicto, uma personalidade empreendedora. Mesmo antes de ser deputado criou a Livraria Brasiliense e também editora de amplas atividades culturais. Esta Editora continua até atualmente como uma rica fonte produtora de boas literaturas. Sua visão o encaminhou também para a criação de uma gráfica, a Urupês, também de longa duração no país. Outra realização de cunho ideológico e cultural de suma importância para a discursão das questões políticas e culturais daqueles dias foi a organização e criação da *Revista Brasiliense* que teve seu primeiro número em setembro-outubro de 1955.

A participação de Caio Prado não estava apenas na direção, assinava diversos títulos. Esta revista publicou um total de 51 títulos. Foi suspensa pelo aparecimento da intolerância e repressão instaurado em 1964 pelo golpe militar que se rotulou revolucionário.⁷⁰⁹

Pelo que seus críticos afirmam Caio Prado nunca almejou qualquer tipo de reconhecimento acadêmico. Mesmo possuindo grandes habilidades de inteligência e liderança natural, não precisou da docência para sobreviver. Sua candidatura à cátedra de Economia Política na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, provavelmente se deu pela influência de alguns amigos e pela pretensão de influenciar determinado setor da elite paulista.

Para uma congregação de professores ainda muito tradicional parecia impossível a entrada de um novo professor fortemente marcado pelos matizes comunistas. Para aqueles professores era impossível ter um comunista como professor de uma Escola de tantas tradições. Foi neste contexto que amigos desafiaram o intelectual a se candidatar com tese para concorrer à cadeira almejada. Aceitou o desafio e submeteu-se ao concurso apresentando a tese "*Diretrizes para uma política econômica brasileira*". Não foi aprovado, porém

⁷⁰⁹IGLÉSIAS, 1982, p. 19.

deram-lhe o título de Livre Docente. Não desfrutou do título por muito tempo, pois foi cassado em 1968.⁷¹⁰

A desagradável experiência tornou-se a repetir. Quando da aposentadoria de Sérgio Buarque de Holanda na Universidade de São Paulo, Caio Prado Júnior escreveu uma tese “história e desenvolvimento” para, se aprovado, substituir o historiador de *Raízes do Brasil*, naquela universidade. O concurso que possibilitaria aquela oportunidade não chegou a acontecer, pois as forças que envolviam o movimento de 1964⁷¹¹ o impediram.⁷¹²

Com todos estes acontecimentos foi muito natural a diminuição das atividades políticas e acadêmicas de Caio Prado. Passou a fazer viagens pelo país e para o exterior. Não comparecia com freqüência aos círculos intelectuais do eixo Rio – São Paulo. Considerava que a obra literária era muito séria, por isso não concordava com aqueles que utilizavam a cultura para se promover ou promover alguma coisa. Quando solicitado aparecia dando entrevistas, conferência, palestras ou pequenos cursos. Dedicava-se quase que com exclusividade a publicação de seus livros.⁷¹³ reedita os antigos e prepara novos títulos. Entrega-se mais à filosofia, sua paixão constante.⁷¹⁴

A Religião na Obra *Formação do Brasil Contemporâneo*.

⁷¹⁰IGLÉSIAS, 1982, p. 20.

⁷¹¹Ver a análise do tema por Carlos Castelo Branco, *Introdução a Revolução de 1964 – a queda de João Goulart*, Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

⁷¹²IGLÉSIAS, 1982, p. 20.

⁷¹³Caio Prado Júnior afirma sua personalidade como político, homem de negócios e intelectual. Como homem de letras, é historiador, economista e filósofo. Se quiséssemos destacar nele uma nota especial, diríamos que é a de escritor, e, como escritor, a de historiador. Nessa área realizou suas obras mais importantes, marcando posição como pioneiro e exercendo profunda influência em sua geração e nas subseqüentes. Cf. IGLÉSIAS, 1982, p. 7.

⁷¹⁴IGLÉSIAS, 1982, p. 20.

Vida Social é o título que Caio Prado Júnior classifica o terceiro capítulo do seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Na página 275 Caio Prado destaca o importante papel desempenhado pelos Jesuítas na ordenação e catequese dos indígenas brasileiros, salienta a superioridade desta ordem em relação às demais, que mesmo atuando como os jesuítas foram incapazes de produzirem os mesmos resultados. Seguindo caminho completamente oposto, observa o autor que com relação aos negros, a situação foi completamente outra. “As ordens religiosas, solícitas em defender o índio, foram as primeiras a aceitar, a promover mesmo a escravidão africana, a fim de que os colonos necessitados de escravos, lhes deixassem livres os movimentos no setor indígena. O negro não teve no Brasil a proteção de ninguém”⁷¹⁵

Ainda com relação ao negro, Caio Prado apontou o total abandono das autoridades em relação a situação dos escravos. O cuidado com relação a estes desfavorecidos não passava do batismo e algumas rudimentares noções de religião católica, mais decoradas que aprendidas, e que deram apenas para formar, com suas crenças as superstições nativas, este amálgama pitoresco, mas profundamente corrompido, incoerente e ínfimo como valor cultural, que sob o nome de “catolicismo”, mas que dele só tem o nome, constitui a verdadeira religião de milhões de brasileiros...⁷¹⁶

Discutindo amplamente a precariedade dos profissionais na colônia, aponta a escassez de indivíduos com alguma habilitação. Advogados eram raros e médicos praticamente não existiam.

Por outro lado, Caio Prado aponta que a Igreja oferecia amplas oportunidades: “Os estudos se podiam fazer em grande parte no Brasil; e mesmo completar, sobretudo com relação aos seculares. Os seminários foram cronologicamente os primeiros institutos de ensino superior da colônia. Aliás, os candidatos ao

⁷¹⁵PRADO JÚNIOR, 2007, p. 276.

⁷¹⁶PRADO JÚNIOR, 2007, p. 276.

estado eclesiástico que demonstrassem aptidões encontravam sempre amparo, e não faltava quem lhes custeasse os estudos, aqui ou na Europa. É certo que fosse de pura origem branca, necessitava dispensa especial.”⁷¹⁷

Para Caio Prado a Igreja sempre honrou no Brasil sua tradição democrática, a maior força com que contou para a conquista espiritual do Ocidente. O que ocorreu na Europa Medieval se repetiria na colonização Brasil: a batina se tornaria o refúgio da inteligência e cultura; e isto porque é sobretudo em tal base que se fazia a seleção para o clero. Ele foi assim, durante a nossa fase colonial, a carreira intelectual por excelência, e a única de perspectivas amplas e gerais; e quando, realizada a Independência, se teve de recorrer aos nacionais para preencher os cargos políticos do país, é sobretudo nele que recrutarão os candidatos. A igreja tem assim na colônia um papel importante como vazão para colocações. Reconhecia-o, e não só o proclamava, mas ainda o justificava nos últimos anos do século XVIII, uma autoridade eclesiástica autorizada como o superior da Província dos Capuchos do Rio de Janeiro, Frei Antônio da Vitória: “Hoje não há verdadeiras vocações para o estado religioso; quase todos o procuram por modo de vida, e principalmente no Brasil, onde faltam empregos em que os pais arrumem seus filhos. Debajo desse princípio parece que se faz uma injustiça aos brasileiros, privando-os deste benefício, quando seus pais são os que sustentam e vestem todos os religiosos daquele continente, e reparam os seus conventos”.⁷¹⁸

Para Caio Prado a Igreja se constitui a segunda esfera administrativa da colônia. Muito mais que isto, o autor salienta que a igreja com suas diversas ramificações espalhadas por todo território com suas capelas, igreja, mosteiros se constituem em espaço benevolente capaz de abrigar e proteger qualquer um que dela necessitar.⁷¹⁹

⁷¹⁷PRADO JÚNIOR, 2007, p. 280.

⁷¹⁸PRADO JÚNIOR, 2007, p. 281.

⁷¹⁹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 288.

No subtópico “Administração”, Caio Prado ao tratar da administração da colonial passa a discutir a relação entre Estado e Igreja, para acentuar seu raciocínio utiliza a expressão “o cidadão na República e o fiel da Igreja”, concluindo uma suposta divisão no homem, em dois seres distintos, que participava daquele processo.

Para Caio Prado Júnior a vida do homem na colônia era marcada por preceitos, principalmente ligados a religião dos quais seria impossível se desassociar. Comenta que para compreendê-la, esta vida carregada de preceitos, é preciso se transportar com profundo esforço de imaginação, a fim de encontrar aquela atmosfera clerical e religiosa. “Não que haja um sentido religioso mais agudo, mais profundo e elevadamente sentido. Ou se houve, não é isso que mais importa aqui. De muito maiores conseqüências é o fato da onipresença de um conjunto de crenças e práticas que o indivíduo já encontra dominantes ao nascer, e que o acompanharão até o fim, mantendo-o dentro do raio de uma ação constante e poderosa. Ele participará dos atos da Religião, das cerimônias do culto, com a mesma naturalidade e convicção que de quaisquer outros acontecimentos banais e diuturnos da sua existência terrena; e contra eles não pensaria um momento em reagir. Será batizado, confessará e comungará nas épocas próprias, casar-se-á perante um sacerdote, praticará os demais sacramentos e freqüentará festas e cerimônias religiosas com o mesmo espírito com que intervém nos fatos que chamaríamos hoje, em oposição, da sua vida civil. Uma coisa necessária e fatal, como vestir-se, comer a certas horas, seguir um regime de vida geral para todo o mundo. O cidadão da colônia atravessará seus anos de existência sem que lhe aflore à mente um instante sequer a mais leve suspeita de que tais atos poderiam ser dispensados.”⁷²⁰

Continua Caio Prado afirmando que era inconcebível e inconcebida uma existência à margem da Religião e da Igreja: ela é impraticável mesmo para o incrêdo convicto e relutante. Atos de que ninguém se podia passar, mesmo pondo de parte qualquer sentimento religioso, só se praticavam por intermédio

⁷²⁰PRADO JÚNIOR, 2007, p. 328.

da Igreja: a constatação do nascimento se fazia pelo batismo, o casamento só se realizava perante autoridade clerical.

Além disto, o poder eclesiástico tinha jurisdição privativa em muitos assuntos de fundamental importância, como nas questões relacionadas com o casamento: divórcio, separação de corpos, anulação. Também nos assuntos que envolvessem matéria de pecado. Eram as estipulações do Concílio de Trento, que Portugal foi a única das nações cristãs a aprovar sem restrições; e que se mantiveram em vigor no Brasil, em seus traços essenciais, até a República.”⁷²¹

Outra característica significativa para Caio Prado quanto a atuação da Igreja na colônia era a naturalidade de suas intervenções: “Assim na vida doméstica dos casais, zelando pela sua boa conduta, pela sua existência em comum; podendo e devendo mesmo chamá-los eventualmente à ordem e dar parte dos renitentes às autoridades religiosas superiores: também na educação dos filhos, em que lhes compete de pleno direito intervir e fiscalizar a ação dos pais.

De um modo geral, consideram-se os religiosos como zeladores dos bons costumes; e contam para isto com sanções que vão desde as representações, expondo os faltosos à reprovação pública, até as penalidades mais específicas, inclusive a maior delas, a excomunhão, que exclui o indivíduo do grêmio da Igreja. Isto fará sorrir os cétricos de hoje, mas não assim os seus antepassados de um século apenas. O anátema religioso isolava, o atingido por ele num círculo distante de repulsa geral; fazia dele um banido da sociedade de seus semelhantes. Mesmo que o seu íntimo não fosse afetado, sofria cruelmente a sansão da opinião pública que os sacerdotes facilmente manejavam e alarmavam. E isto sem contar que ficava, nos casos extremos, excluídos da participação de atos indispensáveis à sua vida normal.”⁷²²

⁷²¹PRADO JÚNIOR, 2007, p. 329.

⁷²²PRADO JÚNIOR, 2007, p. 330.

Não fica por ai a atuação da igreja na vida social do colono brasileiro: “Ainda há muitos setores em que a atividade administrativa da Igreja teve não só a participação notável, mas ainda, em muitos casos importantes, exclusiva. Assim em tudo que hoje chamaríamos de assistência social ao pauperismo e indigência: à velhice e infância desamparadas; aos enfermos, etc. O mesmo pode dizer do ensino. Também da catequese e civilização dos índios, em que, apesar de excluída do terreno temporal pela legislação pombalina, continuava a ação da Igreja, através de suas missões regulares, e mesmo em alguns casos seculares. E ainda, finalmente, não devemos esquecer o papel que representa no setor das diversões públicas, sabido como é que a maior parte das festividades e divertimentos populares se realizava sob seus auspícios ou direção.”⁷²³

No entender de Caio Prado Júnior a Igreja forma assim uma esfera de grande importância da administração pública. Emparelha-se à administração civil, e é mesmo muito difícil, se não impossível distinguir na prática uma da outra em muitos correntes casos. Daí os atritos, que são freqüentes, entre autoridades civis e eclesiásticas. Porém mais comum e normal é a colaboração; colaboração tão íntima e indispensável ao funcionamento regular da administração em geral que nada há que lembre o que se passa na atualidade.

É um anacronismo berrante projetar relações de hoje da Igreja com a administração civil, naquele passado, procurando analisá-las com critérios semelhantes. Mais que simples relações, o que havia era uma verdadeira comunhão, uma identidade de propósitos animados pelo mesmo espírito.”⁷²⁴

Justifica-se Caio Prado em não poder analisar outros aspectos da Igreja no Brasil, porém não poderia deixar de tecer alguns comentários sobre o Padroado no Brasil: “Lembremos unicamente o padroado, concedido ao rei de Portugal e nas suas possessões ultramarinas, o que lhe permitia larga ingerência nos negócios eclesiásticos, inclusive e sobretudo a criação e

⁷²³PRADO JÚNIOR, 2007, p. 331.

⁷²⁴PRADO JÚNIOR, 2007, p. 331.

provimento dos bispados; ereção de igrejas e delimitação de jurisdições territoriais; autorização para estabelecimento de Ordens religiosas, conventos ou mosteiros. Cabia ainda ao monarca, por concessão como vimos à Ordem de Cristo, a percepção dos dízimos, que é um tributo eclesiástico destinado originalmente à manutenção do clero. Em compensação, competia à cora prover a esta manutenção, e tal é o objetivo das cômruas, isto é, subvenções pecuniárias aos membros do clero.”⁷²⁵

Continua Caio Prado comentando sobre outras fontes de rendas do clero: “Assim os emolumentos por atos religiosos ou da jurisdição eclesiástica – ministração dos sacramentos, dispensas, custas em processos eclesiásticos, etc.; e sobretudo a desobriga da Quaresma que se pagava por ocasião da comunhão pascal e a que estavam sujeitos todos os maiores de sete anos obrigados à comunhão.

A maior parte destas imposições da Igreja ainda subsiste; mas enquanto hoje tem um caráter de donativo e contribuição graciosa, constituem então verdadeiros tributos públicos, impostos ou taxas em nossa terminologia moderna, pois ninguém se podia regular e normalmente furtar a elas.”⁷²⁶

Caio Prado afirma que por efeito do padroado, a Igreja não gozou nunca, no Brasil, de independência e autonomia. “Os negócios eclesiásticos da colônia sempre estiveram inteiramente nas mãos do rei, que deles se ocupava através do departamento de sua administração já citado acima, a Mesa de Consciência e ordens. Mas a Igreja de Roma exerceu sobre eles uma influência indireta e decisiva através da preponderância de que gozou por muito tempo na corte portuguesa a Companhia de Jesus, que teve o Reino, até a época de Pombal, enfeudado a si e ao Papa. Depois da expulsão dos Jesuítas (1759), desapareceu aquela influência e o clero e negócios eclesiásticos do Brasil ficaram inteiramente entregues ao poder soberano da coroa. Isto mesmo

⁷²⁵PRADO JÚNIOR, 2007, p. 332.

⁷²⁶PRADO JÚNIOR, 2007, p. 332.

depois da reação ultramontana do reinado de D. Maria, que nada modificou em essência na matéria, apesar de seu clericalismo e devoção de fanática em vésperas da insanidade mental em que terminaria seus dias. Aliás, o Papado, já muito enfraquecido e com as atenções ocupadas em outros setores mais importantes, não assume, relativamente ao Brasil e à suas metrópoles, nenhuma atitude reivindicatória de seus direitos; abandona inteiramente nas mãos do Rei Fidelíssimo os assuntos religiosos da colônia. Bastará para nos certificarmos disto percorrer a correspondência das autoridades, tanto civis, como religiosas, relativamente a tais negócios, e se perceberá claramente a liberdade de movimento do governo metropolitano da matéria.

A Igreja no Brasil se tornara em simples departamento da administração portuguesa, e o clero secular e regular, seu funcionalismo.⁷²⁷

No fim deste subtópico Caio Prado menciona mais uma vez a expulsão dos jesuítas por Pombal. Passa em seguida a descrever a ineficácia do clero “no momento que nos ocupa tem causas mais profundas que esta ou aquela medida singular da política metropolitana ou da própria Igreja de Roma. Umas de caráter geral, e que atingem o conjunto da estrutura eclesiástica universal nos tempos que precedem a nossa época. (...) estava a sociedade colonial apta a produzir um clero capaz, de elevado teor moral e na altura de suas funções? Havia nela ambiente social e moral para isto, e para a manutenção e florescimento de um clero daquele naipe?”⁷²⁸

Fica evidente o domínio que Caio Prado tinha das reais condições que envolviam a colônia brasileira nos seus primórdios. Este conhecimento se estende pelo campo religioso. Para ele a religião é indissociável à sociedade luso-brasileira.

Ao descrevê-la, o autor preventivamente, procurou suas manifestações primárias na origem da colonização. Reconheceu que transplantada para o Brasil, chegaria aqui inteiramente influenciada por comportamento próprio da

⁷²⁷PRADO JÚNIOR, 2007, p. 332-333.

⁷²⁸PRADO JÚNIOR, 2007, p. 340.

religiosidade de Portugal. Uma religião que, apesar de não questionar as proposições do Concílio de Trento, destes caminhava com certo distanciamento. O que não acontecia com a Ordem dos Jesuítas. Existe uma tensão muito clara dentro do catolicismo que se estabelecia no Brasil.

Outra questão foi a polarização entre o clero brasileiro diante dos políticos e ao mesmo tempo frente à Igreja. A tensão entre o clero e a Igreja foi um dos temas mais recorrentes quando, estudiosos, analisaram a incipiente constituição da sociedade e cultura brasileira. Este assunto foi tratado por Caio Prado Júnior, principalmente quando suas lentes analíticas aproximaram-se desses objetos. Quando discutiu a administração da colônia, chegou a apontar a exuberante força exercida pela Igreja, rivalizando-se apenas com o próprio Estado. Caio Prado procurou mostrar a influência da Igreja sobre a vida privada e pública dos brasileiros em geral e até a influência desta sobre aqueles que se diziam independentes da religião.

O domínio que a Igreja exercia sobre o imaginário do colono era surpreendente. Diante destes elementos, Caio Prado, procurou também apontar como era a vida destes padres, frades e das ordens e conventos etc.

Em sua opinião, em termos de comportamentos regrados, no Brasil era quase impossível. A sociedade brasileira não era o melhor exemplo, para exigir comportamentos exemplares de seus líderes religiosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. A Religião Como Tema Subalterno na Análise Social da História do Brasil.

5.1. – As Ciências Sociais e Sua auto-suficiência para dar Conta da Compreensão Histórica do Brasil.

Nas considerações finais, esta pesquisa procurou apontar o grande incentivo que o Estado ofereceu para o amplo e progressivo desenvolvimento das Ciências Sociais.⁷²⁹ Em consequência a isso, a área de Ciências Sociais ganhou grande destaque como área própria para dar conta da interpretação do país. Uma análise mais aguda não ignoraria os papéis desenvolvidos, em São Paulo, pelas Universidades de São Paulo, Unicamp (Campinas) e Unesp (Bauru) na formação das inteligências neste domínio de conhecimento. A despeito da grande colaboração destas e de outras Faculdades, este tópico, se encaminhará na descrição da contribuição oferecida à sociedade brasileira pela USP. Como este centro de produção do conhecimento e transmissor de saber não está suspenso no ar, evidente, que seria razoável e de certa utilidade à descrição do ambiente paulista tão favorável e fértil para este ramo das Ciências.

Dentre os pesquisadores que analisam as origens das Ciências Sociais no contexto cultural brasileiro, Sérgio Miceli e Maria Arminda do Nascimento Arruda, concluem que São Paulo foi, em termos de possibilidades físicas e intelectuais, o ambiente propício para a evolução destes conhecimentos. Principalmente quando da instalação da Universidade de São Paulo, observa-se uma vida acadêmica muito parecida com os grandes centros internacionais. Isto ficou muito claro uma vez que se instalou “uma atividade profissional permanente de docentes e pesquisadores em condições de fazer da

⁷²⁹CALDEIRA, Jorge, Org., *Brasil – A História Contada Por quem Viu*, São Paulo: Mameluco, 2008.

universidade o centro de sua vida pessoal.”⁷³⁰ A universidade foi o espaço da produção de um conhecimento voltado para a carreira e também de um saber que exigia as preocupações com a transmissão.

Para Queiroz reconstruir a história da Cidade de São Paulo no período republicano é acompanhar a acelerada ascensão de um núcleo praticamente inexpressivo até então que, em rápido vôo, torna-se o maior centro urbano do hemisfério Sul, o mais populoso, o mais importante economicamente. Se, por milagre, alguém pudesse nele viver desde o início da colonização até às proximidades do último quartel do século XIX, jamais imaginaria que, a partir daquele momento, mesmo as mais profundas mudanças o levariam ao que é hoje.⁷³¹

As palavras acima da professora Queiroz resumem o que foi e em que se tornou a cidade de São Paulo.⁷³² Existe historicamente muito saudosismo nos relatos constitutivos deste espaço físico. Porém, indispensáveis para a possibilidade de compreensão desta metrópole vigorosa. Talvez São Paulo tenha nascida predestinada para a grandeza que viria a ser. Em primitivos documentos dos primeiros povoamentos nesta religião, muito mais que mito, encontra-se a disputa entre João Ramalho e José de Anchieta.⁷³³ O desenvolvimento do povoado de Santo André da Borda do Campo tornava-se cada vez mais acentuado. Quando inesperadamente José de Anchieta contrariando as expectativas de Ramalho e nas plagas de Piratininga criava um povoado paralelo rival, até os mais confiantes acreditavam que a instalação do “pelourinho” ficaria em Santo André, o que não aconteceu. Foi garantido a São Paulo o direito de ter seu “pelourinho” e conseqüentemente o direito a

⁷³⁰ARRUDA, 1995, p.116.

⁷³¹Cf. QUEIROZ, Suely Robles Reis de, *Política e Poder Público na Cidade de São Paulo: 1889-1954*, p.15, IN *História da Cidade de São Paulo: A Cidade na Primeira Metade do Século XX – 1890-1954*, vol. 3, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

⁷³²Ver Capítulo II, Livro V, *As bandeiras na Expansão Geográfica do Brasil*, In *História Geral da Civilização Brasileira – vol. I, A Época Colonial – Do Descobrimento à Expansão Territorial*, Direção de HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 273.

⁷³³*São Paulo: Terra e Povo*, Ernani Silva Bruno Org., Porto Alegre: Editora Globo, 1967. Muito provavelmente uma das melhores obras para se entender a formação de São Paulo.

província. Nesta disputa tão celebrada pelos historiadores argumentam que entre a tensão provocada por uma cidade dirigida por um bandeirante impiedoso com os índios e pai de uma grande prole, por outro lado a cidade iniciada por um jesuíta, casto e protetor dos indígenas, o governador optou por este, dando o direito de iniciar a cidade. A pequena escola no “Pátio do Colégio” é marco inaugural desta herança religiosa da que é hoje a maior cidade do hemisfério sul.

No início do século XIX a cidade de São Paulo não era mais que um pequeno terreno alto em que está hoje o “Pátio de Colégio e a Igreja da Sé”. É quase inacreditável quando historiadores comentam que fora desta região o que existia eram locais inacessíveis que serviam para esconderijos de escravos. Regiões como a “baixada do Glicério”, o “Vale do Anhangabaú”, “Bela Vista” e a direção que levava para o Rio Tietê eram completamente desertas e inabitadas. Por muito tempo o único acesso de quem estava na região da Sé para o que é hoje a Praça da República era uma frágil ponte construída na região baixa da Escola de Direito do Lago São Francisco na direção da ladeira dos “Piques”. Que hoje se encontra ao lado da Estação de Metrô Anhangabaú.

Mais próximos aos dias atuais estão às descrições feitas por fotógrafos e pintores que ao passarem pela região não tiveram outra atitude senão a de perpetuar a cidade com pinturas e fotografias. É o caso de Aurélio Becherini, que viveu em São Paulo trabalhando nos principais periódicos da época. “O melhor cronista visual do cotidiano de São Paulo”, segundo o sociólogo José de Souza Martins. Aurélio Becherini (1879-1939), italiano pioneiro da reportagem fotográfica paulistana. Documentou como foi a impressionante transformação passada por São Paulo⁷³⁴ no início do século XX.⁷³⁵ Uma das grandes proeza deste fotógrafo foi a percepção de registrar com as suas lentes sensíveis as transformações que a cidade ia passando. Em suas fotografias foi

⁷³⁴“As transformações de estrutura produtiva em São Paulo, crescentemente diferenciada, engendraram um mercado consumidor e impulsionavam a esfera da produção da cultura.” Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, *A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “Escola Paulista”*, IN *História das Ciências Sociais do Brasil*, Volume 2, Org. Sergio Miceli, São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp, 1995, p. 118.

⁷³⁵Aurélio Becherini, Textos: Rubens Fernandes Junior, Ângela C. Garcia, Jose de Souza Martins, São Paulo: Cosac Naify, 2009.

capaz de apresentar uma cidade que urgia pela modernidade se auto permitindo inumeráveis demolições a fim de recepcionar outras formas e concepções diferenciadas de arquitetura que a tornariam a mais plural e revolucionária cidade do Brasil. A velha São Paulo era demolida enquanto as novidades arquitetônicas iam surgindo. A urbanização se constituindo criava-se o terreno mais fértil para que os novos conhecimentos em diversos domínios fossem aparecendo. Neste contexto de grandes investimentos, de modernização, de industrialização e de muito incentivo da burguesia paulistana, São Paulo recepcionaria os desafios para se auto afirmar como a cidade que mais produziria conhecimentos.

Há que se apontar, quase que de forma unânime que a origem e expansão das Ciências Sociais em São Paulo está ligado os benéficos efeitos da progressiva transformação do Estado, proporcionando desenvolvimento e implantação de pólos industriais e organização na urbanização. “O primeiro elemento do cenário paulista na época era a acelerada consolidação de uma estrutura social ocupacional cujos padrões de diferenciação e hierarquização não tinha similar no restante do país. Essa situação deu margem a uma especialização funcional e técnica no interior de elites dirigentes, estimulando a formação de uma fração de empresários capitalistas no setor da produção de informação e cultura onde teve posição de destaque a família Mesquita, favorecendo a expansão de novas carreiras e ocupações como bem o demonstram os educadores profissionais e, ainda, propiciando uma demanda social qualificada em condições de aspirar às vagas e títulos acadêmicos que então se abriam associados às novas habilitações profissionais.”⁷³⁶

As mudanças físicas na paisagem da cidade foram significantes e transformadoras, porém o professor Sergio Miceli aponta para setores de produção cultural. Houve um favorecimento sem antecedente quanto as novas carreiras e ocupações. Estes novos profissionais estavam acompanhando todo o processo e se apresentavam para ocupar as novas posições que se abriam à medida que as renovações iam acontecendo. São

⁷³⁶MICELI, Sérgio, Org., *História das Ciências Sociais no Brasil*, Vol. 1, São Paulo: Editora Sumaré, 2001, p 16

Paulo vai oferecer uma mão de obra que, se no primeiro momento não estava completamente habilitada, em um segundo já estavam preparadas.

Expressivamente as mudanças ocorridas mudariam significativamente o paradigma social e instituições nas áreas de ensino e produção de conhecimento. Favorecendo em curto prazo a constituição de uma gama significativa de pensadores no campo intelectual. Este novo modelo de homem fincará raízes em torno de organizações universitárias. Indiscutivelmente a grande árvore universitária, ou galho, que abrigará em seu interior este novo consumidor de cultura foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

No capítulo segundo um tópico exclusivo foi oferecido, anteriormente, à história e desenvolvimento desta Unidade Acadêmica Paulistana (FFLCH-USP). Dado a sua importância não só no cenário intelectual paulista, mas nacional e internacional.

A menção de seu surgimento na vida acadêmica paulistana neste contexto se faz necessário para salientar aquilo que a pesquisa procura defender: A USP constitui a grande força produtora de saberes nos diversos domínios de conhecimentos.

A pesquisa, neste ponto, procura esclarecer ao leitor, que incorporada a este novo ambiente paulista, proporcionado por diversas mudanças estruturais, físicas, políticas, sociais e intelectuais, surgirá às oportunidades celebres para o estabelecimento e fixação do domínio de conhecimento ligado às Ciências Sociais. Procura se também, da mesma forma como aconteceu com as Ciências Biológicas, destacar que o domínio das Ciências Sociais será um dos mais importantes para o desenvolvimento e construção de novos paradigmas intelectuais. Contribuição esta indispensável para o melhor desenvolvimento da cultura brasileira.

Neste novo contexto em que instituições promovedoras de conhecimentos procuravam se auto firmar, reações pró-ativas eram facilmente compreensivas. Foi o que aconteceu com a FFLCH-USP encarregando autoridades de

recrutarem docentes europeus (a maioria deles franceses na área de ciências sociais), empenhados em difundir uma atitude cognitiva com as roupagens científicas, mas de fundo filosófico. Entre 1930 e 1964, o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil esteve estreitamente vinculado aos avanços da organização universitária pública e à disponibilidade de recursos governamentais para a criação de centros independentes de reflexão e investigação.⁷³⁷

Segundo Miceli, “o papel central desempenhado pela missão francesa na montagem e vertebração institucional e doutrinária da Faculdade de Filosofia significou uma ruptura com os centros tradicionais de ensino superior de implantação mais antiga, mormente com a mentalidade jurídica. Esse experimento paulista não encontrou terreno favorável para prosperar, nessa mesma época em nenhum outro estado ou instituição universitária do país.”⁷³⁸

Quando Miceli aponta a mentalidade Jurídica⁷³⁹ das antigas academias brasileiras, mexe em uma questão interessante que diz respeito aos antigos currículos das Escolas de Direito no Brasil que incluía aspectos da sociologia. Essa “mentalidade jurídica” de se pensar a sociologia já não era mais capaz de dar conta das questões emergenciais e incipientes das novas disposições encontradas nas modernas conjunturas sociais e em indivíduos que construíam o conhecimento.

Além dessa mentalidade jurídica não se pode ignorar a forte influência das propostas positivista que por gerações influenciaram grande parte das elites e da intelectualidade da Corte e de centros já em estágio de desenvolvimento, como era o caso de Pernambuco, Minas Gerais e principalmente o Rio Grande do Sul.

⁷³⁷MICELI, 2001, p.19.

⁷³⁸ MICELI, 2001, p. 21.

⁷³⁹Ver sobre *A Cultura Jurídica*, Capítulo III, Livro III, Ciências Letras e Artes, In *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. II, *O Brasil Monárquico, III – Reações e Transações*, Direção Geral HOLANDA, Sérgio Buarque de, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 356.

Segundo Arruda, “a impregnação das idéias positivistas nas mentes das elites políticas brasileiras, desde o caso do Império, fizeram, dos princípios comteanos, traços marcantes da sensibilidade brasileira. Embriagadas na ciência positiva, a elites do país não poderiam abjurar o pensamento sociológico, arremate final do comtismo. A legitimidade das Ciências Sociais tinha suporte mais amplo e, em larga medida, externo à academia”. Por essa razão, essas disciplinas não careciam de “legitimidade social”, visto que “demandas cognitivas” brotaram da sociedade. A lacuna corria por conta da legitimidade científico-acadêmica e é este vazio que a universidade veio ocupar. Por isso, quando localizamos a institucionalização das Ciências Sociais a partir da formação da universidade, privilegamos os princípios acadêmicos de produção do conhecimento e de estruturação da carreira, vale dizer, a legitimidade científica. Nesse ângulo de visão, a legitimidade social poderia ser realçada. Na verdade, na ausência de tal atributo, o próprio projeto da universidade não vicejaria nas hostes de elites políticas e intelectuais.⁷⁴⁰

Uma nova atitude tornava-se cada vez mais visível quando amparados pelas Ciências Sociais desenvolvidas na Universidade. Esta nova clientela, zombava de convicções construídas fora destes muros. Qualquer discurso social concebido fora da academia era tido como impressionista e arbitrário.

São reveladoras as palavras do professor Sérgio Miceli ao dar seu próprio testemunho sobre como sua geração e ele próprio lidava com as questões sociológicas. Comenta que trabalharam com “um tipo de história intelectual muito mais caudatária dos problemas herdados da tradição de história social e da cultura de feito weberiano. Isto significava uma sociologia dos próprios cientistas sociais e de suas instituições, do que de qualquer um dos modelos em voga então disponíveis de análise dos discursos ou da tradição prestigiosa de uma história das idéias calcada em autores como Lovejoy ou Goldmann.”⁷⁴¹

⁷⁴⁰ARRUDA, 1995, p. 126.

⁷⁴¹Cf. MICELI, Sérgio, Org., *História das Ciências Sociais no Brasil*, Vol. 1, São Paulo: Editora Sumaré, 2001, p 16; Ver *A Escola Livre de Sociologia e Política – anos de formação 1933 - 1953*, Orgs. Íris Kantor, Débora A. Maciel, Júlio Assis Simões, São Paulo: Escuta, 2001.

Continua afirmando que “fazíamos sociologia da vida intelectual no campo das Ciências Sociais ao invés de uma análise genética de paradigmas ou de famílias de pensamento, ou sequer de uma genealogia das matrizes temáticas, conceituais e disciplinares.”⁷⁴²

Cumpria a universidade também o papel da formação de técnicos de nível superior para a iniciativa privada e de administradores para a burocracia pública, o que deve ter ocorrido nomeadamente nas disciplinas diretamente aplicadas e certamente naquelas dirigidas ao ensino secundário. Em qualquer dos casos, segundo Arruda, a instituição de nível superior cumpria a função para a qual fora criada: diretamente, através da qualificação de profissionais; indiretamente, por meio de respostas no plano simbólico, referendadas pela reconhecida qualidade da obra dos seus mestres. Entrementes, os professores universitários adquiriam uma posição social diferenciada. O estilo acadêmico da cultura formava um estilo de vida.⁷⁴³

Tornava-se diferenciado de outras organizações de ensino o currículo da faculdade Paulista. Este currículo apresentava “uma forte formação filosófica, a partir da qual foi se construindo sucessivamente o predomínio intelectual da disciplina sociológica convertida em núcleo dinâmico da produção acadêmica em Ciências Sociais nesse período.”⁷⁴⁴

Segundo Miceli, decerto a presença dos docentes europeus não fora suficiente para garantir o êxito desse modelo de formação intelectual, devendo-se juntar a isso o estado de virtual disponibilidade intelectual em que se encontravam os setores médios em ascensão, sobretudo aquelas famílias de origem imigrante, onde estavam sendo recrutados os alunos para os cursos recém-abertos na faculdade de filosofia em São Paulo. Ainda de uma perspectiva comparativa, a

⁷⁴²Cf. MICELI, Sérgio, Org., *História das Ciências Sociais no Brasil*, Vol. 1, São Paulo: Editora Sumaré, 2001, p 16; Ver *A Escola Livre de Sociologia e Política – anos de formação 1933 - 1953*, Orgs. Íris Kantor, Débora A. Maciel, Júlio Assis Simões, São Paulo: Escuta, 2001.

⁷⁴³ARRUDA, 1995, p. 118.

⁷⁴⁴MICELI, 2001, p. 22

clientela discente em São Paulo para essas novas carreiras era a única que incluía um percentual significativo da presença feminina.⁷⁴⁵

Um fator que não se pode desconsiderar para o estabelecimento das Ciências Sociais em São Paulo foi sua nova clientela. A Ciência Social paulista, a medida que se constituía como uma realidade neste estado, “mostrava disposta a uma postura de neutralidade doutrinária em relação à política e de certa distância dos círculos e instituições onde estava se dando o treinamento efetivo dos futuros profissionais da política em São Paulo.”⁷⁴⁶

Segundo Arruda “a relação entre universidade e a sociedade estabelecia-se a partir de um domínio que é próprio à instituição, criando a aparência de autonomia absoluta da academia e possibilitando, aos grupos docentes, larga margem de manobra.”⁷⁴⁷

Com esta postura a Ciência Social Paulista, com relação ao espaço social de recrutamento, vai atrair jovens de famílias remediadas (nacionais), abonadas ou em ascensão (de origem imigrante), nela logrando ingressar um percentual expressivo de mulheres e judeus.⁷⁴⁸

O saber científico proporcionava uma dignidade profissional. Para Arruda o conhecimento passa a exigir novos requisitos e é por essa razão que as primeiras gerações de cientistas sociais formadas pela Universidade de São Paulo reconheciam, em graus diversos, a importância da produção científica.

Apoiavam as suas reflexões em referências bibliográficas, por vezes exaustivas, buscando evidências empíricas comprovadoras, construindo análises repletas da erudição pertinente ao campo da investigação. Na verdade, o típico profissional universitário tende a abandonar a forma cultivada

⁷⁴⁵MICELI, 2001, p. 22.

⁷⁴⁶MICELI, 2001, p. 20.

⁷⁴⁷ARRUDA, 1995, p. 118.

⁷⁴⁸MICELI, 2001, p. 23

da exposição, em nome da precisão das idéias, diferenciando-se, então, das gerações passada. Além de possuir consciência desse afastamento, procurava mesmo construir a distinção. Esta pesquisa entende que para estes novos professores era muito natural a separação entre Ciência e Religião. A Religião era, para eles, apenas um dado da realidade brasileira. Comprazia-se em reconhecer a mudança que forjava. Nesse terreno, nascia uma nova forma de reflexão. A partir daí, a criação intelectual anterior poderia ser revista sob os olhos exigentes do profissional acadêmico, pela reconhecida qualidade do homem devotado em perscrutar a verdade e dirigido para separar o leigo do especialista.”⁷⁴⁹

Para o pesquisador o assunto é dos mais relevantes e necessários para se descortinar determinadas questões pontuais na origem desse domínio entre os brasileiros.

Ao se aproximar do final deste tópico a conclusão não poderia ser outra, a atividade acadêmica proporcionou um processo de “racionalização da produção do conhecimento, ao definir e reordenar as diversas áreas e ao instaurar o seu próprio domínio. Viabilizou-se por estar acoplada a um tecido social que marchava em sentido análogo. Entender os liames que os unia exige ampliar as indagações para além da instituição e perquirir os modos pelos quais o social está impresso na escolha dos temas e das análises. Em síntese, trata-se de tentar esclarecer como essa forma modelou e construiu os objetos de pesquisa.

Segundo Arruda, a formação adventícia do curso de Ciências Sociais da USP e da Escola Livre de Sociologia e Política carregou para os estudos sociológicos, que então ganharam fôlego, uma interação singular. De um lado, os mestres estrangeiros introduziram novas abordagens dos fenômenos sociais e, de outro, colocaram-se certos problemas e questões; enfim, depararam-se com os objetivos singulares. No limite, esses, professores, reorientaram-se profissionalmente, como foi o caso de Lévi-Strauss. Sob esse prisma, os anos

⁷⁴⁹ARRUDA, 1995, p.118.

50 assumem especial importância, por corresponderem aos chamados frutos da universidade, tanto no sentido da entrada em cena das primeiras gerações de professores brasileiros, quanto no aparecimento dos resultados das suas pesquisas.”⁷⁵⁰

Para Arruda, a universidade, por criar condições institucionais à produção do conhecimento e congregar um número significativo de intelectuais, teve papel importante na formulação de princípios guiados por critérios de cientificidade.⁷⁵¹

A criação da Universidade nos anos 30 trazia uma das experiências mais significativas para a sociedade Brasileira. Não se trata de resgatar bens perdidos, não, principalmente porque não conhecemos o valor da Universidade em tempos anteriores como foi o caso do México que teve sua Universidade em 1551 e de Lima que também a conheceu em 1572. O Brasil pela primeira vez conhecia o real significado de um centro estruturado produtor de conhecimento nos diversos domínios.

As informações que aqui foram apontadas, são suficientes para demonstrar o momento mais significativo em que as Ciências Sociais surgiram como domínio de conhecimento oferecendo a sociedade brasileira, a parte que lhe cabia da contribuição de conhecimento para a compreensão da cultura Brasileira. É fato que mesmo tardiamente as Ciências Sociais, principalmente no modelo Paulista, não deixou de aproveitar as profundas transformações pelas quais passava a cidade de São Paulo. Recupera-se mais uma vez o Senhor Armando de Salles Oliveira, mesmo na condição de dirigente do Estado entendia que São Paulo deveria ser a locomotiva do Brasil. Se São Paulo caiu diante da arma dos gaúchos, com as inteligências paulistas, dominaria todo o Brasil e se constituiria uma nação dentro da nação maior, que era o Brasil.

Repete-se que a grande resposta foi a criação e o surgimento da Universidade.⁷⁵² desse modo, seria incompreensível sem a presença de

⁷⁵⁰ARRUDA, 1995, p. 121-122.

⁷⁵¹ARRUDA, 1995, p.122.

condições sociais propícias, instituindo, ao mesmo tempo, novos modelos de produção intelectual. “Isto é, a constituição dos quadros acadêmicos transforma os critérios de produção do saber, a partir dos quais as identidades grupais emergem agora lastreadas numa formação e num princípio profissional dotados de certa unidade. Na feitura das obras sociológicas, rompem-se antigos modelos e as noções de rigor e de verdade inserem-se no coração do sistema intelectual. Enquanto lócus privilegiado de reprodução da prática científica, a universidade encontra-se na base do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil. Segundo Arruda a rotinização do saber sociológico alicerçou-se em normas fixadas ao desenvolvimento da carreira científica, traço novo e distintivo da produção disciplinar no final dos anos 40 e começo da década seguinte. Se é grande a novidade a ponto de introduzir uma clivagem no pensamento sociológico brasileiro, não é exato que este se encontrasse em iniciação absoluta.” ⁷⁵³

Aqui é necessário salientar o papel fundamental, das Ciências Sociais, no contexto brasileiro, para a produção e divulgação do conhecimento científico que nortearia radicalmente o país. Anteriormente ao tratar do surgimento dos estudos científicos na área de História do Brasil, principalmente no Departamento de História da Universidade de São Paulo, o que se constata é o desinteresse pelo estudo da religião e pelos estudos das questões religiosas enraizadas na cultura brasileira. Seria muita pretensão, para qualquer

⁷⁵²Na trilha das sugestões presentes na análise de Max Weber sobre a emergência do direito moderno, podemos concluir que as instituições modelam os estilos da reflexão e, não parece casual, que nos momentos de surgimento e de consolidação desses estabelecimentos se modifica o entendimento do trabalho intelectual. Evidentemente, a construção desse organismo lastreia-se em processos sociais amplas, responsáveis pela construção de novos padrões de sociabilidade. Quadro semelhante ocorreu quando do surgimento da Universidade de São Paulo e concomitantemente da Faculdade de Filosofia que agasalhou o curso de Ciências Sociais. O saber sociológico aí engendrado – objeto privilegiado de nosso estudo – constituiu-se sob novas bases. A universidade, ao formar cientistas sociais, provocou a emergência do profissional e permitiu que se organizasse o espaço de atuação desses grupos. Uma vez que a profissão “é, sobretudo, uma construção social, produto de todo um trabalho social de construção de um grupo e de uma representação dos grupos”, foi a partir da fundação da Universidade de São Paulo que se pôde reproduzir o campo de ação dos cientistas sociais. Ou, em outros termos, a universidade, ao manter continuamente a formação dos especialistas, não apenas conforma o perfil do profissional, como também tenciona para ampliar o quadro de sua atuação.

⁷⁵³ARRUDA, 1995, p. 125.

estudioso, apontar uma causa específica para que isso ocorresse. Não é o caso aqui. Esta pesquisa entende que várias foram as causas para que tal fenômeno acontecesse. Ficou muito evidente que os teóricos deste departamento da principal Universidade da América do Sul, em determinado momento, provavelmente ocorrido na fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, seguros do que queriam, escolheram tratar principalmente de uma Historiografia Econômica e Social, preocupados em descortinar o Brasil e apresentar uma compreensão que ia além de um simples discurso tradicional. Por isso, estes historiadores e suas escolas não se interessaram diretamente pela religião. Muito provavelmente para a maioria deles a discussão e a produção de conhecimento na área da religião deveria ficar a serviço da Sociologia.

5.2. – A Religião como Componente do Real e Não Como Domínio do Saber.

O papel da ciência⁷⁵⁴ e da técnica para o progresso social em Comte; as contradições internas às relações capitalistas de produção para Marx; a falta de conciliação na França, conseguida na América, entre religião e democracia para Tocqueville; a diferenciação social para Spencer, a divisão social do trabalho e o crescimento demográfico, com a passagem da solidariedade mecânica à orgânica, para Durkheim, constituem algumas das perspectivas teóricas sobre as causas das mudanças que levaram à constituição da sociedade moderna, no interior das quais são formuladas outras tantas interpretações sobre o futuro da Religião.⁷⁵⁵

Por mais que esta pesquisa se preocupe em se aproximar de um conceito de religião que seja capaz de responder algumas questões fundamentais, é certo que outras aparecerão, sem soluções, num círculo infinito.

⁷⁵⁴MARTELLI, Stefano, *A Religião Na Sociedade Pós-Moderna*, São Paulo: Paulinas, 1995.

⁷⁵⁵MARTELLI, 1995, p. 74.

Não obstante tudo isso, caminhos há e bem sugestivos para se chegar a uma definição razoável de Religião. Aldo Vannucchi sugere a possibilidade de uma aproximação pela via etimológica. Isto significa uma investigação da origem do termo.⁷⁵⁶ Outro caminho sugerido pelo mesmo autor é o fenomenológico.⁷⁵⁷

Independente das preferências, aproveitar a herança histórica do termo religião será de suma importância. E segundo Vannucchi efetuar o levantamento mais complexo possível dos dados de experiência religiosa; aprofundar a reflexão sobre a consciência religiosa; buscar a pura descrição do dado religioso em si mesmo, não o dado empírico, nem o conceito dele, mas o dado enquanto tal, conhecido na sua intuição primordial.”⁷⁵⁸

É possível afirmar a relação de intimidade entre o homem brasileiro e a religião. Utiliza-se aqui dentre as muitas expressões religiosas do brasileiro, o catolicismo. Esta escolha tem a função de apontar determinados elementos desta religião muito presente no dia a dia do Brasil. Não se trata de uma religião importada ou coisa parecida que aos poucos foi se incorporando na complexa cotidianidade do país, pelo contrário, o brasileiro, de forma geral tem orgulho de dizer que nasceu católico e que dificilmente mudaria de credo religioso. Alguns curtos exemplos são dados para exemplificar a tese que não existe a mínima possibilidade, em se tratando de Brasil, excluir-se a religião. Ela consciente e inconscientemente compõe parte significativa do tecido social brasileiro.

⁷⁵⁶Caminho etimológico: A palavra “*religião*” provém do latim “*religione*”, sendo esta diferentemente entendida por três expoentes da cultura romana. Cícero refere-a ao verbo “*légere*”, isto é, ler. Daí “*re-légere*” e “*re-ligere*”, ou seja, trazer de novo à mente, refletir, meditar sobre algo importante. Já Lactâncio deriva de “*ligare*”, “*re-ligare*”, religar, tornar a unir a criatura à divindade. Santo Agostinho, por sua vez, deduz “*religione*” de outro verbo bem mais rico, “*re-eligere*”, tornar a esconder, reeleger, descrevendo assim o gesto penitencial do coração humano reequilibrando-se em Deus. Cf. VANNUCCHI, Aldo, *Filosofia e Ciências Humanas*, São Paulo: Loyola, 1977, p. 29-35.

⁷⁵⁷“A fenomenologia pretende ser a pura descrição do que se vê, tal qual a coisa é vista, antes e aquém de qualquer deformação subjetiva, idealista ou reflexiva. Assim, no caso do fenômeno religioso, cumpriria toma-lo tal qual ele se oferece à consciência, na sua intuição primeira, para defini-lo exatamente.” Cf. VANNUCCHI, Aldo, *Filosofia e Ciências Humanas*, São Paulo, Loyola, 1977, p. 29-35

⁷⁵⁸Cf. VANNUCCHI, Aldo, *Filosofia e Ciências Humanas*, São Paulo, Loyola, 1977, p. 29-35

A maneira como isto ocorre é muito natural, uma vez que elementos da religião se espalham significativamente por toda sociedade. A começar pelo casamento. Constata-se que no Brasil, preferencialmente os noivos optam por um tipo de bênção diante do sacerdote. Isto ocorre da mesma forma nas tradições protestantes.

Não significa uma mera visita a um representante de um credo, no inconsciente do brasileiro esta ação representa cumprir com deveres sérios das exigências de regramento advindo da sua tradição religiosa. O casamento religioso ganha um significado muito especial de sul a norte do país. O que fica muito claro é que a cerimônia na Igreja se reveste de significativos símbolos que não se vê na racionalidade do magistrado civil. Mesmo quando ocorre aqueles avisos quando se diz que só tem valor de fato é civil. Esta informação se esvazia completamente diante dos arranjos da cerimônia religiosa.

O conceito de padrinhos é representativo, pois socialmente estes que são escolhidos preferencialmente representam de certa forma a sociedade que acolhe e protege os nubentes quando estes necessitam, e por outro lado são para estes que os noivos dirigem todo cuidado e carinhos, certos que serão aceitos socialmente.

A religião torna-se o cimento e argamassa dessas relações, mais intensamente é no lócus religiosos que o jovem casal usa para suas primeiras experiências matrimoniais.

A chegada dos filhos representa outro episódio cercado de elementos religiosos. Muito freqüentemente, os pais, não medem esforços para cumprirem em seus filhos o que tem sido uma tradição milenar. Levar o filho para o batismo se constitui, também, um momento de muita seriedade e responsabilidade perante a igreja e a sociedade. Quando ocorre caso em que os filhos chegam a uma idade sem receber o batismo, a própria sociedade faz questão de cobrar os responsáveis. Estas práticas ocorrem todos os dias em todo território nacional.

Os falecimentos nas famílias tradicionalmente brasileiras exigem a presença do ministro religioso, responsável pela manutenção da fé. Cada brasileiro que falece, em geral é acompanhado de uma carga religiosa de relativa força. Em primeiro lugar observar-se que em alguns casos os ministros acompanham a família do enfermo. São os que se prontificam para aconselhamentos e algum tipo de ajuda. O sepultamento é precedido de cerimônias ricas em detalhes e estruturadas a partir da crença dos envolvidos. Um velório é o momento do aconchego, da troca de carinhos, solidariedade, confiança, amizades que se renovam e uma forte carga de promessas espirituais. Somente a religião, em um sepultamento, poderia congrega centenas, às vezes milhares de pessoas.

Uma outra situação ligada ao falecimentos de grande importância para os brasileiros é a missa de sétimo dia. Essas reuniões são capazes de reunir verdadeiras massas em memória daquele que faleceu. Estas são características do catolicismo, porém outras simbologias são vivenciadas por outros credos religiosos.

Percebe-se com isto que a religião ordena, reordena, organiza e reorganiza, a vida do brasileiro em nível de intensidade que nem sempre fica claro. Estas práticas oferecem um sem números de dados da experiência religiosa brasileira, mostra também a consciência religiosa de cada um. A religião é antes de qualquer outra coisa uma intuição primordial.

5.3. – A Religião como Tema Relegado ao Privado, aos Valores e aos Ritos.

Ao chegar neste sub-tópico das considerações finais, aponta-se para aquela que é a compreensão de religião que prevalece entre os intelectuais e principalmente nas academias: religião como tema relegado ao privado. Supostamente em uma atmosfera de tolerância, ela, a religião, poderá conviver com outras áreas de conhecimento, no entanto, o que não será tolerado, é uma igualdade de autonomia e nunca será permitido que avance sobre outros

domínios de conhecimento. Estas é a compreensão muito atual esboçada por significativos intelectuais.

Aquele desenvolvimento sonhado para o Brasil que remonta o período de sua Independência, à medida que avança para o século XXI, vai se tornando uma confortável realidade. Ninguém, independente de seu status social, econômico ou religioso negaria a idéia de ver o país avançando para o desenvolvimento, caminhado para se colocar entre as nações mais desenvolvidas. Porém, dentro da análise proposta e desenvolvida por esta pesquisa, observou-se que o caminho para este desenvolvimento, que se constitui em uma necessidade brasileira, seria um caminho em que a esfera tradicional como da religião, deveria ser levado em consideração. Um país com riquíssimas expressões religiosas tradicionais, multifacetárias e multirraciais, evidente, que nunca poderia ignorar a importância desta religiosidade para o seu desenvolvimento e sua explicação. O Brasil foi constituído em todas as suas vertentes por significativas ações e pela força da religião.⁷⁵⁹

Explicar o desmoronamento, deste que é um significativo domínio de conhecimentos e saberes no Brasil, se constitui em uma tarefa das mais difíceis e fascinantes ao mesmo tempo.

Após todas as considerações anteriores, este trabalho aponta algumas causas, que poderão ser falseadas, motivadoras desta censura à religião: **1)** Inegavelmente nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, observou-se uma forte intenção na sociedade brasileira de um “possível progresso”. Ao se tornar um país Republicano, o Brasil assumia compromisso com aquelas agendas que na sua base encontravam-se elementos liberais e com fortes tendências positivistas (desenvolvimento científico, industrial e econômico; **2)** Rompimento imediato com antigas tradições sócio-culturais; **3)**

⁷⁵⁹“Tal como a Ciência, a Religião é tanto um movimento sócio-cultural quanto uma fonte de idéias. As religiões influenciaram a Ciência de duas maneiras: dotando os cientistas individuais de profundas crenças sobre o homem e o mundo, e fornecendo apoio organizado, ou oposição, à pesquisa científica.” KNELLER, G. F, *A Ciência Como Atividade Humana*, Rio de Janeiro: Zahar, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 211.

Estado laico⁷⁶⁰ sem maiores preocupações com a religião; **4)** Desobrigação com dogmas, princípios, preceitos e práticas religiosas e de comportamento; **5)** Fidelidade àquelas consideradas novas idéias oriundas da Europa e Estados Unidos da América.

Nos grandes centros produtores de conhecimento a atitude com relação a Religião é inquestionavelmente de deslocamento. Por muitos anos o debate sobre a religião foi nulo. Para uma academia autônoma, avançada, consciente e responsável o religioso é matéria superada, é o que pensam alguns. Nesta situação, e com o passar dos anos, estabeleceu-se uma atitude anticlerical, anti-religiosa e anticristã. Estas novas concepções se tornariam indelevelmente marcas concretas naqueles que seriam considerados os novos produtores de conhecimento e do desenvolvimento no país. Àqueles que saíram destes centros, conscientes ou não, proclamavam uma verdadeira “anomia” religiosa.⁷⁶¹ Esta atitude da academia influenciaria fortemente a práxis do cidadão comum.

O resultado prático desta anomia favoreceu consideravelmente o meio social no qual o domínio público sobre os membros do sistema social foi posto por terra. Este aniquilamento liberava o indivíduo da autoridade moral e espiritual da comunidade, mas ao mesmo tempo resulta em desequilíbrio pessoal que se manifesta em uma variedade de exemplos de comportamentos anti-sociais, que podem incluir, segundo Durkheim, em suicídio, delinqüência, e formação de subcultura. Esta ênfase no individualismo e na “liberdade” não encoraja o desenvolvimento de normas e valores específicos e de limitado alcance que poderiam ameaçar restringir a opção e a determinação pessoal. Entre muitas variantes, esta se apresenta como fator determinante que contribuirá para que o religioso seja tratado como matéria estritamente pessoal e privada.

Outra causa importante pode se perceber na adesão dos políticos proclamadores da República e seus sucessores, das idéias francesas,

⁷⁶⁰AZZI, Riolando, *O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano*, São Paulo: Paulus, 1994.

⁷⁶¹BOKEL, Paulo, *A Decadência Moral do Ocidente*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 117.

principalmente no mote “*Liberdade, Igualdade e fraternidade*”. Muito mais que uma coincidência, o ano para a proclamação da República Brasileira (1889) correspondia ao primeiro centenário da Revolução francesa (1789). As plataformas políticas desenvolvidas nas elites constituíam-se principalmente numa busca frenética a um liberalismo geral. Seria muita ingenuidade considerar e até mesmo crer, que este liberalismo amplo seria alcançado imediatamente. A população brasileira diante de mudanças importantes e profundas assimilaria em gerações posteriores os resultados dessa opção que seus pais fizeram sem compreensão exata e não muito bem entendida pela grande massa dos brasileiros.

Outra causa desse embrutecimento à religião foi a grande expectativa, que se criou no Brasil, de que a ciência poderia oferecer às principais perguntas, respostas seguras e empiricamente comprovadas.

O aparecimento da Ciência Social contribuía para que o domínio do conhecimento, que trouxe tantas recompensas materiais, poderia também contribuir para a solução de assuntos de ordem humana. O estudo da sociedade era, assim, tão importante como o estudo do mundo físico, e as mesmas técnicas poderiam fornecer o entendimento em ambos os domínios.

O homem, ele mesmo, era o sujeito básico da investigação. A diversidade étnica da população brasileira excitou, inicialmente, o interesse pela antropologia, como um meio de descobrir as leis básicas, que governam o desenvolvimento humano. Os primeiros estudantes da matéria aplicaram sua atenção para as diferenças físicas, especialmente, num esforço para descrever os tipos físicos do homem. O darwinismo supria, com uma estrutura intelectual firme, a concepção de que os seres humanos encontravam-se divididos em raças separadas e não misturáveis; os homens, todos, não tinham sido necessariamente descendentes de um único par de progenitores bíblicos, mas teriam evoluído, biologicamente, em espécies distintas. O desejo de justificar a

inferioridade do negro tornaram atraentes esses pontos de vista, em muitas partes do país.⁷⁶²

A antropologia concorria para uma valiosa penetração no campo social, bem como no racial. A investigação de um povo primitivo, como o índio, pode tornar claras as forças sociais que governavam o desenvolvimento de instituições tais como a família.

Os princípios de Herbert Spencer, apoiado pela idéias de Darwin: “a sobrevivência dos mais aptos, através da qual as espécies desenvolvidas exigiam o conflito para eliminar os fracos”, foram muito impactante. Evidente que a sobrevivência dos mais fortes não dependia simplesmente das forças cegas da natureza. A inteligência humana levaria em conta aquele que era mais apto, e a evolução poderia ser conduzida com sucesso para as metas desejadas. O conhecimento poderia servir como base de uma ação positiva. A ciência social era, assim, menos própria para produzir uma fórmula acabada que para formar sugestivas questões, em torno das quais as pessoas pudessem discutir.

A crença de que a inteligência pudesse cobrir as dificuldades de uma sociedade em rápida mutação levou a uma radical transformação dos processos do conhecimento. A ciência tomou o lugar da religião, como a autoridade para o conhecimento do mundo e o lugar do homem nele. O ensinamento, neste período, não era, de forma alguma, como o universalismo aceito, e como a retórica fazia parecer. Nem operava em todos os domínios, como era esperado dela. Mas as novas instituições fundadas para desenvolvê-las e difundi-la tiveram direção firme, e constituíram uma impressionante base para o desenvolvimento posterior. Acima de tudo, o impacto da ciência fez com que as pessoas duvidassem acerca de assuntos que, há longo tempo, eram tidos como verdades⁷⁶³ absolutas.⁷⁶⁴

⁷⁶²BOKEL, 1991, p. 124.

⁷⁶³FREIRE-MAIA, Newton, *Verdades da Ciência e Outras Verdades – a visão de um cientista*, São Paulo: UNESP, 2008.

A ciência era, também, suspeita, porque era um instrumento tão flexível, que parecia livre de todo propósito moral. Em alguns casos não se entendia a quem o cientista estava servindo, uma vez que muitas de suas descobertas eram utilizadas para a exterminação de massa dos seres humanos. Ele, o produtor de conhecimento, podia produzir antibiótico e bombas atômicas, trabalhavam para um hospital ou para uma entidade de negócios, ou para as forças armadas; e seus esforços apresentavam pequena correlação com as necessidades humanas do mundo. ⁷⁶⁵

Nietzsche faz a crítica do “conhecimento” e conclui que ele não pode dar nenhuma regra de vida. Esta vida, tal como se vive hoje, deveria ser revivida milhares de vezes. Trata-se de aceitá-la alegremente e somente se pode fugir de pessimismo por um esforço de vontade e da imaginação. Este esforço, constantemente repetido, deve transformar o homem num ser superior, o super-homem. A cultura intensiva da “energia vital” torna-se o princípio de toda a moral; as idéias cristãs de piedade, de resignação, e a idéia moderna de igualdade são valores falsos; opõe-se a “vontade de poder” e é sobre este valor novo que funda uma ética individualista e uma política aristocrática. (A cultura da energia vital, da “vontade de poder” eleva o homem até a categoria de super-homem). A sociedade deve ser dominada por super-homens, os medíocres e pobres de espírito devem ser comandados por homens orgulhosos; os homens pacíficos não deveriam herdar a terra, mas sim servir aos fortes e impiedosos. Evidente que boa parte dos intelectuais brasileiros se deixou dominar por estes princípios, reconhecendo exclusivamente a ciência como o principal estímulo à determinação de seus projetos de vida. ⁷⁶⁶

Segundo Bokel, Freud apresenta as grandes etapas do progresso científico como uma destruição progressiva destas ilusões. Copérnico suprimiu a ilusão do lugar central ocupado pelo homem no universo; Darwin mostrou que o

⁷⁶⁴BOKEL, 1991, p.126.

⁷⁶⁵BOKEL, 1991, p. 126.

⁷⁶⁶BOKEL, 1991, p. 127.

homem não é um ser isolado do resto do reino animal; tem-se a impressão nítida de que Freud se atribuiu a missão de realizar uma terceira etapa, ou seja, a destruição da maior das ilusões humanas: a crença de que o homem é o senhor racional e consciente de sua própria atividade.⁷⁶⁷

Embora a Igreja primitiva fosse dominada pela tendência mística e transcendental, rejeitando o paganismo grego e o hedonismo romano, a religião cristã, como um todo, foi favorável à investigação científica. Para Bokel, a crença em que o mundo foi criado em benefício do homem por um Deus racional autoriza o homem a procurar na natureza a obra de Deus e a explicá-la como teorias que (nas palavras de Copérnico) são “agradáveis ao espírito”. Na Idade Média,⁷⁶⁸ tendo adotado um teologia racional baseada em Aristóteles, a Igreja encorajou a investigação científica segundo as diretrizes aristotélicas. No início da renascença, grandes cientistas como Copérnico e Galileu eram católicos, e Kepler era luterano. Galileu, de fato, inspirou-se na crença religiosa de que Deus tinha escrito o livro da natureza na linguagem da matemática. Somente quando ele desafiou a autoridade da Igreja para decidir entre as teorias ptolemaicas e copernicana é que a Igreja o “segregou” e desencorajou ativamente pesquisas científicas do mesmo teor.

Ao insistir na verdade literal da teoria copernicana, Galileu atacou o pressuposto fundamental da cosmologia aristotélica, com o qual a Igreja sustentava a sua teologia, ou seja, o pressuposto de que existe uma diferença absoluta entre um Céu perfeito e uma Terra imperfeita. Pois se Copérnico estivesse certo e a Terra girasse em torno do Sol com os outros planetas, era impossível continuar afirmando que os planetas eram perfeitos e a Terra não. Galileu levou o seu caso ao conhecimento público numa série de livros e folhetos brilhantes e polêmicos. Quando Galileu insistiu em refutar publicamente os teólogos num domínio que eles consideravam de sua propriedade exclusiva – a cosmologia (então denominada teologia natural) – os teólogos voltaram-se contra ele.

⁷⁶⁷BOKEL, 1991, p. 131.

⁷⁶⁸Ver FRANCO JÚNIOR, Hilário, *A Idade Média – Nascimento do Ocidente*, São Paulo: Brasiliense, 1996.

Daí em diante, a liderança na Ciência passou para a Europa Setentrional, dominada pelos protestantes. Na Inglaterra seiscentista, os puritanos apoiaram vigorosamente a investigação científica. Acreditavam que o milênio estava chegando e que o homem devia preparar-se para ele readquirindo os poderes físicos e intelectuais que perdera na Queda. Com a ajuda da ciência e da tecnologia, ele poderia tornar-se um novo Adão e o mundo um segundo Paraíso. A maioria dos membros da Royal Society eram profundamente religiosos e acreditavam que a ciência, como a teologia, era um modo de provar a existência e generosidade de Deus. Newton por exemplo, procurou mostrar que Deus estava “ativo” no mundo. Sustentou que o universo e seus corpos constituintes consistiam principalmente em espaço vazio através dos quais a gravidade e outras forças atuam instantaneamente. Afirmou que, na ausência de um veículo material para transportá-las, os efeitos dessas forças tinham que ser transmitidos por intermédio do próprio Deus.

Durante o século XVIII, cientistas e matemáticos franceses, com menos propensões religiosas, ignoraram o motivo teológico de Newton e puseram de lado a questão sobre o que fazia essas forças operarem. Em vez disso, procuraram expressar em forma matemática precisa as leis pelas quais as forças eram regidas. Eles foram encorajados nessa abordagem por Bernard de Fontenelle, talvez o maior de todos os divulgadores de idéias científicas. Fontenelle era um cético. Quando apresentava idéias científicas ao público, deixava implícito que a Igreja, especialmente na França, era a maior inimiga da ciência desinteressada. O seu papel foi herdado por Voltaire, que rotulou a religião cristã de ilusão e afirmou que o caminho para a verdade era através da Ciência. Assim, com os Enciclopedistas, o mundo passou a ser visto como uma máquina funcionando de acordo com leis permanentes que não necessitam de intervenção divina. Quando Napoleão perguntou a Laplace se Deus tinha criado a ordem planetária descrita em sua mecânica celeste, o cientista respondeu que não necessitava de tal hipótese. Com a Revolução, a Ciência foi institucionalizada na França como atividade secular.

Na Inglaterra, por outro lado, a Ciência continuou sendo considerada a descoberta do plano de Deus na natureza, embora esse plano fosse interpretado de várias maneiras. Certos químicos, por exemplo, sobretudo os de seitas dissidentes, rejeitaram a teoria da matéria de Newton. Entre eles estava John Dalton, que acreditava ter Deus criado um universo sólido e substancial, em vez de formado de espaço vazio. Dalton argumentou contra a concepção newtoniana de que os elementos químicos (hidrogênio, enxofre, mercúrio etc.), são compostos de partículas homogêneas em diferentes combinações com espaço vazio entre elas, e propôs, em contrapartida, que os átomos de cada elemento são sólidos, distintos e indivisíveis.

O último grande desafio à religião ocorreu com a publicação da teoria da evolução de Darwin. Tal como no caso de Galileu, os teólogos afirmaram que Darwin tinha invadido o domínio deles e estava contradizendo a Bíblia. O mundo, disseram eles, tinha sido criado muito mais recentemente do que Darwin admitia e o homem tinha sido feito o senhor da natureza, em vez de surgir por acaso de macacos. Entretanto, as provas científicas a favor de Darwin eram positivas e, em finais do século, a sua teoria tinha sido aceita por muitos religiosos, que consideravam a evolução das espécies como uma ascensão em direção ao homem, planejada pelo próprio Deus.

Hoje, a teoria da evolução é aceita pela grande maioria dos cientistas religiosos, e a Religião e a Ciência são consideradas, em geral, interpretações complementares e não conflitantes da natureza.⁷⁶⁹ A ciência, nesse ponto de vista, investiga o mundo físico, enquanto a religião imprime um significado à vida do homem. Na verdade, quando se lê História, observa-se que o pensamento científico tem sistematicamente muito em comum com a teologia. As maiores teorias da Ciência foram cosmológicas – isto é, interessadas na natureza última do universo como um todo – e alguns dos maiores cientistas

⁷⁶⁹PETERS, Ted, BENNETT, Gaymon, *Construindo Pontes Entre a Ciência e a Religião*, São Paulo: Edições Loyola: Editora da UNESP, 2003.

em tempo recentes (como testemunharam Faraday, Maxwell, Planck e Einstein) foram homens religiosos,⁷⁷⁰ na mais ampla acepção desta palavra.⁷⁷¹

5.4. – A Religião como Domínio do Saber.

O objetivo deste sub-tópico é demonstrar peremptoriamente a Religião⁷⁷² como Domínio de Saber. A trajetória realizada por esta pesquisa até este momento pode demonstrar a exuberância e complexidade da formação cultural do Brasil. Por ser um país com uma história relativamente nova, é surpreendente o como esta história é vigorosa, repleta de eventos marcantes, dinâmicas, contradições, pluralidades, sentimentalismos, racionalidades e religiosidades.

Independentemente da opção, quanto ao tempo e espaço, que o pesquisador faça, para realizar suas investigações sobre algum aspecto da história cultural do Brasil, será sempre uma grande aventura e desafio percorrer pelas entranhas desta sociedade.

A variedade das tonalidades étnicas, basilares, para o Brasil ser o que ele foi e é, fornecem muitos elementos que o distinguem dentre os demais países da

⁷⁷⁰Através da Religião, o homem relaciona-se com um Ser Supremo. Esta relação É estudada pela teologia, celebrada pelo ritual e representada na oração e na vida moral. As verdades que a Religião reivindica dizem respeito à natureza de Deus, à natureza do Bem e do Mal, à capacidade do homem para se realizar ou autodestruir, às suas relações com os seus semelhantes, ao seu código moral e ao seu destino além da morte. Ao contrário da Ciência, a Religião assenta na revelação e procura santificar o crente. As crenças religiosas não podem, em última instância, ser testada empiricamente, mas apenas por uma experiência interior de certeza: a experiência da fé. A Religião pode, de fato, competir às vezes com a Ciência. Mais frequentemente, ela complementa a Ciência, pois serve diferentes funções e possui seu próprio conhecimento sobre outras esferas. Muitos cientistas foram e são profundamente religiosos, inspirados pela convicção de que, fundamentalmente, a natureza deve refletir o espírito de seu criador. Cf. KNELLER, 1980, p. 149-152.

⁷⁷¹KNELLER, G.F., *A Ciência Como Atividade Humana*, Zahar/Edusp, 1980, p. 211-213.

⁷⁷²A própria palavra *religião* é, em si, uma lente interpretativa e determinante. Definições diferentes criam diferentes conjuntos de dados, diferentes pontos focais. *Religião* não é um tópico independente, simplesmente exposto à observação de todos, mas um *termo* que seu usuário escolhe para associar certos tipos de fenômenos. Se alguém acha que a religião é uma questão social, este será o aspecto para o qual seu olhar será atraído; se acha que a religião é o espírito de caridade ou de devoção a Deus, essas percepções lhe criarão outras categorias de dados. Cf. PADEN, William E. *Interpretando o Sagrado: Modos de Conceber a Religião*. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 20.

América do Sul e dos de outros continentes. Diante de ameaças elaboradas por alguns interpretes da ciência que procuram desqualificar a religião, no entender desta pesquisa, a religião vem se firmando como um importante instrumento para a compreensão da realidade. O mesmo se diz sobre a ciência. Considera-se o seu valor inestimável para a humanidade, no entanto ela deve ser classificada como mais um instrumento para se observar a realidade.⁷⁷³ Portanto religião e ciências⁷⁷⁴ são instrumentos, existem outros, através dos quais a realidade se torna acessível.

No contexto brasileiro, a Religião, quase que, como um cordão dourado, definitivamente, alinhavou e alinhava grande parte do tecido social, na especificidade desta pesquisa, a sociedade brasileira, absorve, reage e a homologa, dando lhe um aspecto de homogeneidade.

O povo brasileiro, de norte a sul, não se ressentido da aproximação que tem com a religião. A religião está tão impregnada nesta sociedade, que alijá-la significa amputar o país de um de seus organismos mais ricos, diversificados⁷⁷⁵ e essenciais. Não se pode conceber o Brasil sem levar em conta a importância da religião para sua formação.

Desde o século XVIII, o racionalismo tem sido o esquema não religioso utilizado para explicar a religião. O racionalismo é o critério característico da era da ciência, ou “Era do Iluminismo”, na qual, supostamente, ainda vivemos. É uma tentativa de substituir o pensamento sobrenatural pelo pensamento

⁷⁷³...a ciência em si não é um conjunto de fatos privilegiados sobre a realidade, provendo assim um fundamento essencial para todas as *outras* formas de conhecimento, mas uma entre muitas linguagens através das quais os humanos organizam fatos e percebem o mundo. Cf. PADEN, 2001, p. 20.

⁷⁷⁴Mas a partir de Weber no início do século XX, passando por Mannhein e Adorno na década de 30, Collingwood nos anos 40, Popper, Scriven, Hanson, Feyerabend, Quine e especialmente Kuhn no fim da década de 50 e início dos anos 60, tem havido uma tumultuada discussão sobre o interesse e a organização intelectuais, psicológicas, institucionais e sociológicos da ciência e de outras formas de explicação. A racionalidade, a lógica, a objetividade, a coerência, a validade e a distintividade das ciências têm sido questionadas por diversos argumentos relativistas e realistas.

⁷⁷⁵A religião (...) é vista através de óculos diferentes, de acordo com propósitos variáveis, e pode-se demonstrar que é um objeto composto de muitas partes, texturas e funções. Cf. PADEN, 2001, p. 11-12.

naturalista, sustentando que a razão é a única fonte válida de conhecimento do mundo. (...) A religião – com suas associações de revelação e milagres – é percebida como algo fora da esfera desse sistema de conhecimento e, conseqüentemente, relegada aos domínios separados e autônomos das Igrejas, lares e práticas individuais.⁷⁷⁶

No início do século XX correntes afirmavam a inoperância da religião marginalizando-a completamente. O que logo foi superado, pois, os próprios homens se agarravam aos domínios de conhecimentos com objetivos explícitos de suplantar a religião, logo tiveram que reconhecer que a solução para a sociedade moderna não estava no deslocamento do religioso. O religioso continuava e continua se constituindo em uma importante linguagem⁷⁷⁷ para a compreensão do mundo e de suas formas complexas que o organiza.

Muitos consideravam que a sociedade moderna se caracterizaria, entre muitas explicações, pela não necessidade dos conceitos metafísicos. Com o advento da 1ª e 2ª Grandes Guerras Mundiais, essas opiniões tiveram que buscar alternativas para a crescente crise. A suposta autonomia que a ciências proporcionavam as nações de primeiro mundo, mostrou que o homem moderno, se não se precavesse, se tornariam escravos de si mesmos. Se a religião se fechava para a modernidade, como foi a pregação de alguns líderes, conseqüentemente a modernidade fechava-se para a religião, uma vez que ela era portadora de germes do atraso.

Indiscutivelmente no núcleo das religiões está o principio da preservação da vida. A vida se constitui o seu bem maior, e esta vida que deve ser preservada, encontra na religião as respostas a certos questionamentos que nenhum outro

⁷⁷⁶PADEN, William E. *Interpretando o Sagrado: Modos de Conceber a Religião*. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 39.

⁷⁷⁷Para a química, o mundo é feito da combinação de elementos químicos; para a física, ele é basicamente constituído de matéria atômica e energia. A religião, por outro lado, postula imagens da existência que descrevem a consciência humana como participante do mundo, retratando um universo habitado onde ações morais e espirituais são fatores em que se desdobra a vida. As linguagens da ciência e da religião, então, não são apenas representações conflitantes do mesmo mundo, mas órgãos de diferentes mundos, produzindo, por sua vez, diferentes experiências dos ambientes. Cf. PADEN, 2001, p. 26.

domínio lhe poderá oferecer. Os temas relacionados à morte, pós morte, eternidade, bens supra terrestres, felicidade, eternidade, espiritualidade e fundamentalmente Deus, só serão explicados pelo domínio da religião. Nenhum dos outros domínios que formam a sociedade poderia lidar com conteúdos, que fogem a suas percepções, tão complexos e fundamentais para a existência humana.

O campo das formulações religiosas se torna tão amplo e complexo, que leis e paradigmas foram estabelecidos para lidar satisfatoriamente com seus conteúdos e objetos. Uma das grandes críticas que a religião tem recebido ao longo dos séculos é que sua sobrevivência contribui para a dominação dos mais carentes pelos mais argutos e poderosos. Reafirma-se aqui, que muitos desses críticos deslocam seus olhares para atingirem apenas poucas árvores, esquecendo-se da floresta que está a sua volta. A pesquisa procura dizer com isso, que em nome da religião muitas atrocidades foram feitas. As cruzadas, as guerras islâmicas, guerras da Reforma e atualmente não são poucos os conflitos mundiais justificados por religiões altamente intolerantes e fundamentalistas.

Tudo isto tem contribuído excessivamente para o próprio descrédito da religião. Recuperando o argumento anterior que reafirma o respeito que a religião tem pela dignidade humana, a vida do homem, bem como sua presença e bem estar no complexo eco sistema mundial valida sua existência. Muito bem, mas não é só isso, a religião responde ao ser humano, perguntas que nenhuma outra ciência é capaz de responder. Seu apego pela vida e a efetivação legítima de portadora de um conhecimento real de muito interesse aos seres humanos, credencia o religioso como estatuto e esfera de saber.

Com isso, esta tese procurou levantar, em termos de Brasil, àquelas áreas de conhecimento essenciais para a construção do saber⁷⁷⁸ necessário para o

⁷⁷⁸Mas a pesquisa humana e a investigação são uma aprendizagem por fases, da qual nenhuma é definitiva, e os erros de uma geração são degraus na escada, não menores do que a sua correção pelos seguintes. É esta a razão pela qual os valores da ciência acabam por ser reconhecidamente os valores humanos: porque os cientistas têm de ser homens, têm de ser

desenvolvimento do país. Naquilo que se propôs, o trabalho foi capaz de evidenciar que em praticamente todas as áreas, foi encontrado, na maioria dos casos, cada uma a seu próprio jeito, uma reação em abonar e reconhecer a religião como esfera de conhecimento. Uma das justificativas fundamentais para essa reação é a acusação contra a religião de se intrometer nos demais campos dos saberes. A comunidade científica e acadêmica brasileira continua acenando no sentido de colaborar com a afirmação da religião como disciplina acadêmica e em troca, ela a religião ocupar-se-ia apenas com suas próprias particularidades.

E quanto aos erros cometidos pelos religiosos? Eles devem descredenciar a religião? Evidente que não, se isto fosse considerado desta maneira, nem mesmo as Ciências conseguiriam resistir. E não resistiria porque cientistas têm cometidos graves erros em nome da pura ciência.

Quando o verdadeiro pesquisador, ou o verdadeiro religioso, na procura dos acertos científicos ou religiosos cometem, involuntariamente, alguns deslizos, fica claro que uma nova oportunidade surge a fim de que eles atinjam, com as correções, conclusões mais amadurecidas. Estas conclusões amadurecidas certamente visam o bem estar de parcela da sociedade ou de sua totalidade. O que ocorreu e certamente continuará acontecendo, é o mau uso ciência, e da religião por pseudo-cientistas e falsos religiosos. E nem por isso a comunidade científica mundial e as religiões serão acusadas de inimigos dos homens.

“O poder da ciência para o bem e para o mal tem perturbado outros espíritos além dos nossos. Não estamos aqui a debater-nos perante um novo dilema; o nosso tema e os nossos receios são tão velhos como as civilizações que construíram ferramentas. Antes disto, os homens tinham sido mortos com outras armas: o que aconteceu em Nagasáqui foi apenas mais maciço (porquanto 40.000 morreram ali devido a um clarão que demorou segundos e mais irônico (uma vez que a bomba explodiu sobre a principal comunidade cristã do Japão).”⁷⁷⁹

falíveis e, todavia, como homens, têm ser tolerantes e, como sociedade, têm de ser organizados, para corrigirem os próprios erros. Cf. BRONOWSKI, 1979, p. 69.

⁷⁷⁹BRONOWSKI, J., *Ciência e Valores Humanos*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 10.

Muitos religiosos, influenciados por circunstâncias de sua época, provocaram violências ao seu próximo utilizando a religião como justificativa. Esse mau uso da religião⁷⁸⁰ não poderá denegrir o seu valor imprescindível para o homem, em sua trajetória existencial.

Para exemplificar essas colocações resgata-se a seguir texto em que o cientista J. Bronowski relata em 1945, sua própria experiência quando pode presenciar o que restou da cidade de Nagasáqui logo após a explosão da bomba atômica. A partir daquela experiência fez reflexão muito amadurecida a respeito do mal e do bom uso das ciências. Logo depois do relato de suas impressões da Guerra, descreve-se rapidamente sua importância no cenário acadêmico no contexto da Guerra.

“Num belo dia de novembro de 1945,⁷⁸¹ ao cair da tarde, aterrei numa pista improvisada ao sul do Japão, onde me aguardava um jipe que me iria levar, através das montanhas, até um navio que se encontrava ancorado no porto de Nagasáqui. Não conhecia nada do país nem da distância que iríamos percorrer. Partimos. O crepúsculo descia; a estrada, orlada de pinhais, ora cerrados, ora dispersos, tão depressa subia como descia. São sabia que tínhamos deixado o campo, até que inesperadamente ouvi os alto-falantes do navio a difundirem música de dança. Compreendi então que nós encontrávamos já no centro destruído de Nagasáqui. As sombras que se estendiam para trás de mim eram os esqueletos dos edifícios das fábricas da Mitsubishi, como se mão gigantesca os tivesse empurrado para trás e para os lados. Aquilo que eu julgara serem fragmentos de rochas era uma casa de concreto com o telhado metido para dentro. Podia agora divisar o contorno de dois gasômetros esmagados e ver uma fornalha apagada enfeitada com tubos

⁷⁸⁰Alguns desafios à religião não são baseados em teorias de origem, mas na crítica de suas conseqüências para a sociedade. Os efeitos disfuncionais da religião, portanto, implicam o auto-evidente fim de suas reivindicações de verdade. Se os frutos são ruins, a árvore é ruim. Nenhum aparato teórico – por exemplo, o materialismo histórico ou a psicologia do inconsciente – é sequer necessário, já que a religião é patentemente condenada por seu próprio comportamento. Cf. PADEN, 2001, p. 53.

⁷⁸¹BRONOWSKI, J., *Ciência e Valores Humanos*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 9.

de ligação; além disso, nada mais do que postes telegráficos torcidos e fios de arame num montão de cinzas. Tinha penetrado nesta desolada paisagem tão rapidamente como se pudesse acordar entre as crateras da Lua. O momento de reconhecimento, quando verifiquei que já me encontrava em Nagasáqui, encontra-se tão presente dentro de mim, enquanto escrevo, tão distinto como quando o vivi, vejo a noite quente e as formas sem sentidos; consigo mesmo lembrar-me da canção que provinha do navio. Era uma música de dança que tinha sido popular em 1945 e que se intitulava *Is You is Or Is You Ain't Ma Baby?* (És ou não a minha garota?).⁷⁸²

Numa tarde como aquela em alguma parte, em 1945, cada um à sua maneira, compreendeu que sua imaginação se atrofiara. Olhamos e vimos o poder daquilo em que tínhamos sentido orgulho descer sobre nós como as ruínas de Nagasáqui.⁷⁸³

Jacob Bronowski, filósofo e cientista originário da Polônia (18/01/1908), viveu algum tempo na Alemanha e foi para a Inglaterra em 1920, ali se licenciando pela Universidade de Cambridge. Pouco tempo depois era “Senior Lecture” no University College de Hull. Após a Guerra de 1939-1945, em que desempenhou várias missões para os Aliados, colaborou algum tempo com a Unesco e foi, ao longo de mais de um dezenas de anos, chefe de departamentos superiores do National Coal Board. Em 1953 deslocou-se aos EUA, na qualidade de “Carnegie Visiting Professor” do M.I.T. (Massachusetts Institute of Technology), sendo, em 1964, chamado ao Salk Institute for Biological Studies, de San Diego, Califórnia, primeiro como “Senior Fellow” e mais tarde como diretor adjunto.

Em *Ciências e Valores Humanos*, J. Bronowski faz uma crítica muito pertinente sobre o uso das ciências na atualidade. Este cientista foi capaz de formular diversas críticas ao seu domínio de conhecimento. O que seria uma autocrítica, muito rara por sinal. Não recua diante da realidade do mau uso daquilo que

⁷⁸²BRONOWSKI, 1979, p. 9.

⁷⁸³BRONOWSKI, 1979, p. 10.

deveria ser um bem à humanidade. Nagasáqui, para ele, era o mais puro e denso exemplo do mau que a ciência pode trazer. Porém, o autor dá demonstração que ele próprio nunca poderia abrir mão da liberdade que esta mesma ciência lhe proporcionava. Ele escreve: “Hoje em dia, o mundo é feito, é potenciado, pela ciência, e qualquer homem que abdique do seu interesse pela ciência caminha de olhos abertos para a escravatura.”⁷⁸⁴

Ninguém tem o direito de desqualificar a ciência porque um grupo de burocratas resolveu usar irresponsavelmente as descobertas científicas, mudando o que tem que ser mudado, da mesma forma ninguém deveria desqualificar a religião, porque péssimos religiosos fizeram mau uso da religião.

Neste sub-tópico quando a pesquisa salienta que a Religião é um domínio de conhecimento, o faz com naturalidade, por entender que fenômenos que atrapalharam o bom curso desta mesma religião não poderiam, nem poderão ofuscar-lhe seus reais significados e essência, assim como ocorre com as ciências.

Um dos elementos indispensáveis para o equilíbrio de um domínio de conhecimento é o contraditório. Pois nele obtém-se a oportunidade do diálogo que deverá levar a conclusões que sejam resultado de uma reflexão amadurecida. O que efetivamente caracteriza uma sociedade em processo de civilização e desenvolvimento? As palavras de Bronowski respondem com clareza estes questionamento. “Independência, originalidade e, portanto, dissidência: estas palavras mostram o progresso, imprimem o caráter da nossa civilização. Desde Lutero, em 1517, até à retificação das lentes de Spinoza, desde os tecelões huguenotes e os mestres quakers de siderurgia até aos puritanos que fundaram Harvard, e das heresias religiosas de Newton até o universo calculado de Eddington, os movimentos profundos da História tiveram o seu início nos homens inconformistas. A discordância é a atividade natural do cientista, e nos últimos dez anos tem-no levado a uma série de complicações;

⁷⁸⁴BRONOWSKI, 1979, p. 12.

mas se isto for cortado no começo aquilo que ficará não será um cientista, e até duvido de que seja um homem, porque a discordância é igualmente inata em qualquer sociedade ainda em desenvolvimento. Terá havido alguma vez uma sociedade⁷⁸⁵ que tenha morrido na dissidência? Várias morreram de conformidade, em nosso tempo. ⁷⁸⁶

Por mais que pareça estranho, principalmente no contexto brasileiro, existe uma insistência advinda de determinados críticos que a religião de uma forma geral não passa de devaneios puramente humanos, fruto de uma sociedade incomodada com seu *status quo*.

...é uma invenção construída a partir de nossos próprios símbolos e experiências, psicológicos e sociais. Explicar a religião nesses termos não é apenas mostrar que ela é um erro da mente; é revelar também que sua verdadeira força geradora radica na natureza humana. “O divino” não é somente um erro, mas um símbolo disfarçado do poder e do sentimento humanos. ⁷⁸⁷

Muito provavelmente quando o filósofo Friedrich Nietzsche proclamava a morte de Deus, ele não queria dizer com isso que o Supremo Ser, por algum motivo terminou sua trajetória de dominador do Universo. Não, não é isto que o pensador estava querendo dizer, mesmo porque ele não concebia a idéia de um ser supremo inatingível, ele estava se referindo à morte da idéia que a humanidade elaborou e criou, de um ser inexistente que insistia em dominar o imaginário e a vida dos humanos. Liquidar a religião significa valorizar o humano. Triste contradição.

“Não se trata aqui de insistir em uma forma mais elevada e mais razoável de Deus: o próprio conceito de ordem divina se torna uma

⁷⁸⁵*Sociedade* é o termo atribuído por Durkheim para os sistemas de forças coletivas que produzem civilizações; esquemas de ciência e conhecimento; linguagem; moralidade; e classificações de tempo, espaço e causalidade. Para Durkheim, *sociedade* é o abrigo de moral e categorias conceituais, ideais e sentimentos que existem antes da experiência individual. Como crianças, os indivíduos começam a participar de uma linguagem que eles mesmos não criaram, numa sociedade que lhes fornece as lentes através das quais o mundo assume forma e significado simbólico. Cada sociedade cria uma cultura, construindo o seu próprio mundo habitável. Cf. PADEN, 2001, p. 61.

⁷⁸⁶BRONOWSKI, 1979, p. 65.

⁷⁸⁷PADEN, 2001, p. 42

elaboração humana. Esse novo esquema, que começou em meados do século XIX e foi sintetizado por Friedrich Nietzsche com sua proclamação do grande evento cultural da “morte de Deus” – e a subsequente transferência do poder para a humanidade.”⁷⁸⁸

⁷⁸⁸PADEN, 2001, p. 42-43.

Referências Bibliográficas.

- ABDALA JR., Benjamin, CARA, Salete de Almeida, Orgs., *Roger Bastide: Interprete do Brasil Moderno de nascença – figurações Críticas do Brasil*, São Paulo: Boitempo, 2006.
- ACCIOLY, Hildebrando, *Os primeiros Núncios no Brasil*, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.
- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio, *Teoria Geral do Estado*, São Paulo: Saraiva 2000.
- AGASSIZ, Luis e Elizabeth Cary, *Viagem ao Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, *Gilberto Freyre e a Invenção do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- _____, *O Diálogo os 500 anos – Brasil Portugal – desenvolvimento e cooperação*, Rio de Janeiro: EMC, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan, *Livros de Devoção, Atos de Censura – Ensaio de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750 -1821)*, São Paulo; Hucitec/Fapesp, 2004.
- ALMEIDA, José Ricardo P. de, *Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889): História e Legislação*, São Paulo: Educ, 2000.
- ALMEIDA, Agassiz, *A República das Elites – Ensaio sobre a ideologia das Elites e dos intelectuais*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ALTAMIRA, César, *Os Marxismos do Novo Século*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ALVES, Ana Maria de Alencar, *O Ipiranga Aprovado – Ciência, Política e Poder: O Museu Paulista 1893 -1922*, São Paulo: Humanistas/FFLCH/SP, 2001.
- ALVES, Gilberto Luis, *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800 - 1836*, Campo Grande, MS: Editora Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- ANDERY, Maria Amália, et al., *Para Compreender a Ciência*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988.
- ANDRADE, Manuel Corrêa de, *Gilberto Freyre e os Grandes Desafios do Século XX*, Petrópolis: Vozes, 2002.

- _____, Gilberto Freyre – *Pensamento e Ação*, Recife: Editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes, *O Risco das Idéias – intelectuais e a Polícia Política (1930 – 1945)*, São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.
- ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes, *Cultura Amordaçada: Intelectuais e Músicos sob a Vigilância do DEOPS Módulo VI – Comunistas*, São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa oficial, 2002.
- ARANA, Hermas Gonçalves, *Positivismo – reabrindo o debate*, Campinas, SP: Autores Associados, 2007
- ARANTES, Paulo Eduardo, *Um Departamento Francês de Ultramar – Estudos sobre a Formação da Cultura Filosófica Uspiana: Uma experiência nos anos 60*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori, ARANTES, Paulo Eduardo, Orgs., *Sentido da Formação – Três Estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de, *Guerra e Paz – Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, São Paulo: Editora 34, 1994.
- ARAÚJO, Valdei Lopes, *Política como história, como literatura: um estadista do Império*, IN *Nenhum Brasil Existe – Pequena Enciclopédia*, Organizador João Cezar de Castro Rocha, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Topbooks e UniverCidade editora, 2003.
- ARIÈS, Philippe, *História Social da Criança e da Família*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- ARON, Raymond., *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ARÓSTEGUI, Julio, *A Pesquisa Histórica – Teoria e Método*, Bauru, SP: Edusc, 2006.
- ARROYO, Leonardo, *Igrejas de São Paulo*, São Paulo: Editora Nacional, 1966
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, *A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola Paulista”*, IN *História das Ciências Sociais do Brasil*, Volume 2, Org. Sergio Miceli, São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp, 1995.
- AZEVEDO, Fernando, *A Transmissão da Cultura*, São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

- AZEVEDO, João Lúcio de, *O Marquês de Pombal e Sua Época*, São Paulo: Alameda, 2004
- AZEVEDO, Thales de, *Igreja e Estado em Tensão e Crise*, São Paulo: Ática, 1978.
- AZZI, Riolando, GRIJP, Klaus van der, Orgs., *História da Igreja no Brasil – Ensaio de Interpretação a partir do povo: Terceira Época (1930 – 1964)* Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____, *O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano*, São Paulo, Editora Paulus, 1994.
- BANDEIRA, Moniz, *O Governo João Goulart – as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1977.
- BANDEIRA, Manuel, *Crônicas da Província do Brasil*, São Paulo: Cosacnaify, 2006.
- BARATTA, Giorgio, *As Rosas e os Cadernos*, Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2004.
- BARBOSA, Rui, *Discursos Parlamentares – obras completas*, v. 7, Tomo I, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- BARBOSA, Francisco de Assis, Org. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- BARBOSA, Rubens Antônio, Org., *O Brasil dos Brazilianistas – uma guia dos Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos (1945 -2000)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BARBOSA, Rui, *O Processo do Capitão Dreyfus*, São Paulo: Hedra, 2007.
- _____, *Às Classes Conservadoras*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: LTr, 1986.
- _____, *O Papa e o Concílio*, Rio de Janeiro: Elos, s/d.
- _____, *A Questão Social e Política no Brasil*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998.
- BARBUY, Heraldo, *Marxismo e Religião*, São Paulo: Dominus Editora, 1963, principalmente o 2º capítulo: Marxismo e Religião.
- BASTIDE, Roger, *O Candomblé da Bahia*, São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- _____, *O Sagrado Selvagem – e outros ensaios*, São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

- _____, *Estudos afro-brasileiros*, São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____, *Elementos de Sociologia Religiosa*, São Bernardo do Campo: Ciência da Religião, 1990.
- BASTOS, Elide Rugai, RÊGO, Walquiria D. Leão, *Intelectuais e Política*, São Paulo: Olho D'Água 1999.
- _____, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis, *Intelectuais: Sociedade e Política*, São Paulo: Cortez, 2003.
- _____, *As Criaturas de Prometeu – Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira*, São Paulo: Global, 2006.
- _____, RIDENTI, Marcel. Orgs. *Intelectuais: Sociedade e Política*, São Paulo: Cortez, 2003.
- _____, *Intelectuais e o Estado*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BEER, Max, *História do Socialismo e das Lutas Sociais*, São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BENDA, Julien, *A Traição dos Intelectuais*, São Paulo: Peixoto Neto, 2007.
- BENOIT, Lelita Oliveira, *Sociologia Comteana – Gênese e Devir*, São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- BEOZZO, José Oscar, *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II – 1959 -1965*, São Paulo: Paulinas, 2005.
- BERGER, Peter L., *Rumor de Anjos: A Sociedade Moderna e a Redescoberta do Sobrenatural*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____, *O Dossel Sagrado*, São Paulo: Paulus, 1985.
- BERGER, Peter, HUNTINGTON, Samuel P., *Muitas Globalizações – Diversidade Cultural no Mundo Contemporâneo*, Rio de Janeiro: Record, 2004.
- BERNAND, Carmen, GRUZINSKI, Serge, *História do Novo Mundo*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- BESANÇON, Alain, *A Imagem Proibida – Uma História Intelectual da Iconoclastia*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

- BICALHO, Maria Fernandes, FERLINI, Vera Lúcia Amaral, *Modos de Governar – Idéias e Práticas no Império Português Séculos XVI a XIX*, São Paulo: Alameda, 2005.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo, *Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BINZER, Ina von, *Os Meus Romanos – Alegrias e Tristezas de uma educadora alemã no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- BOAVENTURA, Maria Eugenia, Org., *22 por 22 – A Semana de Arte Moderna vista Pelos Seus Contemporâneos*, São Paulo: Edusp, 2008.
- BOBBIO, Norberto, *As Ideologias e o Poder em Crise*, Brasília: Universidade de Brasília, 1995.
- _____, *Os Intelectuais e o Poder*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- _____, *Nem com Marx, Nem contra Marx*, São Paulo: Unesp, 2006.
- BOER, Nicolas, *Militarismo e Clericalismo em Mudança*, São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- BOKER, Paulo, *A decadência moral do ocidente*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BORGES, Vavy Pacheco, *Anos Trintas e utopias*, In *História e Utopias*, pág. 25, Org. Ilana Blaj e John M. Monteiro, ANPUH – Associação Nacional de História, São Paulo, 1996.
- BOSI, Alfredo, *Dialética da Colonização*, São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- BOTELHO, André. *O Brasil e os Dias: Estado-Nação, Modernismo e Rotina Intelectual*, Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.
- BOURDIEU, Pierre, *Coisas Ditas*, São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____, *Os Usos Sociais da Ciência – Por Uma Sociologia do Campo Científico*, São Paulo: UNESP, 2004.
- _____, *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- _____, Pierre, *Ofício de Sociólogo – Metodologia da Pesquisa na Sociologia*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BOXER, Charles R., *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica 1440 – 1770*, São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

- BRANCO, Carlos Castelo, *Introdução a Revolução de 1964 – a queda de João Goulart*, Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.
- BRANDÃO, Gildo Marçal, *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, São Paulo: Hucitec, 2007.
- Brasileira da Biblioteca Nacional – Guia das Fontes sobre o Brasil*, Org. Paulo Roberto Pereira, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001.
- BRAUDEL, Fernand, *A Dinâmica do Capitalismo*, Rio de Janeiro, 1987.
- BREDIN, Jean-Denis, *O Caso Dreyfus*, São Paulo: Editora Página Aberto/Scritta, 1995.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins, *Razão e Paixão na Política*, In História e Utopias, Org. Ilana Blaj e John M. Monteiro, São Paulo ANPUH, 1996.
- _____, *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade – Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*, São Paulo: Unesp, 2005.
- BRONOWSKI, J., MAZLISCH, Bruce, *A Tradição Intelectual do Ocidente*, Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____, *Ciências e Valores Humanos*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- BROOKE, John Hedley, *Ciência e Religião – Algumas Perspectivas Históricas*, Porto: Porto Editora, 2003.
- BRUNO, Ernani Silva, Org., *São Paulo: Terra e Povo*, Porto Alegre: Editora Globo, 1967.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne, *Gramsci e o Estado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BUESCU, Ana Isabel, *Memória e Poder – Ensaios de História Cultural (Século XV-XVIII)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- BURKE, Peter, *Hibridismo Cultural*, São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2006.
- _____, *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____, *Uma História do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____, *Montaigne*, São Paulo: Loyola, 2006.
- BUSETTO, Aureo, *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*, São Paulo: Editora Unesp, 2002.

- CAIRE-JABINET, Marie-Paule, *Introdução à Historiografia*, Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro, *Perfis Buarqueanos – Ensaios sobre Sérgio Buarque de Holanda*, São Paulo: Memorial/Imprensa Oficial, 2005.
- CALDEIRA, Jorge, Org., *Brasil – A História Contada Por quem Viu*, São Paulo: Mameluco, 2008.
- CALÓGERAS, J. Pandiá, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.
- CAMPANHOLE, Adriano, CAMPANHOLE, Hilton Lobo, In, *Constituições do Brasil*, São Paulo: Atlas, p.632-633, 1985.
- CAMPOS, Cristina de, *São Paulo pela Lente da Higiene – As Propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925 – 1945)*, São Carlos, SP: RiMa, 2002.
- CAMPOS, José Narino de, *Brasil: Uma Igreja Diferente*, São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1981.
- CAMPOS, Roberto, *A Lanterna na Popa*, v. 1 e 2, Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CAMPOS, Fernando Arruda, *Tomismo e Neotomismo no Brasil*, São Paulo: Grijaldo, 1968.
- CAMPOS, Ernesto de Souza, *História da Universidade de São Paulo*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- CANABRAVA, Alice Piffer, *História Econômica: estudos e pesquisas*, São Paulo: Hucitec/Unesp. 2005.
- CANDIDO, Antonio, *Literatura e Sociedade*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- _____, *Recortes*, São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- _____, Org., *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena, *Os Arautos do Liberalismo – Imprensa Paulista (1920 – 1945)*, São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Homem e Sociedade: Leituras Básicas de Sociologia Geral*, São Paulo: Editora Nacional, 1971.

CARDOSO, Ciro Flamarion, *Escravo ou Camponês? – protocampesinato negro nas Américas*, São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____, *Um Historiador Fala de Teoria e Metodologia – Ensaio*, Bauru, SP, Edusc, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo, *Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia*, Rio de Janeiro: Campos, 1997.

CARELLI, Mario, *Culturas Cruzadas – intercâmbios culturais entre França e Brasil*, Campinas: Papyrus, 1994.

CARNEIRO, Edson, *Antologia do Negro Brasileiro*, Rio de Janeiro: Agir, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, *Ensaio sobre a Intolerância: Inquisição, Marranismo e Anti-Semitismo*, São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

CARONE, Edgard, *Da Esquerda à Direita*, Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.

CARPEAUX, Otto Maria, *Alceu Amoroso Lima*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____, *Ensaio Reunidos: 1946 – 1971*, vol. II, Rio de Janeiro: Topbooks/Univercidade, 2005.L

CARR, Edward Hallet., *Que é História?*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CARVALHO, José Murilo de, *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARRATO, José Ferreira, Igreja, *Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

CARVALHO, Olavo de, *O Imbecil Coletivo I*, São Paulo: É Realizações, 2006.

_____, *O Jardim das Aflições*, São Paulo: É Realizações, 2004.

_____, *O Imbecil Coletivo II*, São Paulo: É Realizações Editora, 2008.

CASALI, Alípio, *Elite Intelectual e Restauração da Igreja*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CASTELNAU, Francis – *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*, Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto, Tomo I, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

- CAUTINHO, Carlos Nelson, *O Marxismo no Brasil*, IN *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*, Org. Ivana Jinkings e João Alexandre Peschanski, São Paulo: Boitempo, 2007.
- CAVALARI, Rosa M. Feiteiro, *Integralismo: Ideologia e Organização de um Partido de Massa no Brasil (1932-1937)*, Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CHACON, Vamireh, *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CHACON, Vamireh, *História das Idéias Sociológicas no Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Grijalbo, 1977.
- _____, *Gilberto Freyre – Uma biografia Intelectual*, Brasileira, vol. 387, Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana: São Paulo: Ed. Nacional, 1993.
- _____, *Formação das Ciências Sociais no Brasil – Da escola de Recife ao Código Civil*, Brasília: Paralelo 15; Brasília: LGE Editora; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2008.
- _____, *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXIII, Fasc. 91, julho/agosto/setembro, 1973.
- CHAHON, Sergio, *Os Convidados Para a Ceia do Senhor – As missas e a vivência leiga do catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro e Arredores (1750 – 1820)*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CHANTAL, Suzanne, *A Vida Quotidiana em Portugal ao Tempo do Terremoto*, Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.
- CHAUÍ, Marilena, *Brasil – Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHAUNU, Pierre, *O Tempo das Reformas (1250 – 1550), II. A Reforma Protestante*, Lisboa: Edições 70, 2002.
- _____, *A História como Ciência Social*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- CHESTERTON, G.K., *Ortodoxia*, São Paulo: LTr, 2001.
- Cientistas do Brasil*, org. Ennio Candotti, São Paulo: SBPC, 1998.
- CIFUENTES, Rafael LLano, *Relações Entre a Igreja e o Estado*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

- CODECEIRA, José Domingues, *A Idéia Republicana no Brasil*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
- COELHO, Edmundo Campos, *As Profissões Imperiais – medicina, Engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822 – 1930*, Rio de Janeiro: Record, 1999.
- COHN, Gabriel, *Crítica e Resignação*, São Paulo: Martins Fontes, 2003;
- _____, *Crítica e Resignação: Max Weber e a Teoria Social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Contribuição Paulista à Tropicologia, Diversos autores, São Paulo: Pioneira Editora, 1974.
- COLLINGWOOD, R. G., *A Idéia de História*, Lisboa: Editorial Presença, s/d.
- COMTE, Augusto. *Catecismo Positivista*. Publicações Europa - América. Portugal.
- CONCEIÇÃO, José Manoel da, *Sentença de Excomunhão e Sua Resposta*, Rio de Janeiro: Perseverança, 1867.
- CORBISIER, Roland, *Os Intelectuais e a Revolução*, Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1980.
- COSTA, Hermisten Maia Pereira da, *Raízes da Teologia Contemporânea*, São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- COSTA, Sérgio Corrêa da, *As Quatro Coroas de D. Pedro I*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- COSTA, Tarcísio, *Cidadania em Rui Barbosa: Questão social e política no Brasil*, IN *Nenhum Brasil Existe – Pequena Enciclopédia*, Organizador João Cezar de Castro Rocha, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Topbooks e UniverCidade, 2003.
- COSTA, Emilia Viotti da., *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*, Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.
- COSTA, Cruz, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- COUTINHO, Carlos Nelson, *Gramsci*, Porto Alegre: L & PM Editores, 1981.
- COUTO, Jorge, *A Construção do Brasil*, Lisboa: Cosmos, 1998.
- CRUZ, Eduardo R. da, *A Persistência dos Deuses: Religião, Cultura e Natureza*. São Paulo: Unesp, 2004.

- CUNHA, Euclides da, “*Discurso de recepção na Academia Brasileira*”, Discursos Acadêmicos, Rio de Janeiro, Civilizações Brasileira, 1934.
- _____, *Os Sertões – Campanha de Canudos*, Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.
- DA COSTA, Emilia Viotti, *Da Monarquia à República*, São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DAMATTA, Roberto, *Explorações – Ensaio de Sociologia Interpretativa*, Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DANTES, Maria Amélia M., *Espaços da Ciência no Brasil: 1800 – 1930*, Rio de Janeiro: Editora Fio cruz, 2001.
- DAVATZ, Thomas, *Memórias de um Colono no Brasil*, Livraria Martins, São Paulo, s/d.
- D’AVILA, Luiz Felipe, *Dona Veridiana – a trajetória de uma dinastia paulista*, São Paulo: A Girafa Editora, 2004.
- DAVIS, Natalie Zemon, *História de Perdão – e seus narradores na França do século XVI*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.
- Dossiê Religiões no Brasil*, Estudos Avançados/Universidade de São Paulo, Instituto de Ensinos Avançados, v. 1, nº 1 (1987), São Paulo: IEA, 1987.
- DEBRET, Jean Baptiste, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, v. 1 e 2, São Paulo: Martins, Brasília: INL, 1975.
- DEL PRIORE, Mary, *Revisão do Paraíso – os brasileiros e o Estado em 500 anos de História*, Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____, *Esquecidos por Deus – monstros no mundo Europeu e Ibero-Americano (Séculos XVI – XVIII)*, São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- DELUMEAU, Jean, *O Pecado e o Medo – A Culpabilização no Ocidente Séculos 13-18*, vol. I e II, Bauru, SP; Edusc, 2003.
- _____, *Nascimento e Afirmação da Reforma*, São Paulo: Pioneira, 1989.
- DE MELLO NETO, José Antonio Gonsalves, *Tempo dos Flamengos – Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*, Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Jose Olympio Editora, 1947.
- DEMO, Pedro, *Ciência, Ideologia e Poder – uma sátira às Ciências Sociais*, São Paulo: Atlas, 1988.

- DENNETT, Daniel C., *Quebrando o Encanto: A Religião como Fenômeno Natural*. São Paulo: Globo, 2006.
- DENTIN, Pierre, *Religioni e Cristianesimo*, Roma: Apes, 1966.
- DENZINGER, Heinrich, *Compêndios dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2007.
- DERRIDA, Jacques, VATTIMO, Gianni, Orgs., *A Religião*, São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*, São Paulo: Alameda, 2005.
- _____, *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: A Doutrina Católica sobre Autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- DIEHL, Astor Antônio, *A Cultura Historiográfica Brasileira do IHGB aos anos 1930*, Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- DIMAS, Antonio, LEENHARDT. Orgs. *Reinventar o Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Editora da USP, 2006.
- D'INCAO, Maria Ângela, Org. *História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Junior*, São Paulo: UNESP/Secr. do Estado e Cultura/Brasiliense, 1989.
- DINES, Alberto, FERNANDES JR., Florestan, SALOMÃO, Nelma, Orgs., *História do Poder – 100 anos de política no Brasil*, 3 volumes, São Paulo: Editora 34, 2000.
- DINIS, Débora, BUGLIONE, Samanth., RIOS, Roger Raupp. *Entre a Dúvida e o Dogma: Liberdade de Cátedra e Universidade Confessional no Brasil*. Brasília/Porto Alegre: Letras Livres/Livraria do Advogado Editora, 2006.
- DIXON, Bernard, *Para que Serve a Ciência?*, São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- DOLHNIKOFF, Miriam, *Diogo Antônio Feijó – Padre Regente*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Secretaria do Estado da Educação, 2006.
- DONATO, Hernani, *Brasil 5 Séculos*, São Paulo: Academia de Ciência, Letra e Arte, 2000.
- DOSSE, François, *O Império do Sentido – a Humanização das Ciências Humanas*, Bauru, SP: EDUSC, 2003.

- _____, *A História à Prova do Tempo – Da História em Migalhas ao Resgate do Sentido*, São Paulo: UNESP, 2001.
- _____, *História e Ciências Sociais*, Bauru, SP: Edusc, 2004.
- DUARTE, Paulo, *Júlio de Mesquita*, São Paulo: Editora Hucitec, 1977.
- DURKHEIM, Émile, *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____, *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa: Editorial Presença, 2004.
- Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, Editado por William Outhwaite, Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1996.
- ECO, Humberto, MARTINI, Carlo Maria, *Em que Crêem os que não Crêem?* Rio de Janeiro: Record, 1999.
- EKSTEINS, Modris, *A Sagração da Primavera*, Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- ELIADE, Mircea, *O Sagrado e o Profano – a Essência das Religiões*, Lisboa: Edições Livros do Brasil, s/d.
- ENGELS, F., *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, São Paulo: Editora Global, 1984.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés, *Fontes Remotas da Cultura Portuguesa*, Lisboa: Assírio & Alvin, 1989
- FALCÃO, Joaquim, ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de, *O Imperador das Idéias – Gilberto Freyre em questão*, Rio de Janeiro: UniverCidade/Fundação Roberto Marinho/Topbooks, 2001.
- FARINA, Duílio Crispim, *Medicina no Planalto de Piratininga*, São Paulo: Pannartz, 1981.
- FAUSTINO, Evandro, *O Catolicismo em S. Paulo no Segundo Império e o “Dilema da Modernidade – Dissertação de Mestrado*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- FAVIER, Jean, *Carlos Magno*, São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- FEBVRE, Lucien, *O Problema da Incredulidade no Século XVI – A Religião de Rabelais*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FEIJÓ, Martin Cezar, *O Revolucionário Cardial – Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural*, São Paulo: Boitempo, 2001.

- FEITLER, Bruno, *Nas Malhas da Consciência - Igreja e Inquisição no Brasil*, São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007.
- FERNANDES, Florestan, *A Revolução Burguesa No Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____, *A Sociologia Numa Era de Revolução Social*. São Paulo: Editora Nacional, 1963.
- _____, *Pensamento e Ação – O PT e os Rumos do Socialismo*, São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____, *A função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, São Paulo: Globo, 2006;
- FERNÁNDEZ-ARRESTO, Felipe, *Reforma: o cristianismo e o mundo 1500 - 2000*, Rio de Janeiro: Record, 1997.
- _____, *Verdade – Uma História*, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão, *A Formação das Tradições 1889 – 1945*, vol. I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Arrão, *Nacionalismo e Reformismo Radical 1945 -1964*, vol. II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____, Jorge, REIS, Daniel Aarão, *Revolução e Democracia 1964.....*, v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Ricardo, *Origens da Atividade Científica no Brasil*, In Revista Ciência e Cultura, Volume 30, Número 11, novembro de 1978.
- FERRI, Mário Guimarães, MOTOYAMA, Shozo, Orgs., *História das Ciências no Brasil*, São Paulo: EPU/Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- FERRI, Franco, *Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FILHO, José Bittencourt, *Matriz Religiosa Brasileira – Religiosidade e Mudança Social*, Petrópolis, RJ: Vozes, Rio de Janeiro: Koinonia, 2003.
- FILHO, Daniel Aarão Reis, *Intelectuais, História e Política – Séc. XIX e XX*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- FILHO, Evaristo de Moraes, *Comte*, São Paulo: Ática, 1983.
- FILHO, J. I. Cabral de Vasconcellos, *Da Revolução de 30 ao Terror do Estado Novo*, Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1982.

- Fiscais e Meirinhos – A Administração no Brasil Colonial*, Coordenadora Graça Salgado, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa: Livraria Bertrand, 1987.
- FREIRE-MAIA, Freire-Maia, *Verdades da Ciência e outras Verdades – a visão de um cientista*, São Paulo: UNESP, 2008.
- FREITAS, Marcos Cezar, *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, São Paulo: Contexto, 2003.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1980.
- FREYRE, Gilberto, *Casa – Grande & Senzala*, Rio de Janeiro: Record, 1997.
- _____, *Quase Política*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- _____, *Ordem e Progresso*, 1º e 2º tomo, Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- _____, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- _____, *Tempo Morto e Outros Tempos – Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade – 1915-1930*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- FRIDMAN, Fania, *Donos do Rio em Nome do Rei – uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora: Garamond, 1999.
- FRIEIRO, Eduardo, *O Diabo na Livraria do Cônego*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1957.
- FONSECA, Edson Nery da, *Gilberto Freyre de A a Z – referências essenciais à sua vida e obra*, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Zé Mario Editor, 2002.
- FURTADO, Joaci Pereira, Org., *Antônio Vieira – o Imperador do Púlpito*, São Paulo: Edusp/Instituto de Estudos Brasileiros, 1999.
- GADOTTI, Moacir, *História Das Idéias Pedagógicas*, São Paulo: Ática, 2002.
- GARCEZ, Benedicto Novaes, *O Mackenzie*, São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1969.

- GARCIA, Rodolfo, *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil: 1500 – 1810*, Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: INL/Ministério da Educação e Cultura, 1975.
- GARDNER, George, *Viagem ao Brasil*, Tradução de Albertino Pinheiros, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- GAVROGLU, Kostas, *O Passado das Ciências como História*, Porto: Editora Porto, 2007.
- GÉRON, Brasil, *O Regalismo Brasileiro*, Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1978.
- GIAMBIAGI, Fabio, *Brasil – Raízes do Atraso*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- GIANNETTI, Eduardo, *O Mercado das Crenças – filosofia econômica e mudança social*, São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *Em defesa da Sociologia: Ensaio, Interpretações e Trélicas*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- _____, *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.
- _____, *Política, Sociologia e Teoria Social*. São Paulo: Fundação da Editora da Unesp, 1998.
- _____, *O Estado – Nação e a Violência*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____, *Sociologia e Teoria Social*, São Paulo: UNESP, 1998.
- _____, *Em Defesa da Sociologia – Ensaio, Interpretações e Trélicas*, São Paulo: Unesp, 2001.
- Gilberto Freyre em quatro tempos*, Organização Ethel Volfzon Kosminsky, Claude Lépine, Fernanda Áreas Peixoto, Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- Gilberto Freyre: Sua Ciência, Sua Filosofia, Sua Arte – Ensaio sobre o autor de Casa Grande & Senzala e sua influência na moderna cultura do Brasil*, comemorativos do 25º aniversário da publicação desse seu livro, Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- Gilberto Freyre entre nós, Testemunhos de Companheiros da Fundação Joaquim Nabuco*, Recife: FUNDAJ/Massangana, 1988.
- GIUCCI, Guillermo, *Gilberto Freyre – Uma Biografia Cultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____, *Sem Fé, Lei ou Rei – Brasil de 1500 – 1532*, Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

- GOFF, Jacques, *A Nova História*, Lisboa: Edições 70, 1991.
- GOMES, Ângela Maria de Castro, *A política, brasileira em busca da modernidade – na fronteira entre o público e o privado*, In *História da vida Privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____, *Burguesia e Trabalho – Política e legislação Social no Brasil (1917 – 1937)*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- GOMES, Gínia Maria, *Euclides da Cunha: Literatura e História*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- GONZÁLES, Justo L., Editor, *Dicionário Ilustrado dos Intérpretes da Fé – vinte séculos de pensamento cristão*, São Paulo: Hagnos, 2008.
- GONZALEZ, Horácio, *O que São Intelectuais*, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GORENDER, Jacob, *Combates Nas Trevas – A Esquerda Brasileira: Das ilusões perdidas à luta Armada*, São Paulo: Ática, 1987.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz, *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1989.
- GRAHAN, Richard, *Grã – Bretanha e o Início da Modernização no Brasil (1850 -1914)*, São Paulo: Brasiliense, 1973.
- GRAMSCI, Antonio, *Maquiavel: A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____, *Cadernos do Cárcere: Os Intelectuais, o Princípio Educativo, Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____, *Escritos Políticos, Vol. I, II e III*, Lisboa: Seara Nova, 1976.
- _____, *Concepção Dialética da História*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____, *Maquiavel – A política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro; 1968.
- _____, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1978; GRAMSCI, Antonio, *Poder, Política e Partido*, São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____, *Cadernos do Cárcere – Os Intelectuais*, vol. II, Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2004; GRAMSCI, Antonio, *Cadernos do*

Cárcere – Temas de Cultura – Ação Católica, v. 4, Rio de Janeiro
Civilização Brasileira, 2004.

GRESCHAT, Hans-Jürgen, *O que é Ciência da Religião?* São Paulo: Paulinas,
2006.

GRUNSPAN-JASMIN, Élise, *Lampião Senhor do Sertão*, São Paulo: Editora da
Universidade de São Paulo, 2006.

GRUPPI, Luciano, *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*, Rio de Janeiro:
Graal, 1978.

GUERREIRO, Silas, *Novos Movimentos Religiosos – o quadro brasileiro*, São
Paulo: Paulinas, 2006.

GUIMARÃES, J. C. de Macedo Soares, *Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro:
Nova Fronteira, 1981.

GURIÊVITCH, Aaron, *A Síntese Histórica e a Escola dos Anais*, São Paulo:
Editora Perspectiva, 2003.

GUSDORF, Georges, *Tratado de Metafísica*, São Paulo: Editora Nacional,
1960.

HADDOCK, B. A., *Uma Introdução ao Pensamento Histórico*, Lisboa: Gradiva,
1989.

HALL, John, Org., *Os Estados na História*, Rio de Janeiro: Imago, 1992.

HAHN, Carl Joseph, *História do Culto Protestante no Brasil*, São Paulo: ASTE,
1989.

HAMBURGER, Amélia Império, et al., Org. *A Ciência nas Relações Brasil –
França (1850-1950)*, São Paulo: Editora da Universidade de São
Paulo/Fapesp, 1996.

HÉLIO, Mário, *O Brasil de Gilberto Freyre – Uma Introdução à Leitura de sua
Obra*, Recife: Comunigraf, 2000.

HILL, Christopher, *O Eleito de Deus – Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*,
São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

História do Marxismo no Brasil, Organizadores: João Quartim de Moraes,
Daniel Aarão Reis, volumes I, II, III, IV, V, VI, Campinas, SP: Editora
UNICAMP, 2007

História das Universidades, Organizadora Maria Amélia Salgado Lourenço, São
Paulo: Estrela Alfa Editora, s/d.

HOBBSBAWM, Eric J., *História do Marxismo*, Vol. X, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Livros dos Prefácios*, São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____, *Caminhos e Fronteiras*, São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

_____, *Visão do Paraíso*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____, *Ranke*, São Paulo: Ática, 1979.

_____, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____, *Raízes do Brasil*, Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____, *História*, Org. Maria Odila L. da Silva Dias, São Paulo: Ática, 1985.

_____, *Capítulos de Literatura Colonial*, São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOORNAERT, Eduardo, *Formação do Catolicismo Brasileiro: 1550-1800*, Petrópolis, Vozes, 1991.

HOOYKAAS, R., *A Religião e o Desenvolvimento da Ciência Moderna*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

HUME, David. *História Natural da Religião*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

HUNT, Lynn, *A Nova História Cultural*, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HUNTINGTON, Samuel P., *O Choque de Civilizações – e a Recomposição da Ordem Mundial*, Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, Octavio, *Homem e Sociedade – leituras Básicas de Sociologia Geral*, São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____, *Sociologia da Sociologia*, São Paulo: Ática, 1989.

_____, *Pensamento Social no Brasil*, Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____, *Estado e Capitalismo*, São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____, *Sociologia e Sociedade no Brasil*, São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

_____, *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*, São Paulo: Brasiliense, 2004.

- _____, *Dialética & Capitalismo – ensaio sobre o pensamento de Marx*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- _____, *Teorias de Estratificação Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- _____, *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 – 1970)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____, *Ensaio de Sociologia da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____, *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____, *Raças e Classes Sociais no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____, *Capitalismo, Violência e Terrorismo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____, *Imperialismo e Cultura*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____, *A Idéia de Brasil Moderno*, São Paulo: Brasiliense, 2004.
- IGLÉSIAS, Francisco, *Trajetória Política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- _____, *Historiadores do Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
- IRVIN, Dale T., SUNQUIST, Scott W. , *História do Movimento Cristão Mundial*, São Paulo: Paulus, 2004.
- IUMATTI, Paulo Teixeira, *Caio Prado Jr. – Uma Trajetória Intelectual*, São Paulo: Brasiliense, 2007.
- _____, SEABRA, Manoel, HEIDEMANN, Heins Dieter, *Caio Prado Jr e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2008.
- JACOBY, Russel, *Os Últimos Intelectuais*, São Paulo: Trajetória Cultural: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- JAGUARIBE, Hélio, *Brasil, Sociedade Democrática*, Rio de Janeiro: 1985.
- JINKINGS, Ivana, PESCHANSKI, João Alexandre, *As utopias de Michael Löwy – reflexões sobre um marxista insubordinado*, São Paulo: Boitempo, 2007.

JOHNSON, Paul, *Tempos Modernos – o Mundo dos anos 20 aos 80*, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

_____, *Os Intelectuais*, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

JOLY, Fábio Duarte, *História e Retórica – Ensaio sobre Historiografia Antiga*, São Paulo: Alameda, 2007.

JONES, Prudente, PENNICK, Nigel, *História da Europa Pagã*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999.

JORGE, Fernando, *Getúlio Vargas e seu Tempo – um retrato com luz e sombra*, São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1985.

JUDT, Tony, *Pós – Guerra: história da Europa desde 1945*, Porto: Edições 70, 2006.

JUNIOR, Hilário Franco, *A Idade Média – Nascimento do Ocidente*, São Paulo: Brasiliense, 1996.

KAMMSETZER, Hugo, *Anais da IV Reunião de Positivistas*, Rio de Janeiro, 1981.

KANTOR, Íris, MACIEL, Débora A., SIMÕES, Júlio Assis, *A Escola Livre de Sociologia e Política – anos de formação 1933-1953*, São Paulo: Escuta, 2001.

KANTOROWICZ, Ernst H., *Os Dois Corpos do Rei – um estudo sobre teologia política medieval*, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

KAUTSKY, Karl, *As Três Fontes do Marxismo*, São Paulo: Centauro, 200.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil*, Ed. Itatiaia/Ed. Univ. São Paulo.

KIDDER, D. P. FLETCHER, J. C., *O Brasil e os Brasileiros*, v. 2, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941.

KNELLER, G. F., *A Ciência Como Atividade Humana*, Rio de Janeiro: Zahar, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

KOJÈVE, Alexandre, *Introdução à Leitura de Hegel*, Rio de Janeiro: Contraponto: EDUERJ, 2002.

KONDER, Leandro, *Marx – vida e obra*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____, *História dos Intelectuais nos anos 50*, In *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, São Paulo: Contexto, 2001.

- KOSERITZ, Carl von, *Imagens do Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- KOSTER, Henry, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.
- KUCHENBECKER, Valter, Org. *O Homem e o Sagrado*. 8ª Ed. Canoas: Editora da UBRA, 2004.
- KUHNEN, Alceu, *As Origens da Igreja no Brasil – 1500 – 1552*, Bauru, SP: Edusc, 2005.
- LACERDA, Carlos, *O Poder das Idéias*, Rio de Janeiro: Record, 1964.
- LACEY, Hugh, *Valores e Atividade Científica*, São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- LACOMBE, Américo Jacobina, *Ensaio Brasileiro de História*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.
- LAGRÉE, Michel, *Religião e Tecnologia – a Benção de Prometeu*, Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- LALLEMENT, Michel, *História das Idéias Sociológicas – de Parsons aos Contemporâneos*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- _____, *História das Idéias Sociológicas – Das origens a Max Weber*, vol. I, Petrópolis: Vozes, 2005.
- LAPA, José Roberto do Amaral, Org., *História Política da República*, Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- LARA, Silvia Hunold, *Direitos e Justiças no Brasil*, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- LARA, Tiago Adão, *Caminhos da Razão no Ocidente – a filosofia ocidental, do renascimento aos nossos dias*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- LEAL, Hamilton, *História das Instituições Políticas do Brasil*, Brasília: Ministério da Justiça, 1994.
- LECLERC, Gerard, *Sociologia dos intelectuais*, São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.
- LEFEVRE, Henri, *O Marxismo*, São Paulo: Difel, 1974.
- LEIBING, Annette., BENNINGHOFF-LÜHL, Orgs. *Devorando o Tempo: Brasil, o país sem memória*. São Paulo: Editora Mandarim, 2001.
- LEITE, Dante Moreira, *O Caráter Nacional Brasileiro*, São Paulo: Unesp, 2007.

- LEONARD, Émile-G., *O Iluminismo num Protestantismo de Constituição Recente*, São Bernardo do Campo: Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1988.
- _____, *O Protestantismo Brasileiro*, Rio de Janeiro: JUERP; São Paulo: ASTE, 1981.
- LEVINE, Robert M., *O Sertão Prometido – O Massacre de Canudos*, São Paulo: Edusp, 1995.
- _____, *O Regime de Vargas – Os Anos Críticos 1934-1938*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LEVIME, Donald N., *Visões da Tradição Sociológica*, Rio de Janeiro: Joger Zahar Editor, 1997.
- LÉVY, Bernard-Henri, *Elogio dos Intelectuais*, Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LIMA, Alceu Amoroso, *Pelo Humanismo Ameaçado*, Rio de Janeiro: Edições Tempos Brasileiros, 1965.
- _____, *Revolução, Reação ou Reforma?*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes, *O Oeste Paulista e a República*, São Paulo: Vértice, 1986.
- LIMA, Oliveira, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997;
- _____, *O Movimento da Independência – O Império Brasileiro (1821 – 1889)*, São Paulo: Melhoramentos, 1921.
- LIMA, Luiz Costa, *O Controle do Imaginário: razão e imaginação no ocidente*, São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LINS, Ivan, *História do Positivismo no Brasil*, São Paulo: Coleção Brasileira, vol. 322, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- LOPEZ, Luiz Roberto, *Cultura Brasileira – De 1808 ao Pré – modernismo*, Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1995.
- LOVE, Joseph, *A Locomotiva – São Paulo na Federação Brasileira 1889 -1937*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LÖWY, Michael, *Para Uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários*. São Paulo: Lech, 1979.

- _____, *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*, São Paulo: Córtext, 2003.
- LÖWY, Michael, *Ideologias e Ciências Social – Elementos para uma análise marxista*, São Paulo: Cortez, 1999.
- LLOYD, Christopher, *As Estruturas da História*, Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1995.
- LUKÁCS, Georg, *História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista*, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonietta, *A favor de Gramsci*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- MACEDO, Roberto, *Brasil sede da Monarquia. Brasil Reino (1ª parte)*: Brasília, Editora Universidade de Brasília/Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1983.
- MACEDO, Ubiratan Borges de, *A Liberdade no Império – O Pensamento sobre a Liberdade no Império Brasileiro*, São Paulo: Editora Convívio, 1977.
- MAESTRI, Mário, CANDREVA, Luigi, *Antonio Gramsci – Vida e obra de um comunista revolucionário*, São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MAGNANI, José Guilherme C., Orgs., et., al., *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- MAIA, Pedro, *Ratio Studiorum – método pedagógico dos jesuítas*, São Paulo: Loyola, 1986.
- MAINWRING, Scott, *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916 – 1985*, São Paulo: Brasiliense, 2004
- MAIO, Chor Marcos, BÔAS, Gláucia Villas, *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil*, Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 1999.
- MALERBA, Jurandir, Org., *A História Escrita: Teoria e História da Historiografia*, São Paulo: Contexto, 2006.
- MALTA, Octavio, *Os Tenentes na Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969;
- MALUF, Nagiba Maria Rizék, *Revolução de 32 – o que foi, e porque foi*, São Paulo: Edicam, 1986.
- MANDEL, Ernest, *O Lugar do Marxismo na História*, São Paulo: Xamã, 2001.

- MANNHEIM, Karl, *Ideologia e Utopia*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MANOEL, Ivan A., *Igreja e Educação Feminina – 1859 -1919*, São Paulo: Unesp, 1996.
- MARCUSE, Herbert, *Razão e Revolução: Hegel e o Advento da Teoria Social*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MARGATO, Izabel, GOMES, Renato Cordeiro, Orgs., *O Papel do Intelectual Hoje*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo, *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*: Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- MARRAMAO, Giocomo, *Poder e Secularização – as categorias do tempo*, São Paulo: Unesp, 1995.
- MARROU, H.-I., *Do Conhecimento Histórico*, São Paulo: Martins Fontes Editora, 1975.
- MARSON, Izabel Andrade, *Política, História e Método em Joaquim Nabuco – tessituras da revolução e da escravidão*, Uberlândia: EDUFU, 2008.
- MARTELLI, Stefano, *A Religião na Sociedade Pós-Moderna*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- MARTINES, Paulo Henrique, *A Dinâmica de um Pensamento Crítico – Caio Prado Júnior (1928-1935)*, São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.
- MARTINEZ, Paulo Henrique, *Fernand Braudel e a Primeira Geração de Historiadores Universitários da USP (1935-1956): notas para estudo*, In Revista de História, nº. 146, São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 2002.
- MARTINS, Luciana de Lima, *O Rio de Janeiro dos Viajantes – O olhar britânico (1800 -1850)*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MARTINS, Luís, *O Patriarca e o Bacharel*, São Paulo: Alameda, 2008.
- MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1987.
- MARTINS, José de Souza, *Florestan – Sociologia e Consciência Social no Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- _____, *O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais*, Bauru, SP: Edusc, 2005.

- MARTINS, Wilson, *História da Inteligência Brasileira*, vols. I, II, III, IV, V, VI, VII, São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1996.
- MARX, Karl, *O Capital*, volume I e II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____, *Miséria da Filosofia*, Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.
- _____, *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- MATOS, Odilon Nogueira de, *Café e Ferrovias – a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*, Campinas, SP: Pontes, 1990.
- MAURO, Frédéric, *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II (1831-1889)*, São Paulo: Cia. Das Letras/Circulo dos Livros, 1991.
- MAXIMO, Antonio Carlos, *Os Intelectuais e a educação das massas*, Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MAZZEO, Antonio Carlos., *Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989.
- MCGRATH, Alister E., *Fundamentos do Diálogo entre Ciência e Religião*, São Paulo: Loyola, 2005.
- MEGIANI, Ana Paula Torres, *O Rei Ausente*, São Paulo: Alameda, 2004.
- _____, *O Jovem Rei Encantado – Expectativas do Messianismo Régio em Portugal*, Século XIII a XVI, São Paulo: Editora Hucitec, 2003.
- MEIHY, José Carlos Sebe B., *História Oral – Como Fazer Como Pensar*, São Paulo: Contexto, 2007.
- MELLO, Evaldo Cabral de, *Rubro Veio – O Imaginário da Restauração Pernambucana*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de, *A República Consentida – Cultura Democrática e Científica do final do Império*, Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- MELLE, Affonso D’Albuquerque, *A Liberdade no Brasil, - Seu Nascimento, Vida e Morte e Sepultura*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1989.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa, FILHO, Prócoro Velasques, *Introdução ao Protestantismo no Brasil*, São Paulo: Loyola, 2002.

_____, *O Celeste Porvir – a Inserção do Protestantismo no Brasil*, São Paulo: EDUSP, 2008.

MICELI, Sergio, *Intelectuais à Brasileira*, São Paulo: Companhia das letras, 2001.

_____, Sérgio, Org., *História das Ciências Sociais no Brasil*, Vol. 1, São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

_____, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MIGNONE, Edmilio F., *Igreja e Ditadura*, Porto Alegre: Tchê Editora, 1987.

MINOGUE, Kenneth, *O Conceito de Universidade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de, Org., *A Memória de Gilberto Freyre*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1988.

MONTEIRO, Pedro Meira, Org., *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*, Campinas, SP: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

MONTENEGRO, João Alfredo de S., *Evolução do Catolicismo no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1972.

_____, *O Contexto da Reforma Pombalina da Universidade Portuguesa In Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXVI, Fasc. 103, julho/agosto/setembro de 1976.

MORA, Ana Maria Sánchez, *A Divulgação da Ciência como Literatura*, Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ: Editora UFRJ, 2003.

MORA, José Ferrater, *Visões da História*, Porto: Rés-Editora, s/d.

MORAES, Rubens Borba de, *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

_____, *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*, São Paulo: IEB e Universidade de São Paulo, 1969

MORAIS, J. F. Regis de, *Os Bispos e a Política no Brasil*, São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

MORIN, Edgar, *Ciência com Consciência*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

- MOTA, Carlos Guilherme, CAPELATO, Maria Helena, *História da Folha de S. Paulo (1921 – 1981)*, São Paulo: Imprês, 1981.
- MOTA, Carlos Guilherme, *Ideologia da Cultura Brasileira*, São Paulo: Editora 34, 2008.
- _____, *Brasil em Perspectiva*, São Paulo: Difel, 1974.
- MOTA, Lourenço Dantas, *Introdução ao Brasil – Um Banquete no Trópico*, São Paulo: Editora SENAC – SP, 1999.
- _____, *A História Viva*, v. I, II e III, São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981-1982.
- MOTOYAMA, Shozo, *USP 70 anos – imagens de uma História Viva*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- _____, Org., *Prelúdio para Uma História – Ciência e Tecnologia no Brasil*, São Paulo: Edusp/Fapesp, 2004.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de, FERLINI, Vera Lúcia Amaral, Orgs. *História Econômica – agricultura, indústria e população*, São Paulo: Alameda, 2006.
- NABUCO, Joaquim, *Minha Fé*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985.
- _____, *A Escravidão*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NASCIMENTO, Benedicto Heloiz, *A Ordem Nacionalista Brasileira*, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2002.
- NASCIMENTO, José Leonardo do, *Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*, São Paulo: UNESP, 2002.
- NEEDELL, Jeffrey D., *Belle Époque Tropical*, São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.
- NETO, Manoel Candido de Andrade, *32 – Bastidores da Revolução Constitucionalista*, Rio de Janeiro: Estandarte, 1995.
- NETO, A. L. Machado, *Da Vigência Intelectual – Um Estudo de Sociologia das Idéias*, São Paulo: Grijalbo, 1968.
- NOVAES, Adauto, Org., *O Silêncio dos Intelectuais*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de, *Política e Poder Público na Cidade de São Paulo: 1889 -1954*, p.15, IN *História da Cidade de São Paulo: A Cidade na*

Primeira Metade do Século XX – 1890-1954, vol. 3, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *O Campesinato Brasileiro*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

_____, *Roger Bastide*, São Paulo: Ática, 1983.

_____, *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros Ensaio*s, São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

QUENTAL, Antero de, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Lisboa: Guimarães Editores, 2001.

QUINTAS, Amaro, *O Sentido Social da Revolução Praieira*, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1977.

QUIRINO, Célia Galvão, *Clássicos do Pensamento Político*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

OBA, Rosana, *Universidade de São Paulo: seus reitores e seus símbolos – um pouco da história*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006; *Revista USP/Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo*, num. 1, *Setenta Anos de USP*, São Paulo: USP, CCS, 1989.

OHLWEILER, Otto Alcides, *Origem e Evolução da Ideologia: Do Pensamento Mágico ao Pensamento Científico*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs; MEC/SEsu/Proedi, 1988.

O que ler na Ciência Social Brasileira: 1970 -2002, organização Sérgio Miceli, São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília, DF: CAPES, 2002

OLIVEIRA, Armando de Salles, *Escritos Políticos*, São Paulo: Arx, 2002.

OLIVEIRA, Luís Valente de, RICUPERO, Rubens, Orgs. *A Abertura dos Portos*, São Paulo: SENA/São Paulo, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli, *Terra à Vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*, Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

ORTIZ, Renato, *A Moderna Tradição Brasileira – Cultura Brasileira e Indústria Cultural*, São Paulo: Brasiliense, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1986.

OSTRENSKY, Eunice, *As Revoluções do Poder*, São Paulo: Alameda, 2005.

- OTTO, Rudolf, *O Sagrado*. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1985.
- OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom, *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- O Monumento de Diogo Antônio Feijó – Sua História, Sua Execução e Festas Inaugurais*, São Paulo. Tip. do Diário Oficial, 1913.
- PADEN, William E. *Interpretando o Sagrado: modos de conceber a religião*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- PAIM, Antonio, *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, São Paulo: Convívio, 1984.
- _____, *História do Liberalismo Brasileiro*, São Paulo: Mandarim, 1998.
- _____, *Etapas Iniciais da Filosofia Brasileira*, Londrina: Ed. UEL, 1998.
- PAIVA, Eduardo França Orgs., et. Al, *O Trabalho Mestiço – Maneiras de Pensar e Formas de Viver Séculos XVI a XIX*, São Paulo: Annablume: PPGH/ UFNG, 2002.
- PAIVA, Ângela Randolpho., *Católico, Protestante, Cidadão: Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2003.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia, *Gilberto Freyre – Um Vitoriano dos Trópicos*, São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- _____, *As Muitas Faces da História – nove entrevistas*, São Paulo: Unesp, 2000.
- PEARCEY, Nancy R., *A Alma da Ciência*, São Paulo: Cultura Cristã, 2005.
- PEDRO, Aquilino de, *Dicionário de termos religiosos e afins*: Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.
- PENZO, Giorgio, GIBELLINI, Rosino, *Deus na Filosofia do Século XX*, São Paulo: Loyola, 1998.
- PEREIRA, Batista, *Figuras do Império e Outros Ensaio*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla, *Do Positivismo à Desconstrução – Idéias Francesas na América*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- PETERS, Ted, BENNETT, Gaymon, *Construindo Pontes Entre a Ciência e a Religião*, São Paulo: Edições Loyola: Editora da UNESP, 2003.

PEYREFITTE, Alain, *A Sociedade de Confiança – Ensaio sobre as Origens e a Natureza do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PINTO, Louis, *Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PIVA, Luiz Guilherme, *Ladrilheiros e Semeadores – A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*, São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP/Editora 34.

PORTELLI, Hugues, *Gramsci e a Questão Religiosa*, São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

_____, *Gramsci e o Bloco Histórico*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____, *História e Desenvolvimento: A contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do desenvolvimento Brasileiro*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____, *Clássicos Sobre a Revolução Brasileira*, São Paulo: Editora Expressão, 2002.

_____, *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império*, São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____, *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1965.

Caio Prado Júnior, *História*, Org. Francisco Iglésias, São Paulo: Ática, 1982.

PRÉLOT, Marcel, LESCUYER, Georges, *História das Idéias Políticas*, Vol. I e II, Lisboa: Editora Fundamentos, 2000.

PRESTE, L., *A Coluna Prestes*, São Paulo: Brasiliense, 1991.

RABELLO, Sylvio, *Itinerário de Sílvio Romero*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

RAEDERS, Georges, *O Conde de Gobineau no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____, *O Inimigo Cordial do Brasil – O Conde de Gobineau no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- RAFFAINI, Patrícia Tavares, *Esculpindo a Cultura na Forma Brasil – o departamento de Cultura de São Paulo (1935 – 1938)*, São Paulo: Humanitas/FFLCH/SP, 2001.
- RATTNER, Henrique, Org., *Brasil no Limiar do Século XXI*, São Paulo: Edusp, 2000.
- RATZINGER, Joseph, *Introdução ao Cristianismo – preleções sobre o Símbolo Apostólico com um novo ensaio introdutório*, São Paulo: Loyola, 2005.
- Reinventar o Brasil – Gilberto Freyre entre história e ficção* – Organizado por Antonio Dimas, Jacques Leenhardt e Sandra Jatayh Pesavento, Porto Alegre: Editora da UFRGS/Editora da USP, 2006.
- REALE, Miguel, *Figuras da Inteligência Brasileira*, São Paulo: Siciliano, 1994.
- _____, *A Filosofia em São Paulo*, São Paulo: Grijalbo/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- _____, *Crise do Capitalismo e Crise do Estado*, São Paulo: SENAC/São Paulo, 2000.
- _____, *Da Revolução à Democracia*, São Paulo: Convívio, 1977.
- _____, *De Olho no Brasil e no Mundo*, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.
- REHDER, Paulo, *Perfil do Pensamento Brasileiro*, Rio de Janeiro: Correio da Serra, 1988.
- REIS, José Carlos, *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- _____, *Escola dos Annales*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____, *As Identidades do Brasil – de Calmon a Bomfim – A favor do Brasil: Direta ou Esquerda?*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Religiosidade Popular e Misticismo no Brasil*, São Paulo: Edições Paulinas, 1984.
- REIS, Gustavo Moraes Rego, *A Cabanagem – Um episódio histórico da guerra insurrecional na Amazônia (1835 – 1839)*, Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965.
- RIBEIRO, Boanerges, *Protestantismo no Brasil Monárquico*, São Paulo: Pioneira, 1973.
- _____, *Protestantismo e Cultura Brasileira*, São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

- RIBEIRO, Mário Bueno, *As Relações entre Protestantismo e Catolicismo no Brasil. Do século XVI aos anos 20 do século XX*, São Paulo, Tese de Mestrado não publicada, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1996.
- RIBEIRO, João, *História do Brasil*, São Paulo Livraria Francisco Alves, 1920.
- RIBEIRO, Darcy, *Teoria do Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- _____, *O Processo Civilizatório*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____, *Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- _____, *Os Brasileiros: Teoria do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____, *O Processo Civilizatório – Etapas da Evolução Sociocultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____, *Ensaio Insólitos*, Porto Alegre: L&PM Editores, 1979.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio, Editor, *Interfaces do Sagrado – Em Véspera de Milênio*, São Paulo: CRE/PUC/SP, Olho d'água, 1996.
- RIBEYROLLES, Charles, *Brasil Pitoresco*, v. 1 e 2, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- RICCI, Magda, *Assombrações de Um Padre Regente – Diogo Antonio Feijó (1784 -1843)*, Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.
- RICUPERO, Bernardo, *Sete lições sobre As Interpretações do Brasil*, São Paulo: Alameda, 2007.
- RIDENTI, Marcelo, BASTOS, Elide Rugai, ROLLAND, Denis, Orgs., *Intelectuais e Estado*, Belo Horizonte: Editora da UMFG, 2006.
- RINGER, Fritz, *A Metodologia de Max Weber – Unificação das Ciências Culturais e Sociais*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- RIVERA, Paulo Barrera, *Tradição, Transmissão e Emoção Religiosa – Sociologia do Protestantismo Contemporâneo na América Latina*, São Paulo: Olho D'Água, 2001
- ROCHA, João Cezar de Castro, Org., *Nenhum Brasil Existe – Pequena Enciclopédia*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Topbooks, UniverCidade Editora, 2003.

- RODRIGUES, J. C., *Religiões Acatólicas no Brasil*, Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1904.
- RODRIGUES, Cândido Moreira, *A Ordem – Uma Revista de Intelectuais Católicos: 1934 -1945*, Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.
- RODRIGUES, Helenice, Org., *Travessias e Cruzamentos Culturais – a mobilidade em questão*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- RODRIGUES, José Honório, *História Viva*, São Paulo: Global, 1985.
- _____, *História e Historiadores do Brasil*, São Paulo: Fulgor, 1965.
- _____, *Vida e História*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.
- _____, *História Combatente*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____, *Ensaio Livres*, São Paulo: Imaginaria, 1991.
- _____, *História e Historiografia*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.
- _____, *Conciliação e Reforma no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____, *Aspirações Nacionais – Interpretação Histórico - política*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- _____, *História da História do Brasil – 1ª Parte Historiografia Colonial*, São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- _____, *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez, *Castilhismo: Uma Filosofia da República*, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- RODRIGUES, Nina, *Os Africanos no Brasil*, Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- ROIO, Marcos Del, *O Império Universal e Seus Antípodas – A Ocidentalização do Mundo*, São Paulo: Ícone Editora, 1998.
- ROIO, José Luiz Del, *A Igreja Medieval - A cristandade Latina*, São Paulo: Ática, 1997.
- ROLAND, Maria Inês de França, *Gilberto Freyre*, São Paulo: Ícone, 2000.
- ROLLEMBERG, Marcelo, Org., *Universidade: Formação e Transformação*, São Paulo: Edusp, 2005.

- ROMANO, Roberto, *Brasil: Igreja Contra Estado*, São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.
- ROMERO, Abelardo, *Heróis de Batina - Pequena História do Clero Católico no Brasil*, Benfica, RJ: Conquista, 1972.
- _____, *Origem da Imoralidade no Brasil*, Benfica, Rio: Conquista, 1972.
- RONCA, Paulo Afonso Caruso, *A Aula Operatória e a Construção do Conhecimento*, São Paulo: Editora do Instituto Esplan, 1996.
- SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge, PINHEIRO, Paulo Sérgio, *Brasil – Um Século de Transformações*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.
- SAINT HILAIRE, Auguste de, *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tomo I, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- SALLES, Ricardo, *Nostalgia Imperial – A formação da Identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, Rio de Janeiro: Topbook, 1996.
- SALLUN JR., Brasília, Raízes do Brasil, IN *Introdução ao Brasil – Um Banquete nos Trópicos*, Lourenço Dantas Mota, São Paulo: Editora SENAC, 1999.
- SALVADOR, José Gonçalves, *Vozes da História*, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- SANTANA, José Carlos Barreto de, *Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*, São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.
- SANTIAGO, Silvano, Coordenação, *Intérpretes do Brasil*, Rio de Janeiro: Nova-Aguilar, 2002.
- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos, *USP – Universidade de São Paulo: Alma Mater Paulista – 63 anos*, São Paulo: Edusp, 1997.
- SANTOS, Mário Ferreira dos, *Cristianismo - A Religião do Homem*, Bauru, SP: Edusc, 2003.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos, *A Invenção do Brasil – Ensaios de História e Cultura*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Razões da Desordem*, Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- _____, *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- _____, *Cidadania e Justiça – apolítica social na ordem brasileira*, Rio de Janeiro: Campus, 1987.

- _____, *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político – Social Brasileiro (1870 -1965)*, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.
- SARAIVA, António José, *Inquisição e Cristãos – Novos*, Portugal: Editorial Estampa, 1994.
- SAVIANI, Dermeval, *O Legado Educacional do Século XIX*, Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz, *História da Vida Privada No Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____, *As Barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos Trópicos*, São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- _____, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis – do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo: Cia. Dos Letras, 2002.
- _____, *O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questões Racial no Brasil 1870-1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHWARTZMAN, Simon, *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro: Paz e Terra; Fundação Getulio Vargas, 2000.
- SECCO, Lincoln, *Gramsci e a Revolução*, São Paulo: Alameda, 2006.
- SEVCENKO, Nicolau, *Literatura Como Missão*, São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SERBIN, kenneth P., *Padres, Celibato e Conflito Social – Uma História da Igreja Católica na Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- _____, *Diálogos na Sombra – Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*, São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- SERGIO, Antônio, *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1972.
- SILVA, Ana Rosa Claclet da, *Inventando a Nação – Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750 – 1822)*, São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.
- SILVA, Rogério Forastieri, *História e Historiografia*, Bauru, SP: Edusc, 2001.
- SILVA, Dom Duarte Leopoldo e, *O Clero e a Independência*, São Paulo: Edições Paulinas, 1972.

- SILVA, José Bonifácio de Andrada e, *Projetos para o Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- SILVA, Leonardo Dantas, *Nabuco e a República*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.
- SIMIAND, François, *Método Histórico e Ciência Social*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2003.
- SIMÕES, Pedro, *Assistentes Sociais e Religião – Um Estudo Brasil – Inglaterra*, São Paulo: Cortez, 2005.
- SKIDMORE, Thomas, *O Brasil Visto de Fora*, Rio de Janeiro: Paz e Terra 1994.
- _____, *Uma História do Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____, *Brasil de Castelo a Tancredo*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SKIDMORE, William, *Pensamento Teórico em Sociologia*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- SMITH, Bárbara Hernstein, *Crenças e Resistência*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- SOARES, Teixeira, *O Marquês de Pombal*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.
- SOARES, José Carlos de Macedo, *Fontes da História da Igreja Católica no Brasil*, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.
- SOBRINHO, Barbosa Lima, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*, São Paulo: Alfa – Omega, 1975.
- SODRÉ, Néelson Werneck, *História e Materialismo Histórico no Brasil*, São Paulo: Global, 1985.
- _____, *Introdução à Revolução Brasileira*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____, *As Razões da Independência*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____, *Panorama do Segundo Império*, Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- _____, *A Ideologia do Colonialismo*, Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

- _____, *Fundamentos da Estética Marxista*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____, *Síntese de História da Cultura Brasileira*, São Paulo: Difel, 1984.
- _____, *O Naturalismo no Brasil*, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.
- _____, *Vida e Morte da Ditadura – 20 anos de autoritarismo no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____, Nelson Werneck. *Fundamentos da Estética Marxista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- SOIHET, Rachel, Orgs., *Culturas Políticas – Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História*, Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de, *Diogo Antônio Feijó*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1988.
- SOUTHEY, Robert, *História do Brasil*, 3 volumes, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- STEPAN, Nancy, *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira*, São Cristóvão, Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1976.
- STOCKING, George, *A formação da antropologia americana, 1883-1911: antologia/Franz Boas*, Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004.
- TEIXEIRA, Anísio, *Educação não é Privilégio*, São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- TEIXEIRA, Faustino, Org., *Sociologia da Religião – Enfoques Teóricos*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- _____, *A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil - Afirmação de uma área acadêmica*, São Paulo: Paulinas, 2001.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva, *História da Engenharia no Brasil – Século XX*, Rio de Janeiro: Clavero Editoração, 1984-1993.
- TÉTART, Philippe, *Pequena História dos historiadores*, Bauru, SP: Edusc, 2000.
- TOBIAS, José Antonio, *História Das Idéias no Brasil*, São Paulo: EPU, 1987.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de, *A Capital da Solidão – Uma história de São Paulo das origens a 1900*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

- TOLLENARE, L. F. de, *Notas Dominicais*, Tradução de Alfredo de Carvalho, Recife: Empresa do Jornal de Recife, 1905.
- TOLEDO, Caio Navarro de, *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do Iseb*, Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- TORRES, João Camilo de Oliveira, *Interpretação da Realidade Brasileira – introdução à história das idéias políticas no Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- TORRES, Alberto, *O Problema nacional Brasileira*, São Paulo: Editora Nacional: Brasília: INL, 1978.
- _____, *A Organização Nacional*, São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- TREVOR-ROPER, H. R., *Religião, Reforma e Transformação Social*, Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- TSCHUDI, J.J., *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- UNGER, Roberto Mangabeira, *O que a Esquerda deve Propor*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- USARSKI, Frank, *Constituintes da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- USP 70 ANOS – Imagens de Uma história Viva, organizador Shozo Motoyama, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- VAINFAS, Ronaldo, In *Caderno Mais da Folha de São Paulo*, 28/11/2004.
- _____, *Traição – Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*, São Paulo: Companhia da Letras, 2008.
- VALDEMARIN, Vera Teresa, *O Liberalismo Demiurgo – estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa*, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.
- VALE, Antônio Marques do, *O ISEB, os Intelectuais e a Diferença – um diálogo teimoso na educação*, São Paulo: UNESP, 2006.
- VANNUCCHI, Aldo, *Filosofia e Ciências Humanas*, São Paulo: Loyola, 1977.
- VARGAS, Milton, Org., *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Centro Estadual de Educação Tecnologia Paula Souza, 1994.

- VENTURA, Roberto, Euclides da Cunha – Esboço Biográfico, São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- VIANNA, Oliveira, *O Ocaso do Império*, São Paulo, Melhoramento, s. d.
- _____, *Populações Meridionais do Brasil*, v. 2, Belo Horizonte: Itatiaia, Niterói: Editora da Universidade Fluminense, 1987.
- VIEIRA, David Gueiros, *O Protestantismo, A Maçonaria e as Questões Religiosas no Brasil*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- VILA NOVA, Sebastião, *Sociologia & Pós-Sociologia em Gilberto Freyre*, Recife: Editora Massangana/ Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- VILAIN, Pierre, *Os Cristãos e a Globalização*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- VILLAÇA, Antonio Carlos, *O Pensamento Católico no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- VIOTTI, Hélio Abranches, *O Anel e a Pedra*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1993.
- VOGT, Carlos. Org., *Desafios*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2006.
- WALKER, Paul Robert, *A Disputa que Mudou Renascença*, São Paulo, Record: 2005.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W., *Democracia e Igreja Popular*, São Paulo: Educ, 2007.
- WATKINS, Frederick M., KRAMNICK, Isaac, *A Idade da Ideologia*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- WEBER, Max, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____, *Ensaio de Sociologia*, 5ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- _____, *Ciência e Política – Duas Vocações*, São Paulo: Cultrix, s/d.
- _____, *Economia e Sociedade*, Vol. I e II, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa oficial, 2004.
- _____, *História Geral da Economia*, São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- WEFFORT, Francisco C., *Formação do Pensamento Político Brasileiro – idéias e Personagens*, São Paulo: Ática, 2006.

- _____, *Por que Democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WERNET, Augustin, *Sociedade Política (1831 – 1832)*, São Paulo: Editora Cultrix, 1978.
- WHITE, Michael, *O Papa e o Herege*, Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- WHITE, Hayden, *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- WIDER, Maria Célia, *Caio Prado Jr. – Um Intelectual Irresistível*, São Paulo: Brasiliense, 2007.
- WINOCK, Michel, *O Século dos Intelectuais*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- WINTER, Maria Cecília, PASSETTI, Gabriel, In *Notícias de uma Universidade: a greve estudantil da FFLCH/USP – 2002*, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.
- WITTER, José Sebastião, *USP – 50 anos: Registros de um Debate*, São Paulo: Edusp, 2006.
- ZOTTI, Solange Aparecida, *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil – dos Jesuítas aos anos de 1980*, Campinas, SP: Autores Associados, Brasília: Editora Plano, 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)